

16

2016

Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA**

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

UID/HIS/00311/2013



República Portuguesa

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, é uma revista de periodicidade anual, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Publica textos de natureza histórica (desde a Idade Média à Época Contemporânea), noticiário de atividades científicas e resenhas críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantêm colaboração ou desenvolvem atividades em rede com o referido Centro de investigação.

The Journal of History of Society and Culture, founded in 2001, is a peer reviewed scientific publication published once a year. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Middle Ages until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the Center for the History of Society and Culture – FCT, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Center.

Director / Director

Irene Vaquinhas – CHSC da U. Coimbra / irenemcv@fl.uc.pt

Conselho Editorial / Editorial Board

Amadeu Carvalho Homem (CHSC da U. Coimbra); Ana Maria Jorge (CEHR da U. Católica Portuguesa); António Oliveira (CHSC da U. Coimbra); Fernando Catroga (CHSC da U. Coimbra); Fernando de Sousa (CEPESE da U. Porto); Irene Vaquinhas (CHSC da U. Coimbra); João Paulo de Oliveira Costa (CHAM da U. Nova de Lisboa); Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS da Universidade de Évora); Maria Manuela Tavares Ribeiro (CEIS XX da U. Coimbra); Maria Alegria Marques (CHSC da U. Coimbra); Maria Helena Coelho (CHSC da U. Coimbra); Maria José Azevedo Santos (CHSC da U. Coimbra); Zulmira Santos (CIHE da U. do Porto).

Avaliadores externos / External referees

Adeline Rucquoi (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, França); Alice Raviola (U. Turim, Itália); Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa, Portugal); Ana Leonor Pereira (U. Coimbra, Portugal); Ângela Barreto Xavier (ICS, Lisboa, Portugal); António Eiras Roel (U. Santiago de Compostela, Espanha); Avelino Freitas Meneses (U. Açores, Portugal); Bernardo Vasconcelos e Sousa (U. Nova de Lisboa, Portugal); Cristina Scheibe Wolff (U. Federal de Santa Catarina, Brasil); Domingo González Lopo (U. Santiago de Compostela, Espanha); Evergton Sales Souza (U. Federal da Bahia, Brasil); Fátima Sequeira Dias (U. Açores, Portugal); Fernanda Rollo (U. Nova de Lisboa, Portugal); Fernando Bouza Alvarez (U. Complutense de Madrid, Espanha); Francisco Contente Domingues (U. Lisboa, Portugal); Francisco Garcia Fitz (U. Cáceres, Espanha); Helena Maria Gomes Catarino (U. Coimbra, Portugal); Herminia Vasconcelos Vilar (U. Évora, Portugal); Inês Amorim (U. Porto, Portugal); Isabel dos Guimarães Sá (U. Minho, Portugal); Isabel Drummond Braga (U. Lisboa, Portugal); João Paulo Avelãs Nunes (U. Coimbra, Portugal); João Rui Pita (U. Coimbra, Portugal); Jorge Alves (U. Porto, Portugal); José Augusto Pizarro (U. Porto, Portugal); José M. Amado Mendes (U. Coimbra, Portugal); Laura Mello e Souza (U. São Paulo, Brasil); Luís Miguel Duarte (U. Porto, Portugal); Luís dos Reis Torgal (U. Coimbra, Portugal); Luísa Trindade (U. Coimbra, Portugal); Magda Pinheiro (ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Ferreira Rodrigues (U. Aveiro, Portugal); Maria Amélia Polónia (U. Porto, Portugal); Maria de Fátima Nunes (U. Évora, Portugal); Maria Helena Santana (U. Coimbra); Maria João Vaz (ISCTE-IUL, Portugal); Maria José Moutinho Santos (U. Porto, Portugal); Maria Marta Lobo (U. Minho, Portugal); Maria Rita Robles Monteiro Garnel (FCSH da UNL, Portugal); Mário Jorge Barroca (U. Porto, Portugal); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS, Lisboa, Portugal); Paula Pinto Costa (U. Porto, Portugal); Paulo Almeida Fernandes (CEAUCP-CAM, Portugal); Ramon Villares (U. Santiago de Compostela, Espanha); Raquel Henriques (U. Nova de Lisboa); Rui Bebiano (U. Coimbra, Portugal); Stéphane Boisselier (U. Poitiers, França); Stuart Schwartz (U. Yale, EUA); Susana Serpa Silva (U. Açores, Portugal).

Coordenadora científica do volume / Volume editor

Maria do Rosário Barbosa Morujão / rmorujao@gmail.com

Coordenação Editorial / Editor Coordinator

Sónia Nobre (CHSC da U. Coimbra) / sonianobre@uc.pt

Propriedade / Ownership

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Endereços / Address

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra. Portugal.

Normas para a submissão de artigos: chsc.uc.pt • **Telefone/Phone:** (351) 239859900

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra – IUC

Design e paginação: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Depósito legal: 168142/01 • ISSN 1645-2259

Direitos de autor / Copyright ©

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Preço de capa / Price

20€

https://doi.org/10.14195/1645-2259_16

16

2 0 1 6

Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Lista dos Avaliadores Externos do vol. 16 da Revista de História da Sociedade e da Cultura

Adriana Bebiano (FLUC); Aires Augusto do Nascimento (FLUL); Alice Semedo (FLUP); Ana Isabel Buescu (FCSH-UNL); Ana Paula Pires (FCSH-UNL); Ângela Domingues (FLUL); António Camões Gouveia (FCSH-UNL); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Bruno Feitler (UNIFEST – Brasil); Carlos Bastien (ISEG); Conceição Meireles (FLUP); Cristina Rodrigues (IHC-UNL); Fernando Pimenta (CESNOVA-UNL); Filomena Barros (UÉ); Gilvan Veiga Dockhorn (UFSM/UDESSM – Brasil); Helena Osswald (FLUP); Heloísa Paulo (CEIS20-UC); Hugo Ribeiro da Silva (CHAM-UNL, CEHR-UCP); Isabel Drumond Braga (FLUL); Isabel Vargues (FLUC); Jaime Gouveia (CHSC-UC); Jean-Pierre Molénat (IRHT – França); José Eduardo Franco (CLEPUL); João Manuel Nunes Torrão (UA); João Marinho dos Santos (FLUC); João Paulo Avelãs Nunes (FLUC); Jorge Alves (FLUP); José Augusto dos Santos Alves (CHAM-UNL); José Augusto Sottomayor Pizarro (FLUP); José Filipe Pinto (U. Lusófona); José Manuel Sardica (UCP); José Maria Amado Mendes (FLUC); José Meirinhos (FLUP); José Varandas (FLUL); Luís Farinha (IHC-UNL); Luís Miguel Duarte (FLUP); Luís Mota (UA); Luís Reis Torgal (FLUC); Manuel Ferreira Rodrigues (UA); Manuel Salamanca López (UCM – Espanha); Margarida Helena de La Féria Valla (U. Lusófona); Margarida Miranda (FLUC); Margarida Sobral Neto (FLUC); Margarida Tavares da Conceição (IHA-UNL); Mário Vítor Bastos (FLUL); Marta Lobo Araújo (UM); Miguel Metelo de Seixas (IEM-UNL, CHAM-UNL); Nair de Nazaré Castro Soares (FLUC); Pedro Calafate (FLUL); Rachel Aisengart Menezes (UFRJ – Brasil); Rui Bebiano (FLUC); Saul António Gomes (FLUC); Sérgio Lira (CLEPUL); Susana Serpa Silva (UAç).

Índice

Editorial.....	9
----------------	---

Artigos

Guilherme de Poitiers e o relato da batalha de Hastings, 950 anos depois William of Poitiers and the battle of Hastings story 950 years later....	13
JOÃO GOUVEIA MONTEIRO	

Questões em torno da unanimidade litúrgica no mosteiro de Alcobaça – séculos XIII a XV Issues around liturgical unanimity in Alcobaça monastery – 13 th -15 th centuries	33
CATARINA FERNANDES BARREIRA	

A dieta dos leprosos numa gafaria medieval: o caso de Coimbra The lepers diet in a medieval leper house: the case of Coimbra	55
ANA RITA ROCHA	

A lógica do poder no <i>Livro de vertuosa benfeytoria</i> The logic of power in the <i>Livro de vertuosa benfeytoria</i>	75
JORGE MANUEL DE MATOS PINA MARTINS PRATA	

Paulmier de Gonneville et le Portugal: un navigateur normand dans la première mondialisation Paulmier de Gonneville and Portugal: a Norman navigator in the first globalization.....	95
CHRISTOPHE MANEUVRIER	

“Dominará de mar a mar, desde o rio até às extremidades da terra”.
 Tópicos da comunicação do poder religioso nos testemunhos escritos
 e visuais luso-brasileiros (séc. XVI-XVIII)
 “He shall have dominion also from sea to sea, from the river to the ends
 of the earth”. Topics of religious power in written and visual Luso-Bra-
 zilian sources (16th-18th centuries)..... 111
 PAOLA NESTOLA

*Nascimento, vida e morte admiráveis do grande servo de Deus Gregório
 Lopes, português, natural da antiga Villa de Linhares: re-ler a história de
 um homem do século XVI na História Moderna de Portugal*
*Nascimento, vida e morte admiráveis do grande servo de Deus Gregório
 Lopes, português, natural da antiga Villa de Linhares: re-reading the
 story of a 16th century man in Portuguese Modern History..... 137*
 LIA F. A. NUNES

O império de um profeta sereno: ensaio de decifração do pensamento
 do padre António Vieira
 A serene prophet’s empire: an essay on deciphering Father António
 Vieira’s thought 163
 ANTÓNIO VÍTOR SANCHES FERREIRA RIBEIRO

As contas da Inquisição portuguesa: o exemplo dos tribunais de Évora
 e Lisboa (1701-1755)
 The Portuguese Inquisition accounts: the example of Évora and Lisbon
 courts (1701-1755) 189
 BRUNO LOPES

*Beati mortui qui in Domino moriuntur. Atitudes perante a morte e locais
 de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra
 (1707-1785)*
*Beati mortui qui in Domino moriuntur. Attitudes towards death and
 burial sites of secular Franciscan brothers in the city of Coimbra
 (1707-1785)..... 217*
 ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA

Cozinhar “à Portuguesa” com Lucas Rigaud. Identidade alimentar por-
 tuguesa no *Cozinheiro Moderno*
 Cooking “à Portuguesa” with Lucas Rigaud. Portuguese food identity
 in the *Cozinheiro Moderno* 243
 JOÃO PEDRO GOMES

O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais The Portuguese liberal exile from 1828-1832, a multidimensional phenomenon: social and cultural practices	271
FÁBIO ALEXANDRE FARIA	
Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, conde de Valbom: um homem da Regeneração Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, earl of Valbom: a man of the Regeneração	293
HUGO SILVEIRA PEREIRA	
La propagation du béton armé au Portugal: les bâtiments industriels comme moyens de divulgation de la technique The diffusion of reinforced concrete in Portugal: industrial buildings as means of technical disclosure	321
MARIANGELA LICORDARI	
O Couto Mineiro do Cabo Mondego e o contributo técnico de Ernest Fleury (1878-1958) na indústria extrativa e cimenteira locais. Um relatório geológico inédito de 1923 The Cape Mondego Mining District and Ernest Fleury's (1878-1958) technical contribution to the extractive industry and the local cement factory. A 1923 unpublished geological report.	343
JOSÉ M. BRANDÃO, PEDRO M. CALLAPEZ, JOSÉ M. SOARES PINTO	
A organização interna do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935) The internal organization of the Republican Nationalist Party (1923-1935).....	369
MANUEL BAIÔA	
João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) na construção do modelo económico do Estado Novo: pensamento e ação política João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) in the building of the <i>Estado Novo's</i> economic model: thought and political action.....	393
LEONARDO ABOIM PIRES	
Acidentes laborais em Coimbra de 1930 a 1935 Labor accidents in Coimbra from 1930 to 1935	413
MÓNICA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DOS SANTOS	

O(s) discurso(s) sobre a organização científica do trabalho: do <i>Diário das Sessões</i> ao <i>Diário do Governo</i> (1945-1974) The speech(es) on scientific management: from the <i>Diário das Sessões</i> to the <i>Diário do Governo</i> (1945-1974).....	431
ANA CARINA AZEVEDO	
«Um editor já desmascarado ou marcado»: a Livraria Moraes Editora e a censura «A publisher already unmasked or marked»: the Livraria Moraes Editora and the censorship.....	453
SARA LUDOVICO	
A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência Salazar's censorship and the colonies: a comprehensive example.....	475
DANIEL MELO	
Contos e prantos da memória sertaneja sobre os rituais fúnebres nas décadas de 30 a 60 do século XX Tales and tears of the countryside memory on funeral rites from the 1930s to the 1960s	497
VICTOR RAFAEL LIMEIRA DA SILVA, LUCAS GOMES DE MEDEIROS	
Recensões	521
Notícias	545
Centro de História da Sociedade e da Cultura – 2015. Breve descrição das atividades desenvolvidas	559
Teses de Doutoramento e/ou 3º Ciclo e Dissertações /Relatórios de Mestrado e/ou 2º Ciclo orientadas ou co-orientadas por investigadores integrados do CHSC em 2015-2016	562

Editorial

É dado à estampa mais um número da *Revista* do Centro de História da Sociedade e da Cultura, publicação periódica iniciada no ano 2001 e que tem procurado preservar a sua identidade, fiel ao modelo generalista temático e diacrónico dos artigos publicados, e manter a regularidade de edição e a periodicidade anual, o que muito se deve à dedicação e à disponibilidade dos membros da unidade de investigação. A exigência científica e uma ampla reflexão sobre a epistemologia da história, articulando-se os estudos de caso com a teorização, têm sido marcas da sua especificidade, recetiva a diferentes formas de praticar e fazer história, no sentido do alargamento de horizontes intelectuais, característica importante num projeto editorial que se pretende singular.

A revista, no entanto, tem evoluído. No momento em que as revistas de ciências sociais e humanas são cada vez mais confrontadas com alterações profundas nas edições científicas, com novas práticas de leitura e distintas formas de certificação do saber, a *Revista de História da Sociedade e da Cultura* adoptou, desde o último número e sem cortar definitivamente com o volume impresso, uma política de acesso aberto integral. Está, para tanto, sediada na *Impactum*, biblioteca digital de publicações periódicas da Imprensa da Universidade de Coimbra, o que lhe tem permitido alargar o público leitor e alcançar uma maior difusão e visibilidade internacional.

Neste volume de 2016 transparece um intenso dinamismo historiográfico e um labor investigativo muito eclético, bem visível no espetro alargado das temáticas desenvolvidas, tão desafiantes quanto inovadoras, e que se prolongam desde a Alta Idade Média ao século XX. Num total de vinte e dois artigos, redigidos em português e em francês, abordam-se matérias tão diversas como religião, poder, organização partidária, exílio, censura política, rituais fúnebres, alimentação, acidentes de trabalho, entre outros, sendo alguns textos profundamente inovadores. Apraz igualmente registar a forte

participação de jovens investigadores, o que reflete um dos eixos estratégicos desta unidade de I&D: o compromisso com o ensino, a investigação e a formação avançada.

A coordenação deste número da *Revista* esteve a cargo da Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão, a quem muito se agradece o trabalho que empreendeu para lhe dar corpo e sistematização. Sem o seu empenhamento pessoal, profissionalismo e dedicação teria sido bem mais difícil organizar o volume. A gratidão é extensiva a todos os autores (de artigos, de resenhas críticas e de notícias), bem como aos especialistas que colaboraram na revisão científica dos textos e, naturalmente, à FCT pelo apoio financeiro na concretização desta publicação.

Irene Vaquinhas

Coordenadora Científica do CHSC



ARTIGOS

Guilherme de Poitiers e o relato da batalha de Hastings, 950 anos depois

William of Poitiers and the battle of Hastings story 950 years later

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

Universidade de Coimbra – CHSC
joao.g.monteiro@sapo.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 27.02.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 18.06.2016

Resumo: Este artigo visa evocar, no ano em que se comemora o 950º aniversário da sua ocorrência, aquele que é considerado o combate mais decisivo da história medieval europeia: a batalha de Hastings, travada a 14 de outubro de 1066, no sul de Inglaterra, entre o rei Haroldo II Godwinson e o duque Guilherme de Normandia. E fá-lo de uma forma muito especial, oferecendo ao público de língua portuguesa a tradução dos parágrafos alusivos a este combate redigidos entre 1071 e 1077 pelo clérigo Guilherme de Poitiers, habitualmente citado como a fonte escrita mais importante do evento. O artigo compõe-se de uma introdução (em que se apresenta o autor da narrativa e se recordam os momentos principais da sua vibrante descrição do combate) e de um apêndice, em que se transcreve a fonte latina e se apresenta (julgamos que pela primeira vez, pelo menos em versão bilingue) a respetiva tradução portuguesa.

Palavras-chave: batalha de Hastings, conquista normanda de Inglaterra, Guilherme II da Normandia, Harold II Godwinson, guerra medieval.

Abstract: This paper aims to evoke, in the year of the commemoration of the 950th anniversary of its occurrence, the one that is considered the most decisive battle of European medieval history: the Battle of Hastings, fought on October 14, 1066, in southern England, between King Harold II Godwinson and the Duke William of Normandy. And this is done in a very special way, providing to the Portuguese-speaking public the translation of the paragraphs alluding to this combat which were produced between 1071 and 1077 by the clergyman William of Poitiers usually quoted as the most important written source of the event. The article consists of an introduction (in which the narrative's author is presented and the main moments of his vibrant combat's description are recalled) and an appendix, where the Latin text is transcribed and the corresponding Portuguese translation presented (we believe that for the first time, at least in a bilingual version).

Keywords: battle of Hastings, Norman conquest of England, William II of Normandy, Harold II Godwinson, Medieval war.

Apresentação

A batalha de Hastings, travada no sul de Inglaterra (a uma dúzia de quilômetros da costa) no dia 14 de outubro de 1066, opôs a melhor cavalaria que a Europa ocidental conheceu desde os exércitos carolíngios (a cavalaria normanda) a uma das melhores infantarias coevas (a infantaria anglo-saxônica). Em resultado deste combate, Guilherme, o segundo duque da Normandia e o líder do exército invasor, tornou-se rei de Inglaterra (foi coroado em Westminster no Natal de 1066), sucedendo assim ao seu rival e antigo aliado Haroldo II Godwinson, que encontrou a morte no campo de batalha de Hastings.

O combate parece ter sido excepcionalmente demorado (talvez umas nove horas), o que mostra como a luta foi tremendamente renhida, com ambas as hostes a fazerem jus aos seus pergaminhos marciais. No fundo, a parada era altíssima, pois estava em causa a possibilidade de uma potência estrangeira (a Normandia) conquistar de uma só penada um dos mais ricos e apetecíveis reinos europeus: a Inglaterra. A vitória de Guilherme fez com que este país ‘mudasse de mãos’ e com que se tivesse, a partir de então, constituído uma espécie de reino transcanal da Mancha, com os monarcas de Inglaterra a dominarem, simultaneamente, a Normandia e outros territórios da atual França. A médio prazo, isso possibilitaria o florescimento do célebre Império Angevino, de que foi principal titular o rei Henrique II Plantageneta (1154-1189), filho de uma neta de Guilherme “O Conquistador” e marido daquela que foi, talvez, a mulher mais famosa do século XII europeu – Leonor da Aquitânia, de quem teve vários filhos, entre os quais dois que a História e a Sétima Arte celebrizaram: Ricardo “Coração de Leão” e João “Sem Terra”. Como é bem sabido, o citado entrelaçamento franco-britânico estaria na origem de muitas disputas nos séculos seguintes e só conheceria o seu termo com a vitória da coroa da flor-de-lis na Guerra dos Cem Anos, em 1453.

Estamos, assim, perante uma batalha decisiva, ou seja, perante uma batalha que produziu um efeito que muito dificilmente teria ocorrido se este combate não se tivesse realizado, o que não é vulgar na história do Ocidente, desde a época recuada das falanges hoplitas. Pela sua repercussão política, pela qualidade e elevado número de efetivos empregues nas hostes em presença (cerca de 10 000 Ingleses contra 7000 ou 8000 Normandos) e pela duração excepcional do combate, não admira que os historiadores militares de hoje concordem em considerar Hastings como o acontecimento militar mais relevante de toda a história medieval europeia!

Mas a dimensão inusitada do evento foi desde logo sentida pelos observadores contemporâneos. De tal modo que dispomos ainda hoje de uma quantidade invulgar de testemunhos sobre esta batalha, alguns deles veiculando a perspetiva normanda do acontecimento, outros exprimindo o ponto de vista dos vencidos – os Ingleses.

Entre estas últimas fontes, devemos destacar a *Crónica Anglo-Saxónica*, uma designação genérica que engloba uma série de anais que foram escritos em inglês antigo, em diferentes centros monásticos anglo-saxónicos. Trata-se de relatos aparentados mas, ainda assim, distintos, que devem ter constituído versões diferentes de um trabalho começado ainda no tempo do rei Alfredo “o Grande” (871-899), sob a forma de registos ano a ano e não de uma narrativa estruturada e contínua, em forma de uma verdadeira “crónica”. Com isto, a obra, tornada ‘património monástico comum’, foi conhecendo acrescentos posteriores nesta ou naquela abadia, circunstância que deu origem a versões ligeiramente diferentes. No fundo, o que acontecia é que uma casa religiosa beneditina tomava de empréstimo a versão de uma outra casa e depois tratava de interpolar os acontecimentos e comentários que entendia, de acordo com as suas necessidades e conveniências. Existem hoje cinco versões principais da *Crónica Anglo-Saxónica*, das quais três abrangem o período compreendido entre 1042 e 1079, incluindo portanto a batalha de Hastings; duas dessas versões devem ter sido compostas na região de York, e a outra no mosteiro de Peterborough, a sudeste de Lincoln¹.

Na primeira metade do século XII, em Worcester (não longe de Oxford), um monge de nome João deve ter-se servido de uma versão entretanto perdida da *Crónica Anglo-Saxónica*, assim como de diversos outros materiais (incluindo obras de Beda “O Venerável”, de Asser e de Guilherme de Malmesbury, entre outras) para compor o seu *Chronicon ex Chronicis*, uma compilação de narrativas que começa com a Criação do mundo e que termina em 1140. Este trabalho de João de Worcester, eventualmente iniciado por um seu antecessor de nome Florêncio, oferece-nos a particularidade de apresentar um ponto de vista dos acontecimentos de 1066 depurado pela adaptação anglo-saxónica que se seguiu à conquista normanda (Morillo 1996: 29-32).

De entre as fontes normandas, uma há que merece uma atenção e um carinho especiais, pois depressa se tornou um caso singular e um dos mais belos documentos iconográficos medievais: refiro-me ao notável bordado

¹ Para um conhecimento selecionado e análise crítica das principais fontes (normandas e anglo-saxónicas) alusivas à batalha de Hastings, é obrigatório ver-se Morillo 1996.

histórico conhecido como a “Tapeçaria de Bayeux”, produzido pouco tempo depois da batalha e destinado, ao que tudo indica, a valorizar a cerimônia de dedicação da catedral de Bayeux (uma praça da Normandia, não longe de Caen), que teve lugar em 1077. Trata-se de uma obra artesanal de grande requinte, provavelmente fabricada em Inglaterra (talvez em Canterbury, onde existia uma grande escola de bordado decorativo em que predominavam um *design* e uma técnica manufatureira semelhantes) por ordem do bispo Odão de Bayeux, meio-irmão do duque Guilherme e testemunha ocular do combate². A Tapeçaria de Bayeux é formada por oito peças que foram habilidosamente cosidas umas às outras de forma a comporem um único e extenso painel com mais de 70 metros de comprimento e apenas meio metro de altura. A tela base de suporte é feita de linho branco e sobre ela foi depois inscrito um bordado colorido à base de tons de vermelho, verde, azul e castanho-amarelado. A narrativa principia em 1064, com os antecedentes do conflito entre Guilherme e Haroldo II, e é documentada por centenas de figuras humanas e animais, para além da representação de muitos equipamentos militares, de navios e de alguns edifícios. As diversas cenas são, curiosamente, separadas por árvores retorcidas e, pormenor nada despreciando, o bordado inclui *pari passu* uma legenda em latim que enriquece extraordinariamente este documento e que leva a que ele seja considerado, por muitos, como a banda desenhada mais antiga do mundo... É um grande privilégio (e, tendo em conta aquilo que se sabe acerca do seu acidentado percurso, um autêntico milagre) que a Tapeçaria de Bayeux tenha chegado quase completa aos nossos dias e possa ser hoje comodamente apreciada no museu que lhe foi dedicado em Bayeux (o Centre Guillaume-le-Conquérant).

Entre as fontes escritas de orientação normanda, devemos destacar dois casos. Por um lado, a *Gesta Normannorum ducum* (“Gesta dos Duques dos Normandos”), composta cerca de 1070 por um clérigo normando com fortes ligações a Inglaterra, chamado Guilherme de Jumièges. Embora o seu relato sobre a batalha de Hastings se dilua um pouco no conjunto da narrativa (uma história de todos os duques normandos, e não apenas de “O Conquistador”), a descrição de Guilherme de Jumièges parece ter conhecido grande sucesso na época e terá tido uma difusão bastante alargada, tendo mesmo sido copiada e interpolada por vários cronistas posteriores, entre os quais Orderico Vital ou Roberto de Torigny (Morillo 1996: 17-19).

² Para um estudo detalhado da Tapeçaria de Bayeux, profusamente documentado com miniaturas comentadas de todas as cenas deste bordado histórico, veja-se Rud 2001.

Mas a fonte escrita de orientação normanda mais importante e mais útil na reconstituição da decisiva batalha de Hastings é, sem dúvida, a crônica de Guilherme de Poitiers, intitulada *Gesta Guillelmi ducis Normannorum et regis Anglorum* (“Gesta de Guilherme, duque dos Normandos e rei dos Ingleses”). Esta obra foi composta entre 1071 e 1077, num período em que a memória do combate estava ainda muito fresca e em que permaneciam vivas muitas testemunhas oculares do prélio. O relato de Guilherme de Poitiers foi impresso nos inícios do século XVII (1619) pelo famoso editor André Duchesne, que utilizou um manuscrito algo danificado e incompleto, nomeadamente nas suas partes inicial e final. Posteriormente, deu-se a infelicidade de este manuscrito único se perder, provavelmente por ocasião do incêndio que atingiu, em 1731, a chamada Cottonian Library – a biblioteca privada do maior antiquário e bibliófilo do período Stuart, Sir Rober Cotton, falecido em 1631 e cuja coleção parece ter estado na origem da fabulosa British Library.

A narrativa de Guilherme de Poitiers principia em 1047, ou seja, quase no início do reinado de Eduardo “O Confessor” (o monarca anglo-saxónico que, ao regressar de um longo exílio na Normandia, pôs fim ao curto domínio viquingue sobre a Inglaterra) e prolonga-se até 1068, dois anos volvidos sobre o terrível combate de Hastings e sobre a morte de Haroldo II Godwinson, o monarca que, em janeiro de 1066, substituíra no trono de Inglaterra o falecido Eduardo. Portanto, Guilherme teve oportunidade de expor as motivações remotas e próximas do conflito, enfatizando a circunstância de a entronização de Haroldo II em Westminster ter constituído uma flagrante violação das promessas repetidamente feitas, tanto por Eduardo como pelo próprio Haroldo, ao duque da Normandia, que assim acalentaria legítimas expectativas de se tornar rei de Inglaterra logo que Eduardo (seu parente remoto) falecesse³.

Guilherme de Poitiers deve ter nascido na Normandia (talvez em Les Préaux, nas proximidades de Pont-Audemer) na segunda metade da década de 1020. Oriundo de um clã nobre e abastado (tanto quanto se julga, aparentado ou vassalo da famosa linhagem dos Beaumont), Guilherme teve direito a uma educação requintada: estudou em Poitiers e recebeu instrução militar especializada, o que desde logo o capacitou para uma descrição particularmente precisa dos episódios militares que haveria de evocar nas suas narrativas. É provável que, durante a sua juventude, tenha chegado a servir na hoste do duque da Normandia, Guilherme II, que assumira desassombadamente o título ducal cerca de 1046 e que enfrentou, até ao início da década de 1050,

³ Sobre os antecedentes políticos da batalha de Hastings, veja-se, por todos Bradbury 2005.

uma situação militar extremamente ingrata, que conseguiu superar ao vencer o conde de Anjou e o próprio rei de França (Henrique I), iniciando depois um processo de expansão do território normando que o levaria a conquistas importantíssimas nas regiões vizinhas da Bretanha e do Maine.

Estima-se que, em data muito próxima de 1050 (talvez um ano antes), Guilherme tenha decidido poisar as armas para abraçar a carreira eclesiástica. Terá estudado na famosa escola de Santo Hilário “O Grande”, em Poitiers, e, de acordo com Orderico Vital (um escritor de origem normando-inglesa falecido em 1141 ou 1142, graças ao qual sabemos muito acerca de Guilherme de Poitiers, cuja crónica continuou e, em certo sentido, preservou até 1075), terá regressado à Normandia para aprofundar os seus conhecimentos literários, tornando-se com isso um dos homens mais cultos do seu tempo, pelo menos na região noroeste da atual França.

Graças a esta boa formação, simultaneamente marcial, eclesiástica, literária e jurídica, Guilherme mereceu a atenção e as boas graças do duque Guilherme II, de quem se tornou capelão, vindo mais tarde a obter a dignidade de Arquidiácono de Lisieux (é, aliás, nesta última qualidade que ele se apresenta como autor da *Gesta*). Tanto quanto sabemos, Guilherme de Poitiers não participou pessoalmente na batalha de Hastings, mas pouco depois da grande vitória normanda viajou para Inglaterra, onde serviu diligentemente o novo monarca como seu capelão. Nestas condições, teve acesso privilegiado a numerosas fontes orais (e, eventualmente, escritas também) sobre o grande combate, parecendo-nos também provável que tenha podido acompanhar, ainda que pontualmente, a feitura da Tapeçaria de Bayeux, de que era mandante um familiar próximo do seu senhor e que estaria em curso de produção numa cidade de enorme relevância eclesiástica (Canterbury) não demasiado distante da corte londrina!

O final de vida de Guilherme de Poitiers é mais incerto. Poderá, na sua velhice, ter-se simplesmente retirado para um estabelecimento eclesiástico da sua preferência (talvez Saint-Évroul, na diocese de Lisieux, onde pode muito bem ter conhecido Orderico Vital), mas poderá também ter sentido dificuldades em sobreviver politicamente ao conturbado período que correspondeu aos últimos anos do reinado de Guilherme (falecido em 1087) e aos primeiros anos do governo do seu sucessor, Guilherme “O Ruivo”, anos esses durante os quais se fez sentir a forte contestação ao vencedor de Hastings por parte do seu primogénito (Roberto Courteheuse), para além de graves desentendimentos entre o rei Guilherme e o seu meio-irmão e bispo de Bayeux, Odão, que forçariam mesmo a fuga deste último para Itália. Esta leitura mais atribulada do final de vida do nosso autor parece corroborada por

Orderico Vital, que alude às “circunstâncias desfavoráveis” que obrigaram o capelão a pôr de lado o trabalho acerca dos feitos do monarca seu patrono⁴.

De um modo geral, a descrição que Guilherme de Poitiers faz acerca do combate de Hastings é bastante equilibrada e fiável, ainda que não possamos esquecer a circunstância de o objetivo principal da narrativa consistir em elogiar o novo rei de Inglaterra e em justificar o mérito e até a justeza ética e moral da sua ascensão a esse título. Bom conhecedor da prosa latina, o capelão não hesita em recorrer a uma retórica heroica e a modelos clássicos (como, por exemplo, os “Comentários sobre a guerra da Gália”, de Júlio César) para ornamentar a sua narrativa e imprimir-lhe a aura desejada, compatível com os pergaminhos conquistados pelo seu velho amigo e protetor, o duque normando, por via da estrondosa vitória alcançada no campo de batalha de Hastings.

Claro que esta dimensão panegírica do relato de Guilherme de Poitiers prejudica a sua qualidade como historiador e distorce parcialmente os retratos que ele apresenta das principais personagens envolvidas nesta história. Ainda assim, do ponto de vista militar (que é a perspetiva que aqui mais nos interessa), tanto pela sua contemporaneidade (realçada no próprio título da obra), como pela sua familiaridade com muitos dos protagonistas da batalha e ainda pelo seu bom conhecimento do território onde ocorreu a campanha (incluindo, provavelmente, o próprio campo de batalha, onde o duque-rei mandaria construir a formosa abadia de Battle), a abrangente e detalhada narrativa do capelão é absolutamente preciosa e insubstituível, superando qualquer outro relato do acontecimento.

Por esse motivo, entendemos que tinha chegado a hora de a dar a conhecer ao público de língua portuguesa, utilizando para tanto a lição latina mais adequada. Uma vez que estamos a centrar o objeto teórico do nosso trabalho no combate travado a 14 de outubro de 1066, cerca de 11 km a norte de Hastings, limitaremos a nossa tradução a nove parágrafos da Segunda Parte da longa e minuciosa crónica de Guilherme de Poitiers, deixando para outra ocasião a possibilidade de traduzir integralmente, do latim para português, esta valiosa obra⁵.

Os parágrafos selecionados (Parte II, 17 a 25) incluem toda a descrição da batalha propriamente dita. À guisa de introdução, e para facilitar a consulta da fonte pelo leitor, podemos seccionar esta parte da narrativa em 10 fases principais:

⁴ Cf. *The Gesta Gvillelmi of William of Poitiers* 2006: XVI.

⁵ Para uma visão de conjunto da história política de Inglaterra ao tempo da campanha de Hastings, com todos os detalhes relevantes sobre a disputa que conduziu os exércitos normando e anglo-saxónico a dirimir forças no campo onde hoje está a abadia de Battle, veja-se Monteiro 2012: 189-327.

1. O cronista começa por explicar que, depois de os dois exércitos inimigos se disporem no campo de batalha, foi a “fogosa audácia dos Normandos” que conduziu à abertura das hostilidades; o ataque inicial – à base de arqueiros, besteiros e tropas apedadas – foi intenso, mas os Ingleses aguentaram estoicamente a investida, com a infantaria anglo-saxónica a fazer jus ao seu prestígio e a arremessar lanças, dardos, machados e pedras contra os invasores. Com isto, os peões normandos foram obrigados a recuar, sob pena de serem “imediatamente esmagados por tudo isto, tal como por uma mole mortífera” (§ 17).

2. O duque mandou então a sua cavalaria, que tinha formado em posição recuada, avançar e dar continuidade ao combate. Desse modo, os cavaleiros ao serviço de Guilherme (Normandos, mas também Bretões, Flamengos e outros) “tornam-se os primeiros” e, não desejando ser considerados cobardes, abdicam do combate à distância por meio do arremesso de lanças e “ousam travar combate com as espadas”. Isto fez ressoar no campo de batalha um enorme clamor, “aqui normando, ali estrangeiro (...) abafado pelo ruído das armas e pelos gemidos dos moribundos”. Nesta fase, os homens de Haroldo II achavam-se ainda em vantagem, pois ocupavam uma posição elevada na colina de Senlac (a referência toponímica deve-se a Orderico Vital), o que dava ainda maior força à sua “formação muito cerrada” e permitia tirar bom partido do seu “grande número e corpos robustíssimos”, já para não falar na qualidade das suas armas, que facilmente penetravam os escudos e as restantes proteções defensivas dos normandos (§ 17).

3. Graças a isto, os cavaleiros bretões e outra tropa montada auxiliar posicionada no lado esquerdo, “aterrorizados por esta violência”, puseram-se em fuga. A debandada foi ainda estimulada por um rumor que circulou então no campo de batalha e que indicava que Guilherme tinha sido abatido! Com isso, “quase toda a linha do duque cede”, sendo perseguida por uma grande quantidade de peonagem anglo-saxónica. Este boato terá estado relacionado com o facto de três dos cavalos de Guilherme terem sido liquidados durante a refrega, obrigando o chefe normando a encontrar montadas alternativas. Certo é que a situação se tornou gravíssima para os invasores, e só o sangue frio do duque permitiu evitar males maiores: Guilherme “correu ao encontro dos [normandos] que fugiam e barrou-lhes o passo”; a seguir, “descoberta a cabeça após ter levantado o elmo, disse em voz bem alta: ‘Olhai para mim. Estou vivo e vencerei, com a ajuda de Deus. Que loucura vos leva a fugir? (...) Fugindo, nenhum de vós escapará à morte’”. Esta iniciativa do carismático líder, também documentada pelas belas ilustrações da Tapeçaria de Bayeux, permitiu estancar *in extremis* a fuga dos Normandos, que recobramos ânimo para reiniciar o assalto à parede de escudos adversária; pelo caminho, conseguiram ainda liquidar todos os seus perseguidores (o capelão fala, com evidente exagero, em

“alguns milhares”), que já estariam a antegozar a vitória e que não contariam com esta reviravolta no ordenamento dos seus inimigos (§ 17 e 18).

4. O combate prossegue, mais aceso do que nunca, pois a hoste anglo-saxónica, embora tivesse sofrido “enormes baixas”, continua a oferecer uma resistência tenaz, com os peões anglo-saxónicos a esforçarem-se por “não abrirem nenhuma brecha aos [cavaleiros normandos] que desejavam penetrar”. Assim, a parede de escudos sob o comando de Haroldo II Godwinson mantinha-se de tal maneira cerrada que “os seus mortos mal podiam cair”, por não terem espaço para o efeito (§ 19)...

5. É então que Guilherme, que não podia correr o risco de travar uma batalha com resultado indeciso, uma vez que era ele que atuava fora do seu território (para mais numa altura já bastante tardia do ano) e o seu adversário já tinha sido coroado em Westminster, decide recorrer a um estratagema há muito conhecido dos Normandos: a fuga simulada. O cronista explica que a ideia pode ter surgido quando os comandantes normandos se lembraram “da oportunidade favorável que, pouco antes, a fuga lhes tinha proporcionado” (*vide supra*, fase 3). Assim, “ao reconhecerem que não podiam vencer um inimigo tão numeroso e, ao mesmo tempo, tão resistente, os Normandos e os seus aliados voltaram as costas, simulando deliberadamente uma fuga”. Incautos, os homens de Haroldo II caíram na armadilha e rejubilaram prematuramente: “tal como antes tinha sucedido, alguns milhares, como se voassem, ousaram perseguir aqueles que julgavam que estavam a fugir”. Ora, isto era justamente o que os Normandos pretendiam: subitamente, “fazendo meia-volta com os seus cavalos, mataram por toda a parte os inimigos surpreendidos e cercados, não deixando nenhum vivo” (§ 20)!

6. Depois de recorrerem duas vezes a este estratagema da fuga simulada, os homens de Guilherme atacaram com “um entusiasmo ainda maior” os Ingleses, que resistiam como podiam na sua sólida posição, situada a meia altura da colina de Senlac. No entanto, apesar do ímpeto furioso dos invasores, galvanizados pelo sucesso da sua estratégia, continuava a revelar-se impossível penetrar a debilitada mas heroica muralha anglo-saxónica. O combate evolui então para uma fase algo incaracterística, “em que uma das partes avança com ataques e movimentos diferenciados e a outra resiste como que pregada ao chão” (§ 21). Percebe-se que, nesta altura, fragilizados também pela morte prematura de dois dos irmãos de Haroldo II (Gyrd e Leofwine), os Ingleses só conseguem defender, não alimentando já nenhuma veleidade de voltar a ensaiar uma qualquer contra-ofensiva. Para Guilherme II, era uma questão de tempo, mas a tarde corria veloz e era bom que o líder normando assegurasse a vitória antes de a noite cair sobre o campo de batalha!

7. Por volta das 19h, segundo as estimativas modernas, com um exército anglo-saxónico exausto (tanto mais que muitos dos efetivos tinham combatido a 25 de setembro em Stamford Bridge, perto de York, tendo sido obrigados a percorrer cerca de 700 km em regime de marcha forçada, em menos de um mês, para acorrerem aos fogos quase simultâneos das invasões norueguesa e normanda⁶), o duque, que de acordo com o seu capelão continuava a assumir um protagonismo decisivo na refrega, optou por jogar o seu derradeiro trunfo, claramente documentado na Tapeçaria de Bayeux: reuniu de novo os seus arqueiros e ordenou-lhes que avançassem outra vez para a linha da frente, tal como havia sucedido na fase inicial do prélio e como forma de debilitar definitivamente a parede de escudos inimiga, antes da investida final da cavalaria normanda: “Os Anglos enfraquecem e, como que confessando a sua culpa pela derrota, sofrem o castigo. Os Normandos lançam setas, ferem, trespassam; os mortos, ao cair, parecem mover-se mais do que os vivos. Não é permitido aos feridos ligeiros escapar, uma vez que a concentração dos seus companheiros os mata por esmagamento. E, assim, a fortuna correu a favor de Guilherme apressando o seu triunfo” (§ 21).

8. A determinada altura, neste ‘tudo por tudo’ lançado já “ao fim do dia”, o próprio rei de Inglaterra é abatido (segundo a Tapeçaria, por um disparo de flecha que lhe entrou pelo olho). O desfecho da batalha tornava-se, assim, irreversível: o exército anglo-saxónico, muito “enfraquecido devido à morte de muitas tropas”, compreendeu que “já não era capaz de resistir aos Normandos por muito mais tempo”, já que aqueles que ainda teimavam em lutar “estavam com as forças quase esgotadas” e não havia “auxílio algum que pudessem esperar”. Desse modo, voltaram as costas e “puseram-se em fuga o mais rapidamente possível, uns em cavalos a que deitaram a mão, outros a pé; uma parte pelas estradas, outra, por lugares ermos. (...) Muitos acabaram cadáveres em florestas recônditas e muitos, caídos ao longo dos caminhos, foram um obstáculo para os que vinham atrás”. Os Normandos, pelo seu lado, numa descarga de ódios e de medos bem típica de um final de batalha, perseguiram-nos com ardor, “golpeando-lhes as costas culpadas e consumando a vitória” (§ 23).

9. Durante a fuga, alguns Ingleses conseguiram ainda refugiar-se numa “trincheira quebrada” com “numerosos fossos”, isto é, numa zona de valas e de pregas traiçoeiras no terreno, onde atraíram e liquidaram muitos cavaleiros normandos que os perseguiram de forma menos organizada e mais eufórica. Guilherme, apesar dos avisos em sentido contrário do muito duvi-

⁶ Sobre a invasão do rei escandinavo Harald Hardrada e a batalha de Stamford Bridge, veja-se, por todos: DeVries 1999: *passim*.

doso Eustáquio de Boulogne (cunhado de Eduardo “O Confessor”) teve de acorrer para evitar males maiores, e lamentou a morte de alguns Normandos ilustres nesta fase tardia do combate, tanto mais que a sua coragem “foi inútil devido à desvantagem do terreno” (§ 24). Anos mais tarde, a crónica escrita na abadia de Battle batizaria esta zona do campo de batalha com a designação de “Malfosse”, e também Orderico Vital, a partir dos relatos de Guilherme de Poitiers e de Guilherme de Jumièges, aludiria a este incidente infeliz, que castigou duramente e de forma inesperada a hoste vitoriosa⁷.

10. Consumadas a fuga e a chacina, Guilherme e os seus homens regressaram ao campo de batalha, onde “a flor da nobreza e da juventude dos Anglos, manchada de sangue, cobria uma grande extensão do terreno”. Os corpos dos três irmãos Godwinson (Haroldo, Gyrd e Leofwine) foram encontrados perto uns dos outros, mas, segundo o capelão, o do monarca apenas “foi reconhecido por alguns sinais e não pela sua fisionomia”, de tão desfigurado que estava. Seria levado para o acampamento do duque, onde a mãe o reclamou, oferecendo “pelo corpo do filho querido o seu peso em ouro”. Em vão: Guilherme tinha consciência de que “não era digno receber ouro por uma tal transação”, além de que – supomos nós – também não estaria interessado em fomentar qualquer culto de um mártir. Por isso, explica o capelão com ironia mordaz, mandou-o sepultar em local desconhecido, junto à costa, “como guardião do litoral e do mar que ele [Haroldo, prevendo a invasão normanda], como um louco, antes tinha ocupado pelas armas” (§ 25)...

Terminava assim, de forma dramática, faz agora precisamente 950 anos, um dos dias mais longos e mais decisivos da história medieval europeia. Restava a Guilherme de Poitiers, o clérigo que fora soldado e que nos deixou a melhor narrativa da batalha, sentenciar moralmente o desfecho do ordálio. Afinal, a vitória do duque da Normandia não fora senão a comprovação da estultícia e do perjúrio do jovem monarca anglo-saxónico. Nos céus da velha Bretanha, o aparecimento de um “cometa” (sabemos hoje que se tratou do cometa Halley, que fez a sua aparição a 24 de abril de 1066 e que foi visível durante cerca de uma semana) bem que tinha predito a desgraça do rei usurpador⁸...

⁷ Cf. Brown 1996: 215-216. De acordo com Bradbury 2005: 154, o “Malfosse” (entretanto identificado pelos investigadores que mais demoradamente examinaram o campo de batalha) situa-se cerca de 580 metros a norte da colina de Caldbec (um pouco acima de Senlac) e configura um obstáculo formado por uma ravina íngreme, delimitada por arbustos e incluindo também uma linha de água.

⁸ Este juízo moral e a referência ao cometa ocupam as últimas linhas do § 25 da Segunda Parte da *Gesta*, as quais não foram incluídas na nossa tradução por razões de economia de espaço e por já não dizerem respeito à descrição da batalha.

APÊNDICE
GESTA GVILLELMI DVCIS NORMANNORVM ET REGIS ANGLORVM A
GVILLELMO PICTAVENSI LEXIOVIORVM ARCHIDIACONO
CONTEMPORANEO SCRIPTA⁹
PARS SECVNDA

(...)

17. Terribilis clangor lituorum pugnae signa cecinit utrinque. Normannorum alacris audacia pugnae principium dedit. Taliter cum oratores in iudicium litem agunt de rapina, prior ferit dictione qui crimen intendit. Pedites itaque Normanni propius accedentes prouocant Anglos, missilibus in eos uulnera dirigunt atque necem. Illi contra fortiter, quo quisque ualet ingenio, resistunt. Iactant cuspides ac diuersorum generum tela, saeuissimas quasque secures, et lignis imposita saxa. Iis, ueluti mole letifera, statim nostros obrui putares. Subueniunt equites, et qui posteriores fuere fiunt primi. Pudet minus pugnare, gladiis rem gerere audent. Altissimus clamor, hinc Normannicus, illinc barbaricus, armorum sonitu et gemitu morientium superator. Sic aliquandiu summa ui certatur ab utrisque. Angli nimium adiuuantur superioris loci opportunitate, quem sine procurso tenent, et maxime conferti; ingenti quoque numerositate sua atque ualidissima corpulentia; praeterea pugnae instrumentis, quae facile per scuta uel alia tegmina uiam inueniunt. Fortissime itaque sustinent uel propellunt ausos in se districtum ensibus impetum facere. Vulnerat et eos qui minus in se iacula coniiiciunt. Ecce igitur hac saeuitia perterriti auertuntur pedites pariter atque equites Britanni, et quotquot auxiliares erant in sinistro cornu; cedit fere cuncta ducis acies, quod cum pace dictum sit Normannorum inuictissimae nationis. Romanae maiestatis exercitus, copias regum continens, uincere solitus terra marique, fugit aliquando, cum ducem suum sciret aut crederet occisum. Credidere Normanni ducem ac dominum suum cecidisse. Non ergo nimis pudenda fuga cessere; minime uero dolenda, cum plurimum iuuerit.

18. Princeps namque prospiciens multam partem aduersae stationis prosiluisse, et insequi terga suorum, fugientibus occurrit et obstitit, uerberans aut minans hasta. Nudato insuper capite detractaque galea exclamans. ‘Me’, inquit, ‘circumspicite. Viuo

⁹ Versão latina publicada por R. H. C. Davis e Marjorie Chibnall (2006). *The GESTA GVILLELMI of William of Poitiers*. Oxford: Clarendon Press, 2006 (ed. orig: 1998); o trecho selecionado (Parte II, parágrafos 17 a 25), alusivo à batalha de Hastings, encontra-se nas pp. 128-141. Os editores-tradutores utilizaram como fonte principal o texto de André Duchesne (Paris, 1619), o primeiro editor desta obra, que se baseou num manuscrito da famosa livreria de Sir Robert Cotton. Considera-se que a edição de Duchesne deve ser muito próxima da original, mas Davis e Chibnall compararam-na ainda com a edição mais recente de Raymonde Foreville (Paris, 1952), a quem se deve a divisão da obra em duas Partes e 108 capítulos, assim como com a *História Eclesiástica* de Orderico Vital, entre outros manuscritos.

et uincam, opitulante Deo. Quae uobis dementia fugam suadet? Quae uia patebit ad effugiendum? Quos ut pecora mactare potestis, depellunt uos et occidunt. Victoriam deseritis, ac perpetuum honorem; in exitium curritis ac perpetuum opprobrium. Abeundo mortem nullus uestrum euadet.' His dictis receperunt animos. Primus ipse procurrit fulminans ense, strauit aduersam gentem, quae sibi, regi suo, rebellans commeruit mortem. Exardentes Normanni et circumuenientes aliquot millia insecta se, momento deleuerunt ea, ut ne quidem unus superesset.

19. Ita confirmati, uehementius immanitatem exercitus inuaserunt, qui maximum detrimentum passus non uidebatur minor. Angli confidenter totis uiribus oppugnabant, id maxime laborantes, ne quem aditum irrumpere uolentibus aperirent. Ob nimiam densitatem eorum labi uix potuerunt interempti. Patuerunt tamen in eos uiae incisae per diuersas partes fortissimorum militum ferro. Institerunt eis Cenomanici, Francigenae, Britanni, Aquitani, sed cum praecipua uirtute Normanni. Tiro quidam Normannus Rodbertus, Rogerii de Bellomonte filius, Hugonis de Mellento comitis ex Adelina sorore nepos et haeres, praelium illo die primum experiens, egit quod aeternandum esset laude: cum legione, quam in dextro cornu duxit, irruens ac sternens magna cum audacia. Non est nostrae facultatis, nec permittit intentio nostra, singulorum fortia facta pro merito narrare. Copia dicendi ualentissimus, qui bellum illud suis oculis didicerit, difficillime singula quaeque persequeretur. At huc nos illo properamus, ut finita Guillelmi comitis laude, Guillelmi regis gloriam scribamus.

20. Animaduertentes Normanni sociaque turba, non absque nimio sui incommodo hostem tantum simul resistentem superari posse, terga dederunt, fugam ex industria simulantes. Meminerunt quam optatae rei paulo ante fuga dederit occasionem. Barbaris cum spe uictoriae ingens laetitia exorta est. Sese cohortantes exultante clamore nostros maledictis increpabant, et minabantur cunctos illico ruituros esse. Ausa sunt ut superius aliquot milia quasi uolante cursu, quos fugere putabant, urgere. Normanni repente regiratis equis interceptos et inclusos undique mactauerunt, nullum relinquentes.

21. Bis eo dolo simili euentu usi, reliquos maiori cum alacritate aggressi sunt: aciem adhuc horrendam, et quam difficillimum erat circumuenire. Fit deinde insoliti generis pugna, quam altera pars incursibus et diuersis motibus agit, altera uelut humo affixa tolerat. Languent Angli, et quasi reatum ipso defectu confitentes, uindictam patiuntur. Sagittant, feriunt, perfodiunt Normanni: mortui plus dum cadunt, quam uiui, moueri uidentur. Leuiter sauciatos non permittit euadere, sed comprimendo necat sociorum densitas. Ita felicitas pro Guillelmo triumpho maturando cucurrit.

22. Interfuerunt huic praelio Eustachius Bononiae comes, Guillelmus Ricardi Ebroicensis comitis filius, Goisfredus Rotronis Moritoniae comitis filius, Guillelmus Osberni filius, Haimerius Toarcensis praeses, Gualterius Giffardus, Hugo de

Monteforti, Rodolphus de Toneia, Hugo de Grentmaisnil, Guillelmus de Guarenna, aliique quamplures militaris praestantiae fama celebratissimi et quorum nomina historiarum uoluminibus inter bellicosissimos commendari deceat. Guillelmus uero, dux eorum, adeo praestabat eis fortitudine, quemadmodum prudentia, ut antiquis ducibus Graecorum siue Romanorum qui maxime scriptis laudantur, aliis merito sit praefendus, aliis comparandus. Nobiliter duxit ille cohibens fugam, dans animos, periculi socius; saepius clamans ut uenirent, quam iubens ire. Vnde liquido intelligitur uirtutem illi praeuiam pariter fecisse militibus iter et audaciam. Cor amisit absque uulnere pars hostium non modica, prospiciens hunc admirandum ac terribilem equitem. Equi tres ceciderunt sub eo confossi. Ter ille desiluit intrepidus, nec diu mors uectoris inulta remansit. Hic uelocitas eius, hic robur eius uideri potuit corporis et animi. Scuta, galeas, loricas, irato mucrone et moram dedignante penetrauit; clipeo suo nonnullos collisit. Mirantes eum peditem sui milites, plerique confecti uulneribus, corde sunt redintegrati. Et nonnulli, ‘quos iam sanguis ac uires deficiunt’, scutis innixi uiriliter depugnati, aliqui uoce et nutibus, cum aliud non ualent, socios instigant, ne timide ducem sequantur, ne uictoriam e manibus dimittant. Auxilio ipse multis atque saluti fuit.

Cum Heraldo, tali qualem poemata dicunt Hectorem uel Turnum, non minus auderet Guillelmus congregari singulari certamine, quam Achilles cum Hectore, uel Aeneas cum Turno. Tydeus aduersum insidiosos quinquaginta rupis petiuit opem: Guillelmus par, haud inferior loco, solus non extimuit mille. Scriptor Thebaidos uel Aeneidos, qui libris in ipsis poetica lege de magnis maiora canunt, ex actibus huius uiri aequae magnum, plus dignum conficerent opus uera canendo. Profecto, si quantum dignitas materiae suppeditaret carminibus ediscerent condecensibus, inter diuos ipsorum stili uenustate transferrent eum. Nostra uero tenuis prosa, titulatura ipsius humillime regnantibus pietatem in cultu ueri Dei, qui solus ab aeterno in finem seculorum et ultra Deus est, praelium quo tam fortiter quam iuste uicit, ueraci termino breuiter concludat.

23. Iam inclinato die haud dubie intellexit exercitus Anglorum se stare contra Normannos diutius non ualere. Nouerunt se diminutos interitu multarum legionum; regem ipsum et fratres eius, regnique primates nonnullus occubuisse; quotquot reliqui sunt prope uiribus exhaustos; subsidium quod expectent nullum relictum. Viderunt Normannos non multum decreuisse peremptorum casu, et quasi uirium incrementa pugnando sumerent, acrius quam in principio imminere; ducis eam saeuitiam quae nulli contra stanti parceret; eam fortitudinem quae nisi uictrix non quiesceret. In fugam itaque conuersi quantotius abierunt, alii raptis equis, nonnulli pedites; pars per uias, plerique per auia. Iacuerunt in sanguine qui niterentur, aut surgerent non ualentes profugere. Valentes fecit aliquos salutem ualde cupiens animus. Multi siluestribus in abditis remanserunt cadauera, plures obfuerunt sequentibus

per itinera collapsi. Normanni, licet ignari regionis, auide insequabantur, caedentes rea terga, imponentes manum ultimam secundo negotio. A mortuis etiam equorum unguulae supplicia sumpsere, dum cursus fieret super iacentes.

24. Rediit tamen fugientibus confidentia, nactis ad renouandum certamen maximam opportunitatem praerupti ualli et frequentium fossarum. Gens equidem illa natura semper in ferrum prompta fuit, descendens ab antiqua Saxonum origine ferocissimorum hominum. Propulsi non fuissent, nisi fortissima ui urgente. Regem Noricorum, magno exercitu fretum et bellicoso, quam facile nuper uicerunt. Cernens autem felicitum signorum ductor cohortes inopinato collectas, quamuis nouiter aduenire subsidium putaret, non flexit iter neque substitit, terribilior cum parte hastae quam grandia spicula uibrantes, Eustachium comitem cum militibus quinquaginta auersum, et receptui signa canere uolentem, ne abiret uirili uoce compellauit. Ille contra familiariter in aurem ducis reditum suasit, proximam ei, si pergeret, mortem praedicens. Haec inter uerba percussus Eustachius inter scapulas ictu sonoro, cuius grauitatem statim sanguis demonstrabat naribus et ore, quasi moribundus euasit ope comitum. Dux formidinem omnino dedignans aut dedecus, inuadens protriuit aduersarios. In eo congressu Normannorum aliqui nobiliores ceciderunt, aduersitate loci uirtute eorum impedita.

25. Sic uictoria consummata, ad aream belli regressus, reperit stragem, quam non absque miseratione conspexit, tametsi factam in impios; tametsi tyrannum occidere sit pulchrum, fama gloriosum, beneficio gratum. Late solum operuit sordidatus in cruore flos Anglica nobilitatis atque iuuentutis. Propius regem fratres eius duo reperti sunt. Ipse carens omni decore, quibusdam signis, nequaquam facie, recognitus est, et in castra ducis delatus qui tumultandum eum Guillelmo agnomine Maletto concessit, non matri pro corpore dilectae prolis auri par pondus offerenti. Sciuit enim non decere tali commercio aurum accipi. Aestimauit indignum fore ad matris libitum sepeliri, cuius ob nimiam cupiditatem insepulti remanerent innumerabiles. Dictum est illudendo, oportere situm esse custodem littoris et pelagi, quae cum armis ante uesanus insedit¹⁰.

¹⁰ Termina aqui o relato da batalha, embora, tal como explicámos no final da nossa Apresentação, Guilherme de Poitiers ainda acrescente uma dezena e meia de linhas ao § 25, com o propósito visível de justificar moralmente o desfecho do combate.

**GESTA DE GUILHERME, DUQUE DOS NORMANDOS E REI DOS
INGLESES, ESCRITA NO SEU TEMPO POR GUILHERME DE POITIERS,
ARQUIDIÁCONO DE LISIEUX
SEGUNDA PARTE¹¹**

(...)

17. O estrépito medonho das trombetas fez soar de ambos os lados o sinal para o combate. A fogosa audácia dos Normandos deu início ao prélio, tal como quando num processo judicial os oradores litigam sobre um crime de roubo e é aquele que promove a acusação o primeiro a apresentar as alegações. E assim, os peões normandos, ao aproximarem-se, atacaram os Anglos e infligiram-lhes ferimentos e a morte por meio de mísseis. Os Anglos, por sua vez, resistem corajosamente, cada qual fazendo valer as suas capacidades. Arremessam dardos e projéteis de diferentes tipos, machados pesadíssimos e pedras agarradas a cabos de madeira. Julgar-se-ia que os nossos seriam imediatamente esmagados por tudo isto, tal como por uma mole mortífera. Os cavaleiros vêm então em [seu] socorro e aqueles que [antes] estavam na retaguarda tornam-se os primeiros. Tendo vergonha de lutar à distância, ousam travar combate com as espadas. O altíssimo clamor, aqui normando, ali estrangeiro, é abafado pelo ruído das armas e pelos gemidos dos moribundos. E assim se luta durante algum tempo de ambos os lados com suma violência. Os Anglos são bastante ajudados pela vantagem de uma posição mais elevada, que ocupam sem se deslocarem e em formação muito cerrada, bem como pelo seu grande número e corpos robustíssimos; para além disso, têm a vantagem das armas de combate, que facilmente encontram uma passagem através de escudos e de outras proteções. E assim travam com grande vigor e até repelem aqueles que ousam lançar-lhes um ataque de espadas na mão. E até ferem aqueles que à distância arremessam dardos contra eles. E eis que então, aterrorizados por esta violência, os peões, bem como os cavaleiros bretões e quantos auxiliares estavam no flanco esquerdo, se põem em fuga; quase toda a linha do duque cede, algo que [só] se poderá dizer com a permissão da mui invicta nação dos Normandos. O exército do império romano, que englobava tropas de elite e que estava habituado a vencer em terra e no mar, por vezes fugiu, ao saber ou convencer-se de que o seu chefe tinha sido morto. Os Normandos acreditaram que o seu duque e senhor tinha tombado. Portanto, recuaram numa fuga não muito vergonhosa e, na verdade, de modo nenhum prejudicial, uma vez que muito os ajudaria depois.

18. Com efeito, o seu chefe, ao ver que uma grande parte da formação adversária se tinha precipitado para a frente e perseguia os seus, correu ao encontro

¹¹ Tradução de João Gouveia Monteiro. Devemos um agradecimento sentido ao nosso querido e saudoso amigo e Mestre, Dr. José Eduardo Braga, que, pouco antes de falecer (em 2012), iniciou este projeto connosco e reviu ainda os primeiros trechos desta tradução.

dos que fugiam e barrou-lhes o passo, batendo-lhes e ameaçando-os com a lança. E além disso, descoberta a cabeça após ter levantado o elmo, disse em voz bem alta: ‘Olhai para mim. Estou vivo e vencerei, com a ajuda de Deus. Que loucura vos leva a fugir? Que caminho se abrirá para a fuga? Podeis abater como gado aqueles que vos repelem e matam. Desperdiçais a vitória e a glória eterna; correis para a ruína e para o opróbrio eterno. Fugindo, nenhum de vós escapará à morte. Dito isto, eles recobram o ânimo. E ele mesmo avançou em primeiro lugar, fulminando com a sua espada e abateu a gente inimiga que, ao revoltar-se contra ele, o seu rei, mereceu a morte. Os Normandos, repletos de ardor e cercando alguns milhares que os tinham perseguido, liquidaram-nos num ápice, de tal forma que nenhum sobreviveu.

19. Encorajados por este sucesso, atacaram com mais energia o grosso do exército inimigo, que não parecia diminuído apesar de ter sofrido enormes baixas. Os Anglos lutavam cheios de confiança com todas as suas capacidades, esforçando-se sobretudo em não abrirem nenhuma brecha aos que desejavam penetrar. Devido à sua formação bastante cerrada, os seus mortos mal podiam cair. Contudo, surgiram entre eles aberturas em diferentes partes talhadas pelo ferro de guerreiros valentíssimos. Faziam-lhes frente homens do Maine, da Ilha-de-França, da Bretanha e da Aquitânia, mas com especial coragem os da Normandia. Um certo mancebo normando, Roberto, filho de Rogério de Beaumont, sobrinho e herdeiro de Hugo (conde de Melun) por parte da irmã Adelina, que travava naquele dia a sua primeira batalha, praticou um feito que devia ser eternizado pela glória: com o esquadrão que ele chefiava no flanco direito, caiu sobre os inimigos e aniquilou-os com uma grande audácia. Não está nas nossas competências nem nos permite o nosso propósito narrar os altos feitos de cada um de acordo com o seu mérito. O escritor mais notável pelos seus dotes oratórios que tenha presenciado esta batalha com os seus próprios olhos muito dificilmente poderia ter seguido cada uma das ações. Mas, por agora, nós apressamo-nos para que, depois de terminar o louvor do conde Guilherme, celebremos o louvor do rei Guilherme.

20. Ao reconhecerem que não podiam vencer um inimigo tão numeroso e, ao mesmo tempo, tão resistente, os Normandos e os seus aliados voltaram as costas simulando deliberadamente uma fuga. Lembravam-se da oportunidade favorável que, pouco antes, a fuga lhes tinha proporcionado. Entre os bárbaros surgiu uma imensa alegria com a esperança da vitória. Exortando-se mutuamente com um clamor exuberante, incentivavam os nossos com injúrias e ameaçavam que todos cairiam de imediato. Tal como antes tinha sucedido, alguns milhares, como se voassem, ousaram perseguir aqueles que julgavam que estavam a fugir. De repente, os Normandos, fazendo meia-volta com os seus cavalos, mataram por toda a parte os inimigos surpreendidos e cercados, não deixando nenhum vivo.

21. Tendo usado duas vezes este estratagema com o mesmo sucesso, atacaram os restantes com um entusiasmo ainda maior. Até esse momento, era muitíssimo difícil cer-

car a terrível formação inimiga. Trava-se então um combate de natureza insólita, em que uma das partes avança com ataques e movimentos diferenciados e a outra resiste como que pregada ao chão. Os Anglos enfraquecem e, como que confessando a sua culpa pela derrota, sofrem o castigo [respetivo]. Os Normandos lançam setas, ferem, trespassam; os mortos, ao cair, parecem mover-se mais do que os vivos. Não é permitido aos feridos ligeiros escapar, uma vez que a concentração dos seus companheiros os mata por esmagamento. E assim, a fortuna correu a favor de Guilherme apressando o seu triunfo.

22. Participaram nesta batalha: Eustáquio, conde de Boulogne; Guilherme, filho de Ricardo, conde de Évreux; Godofredo, filho de Rotrou, conde de Mortagne; Guilherme, filho de Osberno; Aimeri, visconde de Thouars; Gualter Giffard; Hugo de Montfort; Rodolfo de Tosny; Hugo de Grandmesnil; Guilherme de Warenne; e muitíssimos outros ilustríssimos pela sua reputação de excelência militar, cujos nomes será mister louvar como entre os mais aguerridos nos livros de História. Mas Guilherme, o seu duque, em tanto os superava em coragem bem como em sabedoria que perante os antigos generais de Gregos e Romanos, que muito são louvados em escritos, ele tem de ser colocado à frente de uns pelo seu valor, ou deve equiparar-se a outros. Ele comandou os seus com distinção, travando a sua fuga, transmitindo coragem, partilhando o perigo; muito mais vezes os chamava para que o seguissem do que ordenava que fossem à frente dele. De tudo isto, percebe-se com clareza que a sua coragem na frente de combate abriu caminho aos seus soldados e incutiu-lhes audácia. Uma parte não despreciada dos inimigos perdeu o ânimo sem ter sofrido qualquer ferimento ao avistar este cavaleiro digno de admiração e terrível. Três cavalos caíram debaixo dele, trespassados. Três vezes ele desmontou intrépido e não deixou por muito tempo sem vingança a morte da montada. Aqui, podia-se ver a sua agilidade, ali o vigor do seu corpo e do seu espírito. Trespasou escudos, capacetes e lorigas com a sua espada furiosa e que desdenhava qualquer pausa. Com o seu escudo, arredou alguns. Ao vê-lo combater a pé, os seus cavaleiros, muitos deles cobertos de feridas, recuperaram o ânimo. E alguns, ‘a quem o sangue e as forças já faltam’¹², combatem corajosamente apoiados nos escudos; alguns, como nada mais podem fazer, instigam os companheiros com a voz e com gestos a seguir sem medo o duque e a não deixar escapar das mãos a vitória. E o próprio duque foi um auxílio e salvação para muitos.

Guilherme tanto ousaria travar um combate singular com Harold, que os poemas dizem tal e qual Heitor ou Turno, quanto Aquiles com Heitor ou Eneias com Turno. Contra 50 inimigos emboscados, Tideu procurou o auxílio de uma rocha. Guilherme, seu igual e de nascimento não inferior, sozinho não teve medo de 1.000. Os autores da *Tebaida* e da *Eneida*, que nos seus livros cantam grandes feitos tornando-os maiores de acordo com a lei da poesia, comporiam sobre as ações deste homem uma obra

¹² César, *De bello gallico*, VII, 50: *quem iam sanguis viresque deficiunt*.

igualmente grande e mais digna de louvor, cantando a verdade. Com efeito, se eles desenvolvessem em poemas adequados tudo quanto a dignidade do assunto apresenta, eles colocá-lo-iam entre os deuses em conformidade com a beleza do seu estilo. Mas que a nossa modesta prosa, que há-de mostrar humildemente aos que reinam a piedade do duque na adoração do Deus verdadeiro, que é o único deus desde a eternidade até ao fim dos séculos e para além deles, conclua num final fidedigno e breve a narração desta batalha em que ele venceu tão corajosa quanto justamente.

23. Já ao fim do dia, o exército dos Anglos percebeu claramente que já não era capaz de resistir aos Normandos por muito mais tempo. Eles sabiam que estavam enfraquecidos devido à morte de muitas tropas, que o próprio rei e os irmãos e alguns grandes do reino tinham sucumbido; sabiam ainda que todos os restantes estavam com as forças quase esgotadas e que não havia auxílio algum que pudessem esperar. Eles viam que os Normandos não tinham enfraquecido muito pelas baixas sofridas, como se ao combaterem as suas forças aumentassem, e que pressionavam mais energeticamente do que no início; viam também aquela fúria do duque, que não poupava ninguém que lhe fizesse frente; e aquela firmeza que não acalma a não ser com a vitória. E assim, voltando as costas, os Anglos puseram-se em fuga o mais rapidamente possível, uns em cavalos a que deitaram a mão, outros a pé; uma parte, pelas estradas, outra por lugares ermos. Alguns que se esforçavam por fugir jaziam em sangue, outros estavam em pé mas não tinham forças para isso. A enorme vontade de se salvarem tornou alguns em valentes. Muitos acabaram cadáveres em florestas recônditas e muitos, caídos ao longo dos caminhos, foram um obstáculo para os que vinham atrás. Os Normandos, ainda que desconhecedores da região, perseguiram-nos arduamente golpeando-lhes as costas culpadas e consumando a vitória. E até os cascos dos cavalos infligiam punições aos mortos enquanto galopavam por cima dos que estavam caídos.

24. Contudo, a confiança regressou aos fugitivos, que encontraram uma excelente oportunidade para regressar ao combate proporcionada por uma trincheira quebrada e por numerosos fossos. Na verdade, este povo sempre foi inclinado a pegar em armas descendendo da antiga raça dos Saxões, homens muito corajosos. Eles não teriam sido repelidos se não tivessem sido atacados por uma força poderosíssima. Recentemente, eles tinham vencido com enorme facilidade o rei dos Noruegueses, apoiado por um grande e aguerrido exército. Mas o comandante dos afortunados estandartes, ao ver as tropas adversárias inesperadamente aglomeradas, não alterou o seu trajeto nem se deteve ainda que pensasse que estavam a chegar reforços; mais terrível ao simplesmente empunhar a [sua] lança quebrada do que aqueles que brandiam longos dardos, obrigou com a sua potente voz o conde Eustáquio, que fugia com 50 cavaleiros e que queria soar a retirada, a não se afastar. Eustáquio, em resposta, aconselhou a retirada falando com intimidade ao ouvido do duque, predizendo que a morte deste seria iminente caso avançasse. Ao dizer estas palavras,

Eustáquio foi atingido entre os ombros por um golpe que soou forte e cuja gravidade logo se revelou pelo sangue que jorrou das narinas e da boca; e salvou-se moribundo com o auxílio dos companheiros. O duque, desdenhando completamente o medo e a desonra, atacou os inimigos e desbaratou-os. Neste combate, tombaram alguns dos Normandos mais ilustres, cuja coragem foi inútil devido à desvantagem do terreno.

25. Consumada assim a vitória, o duque, regressando ao campo de batalha, deu-se conta da carnificina, que contemplou com comiseração ainda que esta tivesse sido infligida a ímpios e ainda que matar um tirano seja nobre, honroso, glorioso pela fama que concede e digno de reconhecimento pelo benefício que daí advém. A flor da nobreza e da juventude dos Anglos, manchada de sangue, cobria uma grande extensão do terreno. Os dois irmãos do rei foram encontrados muito perto dele. E o próprio Haroldo, despojado de todas as insígnias, foi reconhecido por alguns sinais e não pela sua fisionomia; foi levado para o acampamento do duque que o entregou a Guilherme, dito Malet, para o sepultar, e não à sua mãe, que oferecia pelo corpo do filho querido o seu peso em ouro. Guilherme sabia, com efeito, que não era digno receber ouro por uma tal transação. Ele pensava que seria indigno sepultar de acordo com a vontade da mãe aquele cuja ambição desmedida deixava sem sepultura um incontável número de homens. Disse-se, por zombaria, que Haroldo devia ser colocado como guardião do litoral e do mar que ele, como um louco, antes tinha ocupado pelas armas.

Bibliografia

Fontes

The Gesta Guillelmi of William of Poitiers (2006). Edited and translated by R. C. H. Davis and Marjorie Chibnall. Oxford: Clarendon Press (ed. orig: 1998).

Estudos

BRADBURY, Jim (2005). *The Battle of Hastings*. Stroud: Sutton Publishing (ed. orig: 1998).

BROWN, R. Allen (1996). "The Battle of Hastings", in Stephen Morillo (ed.), *The Battle of Hastings. Sources and Interpretations*. Woodbridge: The Boydell Press.

DEVRIES, Kelly (1999). *The Norwegian Invasion of England in 1066*. Woodbridge: The Boydell Press.

MONTEIRO, João Gouveia (2012). *Grandes conflitos da história da Europa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MORILLO, Stephen (1996). *The Battle of Hastings. Sources and Interpretations*. Woodbridge: The Boydell Press.

RUD, Mogens (2001). *La Tapisserie de Bayeux et la bataille de Hastings 1066*. trad. francesa, 4.^a ed. Copenhagen: Christian Ejlertsen (ed. orig: 1983).

Questões em torno da unanimidade litúrgica no mosteiro de Alcobaça – séculos XIII a XV

Issues around liturgical unanimity in Alcobaça monastery – 13th-15th centuries

CATARINA FERNANDES BARREIRA

Universidade Nova de Lisboa – IEM
Bolseira de Pós-Doutoramento da FCT com a refª SFRH/BPD/70067/2010
cbarreira@fsh.unl.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 08.03.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 08.07.2016

Resumo: Este artigo centra-se na questão da unanimidade litúrgica cisterciense no contexto da abadia de Alcobaça, entre os séculos XIII e XV. A problematização da questão vai ser realizada através da análise de alguns dos seus manuscritos, nomeadamente os de uso litúrgico, como os breviários e os códices de apoio à liturgia. Os referidos manuscritos constituem-se como uma importante fonte de informação sobre a prática diária da liturgia no ambiente da abadia, sobre o cumprimento das orientações provenientes dos Capítulos Gerais de Cister e sobre a sua maior ou menor permeabilidade a outras devoções.

Palavras-chave: mosteiro de Alcobaça, unanimidade litúrgica, manuscritos, liturgia, breviários.

Abstract: This article focuses on the issue of the Cistercian liturgical standardisation in the context of Alcobaça abbey between the 13th and the 15th centuries. The problematics of this issue will be carried out through the analysis of some of its manuscripts, including liturgical manuscripts such as breviaries and other codices supporting liturgy. These manuscripts constitute an important source of information on the daily practice of the liturgy in the abbey's context, on the implementation of the guidelines from the Cistercian General Chapters and on their higher or lower permeability to other devotions.

Keywords: Alcobaça monastery, liturgical unanimity, manuscripts, liturgy, breviaries.

Considerações iniciais¹

O tema da unanimidade litúrgica no contexto cisterciense tem vindo a ser debatido entre os especialistas do tema, pelo menos, desde a década

¹ Agradecemos de forma penhorada ao João Luís Inglês Fontes (IEM) a leitura e todas as sugestões que fez para melhorar este artigo.

de 50 do século passado (Lefèvre e Lucet 1959: 3-22; Auberge 1986; Falmagne 2000: 195-222; Falmagne 2012: 16-17). Na sua maioria, os autores têm vindo a concentrar os seus estudos na fase inicial da Ordem de Cister e nas orientações que nortearam a vida interna das abadias no período fundacional, nomeadamente através da *Carta Caritatis* e do argumento ligado aos manuscritos necessários a cada abadia, presente nos *Statuta capitulorum*: “III. Quos libros non licet habere diversos. Missale, epistolare, textus, collectaneum, graduale, antiphonarium, regula, psalterium, lectionarium, kalendarium, ubique uniformiter habeantur” (Canivez 1933, I: 13).

A unanimidade da liturgia e, em consequência, dos manuscritos para a sua celebração, para além de garantir a homogeneização da prática litúrgica, tornava possível o uso destes manuscritos em todas as comunidades cistercienses (González 2015: 769). Neste âmbito, pertencia ao abade a responsabilidade do cumprimento da observância, auxiliado pelo texto normativo *Ecclesiastica Officia* (Jamroziak 2013: 20-23; Barreira 2015c: 133).

Um dos especialistas de Cister que forneceu pistas importantes para a questão em análise foi Louis Lekai (O.C.), ao constatar que “Il existait un décalage entre les idéaux des cisterciens et la pratique des abbayes et que les historiens avaient manqué de remarquer jusque-là. Malgré les efforts des abbés, il fallait toujours s’adapter, dans une certaine mesure, aux circonstances locales” (Lekai, *cit.* Berman 2000: 188).

Portanto, na questão da uniformização e da unanimidade litúrgica, deve-se ter em atenção o contexto de cada abadia e o modo como esta se relaciona e se adapta às circunstâncias locais, e de que forma integra aspetos regionais. Neste âmbito, quer François Dolbeau, quer Aires do Nascimento, deram importantes contributos para o estudo do *Legendário alcobacense*: embora tenha tido como modelo o *Legendário de Claraval*, o seu conteúdo foi adaptado às circunstâncias litúrgicas locais através da adição de novas entradas (Dolbeau 1984; Nascimento 1992: 149-150; Nascimento 2012: 291). Assim, se tivermos em conta que o *Legendário de Claraval* circulou entre um número significativo de abadias, dando origem a uma multiplicidade de testemunhos que, na sua maioria, sofreram o mesmo processo de integração e adaptação local, a questão da homogeneidade litúrgica tem de ser colocada noutros termos. Neste âmbito, Michelle Herder recorda as petições dos abades para que determinadas festas, importantes ao nível das devoções locais, fossem acrescentadas ao calendário. As orientações dos Capítulos Gerais não impediram que determinadas festas fossem celebradas de modo distinto, por exemplo, entre as abadias de Valbona e Poblet (Herder 2009: 178). Alexis Grélois refere, a propósito do problema: “L’analyse des quelques remarques

concernant la liturgie révèle également certaines limites de l'unification cistercienne" (Grémois 2000: 157).

O que nos conduz a uma outra questão, já levantada por Lèfevre e Lucet, acerca da eficácia na transmissão das orientações respeitantes às práticas litúrgicas saídas dos Capítulos Gerais: como fazê-las cumprir pelas abadias? E, para as abadias: como conhecer e aplicar as prescrições que eram emanadas anualmente de cada Capítulo Geral (Lèfevre e Lucet 1959)? Cister deu a conhecer as decisões oficiais de forma escrita, os *Statuta capitulorum*: de facto, o número elevado de cópias manuscritas que chegaram até nós é significativo e atesta um sistema eficaz de transmissão (Waddell 2002). No entanto, pese embora este meio eficiente de divulgação escrita, a aplicação das prescrições não foi tão imediata quanto desejável porque obrigava cada abadia a um trabalho de atualização litúrgica constante (Bell 2013: 264).

O que nos interessa perceber neste artigo é se faz ou não sentido falarmos de unanimidade litúrgica no contexto da abadia de Alcobaça, em particular entre os séculos XIII e XV. Desta abadia, fundada por Claraval em 1153 (Gomes 2000: 28), salientamos o número significativo de códices que chegaram até nós, cerca de 466². Estes livros, na sua maioria com origem no *scriptorium*, permitem-nos conhecer, ainda que de forma parcial, hábitos e práticas litúrgicas de Alcobaça, bem como a sua evolução, nomeadamente através dos manuscritos litúrgicos e de apoio à liturgia. Assim, é nosso objetivo averiguar se também neste mosteiro cisterciense se verificou, por um lado, o cumprimento das orientações litúrgicas de Cister, mas por outro, se se confirmam outros exemplos de fenómenos ligados à permeabilidade local e de flexibilidade na adequação ao contexto da abadia. Queremos sublinhar que este estudo é um *work in progress* e que, no futuro, deverá ser enriquecido com novos contributos, decorrentes do avanço das investigações em torno dos manuscritos da abadia. Reconhecemos, por este motivo, as forçosas limitações deste exercício, mas vamos tentar fazer um esboço suficientemente elucidativo e estruturado a partir dos dados levantados até ao momento.

² De acordo com o *Inventário dos Códices Alcobacenses*, que contabilizava, em 1930/32, 456 códices, número que se somou aos 8 que estavam na Torre do Tombo e que se reuniram, nos anos 90, com os da BNP, totalizando 464 (Nascimento 1979: 205-206). Dois destes códices, o Alc. 64 e o Alc. 132 desapareceram da BNP na década de quarenta (Nascimento 1979: 208). Documentados estão mais dois manuscritos: um *Ordinário do Ofício Divino* que está na Biblioteca Nacional da Austrália (Barreira 2015c: 136) e um *Ritual* pertencente à Paróquia de Salzedas (Barreira e Rêpas 2016: 28-35; Rêpas e Barreira 2016: 211-236), apresentado pela primeira vez, em contexto académico, no passado mês de Abril, no Congresso Internacional *Genius Loci*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, organizado pelo CITCEM.

Manuscritos de uso litúrgico

Em primeiro lugar, quando se estudam manuscritos litúrgicos, deve compreender-se como se estruturam no tempo as celebrações de que os mesmos são testemunhas. Regra geral, os manuscritos litúrgicos têm o seu início no primeiro domingo do Advento (celebrado entre os finais de novembro e os princípios de dezembro), passando depois pelo Natal, Epifania, Quaresma, pelo ciclo pascal e por todas as festas dependentes da data da Páscoa, quer as festas que a antecedem, quer as que lhe sucedem, até novamente ao Advento. A este conjunto de celebrações da vida e da morte de Cristo chamamos Temporal ou Próprio do Tempo. Muitas destas celebrações são móveis. Às festas fixas no calendário, que celebram a vida de Cristo, da Virgem e dos Santos, chamamos Santoral ou Próprio dos Santos.

Os manuscritos litúrgicos que contêm as celebrações para todo o ano, por exemplo, o Missal pleno ou o Breviário, têm início com as celebrações do Temporal, ao que se sucedem as do Santoral e são, por esse motivo, manuscritos muito volumosos. Esta característica levou os *scriptoria* a arranjar uma solução para este problema, partindo o Temporal e o Santoral em duas partes, dando origem a manuscritos mais pequenos, contendo a primeira parte do ano (do primeiro domingo do Advento até à Páscoa, quer no Temporal, quer no Santoral) designados como *de Inverno*, e manuscritos com a outra parte do ano, designados *de Verão*. Outra variante são os manuscritos festivos: por exemplo, um missal festivo contém só os textos das festas mais importantes, do ponto de vista litúrgico, quer do Temporal, quer do Santoral, e não as de todos os dias (Barreira 2014: 161-190).

O breviário é o livro que se destina à celebração diária da liturgia das horas (*Matinas, Laudes, Prima, Tercia, Sexta, Noa, Vésperas e Completas*) ao longo dos dias da semana e por isso contém as orações, os hinos, as antífonas, as leituras, os responsórios, versículos e salmos (Waddell 2007: 29) de uma forma abreviada, reduzidas ao essencial (Leroquais 1934). Os dias mais importantes são os domingos e os dias festivos, e os ofícios começam *Ad vésperas* (Primeiras vésperas) prosseguindo depois para *Matinas*. Este é o ofício mais longo, constituído por três partes: invitatório, o meio do ofício, composto por três noturnos e a conclusão (Collamore 2000: 4). Em contexto cisterciense, os dois primeiros noturnos têm cada um, seis salmos com antífonas, quatro leituras, quatro responsórios e respetivos versículos; no último noturno, três cânticos com uma antífona, quatro leituras com o responsório, as perícopas e a coleta, num total de doze leituras (Maître 2015: 25-26). Isto caracteriza o *cursus* monástico, porque nas catedrais e nas igrejas paroquiais,

o rito é distinto, seguindo o *cursus* Romano ou secular, mais breve, com nove leituras (Collamore 2000: 3).

No Temporal, as leituras bíblicas para os dois primeiros noturnos organizam-se ao longo do ano do seguinte modo: para o Advento temos o profeta Isaías; para depois da Epifania e até à Septuagésima recomendam-se as Epístolas de S. Paulo, o Génesis a partir do domingo da Septuagésima, depois o Êxodo, Jeremias para o domingo da Paixão, as Lamentações durante o *Triduum* da Semana Santa, o Livro do Apocalipse para depois da Páscoa, seguido das Epístolas Canónicas; depois de Pentecostes, o Livro dos Reis, seguido dos Provérbios e do Eclesiastes, entre outros, até chegarmos novamente ao Advento, num “programme de lecture continue de l’Écriture sainte” (Maître 2015: 27; Lebigue 2007: 69). No terceiro noturno, as leituras são extraídas dos Padres da Igreja e começam quase sempre do mesmo modo: a citação de uma passagem extraída de um evangelho, identificado por uma rubrica, depois segue-se a homilia propriamente dita, precedida da indicação do nome do seu autor (Lebigue 2007: 72). Nos dias *feriales*, cujos ofícios são mais breves, temos só dois noturnos, cada um com três leituras (Waddell 2002: 33; Collamore 2000: 6).

Os breviários de Alcobaça e as leituras de Matinas

Da biblioteca do Mosteiro de Alcobaça chegaram até nós um número expressivo de manuscritos de uso litúrgico, em particular breviários, cuja observação dos ofícios dos domingos e dias festivos nos deixa enunciar aqui algumas informações sobre os mesmos. Para comparação, usámos duas fontes significativas para o contexto cisterciense: o trabalho desenvolvido por Chrysogonus Waddell na edição do *Primitive Cistercian Breviary*, um manuscrito datado de 1132 (Waddell 2007) e o *Breviário de Clairvaux* de 1247, recentemente editado por Claire Maître (Maître 2015). Ambos constituem importantes instrumentos de trabalho para os que estudam a liturgia cisterciense, a sua especificidade e a sua evolução, porque são dois testemunhos da celebração do Ofício Divino em momentos diferentes: o mais antigo, antes da reforma de S. Bernardo, e o segundo com origem no *scriptorium* de Claraval.

A nossa amostra é constituída pelos breviários Alc. 10, do séc. XIII (Melo 1930/2: 20), Alc. 8, dos inícios do séc. XIV, Alc. 54, um breviário de Inverno da primeira metade do séc. XIV recentemente estudado num trabalho inter-

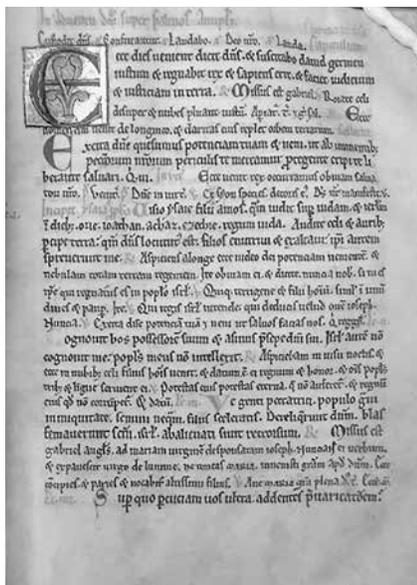


Fig. 1. Fólio 26, Ofício relativo ao 1º domingo do Advento, Alc. 8, *Breviário*, séc. XIV. Biblioteca Nacional de Portugal. Fotografia de Catarina Fernandes Barreira.

Breviary e no *Breviário de Claraval*, com os mesmos ofícios dos manuscritos de Alcobaça e os dados que resultaram constituíram uma surpresa: no que concerne aos três noturnos, os responsórios e os respetivos versículos correspondem quase totalmente (e o mesmo para as outras horas).

No que diz respeito às leituras, a correspondência é mínima. Como justificar este aparente “desvio” nas leituras escolhidas? É que mesmo entre manuscritos do mesmo *scriptorium* – Alcobaça – se verifica uma diferença e em manuscritos com uma grande proximidade cronológica, por exemplo,

disciplinar³, o Alc. 66, um matutinal⁴ dos inícios do século XIV, por causa das festividades do seu Santoral⁵ e por fim pelo Alc. 83, do séc. XVI.

Os critérios de escolha que orientaram esta amostra foram os seguintes: os manuscritos terem sido já consultados por nós; a abrangência cronológica dos mesmos, desde o séc. XIII ao XVI, ficando só a faltar um manuscrito do séc. XV (em estudo); a variedade da amostra, com breviários completos, um breviário de Inverno e um matutinal e, por fim, dois deles terem já sido abordados por nós em investigações recentes que esperamos, entretanto, publicar.

Analisámos comparativamente os ofícios de *Matinas* dos quatro domingos do Advento no *Primitive Cistercian*

³ Trabalho interdisciplinar levado a cabo por uma equipa constituída por especialistas na área da História da Arte, Conservação e Restauro e Química: Catarina Fernandes Barreira, Maria João Melo, Rita Araújo e Conceição Casanova, *Through the eyes of Science and Art: 14th c. Winter breviary in a new light* (Barreira et al 2016: 252-282).

⁴ Segundo Leroquais, um breviário matutinal que contém só os ofícios de matinas não é um breviário, mas uma parte deste (Leroquais 1934: 7).

⁵ Este manuscrito, apresentado por nós no IMC Leeds 2016, apresenta muitas inconsistências quando confrontamos o seu Calendário com o Santoral, pois parece copiar um manuscrito mais antigo, de meados do séc. XIII: não tem o ofício da oitava da Natividade da Virgem, autorizada em 1245 (Leroquais 1934: 98); tem o ofício de São Edmundo (Pontigny), mas não tem a Vigília da Purificação da Virgem e a sua oitava, todos autorizados pelo Capítulo Geral no mesmo ano, 1294 (Leroquais 1934: 99).

entre o Alc. 54 e o Alc. 66, ambos dos inícios do século XIV. A partir daqui, coloca-se outra questão: esta diferença nas leituras diz-nos que os breviários de Alcobça não foram sendo copiados uns pelos outros ou tem a sua origem noutra motivo? Apresentamos os dados sob a forma de uma tabela (Tabela 1) e por motivos de espaço, só as leituras para o primeiro domingo do Advento.

Tabela 1 – Quadro comparativo das leituras do Ofício do primeiro domingo do Advento

	Ms. Lat. Oct. 402; 1132	BM Troyes Ms. 2030; 1247	BNP Alc. 10 Séc. XIII	BNP Alc. 8 Séc. XIV	BNP Alc. 54 inícios séc. XIV	BNP Alc. 66 inícios séc. XIV	BNP Alc. 83 Séc. XVI
I	Visio Ysaye Is 1:1	Visio Ysaye Is 1:1	Visio Ysaye Is 1:1	Visio Ysaye Is 1:1	Visio Ysaye Is 1:1	Visio Ysaye Is 1:1	Visio Ysaye Is 1:1
II	Cognouit bos, Is 1:3	Cognouit bos Is 1:3	Ve genti peccatrici Is 1:4	Cognouit bos Is 1:3	Cognouit bos Is 1:3	Cognouit bos Is 1:3	Cognouit bos Is 1:3
III	Super quo Is 1:5	Ve genti peccatrici Is 1:4	Terra vestra Is 1:7	Ve genti peccatrici Is 1:4	Super quo Is 1:5	Dereliquerunt Dominum Is 1:4	Ve genti peccatrici Is 1:4
IV	Terra uestra Is 1:7	Dereliquerunt Dominum Is 1:4	Audite verbum Is 1:10	Super quo percutiam Is 1:5	Terra vestra Is 1:7	Vulnus et livor Is 1:6	Super quo percutiam Is 1:5
V	Audite príncipes Is 1:10	Omne caput languidum Is 1:5	Neomeniam et sabbatum Is 1:13	Et dereli- querunt Is 1:8	Audite verbum Is 1:10	Et dereli- querunt Is 1:8	A planta pedis usque Is 1:6
VI	Ne offeratis Is 1:13	Vulnus et livor Is 1:6	Qviescit agere perverse * Is 1:6	Audite verbum Is 1:10	Cum venitetis Is 1:12	Audite verbum Is 1:10	Terra vestra Is 1:7
VII	Laborau sustinens Is 1:14	Terra vestra Is 1:7	Quomodo facta est Is 1:21	Holocausta arietum Is 1:11	Et cum extenderitis Is 1:25	Cum veniretis aute Is 1:12	Et dereli- querunt Is 1:8
VIII	Quomodo facta est Is 1:21	Et dereli- querunt Is 1:8	Et convertam manum Is 1:25	Ne offeratis ultra Is 1:13	Si fuerint peccata vestra * Is 1:18	Neomeniam et sabbatum Is 1:13	Mirabilis ili Dominus exercitum Is 1:9
IX	Pvto res ipsa	Angelus vocatur	Conferendum est hoc	Conferendum est hoc	Conferendum est hoc	Conferendum est hoc	Conferendum est hoc
X	Ideo dominus	Angelus enim	Apte gentes	Apte primus	Apte qui humana	Et apte primus	Et apte primus
XI	Qyando Christus	Non mirandum	Quod autem melius	Hominis est	Evangelium quippe	Apte qui humanan	Apte qui humanan
XII	Omnes homines	Cum constet	Notandum est	Notandum est	Recte marchus	Evangelium quippe	Apte his qui librum

*Leitura feita por João Luís Fontes, a quem agradecemos penhoradamente.

Para percebermos melhor a questão e, tendo em conta que as leituras respeitantes aos dois primeiros noturnos deviam ser extraídas de Isaías, fomos averiguá-lo para os cinco manuscritos da nossa amostra e confirmámos que todas as leituras pertencem efetivamente a Isaías, capítulo 1. Para o terceiro noturno, as quatro leituras deviam ser extraídas do Padres da Igreja, neste caso, dos *Comentários de Beda sobre as Escrituras* (destacados a cinzento na Tabela 1) o que asseverámos também (Giles 1844). Portanto, o “desvio” litúrgico que mencionámos atrás não se confirma (Barreira et al 2016: 259). Apenas foram escolhidos excertos e/ou versículos distintos para as doze leituras de *Matinas* de cada manuscrito – a questão da ausência de unanimidade não se coloca porque, no geral, cada breviário segue as orientações vindas de Cister e de Claraval em relação aos textos. Esta dinâmica, que não pode ser tomada como uma fuga à unanimidade cisterciense, também se verifica noutras abadias cistercienses, noutros contextos? Segundo Thomas Falmagne:

Donnons un autre indice d'une pratique liturgique qui n'était pas identique dans l'ensemble de l'Europe cistercienne : les lectures patristiques de l'office (...) Plutôt que d'invoquer la perte récurrent de lectionnaires-type qui, à l'instar d'autres livres liturgiques, pourraient se révéler obsolètes plus ou moins rapidement, ne peut-on suggérer que bien souvent le chantre organisait lui-même les lectures patristiques à l'office à partir de collections antérieures, voire des œuvres originales des Pères, que l'on conserve en principe dans la bibliothèque commune du monastère? (Falmagne 2012: 17).

Podemos pensar que algo de semelhante ocorreu em Alcobaça, ou seja, que os sucessivos cantores foram os responsáveis pela seleção de excertos distintos de Isaías e dos *Comentários de Beda* para figurar nas leituras de *Matinas*, neste caso, do primeiro domingo do Advento, sempre que se decidia copiar mais um breviário? Para o responder, problematizámos estes dados com outros manuscritos de Alcobaça, nomeadamente com os textos de apoio à vida interna da abadia: os *Ordinários do Ofício Divino* (Barreira 2015c: 131-152), e os *Livros de Usos*. No *Ordinário* Alc. 209, fl. 2 e fl. 2v, sobre o primeiro domingo do Advento, está mencionada a leitura – Isaías – e que o cantor é o responsável pela seleção das leituras. No *Livro dos Usos* Alc. 208, datado de 1415, temos a seguinte indicação: “Comecem na primeira dominga do avento a ler o livro de Isaías as matinas e daí em diante (...) todo seja lido pelo avento também na vigília como no refeitório como o cantor ordenar” (Alc. 208, fl. 4v). Mas este manuscrito volta a mencionar o assunto mais adiante: “O livro de Isaías todo seja lido pelo advento não tão solamente na igreja mas ainda no refeitório e segundo o cantor ordenar (...) E o cantor

deve partir as lições que pelo advento ham-de ser lidas as vigílias e o que deve ser lido no refeitório” (Alc. 208, fl. 104v).

Confirma-se, pois, em Alcobaça, a responsabilidade do cantor no que concerne à escolha das leituras (Barreira et al 2016: 259-260). É importante mencionar também que, a julgar pelas adições aos breviários e pelos comentários e notas nas margens, estes manuscritos foram usados, pelo menos, até ao séc. XVI (Herder 2009: 175). E que estiveram emprestados a outras abadias, como é o caso de um manuscrito da nossa amostra, o Alc. 54, que esteve emprestado a um monge de Alcobaça, que o levou consigo para a abadia de S. Paulo de Almaziva, como assim o atesta um testemunho, no manuscrito, do próprio monge, Frei Francisco da Costa⁶.

Retomemos a pista dos lecionários mencionada por Thomas Falmagne, que também já nos havia sido dada por Manuel Pedro Ferreira. Os lecionários do ofício são os livros que contêm as leituras (bíblicas, patrísticas e hagiográficas) destinadas aos ofícios e que divide cada ofício em perícopes (*Lectio I*, *Lectio II* e em diante). Da biblioteca de Alcobaça chegaram-nos os seguintes: um *Lecionário Noturnal*, Alc. 412-414, do séc. XIII (Melo 1930/32: 388-390), e o *Lecionário*, Alc. 432-434, com a mesma cronologia (Melo 1930/32: 405-407). No Alc. 434, a partir do fl. 75v temos as leituras respeitantes ao primeiro domingo do Advento⁷: ora estes excertos do *Lecionário* não coincidem com nenhuma leitura dos breviários da nossa amostra, mas correspondem ao que se pode observar no manuscrito de Dijon, BM 114 (fl. 2 em diante), um manuscrito que tem sido interpretado como um manuscrito-modelo, um arquétipo da liturgia cisterciense (Bell 2013: 263) copiado em torno de 1180 ou 1188 (Falmagne 2012: 17).

Fomos indagar se verificou algo semelhante nas leituras de *Matinas* do Próprio dos Santos e escolhemos propositadamente o ofício de Sto. Estevão pelas questões que levanta. É com a festa de Sto. Estevão (e não a de Sto.

⁶ Testemunho entre os fls. 339v e 340r: “Meu Senhor Jhesus Christo eu frey Francisco da Costa protesto diante a Tua Sancta Magestade todollos dias da minha vida viver e morrer em a Tua santa fee catholica. Se per ventura a morte a desora me aRebatar (...) Esso meesmo rogo e encomendo que este meo briviairo com as bemeiturias que nelle tenho factas seja levado ao moesteiro d’Alcobaça, donde som professo, porque dom abbade Ysidoro mo deu em minha vida. Fecto no mosteiro de Sam Paulo, a IX dias de Setembro de mil IIII^o LRI anos (1491). Agradecemos de forma penhorada ao Luís Miguel Rêpas, que nos transcreveu integralmente o texto e nos ajudou com a sua interpretação.

⁷ São as seguintes: *Lectio I: Nemo cum prophetas versibus viderit esse descriptos* (que diz respeito a uma carta de São Jerónimo); *Lectio II: Visio Ysaye*; *Lectio III: Audite verbum*; *Lectio IV: Quomodo factum est*; *Lectio V: Verbum quod vidit Ysaías*; *Lectio VI: Oculi sublimis*; *Lectio VII: Quiescite ab homine*; *Lectio VIII: Dicit iusto* (acabam aqui os dois primeiros noturnos, extraídos de Isaías). *Lectio IX: Conferendum est*; *Lectio X: Notandum est*; *Lectio XI: Ecce mitto angelum meum* e *Lectio XII: Sane notandum* (excertos do *Comentário de Beda*).



Fig. 2. Fólio 219, Início do Santoral com o Ofício de Sto. Estevão, Alc. 66, *Matutinal*, inícios séc. XIV. Biblioteca Nacional de Portugal. Fotografia de Catarina Fernandes Barreira.

André⁸) que a maioria dos missais⁹, breviários¹⁰ e outros livros litúrgicos alcobacenses dos séculos XIII, XIV e XV iniciam o seu Santoral. A festividade de Sto. Estevão ocorre no dia 26 de dezembro¹¹, um início deslocado do período do Advento, o que nos coloca muitas questões (Bell 2013: 260). Não cremos que o início do Santoral com Sto. Estevão em vez de Sto. André, se possa considerar como um arcaísmo (Lebigue 2007: 23), nem tão pouco uma questão ligada exclusivamente à identidade alcobacense, como inicialmente julgámos. No universo cisterciense português, para além do elenco referido para o Mosteiro de Alcobaça, temos o Antifonário Santoral do Mosteiro do Lorvão¹² que também começa com a festa de Sto. Estevão. Exterior à Ordem de Cister, acrescentamos três manuscritos exemplificativos da liturgia

⁸ A festa de Sto. André, celebrada a 30 de novembro, é a festividade mais importante na semana em que se situa o 1º domingo do Advento (Lebigue 2007: 23).

⁹ Missais do séc. XIII: Alc. 163, Alc. 249 (Inverno), Alc. 251 (Verão), Alc. 252, Alc. 253 (Verão), Alc. 255, Alc. 256 (Inverno), Alc. 257, Alc. 258, Alc. 259 (Verão) e Alc. 361 (Inverno). Sécs. XIV e XV: Alc. 26, Alc. 27, Alc. 250 (Inverno), Alc. 254 (Verão) e Alc. 459. O Alc. 7 e o Alc. 164 são Graduais.

¹⁰ Breviários do séc. XIII ao XVI: Alc. 9, Alc. 29, Alc. 30, Alc. 31, Alc. 32, Alc. 33, Alc. 54 (Inverno), Alc. 66 (matutinal), Alc. 83 e Alc. 189.

¹¹ Esta celebração é referente ao dia da morte de Estevão, o *dies natalis* (dia em que o santo nasceu para o céu) que é distinto do dia da *invenção* das suas relíquias celebrado a 3 de agosto. A invenção das suas relíquias ocorreu no ano de 415 (Boespflug 2012: 390).

¹² Com a cota actual 42 (Antigo CF 98) de cerca de 1413.

bracarense, o Breviário *de Soeiro*¹³, o Breviário que se encontra na Biblioteca do Escorial¹⁴ e um Diurnal da Mitra de Braga¹⁵: todos iniciam o seu santoral com esta celebração.

Fomos também indagar junto da biblioteca de Claraval, através do inventário realizado pelo abade Pierre de Virey em 1472 (Vernet e Genest 1979). Os missais e os breviários dos séculos XIII, XIV e XV que conseguimos consultar em bases de dados e microfimes confirmam que também Claraval inicia o Próprio dos Santos dos missais e breviários com Sto. Estevão (e tal como verificamos em Alcobaça, não são muitos os que iniciam o Santoral com Sto. André)¹⁶. Também o manuscrito-modelo de Dijon BM 114 inicia o Santoral com Sto. Estevão (fl. 64v). Esta tradição, comum ao universo cisterciense, foi comentada do seguinte modo por Yolanda Zaluska e Marie Françoise Damongeot, a propósito de um *Epistolário*¹⁷ um manuscrito “representante” da liturgia de Périgueux:

Le début du sanctoral à saint Etienne (26 décembre) indique que le manuscrit appartient à un groupe de manuscrits qui séparent le temporel du sanctoral «de façon radicale», autrement dit, en détachant d’une manière qui semble arbitraire, les trois festivités que font liturgiquement partie du «bloc» de Noël... (Zaluska e Damongeot 2015: 108).

Creemos que foi esta “separação radical” entre Temporal e Santoral que sobreviveu no mundo cisterciense e não só, embora estes dados precisem de ser confrontados com dados de abadias de outros contextos que não o francês.

Voltamos agora às doze leituras dos três noturnos de Matinas do ofício de Sto. Estevão: os dados resultantes da comparação foram igualmente interessantes. Os responsórios, os versículos e as antifonas coincidem, diferem as leituras. Para este ofício, os dados estão na Tabela 2, desta vez incluem os dois lecionários de Alcobaça (retirámos da amostra um breviário, o Alc. 10, por não ter Próprio dos Santos).

As leituras dos dois primeiros noturnos foram extraídas do Sermão do bispo S. Fulgêncio de Ruspas e as do último noturno da *Omelia lectionis*

¹³ Manuscrito 657 da Biblioteca Pública de Braga, dos finais do séc. XIV, inícios da centúria seguinte (Rocha 1980).

¹⁴ Manuscrito cota e. IV.10 da segunda metade do séc. XV (Rocha 1970/1).

¹⁵ Datado do séc. XV (Cepeda e Ferreira 2001: 48).

¹⁶ Manuscritos da Biblioteca Municipal de Troyes: missal 586. Breviários para todo o ano, datados do séc. XIII ao séc. XV: 1160, 1911, 283, 1856, 2030, 1898, 1973 e 1970.

¹⁷ Manuscrito 156 da segunda metade do séc. XII, Archives Dép. Dordogne,

eiusdem beati Ieronimi presbyteri (destacados a cinzento na Tabela 2) (Migne 1845). Tal como verificámos nas leituras do primeiro domingo do Advento, também os excertos dos dois *Lecionários* coincidem pouco com os excertos escolhidos para as leituras dos vários breviários. No entanto, nos dois *Lecionários* de Alcobaça temos uma correspondência na selecção das leituras com o que se pode observar no manuscrito de Dijon, BM 114 (fl. 64v em diante), tal como havíamos confirmado para o primeiro domingo do Advento.

Tabela 2 – Leituras de Matinas do Ofício de Santo Estevão

	Ms. Lat. Oct. 402; 1132	BM Troyes Ms. 2030; 1247	BNP Alc. 8; séc. XIV	BNP Alc. 54; inícios séc. XIV	BNP Alc. 66; inícios séc. XIV	BNP Alc. 83; séc. XVI	BNP Alc. 432 e Alc. 411, séc. XIII
I	Heri celebrauimus	Heri celebrauimus	Heri celebrauimus	Heri celebrauimus	Heri celebrauimus	Heri celebrauimus	Heri celebrauimus
II	Ille sempiterno	Heri enim rex	Heri enim rex	Sempiterno rex	Ille sempiterno	Heri enim rex	Necessarium nobis
III	Gloria in excelsis	Christus sempiterno	Gloria in excelsis	Descendit Christus	Ille descendit	Ille sempiterno	Stephanus ut nominis
IV	Heri presepis angustia	Ascendit dominus	Heri dominus	Heri dominus	Gloria in excelsis	Ascendit ist	Si quando fratres
V	Dominus Ihesus	Gloria in excelsis	Heri Christus pro nobis	Necessarium est	Heri dominus	Heri dominus	Sermo Beati Maximo
VI	Haud uero uilibus	Heri dominus	Christus descendit	Haut vilibus armis	Heri presepis angustia	Heri presepis angustia	Positis genibus
VII	Quod est ergo	Heri presepis angustia	Heri presepis angustia	Usque a Deus beatus	Qui enim corpi	Solus descendit	Viditis fratres
VIII	Magnum donatium	Solus descendit	Solus descendit	Stephanus ut nominis	Necessarium nobis	Dominus Christi angustia	Forte dicit
IX	Hoc quod antea	Hoc quod antea	Hoc quod antea	Hoc quod antea	Hoc quod antea	Hoc quod antea	Hoc quod antea
X	Obserua iuxta	Obserua iuxta	In divisis divisa legis	Obserua iuxta	Ecce ego	Similis que observa iuxta	In diversis divisa legis
XI	Et persecuti sunt eos	Et persecuti sunt eos	Patris quibus nomem	Ex quibus lapidatus	Simulque observa iuxta	Et ideo ex quibus	Dicamus breuiter
XII	De Abel nulla	De Abel nulla	Aliud Zachariam	Ut veniat super	Et persecuti sunt eos	Et persecuti sunt eos	Ierusalem

Uma situação semelhante no que concerne às Leituras foi documentada por Michelle Herder, em relação a dois breviários, um da abadia de Valbona e outro de Tarragona. No ofício de *Matinas* do Comum das Virgens, as doze leituras dos três noturnos também não coincidem com outros manuscritos litúrgicos cistercienses:

Both sets of lessons differ to some degree from other lessons used for the Common of Virgins in the region. Two other Cistercian breviaries from Catalonia, one from the monastery of Poblet and one in the archdiocesan archive of Tarragona, also use selections from Augustin and Gregory for its office. While they use some of the same excerpts, they include different texts, and divide them differently among the twelve lessons (...) these differences in lesson further illustrate how the details of devotion varied from one monastery to another (Herder 2009: 183).

Uma ladainha de Toulouse

Pelas razões apresentadas, a confirmação ou não da unanimidade litúrgica não fica por aqui esgotada, nem esgotadas estão as questões em torno dos breviários de Alcobaça e da sua maior ou menor permeabilidade a influências externas ao longo da vida da abadia. Vamos por isso problematizar um outro aspeto litúrgico.

Os breviários têm, usualmente, as seguintes secções, embora com variações: Calendário; Saltério; Cânticos e orações; Temporal; Santoral e, por fim, o Comum dos Santos (Leroquais 1934: 15)¹⁸. Não é incomum encontrarmos também nos breviários de Alcobaça a unção dos enfermos ou *Ordo ad inungendum infirmum*, com a sua ladainha, acompanhada geralmente da *Ordo ad inhumandum fratrem mortuum*. O ritual da unção dos enfermos é “comum à liturgia de Cister” (Bragança 2007: 425) e, juntamente com o ritual dos mortos, aparece noutros manuscritos de Alcobaça¹⁹.

Sobre as ladainhas, Oliveira Bragança sublinhou a importância destas, porque para além de refletirem “a piedade das comunidades a que se dirige” (Bragança 1977: 332) são significativas porque integram os santos locais de maior devoção e por isso contribuem para identificar a origem e/ou proveniência de um manuscrito. As ladainhas dos manuscritos de Alcobaça exibem sempre ou quase sempre a sequência – Bento, Bernardo e Roberto – como acontece com os Alc. 66, Alc. 137 (um saltério de 1346) e no Alc. 189. E não é estranho, num manuscrito litúrgico, encontrarmos mais do que uma

¹⁸ No que concerne às diferenças entre o Santoral e o Comum dos Santos, residem no facto de no Santoral estarem os santos que têm uma fórmula específica, um ofício específico (um próprio dos santos cisterciense é característico). No Comum estão todos os santos sem “especificidade” no ofício e por isso as suas fórmulas podem ser aplicadas a outros santos.

¹⁹ Alc. 29; Alc. 54, Alc. 66, Alc. 67 (de 1442), Alc. 165; Alc. 166 (Melo 1930/2 e Bragança, 2008: 426). Ver também Répas e Barreira 2016: 216 e seguintes.

ladainha “destinées aux diverses occasions où elles sont récitées.” (Lebigue 2007: 184).

No caso do breviário de Inverno, o Alc. 54 que já aqui mencionámos a propósito de um estudo interdisciplinar (Barreira et al 2016: 252-282) e das suas leituras, este manuscrito tem três ladainhas interessantes. A seguir ao Saltério tem os Cânticos do Antigo Testamento e as orações *Quicumque vult*, o Pai Nosso e o Credo Apostólico. De seguida, a primeira ladainha deste manuscrito (fl. 56 a fl. 57), que levanta questões interessantes, ligadas à permeabilidade litúrgica: a seguir ao primeiro mártir, Estevão, temos Saturnino, mártir e bispo de Toulouse, seguido de Lino, Cleto, Clemente e Sisto. Esta evocação ao santo de Toulouse antes “dos célebres mártires da antiguidade” (Bragança 1977: 334) é significativa porque liga esta ladainha ao contexto francês, ligação reforçada pela presença de Justo e Pastor, Dionísio e seus companheiros, Marcial (de Limoges), Hilário (de Poitiers) e Martinho (de Tours). Por fim, depois de Maria Madalena, temos a presença de Maria Egípcíaca, uma santa incomum nas ladainhas de Alcobaça, bem como Fé (uma santa ligada a Conques, Norte de Toulouse) e Felicidade (Zaluska e Damongéot 2015: 105-106) o que contribui para sublinhar significativamente a ligação desta ladainha a meios franceses ou a manuscritos próximos de Toulouse, do ponto de vista litúrgico (Barreira et al 2016: 258)²⁰. Temos em seguida a *Ordo ad inungendum infirmum*, com a respetiva ladainha (fl. 60 a fl. 60v), onde destacamos dois pormenores: a seguir a Vicente, a presença de Mamede e a ausência de Bento, Bernardo e Roberto. Neste manuscrito, só numa adição dos finais do séc. XV, depois da festividade in *Corpore Christi*, temos uma ladainha (fl. 334 a fl. 335v) com a sequência – Bento, Bernardo, Roberto – comum a outras ladainhas de manuscritos alcobacenses.

No entanto, apesar da primeira ladainha deste breviário de Inverno ter uma relação direta com o contexto francês, nomeadamente do Sul, da zona de Toulouse, isso não é impeditivo que este manuscrito tenha sido copiado no *scriptorium* de Alcobaça, mas que, por um motivo que desconhecemos, integrou uma ladainha característica do sul de França. Neste caso, estamos perante o avesso do que se passou com o *Legendário* de Alcobaça, o que, do ponto de vista litúrgico, não deixa de refletir uma certa curiosidade e interesse, talvez por parte do copista e/ou do cantor, por devoções distintas das de Cister.

²⁰ Confrontámos esta ladainha com uma ladainha (fl. 70 e fl. 71) do manuscrito Santa Cruz 59, BPMP, um Pontifical da 2ª metade do séc. XII, com origem no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Nascimento e Meirinhos 1997: 60) e ligado a S. Rufo de Avinhão, e há um conjunto significativo de santos comuns, nomeadamente Saturnino, o que levantou muitas dúvidas sobre a sua origem (Bragança 2008: 84).

A Festa de *Corpus Christi*

Para terminarmos esta nossa abordagem aos manuscritos de uso litúrgico, escolhemos mencionar um outro aspeto, no âmbito da unanimidade litúrgica. No caso dos missais de Alcobaça, a grande mudança operada nas primeiras décadas do séc. XIV é a integração, no Temporal, da Festa de *Corpus Christi*, instituída em contexto cisterciense no Capítulo Geral de 1318²¹. Uma das primeiras medidas da abadia foi a realização de um missal que integrasse esta nova festa, o Alc. 26²². Para além disso, a festa foi ainda adicionada aos onze missais copiados no *scriptorium* ao longo do séc. XIII²³. Já mencionámos atrás que estas adições constituem uma indicação que, durante as centúrias seguintes, estes missais foram ainda utilizados pelos monges ou então resultaram do rigor litúrgico com que os monges olhavam os seus manuscritos, permanentemente atualizados em relação às últimas orientações, situação que também se verifica noutra abadia cisterciense, neste caso feminina: Valbona (Herder 2009: 175). O mesmo se passou em relação aos calendários dos breviários: as adições, em letra posterior, dos santos que foram sendo autorizados pelo Capítulo Geral espelha este desejo de rigor e conformidade dos manuscritos da livraria para com as orientações de Cister.

Ainda a propósito da Festa de *Corpus Christi*, esta foi instituída para ser celebrada na quinta-feira a seguir ao domingo dedicado à Santíssima Trindade. É uma festa móvel porque a data da sua celebração depende da data da Páscoa. Acreditamos que os monges alcobacenses a tenham celebrado sempre às quintas-feiras, a seguir à festa da Santíssima Trindade, até 1435, ano em que o abade D. Estevão de Aguiar ordenou que “a festa do corpo de deus se nom fizesse aa v^a. f^a. mas ao domingo seguinte”, como assim indica o desaparecido Alc. 64,

²¹ A instituição desta festa sofreu um complexo processo iniciado pelo papa Urbano IV em meados do séc. XIII, cujo ponto alto foi em 1264, com a Bula *Transiturus de hoc mundo*. Como este papa veio a falecer nesse ano, as cópias da referida bula não chegaram a ser enviadas e só um número restrito circulou pela cristandade (Rubin 1991: 1975). Somente nos finais de 1317 ocorreu a autorização papal para a sua celebração e em contexto cisterciense coube ao Capítulo Geral realizado em setembro de 1318 a sua autorização: “Cum duabus missis et propria historia feria quinta post octavas pentecostes prout a felicis recordationis domini Clementis V in suis constitutionibus in viennensi concilio editis” (Canivez 1930/44: 338). Ver também o códice da mesma abadia Alc. 283, *Compilatio diffinitionum capituli generalis edita anno domini 1318* (BNP).

²² Sobre este manuscrito ver Peixeiro 1986, Peixeiro 1991: 195-218 e Peixeiro 2007: 103-129 e Barreira 2014: 161-190 e Barreira 2015 (no prelo).

²³ Alc. 163, Alc. 249 (Inverno), Alc. 251 (Verão), Alc. 252, Alc. 253 (Verão), Alc. 255, Alc. 256 (Inverno), Alc. 257, Alc. 258, BNP Alc. 259 (Verão) e Alc. 361 (Inverno) (Melo 1930/2). Neste âmbito temos ainda mais dois missais, o Alc. 250 (Inverno) e o Alc. 254 (Verão) com proximidades plásticas que devem datar entre os finais do séc. XIII e os inícios do séc. XIV porque ainda não têm a festa de *Corpus Christi*.

o *Regimento dos Sacristães-mores da abadia de Alcoabaça* (Pereira 1911: 331; Gomes 2013: 438). Como justificar, do ponto de vista litúrgico, esta situação? Que argumentos estiveram na base desta decisão por parte do abade? Até porque esta alteração levantaria o problema da sobreposição de celebrações, problema que não estava contemplado nos *Ordinários do Ofício Divino*. Ainda sobre esta festa e a sua procissão:

E a missa seja dicta no altar de sam miguel (...) e por este dia aa onra da dicta festa: entram as molheres dentro a ouvir a dicta misa. E a preegraçom tam somente e nom mais. Esto stabeleceo o sobre dicto abbade: porque em sancta maria a velha se suya a fazer todo o officio perfectamente. e acharom que era assy mais honesto de se fazer no moesteiro dentro. E que dom abbade aia de fazer o dicto officio. E este he o regimento da dicta festa... (Pereira 1911: 332; Gomes 2013: 438).

Neste excerto, há uma referência ao ofício que o abade D. Estevão de Aguiar havia de fazer, “*aia de fazer*”: quer isto dizer que o abade tinha a intenção de lhe reescrever o ofício? Ou significa que o abade pretendia mudar o ofício, mas escolhendo outras leituras? É uma questão a averiguar, através do estudo comparativo dos breviários dos séculos XIV e XV. E também não sabemos

durante quanto tempo esta celebração ocorreu deslocada da quinta-feira *post* Santíssima Trindade.

Temos vindo a mencionar os *Ordinários do Ofício Divino*, manuscritos onde já abordámos esta questão da unanimidade (Barreira 2015: 131-152). Estes textos davam orientações concretas sobre as celebrações, mais concretamente quando ocorriam sobreposições entre Temporal e Santoral, por exemplo, *Das festas de doze lições que vierem no dia da Ascensão* (fl. 99v do Alc. 63), ou *De quando vier em Domingo a festa de Santo Estevão* (Cap. XXVII do Alc. 62), entre outras situações previstas como quando algum irmão morria no *dia de Natal, como se haveria de fazer* (Alc. 62, fl. 31v e fl.32). A



Fig. 3. Fólio 8, Prólogo do Alc. 83, *Ordinário do Ofício Divino*, 1483. Biblioteca Nacional de Portugal. Fotografia de Catarina Fernandes Barreira.

acompanhar cada orientação que deveria ser seguida, os *Ordinários* fornecem a indicação dos estatutos e das definições dos Capítulos Gerais onde as devidas orientações foram tomadas. A organização dos *Ordinários* foi feita por rúbricas (mais de duas centenas e meia) e no Prólogo foram indicadas as razões da sua redação:

Convém saber como o officio divinal nas missas e nas outras horas ordenadamente se deva celebrar. E maiormente pelos estatutos e definições as quais o capítulo geral muitas vezes compôs. E as quais em cada um ano compõe e ordena (...) E a muitas coisas são escritas e no livro dos usos antigos as quais pelas definições do capítulo geral são declaradas ou mudadas. E as que em este ordinário são escritas são todas do livro dos usos velho e das definições do capítulo geral sacadas. (...) Este livro mandou compilar o muito honrado e distinto barão D. João abade do mosteiro de Cister com conselho do Capitulo Geral. E mandou que usassem dele por toda a ordem de Cister (Alc. 209, fl. 7).

Ou seja, este Prólogo vai ao encontro do que mencionámos inicialmente a propósito de algumas questões levantadas por Lèfevre e Lucet: a quantidade de legislação saída dos Capítulos Gerais anuais era significativa, introduzia mudanças e os *Ordinários*, para além de fornecerem informação atualizada, contribuíam para a homogeneização dos Offícios por toda a Ordem, pois as instruções eram para ser usadas em todas as casas de Cister (Lèfevre e Lucet 1959). E parece-nos significativo enfatizar o facto de Alcobaça ter copiado quatro *Ordinários* do Ofício na segunda metade do séc. XV, todos em português: Alc. 209, Alc. 62 (de 1475), Alc. 63 (de 1483) e NLA 4346 e mais dois na centúria seguinte (Barreira 2015c: 131-152 ; Barreira 2015b: 125-126).

O altar portátil da visitação de 1484

O ato de visitação cumpria com várias funções, sendo que uma das mais significativas era a de reformar – uma imposição, com vista à mudança, porque não estavam a ser cumpridos os usos e costumes de Cister (Gomes 1998; Newman 2013: 29). Ou seja, a visitação era um instrumento de controlo em relação à unanimidade cisterciense. Na Visitação de 1484, a cargo do reformador Frei Pedro Serrano, é mencionado amiúde que se deve cumprir com o que “está determinado na Santa Regra e nos estatutos regulares, nos usos e definições da nossa sagrada Ordem.” (Gomes 1998: 157). Por isso, não poderia deixar de causar espanto o que encontrou Frei Pedro Serrano. O reformador deparou-se com uma situação peculiar e grave do ponto de

vista da unanimidade litúrgica: o Mosteiro de Alcobaça tinha um altar portátil no meio da igreja, onde os monges celebravam as vésperas e as missas novas, um hábito que ele ordena imediatamente que cesse. A liturgia monástica tem uma relação direta e estreita com o seu espaço, em particular com o espaço do altar e do coro dos monges (Palazzo 2000: 124-139).

Esta prática, condenada pelo visitador, deve ter sido instituída depois do abaciado de D. Estevão de Aguiar porque no *Regimento de Sacristães-mores*, o que aparece mencionado é sempre o altar-mor como o local de celebração das missas e das *Vésperas* e os “ofícios divinos tinham lugar no coro, situado defronte do altar-mor” (Gomes 2007: 35).

Podemos tentar justificar a presença do altar-portátil no meio da igreja como um fenómeno integrado no “conjunto de práticas religiosas individualizantes e privadas” (Rosa 2005: 344) práticas que tiveram um desenvolvimento significativo ao longo do séc. XV, como se pode verificar, por exemplo, pelo número de Livros de Horas e Missais festivos que chegaram até nós. Era necessário fazer um pedido de autorização de altar portátil a Roma – terá o pontífice autorizado um pedido de Alcobaça nesse sentido (Rosa 2005: 569-571)? E estarão os dois missais festivos copiados pelo *scriptorium* da abadia, o Alc. 27 e o Alc. 459, este último datado do terceiro quartel do séc. XV, relacionados com o altar portátil (Barreira 2014: 161-190; Barreira 2015a: 123-124)? Ou também com o facto de, à época, o altar-mor exibir um retábulo sem pintura (Gomes 2007: 43) e ser por isso pouco convidativo do ponto de vista estético, face ao aspeto modernizante e cosmopolita que deveria ter o altar-portátil aos olhos dos monges? Não o sabemos.

Notas finais

O tema da unanimidade litúrgica em contexto cisterciense é, desde a década de 50 do século passado, um tema em debate entre os especialistas da ordem. Estes têm vindo a chamar a atenção para a pertinência da questão, mas em articulação com as especificidades litúrgicas locais e com o contexto específico de cada abadia. Assim, apesar de este trabalho estar ainda no seu “starting point”, verificámos que em Alcobaça, o cumprimento das orientações de Cister no campo litúrgico foi quase sempre posto em prática, embora entrosado com um processo de adaptação e integração local – que também foi distinto ao longo do período em análise.

Assim, no que concerne à questão da unanimidade litúrgica nos breviários da nossa amostra, verifica-se que há, efetivamente, um esforço para

que a celebração seja comemorada da mesma forma, a partir de orientações comuns emanadas de Cister. Este esforço é atestado pelos ofícios e pelo testemunho dos Prólogos dos *Ordinários do Ofício Divino*. O que não significa que não houvesse algum espaço para a introdução de pequenas variações, por exemplo, na escolha dos excertos de cada *Lectio* dos noturnos de *Matinas*, ou na introdução de uma ladainha próxima de Toulouse, o que não pode ser visto como um desvio à unanimidade e às orientações de Cister, mas sim como um reflexo da permeabilidade e da dinâmica interna de uma abadia, comum a outras, como o trabalho de Thomas Falmagne e de Michelle Herder o indiciam. Já a mudança de dia para a celebração da Festa de *Corpus Christi* e a presença do altar-portátil no meio da igreja constituem um outro tipo de episódio: no primeiro, o desvio não é só das orientações de Cister, mas comum à cristandade, pois desde a sua instituição papal em 1317 que a Festa de *Corpus Christi* era celebrada a uma quinta-feira. O altar-portátil coloca o problema da existência de um lugar fixo para a prática litúrgica no âmbito do espaço monástico: as missas deveriam ser celebradas no altar-mor e todas as celebrações itinerantes no espaço da abadia estavam devidamente normalizadas.

Bibliografia

- AUBERGER, Jean-Baptiste (1986). *L'unanimité cistercienne primitive: mythe ou réalité*. Achel: Cîteaux Commentarii Cistercienses, Editions Sine Parvulos.
- BARREIRA, Catarina Fernandes (2014). "A iluminura portuguesa no séc. XV e o missal alcobacense 459", in Luís U. Afonso e Paulo M. Pinto (org.), *O livro e as interações culturais judaico-cristãs em Portugal no final da Idade Média*, Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Fac. Letras Univ. Lisboa, 161-190.
- BARREIRA, Catarina (2015a). "Ficha do Missal festivo (cisterciense)", in Luís U. Afonso e Adelaide Miranda (coord.). *O livro e a iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 123-124.
- BARREIRA, Catarina (2015b). "Ficha do Ordinário do Ofício Divino e *Ars Manualis*", in Luís U. Afonso e Adelaide Miranda (coord.), *O livro e a iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 125-126.
- BARREIRA, Catarina Fernandes (2015c). "Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça", in Carla Varela Fernandes (coord.), *Imagens e liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado Bens Culturais da Igreja, 131-152.
- BARREIRA, Catarina Fernandes (no prelo). "Um missal alcobacense dos inícios do séc. XIV (Alc. 26)", in M. Alessandra Billotta (coord.) *Europe in Motion. The circulation*

of artists, images, patterns and ideas from the Mediterranean to the Atlantic Coast. Palermo: Officina de Studi Medievali.

- BARREIRA, C. F. MELO; ARAÚJO, M. J. R.; CASANOVA, C. (2016). "Through the eyes of science and art: 14th c. winter breviary in a new light", *Journal of Medieval Iberian Studies*, Special Issue Looking Ahead: New Approaches to Medieval Iberian Heritage, Vol. 8, nº 2, Routledge, 252-282.
- BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel (2016). "Um Ritual de Alcobaça em Salzedas", *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja*, 12, 28-35.
- BELL, Nicolas (2013). "Liturgy", in Mette Birkedal Bruun (ed.), *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 258-267.
- BERMAN, Constance H. (2000). "Diversité et unanimité des cisterciens du XII^e siècle", in *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII^e au XVII^e siècle*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 187-194.
- BRAGANÇA, Joaquim Oliveira (1977). "Pontifical de Braga do séc. XII", *Didaskalia* 7, 309-398.
- BRAGANÇA, Joaquim Oliveira (2008). *Liturgia e Espiritualidade na Idade Média*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- CANIVEZ, Josephus Maria (1933/41). *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis: ab anno 1116 ad annum 1786*. Louvain: Bureaux de la Revue d'Histoire Ecclésiastique.
- COLLAMORE, Lila (2000). "Prelude. Charting the Divine Office", in Margot E. Fassler e Rebecca A. Baltzer (ed.), *The Divine Office in the Latin Middle Ages*. New York: Oxford University Press, 3-11.
- DOLBEAU, François (1984). "Le Légendier d'Alcobaça", *Analecta Bollandiana*, 102, 263-296.
- MIGNE, J.-P.; KHAZZARZAR, P. (1845). *Eusebii Hieronymi Stridonensis Presbyteri "Commentariorum in Evangelium Matthaei ad Eusebium libri quattuor"*, in *Patrologie cursus completus. Series latine*. Vol. 26. Paris: Migne, 1845, 15-218 (http://kharzarzar.skeptik.net/books/hieronym/comm_mat.htm, consultado a 03/02/2016).
- FALMAGNE, Thomas (2000). "Le réseau des bibliothèques cisterciennes", in *Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII^e au XVII^e siècle*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 195-222.
- FALMAGNE, Thomas (2012). *Les cisterciens et leurs bibliothèques*. Troyes: Médiathèque du Grand Troyes.
- FASSLER, Margot (2000). "Sermons, sacramentaries and early sources for the Office", in Margot E. Fassler e Rebecca A. Baltzer (ed.), *The divine office in the Latin Middle Ages*. New York: Oxford University Press, 15-47.
- GILES, J. A. (1844). *The Complete Works of Venerable Bede*. Vol. X: Commentaries on the scriptures. London.
- GOMES, Saul (1998). *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: MC / IPPAR.

- GOMES, Saul (2000). “Revisitação a um velho tema: a fundação do mosteiro de Alcobaça”, in Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Atas do Colóquio Internacional. Lisboa: IPPAR, 27-72.
- GOMES, Saul (2007). “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”, in Iria Gonçalves (coord.), Paisagens rurais e urbanas: fontes, metodologias, problemáticas. Atas das Terceiras Jornadas. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 19-56.
- GOMES, Saul (2013). “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o regimento dos sacristães-mores”, in Albuquerque Carreiras (coord.) Mosteiros cistercienses. História, arte, espiritualidade e património. Alcobaça: Edições Jorlis, 423-448.
- GONZÁLEZ, Ana Suárez (2015). “Cistercian scriptoria in the twelfth and thirteenth centuries”, in James d’Emilio (coord). Culture and society in Medieval Galicia. A cultural crossroads at the edge of Europe. Leiden: Koninklijke Brill, 765-811.
- GRÉLOIS, Alexis (2000). “Galand de Reigny et le problème de l’unité institutionnelle et spirituelle de l’ordre aux premiers temps de la branche de Clairvaux”, in Unanimité et diversité cisterciennes. Filiations – Réseaux – Relectures du XII^e au XVII^e siècle. Saint-Étienne: Publications de l’Université de Saint-Étienne, 149-160.
- HERDER, Michelle (2009). “Liturgy and the spiritual experience of religious women at Santa Maria de Vallbona, Catalonia”, Viator, 40/2, 171-196.
- JAMROZIAK, Emilia (2013). The Cistercian Order in Medieval Europe. 1090-1500. London: Routledge.
- LEBIGUE, Jean-Baptiste (2007). Initiation aux manuscrits liturgiques. Paris: IRHT (<http://aedilis.irht.cnrs.fr/initiation-liturgie/>, consultado a 03/05/2013).
- LEFÈVRE, J. A.; LUCET, B. (1959). “Les codifications cisterciennes aux XII^e et XIII^e siècles d’après les traditions manuscrites”, *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis*, 15, 3-22.
- LEKAI, Louis (1978). “Ideals and reality in early Cistercian history”, in John R. Sommerfeldt (ed.), *Cistercian ideals and reality*. Kalamazoo: Cistercian Publications, 4-29.
- LEROQUAIS, Victor (1934). *Les bréviaires manuscrits des bibliothèques publiques de France*. Vol. 1. Paris : chez l’auteur.
- MAITRE, Claire (2015). *Le bréviaire cistercien Troyes*, Bibliothèque Municipale, MS. 2030. Fribourg: Academic Press.
- MELO, Arnaldo Faria de Ataíde (1930-1932). *Inventário dos códices alcobacenses*. 5 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- NASCIMENTO, Aires A. (1992). “*Legendarium Alcobacense*”, in *Nos Confins da Idade Média*. Lisboa: IPM, 149-150.
- NASCIMENTO, Aires A. (2012). “Em busca dos códices alcobacenses perdidos”, in *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 205-214.

- NASCIMENTO, Aires A.; MEIRINHOS, José F. (1997). Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- NEWMAN, Martha G. (2013). “Foundation and twelfth century”, in Mette Birkedal Bruun (ed.), *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 25-37.
- PALAZZO, Eric (2000). *Liturgie et société au Moyen Âge*. Paris: Aubier.
- PEIXEIRO, Horácio A. (1986). *Missais iluminados séculos XIV e XV. Contribuição para o estudo da iluminura em Portugal*. Lisboa: FCSH-UNL (tese de mestrado policopiada).
- PEIXEIRO, Horácio A. (1991). “Um missal cisterciense iluminado (Alc. 26) e as representações da Virgem e de São Bernardo”, in *Atas do IX centenário do nascimento de São Bernardo*. Braga/Alcobaça: Universidade Católica e Câmara Municipal de Alcobaça, 195-218.
- PEIXEIRO, Horácio A. (2007). “As cores das imagens. A propósito da cor na iluminura alcobacense dos séculos XIV e XV”, *Revista de História da Arte*, 3, 103-129.
- PEREIRA, Gabriel (1911). “Trechos portugueses dos séculos XIV e XV”, *Boletim da segunda classe da Academia das Ciências*, 5, 319-328.
- RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes: (2016). “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça”, in Carla Varela Fernandes (coord.): *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 211-236.
- ROSA, Maria de Lurdes (2005). «As almas herdeiras». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: FCSH-UNL (tese de doutoramento policopiada).
- RUBIN, Miri (1991). *Corpus Christi. The Eucharist in late medieval culture*. Cambridge: University Press.
- VERNET, André; GENEST, Jean-François (1979). *La bibliothèque de l'abbaye de Clairvaux du XII^e au XVIII^e siècle*. Paris: Éditions du CNRS.
- WADDELL, Crysogonus (2002). *Twelfth-century statutes from the Cistercian general chapter*. Belgium: Cîteaux: Commentarii cistercienses.
- WADDELL, Crysogonus (2007). *The primitive Cistercian breviary*. Fribourg: Academic Press.
- ZALUSKA, Yolanta; DAMONGEOT, Marie-Françoise (2015). “Analyse liturgique du lectionnaire de la messe (mss. 177, fragment 1, et 154) et de l'Epistolier (ms. 156) conservés aux Archives départementales de la Dordogne”, in *Manuscrits de Cadouin: Actes du colloque de Périgueux*. Périgueux: Archives départementales de la Dordogne, 98-149.

A dieta dos leprosos numa gafaria medieval: o caso de Coimbra¹

The lepers diet in a medieval leper house: the case of Coimbra

ANA RITA ROCHA

Doutoranda em Altos Estudos em História – Idade Média
Universidade de Coimbra – CHSC
anarita.srocha@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 06.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 06.07.2016

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a dieta alimentar dos leprosos institucionalizados na Gafaria ou Hospital de S. Lázaro de Coimbra. Partindo do regimento outorgado por D. Afonso IV a esta instituição, em 1329, descrevemos a composição da ração individual dos gafos de Coimbra e as diversas pitanças que estes doentes recebiam ao longo do ano e que enriqueciam e complementavam as suas refeições. Simultaneamente avaliamos a terapêutica recomendada por médicos da Antiguidade e Idade Média a leprosos e a quem temia a lepra. Deste modo, estudamos o efeito que os principais alimentos podiam ter no tratamento da doença ou, pelo menos, no reforço de corpos fragilizados por ela, ajudando-os a enfrentá-la e adiando o inevitável desfecho.

Palavras-chave: dieta, leprosos, gafaria, Coimbra, Idade Média.

Abstract: This paper aims to present the diet of the lepers from the Leper House or Saint Lazarus Hospital of Coimbra. Starting from the regiment granted by King Afonso IV, in 1329, we describe the individual diet of Coimbra lepers. We also present the several pittances given throughout the year to enrich and complement the lepers' meals. At the same time, we evaluate the therapeutic procedures from classical antiquity and medieval physicians towards lepers and people that feared leprosy. This way, we study the effects of food in the disease's treatment or, at least, the strengthening of the sickened body, delaying the inevitable.

Keywords: diet, lepers, leper house, Coimbra, Middle Ages.

Fruto dos conhecimentos médicos de então, a conceção medieval da lepra era muito diferente da que conhecemos hoje em dia. Longe de atribuí-

¹ Este artigo tem por base uma comunicação que apresentámos no colóquio *Food and hospitals: an historical perspective*, organizado pela International Network for the History of Hospitals e realizado entre os dias 26 e 27 de abril de 2013, em Bruxelas.

rem a causa da doença ao *mycobacterium leprae*, os médicos da Antiguidade e os da Idade Média, influenciados por aqueles, fundamentavam-se na teoria dos humores. Por breves palavras, segundo esta teoria, a saúde dependia do equilíbrio dos quatro humores do organismo, a saber, o sangue, a fleuma, a atrabílis (ou bílis negra) e a bílis. Pelo contrário, o seu desequilíbrio, devido ao excesso de um deles, provocava a doença². No caso específico da lepra, esta era causada por um excesso de atrabílis, que fazia dela uma doença melancólica³.

Na manutenção do equilíbrio humoral, a dieta alimentar desempenhava um papel fundamental. Como afirma Danielle Jacquart, depois de explicar que é a predominância de um humor sobre os outros que origina a distinção entre as partes homogêneas do corpo, “pour assurer leur régénération, il est nécessaire que l'alimentation intègre ces différences” (Jacquart 2006: 261). A seleção dos alimentos descrita na literatura médica devia, assim, ter em conta a sua facilidade de absorção pelo estômago, consoante a patologia de que o indivíduo padecia⁴. Foi precisamente isto que aconteceu no caso da lepra, que se procurou combater (ou pelo menos travar a sua evolução) com um regime alimentar apropriado, de acordo com a sua natureza. A ingestão de certos produtos, com as características necessárias, restabelecia o balanço dos humores, mas uma escolha errada de ingredientes tinha o efeito contrário, ou seja, podia causar ou acelerar o desenvolvimento da doença. Deste modo, seguindo a explicação de Carole Rawcliffe, os alimentos consumidos pelos leprosos deviam ter uma natureza temperada, suave e húmida, para serem facilmente absorvidos pelo sistema digestivo sobreaquecido, devendo, por isso, ser evitados os produtos quentes (Rawcliffe 2006: 213).

Partindo destes pressupostos médicos, pretendemos compreender a composição da dieta alimentar dos leprosos acolhidos na Gafaria ou Hospital de S. Lázaro de Coimbra, regulamentada no primeiro regimento da instituição, datado de 1329. Devemos, para isso, procurar sempre uma relação entre os alimentos consumidos pelos doentes e a terapêutica recomendada por alguns tratados médicos em uso na altura, de modo a perceber se, no caso em estudo, existiriam preocupações médicas na composição da dieta dos pacientes da gafaria.

² Sobre a teoria dos humores, surgida pela primeira vez no tratado *Da Natureza do Homem*, de Hipócrates, e que não pretendemos aqui desenvolver, ver Jouanna 2012: 335-359.

³ Cf. Bériac 1988: 17-20, Rawcliffe 2006: 64-72, onde as autoras apresentam a teoria dos humores enquanto explicação para o desenvolvimento da lepra.

⁴ Danielle Jacquart analisa a relação entre a nutrição e o reequilíbrio das partes do corpo, partindo da teoria dos humores, em Jacquart 2006.

Um regimento para “bem manter”⁵ os gafos

Fundada em 1210, pelo rei D. Sancho I, a Gafaria de Coimbra incluía entre as suas práticas a de garantir aos seus doentes sustento alimentar, que, além de responder às naturais necessidades fisiológicas destes indivíduos, teria uma função terapêutica, conferindo resistência a corpos fragilizados pela lepra e talvez até contribuindo para o combate a esta doença. Mas apenas mais de um século após a sua instituição é que este hospital obteve, das mãos de D. Afonso IV, em 1329, um documento normativo que regulou o seu funcionamento e no qual se descreve pormenorizadamente a ração entregue aos leprosos ao longo do ano⁶. Mais tarde, em 1346, o mesmo rei acrescentou algumas cláusulas que alteraram a ração dos merceeiros sãos e introduziram novas pitanças, a partilhar entre os leprosos e sãos. A gafaria recebeu ainda mais dois documentos normativos: um compromisso outorgado por D. Afonso V, em 1452, mais direcionado para as normas de conduta dos gafos, e um regimento concedido por D. Manuel I, em 1502, que atualizou os dois anteriores no que respeita a medidas e quantidades dos bens e produtos atribuídos aos doentes e a algumas normas de funcionamento, repetindo a maioria das cláusulas dos estatutos de 1329⁷.

Sem que haja qualquer indício documental da existência de físicos ao serviço da gafaria ou do recurso aos conhecimentos médicos transmitidos pelos tratados, fossem eles portugueses ou estrangeiros, torna-se difícil perceber se na seleção dos alimentos a distribuir pelos gafos de Coimbra houve preocupação em providenciar a estes doentes tanto um tratamento como uma dieta adequados ao seu estado. Não podemos, contudo, excluir por completo a hipótese da influência de literatura médica na elaboração do regime alimentar dos pacientes de S. Lázaro, sobretudo se tivermos em

⁵ Esta expressão é uma alusão a uma citação do próprio regimento, à qual voltaremos mais adiante, onde é referido que os gafos e merceeiros sãos se queixaram ao rei de que “nom eram bem mantehudos”. Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 1 ou Rocha 2011: 157.

⁶ O documento também descreve a ração dos merceeiros sãos que eram acolhidos pela gafaria e dos seus oficiais, o vedor e escrivão. No entanto, não é objetivo deste artigo descrever os alimentos atribuídos a estes dois grupos. Serão feitas algumas referências, mas apenas como complemento aos dados relativos aos leprosos. Sobre o acolhimento de merceeiros sãos no hospital e a ração que lhes era concedida, assim como a remuneração em géneros alimentares paga aos oficiais, ver Rocha 2011: 57, 65-67 e 74-76.

⁷ Na nossa dissertação de mestrado estudámos a Gafaria de Coimbra, desde a sua fundação até aos finais do século XV. Para uma perspetiva da sua evolução e funcionamento, ver Rocha 2011: 44-79. Estes dois regimentos integram o mesmo livro que o de 1329 (AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fls. 4-5 e 8-11) e estão publicados em Rocha 2011: 227-229 e 247-252.

conta que D. Afonso IV tinha médicos na sua corte⁸. De facto, não podemos esquecer que chegavam a Portugal cópias das principais obras produzidas na Antiguidade e ao longo da Idade Média, provenientes dos meios académicos de outros países, como França e Inglaterra, como bem o demonstram algumas bibliotecas monásticas e privadas⁹. Além disso, o português Pedro Hispano incluiu no apêndice da sua obra *Thesaurus Pauperum*, do século XIII, a descrição de alguns tratamentos para a lepra, entre os quais a utilização de carne de serpente, que provocava a queda da pele do doente¹⁰. De qualquer forma, mesmo perante a falta de confirmação do recurso aos conhecimentos médicos, é possível avaliar os excessos, carências e até benefícios do regime alimentar dos gafos, em relação com a informação prestada pelos livros de medicina.

Como já foi mencionado, o primeiro documento estatutário do Hospital de S. Lázaro de Coimbra data apenas do século XIV. Esta outorga, independentemente das suas motivações específicas, insere-se no contexto geral de aparecimento dos regulamentos das leprosarias, a partir do século XIII, nos quais se descreve, entre outras normas, o regime alimentar a adotar, considerado por François-Olivier Touati como “l’outil d’une rationalisation indispensable dans un milieu hétérogène” (Touati 1998: 462).

O objetivo deste diploma passava por solucionar alguns problemas relacionados com o sustento dos doentes, decorrentes dos abusos cometidos pelos administradores da gafaria. Ainda antes, em 1326, através de uma carta régia, sabemos que alguns leprosos se queixaram àquele monarca que o vedor e escrivão do hospital não lhes davam as rações como deviam¹¹. Terá sido como resposta a estas queixas que D. Afonso promulgou o regimento, pois no seu prólogo o rei deixou bem claro que a sua elaboração se devia à denúncia que os leprosos lhe dirigiram, segundo a qual “nom eram bem

⁸ Veja-se o exemplo de Afonso Dinis, médico de D. Afonso IV, em Silva 2015: 65-66. Inclusivamente foi este rei que instituiu as cartas de licença de exercício dos ofícios de físico, cirurgião e boticário, em 1338, manifestando preocupação com a regularização da prática médica. Cf. McCleery 2014: 196-198.

⁹ Saul António Gomes dedicou alguma da sua atenção à circulação de livros científicos em Portugal em Gomes 2012.

¹⁰ Vejam-se os tratamentos indicados por Pedro Hispano para a cura da lepra em Pereira 1973: 342-349. Devemos ressaltar que a autoria do *Thesaurus Pauperum* tem levantado algumas dúvidas, colocando-se a hipótese de o *Petrus Hispanus* que indubitavelmente é o seu autor não corresponder ao português Pedro Julião, futuro papa João XXI. Sobre estas questões, ver Meirinhos 2002, vol. 2: 34-86 e Meirinhos 2013: 328-332.

¹¹ AUC, *Pergaminhos do Hospital de S. Lázaro*, IV, 3^a, 51, 1, 2 ou Rocha 2011: 154-155.

mantehudos segundo as herdades e as possisoes e as rendas dellas que a dicta gafaria avya”¹².

A ração individual

O documento inicia-se precisamente pela descrição do sustento alimentar a que os doentes tinham direito sempre que o rei lhes fazia mercê e eram admitidos no hospital. Trata-se da base da dieta dos leprosos de Coimbra, composta por um conjunto de alimentos característicos da nutrição medieval, como o pão, o vinho e o azeite¹³. A estes produtos somam-se muitos outros com que os pacientes de S. Lázaro eram beneficiados ao longo do ano, as designadas pitanças, distribuídas em datas significativas e que enriqueciam a sua dieta.

Antes de mais, os leprosos recebiam uma grande quantidade anual de cereal: a cada doente eram entregues dois moios de trigo e dois quarteiros de cereal de segunda, não especificado, mas que podia ser milho (painço ou miúdo), centeio ou cevada¹⁴. Quando faltasse o trigo no celeiro, a sua quantidade era substituída pelo dobro da de cereal de segunda¹⁵. A este pão somava-se, ainda, aquele que era distribuído por todos em forma de pitanças, nomeadamente dois pães, quando era vindimada a vinha da casa, e fogaças, durante a receção dos foros, de acordo com o acréscimo de 1346¹⁶. Como é natural, os cereais que cada um recebia seriam transformados em pão. Tendo em conta que, já no século XV, segundo os tabelamentos do pão apresentados por Oliveira Marques, o peso de um pão podia oscilar entre 150 g e 750 g (Marques 2010: 36), isto significa que os gafos recebiam quantidades muito elevadas de cereal, que correspondiam a uma média diária individual de 5 kg,

¹² AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 1 ou Rocha 2011: 157. A gafaria de Coimbra era proprietária de vastos bens imóveis, em Coimbra e no seu termo, que lhe garantiam avultadas rendas anuais, suficientes para sustentar os seus doentes, demonstrando que o problema estava realmente relacionado com a sua gestão. Sobre o património desta instituição, ver Rocha 2011: 91-127.

¹³ Para uma perspetiva da composição da ração individual atribuída aos leprosos, no regimento de 1329, ver tabela 1, em anexo.

¹⁴ No regimento outorgado por D. Manuel I, em 1502, em vez da expressão genérica “cereal de segunda”, é indicado que são dados dois alqueires de milho, por mês. Isto poderá significar que era este o cereal dado em 1329 ou que houve apenas uma especificação da variedade a entregar. AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 9 ou Rocha 2011: 249.

¹⁵ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 1 ou Rocha 2011: 157.

¹⁶ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fls. 2 e 3 ou Rocha 2011: 159 e 162.

entre pão alvo e escuro¹⁷. Além disso, comparando estes valores com os apresentados por Maria Helena da Cruz Coelho para o campesinato de Coimbra, que variavam entre 1 kg e 2 kg de pão por dia (Coelho 1990: 12-15), verificamos que as quantidades a que os pacientes de S. Lázaro tinham acesso eram muito superiores à média das camadas mais baixas da sociedade da cidade em estudo. O mesmo se comprova quando comparamos os valores de Coimbra com os de leprosas de outros países, nomeadamente França, onde o consumo diário de pão variava também entre 1 kg e 2 kg¹⁸. De facto, mesmo numa época em que diariamente eram ingeridas grandes quantidades de cereal, estamos na presença de um exagerado consumo de pão. Através dele os doentes obtinham a maioria das suas calorias, mas também um excesso de hidratos de carbono.

Uma carta de D. Afonso V, de 1454, parece dar resposta às nossas dúvidas, demonstrando que o cereal não seria todo para consumo interno dos habitantes de S. Lázaro. Neste documento é feita uma referência “aas vendas dos moyos que se em cada huum anno vendem desse esprital”¹⁹. Parece-nos, pois, provável que, juntamente com o cereal proveniente das rendas, os leprosos vendessem uma parte daquele que recebiam como provento e ficassem com outra parte para consumo próprio.

O vinho ocupava, tal como o pão, um lugar fundamental na ração diária dos pacientes da Gafaria de Coimbra. Inclusivamente, o próprio hospital possuía no seu espaço, “da par da cassa”, uma vinha, cuja vindima era motivo para novas pitanças²⁰. Sendo esta uma região mediterrânica, é natural que a cultura do vinho estivesse bem presente. Já na Europa do Norte, nomeadamente em Inglaterra, os doentes de lepra consumiam cerveja. Altamente nutritiva, esta bebida podia até substituir os alimentos sólidos num estado avançado da doença (Rawcliffe 2006: 326-327). A mesma finalidade poderia

¹⁷ Uma vez que, em Coimbra, 1 alqueire equivalia a cerca de 10 kg, um moio (64 alqueires) a 640 kg e um quartoiro (16 alqueires) a 160 kg, cada leproso recebia, por ano, à volta de 1825 kg de cereal, que correspondia a uma média diária de 5 kg. Para a conversão de medidas medievais em medidas atuais, ver Coelho 1990: 18, n. 8 e Marques 1985: 70-71. Recorremos ao artigo de A. H. de Oliveira Marques para abonar as opções de conversão de medidas medievais em medidas atuais. No entanto, recomendamos a consulta de alguns artigos mais recentes que atualizam e corrigem algumas das propostas apresentadas pelos autores clássicos e que analisam aspetos como as diferenças geográficas dos pesos e medidas, a atuação régia no sentido de os uniformizar e o papel político, comercial e fiscal da metrologia. Entre eles veja-se Ferreira 2010, Viana 2010-2011 e Lopes 2003. Todos eles remetem para outra bibliografia de interesse.

¹⁸ Vejam-se os valores apresentados por Bériac 1988: 256 e Touati 1998: 463.

¹⁹ AUC, *Pergaminhos do Hospital de S. Lázaro*, IV, 3ª, 53, 3, 64 ou Rocha 2011: 232.

²⁰ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 2 ou Rocha 2011: 159.

ter o vinho nas leprosarias de regiões onde era produzido, como Coimbra. Certo é que tanto podia servir para acompanhar refeições, como para saciar²¹.

Cada doente recebia, diariamente e enquanto houvesse na adegas, “hua meya e meya doutra meya de vinho”²², que equivalia a pouco mais de 3 l²³. Faltando esta bebida na gafaria, os leprosoos eram compensados com oito dinheiros cada um para o comprarem. Mas a quantidade de vinho recebida não se limitava a esta descrita acima. Sempre que um leproso ou são era admitido, todos os outros recebiam dele, de pitaça, um almude (17 l) e ao longo do ano, através de outras pitaças, tinham ainda direito a vários cântaros distribuídos por cinco datas diferentes: Ano Novo, Endoenças, S. João, prova do vinho e Natal²⁴.

Ainda no século XIV a ração de cereal e vinho dos leprosoos sofreu alterações ao nível das suas quantidades e da periodicidade de entrega. Esta mudança era já uma realidade em 1367, quando o rei D. Fernando concedeu a doze leprosoos uma ração individual composta por quatro alqueires (cerca de 40 kg) de trigo e dois alqueires (aproximadamente 20 kg) de cereal de segunda, mensais, e uma meia, que são cerca de 2,1 l, de vinho, por dia, enquanto tudo o resto se mantinha como na ordenação de D. Afonso IV²⁵. Voltando a fazer uma média diária, isto significa que os gafos de Coimbra tinham agora acesso a cerca de 2 kg de cereal e 2,1 l de vinho quotidianos. Verifica-se, assim, uma significativa redução em relação às quantidades definidas em 1329. Alguns documentos posteriores do mesmo rei, dos inícios dos anos 70 do século XIV, reunidos num traslado de 1383, comprovam que houve diminuição das rações, deixando transparecer a ideia de escassez provocada por maus anos agrícolas e de baixos rendimentos da instituição²⁶. Por um lado, consideramos que esta poderá ter sido uma medida para controlar os excedentes de cereal atribuídos anteriormente. Mas, por outro, parece-nos mais provável que esta redução esteja relacionada com as crises agrícolas e com as guerras que marcaram o reinado fernandino e que deslocavam imensos recursos²⁷.

²¹ Sobre o papel e importância do vinho nas regiões mediterrânicas, ver Coelho 1990: 10-11 e Adamson 2004: 49-51.

²² AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 1 ou Rocha 2011: 157.

²³ Convertendo para medidas atuais, uma meia, em Coimbra, equivalia a 2,125 l, uma vez que o almude valia 17 l. Cf. Marques 1985: 70-71 e Coelho 1990: 18, n. 8.

²⁴ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 1v ou Rocha 2011: 159.

²⁵ AUC, *Pergaminhos do Hospital de S. Lázaro*, IV, 3ª, 52, 2, 32 ou Rocha 2011: 168.

²⁶ AUC, *Pergaminhos do Hospital de S. Lázaro*, IV, 3ª, 51, 1, 13 ou Rocha 2011: 180-184.

²⁷ Cf. Marques 1978: 42-43; 259-260 e Coelho 1989: 429-430.

Avançando mais de um século, na atualização do regimento da gafaria, de 1502, outorgada por D. Manuel, as quantidades de cereal e vinho descritas, a distribuir pelos leprosos, eram as mesmas que se registaram para o reinado de D. Fernando²⁸. Cremos que, mesmo depois de superadas as crises agrícolas, se tenha optado por rações mais moderadas. Inclusivamente, importa mencionar que estas novas quantidades eram as mesmas que eram atribuídas aos doentes da Casa de S. Lázaro de Lisboa, estipuladas nos seus estatutos, datados do século XV (Nóvoa 2010: 119)²⁹.

Voltemos ao regimento de 1329. A dieta de base, que incluía pão e vinho, completava-se, ainda, com uma quantidade anual de azeite e de sal, utilizados para temperar as refeições. No primeiro dia do ano, eram entregues a cada leproso um alqueire de cada um dos referidos produtos. Embora o seu consumo pudesse ser desigual ao longo do ano, podemos afirmar que, em média, cada doente teria acesso a cerca de 0,04 l de azeite e 0,03 kg de sal diários³⁰. Ambos os produtos eram muito comuns em Portugal, sobretudo o primeiro, cuja importância aumentava à medida que se avançava para norte, como afirma Oliveira Marques (Marques 2010: 33). Esta era, inclusivamente, uma cultura abundante na região de Coimbra, o que explica a sua presença assídua na alimentação da sua população³¹. Mas o azeite apresenta ainda vantagens de outra natureza para os gaços, pois é um produto temperado e húmido, de acordo com as teorias médicas da Antiguidade e medievais (Adamson 2004: 30). Como vimos no início, os alimentos com estas propriedades eram considerados os mais adequados para o organismo dos doentes de lepra, pela facilidade de absorção.

As pitanças

O sustento dos habitantes da Gafaria de Coimbra não se resumia aos produtos que temos vindo a descrever, completando-se com um conjunto de alimentos extraordinários, entregues sob a forma de pitanças, sobretudo

²⁸ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fls. 8-11 ou Rocha 2011: 247-252.

²⁹ Cf. Conde 1987: 135, onde o autor apresenta um quadro comparativo das rações diárias dos leprosos em várias leprosarias. Note-se que foram utilizadas equivalências de medidas diferentes das nossas.

³⁰ De acordo com as medidas de Coimbra, 1 alqueire, enquanto medida de capacidade, equivalia a cerca de 14 l e, enquanto medida de massa, a cerca de 10 kg. Assim, dividimos estes valores pelos 365 dias de um ano comum, para obter a média diária. Cf. Coelho 1990: 18, n. 8.

³¹ Sobre a cultura da oliveira na região de Coimbra, ver Coelho 1989: 172-181.

em dias de festa ou em datas relacionadas com os trabalhos agrícolas³². Distribuídas a todos os leprosos e não individualmente, as referidas pitanças quebravam a monotonia de uma ração diária composta apenas por pão e vinho. Através delas, os doentes tinham acesso a produtos indispensáveis a uma alimentação saudável, como a fruta, os legumes e a carne, mas também a outros ingredientes menos comuns, como as especiarias, que davam um gosto diferente às refeições³³. No quadro português, Coimbra apresentava-se como um caso paradigmático, pois nenhuma das outras duas grandes gafarias do reino, Santarém e Lisboa, oferecia tão ricas e variadas pitanças aos seus doentes³⁴.

No que diz respeito à fruta e legumes a que os leprosos tinham direito, o regimento contém pouca informação. Apenas é indicado que, por ordem do rei, aqueles ficariam com a fruta, os figos e o olival contíguo ao hospital: “Primeiramente manda el rey que a fruta e os figos e olival da par da cassa da gaffaria que o ajam os gaffos”³⁵. A esta informação acresce uma cláusula do aditamento de 1346, sobre a distribuição dos foros, em que são referidas as castanhas e as nêspersas³⁶. Mesmo não descrita na globalidade, a fruta consumida seria muito semelhante à que a restante sociedade medieval consumia e mesmo à que consumimos atualmente. Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, na região de Coimbra eram comuns as macieiras, pereiras, ameixieiras, marmeleiros, laranjeiras, pessegueiros, cerejeiras, castanheiros e nogueiras (Coelho 1990: 12). É, portanto, natural que os leprosos tivessem acesso a uma grande variedade de fruta, que lhes fornecia importantes quantidades de fibras e vitaminas.

Como vimos acima, é dado algum destaque aos figos, que poderá estar relacionado com a importância que esta fruta desempenhava entre as restantes, abundando no território português. Em primeiro lugar, uma das vanta-

³² Veja-se a definição de pitanças em Viterbo 1865: I, 184-186 e II, 148. Acerca da distribuição de pitanças num ambiente diferente do de uma leprosaria, mais concretamente num mosteiro, ver Harvey 2006.

³³ Para uma perspetiva da composição das pitanças dadas aos leprosos, descritas no regimento de 1329 e no acrescento de 1346, ver tabela 2, em anexo. Os gafos também recebiam algumas pitanças de pão e vinho, a que já nos referimos a propósito da ração individual, em que analisámos estes dois alimentos básicos da dieta mediterrânica. Por essa razão, não as abordaremos nesta secção.

³⁴ Sílvio Conde elaborou um quadro onde estão elencadas as pitanças distribuídas nas gafarias de Santarém, Coimbra, Lisboa e Barcelona, em Conde 1987: 137-138. Na última leprosaria mencionada também se registam, tal como em Coimbra, pitanças distribuídas em diversas datas ao longo do ano. Contudo, são muito menos descritivas e variadas, resumindo-se a “comida especial e 1 *diner* a cada um”, citando Sílvio Conde.

³⁵ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 1v ou Rocha 2011: 158.

³⁶ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 3 ou Rocha 2011: 162.

gens que oferecia era a sua fácil conservação, através da secagem, permitindo o seu consumo ao longo de todo o ano (Gonçalves 2010: 228). Além disso, segundo a literatura médica medieval, esta fruta tinha uma natureza quente e húmida e, por isso, era benéfica para o estômago e uma fonte de força física³⁷. Em último lugar, o figo é uma fruta bastante nutritiva, sendo rica em potássio, fibra e cálcio, de acordo com a tabela da composição de alimentos³⁸. Estas razões poderão explicar a menção individual a esta fruta e a sua preferência na dieta dos leprosos.

Tal como os figos, as uvas também se salientam no conjunto de frutas concedidas nas pitanças. Eram entregues aos doentes nas seguintes datas e quantidades: uma cesta aquando da vindima da vinha que estava junto do hospital, dois cachos no dia de S. Sisto e outros tantos na véspera de Santa Maria de Agosto³⁹. Estas três datas correspondem a períodos de colheita e, consequentemente, de abundância deste fruto. Note-se que, como os figos, as uvas podiam ser secas e consumidas durante todo o ano e tinham inúmeras vantagens para a saúde, pela sua natureza temperada e húmida, ideal para equilibrar um sistema sobreaquecido pela lepra. Podemos salientar, assim, o efeito positivo que as uvas amargas teriam para estes doentes, uma vez que uma das suas características, na Idade Média, passava pelo arrefecimento do corpo, como demonstra Melitta Adamson (Adamson 2004: 22).

Quanto aos legumes, o regimento apenas especifica alguns dos que eram levados à mesa dos doentes no acréscimo de 1346, a saber, os alhos, as cebolas e os porros, além de uma referência aos legumes, em geral⁴⁰. De qualquer forma, ainda no texto de 1329, na cláusula em que D. Afonso IV “manda (...) que o cortinhal que esta a par da cassa que o ajam os gaffos pera seu folgar”⁴¹, estará subjacente a ideia de que aí, nessa horta, recolheriam os legumes e hortaliças necessários à sua alimentação. Estes corresponderiam, grosso modo, àqueles que abundavam na região de Coimbra, entre os quais se contavam as couves, os espinafres, os nabos, as alfaces, as cenouras, os feijões, as favas, as ervilhas, as cebolas, os alhos (Coelho 1990: 12), que seriam essenciais para o equilíbrio da dieta dos gafos. No entanto, apenas é possível tirar conclusões acerca do papel dos alhos, cebolas e porros, únicas variedades de que temos a certeza que entravam na

³⁷ Cf. Adamson 2004: 24 e Grant 2000: 115-116.

³⁸ Cf. tabela da composição de alimentos, em linha: <http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/AreasCientificas/AlimentNutricao/AplicacoesOnline/TabelaAlimentos/PesquisaOnline/Paginas/DetalleAlimento.aspx?ID=IS650> [consultado a 08/03/2016].

³⁹ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 2 ou Rocha 2011: 159.

⁴⁰ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 3 ou Rocha 2011: 162.

⁴¹ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 1v ou Rocha 2011: 158.

dieta dos leprosos. E neste aspeto é interessante notar que, pelo menos, os dois primeiros eram frequentemente desaconselhados por quem temesse contrair lepra (Rawcliffe 2006: 78-79). De qualquer forma, não nos é possível saber se a ingestão de legumes se pautava pelo equilíbrio, excesso ou carência, como acontecia em algumas leprosarias francesas, onde estes produtos se reduziam apenas a alguns, essencialmente proteicos e sob a forma de sopa (Touati 1998: 469).

Já vimos que os leprosos podiam temperar os seus alimentos com sal e azeite, que recebiam como parte da sua dieta de base. Mas era pelas pitanças que recebiam os principais condimentos, que davam a refeições tão monótonas um gosto diferente. Em datas festivas os gafos de Coimbra recebiam determinadas quantidades de especiarias ou dinheiro para as comprarem. Assim, nas Endoenças, ou seja, nas celebrações da Quinta-feira Santa, eram-lhes entregues dois soldos para especiarias, sem indicação das variedades a distribuir, aos quais se acrescentavam três soldos, no dia de S. João, e outros dois soldos, no dia de Natal, para o mesmo fim⁴². Seria um grande privilégio receber estes produtos, mesmo em quantidades reduzidas, numa época em que o seu consumo era ainda bastante hierarquizado⁴³. Note-se que a sua presença num hospital medieval pode assumir um papel ainda mais importante, para além do seu emprego na confeção de refeições, por comporem diversas receitas médicas, embora desconheçamos se eram utilizadas com esta finalidade na Gafaria de Coimbra.

Apenas no Ano Novo eram particularizadas as especiarias a dar aos leprosos. Neste dia, os doentes de S. Lázaro recebiam uma onça, ou seja, cerca de 0,03 kg, de pimenta e duas onças (0,06 kg) de cominhos⁴⁴.

Quanto à primeira, esta seria uma das especiarias mais comuns, mas também uma das mais dispendiosas, de acordo com Oliveira Marques (Marques 2010: 33). Talvez por isso, os gafos recebessem uma quantidade tão diminuta por ano. A literatura médica medieval refere-se, com frequência, aos benefícios e malefícios do consumo de pimenta pelos doentes de lepra. É o caso da obra de João de Gaddesden, *Rosa Anglica*, na qual o autor inclui a pimenta, pela sua natureza quente, entre alguns dos alimentos que deviam ser evitados por aqueles que temessem esta doença e, portanto, pelos próprios leprosos (Gaddesden 1492: 56)⁴⁵. Contudo, esta especiaria podia também contribuir

⁴² AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fls. 1v-2 ou Rocha 2011: 159.

⁴³ Sobre as variedades que se incluem sob a designação de “especiarias” e sua utilização na cozinha medieval, ver Laurioux 1983.

⁴⁴ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 1v ou Rocha 2011: 159. Sobre a conversão da onça em medidas atuais, ver Marques 1985: 70-71.

⁴⁵ Cf. Rawcliffe 2006: 78.

para o tratamento da doença, através da sua utilização externa. De facto, podia ser usada em unguentos para remover carne infetada ou para purgar a cabeça através dos espirros, como afirma Carole Rawcliffe, a partir da análise de obras médicas, como a já citada *Rosa Anglica* (Rawcliffe 2006: 215).

Os cominhos podiam, igualmente, fazer parte da composição de medicamentos para curar a lepra, além da sua função como condimento. A sua importância terapêutica era tal que era mesmo o ingrediente principal do electuário designado como *diacyminum*, prescrito por Richard Trwythian a um seu paciente, segundo informação recolhida em Carole Rawcliffe (Rawcliffe 2006: 214). Pedro Hispano também incluiu os cominhos na composição de uma receita com a qual “cura-se perfeitamente a lepra, a não ser que provenha de bubões” (Pereira 1973: 344-346). Talvez por estas razões este condimento fazia parte do provento oferecido pelas gafarias medievais, como acontecia não só em Coimbra, mas também noutros locais, como no Hospital de St. John, em Essex, na Inglaterra (Rawcliffe 2006: 214, n. 48).

Ainda no primeiro dia do ano, os doentes recebiam uma quarta de mel, que corresponde, aproximadamente, a 3,5 l⁴⁶. Este produto podia ser consumido sozinho, sem qualquer outro alimento, ou podia ser utilizado para adoçar algumas confeções. Além do mais, tinha um papel relevante na preparação de receitas médicas, pela sua natureza temperada e seca (Adamson 2004: 27), talvez não sendo, por isso, muito recomendável para quem sofria de lepra. De qualquer modo, os gafos não consumiriam muito mel, pois era-lhes entregue uma quantidade relativamente pequena para um ano.

A dieta dos leprosos enriquecia-se nutritivamente com a carne distribuída também sob a forma de pitanças. Sabemos, assim, de que animais se alimentavam os doentes da Gafaria de Coimbra e as quantidades distribuídas, sem que, no entanto, seja possível estimar o seu consumo diário ou semanal.

⁴⁶ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 1v ou Rocha 2011: 159. A conversão da quantidade de mel atribuída aos gafos para medidas atuais levantou algumas dúvidas. Optámos por considerar a “quarta” enquanto quarta parte do alqueire e este como medida de capacidade, uma vez que, segundo Oliveira Marques, na secção “Medidas de capacidade” do seu artigo sobre pesos e medidas, “em alqueires se avaliavam o mel e, às vezes, o azeite” (Marques 1985: 69). Deste modo, sabendo nós que, no concelho de Coimbra, o alqueire valia 14 l, de acordo com a conversão apresentada por Maria Helena da Cruz Coelho (Coelho 1990: 18, n. 8), a quarta do alqueire correspondia a 3,5 l. Todavia, não podemos deixar de colocar a hipótese de o mel ser medido em medida de massa e a “quarta” equivaler a 2,5 kg, ou seja, a quarta parte do alqueire de Coimbra (10 kg). Noutra perspetiva, na lista de medidas de capacidade apresentadas no já citado artigo de Oliveira Marques consta a “quarta”, que é $\frac{1}{4}$ de moio, que, por sua vez, são 20 almudes (Marques 1985: 70). Se o almude, em Coimbra, equivalia a 17 l, uma “quarta” correspondia a 85 l (Coelho 1990: 18, n. 8). Mas esta parece-nos uma quantidade excessiva de mel para ser dada aos leprosos, mesmo tendo em conta que era para ser consumida ao longo de um ano, por várias pessoas.

Embora na Idade Média se consumisse uma grande variedade de carne, talvez até superior à de hoje em dia, à mesa dos leprosos de S. Lázaro chegavam apenas três espécies principais de animais: as aves de capoeira, o porco e o carneiro⁴⁷. As primeiras incluíam, em número incerto, patos, capões e frangões e eram distribuídas aquando da receção dos foros⁴⁸. As aves domésticas eram mesmo, segundo os tratados médicos, dos alimentos mais aconselhados a quem tivesse contraído lepra, pela facilidade de absorção pelo organismo, contribuindo para o seu arrefecimento (Rawcliffe 2006: 213). Mas parecemos que o consumo de aves estava mais relacionado com a sua abundância, por serem uma das formas de pagamento de foros, do que com os seus efeitos terapêuticos. Derivados destes animais e também procedentes das rendas, os ovos enriqueciam a dieta dos leprosos, sendo distribuídos e partilhados entre estes e os sãos, a partir de 1346, quando se pagavam os foros⁴⁹. Mas cremos que, dada a sua origem nas pensões, estes já faziam parte da nutrição dos gafos anteriormente.

O porco, animal igualmente muito comum na Idade Média e único criado com o intuito de produzir carne, desempenhava um papel fundamental na dieta dos leprosos. O seu consumo era muito frequente nas gafarias medievais e a de Coimbra não era exceção. Os seus doentes recebiam as vísceras, cabeças, pés, fressuras e lombos de quatro porcos⁵⁰. Embora não indicada, a periodicidade da sua distribuição seria anual. Com os acrescentos de 1346, os leprosos passaram a receber, em conjunto com os sãos, quatro porcos em dias importantes dos calendários litúrgico e agrícola. Pelo Natal, altura de matança deste animal (Coelho 1990: 16)⁵¹, eram entregues dois porcos, ambos no valor de 8 libras, enquanto pelo Entrudo e Vindima era dado apenas um em cada um destes dias⁵². Destes quatro animais, os doentes

⁴⁷ Sobre a variedade de carne, na Idade Média, ver, para uma perspetiva portuguesa, Marques 2010: 28-29 e, para uma perspetiva mais global, Adamson 2004: 30-39.

⁴⁸ O regimento da Gafaria de Coimbra menciona a entrega destas aves em dois momentos diferentes, embora sempre em relação com o pagamento dos foros. Num primeiro momento, ainda no texto de 1329, é indicado que os leprosos tinham direito a “todolos patos e capoes e frangaos que morem na Careira quando os aduzen dos foros”. Já no acrescento de 1346, o rei mandou que os gafos e sãos tivessem “os patos e os capoes e os frangãos”, quando é descrita a forma como os foros eram distribuídos pelos habitantes do hospital. AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fls. 2 e 3 ou Rocha 2011: 159 e 162.

⁴⁹ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 3 ou Rocha 2011: 162.

⁵⁰ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 2 ou Rocha 2011: 159.

⁵¹ Na leprosaria de St. Julian, na Inglaterra, em 1344, cada leproso recebia um porco por dia de S. Martinho. Esta era, tal como o Natal, uma data em que era costume matar este animal. Richards 2000: 133.

⁵² AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 2v ou Rocha 2011: 161-162.

tinham direito às cabeças, vísceras, fressuras e unto. É a primeira vez que esta gordura surge na nutrição dos leprosos de Coimbra. Tal como o azeite, o sal e as especiarias, seria utilizada para temperar os alimentos (Marques 2010: 33).

Como se verifica, apesar de menores do que noutros hospitais, as quantidades de porco consumidas pelos gafos de Coimbra eram relativamente elevadas. De acordo com François-Olivier Touati, além da sua abundância e da prática comum da sua criação, este excesso poderá encontrar explicação na teoria médica de que a carne de porco, rica em Vitamina H, tinha vantagens para a lepra, enquanto reconstituente (Touati 1998: 470)⁵³. Mas o aproveitamento de todas as partes do animal e a capacidade de conservação desta carne também poderão justificar a opção pelo seu consumo (Gonçalves 2010: 230).

Ao mesmo tempo que a carne de porco, os leprosos da Gafaria de Coimbra recebiam carne de um dos animais mais apreciados na Idade Média: o carneiro. Tanto em Portugal como em toda a Europa do Sul, o gado ovino era muito abundante, tendo presença obrigatória em todas as mesas, dos estratos mais elevados aos simples camponeses, sem esquecer os mais pobres e doentes institucionalizados, como é o caso dos leprosos. De facto, temos conhecimento de que também nas gafarias de França e Inglaterra se consumia carneiro (Touati 1998: 464 e Rawcliffe 2006: 324). Inclusivamente, para Inglaterra, sabe-se que nas propriedades anexas aos hospitais se criava, entre outros, gado ovino (Rawcliffe 2006: 327). No entanto, devemos ter em conta que os doentes de lepra seriam um grupo bastante privilegiado, pois esta era uma das carnes mais caras, pelo menos na cidade de Coimbra, já desde o século XII, como demonstra o tabelamento dos preços na postura municipal de 1145 (Coelho 2013: 37). Aos gafos desta cidade entregavam-se, então, num primeiro momento, as vísceras, cabeças, pés e fressuras de dois carneiros⁵⁴. Mais tarde, a partir do aditamento de 1346, os doentes de S. Lázaro passaram também a receber outros dois carneiros, a partilhar com os raçoeiros sãos, pela Páscoa, festa em que esta carne desempenha um papel bastante simbólico. Apenas aos gafos eram ainda concedidas as suas peles, vísceras e fressuras⁵⁵. Por fim, note-se que o carneiro tinha algumas vantagens terapêuticas, que se pautavam, essencialmente, pela sua facilidade de digestão (Adamson 2004: 33).

No que respeita ao consumo de carne na Gafaria de Coimbra, resta apenas mencionar que se destaca a ausência de vaca. De acordo com os tratados

⁵³ Cf. Martinet 1970: 21.

⁵⁴ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 2 ou Rocha 2011: 159.

⁵⁵ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 2v ou Rocha 2011: 162.

médicos, entre os quais o de Galeno, esta não era aconselhada a quem tivesse um temperamento melancólico, podendo provocar inúmeras doenças, entre as quais a lepra (Grant 2000: 154)⁵⁶. Contudo, consideramos que a exclusão da carne de bovino da dieta oferecida na leprosaria conimbricense se devesse à sua escassez na cidade, no século XIV (Coelho 1990: 11).

Através da adenda feita ao regimento, em 1346, a dieta dos leprosos passou a incluir peixe, em alturas de jejum, obedecendo às normas impostas pela Igreja. Com efeito, nos dias de Cinzas e Lava-Pés, os doentes e os raçoeiros são recebiam 40 soldos para comprarem peixe⁵⁷. Não são especificadas as variedades adquiridas, mas, atendendo às mais comuns na Idade Média, nomeadamente na região de Coimbra, dessa lista poderiam constar a pescada, a sardinha, a lampreia, o sável, o arenque, entre outros (Coelho 1990: 11). Como é natural, o consumo de pescado, sobretudo o arenque, era uma prática comum nas gafarias medievais na altura da Quaresma, como acontecia em Saint-Omer e Épernay, na França, onde, segundo palavras de Françoise Bériac, não havia “jeûnes excessifs, et faire carême consiste surtout à manger beaucoup de harengs” (Bériac 1988: 257)⁵⁸. Rico em fósforo e vitamina C, este alimento podia, assim, compensar o excesso de glúcidos do pão, ingerido em grandes quantidades pelos leprosos. Tal como já vimos para as aves de capoeira e porco, o peixe fresco era aconselhado, por exemplo, pelo físico João de Gaddesden, pela facilidade de absorção pelo organismo (Rawcliffe 2006: 213). No entanto, não devia ser consumido ao mesmo tempo que leite, pois podiam gerar “fleuma pútrida”. Além disso, o peixe podre podia ser uma das causas de lepra, devendo, portanto, ser evitado⁵⁹.

Apesar de o regimento descrever uma grande variedade de produtos atribuídos pelo rei aos leprosos, registam-se algumas ausências. É o caso do leite, sobretudo fresco, muito frequente nas leprosarias francesas e inglesas e bastante recomendado pelos autores de literatura médica medieval, como Guy de Chauliac, Avicena e Aretaeus. Por exemplo, o segundo salienta os benefícios deste produto de origem animal para os problemas respiratórios e vocais e o terceiro indica-o como um bom laxante (Rawcliffe 2006: 213).

⁵⁶ Cf. Rawcliffe 2006: 213.

⁵⁷ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fl. 2v ou Rocha 2011: 161.

⁵⁸ Nas gafarias da província eclesiástica do Sens, entre elas a de Beaulieu, regista-se um elevado consumo de arenques durante o Advento e a Quaresma. Touati 1998: 464-467.

⁵⁹ Não obstante, em algumas leprosarias inglesas, os gafos recebiam peixe insalubre, considerado impróprio para a restante população, mas não para os doentes, que o poderiam comer sem prejuízo para a sua saúde, já afetada pela doença de que padeciam. Esta era uma prática considerada lógica no período em estudo. Rawcliffe 2006: 79.

Descrito o regime alimentar dos leprosos de S. Lázaro de Coimbra, podemos afirmar que estes tinham uma dieta minimamente equilibrada. O pão, o vinho, a fruta, os legumes, a carne e ainda algum peixe forneciam-lhes nutrientes a que outras camadas da sociedade não teriam, muitas vezes, acesso. Todavia, registam-se alguns excessos e carências. Por um lado, como demonstrámos, os leprosos ingeriam grandes quantidades de pão por dia, mesmo que vendessem uma parte. Por outro, o menor número de referências documentais a fruta e legumes parece revelar alguma deficiência nutricional, sobretudo vitamínica. Este seria, aliás, um dos principais problemas da alimentação medieval em geral, composta essencialmente por cereais, vinho e carnes (Marques 2010: 27).

Para concluir, num período em que a distinção entre dieta e medicação era um *alien* para o físico medieval, como aponta Carole Rawcliffe (Rawcliffe 2006: 214), não podemos também ignorar que a nutrição dos gafos conimbricenses contribuía para o tratamento da sua doença ou, dito de forma mais correta, para a estabilidade do seu estado de saúde. Embora não nos seja possível saber se houve participação de médicos na elaboração do regimento e seleção dos alimentos a atribuir aos pacientes de acordo com a sua patologia, vimos que muitos desses produtos eram aconselhados pelos autores de diversos tratados médicos, podendo até ter um efeito terapêutico positivo. Mas cremos que se tratava, sobretudo, de um “palliative regimen of diet” (Rawcliffe 2006: 322), que apenas responderia às necessidades alimentares destes homens e evitaria a morte prematura, pois pouco mais havia a fazer numa época de escassos conhecimentos médicos.

Anexos⁶⁰

Tabela 1. Ração individual dos leprosos em 1329

	Diária	Anual	Falta de mantimentos
Trigo		2 moios	4 quarteiros de segunda
Cereal de segunda		2 quarteiros	
Vinho	1,5 meias		8 dinheiros (diários)
Azeite		1 alqueire	
Sal		1 alqueire	

⁶⁰ As duas tabelas em anexo foram elaboradas a partir do Regimento do Hospital de S. Lázaro, outorgado por D. Afonso IV, em 1329, com um aditamento de 1346. AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, nº 34, fls. 1-3v ou Rocha 2011: 156-164.

Tabela 2. Pitanças dos leprosos regulamentadas em 1329 e 1346

	Data	Pitança
1329	Data não especificada	Fruta, figos e olival junto da gafaria
		Cortinhal junto da gafaria
	Admissão de um novo leproso ou são	1 almude de vinho
	Ano Novo	2 cântaros de vinho, 1 onça de pimenta, 2 onças de cominhos, 1 quarta de mel
	Endoenças	1 cântaro de vinho e 2 soldos para especiarias
	S. João	1 almude de vinho e 3 soldos para especiarias
	Receção de foros	Patos, capões e frngões
	Prova de vinho	1 infusa (= 1/2 almude) de vinho de cada cuba
	Natal	1 cântaro de vinho e 2 soldos para especiarias
	Vindima da vinha da casa	2 pães, 1 posta de carne para cada leproso e 1 cesta de uvas
	S. Sisto	2 cachos de uvas
	Véspera de Santa Maria de Agosto	2 cachos de uvas
	Data não especificada	Vísceras, cabeças, pés e fressuras de 4 porcos e de 2 carneiros e 4 lombos dos porcos
1346	Natal	2 porcos no valor de 8 libras (a dividir com os são). As cabeças, vísceras, fressuras e unto eram apenas para os gafos.
	Entrudo	1 porco (a dividir com os são). A cabeça, vísceras, fressuras e unto eram apenas para os gafos.
	Cinzas	40 soldos para pescado
	Lava-Pés	40 soldos para pescado
	Páscoa	2 carneiros (a dividir com os são). As peles, vísceras e fressuras eram apenas para os gafos.
	Vindima	1 porco (a dividir com os são). A cabeça, vísceras, fressuras e unto eram apenas para os gafos.
	Receção de foros	Patos, capões, frangões, ovos, fogaças, alhos, cebolas, legumes, porros, castanhas e nêspers

Bibliografia

- ADAMSON, Melitta Weiss (2004). *Food in Medieval Times*. Westport, Connecticut, London: Greenword Press.
- BÉRIAC, Françoise (1988). *Histoire des Lépreux au Moyen Âge: une société d'exclus*. Paris: Éditions Imago.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1989). *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Vol. 1. Lisboa: INCM.

- COELHO, Maria Helena da Cruz (1990). “Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos”, in *Homens, espaços e poderes (séculos XI a XVI)*. Vol. 1: Notas do viver social. Lisboa: Livros Horizonte, 9-22.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2013). *O município de Coimbra: monumentos fundacionais*. Coimbra: CMC / IUC.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (1987). “Subsídios para o estudo dos gafos de Santarém (séculos XIII-XV)”, *Estudos Medievais*, 8, 99-169.
- FERREIRA, Sérgio Carlos (2010). “Para uma nova interpretação da realidade metrológica tardo-medieval: geografia, política e sociedade”, *Revista Portuguesa de História*, 41, 223-246.
- GADDESDEN, João de (1492). *Rosa anglica practica medicine a capite ad pedes*. Papie: Joanes Antonius Birreta.
- GOMES, Saul António (2012). “Livros de ciência em bibliotecas medievais portuguesas”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 14/1, 13-26.
- GONÇALVES, Iria (2010). “A Alimentação”, in José Mattoso (dir.) *História da vida privada*, Bernardo Vasconcelos e Sousa (coord.), *A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 226-259.
- GRANT, Mark (2000). *Galen on food and diet*. London, New York: Routledge.
- HARVEY, Barbara F. (2006). “Monastic pittance in the Middle Ages”, in Christopher M. Woolgar, Dale Serjeantson e Tony Waldron (eds.), *Food in Medieval England: diet and nutrition*. Oxford: Oxford University Press, 215-227.
- JACQUART, Danielle (2006). “La nourriture et le corps au Moyen Âge”, *Cahiers de recherches médiévales et humanistes*, 13 spécial, 259-266.
- JOUANNA, Jacques (2012). *Greek medicine from Hippocrates to Galen: selected papers*. Leiden, Boston: Brill.
- LAURIOUX, Bruno (1983). “De l’usage des épices dans l’alimentation médiévale”, *Médiévales*, 5, 15-31.
- LOPES, Luís Seabra (2003). “Sistemas legais de medidas de peso e capacidade, do Condado Portucalense ao século XVI”, *Portugalia, nova série*, 24, 113-164.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978). *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1985). “Pesos e medidas”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 5: Paróquia-Sintra. Porto: Livraria Figueirinhas, 67-72.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (2010). *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 6ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- MARTINET, S. (1970). “Les traitements de la lèpre dans les manuscrits médicaux de Laon”, *Fédération des Sociétés d’Histoire et d’Archéologie de l’Aisne. Mémoires*, 16, 17-22.
- MCCLEERY, Iona (2014). “Medical licensing in late Medieval Portugal”, in Wendy J. Turner e Sara M. Butler (eds.), *Medicine and the law in the Middle Ages*. Leiden, Boston: Brill, 196-219.

- MEIRINHOS, José Francisco (2002). “O *Tesouro dos pobres* de Pedro Hispano, entre o século XIII e a edição de Scribonius em 1576”, in *Humanismo, diáspora e ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo, exposição*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto / Universidade de Aveiro, 327-350.
- MEIRINHOS, José Francisco (2002). *Pedro Hispano (século XIII)*. 2 vols. Porto: FLUP (tese de doutoramento policopiada).
- NÓVOA, Rita Luís Sampaio da (2010). *A Casa de São Lázaro de Lisboa: contributos para uma história das atitudes face à doença (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: FCSH-UNL (dissertação de mestrado policopiada).
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1973). *Obras médicas de Pedro Hispano*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- RAWCLIFFE, Carole (2006). *Leprosy in Medieval England*. Woodbridge: The Boydell Press.
- RICHARDS, Peter (2000). *The Medieval leper and his northern heirs*. 2ª ed. Woodbridge: D. S. Brewer.
- ROCHA, Ana Rita Saraiva da (2011). *A institucionalização dos leprosos. O hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: FLUC (dissertação de mestrado policopiada).
- SILVA, André Filipe Oliveira da (2015). *Físicos e cirurgias medievais portuguesas. Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Porto: FLUP (dissertação de mestrado policopiada).
- TOUATI, François-Olivier (1998). *Maladie et société au Moyen Âge. La lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIV^e siècle*. Bruxelas: De Boeck Université.
- VIANA, Mário (2010-2011). “Para a história da metrologia em Portugal: dois documentos de 1358-1360 relativos a Coimbra”, *Arquipélago – História*, 2ª série, 14-15, 203-221.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1865). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 2 vols. 2ª ed. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes.

A lógica do poder no *Livro de vertuosa benefeytoria*

The logic of power in the *Livro de vertuosa benefeytoria*

JORGE MANUEL DE MATOS PINA MARTINS PRATA

Doutorando em Altos Estudos em História – Idade Média
Universidade de Coimbra – CHSC
prata@sapo.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 03.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 23.07.2016

Resumo: Organizado em torno de uma *estrutura especular*, a *Vertuosa Benefeytoria* apresenta-nos uma teoria do poder que se ancora na tradição dos grandes textos chave da *filosofia política* medieval, concebendo o poder como instituído originariamente por Deus, e desdobrando uma diferenciação entre *poder* e *uso do poder*, entre *Poder-Instituição* e *Governante*. Poder em abstrato que se desdobra em três tipos diferentes de concretização efetiva: *Auctoritas*, *Dominium* e *Poder Político*, sendo o Poder Político o correlato da sociedade humana organizada, cuja encarnação numa forma determinada de regime – a monarquia – se procura naturalizar, de modo a apresentá-la como tipo único e necessário do governo dos homens, governo esse orientado para o bem comum da coletividade, e no seio do qual o governante se apresenta menos como detentor de direitos do que como *obrigado a deveres*. *Oficium* que impõe preceitos cuja inobservância pode conduzir à deposição do detentor do *uso do poder*. Prevalência do bem comum que não impede que a sociedade se organize em torno de uma desigualdade fundamental e naturalizada. No fim, uma utopia: o retorno à inocência das origens, com a abolição do *poder político*, e a emergência de um *poder sem poder*, fundado no amor e na dádiva.

Palavras-chave: poder político; *auctoritas*; domínio; benefício.

Abstract: Organized around a specular structure, the *Vertuosa Benefeytoria* presents a theory of power that is grounded in the great key texts of medieval political philosophy's tradition, which conceives power as originally established by God, and unfold a differentiation between *power* and *use of power*, between *Power-Institution* and *Ruler*. Power in abstract that unfold in three different types of effective implementation: *Auctoritas*, *Dominium* and *Political Power*, being the Political Power the correlate of organized human society, whose incarnation in a particular form of regime – monarchy – seeks naturalization, in order to present it as the sole and necessary government of men type. Government for the community's common good, where the ruler appears not as a rights holder but as *obligated to duty*. *Oficium* which imposes precepts whose failure can lead to the power holder's deposition. Prevalence of the common good that does not prevent society from being organized around a fundamental and naturalized inequality. In the end, a utopia: the return to innocence of origins, with the abolition of *political power*, and the emergence of a *power without power*, founded on love and on gift.

Keywords: political power; *auctoritas*; dominion; benefit.

1. Introdução

Que intencionalidade organiza a discursividade de uma obra que se apresenta como um dos exemplares primeiros de produção nacional de *Espelhos de Reis*¹, como se tece a sua textualidade, e que pensamento põe em obra essa tessitura. Pensar tecido numa multiplicidade especular, que especularmente concebe o exercício do poder político, e que inscreve, nos interstícios da escrita, uma demanda de *impoder*².

¹ Embora a liminar afirmação de que “aynda que principalmente o livro aos principes seja aderçado, a outros muytos dá geeral doutrina” (Pedro, Verba 1994: 4) possibilite a caracterização da obra em apreço como não integrável tipologicamente no género *Espelhos de Reis*, a simples referência aos príncipes como seus destinatários privilegiados coloca-nos em face de um texto que se desdobra, fundamentalmente, enquanto tratado cuja função determinante é a *formação* político-moral daqueles que têm como ofício *governar* a comunidade, *educação* essa que não é dissociável da *orgânica especular* (“creo, porende, que vós sentirees prazer em veendo, como em spelho, em elle, louvor de vossas boas obras”; Pedro, Verba 1994: 5). Determinação do Príncipe como destinatário primordial da *Virtuosa Benfeytoria* que se encontra disseminada por quase todo o livro em análise: “fazendo nova compilaçom proveytosa a mim e a todollos outros que son obligados de praticar o poder que tee pera fazerem boas obras”; “E porem se enclinou a minha vontade a fazer esta obra aos principes muy perteecente”; “porquanto os principes son possuydores das riquezas temporaaes de que a muitos podem fazer bem e mercees, mostrasse que elles tee melhor desposiçom pera usar daquesta doutrina que os outros homees”; “Estas tres razões avondem por agora a provar que esta obra principalmente convem aos principes”; “a ensinança deste livro he feyta pera os senhores e a elles, enquanto principes, perteece propriamente de dar. E, pois que esta he sua propriadade, devem della seer ensinados antes que aprendam o pedir do qual usam per aconticimento” (Pedro, Verba 1994: 15, 157, 17, 18, 25). Não pode, também, ser obliterado o facto de vários autores caracterizarem a obra de D. Pedro e de Fr. João Verba como pertencendo à categoria de *Espelho de Príncipes*, nomeadamente Miriam Cabral Coser: “Trata-se, sem dúvida, de um «espelho de príncipes» e a dedicação da obra a seu irmão e futuro rei, D. Duarte, deixa clara a intenção. Ensinando a prestar, pedir, receber e agradecer os benefícios corretamente, D. Pedro delinea um ideal de sociedade e o lugar especial do rei na sua condução” (Coser 2015: 199); Saúl António Gomes: “Devemos anotar, muito especialmente, a novidade de uma obra, como a *Virtuosa Benfeytoria*, primeiro tratado português sobre a educação de príncipes” (Gomes 2010: 88); Nair de Castro Soares: “(...) definidoras da obra, dentro do género dos tratados de educação de príncipes” (Soares 1993: 289).

² Como refere Pietro Costa, “ciò che è segno in un determinato linguaggio (ad esempio, il latino medievale così come era usato dai pubblicisti) può non essere segno significante in un altro (ad esempio, il linguaggio politico contemporaneo) e quindi exige, per la sua comprensibilità, la conversione in un segno equivalente, cioè la sua traduzione. Lo studio di alcune segni del linguaggio politico hodierno (il concetto di potere politico) intende assolvere a questo compito di traduzione da una lingua ‘storica’ in un’altra, il più possibile corrispondente alla prima” (Costa 1969: 4). Deste modo, utilizamos o termo *impoder* como *tradução* de uma modalidade, profundamente incrustada no pensar medievo, de caracterizar o poder de modo não coercivo (a *autoritas*, uma espécie de poder-*sem*-poder), mas antes baseado numa autoridade ético-moral, desdobrada num *puro aconselhar*, através do qual se guia os indivíduos no seu caminhar em direção à finalidade última que os constitui: “le *regimen* ecclésiastique designe donc un gouvernement non violent des hommes, qui, par le contrôle de leur vie affective et morale (...), s’efforce de les conduire vers la perfection”; “nulle différence entre l’*ars regendi* et l’*ars regnandi*, l’essence de la royauté résidant, on le verra, dans sa fonction directive”; “le vrai pouvoir, ainsi, ne s’exprime pas par l’interdiction et la menace, il se manifeste sous la forme de l’incitation morale” (Senellart 1995: 29, 30, 92). Tradição que, para além de estar presente no *Livro da Virtuosa Benfeytoria*, percorre,

De onde vem esse poder, quem o ordena, e qual a fonte originária de que brota. Poder múltiplo ou uno, exercendo-se sobre todos os sujeitos cujas ações procura configurar através do mesmo *dispositivo normativo*, ou apresentando diversas configurações em função do tempo em que se exerce, e do estatuto daqueles relativamente aos quais tem como *dever de ofício* gerir as modalidades de desdobramento do seu *con-viver*.

De entre os possíveis tipos de regime que a época poderia pôr teoricamente em jogo, quais são discursivamente legitimados e exalçados, em quais se cristaliza a malha do texto.

Regimes dos quais se pretende desvelar as formas de exercício, bem como o fim para que tendem, o tipo de estruturação que pretendem impor à comunidade de que, simultaneamente, são, também, a condição de possibilidade.

Que comunidade emerge após ser moldada por um poder que, sendo condição de possibilidade da existência daquela, só pode exercer-se em sua específica concretude na medida em que *pré-instituiu* a comunidade na particularidade da sua historicidade.

Quanto aos que esse poder exercem, qual o tipo de relação que com ele estabelecem, e de que modo o condicionam ou são, por ele, condicionados. Sujeitos a determinações específicas que configuram o *ofício* que desempenham, ou livres de eles próprios o modelarem, em função de desejos e interesses particulares.

Entre o benefício e o(s) poder(es), que relações se vão estratificando e de que modo, mutuamente, se entretecem. Quem domina quem, se é que neste jogo o que está em causa é um processo de domínio.

Em torno destas questões, que se foram alinhavando ao correr da leitura de um texto repleto de cambiantes e coordenações insólitas, um discurso vai emergindo.

2. A lógica especular

2.1. O espelho como metáfora do conhecimento

O espelho institui-se como uma metáfora do conhecimento, tal como ele desdobra o seu operar na Idade Média, na medida em que nenhum *objeto*

quase ininterruptamente, o *pensamento* medieval português, nomeadamente o que se encontra inscrito no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, no qual se persegue a *utopia* de uma sublimação do poder pelo amor: "compuge este livro(...) por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha. (...) Esto diz Aristóteles: que se homees houvessem entre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus" (Livro 1980: 55-56).

existe, de forma plena e absoluta, *em-si-mesmo*, mas é o polo nodal de uma relação, a maior parte das vezes ambivalente, com outros *objetos*, que o definem enquanto tal. Tudo é o reflexo de algo, num jogo de espelhos que dá a ver o *Macrocosmos* no *Microcosmos*, numa estrutura analógica que se estabelece enquanto fundamento último do conhecimento: o conhecimento é analogia, determinação das correlações que se estabelecem entre os *fenómenos*, na medida em que tudo remete para um *outro* diferente de *si-mesmo*, sendo a sua essência constituída por esse *remeter-para*, e pela rede de relações em que entra. Trata-se, portanto, de, num processo minucioso de *decifração*, levantar o véu que esconde as interações fundacionais entre os entes, única forma de entender as determinações essenciais que os condicionam, e alcançar o conhecimento pleno daquilo que, *propriamente*, são.

Analogia que se estrutura no modo da *Aemulatio*, forma da *similitude* cuja *conveniência* une o próximo ao próximo, num amplexo amoroso que os unifica, como se

fosse liberada da lei do lugar e atuasse, imóvel, na distância. Um pouco como se a *conveniência* espacial tivesse sido rompida e os elos da cadeia, desatados, reproduzissem seus círculos longe uns dos outros, segundo uma semelhança sem contato. Há na emulação algo do reflexo e do espelho: por ela, as coisas dispersas através do mundo se correspondem. De longe, o rosto é o emulo do céu e, assim como o intelecto do homem reflete, imperfeitamente, a sabedoria de Deus, assim os dois olhos, com sua claridade limitada, refletem a grande iluminação que, no céu, expandem o sol e a lua; a boca é Vénus, pois que por ela passam os beijos e as palavras de amor; o nariz dá a minúscula imagem do cetro de Júpiter e do caduceu de Mercúrio (Foucault 1981: 35-36)³.

Pela relação de *emulação*, a *similitude* age entre os polos opostos do universo, superando o encadeamento dos seres e a sua proximidade. Reduplicação em espelho que abole o afastamento dos entes e amplifica o espaço de *conveniência* entre eles, numa proximidade absoluta que faz coexistir, no mesmo plano, a mais incomensurável distância.

³ Função primordial da semelhança, tanto na ordem do conhecimento como na ordem do ser que, ainda que subliminarmente, ordena a produção textual de D. Pedro e Fr. João Verba: “E, pera nós avermos tal perfeçom, somos movidos per o Nosso Senhor Deus, o qual nos diz em o vº capitulo de Sam Matheu: «Seede perfeytos segundo que vosso padre perfeyto he.» (...) E que a esto sejamos obrigados mostrasse per aquesta razom: toda semelhança he tehuda de seguyr aquello a cuja semildoõe he feyta. Porem, como todos os homees sejam feytos aa ymagem de Deus, segundo se screve em o *Genesi*, he compridoyro de o seguirem fazendo obras semelhavees aas que elle faz”; “todos os principes devemos squivar scacesa, trabalhando de seer semelhantes a Deus” (Pedro, Verba 1994: 63, 79).

Conhecimento que procura, neste movimento comandado pelas *relações de analogia*, passar do visível ao invisível. Invisível que se dá quer como ideia não encarnada, enquanto privada de forma, quer como *estrutura de relações*, que conforma o ser do existente. De qualquer modo, o conhecimento é, sempre, caminho de acesso ao invisível, na medida em que o visível é, inevitavelmente, o seu reflexo determinado.

O espelho emerge, deste modo, como o fundamento estruturante de todo o saber, na medida em que tudo remete para o *outro-de-si*, mas do qual ele é, simultaneamente, imagem refletida e produto causal. Causa que só pode ser conhecida pelos seus efeitos, e estes dão-se enquanto reflexo material do que os produziu:

Modèle de la transformation de la matière en forme et instrument de la ressemblance, le miroir de la spiritualité médiévale témoigne de la présence d'une réalité immatérielle dans le visible, en même temps qu'il designe les moyens et les degrés de la connaissance, de la spéculation à la vision parfaite: connaître, c'est refléter, passer d'une vision sensible à la contemplation de l'invisible (Melchior-Bonnet 1994: 120).

Forma sem matéria, subtil e impalpável, a imagem refletida é condição de possibilidade da manifestação da pureza diáfana, e epifânica, do modelo divino, fonte, e origem, da qual emana toda a semelhança.

2.2. A anfibologia fundacional do *Espelho*

O espelho apresenta-se-nos com uma pluralidade significativa que impossibilita uma sua qualquer redução a uma definição estável e unívoca, que o imobilize e impeça a deriva dos sentidos. Tanto símbolo da Virgem, e recetáculo onde se inscreve a imagem divina, como superfície diabólica, onde os próprios demónios são aprisionados, e imagem da luxúria e da concupiscência, o seu sentido circula entre polos opostos que se afrontam.

A sua conotação, positiva ou negativa, terrena ou espiritual, depende da rede de correlações que à sua volta se tece, e dos outros referentes com os quais entra em contacto.

Encontramo-nos, assim, em plena *lógica conjuntiva*, em que o sentido se dá por agregação (A+B+C+D), contrariamente ao dispositivo lógico contemporâneo, de carácter disjuntivo, onde o sentido se dá por exclusão necessária de um dos termos (A ou B). Lógica que só é paradoxal para quem, como nós, *Modernos*, já não sabe senão pensar em função de identidades atomísticas, e não em termos de multiplicidades relacionais.

2.2.1. A estrutura especular na Vertuosa Benfeytoria

Tal como os *Speculum Regum*, dos quais estruturalmente se aproxima, e de que é um dos exemplos maiores da *literatura política* produzida em Portugal durante a Idade Média⁴, o *Livro da Vertuosa Benfeytoria* inscreve-se desde o início nesta *lógica especular*, ao legitimar a sua própria organização formal através da relação analógica que institui com a orgânica social que, necessariamente, deve refletir – o livro como imagem da sociedade, *Microcosmo do Mundo*:

E, corregendo e acrescentando o que entendeo seer compridoyro, acabou o livro adeante scripto, o qual he dictado em alguns logares quanto quer scuro e em outros bem claro, e parte troncado e em pausas curtas, que ao dictar som de gram trabalho, e outra parte em pausas compridas, que de razoar he mais chãa maneyra. E tal defferença he em elle feyta porque, aynda que principalmente o livro aos príncipes seja aderençoado, a outros muytos dá geeral douctrina. E, porque antre muitos ha desvayramento, assy de entenderes como de vontades, desvayradamente foy a obra composta pera o engenhoso e sutil achar delectaçom a seu entendimento, e ao simprez porem nom minguisse atal clareza per que aprender podesse as cousas que a elle convém, e também aquelles que filham prazer em novas maneyras de curto fallar achassem hi alguu comprimento do que em esto quer o seu desejo, e os que chaão fallam e querem ouvyr achassem scriptura segundo seu geyto (Pedro, Verba 1994: 4).

À desvairada diversidade de gentes, com suas formas particulares de *obrar pensamento* e de se aprazerem com modos específicos de produção discursiva, com diferentes competências ao nível linguístico e cultural, deve corresponder a mesma diversidade na estrutura interna da obra, para que, imagem perfeita da imperfeição, correlato de um *Mundo* que deve reproduzir, a todos possa aproveitar e deleitar.

Mas, ao mesmo tempo que se constitui enquanto símil da deficiência mundana, onde a multiplicidade prevalece sobre a unidade, o livro apresenta-se como o recetáculo de uma imagem ideal, que deverá servir de modelo a quem a contempla: *espelho de perfeição*.

Enquanto modelo de conduta que os homens devem seguir, para alcançarem a plenitude do agir que a sua humanidade requer, a *Vertuosa Benfeytoria* atua como símbolo de unidade e perfeição, *espelho divino* que duplamente reflete a divindade: a de Deus, e a que Deus inscreveu a fogo imperecível na alma do homem, lei divina e lei natural.

⁴ Ver nota 1.

Similitude de perfeição que deve existir, também, entre aquele que tem os destinos de reger a comunidade, e o supremo *regedor* do Mundo: “todos os príncipes devemos squivar scacesa, trabalhando de seer semelhantes a Deus” (Pedro, Verba 1994: 79). O Rei como símile de Deus Uno que, sozinho, rege a totalidade do universo. Macrocosmos que se espelha no Microcosmos, onde a cabeça comanda, e rege, a totalidade do corpo. Para além de Deus, também a natureza mostra a preeminência do Uno sobre o Múltiplo, e da Unidade como supremo princípio ordenador. O que legitima, à partida, a primazia da monarquia, enquanto o melhor dos regimes políticos.

Simultaneamente perfeito e imperfeito, humano e divino, sem que se possa escolher, como fio hermenêutico, um dos polos da oposição que o não é.

3. Da origem do poder

D. Pedro e Fr. João Verba, inseridos como não podiam deixar de estar na rede teórica que estruturava a sua realidade epocal, não se afastam da parentória afirmação de São Paulo: “Todo o homem esteja sujeito aos poderes superiores; Porque não ha poder que não venha de Deus: E os que há esses foram por Deus ordenados” (Ep. Rom XIII, 1).

O fundamento divino de todo o poder, que em Deus tem a sua fonte última de legitimidade, apresenta-se como um dado bruto e inquestionável, que a *Vertuosa Benfeytoria* inscreve, em continuidade com o envolvente teórico de que emerge, no corpo da sua textualidade, citando a epístola paulina⁵: “Toda a alma seja subjecta aos príncipes mais excelentes, que nom se ha poderio que nom proceda de Deus” (Pedro, Verba 1994: 105).

⁵ Citação que, no entanto, apresenta uma tradução que se afasta da literalidade estrita da textualidade paulina, e cuja especificidade não deixa de ser, a vários níveis, significativa: 1º Em vez de se referir ao homem enquanto totalidade, afirma a alma como polo de sujeição do poder, numa oposição doutrinária dificilmente defensável, na medida em que é a *corporalidade* do homem que se encontra submetida ao poder político, enquanto a alma, elemento espiritual, está, apenas, sob a autoridade da Igreja, responsável pela união do homem a Deus, condição de possibilidade da salvação eterna, fim último e transcendente da humanidade. Diferenciação que não deixa, noutra momento, de ser enunciada: “e nom entendamos esta chegança en stado natural, en que todos somos yguaaes, nem en stado spiritual, en o qual cada huu he mais perfeyto segundo que mais ama a Deus, mas en o stado moral, que perteece aã governança do mundo, possuiem os príncipes singular perfeycom” (Pedro, Verba 1994: 78). 2º Verifica-se a substituição de *poder(es)* por príncipes, numa especificação da titularidade do poder, que se insere num agenciamento conducente à *naturalização* da Monarquia, à sua determinação enquanto regime escolhido por Deus. 3º Em vez da afirmação de que não há poder que não *proceda* de Deus, afirma-se que não *se tem* poder que não venha de Deus, o que configura teorizações radicalmente diferentes.

O Rei institui-se, deste modo, como um representante de Deus na terra, como aquele que sendo “de Deus ministro vingador” (Pedro, Verba 1994: 105), exerce, no mundo, ao modo de delegação, um poder semelhante ao que Deus exerce no céu.

Limitando o seu poder à esfera do *mundo celeste*, Deus, que desertou na terra o mundo humano, nela estabelece quem por si exerça o poder, e são os Reis “que ministros som de Deus e em seu officio servem a elle” (Pedro, Verba 1994: 105).

Servidor de Deus, detentor de um *officium*, de um *ministerium*, o Rei não detém *em próprio* o poder que Deus institui, mas apenas o seu *uso*. Enquanto *ministro* limita-se a *gerir* uma *estrutura formal de poder*, uma *Instituição*, a *Instituição Régia*, que largamente o transcende e cuja lógica interna de determinação e execução dele não depende.

Esta *delegação* costuma ser analisada segundo um conjunto diferente de possibilidades concretas de efetivação, nomeadamente através da existência de uma *doação imediata* ou de uma *doação mediata* do poder. Os defensores da teoria da *doação imediata* afirmariam a entrega direta do poder, à pessoa concreta que o iria exercer, por Deus, enquanto os defensores da teoria da *doação mediata* defenderiam que a outorga desse poder de origem divina seria mediada pelo Papa ou pelo povo.

A doutrina da *mediação popular*⁶, que é

afirmada e posta em prática no exato momento da constituição da dinastia de Avis, encontra-se não muito depois acolhida na *Virtuosa Benfeitoria*.

Aí se reconhece, de acordo com o ensinamento de S. Paulo, a proveniência divina do poder (*nom seia, poderyo que nom proceda de Deos...*), e a necessidade do consentimento do povo. Neste sentido, são de uma clareza meridiana alguns textos já assinalados pelo Prof. Paulo Merêa, como aquele em que se diz devem os príncipes promover o bem comum, pois «*por esto lhe[s] outorgou deos o*

⁶ Doutrina que tem um dos seus pontos privilegiados de ancoragem na eleição do Mestre de Avis como Rei. Ora, o que o Povo, reunido em Cortes, faz é, simplesmente, escolher: “nomeamos escolhemos tomamos E ouemos Reçebemos em aquela melhor e mais conprida gisa que nos podemos o dicto dom Joham meestre dauís em Rey e por Rey” (Caetano 1985: 96). Todo este aparato discursivo se desdobra em torno da mera *escolha* de Rei. Trata-se da afirmação de que os povos elegeram aquele que vai *usar* o poder que, de direito, pertence aos Reis, e aceitarão *submeter-se* ao *uso* desse poder, por parte daquele que elegeram, de modo a que este “sse chamasse Rey e ffezesse e podesse fazer e mandasse ffazer no Regimento gouernaçom e deffenssom nossas e destes Reygnos todas aquellas cousas e cada hua dellas que perteeççe ao offiço de Rey” (Caetano 1985: 96), não entregar-lhe um poder que não possui. A permissão de exercer o poder inerente “ao offiço de Rey” (Caetano 1985: 96), não o *poder-em-si-mesmo*, é o que as Cortes outorgam a D. João I. Porque, “não há poder que não venha de Deus; e os que existem foram por Ele instituídos” (Pais 1956: 223).

Regimento, e os homees consentiron que sobrelles fossem senhores» (Albuquerque 1968: 25-26).

Igualmente significativa é a letra de um outro trecho da *Virtuosa Benfeitoria* em que o Infante (ou o seu confessor e colaborador Fr. João de Verba), por influência do passo evangélico dos dois gládios, que tão invocado foi em toda a Idade Média depois do papa Gelásio I e, sobretudo, de Hincmar de Reims, simboliza o poder temporal por uma espada — “nom usara [o príncipe] de crueldade com aquellos que pera sua defenssom lhe derom a spada” (Albuquerque 1968: 26).

Se as citações apresentadas por Martim de Albuquerque poderiam configurar uma qualquer espécie de intervenção do *povo* na assunção do poder por parte do Rei, já a ideia de *soberania popular* ou de um *pactum subjectionis*, através do qual o *povo* abdicaria, a favor do Monarca, dos poderes que intrinsecamente possuiria, em troca da aceitação, por aquele, de um conjunto de *princípios de governo* que se obrigaria a respeitar, é completamente estranha ao universo de pensamento que se desdobra na Idade Média, na medida em que, tendo em conta que esta “desconhece uma conceção democrática do poder, na aceção atual do termo «democracia», torna-se incompreensível e insustentável uma tese de delegação do poder no governante por parte do povo” (Barbosa 1990: 1363).

Por outro lado, as afirmações em que se qualifica o Rei de Ministro *de Deus*⁷, bem como a tradução da sentença de São Paulo⁸ – *não se tem poder que não venha de Deus* -, remeteriam para uma conceção *imediata* da transmissão do poder, segundo a qual este *desceria* diretamente de Deus para o Rei.

Pluralidade de formas de *acesso ao poder* que são uma constante do pensamento político medieval. Assim, segundo Afonso X:

Verdaderamente es llamado Rey aquel que com derecho gana el Señorío del reyno. E puede se ganar por derecho, en estas quatro maneras. La primera es, quando per heredamiento hereda los reynos, el fijo mayor, o alguno de los otros, q son mas propincos parientes a los reyes, al tiepo de su finamieto. La seguda es quando lo gana, por auenencia de todos los del reyno, q lo escogierō por Señor, no auiendo pariente, q deua heredar, el Señorío del Rey finado, por derecho. La tercera razō es, por casamiento, e esto es, quando alguno casa cō dueña que

⁷ “De Deus ministro vingador”, “que ministros som de Deus e em seu officio servem a elle” (Pedro, Verba 1994: 105).

⁸ “Que nom se ha poderio que nom proceda de Deus” (Pedro, Verba 1994: 105).

es heredera del reyno, q maguer el nõ venga, de linage de Reyes, puede se llamar Rey despues que fuere casado con ella. La quarta es, por otorgamiento del Papa, o del Emperador, quando alguno dellos faze Reyes en aquellas tierras, en que han derecho de lo fazer (Afonso X 1985: 2ª Partida 6).

Palavras a que fazem eco, entre outros, Álvaro Pais:

Rectamente chega uma pessoa ao governo, quando é posta à frente das outras por geral e comum consenso da multidão, ou por especial mandado do próprio Deus, como sucedeu no povo israelítico, ou por instituição daqueles que fazem as vezes de Deus, como deve ser no povo cristão (Pais 1956: 147).

E também García de Castrojeriz:

E aquí conviene de notar que los principados e los sennorios son de establecer com legítima autoridad, la cual cosa puede acaescer en quatro maneras: o por ordenamiento, o provisión de Dios, o por colación de la Iglesia, o por autoridad de Dios, o por sucesión legítima de fijo a padre, o por elección de los caballeros o del pueblo, ca en una de estas quatro maneras fueron reyes o príncipes todos lo que fueron (García de Castrojeriz 2005: 776).

Mas a *Vertuosa Benfeytoria* não se limitaria a desdobrar um elenco das formas possíveis de acesso legítimo ao exercício do poder político, antes assumindo uma doutrina dual e contraditória relativamente à forma como o poder se transfere para o governante: simultaneamente por transmissão direta de Deus e por delegação popular. Contradição que assumiria uma pregnância fundacional no enunciado segundo o qual “devem os principes (...) que por esto lhe outorgou Deus o regimento, e os homees consentirom que sobre eles fossem senhores” (Pedro, Verba 1994: 78).

Não se deve, no entanto, confundir *capacidade de escolher* com *transmissão de poder*, vendo, deste modo, nas diferentes modalidades de *escolha* dos governantes a manifestação prática das teorias ascendente e descendente do poder (Ullmann 1971), segundo as quais o poder régio é, respetivamente, outorgado ao Rei pelo Povo – o Povo, depositário legítimo do poder Divino, delega esse poder no Rei, que, assim, age como mandatário divino mediadamente –, ou pelo Papa – que o entrega, também mediadamente, enquanto representante supremo de Deus na terra – ou, de modo imediato, pela própria Divindade, na medida em que tal conceção deriva da não diferenciação entre o *Poder* e o *Uso do Poder*. Ora, segundo Álvaro Pais, “uma coisa é o poder, e outra o uso do poder” e “o reinar é usar do poder” (Pais 1956: 143).

Distinção que se encontra inscrita de forma clara na textualidade da *Vertuosa Benfeytorya*, quando nela se enuncia que “Senhorio he propriedade excelente que põe maioria em o que o tem, em respecto de alguma sogeyçom que outrem suporta” (Pedro, Verba 1994: 100).

Uma coisa é o *Senhorio, propriedade excelente*, outra aquele que o exerce, e cuja supremacia política é consequência direta do próprio *Senhorio*. Entre a *Instituição Régia* e o indivíduo concreto que assume o *ofício de Rei*, um abismo se entreabre.

O enunciado potencialmente contraditório acima citado mostra, assim, a diferenciação entre *Instituição* e *Ofício*, entre o carácter meramente divino do *Regimento* e a necessária aceitação, pelos povos, *daquele* que os há de reger.

Ou seja, há uma diferença fundamental entre *Rei* e *Poder Régio*, entre o *ofício* e quem o exerce, que é necessário ter em conta. E a subordinação do precário detentor do *ofício* a um qualquer poder de controlo e legitimação (o *uso do poder* pelo Rei está sujeito, segundo D. Pedro e Fr. João Verba, a sanção do povo, que o pode depor⁹), não implica a subordinação do *ofício* em si mesmo.

O próprio Papa, cujo poder, herança direta da comissão Petrina, lhe vem diretamente de Deus, está, enquanto indivíduo, e cristão, sujeito aos ditames do seu confessor (Ullmann 1971: 52).

Distinguindo-se, de forma clara e sem ambiguidades, a *instituição-poder* do *exercício do poder*, torna-se evidente que as ideias de teoria ascendente do poder, e de teoria descendente do poder, não fazem sentido no universo medieval.

Todo o poder vem de Deus, pois foi ele o criador da *Instituição-Poder* nas várias formas que esta pode assumir, definindo-lhe os contornos e funções, a que aqueles que as *usarem* se devem subordinar. Mas *aquele que exerce o poder* pode ser variamente *escolhido*.

Mesmo sendo o *Povo* a exercer o governo, a *policía* de García de Castrojeriz, esse poder não lhe pertence; o que faz é, simplesmente, usar um poder que é de instituição divina. Por outro lado, mesmo quando o rei é diretamente escolhido por Deus, este ato não representa uma delegação imediata, na pessoa régia, de um poder de instituição divina, mas, apenas, a escolha de quem o há de usar.

A *instituição-poder* pertence, inalienavelmente, a Deus; só o seu uso é delegado.

⁹ “Mas, se tiverem senhor que nom he discreto, busquem outro de que ajam proveyto” (Pedro, Verba 1994: 107).

4. Entre a *Auctoritas* e o *Dominium*: o poder político

A *tipologia do poder* presente na *Vertuosa Benfeytoria* engloba três modalidades do seu exercício: a *autoridade*, o *poder político* e o *domínio*, correspondendo os dois primeiros ao que se exerce sobre o homem livre – “que he e faz suas obras por sy mesmo” –, e o terceiro ao que se exerce sobre o servo – “que he e faz seus auctos por aazo final de proveyto alheo” (Pedro, Verba 1994: 100).

Embora muitos comentadores considerem que Santo Agostinho defende a ausência de qualquer tipo de comunidade política e de poder no estado de inocência¹⁰, baseados na afirmação de que:

O que a ordem natural prescreve é isto, pois foi assim que Deus criou o homem: *Domine sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os répteis que rastejam sobre a terra*. Não quis que ele, ser racional feito à sua imagem, dominasse senão sobre os irracionais — e não que o homem sobre o homem, mas o homem sobre o animal (Agostinho 2011: 1923),

D. Pedro e Fr. João Verba assumem que na obra do Bispo de Hipona se afirma a existência, anteriormente à efetivação do pecado original, quer de uma *comunidade política*, quer do exercício de um determinado tipo de poder: o poder dos justos que “nom com desejoso poderio de sse assenhorar, mas por officio de conselharem, tee maioria sobre os outros” (Pedro, Verba 1994: 101).

Originalidade do poder, desdobrada com base na 96ª questão da I parte da *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino¹¹, que se funda na própria

¹⁰ Ver, no entanto, Barbosa 1990: 1362: “Ao contrário do que muitos intérpretes afirmam, Santo Agostinho não sustentou alguma vez que o poder fosse consequência do pecado original e que, inexistindo este, não houvesse lugar para a *civitas*. (...) Agostinho faz decorrer a autoridade política da natural sociabilidade do ser humano, afirma o carácter primário de certas relações de subordinação, acrescentando apenas que o pecado trouxe como consequência o carácter coercivo do poder político”.

¹¹ “*Hay que decir*: El dominio tiene doble acepción. 1) *Una*, como opuesto a la servidumbre; y en este sentido domina quien tiene un siervo. 2) *Otra*, referida a cualquier modo de tener a alguien sometido; y en este sentido domina quien tiene el gobierno o dirección de personas libres. El dominio en el primer sentido no se daba en el estado de inocencia; mientras que el segundo ciertamente era posible. El porqué de esto radica en que el siervo y el libre difieren en que *el libre es dueño de sí*, como dice el Filósofo al comienzo de *Metaphys.*; mientras que el siervo depende de otros. Hay, por tanto, servidumbre cuando se retiene a alguien para utilidad propia. Porque todos desean el bien propio y se entristecen cuando lo propio debe ser cedido en favor de otro, este dominio conlleva la aflicción en los sometidos. Por eso no podía darse en el estado de inocencia. Por el contrario, el dominio libre coopera al bien del sometido o del bien común. Este dominio es el que existía en el estado de inocencia por un doble motivo. 1) *El primero*, porque el hombre es por naturaleza animal social, y en el estado de inocencia vivieron en sociedad. Ahora bien, la vida social entre muchos no se da si no hay al frente alguien que los oriente al bien común, pues la multitud de por sí tiende a muchas cosas; y uno sólo a una. Por esto dice el Filósofo en *Politic.* que, cuando muchos se ordenan a algo único,

natureza humana, caracterizada pela sociabilidade, que faz com que todo o homem seja “naturalmente animal acompanhável” (Pedro, Verba 1994: 100).

Sendo uma comunidade composta por vários indivíduos, com variados objetivos e interesses particulares, é necessário que exista alguém que os oriente para o bem comum, reduzindo a multiplicidade à unidade. Além disso, aqueles que possuem maior conhecimento e sentido de justiça estavam, pela própria natureza das coisas, obrigados a colocar o seu dom ao serviço dos outros.

Conceção aquiniana que, no entanto, é restritivamente interpretada por D. Pedro e Fr. João Verba, na medida em que apresentam o poder, no estado de inocência, simplesmente como *auctoritas*, não comportando, portanto, qualquer vertente de coercibilidade, e fundando-se na *autoridade ético-moral* de quem o exerce. Trata-se, assim, de um *puro aconselhar*, pelo exercício do qual se guiam os indivíduos em direção à finalidade última que os constitui.

Poder sem poder, simples *direção espiritual*, através do qual se desdobrava um processo de persuasão racional, sem qualquer tipo de coerção.

Tal só era possível porque os apetites sensitivos estavam, antes da queda, totalmente subordinados à razão¹², pelo que bastava a *apresentação racional do dever* para que os homens seguissem, livremente, a correta via que os levaria à *atualização* da sua essência. Só o pecado, instaurando uma fissura no interior do homem, por desobediência à vontade divina¹³, nele introduziu uma conflitualidade radical¹⁴, tornando a razão impotente para submeter a si a materialidade da concupiscência.

Quanto ao *domínio* do homem sobre o homem, que é consequência do pecado original, e que sem ele não existiria, exerce-se sobre pessoas “que son postas en tal sogeyçom que convem que façam o que for proveytoso ao seu regedor, aynda que seja penoso a ellas” (Pedro, Verba 1994: 101).

siempre se encuentra uno que es primero y dirige. 2) *El segundo*, porque si un hombre tuviera mayor ciencia y justicia, surgiría el problema si no lo pusiera al servicio de los demás, según aquello de 1 Pe 4,10: *El don que cada uno ha recibido, póngalo al servicio de los otros*. Y Agustín, en *XIX De Civ. Dei* dice: *Los justos no mandan por el deseo de mandar, sino por el deber de aconsejar. Así es el orden natural y así creó Dios al hombre*” (Aquino 2006: 853-854).

¹² “Quando a concupiscência ainda não resistia à vontade, o que aconteceu logo depois do castigo” (Agostinho 2011: 1276).

¹³ “A criatura racional foi criada de tal feição que lhe é útil estar sujeita à obediência e é-lhe prejudicial fazer a sua própria vontade e não a d'Aquele por quem foi criada”; “A vontade, portanto, não goza verdadeiramente de livre arbítrio senão quando não é escrava dos vícios e dos pecados. Tal é o dom de Deus; o homem perdeu-o por sua própria falta” (Agostinho 2011: 1275, 1272).

¹⁴ “Que pena foi imposta neste pecado à desobediência senão a desobediência? Realmente, que mais é a miséria do homem do que desobediência dele próprio a ele próprio? Porque ele não quis o que podia, já não pode o que quer” (Agostinho 2011: 1284).

Trata-se, portanto, de um poder de sujeição absoluta, através do qual se anula a *propriedade específica* do indivíduo, dobrando-a aos interesses de outrem. Subordinação de um homem concreto aos interesses do *seu senhor*, tal como acontece com a subjugação dos animais irracionais, cuja finalidade última é determinada em função das características existenciais da humanidade, e de cujo domínio absoluto dá conta o *direito de nomeação* que sobre eles o homem deteve.

Entre os dois, o poder político que, embora se exerça sobre seres livres, comporta uma vertente de coercibilidade ausente da *auctoritas*.

Respeitando o interesse próprio do indivíduo, e orientando-o no sentido da obtenção do bem geral da comunidade, não se limita, no entanto, a uma simples *direção racional de consciência*, mas põe, também, em prática meios violentos de atuação, que constroem o homem a seguir um caminho que, sendo intrínseco à sua natureza, lhe é violentamente imposto por quem detém o poder de reger o Reino.

Poder que, no entanto, não é exercido por *vontade de domínio*, mas por *desejo de serviço*, não em função de interesses particulares, mas em benefício de todos¹⁵.

Não estando este poder, na origem, inscrito na natureza humana, a sua necessidade absoluta, enquanto condição essencial de sobrevivência de qualquer sociedade, segundo a concepção agostiniana, fez com que “o senhorio, que per aazo do pecado começou em o mundo, he ja tornado em natureza” (Agostinho 2011: 102).

Da mesma forma que o pecado se inscreveu no corpo da humanidade sofredora, passando a determiná-la de modo essencial, o poder coercivo naturalizou-se, tornando-se coessencial à condição humana, após o desvio adamítico.

5. O regimento

5.1. Da *naturalização* da monarquia

Embora a monarquia hereditária fosse, consensualmente, considerada, pela teoria política medieval, como o melhor dos regimes, no que se refere

¹⁵ “Mas, na casa do justo que vive da fé e que ainda peregrina afastado dessa Cidade Celeste, os que mandam estão ao serviço daqueles sobre os quais parece que mandam. É que não mandam pela paixão de dominar, mas pelo dever de deles cuidarem, nem pelo orgulho, de se sobrepor, mas pela bondade de cuidarem de todos” (Agostinho 2011: 1921).

à estruturação das comunidades políticas, e à sua condução em direção aos fins que lhe são próprios, havia outras formas de governo e regimento consideradas, igualmente, legítimas, embora umas fossem concebidas como boas e outras como más, sendo o critério de classificação o dirigirem, ou não, a sua atuação em função do bem comum¹⁶.

Como bons regimes¹⁷, para além da monarquia, regimento de um só, tendente ao bem comum, temos a aristocracia, governo de poucos “buenos e virtuosos”, e a *polícia*, no qual “todo el pueblo ensennorea, (...) si tal pueblo governador entende en el bien de los mayores e de los menores e de los ricos e de los pobres e de todos igualmente e derechamente, según sus estados” (García de Castrojeriz 2005: 762)¹⁸.

Quanto aos maus regimes, são eles a tirania, governo de um só em função dos seus interesses particulares, a oligarquia, quando “aquellos pocos que escogían para gobernar no eran buenos ni entendían en el bien común, mas queríanse facer ricos con el poderio, apremiando los pueblos” (García de Castrojeriz 2005: 762), e a democracia, regimento de todo o povo, tendo cada membro em vista o seu próprio bem, e tiranizando os de maior dignidade.

A primazia quase incontestada da monarquia, enquanto o melhor dos regimes, advém-lhe, essencialmente, de uma razão de similitude, na medida em que se considera que o bom ordenamento da terra deve assemelhar-se, dentro das possibilidades humanas, ao ordenamento do Céu. Assim, o Rei seria um símile de Deus Uno que, sozinho, rege a totalidade do universo. Macrocosmo que se espelha no Microcosmo, onde a cabeça comanda, e rege, a totalidade do corpo, numa assunção da preeminência do Uno sobre o Múltiplo, e da Unidade como supremo princípio ordenador do mundo.

¹⁶ O carácter negativo de uma determinada forma de *governo* – atuação em função do bem próprio – não a torna, no entanto, ilegítima, na medida em que todas provêm de Deus, que ‘escolhe’ tanto por *ação* como por *permissão*. Embora o *mau governo* não seja *querido* por Deus, ele permite-o, como justo castigo daqueles que não cumpriram as regras a que estavam, divinamente, obrigados, o que torna este poder, também ele, legítimo aos olhos de Deus.

¹⁷ Seguimos a nomeação e classificação empregues por Castrojeriz 2005. Embora não se verifiquem grandes diferenças na terminologia empregue pelos teóricos medievais, nota-se uma flutuação terminológica em S. Tomás de Aquino, que tanto utiliza a denominação de democracia para se referir à *polícia* de Castrojeriz, como para classificar o *mau governo de todos*.

¹⁸ Deste modo, o *governo de todos* não implica qualquer ideia de igualdade entre a globalidade dos membros de uma comunidade, ideia esta arredada do pensamento medieval, que se estrutura em função de uma desigualdade essencial dos entes, hierarquicamente ordenados. A igualdade de tratamento está sempre dependente da desigualdade de *estatuto*, e só existe, verdadeiramente, se esta desigualdade fundacional for respeitada. Ou seja, não há igualdade *sem* desigualdade.

Ainda que na *Vertuosa Benefytoria* se inscreva, subliminarmente, a possibilidade da existência legítima de variadas formas de organização política da comunidade, quando na obra se afirma que do *poder coercivo*¹⁹ “usam os principes que en as comunidades reaaes tee governança e todos aquellos que per heranças ou per elecções gaãçam sobre os outros certa mayoria” (Pedro, Verba 1994: 102), toda a sua estratégia discursiva se desdobra no sentido de uma *naturalização* da Monarquia que, afirmando-a enquanto modelo único desejado por Deus, tende a eliminar qualquer outra possibilidade efetiva de regime.

Deste modo, para além de se utilizar um conjunto de expressões que denotam uma ligação direta entre o Rei e Deus, e apresentam, desta forma, o Monarca como o *escolhido* de Deus, seu *Ministro* e *Oficial*²⁰, numa proximidade umbilical que os liga inexoravelmente, desdobra-se, também, uma estratégia de afirmação da escolha divina da realeza como modo ideal, e único, de governo²¹.

5.2. Do bem da comunidade

Ofício que se institui mais como um dever do que como um direito, a realeza obriga a um agir que se estrutura em função da concretização das necessidades materiais²² dos súbditos que no reino habitam.

Deste modo, o Rei está obrigado, em função do *ministério* que exerce, a abdicar dos seus desejos e interesses particulares, e a devotar-se à tarefa de orientar a comunidade para a consecução do bem comum, pois “huu soo cuydado devem teer os principes, convem a saber sguardar en todas suas

¹⁹ O poder, propriamente, político.

²⁰ “Elle he de Deus ministro vingador”; “ministros som de Deus e em seu officio sservem a elle” (Pedro, Verba 1994: 105).

²¹ “Devem os principes partir o que tee, (...) que por isso lhe outorgou Deus o regimento”; “E porem cada huu e mayormente os principes, que sobre esto tee o encarrego todo”; “tres stados tee sobre outrem mayoria, convem a ssaber, o stado dos geradores e o stado dos principes que tee governança de natural terra” (Pedro, Verba 1994: 78, 93, 98).

²² “Comme il convient à l’homme de vivre en multitude, parce que, s’il reste solitaire, il ne se suffit pas pour les choses nécessaires à la vie, il faut que le lien social (*societas*) de la multitude soit d’autant plus parfait, que, par elle-même, elle suffira mieux aux besoins de la vie. Une seule famille, dans une seule maison, suffira bien à certains besoins vitaux, comme par exemple ceux qui se rapportent aux actes naturels de la nutrition, de la génération et des autres fonctions de ce genre; dans un seul bourg, on se suffira pour ce qui regarde un seul corps de métier; mais dans une cité, qui est la communauté parfaite, on se suffira quant à toutes les choses nécessaires à la vie; et plus encore dans une province unifiée à cause de la nécessité du combat en commun et du secours mutuel contre les ennemis.”» (Aquino [s.d.]).

obras o proveito dos subdictos e squeezer os próprios desejos” (Pedro, Verba 1994: 79).

O bem comum²³, e tendo em conta que não há identidade entre este e o bem próprio, institui-se enquanto objeto fundamental do exercício do governo, na medida em que “o bem comuu he melhor que o persoal”, sendo “que a maa vida da comunidade he a peyor cousa que se pode padecer” (Pedro, Verba 1994: 93).

E, perante uma crise que afete o corpo social, o rei não pode deixar de dolorosamente a sentir como sua²⁴, pelo que “devem trabalhar com tal vontade que desprezem sua corporal vida por fazerem melhoramento em suas terras” (Pedro, Verba 1994: 93).

Corpo social que tem de ser encarado na sua globalidade, e não em função da especificidade dos membros que o constituem, para que “per tal maneira curem eles o corpo da comuydade que, em dando saude a hua parte, nom desemparem a todo” (Pedro, Verba 1994: 79).

5.3. Da ordenação social

A comunidade política não se institui enquanto *comunidade de iguais*, na qual todos teriam os mesmos direitos e deveres²⁵, antes se apresentando estruturada tendo como base uma ordenação determinada pela diferenciação funcional, sendo os direitos e deveres dos súbditos função do espaço que ocupam no ordenamento político da sociedade, embora todos possuam igual dignidade, quer no seio da *ordem-do-mundo*, quer perante Deus.

Ordenação essencial e natural que não faz mais que reduplicar, como num jogo de espelhos, quer as diferenças originárias do ser humano, quer as diferenças existentes na *comunidade celeste*.

Deste modo, e exceto em *matéria de necessidade*, que tange quer à satisfação das necessidades básicas de cada membro da coletividade, quer a uma situação de perigo iminente, “primeyro deve desejar o proveito pera o duc que pera outro qualquer senhor somenos que en aquella terra vive”, pois “huus beneficios perteezem seer outorgados ao cavaleyro e outros ao sendeiro, e assy a cada huu segundo seu stado” (Pedro, Verba 1994: 96, 92).

²³ “Mais si un gouvernement est ordonné, non au bien commun de la multitude, mais au bien privé de celui qui gouverne, ce gouvernement sera injuste et pervers” (Aquino [s.d.]).

²⁴ “De cujos falecimentos os razoados senhores non ficam sem dor” (Pedro, Verba 1994: 93).

²⁵ “E per esta consiiraçom saberemos que huus beneficios perteezem seer outorgados ao cavaleyro e outros ao sendeiro, e assy a cada huu segundo seu stado” (Pedro, Verba 1994: 92).

5.4. Da deposição do tirano

Longe da radicalidade das posições assumidas por John of Salisbury, na sua defesa do tiranicídio²⁶, a *Vertuosa Benfeytoria* não deixa de se inscrever na tradição tomista que considera legítima a destituição do rei, se este não cumpre com as obrigações determinantes do *ofício régio* e, em vez de governar para o bem da comunidade, o faz em função de interesses próprios e particulares²⁷.

Assim, afirma-se que os que “teverem senhor que não he discreto, busquem outro de que ajam proveyto” (Pedro, Verba 1994: 107). E, embora esta asserção não tenha como destinatário concreto o detentor da realeza, mas o *Senhor* em sentido lato e, mais que deposição denotar *mudança de Senhor*, pela qual se trocava o *serviço* de alguém que não é *discreto* pelo daquele que age com prudência e usa de discernimento para determinar o que é exato e verdadeiro, não pode, também, deixar de significar o Rei que não cumpre diretamente o seu ofício e, deste modo, propor a sua hipotética deposição.

5.5. Dos fins últimos

Apesar da autonomia que a esfera política possui na *Vertuosa Benfeytoria*, que se alicerça no facto de o homem, ser social por essência, possuir necessidades materiais que só o viver comunitário permite satisfazer, esta autonomia é concebida, tal como em S. Tomás de Aquino, como *autonomia relativa*, na medida em que os fins sociais do homem devem estar subordinados ao seu fim último²⁸, de carácter espiritual: a salvação eterna. Deste modo,

cada huu he mais tehudo de acorrer aa vida da alma do seu proximo que a quallquer perigoo corporal que outrem padeça. (...) veendo eu alguem seer enclinado pera renegar a fe, e per minha presença o posso fazer en ella firme, eu soo mais obrigado per a ley de Deus de lhe acorrer que a meus geradores nem

²⁶ “Y es que quitar la vida al tirano no sólo es lícito, sino equitativo y justo, porque el que toma la espada merece perecer por la espada” (Salisbury 1984: 303).

²⁷ “S’il est du droit d’une multitude de se donner un roi, cette multitude peut sans injustice destituer le roi qu’elle a institué ou réfréner son pouvoir, s’il abuse tyranniquement du pouvoir royal” (Aquino [s.d.]).

²⁸ “Comme la vie bonne que les hommes mènent ici-bas est ordonnée, comme à sa fin, à la vie bienheureuse dans le ciel, que nous espérons, de même au bien de la multitude sont ordonnés, comme à leur fin, tous les biens particuliers que l’homme se procure, les gains de la richesse, la santé, l’éloquence ou l’érudition. (...) c’est-à-dire qu’il [le Roi] doit prescrire ce qui conduit à cette béatitude celeste, et interdire, selon qu’il sera possible, ce qui y est contraire” (Aquino [s.d.]).

aos principes, aynda que stem en perigoo de corporalmente falecerem (Pedro, Verba 1994: 96-97).

O governo político da comunidade deve, portanto, subordinar os seus objetivos específicos aos objetivos espirituais do homem, ao seu caminhar terreno em direção à bem-aventurança eterna.

6. A lógica do benefício ou o *impoder*²⁹

O benefício define-se, essencialmente, como um ato livre da vontade pela qual esta se determina a fazer o bem a outrem, pela simples *intenção* de o fazer “nom consiirando seu temporal proveito” (Pedro, Verba 1994: 74), e não como o ato de outorgar, nem como a coisa outorgada.

Ato puro e livre da vontade, e que não pode ser realizado “per obrigado constrangimento” (Pedro, Verba 1994: 84), a nada obriga aquele que o recebe, a não ser ao amor que liga a dádiva à dádiva, numa lógica isenta de qualquer tipo de obrigação que não se funde na pura liberdade volitiva.

Deste modo, quem dá tendo em conta o benefício próprio que daí lhe admirá, e quem presta serviços por “sperança de galardom, nom devem ser muito louvados” (Pedro, Verba 1994: 74), pois alicerçam o seu agir numa lógica que exclui a dádiva como elemento estruturante de relacionamento.

O benefício institui, então, uma relação comunitária baseada no *puro amor*, de modo a que “a benquerença seer antre o principe e o poboo tam firme que ambos ajam ygual sentimento de viva desaventura e tomem huu mesmo prazer pollo bem que ouverem” (Pedro, Verba 1994: 104).

Ligados por um *dispositivo-de-dádiva* que exclui o constrangimento, e tornando-se este a estrutura fundacional da organização da comunidade, o poder político *desvanece-se por exaustão*, na medida em que a coercibilidade que o determina enquanto tal deixa de ser necessária.

O poder teria, assim, o carácter incoercivo e natural da *auctoritas* que, livremente operando através do amor, produziria a coesão social necessária à realização do bem comum.

Mito de um retorno à originariedade do mundo, situado antes da queda, e onde o poder político ainda não se teria inscrito no seio da comunidade humana.

²⁹ Ver nota 2.

Bibliografia

- AFONSO X (1985). *Las Siete Partidas*, glosadas por el licenciado Gregorio Lopez. Vol. 1. Madrid: Boletín Oficial del Estado.
- AGOSTINHO, Santo (2011). *A Cidade de Deus*. Vol. 3. Lisboa: FCG.
- ALBUQUERQUE, Martim de (1968). *O poder político no Renascimento português*. Lisboa: ISCSPU
- AQUINO, São Tomás ([s.d.]). *Du Royaume* (<http://docteurangelique.free.fr>, consultado em 2010.03.15).
- AQUINO, São Tomás (2006). *Suma de Teologia*. Vol. 1. Madrid: BAC.
- BARBOSA, João Morais (1990). “As relações de poder na filosofia política da Idade Média em Portugal”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: INIC, 1359-1376.
- CAETANO, Marcello (1985). *A Crise Nacional de 1383-1385*. Lisboa: Verbo.
- COSER, Miriam Cabral (2015). “A teoria das três ordens e o Livro da Virtuosa Benfeitoria: elaborações do ordenamento do mundo na Idade Média”, *Coletânea*, 27, 193-203.
- COSTA, Pietro (1969). *IURISDICTIONE*. *Semantica del potere politico nella pubblicistica medievale*, Milano: Giuffrè Editore.
- FOUCAULT, Michel (1981). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- GARCÍA DE CASTROJERIZ, Juan (2005). *Glosa castellana al Regimiento de Príncipes de Egidio Romano*. Edición, estudio preliminar y notas de Juan Beneyto Pérez. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- GOMES, Saúl António (2010). “*República e Bem Comum no pensamento político do infante D. Pedro, duque de Coimbra: breve reflexão*”, *Biblos*, 8, 83-94.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980). Edição crítica de José Matoso. Vol. II/1. Lisboa: Academia das Ciências.
- MELCHIOR-BONNET, Sabine (1994). *Histoire du miroir*. Paris: Imago.
- PAIS, Frei Álvaro (1956). *Espelho dos reis*. Vol. 1. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- PEDRO, Infante de Portugal; Verba, Frei João (1994). *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Ed. crítica, introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: BGUC.
- SALISBURY, John of (1984). *Policraticus*. Madrid: Editora Nacional.
- SENELLART, Michel (1995). *Les arts de gouverner. Du regimen médiéval au concept de gouvernement*. Paris: Seuil.
- SOARES, Nair de Castro (1993). “*A Virtuosa Benfeitoria*, primeiro tratado de educação de príncipes em português”, *Biblos*, 69, 289-313.
- ULLMANN, Walter (1971). *Principios de gobierno e politica en la Edad Media*. Madrid: Ediciones de Revista de Occidente.

Paulmier de Gonneville et le Portugal: un navigateur normand dans la première mondialisation

Paulmier de Gonneville and Portugal: a Norman navigator in the first globalization

CHRISTOPHE MANEUVRIER

Université de Caen Normandie – CRAHAM/MRS
christophe.maneuvrier@unicaen.fr

Texto recebido em / Text submitted on: 24.02.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 29.07.2016

Résumé: Connu partiellement depuis le XVII^e siècle et publié dans son intégralité dès 1869, le récit de l'expédition faite par Binot Paulmier de Gonneville vers les Indes en 1503 et qui le conduisit au Brésil a fait l'objet depuis une vingtaine d'années d'une série de critiques qui, bien qu'infondées, ont jeté le discrédit sur son authenticité. Trop souvent étudié jusqu'à présent dans le cadre étroit des historiographies nationales (qu'elles soient française, portugaise ou brésilienne), le texte révèle, lorsqu'on l'intègre dans une lecture plus globale de l'histoire des échanges atlantiques, les liens entre les marins portugais et français. Entre navires européens, la concurrence peut être rude mais on se connaît, on se débauche, on échange des informations, on s'espionne aussi car les investisseurs français (ou plutôt normands) espèrent bien pouvoir eux aussi profiter de l'ouverture de la route vers les Indes orientales.

Mots-clés: Normandie, histoire globale, Brésil, Portugal, commerce atlantique.

Abstract: Partially known since the 17th century and published in its entirety in 1869, the account of the expedition made to India in 1503 by Binot Paulmier Gonneville that took him to Brazil has been the object of several criticisms that, although unfounded, have discredited its authenticity for around twenty years. So far too often studied in the narrow frontiers of national historiography (whether French, Portuguese or Brazilian), the text, when integrated into a more global understanding of the Atlantic trade's history, reveals links between Portuguese and French sailors. Competition could be fierce between European vessels, but they know each other, lay off, exchange information, and also spy each other, for the French (or rather Norman) investors hope to take advantage of the road to the East Indies opening.

Keywords: Normandy, global history, Brazil, Portugal, Atlantic trade.

Introduction

Parti d'Honfleur le 24 juin 1503, à bord d'un navire de 120 tonneaux nommé *L'Espoir*, Paulmier de Gonneville fit d'abord route vers le sud atteignant les Canaries puis le Cap-Vert. De là, son navire obliqua vers l'ouest pour trouver les vents qui devaient le conduire jusqu'au sud du Cap de Bonne-Espérance mais il se perdit en mer avant d'accoster, le 6 janvier 1504, sur une terre inconnue de lui, l'actuel Brésil. Après 6 mois passés parmi les Amérindiens, il reprit la mer en compagnie de deux Amérindiens, dont l'un, Essomericq, était le fils du roi Arosca que Gonneville s'était engagé à ramener à son père dans les 20 mois suivants. Cependant, après une traversée épuisante, son navire fut piraté non loin de Guernesey par des pirates anglais et bretons. Paulmier de Gonneville, Essomericq, et quelques autres, réussirent à échapper aux forbans puis à regagner Honfleur, mais Gonneville ne put jamais retourner au Brésil et Essoméric passa le reste de sa vie en Normandie, adopté par le capitaine honfleurais. Connue par deux copies du milieu XVII^e siècle qui ne diffèrent l'une de l'autre que par certaines graphies, le texte qui relate ce voyage fut publié pour la première fois en intégralité par Marie-Armand d'Avezac, en 1869¹. Depuis, il a été plusieurs fois réédité et a fait l'objet d'innombrables commentaires à tel point que l'on peut dire avec Ana Maria Pereira Ferreira que “praticamente todos os livros que tratam da Expansão Francesa falam nesta personagem e no seu relato” (Ferreira 1995: 143, n. 97).

Ce texte apparaît singulier à bien des égards. Considéré comme un récit de voyage – nous verrons plus loin que cette définition ne le caractérise que partiellement –, il fait figure d'*unicum* dans la production littéraire française du début du XVI^e siècle et son authenticité a fait l'objet de nombreuses attaques depuis une vingtaine d'années. Familier depuis plus de trente ans des sources normandes et n'ayant aucun doute sur l'authenticité de ce texte, j'essaierai d'abord de montrer que la mauvaise compréhension de ce récit tient en grande partie à une insuffisante prise en compte des conditions dans lesquelles il fut rédigé. Dans un deuxième temps, je montrerai que, si le texte peut être considéré comme extraordinaire, le voyage de Gonneville l'est moins lorsqu'on tente de dépasser les lectures effectuées dans le cadre

¹ D'Avezac 1869. D'Avezac ne connaissait que la copie conservée à la bibliothèque de l'Arsenal qui servit également aux éditions de Julien 1946: 25-49 et de Leyla Perrone-Moisés 1995. Une autre copie de 1659, conservée à la BnF (Fr. 7454, fls. 109-114), a été éditée par Pontharouart 2000. Cette dernière me semble être plus proche du texte original que celle publiée par D'Avezac. Une autre version du récit, plus courte, a été publiée par Pierre Margry 1867: 160-201 à partir d'une copie de 1783.

d'une histoire nationale – qu'elle soit française, portugaise ou brésilienne – et lorsque l'on le replace dans un cadre plus global, celui de la première mondialisation. Avant-port de Rouen, Honfleur est en effet, jusqu'à la fondation du Havre en 1517, un port de niveau européen peuplé de marins qui sillonnent les mers depuis Hambourg jusqu'aux côtes de la Guinée². Dans ce vaste espace, les marins français et portugais se connaissent, se fréquentent, et partagent une même culture maritime, au-delà des secrets mal préservés et des opérations d'espionnages mutuelles.

Récit authentique ou forgerie du XVII^e siècle?

Le texte est perçu comme si singulier qu'il a récemment été considéré comme un faux forgé de toutes pièces au milieu du XVI^e siècle. Ce mouvement hypercritique est né à partir de deux auteurs, l'un français, l'autre australienne. En France, la polémique a éclaté 1993 à l'initiative d'un auteur autodidacte, Jacques Lévêque de Pontharouart, qui affirma d'abord dans un article de presse puis dans un ouvrage publié en 2000 que le récit de Paulmier de Gonneville n'était qu'un faux "commis en 1659 par un abbé Paulmier de Courtonne, chanoine de Lisieux, qui prétendait être l'arrière-petit-fils du prince Essomericq" (Lévêque de Pontharouart 2000: 9). L'argumentation repose principalement sur le fait que la terre décrite ne peut pas être le Brésil mais une "terre australe" qui n'existe pas. L'auteur affirme également que le texte ne respecte pas "les formes immuables du 16^e siècle" (Lévêque de Pontharouart 2000: 24) et qu'un certain nombre de mots ne peuvent pas avoir été utilisés au XVI^e siècle³. Malgré les contradictions apportées par plusieurs historiens de renom, ce scepticisme a connu depuis un assez large écho dans les médias, notamment en Normandie où Paulmier de Gonneville était jusqu'alors perçu comme une sorte de héros régional.

Lorsqu'il publia son ouvrage, Jacques Lévêque de Pontharouart ignorait les travaux de Margaret Sankey, professeure de *French studies* à l'université de Sydney, spécialiste des premiers voyages français vers l'Australie, laquelle

² La *Relation* du voyage de Gonneville indique que le navire n'avait auparavant "servi qu'à faire un seul voyage en Hambourg" (Perrone-Moisés 1995: 13). Sur la connaissance des côtes africaines, voir plus loin.

³ Le mot "barge" par exemple est présent dans le texte du Canarien. De même "médicament" est attesté dès 1314 (<http://www.cnrtl.fr/etymologie/médicament>, consulté en 2016.07.01); "Havre" dès 1135 chez Benoit de Sainte-Maure, "voyage" dès le XII^e siècle (<http://www.cnrtl.fr/etymologie/Havre>, consulté en 2016.07.01).

affirme depuis 1991 que le récit de Gonneville n'est qu'une forgerie du XVII^e siècle qualifiée même de fiction et d'utopie (Sankey 1991, 2013). En France, ses travaux furent surtout diffusés lors d'une journée d'études intitulée "Le Continent austral et le capitaine de Gonneville: vraie ou fausse relation de voyage?" organisée par François Moureau et Margaret Sankey à Tours le 14 mai 2007 et dont les contributions ont été publiées en 2013 dans le *Australian Journal of French Studies* (Sankey: 2013).

Il n'est pas question ici de répondre à toutes ces affirmations qui ont déjà fait l'objet de réponses puisqu'aucune n'est convaincante car, comme l'a écrit Geneviève Bouchon, "rien n'est plus facile que d'être négatif sous prétexte de scepticisme, et de rejeter ce qui dérange certaines traditions historiques" (Bouchon 1980: 235). Aucun historien sérieux connaissant bien le dossier n'accepte aujourd'hui l'idée qu'il s'agit d'une forgerie du XVII^e siècle. Ainsi, en 1993, Michel Mollat, Jean-Pierre Chaline et Philippe Bonnichon ont apporté une première réponse à Jacques de Pontharouart⁴. Par la suite, dans deux articles richement argumentés, Leyla Perrone-Moisés a répondu point par point aux affirmations de Jacques Lévêque de Pontharouart et de Margaret Sankey (Perrone-Moisés 2012, 2003). Le problème est cependant que les affirmations délirantes de ces auteurs ont créé la confusion chez les non-spécialistes francophones et même lusophones, comme Fernando Lourenço Fernandes qui, en 2009, a repris ces thèses dans un article paru dans la *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*⁵. Ajoutons simplement au débat qu'il est absolument évident que le chanoine Jean Paulmier de Courtonne n'a pu inventer ce texte rédigé dans une langue qui est tout à fait conforme à celle des premières années du XVI^e siècle comme l'a bien montré René Lepelley, grand spécialiste de la langue normande (Lepelley 1993). De plus, les notes portées en marge de la copie conservée à la BnF par le chanoine Paulmier de Courtonne ne sont que des traductions en français de XVII^e siècle de termes et d'expressions qu'il ne comprenait pas et pour lesquels il eut besoin d'éclaircissement. Ces notes n'ont aucune raison d'être et deviennent simplement incompréhensibles si on voit en lui l'auteur de la *Relation* (Lévêque de Pontharouart 2000: 111-119).

⁴ Jean-Pierre Chaline a répondu en 1993 dans une tribune parue dans le quotidien rouennais *Paris-Normandie* du 18 mai 1993. La lettre de Philippe Bonnichon à Jacques Lévêque du 16/7/2001 n'est pas publiée mais elle est citée par Leblond 2013.

⁵ Fernandes 2009: 39-67. Parmi les francophones, on peut citer l'exemple de Monique Chastanet qui a malheureusement repris à son compte ces affirmations infondées (Chastanet 2010: 149-187).

Les limites des approches menées dans le cadre d'une histoire nationale

Le chanoine Jean Paulmier de Courtonne, apparenté à Binot Paulmier de Gonneville, fut le premier, en 1663, à publier des extraits de la relation du voyage de son ancêtre dans ses *Mémoires touchant l'établissement d'une mission chrétienne dans le Troisième Monde*. Jusqu'au début du XIX^e siècle, les auteurs pensèrent que la terre touchée par Gonneville était une "Terre Australe", localisée dans l'Océan Indien, Madagascar ou Australie. Depuis Pierre Margry, on sait qu'il s'agissait en réalité du Brésil, identification incontestée jusqu'à la sortie des ouvrages de Jacques Lévêque de Pontharouart et de Margaret Sankey⁶. Par la suite, et surtout à partir de la publication intégrale de 1869, la *Relation* a donné lieu à d'innombrables commentaires de la part d'historiens. Globalement, cette expédition – comme l'ensemble des installations françaises au Brésil effectuée durant le XVI^e siècle – est perçue comme un échec démontrant l'impossibilité pour les marchands français de rivaliser avec les puissances espagnole et portugaise (Roncière 1906: 132-137)⁷.

L'affirmation selon laquelle le voyage de Binot Paulmier de Gonneville est une expédition isolée qui ne fut ni précédée ni suivie d'aucune autre ne relève pourtant que de l'utilisation de l'argument *a silentio*. Les procédés mis en œuvre par Gonneville sont d'ailleurs identiques à ceux auquel avaient recours les marins normands qui partaient vers Terre-Neuve et qui n'ont pourtant laissé aucun récit de leurs voyages: en 1509, sept hommes furent amenés à Rouen pour témoigner de la réussite d'une expédition vers Terre-Neuve et deux ans plus tard un homme originaire des mêmes contrées fut baptisé à Tréguier (Masse 2011: 83-106). Cette manière d'apporter une preuve à la revendication d'une découverte n'est d'ailleurs pas spécifique aux marins français puisque, dès 1501, Gaspar Corte Real avait ramené de Terre-Neuve à Lisbonne une cinquantaine de captifs (Masse 2011: 85).

Bien que traduite en portugais dès 1886 (Alencar Araripe 1886: 315-360), la relation du voyage de Binot Paulmier de Gonneville est restée longtemps peu connue au Brésil (Verlinden 1959: 3-17), du moins jusqu'à sa réédition en 1992 par Leyla Perrone-Moisés (Perrone-Moisés 1992 et 1995). Avant cette date, les principaux travaux publiés au Brésil avaient été rédigés en portugais par des historiens francophones comme Michel Mollat ou Charles Verlinden (Verlinden 1959: 3-17; Mollat 1967). Pour les historiens

⁶ Pierre Margry consacre un long chapitre à "La navigation du capitaine de Gonneville et les prétentions des Normands à la découverte des terres australes sous Louis XII" (Margry 1867: 141-180).

⁷ Pour une approche similaire plus récente, voir par exemple Mérian 1993: 143-153.

brésiliens, la *Relation* est perçue comme une source fondamentale pour l'histoire des sociétés amérindiennes à côté de documents portugais beaucoup plus célèbres, comme la lettre de Pêro Vaz de Caminha, inscrite depuis 2013 au registre Mémoire du Monde par l'UNESCO (Perrone-Moisés 1992: 116-130)⁸. Laurent Vidal a par ailleurs souligné que l'historiographie brésilienne (mais aussi française) voit dans la présence française au Brésil au XVI^e siècle une occasion perdue de mettre en place une autre colonisation, moins rude que la colonisation portugaise (Vidal 2000).

Les historiens portugais n'ont bien sûr pas ignoré la relation du voyage de Binot Paulmier de Gonneville, mais ils ne lui ont accordé qu'un intérêt limité, préférant consacrer leurs travaux sur les expéditions portugaises. Ainsi, dans son ouvrage de 1953, Luís de Matos lui consacre moins de deux pages pour ne retenir que le rôle des deux marins portugais qu'il est le premier à identifier (Matos 1952: 18-19). Plus récemment, Ana Maria Pereira Ferreira a vu en Gonneville un "pionnier" et un "prototype" – du moins pour la France – voire un "personnage de roman" et retient surtout le fait qu'il mène son expédition en compagnie de deux marins portugais⁹.

Si le texte de la *Relation* a parfois été mal compris c'est parce que l'on s'est insuffisamment interrogé sur les raisons de sa production qui sont bien particulières puisqu'il s'agit d'une "Déclaration ... baillée vers justice par il capitaine et ses dits compagnons joute qu'on requis les gens du roy nostre sire". La version courte précise quant à elle que les marins furent "semonchés par Monsieur le procureur du roy de faire notre déclaration de viage à notre retour sur la plainte de piratement de la dite navire" (Margry 1867: 160). C'est paradoxalement parce que l'opération fut un échec qu'elle a dû fournir ce récit à la justice royale: ayant été piraté par "un forban anglais dit Edouard Blunth de Plymouth" et plus encore par un "forban épineux, français de nation, savoir le capitaine Mouris Fortin, Breton, déjà condamné pour piraterie", Binot Paulmier de Gonneville était en droit de porter plainte devant les juridictions royales, mais pour que sa plainte ait quelque chance d'être reçue par l'administration et surtout d'aboutir, il lui fallait en faire un récit circonstancié. Sans doute la plainte visait-elle moins le forban anglais que Maurice

⁸ Cette approche n'est pas uniquement brésilienne, on la rencontre chez d'autres auteurs sud-américains dont certains hispanisants comme Miguel 2001: 177-181. La lettre de Pêro Vaz de Caminha été éditée à de nombreuses reprises. On peut en trouver une traduction française dans Perrone-Moisés 1992: 163-181.

⁹ "O protótipo encontra-se, e não é por acaso, na personagem quase de romance, do capitão de Gonneville, pioneiro, à falta de outros testemunhos, entre 1503-1505, do interesse da França pelo Novo Mundo" (Ferreira 1995: 143).

Fortin, dont Gonneville prend bien soin de préciser qu'il fut auparavant déjà condamné pour le même crime.

Le voyage de Gonneville dans le contexte de la première mondialisation

Ces éléments nous incitent à tenter de replacer le voyage de Binot Paulmier de Gonneville dans un mouvement qui dépasse le cadre national et à l'intégrer, comme nous y invite Sanjay Subrahmanyam, dans un mouvement beaucoup plus global (Subrahmanyam 2014: 199-200).

La *Relation* précise en effet que l'idée du voyage aux Indes vint à l'esprit de Paulmier de Gonneville à l'occasion d'un séjour à Lisbonne:

Et premièrement, disent que trafiquant en Lisbonne, il Gonneville et honorables hommes Jean l'Anglois et Pierre le Carpentier, vues les belles richesses d'épiceries et autres raretés venant en icelle cité de par les navires portugalloises allant es Indes orientales depuis aucunes années découvertes, firent complot ensemble d'y envoyer une navire après bonne enquête à aucuns qui avaient fait tel voyage et pris à gros gages deux Portugallois qui en étaient revenus, l'un nommé Bastiam Moura l'autre Diègue Cohinto, pour en la route es Indes aider de leur savoir (Relation ...).

Le texte contient simplement l'indication que les marins de Honfleur étaient "trafiquants en Lisbonne". On comprend que cela n'a rien d'exceptionnel, ni pour eux ni pour l'ensemble des marins de Normandie. Là, ils ont vu des navires revenir chargés d'épices et "autres raretés" rapportées des Indes orientales "découvertes" depuis plusieurs années. Ce qualificatif renvoie directement au vocabulaire utilisé par le roi du Portugal qui, dans sa lettre aux souverains de Castille, affirme avoir envoyé Vasco de Gama "à découvrir" (*a descobrir*), preuve que Paulmier de Gonneville sait parfaitement ce qui est en train de se passer à Lisbonne (Subrahmanyam 2014: 209).

Peut-on tenter de savoir quelle expédition portugaise Paulmier de Gonneville a vu revenir à Lisbonne? Il ne peut s'agir de la première expédition de Vasco de Gama puisqu'il est dit que ces voyages remontent alors à plusieurs années. Comme le navire dirigé par Gonneville partit le jour de la saint Jean-Baptiste 1503, cela ne peut pas être non plus le second voyage de Vasco de Gama qui, parti au début de l'année 1502, n'était pas encore rentré au moment où Paulmier de Gonneville quittait Honfleur. Restent la deuxième expédition lancée vers les Indes sous la conduite de Pedro Álvares Cabral et la troisième, celle qui fut placée sous le commandement de João da

Nova. La première rentra au Portugal durant l'été 1501, entre le 23 juin pour la caravelle de Nicolau Coelho et le 21 juillet 1501 pour les autres navires. Or, on sait que le bilan de cette expédition fut mitigé puisque deux navires rentrèrent vides et plusieurs furent perdus, l'escadre revenant diminuée de moitié tandis que le bombardement de Calicut entraînait une rupture des relations commerciales avec cette ville. Les critiques envers cette expédition furent telles que le souverain se demanda même s'il fallait ou non continuer l'expérience (Subrahmanyam 2014: 230-236).

Il est donc plus probable que Gonville ait été présent lors du retour de l'expédition de João da Nova, la plus mal connue des premières expéditions portugaises puisque tous les documents ou presque la concernant ont disparu (Bouchon 1980: 240). On sait cependant que, parti avec quatre caravelles pour Calicut en mars 1501, João da Nova était de retour à Lisbonne le 12 mars 1502 (Bouchon 1980: 252). Ce retour souleva l'enthousiasme même si les cargaisons étaient modestes et, comme pour les précédentes expéditions portugaises, une grande publicité entourait l'événement (Subrahmanyam 2014: 193-209). À cette date, les Vénitiens commençaient à regarder les expéditions portugaises d'un mauvais œil tant elles mettaient en péril leur maîtrise du commerce des épices à travers la Méditerranée d'autant que, comme l'écrit Sanjay Subrahmanyam, "il semblerait qu'à l'époque de cette expédition, la quatrième par la route du Cap, l'aventure se soit banalisée" (Subrahmanyam 2014: 243).

Impressionné par les marchandises déversées dans le port de Lisbonne, Paulmier de Gonville ne se contente pas d'être un spectateur inactif. Il interroge de nombreux marins revenus des Indes ("après bonne enquête à aucuns qui avaient fait tel voyage") et prend "à gros gages deux Portugallois ... l'un nommé Bastiam Moura l'autre Diègue Cohinto, pour en la route ès Indes aider de leur savoir". Luís de Matos a corrigé les noms de ces marins en Sebastião de Moura et Diego Coutinho (Matos 1952: 19), mais on ne sait rien de ces personnages sinon qu'ils rentrèrent sains et sauf à Honfleur. Même leurs fonctions sur le navire ne sont pas précisées dans la *Relation*. On a parfois vu en eux des sortes de co-pilotes, mais ceci n'est qu'une extrapolation du texte car ils semblent plutôt avoir été de simples marins ne jouant qu'un rôle secondaire dans l'expédition. Leurs connaissances maritimes paraissent même avoir été limitées au point qu'ils se trompent lourdement lorsque, ayant vu des roseaux flotter sur la mer, ils se croient arrivés près du Cap de Bonne-Espérance alors qu'ils sont vraisemblablement non loin des îles Tristão da Cunha. La présence à bord de ces deux Portugais explique cependant la route suivie par Gonville pour rejoindre les Indes orientales,

seul objectif du Honfleurais puisque cette route, avec son escale prévue au Brésil, non loin du Cap Saint-Augustin, est exactement celle suivie par João da Nova (Bouchon 1980: 252).

Leur engagement à bord montre cependant que l'on est très facilement capable, de part et d'autre, de surmonter la barrière linguistique. Chacun observe l'autre, on discute, on "enquête", on s'espionne, aussi. Quel rôle jouent ces deux Portugais? On a pu les voir comme des traîtres à la cause du Portugal, mais ils peuvent tout aussi bien avoir été des espions au service de Manuel I^{er}: au cas où Gonneville réussissait à atteindre les Indes orientales, il serait bien utile au roi du Portugal de connaître très exactement où il est allé et ce qu'il a pu y faire. Quelle connaissance Gonneville avait-il de Lisbonne? Était-ce son premier voyage ou bien connaissait-il la ville de longue date? Le fait que deux marins portugais acceptent de risquer leur vie avec lui nous laisse croire que le marin normand est connu à Lisbonne, au moins de réputation. Probablement n'en est-il pas à son premier séjour au Portugal.

Quel est le degré d'expérience et de connaissance de l'Atlantique de Gonneville lorsqu'il quitte Honfleur? Cette question ne peut trouver de réponse définitive, mais il est clair que Gonneville n'est pas un débutant et qu'il dispose d'un vaste réseau de relations au plus haut niveau de la marine française. Richard le Paulmier (vraisemblablement père ou oncle de Binot Paulmier de Gonneville) est signalé comme habitant de Honfleur vers 1460 puis comme "grenetier" du lieu, ce qui lui confère des fonctions d'ordre fiscal (Perret 1889: 100). En décembre 1487, il est fait procureur "conterolleur à Honnefleu et à la coste d'environ" par l'amiral de France Louis Malet de Graville. Le rôle de ce personnage dans l'expédition de 1503 n'est pas explicité par la *Relation* mais il est certain qu'elle se fit avec l'accord – sinon le soutien – de l'amiral de France dont le nom fut gravé, après celui du pape et celui du roi mais avant celui de Binot de Paulmier, sur la croix érigée au Brésil par l'équipage de *L'Espoir* (Perrone-Moisés 1995: 24). Immensément riche et proche du roi, Malet de Graville entretient un réseau considérable, au point d'être, en 1505, témoin du mariage entre Germaine de Foix et le roi Ferdinand II d'Aragon, veuf d'Isabelle la Catholique, et d'apposer sa marque au bas de leur contrat de mariage (Perret 1889: 191).

Avant-port maritime de Rouen, renforcé par le déclin d'Harfleur sur la rive droite de la Seine, Honfleur a bénéficié d'un développement considérable pendant la guerre de Cent Ans et ses capitaines sont des marins de premier plan (Pallu de la Barrière 2010 et 2012). Ainsi Guillaume Casenove, surnommé Coullon, "vielz admiral de la mer en Normandie" – ce qui en fait le lieutenant de Louis de Bourbon, amiral de France de 1461 à 1483 – s'est

fait la spécialité de capturer les navires reliant Venise à la Flandre (Harrisse 1874: 10-13). En 1476, après la défaite de Toro, c'est lui qui est chargé d'escorter le roi Alfonso V vers la France. En septembre 1477, ce dernier passe un long moment à Honfleur, allant chaque matin se recueillir au sanctuaire des marins de Notre-Dame de Grâce, sur une colline dominant le port. C'est également à Honfleur qu'il rédige son testament avant d'y reprendre la mer pour rentrer au Portugal (Denis 1934: 317-318). En août 1485, Coullon le Jeune (neveu ou parent du précédent) et Georges Bissipat dit le Grec capturent quatre galères vénitiennes au large du Cap Saint-Vincent, provoquant un grave incident diplomatique entre la France et la République de Venise. Le roi eut beau ordonner la mise sous séquestre des biens volés, on ne put récupérer qu'un peu d'épices, 30 sacs de coton et 40 tonneaux de raisins de Corinthe alors que Charles VIII avait lui-même estimé les dommages subis par la République à au moins 200 000 ducats. Venise envoie alors un ambassadeur à Honfleur pour tenter de régler l'affaire, mais une émeute éclate dans la ville lors de son arrivée et il est massacré par la foule dans la "Haulte-Rue", l'une des principales rues qui mènent au port. En réalité, les marins de Honfleur ne nient pas avoir caché le butin, d'autant qu'ils se savent soutenus par l'amiral Louis de Bourbon, lequel écrit au roi pour lui signifier qu'il est impossible de récupérer les biens des Vénitiens car "les mariniers en ont leurs pars et qu'ils ont vendues et transportées ainsy qu'ils ont voulu et sont les trois quarts desdits mariniers tous estrangers et sur lesquels il n'y a aucune rescousse", ajoutant même qu'il faut soutenir les marins sauf à prendre le risque de les voir partir s'installer en Angleterre (Perret 1889: 77). Le groupe des "mariniers" avec ses nombreux étrangers semble bien être un groupe international, et on comprend mieux à ces dires la facilité avec laquelle Gonville put recruter les deux marins portugais.

Dans l'équipage de *L'Espoir* figurent deux "touristes", qui ont probablement acheté chèrement leur place et qui font confiance à son capitaine. L'un est "le sieur Coste, d'Harfleur, qui de curiosité venait au voyage", l'autre étant "Monsieur Nicole Le Febvre d'Honfleur qui était volontaire au voyage, curieux et personnage de savoir, ayant pourtrayé les façons; ce qui a été perdu avec les journaux de voyage lors du piratement de la navire" (Perrone-Moisés 1995: 21-24). On ignore qui était ce Nicole Le Febvre, capable de composer un étrange distique latin en forme de chronogramme. La présence d'un homme de culture dans cette expédition peut surprendre mais on sait qu'il existait à Honfleur une élite cultivée avide de connaissances sur le monde, comme en témoigne la présence à la même époque, chez Simon du Solier, d'un magnifique exemplaire de l'ouvrage de Marco Polo qui, provenant de

la bibliothèque de Charles V puis de celle du Louvre où il se trouvait encore en 1424, est aujourd'hui conservé dans la bibliothèque royale de Suède (Delisle 1882: 423-424). Né vers 1451, qualifié en 1499 de procureur syndic des manants et habitants de Honfleur, Simon du Solier est alors tabellion (notaire) à Honfleur (Bréard et Barrey 1906: 249). Par ses fonctions, il connaît nécessairement les armateurs et les capitaines de navires qui sont ses clients.

Les marins honfleurais n'ont pas qu'une connaissance livresque des contrées lointaines puisqu'ils sillonnent déjà les côtes de l'Afrique depuis plusieurs décennies. Les témoignages de ces expéditions maritimes sont rares et peu documentés, à l'image de celle commandée par Louis XI en 1483 qui, ayant appris qu'un habitant de Honfleur s'était procuré dans une île du Cap-Vert des remèdes pour la lèpre dont il était atteint, chargea Georges Bissipat dit le Grec, alors Capitaine de Honfleur, d'armer deux navires et une barque pour aller chercher ces remèdes au Cap-Vert. Afin de financer cette expédition, le roi imposa aux villes de Normandie un impôt exceptionnel de 30 à 40 000 livres (Samaran 1924: 302-309). En raison du coût de l'opération et de l'importance de la flotte mise en œuvre, on peut légitimement s'interroger sur la vraie nature de cette opération. Avait-on réellement besoin de monter une expédition d'une telle importance pour aller seulement chercher quelques tortues¹⁰? Quoi qu'il en soit, on ne peut que constater que les marins de Honfleur fréquentaient assez facilement les îles du Cap-Vert et que ceci n'apparaissait alors pas exceptionnel.

Sans remonter à l'époque de Jean de Béthencourt qui, dès 1402, voulait ouvrir la route du fleuve de l'or (Maneuvrier 2016), on trouve dans le récit d'Eustache de la Fosse un détail qui montre bien que des marchands rouennais fréquentaient, dès le XV^e siècle, les régions de l'actuel Sénégal. Eustache de la Fosse rapporte en effet qu'un certain Henry, facteur de Thomas Perrot, se perdit avec son navire à l'entrée du fleuve de l'or entraînant ainsi la banqueroute de son maître Thomas Perrot, marchand de Bruges (Escudier 1992). Or, on sait que ce Thomas Perrot était le fils de Richard, qu'il était né à Rouen, et qu'il avait acquis la bourgeoisie de Bruges, le 27 juillet 1457 (Colens 1891: 327). Il y fit une belle carrière marchande réussissant même à se faire construire, en 1491, une chapelle dans la cathédrale de Bruges où il se fit inhumer en 1499. On y voyait autrefois son épitaphe ainsi que celle de son épouse, Anna De Wan, et celle de sa fille Anna (Gaillard 1861). Celle-ci

¹⁰ C'est Eustache de la Fosse qui rapporte dans son ouvrage la croyance selon laquelle la consommation de certaines tortues vivant dans les îles du Cap-Vert pouvait guérir de la lèpre; cf. Escudier 1992.

indique qu'il était "haut Bourguignon" mais ses armes, de gueule à l'agnel d'argent et à trois étoiles à six branches, sont quasiment copiées sur celles de la ville de Rouen¹¹.

Conclusion

Le récit du voyage de Paulmier est une source exceptionnelle pour l'histoire de l'Atlantique et de la première mondialisation et aucun élément sérieux ne permet de remettre en question son authenticité. Car la *Relation* du voyage de Gonville ne doit pas être prise comme un récit destiné à conserver la mémoire des aventures de Gonville mais bien comme une déposition faite devant une cour de justice pour faire aboutir une plainte contre des pirates. Sa singularité et son caractère exceptionnel ne doivent pas nous laisser croire que ce fut le seul voyage mené par des Français à travers l'Atlantique et l'indication selon laquelle Gonville et son équipage furent à un moment "plus éloignés de l'Afrique que du pays des Indes occidentales où depuis aucunes années en ça les Dieppois et les Malouins et autres Normands et Bretons vont quérir du bois à teindre en rouge, coton, guenons et perroquets et autres denrées, et que le vent d'est (...) les y poussant, fut d'unanimité délibéré d'aller quérir ce pays afin estout de se charger des susdites marchandises pour rescaper les frais et voyage" ne peut plus être rejetée d'un revers de main (Perrone-Moisés 1995: 26). Il n'est bien sûr pas question de rouvrir un débat stérile pour tenter de savoir qui, des Portugais ou des Français, furent les premiers européens à entrer en contact avec les Amérindiens du Brésil. Au contraire, nous souhaitons insister sur la proximité qui existe alors entre les navires et sur le caractère international de certains équipages. Il y a bien sûr de la concurrence entre les navires et les expéditions, mais on sait aussi se parler, s'échanger des informations, voire des marins. Au final, la véritable différence entre les expéditions portugaises et celles parties de France, c'est que les premières sont initiées et encadrées par le pouvoir royal tandis que les autres, comme celle de Gonville, sont des entreprises privées, financées par des capitaux privés. Probablement étaient-ce là leurs principales limites et leur plus grande faiblesse.

¹¹ La famille Perrot semble s'être bien installée à Bruges puisque Coline, fille de Thomas Perrot, épousa en 1465 un certain Colard De la Bie, lui aussi échevin (Gailliard 1846: 268). Elle décéda en 1495 et fut inhumée dans l'église Notre-Dame de Bruges (Noortvelde 1773: 248).

Bibliographie

- ALENCAR ARARIPE, Tristão de (1896). “Primeiro navio francez no Brazil”, *Revista Trimestral do Instituto Histórico, geographico e ethnographico do Brazil*, 49/2, 315-360.
- BEAUCOURT DE NOORTVELDE (1773). *Description historique de l'église collégiale et paroissiale de Notre-Dame à Bruges*. Bruges: J. de Busscher.
- BOUCHON, Geneviève (1980). “À propos de l'inscription de Colombo (1501). Quelques observations sur le premier voyage de João da Nova dans l'Océan Indien”, *Revista da Universidade de Coimbra*, 28, 233-270.
- BRÉARD, Charles et Barrey, Philippe (1906). *Documents relatifs à la marine normande au XV^e et XVI^e siècle*. Rouen, 1906.
- CHASTANET, Monique (2010). “Couscous ‘à la sahélienne’ (Sénégal, Mali, Mauritanie)”, in H. Franconie, M. Chastagnet et François Sigaut (éd.), *Couscous, boulgour et polenta. Transformer et consommer les céréales dans le monde*. Paris: Karthala, 149-187.
- COLENS, Jules (1891). “L'église Saint-Jean à Bruges. Ses tombes polychromées”, *Annales de la société d'émulation pour l'étude de l'histoire et des Antiquités de la Flandre*, 5^e série, 4/41.
- D'AVEZAC, Marie-Armand (1869). *Campagne du navire L'Espoir de Honfleur (1503-1505). Relation authentique du voyage du capitaine de Gonneville ès nouvelles terres des Indes publiée intégralement pour la première fois avec une introduction et des éclaircissements*. Paris: Challamel.
- DELISLE, Léopold (1882). “Le Livre de Marco Polo, fac-similé d'un manuscrit du XIV^e siècle conservé à la Bibliothèque royale de Stockholm, par Nordenskiöld”, *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 43/1, 226-235.
- DELISLE, Léopold (1882). “Le Marco Polo de Stockholm”, *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 43/1, 423-424.
- DENIS, Serge (1934). “Le voyage en France d'Alphonse V de Portugal”, *Bulletin Hispanique*, 36/3, 289-318.
- ESCUDIER, Denis (1992). *Voyage d'Eustache Delafosse sur la côte de Guinée, au Portugal et en Espagne (1479-1481)*. Paris: Éditions Chandeigne.
- FERNANDES, Fernando Lourenço (2009). “Os navegadores franceses na costa brasileira. No rastro do *L'Espoir*”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 170/444, 39-67.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1986). “Corso francês e o comércio entre Portugal e as Canárias no século XVI (1521-1537)”, in VII Coloquio de Historia Canario-americano. Tomo 1. Las Palmas: Cabildo de Gran Canaria, 78-97.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1995). “O Brasil e a França na primeira metade do século XVI: viagens e interesses”, *Arquipélago. História*, 2^a série, 1/1, 123-130.
- FERREIRA, Ana Maria Pereira (1995). *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo: Patrimonia.

- GAILLARD, Victor Louis Marie (1861). *Inscriptions funéraires et monumentales de la Flandre occidentale avec des données historiques et généalogiques*. Tome 1. Bruges.
- GAILLIARD, Jan Jacob (1846). *Recherches historiques sur la Chapelle du Saint-Sang à Bruges*. Bruges.
- HARRISSE, Henry (1874). *Les Colombo de France et d'Italie fameux marins du XV^e siècle. 1461-1492*. Paris: Tross.
- JULIEN, Charles-André (1946). *Les Français en Amérique pendant la première moitié du XVI^e siècle*. Paris: PUF.
- LEBLOND, Jean (2013). "L'abbé Paulmier descendant d'un étranger des Terres australes? Notes sur la généalogie de l'abbé, la taxation des étrangers et la datation de la relation de voyage de Gonneville de 1505", *Australian Journal of French Studies*, 50/1, 35-49 (<http://online.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/abs/10.3828/AJFS.2013.3>, consulté en 2016.06.30).
- LEÓN-PORTILLA, Miguel (2001). "La muy temprana aportación etnográfica de Paulmier de Gonneville en 1504", *Caravelle*, 76-77: *Hommage à Georges Baudot*, 177-181.
- LEPELLEY, René (1993). "Les dialectismes normands dans le rapport du capitaine Binot Paulmier de Gonneville, navigateur honfleurais, sur son expédition de 1503 aux Amériques", in *Les Normands et les Amériques*. Cahiers havrais de recherche historique, 17-24.
- LÉVÊQUE DE PONTCHAROUART, Jacques (2000). *Paulmier de Gonneville. Son voyage imaginaire*. Beauval-en-Caux: ASI Éditions.
- MANEUVRIER, Christophe (à paraître). "*L'intention de monseigneur de Bethencourt est d'ouvrir le chemin du fleuve de l'or*. Autour du rêve africain de Jean de Béthencourt", *Histoire monde, jeux d'échelles et espaces connectés*, 47^e Congrès de la SHMESP.
- MARGRY, Pierre (1867). *Les navigations françaises et la révolution maritime du XIV^e au XVI^e siècle*. Paris: Tross.
- MASSE, Vincent (2001). "Les sept hommes sauvages de 1509: fortune éditoriale de la première séquelle imprimée des contacts franco-amérindiens", in *Éditer la Nouvelle-France*. Laval: Presses de l'Université, 83-106.
- MATOS, Luís de (1952). *Les Portugais en France au XVI^e siècle: études et documents*, Coimbra: BGUC.
- MÉRIAN, Jean-Yves (1993). "1500-1750, Les dynamiques de la conquête, l'opposition Espagne-Portugal en Amérique du Sud et les échecs de la France", *Mare Liberum: Revista de História dos Oceanos*, 6, 143-153.
- MOLLAT, Michel (1967). "As primeiras relações entre a França e o Brasil: dos Verrazani a Villegaignon", *Revista de História*, 70, 343-358 (<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/070/A003N070.pdf>, consulté en 2016.06.30).
- PALLU DE LA BARRIÈRE, Nathalie (2010). "Entre carrière militaire, commerce maritime et guerre de course: richesse et distinction à Honfleur (XIV^e-XV^e siècle)", dans Laurence Jean-Marie et Christophe Maneuvrier (dir.) *Distinction et supériorité sociale (Moyen Âge et époque moderne)*. Caen: Publications du CRAHM, 251-264.

- PALLU DE LA BARRIÈRE, Nathalie (2012). *Honfleur et son arrière-pays, chronique d'un espace militaire (1367-1530)*. Paris. 3 vols. (thèse de doctorat policopiée).
- PERRET, Paul-Michel (1889). *Notice biographique sur Louis Malet de Graville: amiral de France (144?-1516)*. Paris: A. Picard.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla (1992). "Caminha e Gonneville: primeiros olhares sobre o Brasil", *Revista de História*, 12. 116-130 (<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25582>, consulté en 2016.06.30).
- PERRONE-MOISÉS, Leyla (1992). *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla (1995). *Le Voyage de Gonneville (1503-1505) et la découverte de la Normandie par les Indiens du Brésil. Étude et commentaire*. Paris: Éditions Chandeigne.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla (2003). "Le voyage de Gonneville a-t-il vraiment eu lieu?", in Colloque International "Voyageurs et images du Brésil" MSH-Paris, le 10 décembre 2003. Table 2: Les récits de conquête et de colonisation (<http://editions-villegagnons.com/GONNEVILLE.pdf>, consulté en 2016.06.30).
- PERRONE-MOISÉS, Leyla (2012). "Le voyage de Gonneville: un défi à l'historiographie", in *Actes du colloque Rouen 1562. Montaigne et les Cannibales*, Centre d'études et de recherche Éditer/Interpréter, octobre 2012 (<http://ceredi.labos.univ-rouen.fr/public/?le-voyage-de-gonneville-un-defi-a.html>, consulté en 2016.06.30).
- RONCIÈRE, Charles de la (1906). *Histoire de la marine française. Tome 3*. Paris: Plon.
- SAMARAN, Charles (1924). "Une page inédite de l'*Histoire de Louis XI* par Thomas Basin", *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 85, 302-309.
- SANKEY, Margaret (1991). "La mission impossible: l'abbé Paulmier et les Terres australes", in Bruce Merry (éd.), *Essays in Honour of Keith Val Sinclair*. Townsville: James Cook University of North Queensland, 35-47.
- SANKEY, Margaret (2013). "The abbé Jean Paulmier and French missions in the Terres australes: myth and history", *Australian Journal of French Studies*, 50/1, 3-15 (<http://online.liverpooluniversitypress.co.uk/toc/ajfs/50/1>, consulté en 2016.06.30).
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (2014). *Vasco de Gama: légende et tribulations du vice-roi des Indes*. Paris: le Seuil.
- VERLINDEN, Charles (1949). "Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au Moyen Âge (Honfleur au XIV^e siècle. Middelbourg au XIV^e et au XV^e)", *Revista Portuguesa de História*, 4, 169-209.
- VERLINDEN, Charles (1959). "Paulmier de Gonneville e os índios do Brasil em 1544", *Revista de História*, 39, 3-17 (<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/039/A001N039.pdf>, consulté en 2016.06.30).
- VIDAL, Laurent (2000). "La présence française dans le Brésil au XVI^e siècle", *Cahiers des Amériques latines*, 34, 17-38 (http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Cal_034.pdf, consulté en 2016.06.30).

“Dominará de mar a mar, desde o rio até às extremidades da terra”. Tópicos da comunicação do poder religioso nos testemunhos escritos e visuais luso-brasileiros (séc. XVI-XVIII)

“He shall have dominion also from sea to sea, from the river to the ends of the earth”. Topics of religious power in written and visual Luso-Brazilian sources (16th-18th centuries)

PAOLA NESTOLA

CHSC – UC
nestolap@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 13.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 25.09.2016

Resumo: O estudo visa considerar alguns tópicos da comunicação do poder religioso através das entradas dos bispos portugueses para tomarem posse da diocese, baseando-se sobre novos exemplos analíticos e oferecendo uma leitura iconológica dos documentos visuais disponíveis. Organizadas com renovada magnificência entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do XVIII, as cerimónias de *adventus novi episcopi* constituíram um momento de encontro político-sócio-cultural que caracterizou a história de Portugal e dos territórios da América portuguesa na Época pós-tridentina, assim como do orbe católico. Nesses dispersos territórios além do caminho *via terra*, também a travessia pelo oceano podia ser um espaço que contribuía para definir o *munus* do neo-consagrado, antecipando e distinguindo o seu serviço como bispo das conquistas ultramarinas.

Palavras-chave: entradas episcopais, Fr. Luís de Santa Teresa, dioceses portuguesas, Pernambuco, oceano Atlântico, iconologia.

Abstract: The study aims to analyse some topics of communication of religious power through the Portuguese bishops' entries to take possession of their dioceses, based on new analytical examples and offering an iconological reading of some available visual documents. Organized with renewed splendor between the second half of the 16th century and the first half of the 18th century, the *adventus novi episcopi* ceremonies were a significant moment of political and socio-cultural encounter that marked the history of Portugal and the Portuguese American territories in the post-tridentine period, as well as the Catholic world. In addition to symbolic gestures and itineraries *via terra*, the crossing of the Atlantic Ocean could also be a moment that contributed to define the *munus* of neo-consecrated, anticipating and differentiating their service as Empire bishops.

Keywords: bishops' entries, Fr. Luís de Santa Teresa, Portuguese dioceses, Pernambuco, Atlantic ocean, iconology.

Reflexos de um corpo e de uma geografia sagrada

O estudo visa analisar alguns tópicos da comunicação do poder religioso através das cerimónias de entrada dos bispos para tomarem posse da diocese entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVIII. A recente historiografia nacional e internacional debruçou-se nas últimas décadas sobre essa cerimónia protagonizada por proeminentes membros da Igreja, interpretando a sua dinâmica e evolução quer na diacronia quer nos espaços do antigo como do novo mundo (Bertelli 1990; Paiva 1993, 2001 e 2006b; Rando 2002). Contudo, a descoberta de novos documentos relativos aos territórios brasileiros, como o relato de viagem até Pernambuco em 1739 e a entrada de D. Luís de Santa Teresa, bispo de Olinda (*Relaçam da viagem* 1742), assim como uma mais aprofundada leitura iconológica dos testemunhos visuais portugueses relacionados com as fontes escritas dessa cerimónia, permitem focar outros aspetos desta forma de expressão executada pelos seus agentes.

De facto, essas solenes entradas eram constituídas por um conglomerado de fórmulas, gestos, ações, por um diversificado conjunto de atos simbólicos, executados em múltiplos lugares *intra et extra moenia civitatum* e com uma densa linguagem político-religiosa necessária para a legitimação da nova autoridade periférica. Na esteira do onda pós-tridentina e dos renovados poderes atribuídos aos bispos, as cerimónias de *adventus novi episcopi* constituíram um momento significativo de encontro político-sócio-cultural que caracterizou a história de Portugal e das suas conquistas de ultramar, assim como de outras cidades do orbe católico – nomeadamente as dioceses mediterrânicas do Reino de Nápoles – onde foram escolhidos também bispos de origem portuguesa (Nestola 2012b). Nesse estudo intentaremos demonstrar como, em simultanea aos itinerários cumpridos *via terra*, a travessia do espaço oceânico podia ser uma etapa que contribuía para definir o múnus do neo-consagrado, distinguindo o seu serviço como bispo do Império.

Focados sobre este importante momento de festa, centrados sobre os espaços europeus, dos territórios do ultramar portugueses ou de específicas dioceses luso-brasileiras, os sugestivos estudos de José Pedro Paiva privilegiaram os documentos escritos para analisar este solene ato de afirmação do poder episcopal. Uma solenidade evidenciada em todas as etapas do rito de incorporação no centro urbano de governo periférico, e que começava com o itinerário até a sé catedral (Paiva 2006: 142). De acordo com quanto foi demonstrado nesses estudos, a morfologia do rito pode ser reconstruída em seis momentos-chave: fase organizativa, acolhimento, receção, procissão

intra muros, consagração espiritual, festejos públicos. Além desse esquema, a metodologia comparativa aplicada pelo historiador português à exegese do rito de entronização facilitou um aprofundamento da simbologia implícita nessa cerimónia de legitimação e afirmação das hierarquias episcopais europeias, cuja heterogeneidade documental se reflete nas formas, nas finalidades e ainda nos pormenores da descrição dos momentos tópicos e simbólicos do rito (Paiva 2006, 2011: 183). Contudo, no espectro analítico global atingido, ficaram fora da perspetiva destes estudos os territórios do Mediterrâneo oriental, como é o caso das dioceses do Reino de Nápoles (Nestola 2009, 2011, 2014). As autoridades desses polos diocesanos, sobretudo no período da união entre as coroas ibéricas (1580-1640), fizeram parte de um mesmo universo administrativo sob a jurisdição dos Habsburgo (Spedicato 1996; Paiva 2006; Nestola 2012a). No que respeita às cerimónias aí celebradas, somente a partir de 2009 se começaram a analisar as “liturgias de poder” celebradas entre os séculos XVI-XVIII (Nestola 2009, 2012b). Aliás, na esteira da importância atribuída aos testemunhos visuais, complementando os relatos escritos com documentos iconográficos, contribuiu-se para alargar os limites interpretativos impostos pelo escasso número de exemplos visuais disponíveis em Portugal e nos seus domínios assim como em outros espaços europeus (Paiva 2001: 80; Nestola 2014). De facto, para os territórios italianos mais próximos do centro político romano, existem fontes escritas e figurativas que refletem uma narrativa teológica, histórica ou catequética desse rito de afirmação do poder episcopal e da sua representação social. Nos casos portugueses, contrariamente aos exemplos napolitanos de pintura, são ciclos azulejares que afiguram episódios das cerimónias, contribuindo para reavivar a memória desses momentos de ritualidade coletiva.

Com efeito, os bispos representavam os membros proeminentes do clero, a ordem mais prestigiada entre outros corpos sociais (Hespanha 1994:307-343; Paiva 2012) e as autoridades neo-consagradas eram representadas com um prestigiado estatuto, que cânticos como o hino *Ecce sacerdos magnus* enfatizavam, contribuindo para construir uma imagem de “bom pastor” e de *defensor civitatis* (Nestola 2014 e 2012b: 18-19). As cerimónias de entrada episcopais constituem um excelente reflexo do seu prestigiado papel no enquadramento pós-tridentino, favorecendo uma abordagem que poderíamos qualificar como de história global, apresentando traços comuns do quadro normativo conciliar que difundia as decisões tomadas em Trento também em África, na Ásia e na América portuguesa (Paiva 2014).

No presente estudo a atenção foca-se sobre os espaços portugueses quer na Europa, quer na América, utilizando, contudo, exemplos iconográficos

de dioceses napolitanas ou de outros territórios das conquistas ultramarinas para corroborar algumas das questões colocadas. Uma abordagem mais atenta ao contexto cultural, sociopolítico, teológico, material, e que permite oferecer uma leitura iconológica das representações figurativas disponíveis (Burke 2001). De facto, pretende-se, por um lado, aprofundar os conhecimentos sobre as fontes que descrevem estes eventos comunitários; por outro, procura-se responder com novos exemplos às seguintes perguntas: quais são as categorias que dão significado a este momento de elevada manifestação e representação do poder episcopal? A dimensão cronológica e espacial, os sistemas topológicos, simbólicos, teológicos ou emocionais podem contribuir para tornar inteligíveis os ritos ligados à reforma tridentina, e sobretudo à nova imagem atribuída às autoridades diocesanas? Que elementos distinguem ou congregam os agentes e os diferentes espaços portugueses, polos excêntricos mais do que derradeiras periferias do mundo católico? Nas cerimónias episcopais é possível encontrar transferências ou adaptações simbólicas derivadas de outros rituais políticos?

A importância da Igreja como núcleo político era enorme durante a época moderna, e o espaço diocesano era materialmente identificado pelas funções episcopais, pela competência jurisdicional do seu tribunal em matérias muito diferentes, assim como por outros aspetos sacramentais e disciplinares do bispo sobre os seus fiéis (Carvalho 2011). Contudo, nos longínquos territórios conquistados, garantir as honras prelatícias era fundamental, e uma série de adaptações às atividades dos bispos brasileiros foi necessária, de maneira que as cerimónias de entrada ou outros atos públicos dos prelados contribuíam para destacar a sua autoridade e o seu estatuto jurídico-social (Kantor 2001: 173).

Por outro lado, como evidenciado por Marcello Fantoni, a ligação centro/periferia alcança novo valor se associado ao nexos entre corpo do soberano/centro físico do poder, assim como entre categorias quais alto/baixo, perto/longe, dentro/fora, sagrado/profano (Fantoni 2010). O mesmo autor, numa mais recente reflexão sobre a dialética entre religião e poder, formulava outras categorias para aprofundar esse importante nexos da política do Antigo Regime, de maneira que cultura douta/cultura popular constituem uma dicotomia mais fraca do que se possa pensar (Fantoni 2012). Como tentaremos evidenciar, analisando segmentos específicos do rito desenvolvidos entre espaços terrestre/marinho, urbano/extraurbano, será possível medir as categorias topológicas onde o poder religioso se manifestava. De facto, já nas fases preliminares do ingresso era possível encontrar fortes alusões à justiça, a virtude por excelência que guiava as novas autoridades religiosas. Essa era

uma forma de representação do poder episcopal, uma prerrogativa exaltada também durante outras cerimónias políticas da época moderna, quer do espaço luso-brasileiro, como nas entradas régias (Cardim 2001: 110-114); quer do centro do catolicismo, como nas cerimónias de posse dos pontífices (Fosi 1997).

É preciso salientar a especificidade da organização diocesana luso-atlântica, sujeita *in toto* ao padroado régio e constituída por 13 circunscrições no reino de Portugal, ao contrário do extenso território do Brasil, que teve apenas uma diocese até 1676, a da Baía, erigida em 1551 (Paiva 2000a: 187-189; Souza 2014: 177). Em 1640, a pouco numerosa divisão eclesiástica do reino refletia-se também nos territórios ultramarinos, com apenas 15 circunscrições. Uma condição muito diferente da vivida em outros territórios do orbe católico como a península napolitana, cuja organização eclesiástica era constituída por mais de 130 dioceses de médias/pequenas dimensões (Menniti 2011: 77-80). Esta rede eclesiástica permitia ao soberano espanhol, porém, controlar apenas a nomeação das autoridades religiosas de 25 centros desse estratégico espaço do Mediterrâneo oriental, concentrando o sistema de dioceses régias e os mecanismos de escolha dos bispos, sobretudo na derradeira península sul-oriental napolitana (Nestola 2011b).

Nesse reduzido espaço peninsular, o sistema de padroado contemplava juridicamente todos os arcebispados e alguns dos bispados; enquanto outros, como Lecce, ficaram *de jure* fora do controlo das nomeações episcopais régias, mas não excluídos do seu alcance (Nestola 2008). No período de integração de Portugal na monarquia hispânica, para estes espaços mediterrânicos, os Filipes continuaram a escolher prelados de origem espanhola, napolitana e também portuguesa (Nestola 2012a), ao contrário do que se passou na península atlântica, onde o “princípio do indigenato” foi respeitado na colação dos bispados (Paiva 2006a: 360). Por outro lado, é importante evidenciar como na América portuguesa, pelo menos até à segunda metade do século XVIII, não se verificou uma naturalização dos bispos (Paiva 2006c: 18; Feitler 2007 e 2014: 157), e os titulares foram muitas vezes recrutados entre as ordens religiosas, formados em teologia para melhor evangelizar aqueles longínquos territórios. A origem geográfica dos prelados podia causar queixas entre as mesmas comunidades locais que podiam manifestar o desagrado pela nova autoridade, e a manipulação da etiqueta litúrgica constituía uma estratégia simbólica para deslegitimar o bispo e a sua imagem. Momentos de conflitualidade não faltaram nos trópicos, fatores que inviabilizavam a rápida deslocação dos prelados e as suas ações na sociedade colonial (Souza 2014: 184-185).

Na esteira da historiografia mais atenta a esses fenómenos emocionais (Tausiet-Amelang: 2009), podemos dizer que eram receios que acompanhavam as autoridades neo-consagradas, preocupadas sobretudo em transitar pelos oceanos para se instalar nas dioceses do ultramar, analogamente ao que acontecia aos bispos que navegavam pelo Mediterrâneo (Nestola 2014: 178). De facto, os mares constituíam um lugar inseguro e de morte, onde tripulantes e passageiros sofriam a inclemência da natureza, passando o calor equatorial, as tempestades tropicais, a calma e o frio no sul do Atlântico (Mauro 1989: 39-51; Domingues e Guerreiro 1988: 192-205). Não é de estranhar que nas viagens longas se administrassem sacramentos como a extrema-unção, a confissão e a comunhão (Gomes dos Santos 1952; Araújo 1986: 49-64), enquanto nos momentos de bonança se celebravam missas e outros rituais que a presença de um prelado tornava mais solenes. Também esses são aspetos reveladores de um corpo político privilegiado, ao qual as decisões conciliares atribuíram um poder renovado no âmbito jurídico, social, espiritual e religioso.

Uma cartografia cerimonial

O estudo levado a cabo se foca no período entre o final do século XVI e a primeira metade de Setecentos, estendendo-se sobretudo para conjunturas posteriores ao período de integração do reino de Portugal nos domínios dos Habsburgo. A análise considera 12 relatos portugueses: 7 relativos às cidades de Braga (1589, 1627, 1741), Coimbra (1741), Miranda (1742), Porto (1743); Faro (1753); 5 do ultramar: Cabo Verde (1741), Grão-Pará (1749), Goa (1595), Olinda (1739), Rio de Janeiro (1747).

Conforme foi evidenciado no estudo de 1993, a primeira metade do século XVIII apresenta em Portugal uma grande concentração deste tipo de descrições impressas:

[Esse elevado número] em parte terá sido provocado pelo facto de que, em virtude de conflitos entre a Santa Sé e D. João V, muitas dioceses não tivessem tido bispos titulares durante os anos 20 e 30 do século XVIII, o que fez com que reatadas essas relações muitas tivessem recebido bispos novos. Por outro lado, espelha a importância, ou a moda, se quisermos, atribuída a estas cerimónias durante esse tempo, talvez usadas como meio de reafirmar uma presença e um poder que durante largos anos tinha estado ausente” (Paiva 1993: 121).

Concordamos com essa interpretação, que manifesta um processo pelo qual a falta de visibilidade da autoridade diocesana determinou o crescimento dessa produção literária, ultrapassando assim a ausência físico-figurativa tanto nos distritos eclesiásticos como em outros espaços públicos onde era forte a concorrência entre poderes jurídico-culturais. Além disso, essas narrações tinham uma função descritiva, normativa, prescritiva da cerimónia, codificando a forma como o evento teria de se desenrolar no futuro (Paiva 2001: 80). Um olhar diacrónico, portanto, além de funcional ou comemorativo, e que não perdia o valor didático com que os relatos descodificavam a simbologia das representações evocadas.

Esse quadro de referência permite acrescentar o valor dos documentos considerados, como o relato da cerimónia celebrada em 1739 em Olinda, centro da vasta diocese do Pernambuco (*Relaçam da viagem* 1742). Este impresso mostra algumas irregularidades face a outras fontes consultadas, e a sua evidente divergência com a maioria das memórias datadas dos anos 40/50 do século XVIII prende-se com o facto de insistir no itinerário do bispo e de um membro da sua comitiva. Além desses aspetos gerais, é possível analisar tópicos do poder episcopal em espaços invulgares como um navio, durante uma viagem cheia de emoções coletivas ou individuais. Finalmente, o relato contribui para uma melhor compreensão de alguns dos padrões que regularam a imagem de D. Fr. Luís de Santa Teresa, que se considerava um pastor da “Igreja militante” (Paiva 2008: 179).

Das vinte páginas que compõem a sua *Relação*, somente uma trata da sua tomada de posse. Contudo, o cuidado na descrição dos momentos que precederam a chegada do neo-eleito e a receção solene não constitui uma novidade, pois eram considerados como um sinal do núcleo inicial do rito (Paiva 2001: 81). Também outra relação coeva, relativa ao prelado do Pará, D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa, consagrava sete páginas (num total de oito) à narração das adversidades causadas pelos ventos, marés e baixios encontrados no caminho, iniciado em Lisboa a 17 de setembro de 1748 e terminado a 9 de fevereiro de 1749 (Paiva 1993: 124). Esse relato evidencia logo no título os dois momentos (da viagem e da entrada) que suscitavam a curiosidade dos leitores. Pouco extensa, pelo contrário, é a parte dedicada às fases preliminares da entrada do bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. António do Desterro Malheiro, que, em 1746, se deslocou desde Angola para a cidade brasileira (*Relação da entrada* 1747). O protagonista nesse caso era o titular da diocese africana, recrutado na ordem dos beneditinos; aos dominicanos pertencia o titular do Pará, enquanto o bispo de Pernambuco foi escolhido entre os carmelitas descalços.

O documento relativo ao titular de Olinda e ao provisor Fr. Francisco de S. João Marcos concentra-se nos 89 dias necessários para viajar até à cidade episcopal, descrevendo, finalmente, a tomada de posse pelo seu colaborador, que antecipou a verdadeira cerimónia de entronização do prelado. O texto é pormenorizado na descrição das tormentas e dificuldades da viagem, como “os efeytos dos pestiferos ares” encontrados na altura do canal de Cabo Verde, ou as náuseas e outras doenças sofridas pelo bispo, pelo seu médico e cirurgião, pela tripulação e pela comitiva de eclesiásticos (*Relaçam da viagem*, 1742: 5-8). Além disso, uma extensa atenção era dedicada à descrição da assistência material e espiritual oferecida aos navegantes pelo prelado e pelos religiosos que o acompanhavam na viagem, durante a qual se verificaram alguns falecimentos. Assim aconteceu no 24º dia, quando foi necessário levar o Santíssimo Sacramento como viático a um dos enfermos, que esperava “na visita de tão soberano Medico a melhora da alma e do corpo”. Mais trágico foi o que aconteceu no 38º dia de viagem a outro enfermo, ao qual administraram a extrema-unção e morreu. Conforme a descrição, “depois de amortalhado, acompanhado por todos os sacerdotes, sendo o primeiro sua Excellencia, até a borda da não, depois de cantado o responso, e dita a oração se lhe deo crystalina sepultura, que elle abrio com seus proprios pés” (*ibid.*). Episódios como esses eram frequentes nas travessias marítimas, e a assistência prestada pelos religiosos constituía uma importante ajuda que, além de infundir esperança, ajudava a bem morrer (Carvalho 1946; Araújo 1965: 49-64; Cabantous 1990; Koiso, 2004). No caso de D. Fr. Luís de Santa Teresa, foi sempre representado como o primeiro na assistência espiritual dos doentes, assim como em outras misericordiosas e caritativas tarefas (*Relaçam da viagem*: 9).

O relato do carmelita é bem diferente do que descreve a viagem do bispo beneditino para o Rio de Janeiro; ou do dominicano, que também iniciou a travessia com o mar contrário e enfrentou dificuldades meteorológicas. Apesar dos momentos incertos, a viagem foi bem-sucedida, e a autoridade do Pará e o seu navio foram homenageados com salvas de canhões quando encontravam fortalezas (*Relação da viagem e entrada*, 1749: 3). Essa era uma forma muito frequente de regozijo, manifestada quer pela passagem dos prelados de ultramar como D. António do Desterro; quer no caso dos bispos que faziam o itinerário a pé ou a cavalo, conforme descreve a relação de D. Lourenço de Santa Maria e Melo em 1752. Por outro lado, no caminho de D. José de Bragança para Braga em 1741, o relato refere as localidades por que passou o arcebispo, recorrendo até à alteração da designação dos

topónimos para realçar a alegria e as expetativas suscitadas pela autoridade eleita (*Relação da entrada* 1741: 1).

O itinerário oceânico do bispo de Pernambuco e os críticos momentos referidos permitem concordar com os estudos que evidenciam como a população marítima devia, muitas vezes, enfrentar o trágico momento do naufrágio e da morte, sozinhos e longe do conforto dos seus familiares. A presença de eclesiásticos e, como nesse caso, de um prelado, constituía um importante elemento consolador no momento da administração dos últimos sacramentos como a extrema-unção, o viatico, atribuindo uma sintomática preeminência na administração do sacramento penitencial.

Contudo, as referências focadas nos episódios de mortes da tripulação e de outros viajantes até Pernambuco permitem inserir este relato entre os exemplos literários de naufrágios e catástrofes marítimas mencionados em panfletos vendidos avulsos já nos séculos XVI-XVII, mas referentes ao itinerário da carreira da Índia (Russell-Wood 1998: 327-328). O impresso de 1742, sobre o espaço atlântico, constitui possivelmente um contraponto aos relatos referentes às rotas do Oriente, reunidos por Bernardo Gomes de Brito entre 1735-1736 na *História Trágico-Marítima*. Em 1957 Charles Boxer, num ensaio preliminar, exaltava esse invulgar conjunto: muito mais do que uma literatura *sui generis*, um verdadeiro género literário, no qual os portugueses foram “the pioneers in this literary sea” (Boxer 1957: 94-95).

O relato da viagem do bispo de Olinda, quer por se referir sobremaneira ao percurso marítimo (começado no dia 27 de abril de 1739¹), quer porque dificilmente essas deslocções episcopais se faziam com tanta rapidez, apresenta outros aspetos a ressaltar entre as fontes conhecidas. De facto, evidencia o zelo do neo-eleito não só em respeitar logo a residência, mas também em cumprir, juntamente com os seus colaboradores, outros ofícios pastorais antes da tomada de posse. O bispo carmelita é um interessante exemplo da hierarquia episcopal atlântica, recrutado no movimento da *jacobeia* (Paiva, 2008; Queirós 2012; Souza 2015), e até agora os preparativos da sua travessia oceânica eram conhecidos através de testemunhos manuscritos coevos, procedentes do Conselho Ultramarino ou do Convento de S. João da Cruz de Carnide (Paiva 2008): escritos que circulavam entre pequenos núcleos da administração régia e da ordem carmelita. A relação da viagem, pelo contrário, foi editada pela oficina do impressor do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, e oferecida a António Van Praet e Antónia Teresa Salgado, conforme indica a dedicatória que antecede o relato (*Dedicatória*, in *Relaçam da*

¹ Data que não concorda com a apontada por Paiva 2008:171.

viagem). Os dois tinham ligações familiares ao bispo e a seu irmão D. Fr. João da Cruz, nomeado para o Rio de Janeiro e que embarcou também naquela viagem. Além disso, António Van Praet era um dos homens de negócios mais ricos de Lisboa e familiar do Tribunal do Santo Ofício (*Armorial Lusitano* 1961: 449-450). Com esse papel proeminente nos círculos políticos e uma influência cultural que lhe permitia ultrapassar os círculos da censura (Tabucchi 1992), favorecia a impressão e a difusão do relato que tornava a viagem conhecida entre públicos heterogêneos. Elementos evidentes também na dedicatória do relator, João Nunes de Mello, sobrevivente daquela viagem:

Já deliberado o meu affecto em concertados movimentos encaminhão os passos aos pés de V.M. offerecendolhe nesta pequena obra huma eterna memoria da viagem, que fez desta Cidade de Lisboa para Pernambuco o Excellentissimo S. D. Fr. Luís de S. Teresa Religioso Carmelita descalço na qual não só mostrou ser no zelo filho do grande Patriarca Elias: *Zelo relatus sum pro Domino*, mas ainda em todas as acções verdadeiro exemplar das virtudes, que exhalão de si os votos, que professou, pois como obediente expoz a vida às águas do mar só por seguir a Christo para reger as suas ovelhas: *Factus obediens usque ad mortem* (*Philippens. no cap. 2*) para conseguir a gloria, onde o esperão os benaventurados, pelos tormentos, e magoas, que tolerou, meyois tão infalliveis para lograr a vontade de Deus” (*Dedicatoria in Relaçam da viagem, 1742*).

Com essas palavras introdutórias, o prelado carmelita é apresentado em tons fortemente apologéticos, e as virtudes que guiaram os seus primeiros atos públicos refletem traços edificantes de heroicidade tirados dos passos bíblicos, particularmente na obediência, na paciência, na pobreza, na caridade. Até a sua castidade é exaltada, numa viagem onde predominava a população masculina, numa altura em que o pecado da luxúria e o delito da *solecitatatio ad turpia* era frequente entre o corpo eclesiástico (Feitler 2007: 54-55; Gouveia 2015), e se tentava contrastar com modelos de heroica virtude (Prosperi, 1996: 520-542), como a deste prelado. Retomando o documento:

E nas palavras com que consolava [o bispo] os afflictos, dava a conhecer a limpeza do coração, e pureza da alma, tudo adquirido na fiel execução da virtude da castidade: *beati mundo corde, quoniam ipso Deum videbunt*, (...) tirando o descanso ao corpo, e mortificando-o (...) exercendo como bom pastor a administração do sacramento da penitencia, servindolhe de alento as magoas e mortificações (*Dedicatoria, in Relaçam da viagem 1742*).

Através desses elementos arquetípicos recuperados das secções do Concílio de Trento, em linha com a literatura de feição mais teológica e moral,

reatualizava-se a imagem episcopal no século XVIII, oferecendo uma ocasião para defender os ministros da Igreja perante a ofensiva secularizadora iluminista (Paiva 2006a: 139-170). Tendências diferentes coexistiam nas páginas paratextuais deste opúsculo destinado a uma ampla circulação que, possivelmente, ultrapassava a efêmera celebração da solene entrada, reforçando o espírito exemplar do religioso desenvolvido ao longo do seu *cursus honorum* (Paiva 2004: 187, 191).

Não podemos demorar-nos mais sobre este documento, exemplificativo de um modelo de prelado conforme a um padrão edificante de bispo dos territórios do ultramar e dentro de um particular grupo de prelados jacobinos, respeitador da residência e de outras tarefas que punham em perigo a sua vida. Contudo, queremos insistir no facto que este relato pode ser considerado juntamente com os editados no Rio de Janeiro em 1747, ou aquele de 1749 sobre a viagem e a entrada do bispo do Grão-Pará, assim como de outro relato de 1741, sobre a travessia do bispo D. Fr. João de Faro, para a Sé de Ribeira Grande, na ilha de Santiago de Cabo Verde (*Relação da viagem*, 1741).

Esta memória foi editada também com o título de *Relação da infeliz e deplorável viagem*, atributos que permitem confirmar a peculiaridade dessa literatura trágico-marítima, evidenciando logo através dos adjetivos usados o infausto fim que teve o prelado. Foi um itinerário marítimo e terrestre fatal o percorrido pelo bispo franciscano D. Fr. João de Faro, iniciado no dia de 14 de janeiro de 1741 e acabado a 21 de junho. Contudo, o redator da obra tentou acalmar os receios que podiam acompanhar os leitores e os potenciais novos prelados indigitados para aquela diocese ultramarina (*Relação da viagem* 1741:15).

Além do valor histórico-literário, os relatos mostram motivos de interesse mais focados sobre a praxe cerimonial. De facto, situam-se na época que se seguiu à edição do *Cae-remoniales Episcoporum*, o tratado em latim editado em 1600 e destinado a uniformizar universalmente o rito de entrada da principal autoridade

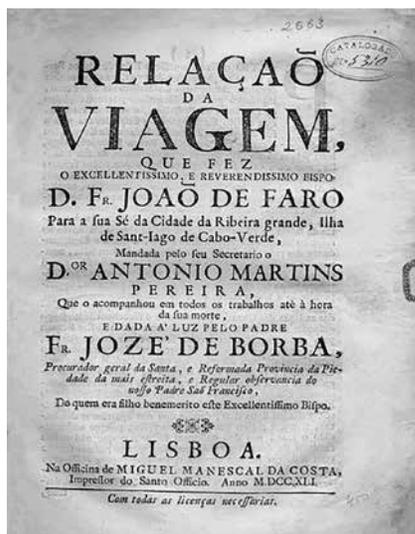


Fig. 1. Jozé de Borba, *Relação da Viagem...* (Lisboa, 1741).

religiosa diocesana, colocando-se em particular na senda das suas reedições. O volume foi impresso com alguns acrescentos em 1650, durante o governo do papa Inocêncio X (1644-1665), e em 1742, durante o pontificado de Bento XIV (1676-1758). Nos territórios italiânos mais próximos da cúria papal foi mesmo durante o período que medeia entre esses dois pontificados que o papel e a consequente imagem dos bispos adquiriram uma proeminência até então desconhecida, conforme mostram as comparações entre esses bispados e aqueles de outras partes da Europa, como a França, Espanha, os domínios católicos de Alemanha ou do Império centro-oriental (Donati 1992: 324). Para essa cronologia a imagem episcopal foi fortalecida também através de expressões de um gosto tipicamente barroco pelo decoro, elegância, luminosidade, dando visibilidade ao poder diocesano local perante Roma, as ordens religiosas e os poderes civis (Rosa 2006: 22). Essa proeminência é confirmada pela análise das entradas coetâneas da província napolitana de Terra de Otranto (Nestola 2009, 2013b).

Por outro lado, os relatos das cerimónias luso-brasileiras seguem-se à edição de 1671 do tratado de Lucas de Andrade, *Açções episcopales tiradas do Pontifical Romano e ceremonial dos bispos*, que conferia um novo rumo à afirmação do poder episcopal (Paiva 2006a, 153-154). Sobretudo na primeira parte deste erudito “livrinho”, o seu autor fazia referência ao texto universal em latim, reeditado “pello Papa Innocencio X” (Andrade, 1671). Um olhar projetado a quanto acontecia no centro do catolicismo, mas que também partia de outras motivações mais próximas para redigir esse douto *vademecum* em português. O texto de Andrade, de facto, tornava mais acessível a língua oficial das hierarquias eclesiásticas, como também tratados em latim dos padres da Igreja, dos *decreta* tridentinos, dos eruditos canonistas italianos e espanhóis, e até dos volumosos tomos do português Agostinho Barbosa, eleito em 1648 bispo para uma diocese periférica de padroado régio do reino napolitano (Nestola 2012a, 2012b).

Motivos jurídico-institucionais estavam na base desse projeto editorial, analogamente ao que teria acontecido de forma dispersa no século XVIII, com o incremento da produção sobre as cerimónias de entradas. Depois da união dinástica com Espanha, Andrade tentava restaurar um conjunto de regras no âmbito jurídico, litúrgico ou social, favorecendo a recuperação da dignidade e do prestígio perdido quer pelos prelados portugueses, quer pelas suas igrejas, consideradas como “viúvas sem seus esposos” (Andrade, 1671: *A quem ler este livro*). Tudo isso significava uma ação governativa que implicava uma profunda transformação no território lusitano, assim como nos distintos corpos sociais, para chegar até as “Cathedraes [mais] remotas” (*ibid.*).

De facto, uma geografia reduzida mas articulada organizava o espaço diocesano de Portugal. Deslocando-nos para os territórios ultramarinos orientais, a cidade de Goa representava o centro de um sistema diocesano também ele articulado, embora disperso, tendo tal proeminência sido alcançada após a sua elevação a metrópole em 1558 (Bethencourt 1998; 1998a, Xavier 2014). Os prelados eleitos para aquela circunscrição navegavam quase 5 meses antes de chegar ao destino, de maneira que também para os metrópolitas das Índias orientais a travessia pelo oceano constituía um aspeto importante na sua representação. Contudo, distâncias e cronologias fundacionais diferentes caracterizavam o sistema diocesano brasileiro (Boschi 1998; Paiva 2000a; Feitler 2014; Souza 2014), e a nomeação como bispo não seduzia de imediato os escolhidos. A falta de entusiasmo pela longínqua indigitação manifestava-se na lentidão com que os prelados se deslocavam até aos seus bispados. Estando em Lisboa, nunca demoravam menos de seis meses até darem início à viagem (Boschi 1998; Paiva 2006: 25-26). Esses atrasos indiciam a percepção da excecionalidade de ir cumprir logo a residência; um zelo que se refletia em documentos públicos como a memória relativa à autoridade de Pernambuco, ou nos relatos sobre o bispo de Grão-Pará, do Rio de Janeiro, e de outros centros de ultramar.

Às vezes redigidos pelos colaboradores do eleito, os relatos podiam ser incluídos também em biografias episcopais muito posteriores à cerimónia, como mostram alguns casos referidos na *História eclesiástica dos arcebispos de Braga* de autoria de D. Rodrigo da Cunha, publicada em 1634-1635 (Paiva 2006a: 151). Nessa obra de erudição histórica com propostas exemplares de modelos episcopais, é relatado o itinerário até a cidade do Minho do metropolitano de Braga D. Agostinho de Castro (1588), antecessor do autor (Cunha 1635: 405-406).

O movimento nas palavras e nas imagens

Além dessa entrada, D. Rodrigo da Cunha relata também a travessia marítima do correligionário D. Fr. Aleixo de Meneses, eleito em 1595 para Goa e promovido para Braga em 1612 (Paiva 2006a: 380-381). O exemplo deste metropolitano das Índias orientais é interessante, pois dispomos de fontes iconográficas além de escritas acerca do seu itinerário oceânico (Azevedo 1963; Nestola 2014). Trata-se de um documento visual realizado provavelmente em 1725, ou seja, mais de um século depois da celebração do rito de posse, mas que permite corroborar algumas linhas interpretativas focalizadas sobre

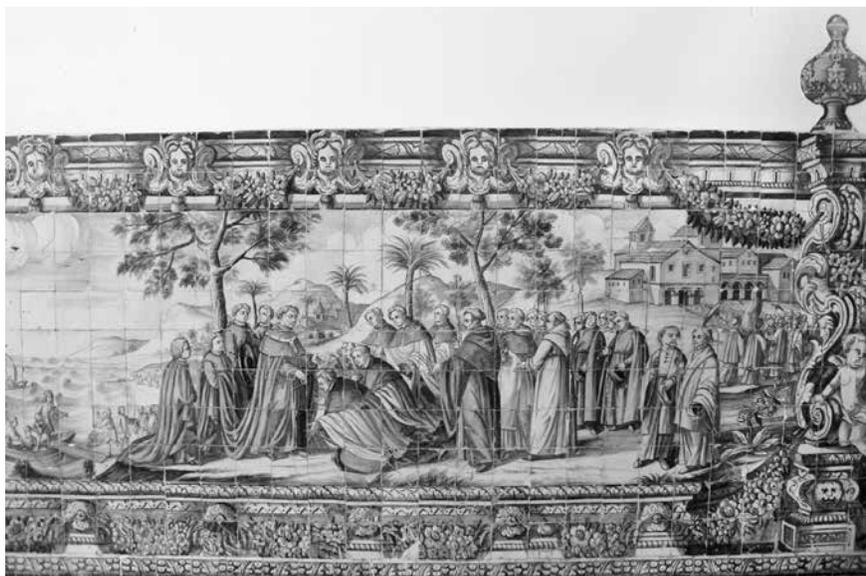


Fig. 2. Chegada a Goa do arcebispo D. Aleixo de Meneses. Claustro do Convento da Graça, Torres Vedras, 1ª metade do séc. XVIII.

a mensagem que a cerimónia pública queria comunicar. A representação da fase que precedeu a entrada solene de D. Aleixo, desenvolve-se nos painéis de azulejos que decoram o claustro do convento da Graça de Torres Vedras, onde o religioso desempenhou prestigiados cargos, antes de prosseguir o seu *cursus honorum*. No que toca à cerimónia de entrada, é representada a chegada à Índia e os preparativos do ato (Fig. 2). Essa é a ideia que transmitem os painéis ornamentais, nos quais se destaca a presença dos galeões, assim como dos representantes dos poderes locais civis ou eclesiásticos.

Esse exemplo centrado sobre os primeiros contactos do arcebispo com os homens e o território diocesano permite-nos medir, para além das distâncias físicas – metaforicamente evidenciadas pelo mar e os navios –, os confins jurisdicionais que a travessia delimitava de forma muito mais que simbólica. Em particular, na imagem proposta, a cena alusiva à chegada do antístite parece evocar o Salmo 72, 7-8: “Nos seus dias florescerá o justo, e a abundância de paz haverá enquanto durará a lua. Dominará de mar a mar, e desde o rio até as extremidades da terra”. O trecho bíblico é dos mais densos focados sobre o simbólico espaço marinho. Entre 1561-1562, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, antecessor de Fr. Aleixo na cátedra arquiépiscopal bracarense, durante a sua estadia em Trento, glosava em latim essa passagem bíblica nas *Annotationes in Davidicos Psalmos*, com as seguintes palavras que referimos em tradução:

Nos seus dias aparecerá [a justiça e a abundância da paz]. Fala-se da verdadeira paz na terra, que é tranquilidade do coração e da justiça da fé, de que disfrutam todos os verdadeiros cristãos. E nunca faltará esta paz e justiça na Igreja de Deus até ao fim do mundo, até que desapareça a lua, que é a mortalidade da carne ou a Igreja militante, conforme refere Agostinho. *E (Cristo) dominará de mar a mar*, isto é, do oceano oriental até ao oceano ocidental, como vemos agora. E desde o rio Jordão, onde começou a Igreja e o baptismo foi consagrado, até os confins da Terra (Mártires 1991: 183-187).

Nessa glosa do prelado dominicano, expoente de uma ordem que contava com prestigiados elementos sobretudo nos territórios orientais (Xavier 2014: 136; Nestola 2016: 10), assim como entre os teólogos mais atentos aos temas relativos ao Império português e ao expansionismo ultramarino (Marocci 2012: 308-310), são evidentes as referências à atualidade das viagens marítimas, aos novos territórios de evangelização, mas também a princípios fundamentais da autoridade suprema como paz, justiça, força militar, numa dialética entre centro e periferias da orbe cristã, além do império português. Os dois volumes manuscritos das *Annotationes* foram editados em Roma em 1735 com o título de *Opera Omnia* (Mártires 1991: VIII), e não sabemos se tiveram circulação também nesse convento dos Agostinhos. Contudo, podemos avançar a hipótese de que o painel azulejar reforçasse o valor simbólico-memorial do referido trecho bíblico, mostrando os limites entre a margem marítima e a terrestre, assim como as manifestações de boas-vindas à nova autoridade. Aliás, nesse testemunho iconográfico os gestos de alguns dos atores representados parecem aludir à continuação do texto do salmo de entronização (72, 10-11): “Os reis de Társis e das ilhas virão com presentes, os reis da Arábia e de Sabá oferecerão dons. E todos os reis se prostrarão perante ele; todas as nações o servirão”. Também comentando essas palavras, o humilde e erudito teólogo apoiava-se na autoridade do patriarca dos Agostinhos do bispo de Hipona. Aliás, focando a dimensão social e os novos povos, os representantes de poderes concorrentes em ato de prostração ou vassalagem, acrescentava:

Diante dele se prostrarão [os Etíopes]. Conforme refere Agostinho, a conservação destes povos não precisa de explicação, mas de contemplação da realidade cumprida. *Os seus inimigos beijarão a terra: prostrados beijarão a terra* em sinal de suma adoração, porque converter-se-ão a ele do fundo do coração (Mártires 1991: 185).

Apesar de não poder comprovar se as glosas do arcebispo circulavam no convento da Graça, a representação era destinada a envolver emotivamente os confrades, além de suscitar a devoção/emulação pelo antístite que teve importantes cargos naquele claustro, distinguindo-se também pela sua ação na metrópole oriental (Subrahmanyam 1998).

Por outra parte, esses painéis poderiam ter uma função didática análoga àqueles de outros importantes ciclos realizados em centros regulares da capital. Também neles eram representadas galerias figurativas dos seus membros, entre os quais bispos considerados como modelos edificantes, cujo papel constituía um motivo de orgulho na ordem pelo cargo sócio-político-cultural desempenhado na península atlântica e nos espaços do Império. Finalmente, tratava-se de um conjunto figurativo emocionante, que precisava de ser visto com os olhos do coração além daqueles da razão (Niccoli 2011), estimulando reações como admiração, emulação, até veneração e identificação pelos confrades ou pelos noviços, assim como por outros habitantes daqueles espaços dedicados à meditação (Nestola 2016).

Fortalecendo entre os religiosos a consciência de um Império e da missão a desenvolver, o conjunto azulejar apresenta outros elementos apologéticos de interesse, ilustrando aspetos hagiográficos do prelado agostinho segundo o modelo de bom pastor, respeitador da residência na diocese, mas também emblema da justiça, garante da harmonia social e digno de ser homenageado. Dessa maneira, reflete traços dos documentos episcopais coevos, como os relativos às viagens marítimas até Pernambuco de 1742, ou o de 1749 sobre o prelado dominicano destinado a outra sé do Brasil. Conforme acima dito, também nesses casos as etapas da viagem e da entrada foram associadas, com o fim de exaltar a figura do eleito que ia cumprir o seu dever de residência, apesar das adversidades enfrentadas.

A fase itinerante era de facto um aspeto importante, referido no *Caeremoniale Episcoporum*. Quando, em 1713, este texto foi enriquecido com um aparato iconográfico, o capítulo intitulado *De primo accessu episcopi vel archiepiscopi ad suam diocesim vel archidiocesim* era dedicado a essa etapa, mostrando a mudança das vestes do bispo que, de viajante se transformava na autoridade suprema da cerimónia pública. Assim o assinalavam a mitra, o pluvial, o baldaquim e outros atributos jurisdicionais que devia ostentar nas proximidades da porta da cidade.

Também iconograficamente, portanto, as hierarquias romanas queriam corroborar a ideia de que a entrada não era uma cerimónia única, mas sim constituída por momentos variados. Contudo, no texto que fixava uma praxe universal nenhuma referência ao trajeto via mar que podia seguir o prelado.



Fig. 3. Ceremoniale Episcoporum... (Roma, 1713, p. 4).

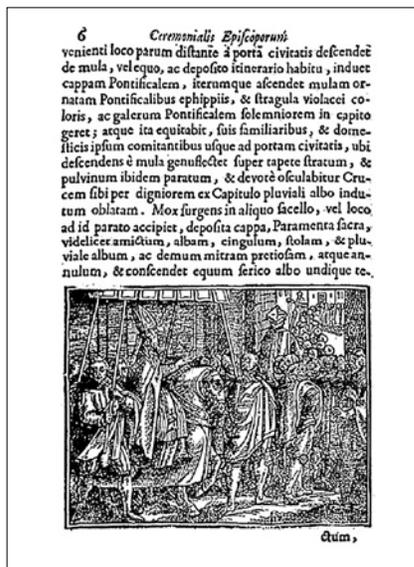


Fig. 4. Ceremoniale Episcoporum... (Roma, 1713, p. 6).

Nem sequer Andrade considerava as dioceses de ultramar no seu *vademecum*, e a referência a «*Cathedraes remotas*» nas advertências ao leitor, ou a indicação do itinerário terrestre no capítulo XIV não constituem alusões explícitas aos domínios portugueses (Andrade 1671: *A quem ler este livro*).

Para além dessas especificidades topológicas que os textos cerimoniais nos permitem aferir, e a colação entre testemunhos escritos e figurativos indicia, é possível considerar outra dimensão analisando a vertente temporal desses impressos. De facto, também a cronologia tinha um papel fulcral na encenação do rito. O dia do ingresso era geralmente o domingo (Paiva 2006: 141), como confirma a entrada de D. Diogo Marques Mourado, no dia 21 de outubro de 1742, pela tarde, em Miranda (*Relação da solemne entrada, 1742*). Contudo, além dessa fase solene com uma forte dimensão sagrada, também o início do percurso em direção à cidade episcopal refletia uma escolha meticulosa, ditada pelo calendário de um santoral específico. Para tomar posse da diocese do Porto em 1743, D. Fr. José Maria da Fonseca e Évora partiu da cidade do Tejo em abril, numa segunda-feira, dia da festa «dos prazeres de Nossa Senhora». A viagem pelo mar para a sé do Grão-Pará, depois de uma paragem forçada pelos ventos contrários, recomeçou no dia consagrado ao evangelista S. Mateus (21 de setembro de 1748). Estas e outras coincidências cronológicas possivelmente são uma forma de recomendação intercessora,

privada/individual além de coletiva, pela saúde dos bispos, dos seus familiares e de todos os que o acompanhavam.

Já Lucas de Andrade frisava essa forma de recomendação celeste:

Antes de sair de caça, ou em a Igreja antes de se pôr a cavalo, com seus Capellaens, rezará o Itinerario que aponta o Pontifical no título de *Itineratione Prae-lator*, o que fará depois da Missa (ou antes de montar a cavalo, ou se meter na sua liteira) todos os dias em quanto caminhar (Andrade 1671: 76).

Os relatos das viagens episcopais pelo oceano confirmam essa atenta escolha cronológica, carregada de valores comemorativos e religiosos, destinada a propiciar o bom sucesso. Por exemplo, a travessia até Pernambuco começou no dia de S. Marcos (27 de abril), seguindo a festividade consagrada ao santo do onomástico do colaborador episcopal referenciado no frontispício do relato. O documento refere também outras celebrações durante o périplo marítimo, como a novena começada a 1 de junho em honra de S. António (*Relaçam da viagem*: 7), padroeiro dos navegantes e cujo nome era atribuído também às embarcações (Araújo 1965: 48-49). O taumaturgo lusitano foi invocado juntamente com santos da tradição e venerados popularmente como S. João Baptista. Conforme o relato, esse panteão celeste foi invocado para “dispensar as melhoras aos doentes e frescos ventos que suavizassem os grandes calores”, na proximidade da costa da Guiné (*Relaçam da viagem*, 1742: 7).

Tudo isso confirma a ideia de que, apesar dos ventos de forte racionalismo da época das Luzes, os prelados requeriam uma proteção sobrenatural aos santos e outros poderosos medianeiros para começar e prosseguir a sua fase. Através destes exemplos podemos perceber as múltiplas formas de os bispos se conformarem à doutrina cristã do poder, permitindo reformular com outras categorias o que sublinhava Marcello Fantoni, referindo-se à sacralidade dos comportamentos políticos do Antigo Regime, e à cisão entre cultura douta e popular, nomeadamente dos soberanos europeus que parecem partilhar com os seus próprios súbditos as mesmas crenças e as formas da sua religiosidade. Eles não só compartilham da mesma cultura do seu próprio “povo”, mas propõem-se como figuras heroicas dentro dos seus mesmos esquemas (Fantoni 2012: 39).

São muitos os aspetos da viagem episcopal que evidenciam as práticas religiosas cumpridas ao longo da viagem marítima, revelando a consoladora presença dos neo-consagrados. Na economia deste estudo não podemos aprofundá-los, mas queremos reforçar a ideia da importância dos gestos

episcopais efetuados nessa fase *extra muros* da entrada, momento máximo de adoração da suma autoridade aceite pelo público (Bertelli 1990: 59; Paiva 2006: 154-156).

Nesse sentido, o acolhimento episcopal à porta da cidade tinha um denso valor simbólico: ratificava o indigitado por parte da comunidade e fisicamente integrava o bispo na Igreja para a qual fora escolhido. Num sentido mais teológico, e que o respeito da residência episcopal tridentina corroborava, o ingresso pela porta reportava-se ao trecho evangélico de João (10, 7-9), associado ao múnus do bom pastor. Entrar pela porta conferia, portanto, plena legitimidade à nova autoridade religiosa nos planos político, teológico e jurídico. Também nos espaços de ultramar esse diafragma da cidade era um tópico da liturgia como confirma a entronização do bispo de Olinda, celebrada no dia 13 de agosto, segundo o cerimonial romano (*Relaçam da viagem*: 19).

Conotando o limite entre território antrópico e selvagem, o baluarte de articulação *intra et extra moenia* guardava um significado simbólico análogo ao espaço liminar entre o oceano e a terra. Uma etapa sintomática conforme ao evidenciado no referido ciclo azulejar com a chegada do metropolitano de Goa. Lamentavelmente, até hoje, devido também ao terramoto de Lisboa de 1755, não se conhecem testemunhos visuais da época moderna que permitam considerar a importância dessa fase da cerimónia. Contudo, um exemplo iconográfico da metade de Seiscentos centrado numa proeminente diocese do reino de Nápoles, permite complementar alguns aspetos dessa fase cerimonial com um amplo projeto político de afirmação jurídica.

Em particular foi durante o episcopado de D. Luigi Pappacoda (1639-1670), que o prelado de Lecce propôs visualmente em 1656 este ato de instituição do seu poder (Nestola 2009, 2014). A sua estratégia inseria-se numa conjuntura específica de reforço da autoridade episcopal, realizando-se num programa imagético de elevada qualidade artística.



Fig. 5. G.A. Coppola, *S. Oronzo bispo*, catedral de Lecce, 1656.

Como se pode ver (Fig. 5), a pintura representa o santo antecessor da cátedra episcopal chegando a pé à urbe, acompanhado por dois anjos fazendo convidativos gestos para avançar até um liminar acesso. As ações das mãos angélicas parecem aludir às metáforas usadas na linguagem erudita do tempo, retomando disposições tridentinas específicas sobre o cargo episcopal, enfraquecendo, porém, a força negativa das palavras “Onus quippe angelicis humeris formidandum” referidas na sessão IV (Reycend 1781: vol. I, 157). Eram estas, de facto, as palavras às quais aludia também o arcebispo de Braga D. João de Sousa (1696-1703), dirigindo-se com uma carta ao cabido, e frisando o peso da dignidade alcançada, quase insustentável até para os ombros angélicos².

Esse documento visual mostra outras referências simbólicas ao poder episcopal, como o báculo segurado na mão e o feixe lictório aos seus pés. Este, em particular, era o emblema imperial da tradição clássica usado pelos altos magistrados romanos, e este sincretismo entre doutrina cristã e simbolismo clássico contribui para corroborar a ideia da justiça exercida pelo bispo-mecenas (Prosperi 2009; Nestola 2012b; Nestola 2014). Aliás, como já dissemos no caso dos azulejos relativos ao arcebispo D. Fr. Aleixo de Meneses, a nova autoridade encarnava uma ideia de justiça e de paz que se inseria no sistema socio-espacial representado e evocado no salmo 72 de entronização. No caso relativo à autoridade da cidade principal da península entre os mares Jónio e Adriático, mais que uma dimensão topográfica – como no caso da metrópole de Goa –, a representação retoma uma simbologia temporal do salmo alusiva aos elementos cósmicos. O olhar do bispo é dirigido para uma lua cheia, referindo possivelmente os versículos 5 e 7 do salmo 72: “Temer-te-ão enquanto durarem o sol e a lua, de geração em geração. Nos seus dias florescerá o justo, e haverá abundância de paz enquanto durar a lua”. Conforme o já referido acima, também o teólogo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires comentava esses trechos encomiásticos, reparando na forte simbologia cósmica que exaltava o tempo e o espaço no exercício da justiça.

Apesar de serem exemplos distintos quanto ao suporte decorativo, à cronologia e aos territórios de referência, nessas representações fases importantes da cerimónia episcopal sintetizavam espaço e tempo, natureza e sociedade, cosmos e história, categorias dicotómicas, mas reconduzíveis à autoridade religiosa neo-consagrada, dispensadora de uma renovada harmonia social.

Concluindo este percurso analítico, podemos salientar como os relatos impressos e os exemplos figurativos considerados constituem testemunhos

² Carta escrita pelo Arcebispo ao cabido bracarense, referenciada por Paiva 2006a: 82.

formidáveis para detetar os tópicos do poder religioso. O ideário de justiça e de caridade celebrado nas cerimónias de manifestação episcopal pública desenvolvia-se além do circuito das muralhas da cidade, incluindo espaços bíblicos como os mares. Sobretudo na memória sobre a viagem até Pernambuco, é evidente a alusão à *potestas iudicandi* exercida na confissão e no controlo moral e espiritual do rebanho itinerante. Uma narrativa jurisdiscional que também os testemunhos visuais refletem, como exemplifica o conjunto azulejar coevo relativo à entrada em Goa.

Nesse documento, assim como nos outros centrados nas dioceses do Mediterrâneo, a cena sintética da cerimónia de entrada pretendia reproduzir visualmente o poder fundado no exercício da paz, da justiça e da graça. Essa linguagem, constituída por elementos simbólicos alusivos à suprema autoridade, articulava uma metáfora teológica com finalidade sociopolítica que reutilizava elementos da tradição bíblica e da época clássica imperial. Os versículos do salmo de entronização aos quais aludem os testemunhos propostos tornavam visíveis categorias cósmicas e de justiça, sinais mais elevados da sacralidade do novo eleito, garante de uma harmonia social universal fundada nos ensinamentos cristãos.

Bibliografia

Fontes impressas

- ANDRADE, Lucas de (1671). *Acções episcopaes tiradas do Pontifical Romano e Ceremonial dos Bispos com hum breve compendio dos poderes e privilegios...* Lisboa: Joao da Costa.
- ARMORIAL LUSITANO. *Genealogia e Heráldica* (1961). Dir. e coord. A. E. Martins Zuquete. Lisboa: Enciclopédia.
- Ceremoniale Episcoporum Clementis Papae VIII et Innocentii X jussu recognitum* (1713). Roma: Michelangelo e Pietro Vincenti.
- CUNHA, D. Rodrigo da (1635). *História ecclesiastica dos Arcebispos de Braga e dos Santos e Varoens illustres...* Vol. 2. Braga: Manoel Cardozo.
- MÁRTIRES, D. Frei Bartolomeu dos (1991). *Obras Completas, Comentário aos Salmos*, introd., trad. e anotações de Manuel Isidro Alves. Fátima: Movimento Bartolomeano.
- Relaçam da magnificencia, pompa e aplauso com que foi recebido pelos seus diocesanos o Exc.mo e R.mo Sr. D. Lourenço de Santa Maria e Melo, (1753)*, Lisboa: Pedro Ferreira.
- Relaçam da solenne entrada publica que nesta corte e citade do Porto fez [...] o Exc.mo e R.mo Sr. D. Fr. Joseph Maria da Fonseca e Evora (1743)*. Porto, Officina Prototypa episcopal.

- Relação da viagem e entrada que fez o Exc.mo e R.mo Sr. D. Fr. Miguel de Bulhoens e Sousa, sagrado bispo de Malaca e terceiro bispo do Grao Pará (1749). Lisboa: Manoel Soares.
- Relação da entrada que fez o Ex.mo e R.mo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheiro Bispo do Rio de Janeiro... (1747). Rio de Janeiro: Antonio Isidoro da Fonseca.
- Relaçã da solene entrada que na Cidade de Miranda fez o Exc.mo e R.mo Sr. D. Diogo Marques Mourato (1742). Porto: Prototypa Episcopal.
- Relaçã da viagem que fez o M.R.P. Provisor Fr. Francisco de S. Joam Marcos da Cidade de Lisboa para Pernambuco em Companhia do Exc.mo D. Fr. Luis de S. Teresa bispo de Pernambuco (1742). Lisboa: Miguel Rodrigues.
- Relação da entrada que o Sr. D. Joseph de Bragança Arcebispo Primaz fez na cidade de Braga ... (1741). [s.l]: [s.n.].
- Relação da Solennissima e muyto plauzivel entrada que fez o Exc.mo Sr. Bispo Conde para o seu palácio especial desta Cidade de Coimbra... (1741). Coimbra: Luis Seco Ferreira.
- Relação da Infeliz e deploravel Viagem que fez o Ex.mo e R.mo bispo D. Fr. João de Faro para a sua Sé da Cidade da Ribeira grande... (1741). Lisboa: Miguel Manescal da Costa.
- Relação do recebimento e festas que se fizerão na Augusta Cidade de Braga, à entrada do Ilustrissimo e R.mo Sr. Dom Rodrigo da Cunha ... (1627). Braga: Fructuoso Lourenço de Basto.
- REYCEND, João Baptista (1781). *O Sacrosanto e Ecuménico Concilio de Trento em Latim e Portuguez*. Vol. 1. Lisboa: Francisco Luiz Ameno.

Estudos

- ARAÚJO, Maria Benedita Aires de (1965). A expansão portuguesa e o sentimento religioso. Contribuição para o seu estudo. Lisboa: ISCSPU.
- AZEVEDO, Carlos (1963). Monumentos e edificios notáveis do distrito de Lisboa. Vol. 4. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa.
- BERTELLI, Sergio (1990). Il corpo del re. Sacralità del potere nell'Europa medievale e moderna. Firenze: Ponte alle Grazie.
- BETHENCOURT, Francisco (1998a). "A Igreja", in F. Bethencourt, K. Chaudhuri (eds.), *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 369-381.
- BETHENCOURT, Francisco (1998b). "O Estado da Índia", in F. Bethencourt, K. Chaudhuri (eds.), *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 284-314.
- BOSCHI, Caio (1998), "Episcopado e Inquisição", in F. Bethencourt, K. Chaudhuri (eds.), *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 372-396.
- BOXER, Charles R. (1957), "An introduction to the História Trágico-Marítima", *Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*. Lisboa: Faculdade de Letras, p. 48-99.
- BURKE, Peter (2001). *Eyewitnessing. The use of images as historical evidence*. Ithaca: Cornell University Press.

- CABANTOUS, Alain (1990). *Le ciel dans la mer. Christianisme et civilisation maritime (XVI^e-XIX^e siècle)*. Paris: Fayard.
- CARDIM, Pedro (2001). “Entradas solenes, rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII”, in I. Jancsó, I. Kantor (eds.), *Festa, Cultura & Sociabilidade na América portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Hucitec, p. 97-124.
- CARVALHO, Alfredo de (1946). “A assistência moral a bordo das naus da Carreira da Índia no século XVI”, in Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné. Vol. 1. Lisboa: Sociedade de Geografia, p. 339-348.
- CARVALHO Ramos, Joaquim (2011), “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época moderna”, in N. G. Monteiro (coord.), *História da vida privada em Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 32-57.
- DOMINGUES, Francisco Contente; GUERREIRO, Inácio (1988). “A vida a bordo na carreira da Índia (séc. XVI)”, *Revista da Universidade de Coimbra*, 34, 185-225.
- DONATI, Claudio (1992). “Vescovi e diocesi d’Italia dall’età post-tridentina alla caduta dell’Antico Regime”, in M. Rosa (ed.), *Clero e società nell’Italia moderna*. Roma-Bari: Laterza, p. 321-389.
- FANTONI, Marcello (2012). “«Non est enim potestas, nisi a Deo»». Grazia divina e governo dello Stato”, in J. Martínez Millán, M. Rivero Rodríguez, G. Versteegen (eds.), *La corte en Europa: política y religión (siglos XVI-XVIII)*. Vol. 1. Madrid: Polifemo, p. 35-62.
- FANTONI, Marcello (2010). “*La distribución de los espacios. La ciudad*”, *Revista Libros de la corte.es*, 2, 77-79 (<https://revistas.uam.es/librosdelacorte> (consultado em 2015.03.10)).
- FEITLER, Bruno (2014). “Quando chegou Trento ao Brasil?”, in A. C. Gouveia, D. S. Barbosa, J. P. Paiva (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos*. Lisboa: CEHR-UCP, p. 157-173.
- FEITLER, Bruno (2007). *Nas malhas da consciência. Igreja e Inquisição no Brasil. Nordeste 1640-1750*, São Paulo: Alameda/Phoebus, 2007.
- FOSI, Irene (1997). “«Parcere subiectis, debellare superbos»». L’immagine della giustizia nelle cerimonie di possesso a Roma e nelle legazioni dello stato pontificio nel Cinquecento”, in M. A. Visceglia, C. Brice, *Cérémonial et rituel à Rome (XVI^e-XIX^e siècle)*. Roma: ÉFR, p. 89-115.
- GOUVEIA, Jaime (2015). *A quarta porta do Inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Lisboa: Chiado Editora.
- HESPANHA, António Manuel (1994), *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político em Portugal. Séc XVII*, Coimbra: Almedina.
- KANTOR, Iris (2001). “Entradas episcopais na Capitania de Minas Gerais (1743 e 1748): a transgressão formalizada”, in I. Jancsó, I. Kantor (eds.), *Festa, cultura & sociabilidade na América portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Hucitec, p. 169-180.
- KOISO, Kioko K. (2004). *Mar, medo e morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História trágico Marítima nos testemunhos inéditos e noutras fontes*. Vols. 1-2. Cascais: Patrimonia.

- MAURO, Frédéric (1989). Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670. Vol. 1. Lisboa: Estampa.
- MARCOCCI, Giuseppe (2012). A consciência de um Império. Portugal e o seu mundo (séc. XV-XVII). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MENNITI, Antonio Ippolito (2011). 1664. Un anno della Chiesa Universale. Saggio sull'italianità del papato in età moderna. Roma: Viella.
- NESTOLA, Paola (2016). “Taxonomias dominicanas ítalo-ibéricas: entre exaltação de dignidade(s) e proposta de um arquétipo (séc. XVII-XVIII)”, in III Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais. 10-12 de Junho de 2015, Alcalá de Henares (<http://www3.ufrb.edu.br/simpósioinquisicao/wp-content/uploads/2016/04/Paola-Nestola.pdf>, consultado em 2016.03).
- NESTOLA, Paola (2014). “«Ecce Sacerdos Magnus»: as entradas dos bispos nas dioceses de *regio patronato*. Uma comparação entre o vice-reino de Nápoles e os espaços portugueses”, *História. Revista da FLUP*. 4ª série, 4, 167-185.
- NESTOLA, Paola (2012a). “Incorporati tra i confini della monarchia cattolica: vescovi portoghesi, spagnoli e italiani nel viceregno di Napoli durante l'unione dinastica”, *Revista de História das Ideias*, 33, 101-164.
- NESTOLA, Paola (2012b). “Poder episcopal e saques rituais na periferia do Império: as solenes entradas dos bispos em Terra de Otranto (s. XVI-XVIII)”, in Congresso Internacional Pequena nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, Lisboa 18-21 maio de 2011: 1-23 (<http://www.iiict.pt/pequenಾನobreza/tcompletos.htm>, consultado em 2015.03.10).
- NESTOLA, Paola (2011b). “Una provincia del Reino de Nápoles con fuerte concentración regalista: Tierra de Otranto y el entramado de la geografía de *regio patronato* entre los siglos XVI y XVII”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 36, 17-40.
- NESTOLA, Paola, (2009). “Giochi di scala e liturgie di potere nella fedelissima Lecce del ‘secolo di ferro’”, *Mediterranea. Ricerche Storiche*, 17, 517-542.
- NESTOLA, Paola (2008). I grifoni della fede. Vescovi-inquisitori in Terra d’Otranto tra ‘500 e ‘600. Galatina: Congedo.
- NICCOLI, Ottavia (2011). Vedere con gli occhi del cuore. Alle origini del potere delle immagini. Roma-Bari: Laterza.
- PAIVA, José Pedro (2014). “A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas”, in A. C. Gouveia, D. S. Barbosa, J. P. Paiva (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos*. Lisboa: CEHR-UCP, p. 13-58.
- PAIVA, José Pedro (2012). “Um corpo entre outros corpos sociais: o clero”, *Revista de História das Ideias*, 33, 165-182.
- PAIVA, José Pedro (2008). “Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 8, 161-210.

- PAIVA, José Pedro (2006a). *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PAIVA, José Pedro (2006b). "A liturgy of power: solemn episcopal entrances in Early Modern Europe", in H. Schilling, I. G. Tóth (eds.), *Cultural exchange in Early Modern Europe*, vol. 1: Religion and cultural exchange in Europe, 1400-1700, Cambridge: Cambridge University Press, p. 138-161.
- PAIVA, José Pedro (2006c). "Os bispos do Brasil e a formação da sociedade colonial (1551-1706)", *Textos de História. Revista Pós-graduação em História da UnB*, 14, 1/2, 11-34.
- PAIVA, José Pedro (2001). "Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII)" in I. Jancsó, I. Kantor (eds.), *Festa, Cultura & Sociabilidade na América portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Hucitec, p. 74-93.
- PAIVA, José Pedro (2000). "Diocese e organização eclesiástica", in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *História religiosa de Portugal*. Vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 187-199.
- PAIVA, José Pedro (1993). "O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma enação de poder (1741-1757)", *Revista de História das Ideias*, 15, p. 117-146.
- PROSPERI, Adriano (2009). *Giustizia bendata. Percorsi storici di un'immagine*. Torino: Einaudi.
- PROSPERI, Adriano (1996). *Tribunali della coscienza. Inquisitori, confessori, missionari*. Torino: Einaudi.
- QUEIRÓS, Maria Helena (2012). "Jacobeia e redes clientelares. Fr. Luís de Santa Teresa e Fr. João da Cruz (O.C.D): (auto)retrato de dois irmãos em Braga (1730-1735)", *História. Revista da FLUP*, 4ª série, 2, 79-96.
- RANDO, Daniela (2002), "Ceremonial episcopal entrances in fifteenth century North Central Italy: images, symbols, allegories", in J. P. Paiva (ed.), *Religious ceremonies and images: power and social meaning (1400-1750)*. Coimbra: Palimage, p. 27-46.
- ROSA, Mario (2006). *Clero cattolico e società europea nell'età moderna*. Roma-Bari: Laterza.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1998). *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. 1998. Viseu: DIFEL.
- SALES, Evergton Souza (2015). "D. Fr. António de Guadalupe, um bispo jacobeu no Rio de Janeiro (1725-1740)", *Via Spiritus*, 22, 137-166.
- SALES, Evergton Souza (2014). "A construção de uma cristandade tridentina na América portuguesa (séculos XVI e XVII)", in A. Camões Gouveia, D. Sampaio Barbosa, J. P. Paiva (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos*. Lisboa: CEHR-UCP, p. 175-195.
- SANTOS, Domingos Mauricio Gomes dos, (1952). "A missa a bordo das naus da Índia", *Anales de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*, 17: 4, 729-761.
- SPEDICATO, Mario (1996), *Il mercato della mitra. Episcopato regio e privilegio dell'alternativa nel Regno di Napoli in età spagnola (1529-1714)*. Bari: Cacucci.

- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1998). “Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l'échec des tentatives d'indigénisation du christianisme en Inde”, *Archives de Sciences Sociales des Religions*, 103, 21-42.
- TABUCCHI, Antonio (1992). “Interpretazioni della «História Trágico-Marítima» nelle licenze per il suo «imprimatur»”, in Raffaella Intino (ed.), Bernardo Gomes da Brito, *Storia Trágico Marítima*. Torino: Einaudi.
- TAUSIET, María; AMELANG, James (eds.) (2009). *Accidentes del alma. Las emociones en la edad moderna*. Madrid: ABADA Ed.
- XAVIER, Ângela Barreto (2014). “Gaspar de Leão e a recepção do Concílio de Trento no Estado da Índia”, in A. C. Gouveia, D. S. Barbosa, J. P. Paiva (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos*. Lisboa: CEHR-UCP, p. 133-156.

Nascimento, vida e morte admiráveis do grande servo de Deus Gregorio Lopez, português, natural da antiga Villa de Linhares: reler a estória de um homem do século XVI na História Moderna de Portugal¹

Nascimento, vida e morte admiráveis do grande servo de Deus Gregorio Lopez, português, natural da antiga Villa de Linhares: re-reading the story of a 16th century man in Portuguese Modern History

LIA F. A. NUNES
University of Groningen; Universidade Nova de Lisboa – CHAM
l.f.a.nunes@rug.nl

Texto recebido em / Text submitted on: 13.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 30.06.2016

Resumo: Este artigo procura averiguar os meandros da construção da narrativa portuguesa acerca da nacionalidade de Gregorio Lopez [c.1542-1596]. O Venerável da Igreja Católica, primeiro anacoreta das Índias Ocidentais, fascinou diversos grupos por toda a Europa onde a sua *Vida* foi lida, traduzida e publicada. No caso específico de Portugal, é possível identificar dois momentos nessa leitura: a sua primeira edição em Lisboa em 1615 e a tradução para português em 1675. No rescaldo da chamada restauração da independência do Reino, a defesa da identidade portuguesa de ‘Gregório Lopes’ pode ser associada a uma conceção de nacionalidade mítico-religiosa, que se baseou numa memória local. O que faz a estória de Gregorio Lopez na História de Portugal?

Palavras-chave: Gregorio Lopez, naturalidade, Linhares da Beira, redes.

Abstract: This article intends to investigate the meanders of the Portuguese narrative’s construction about Gregorio Lopez [c.1542-1596] nationality. The Catholic’s Church Venerable, first anchorite of the Western Indies, fascinated diverse groups throughout Europe, wherever his *Vida* was read, translated and published. In the specific case of Portugal, it is possible to identify two moments in that reading: the first edition in Lisbon and its translation into Portuguese in 1675. In the aftermath of the so called Kingdom’s

¹ Este artigo realiza-se no âmbito do financiamento concedido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de uma bolsa individual de Doutoramento. Começa a fechar-se um ciclo de investigação iniciado há cerca de 10 anos quando re-conhecemos em Gregorio Lopez uma encruzilhada de histórias onde valia a pena parar antes de seguir caminho (Nunes 2007: 24-29). Agradeço desde já todas as sugestões dos revisores anónimos e dos leitores que queiram contribuir para o esclarecimento das várias questões levantadas.

restoration of independence, the defence of Gregorio Lopez Portuguese identity can be associated to a conception of mythical-religious nationality based on a local memory. What does Gregorio Lopez's story in Portuguese History?

Keywords: Gregorio Lopez, naturality, Linhares da Beira, networks.

A história de um homem cuja pátria era o Céu

Procurarei neste artigo sintetizar o mito da nacionalidade portuguesa de Gregorio Lopez [c.1542-1596], dito primeiro eremita mexicano – como ficou conhecido ao longo e depois do inconclusivo processo de canonização que o aclamou Venerável da Igreja Católica. Jamais professou em qualquer ordem religiosa, embora tenha sido recordado em áreas de atividade tradicional e genericamente atribuídas (além de disputadas) pelos cleros coloniais: alfabetizou, foi intelectual, dava conselhos médicos, esclarecia dúvidas espirituais. Leigo, solitário, sofreu de diversas enfermidades, vagueando pelas regiões dos Chichimecas (convertida em Nueva Galicia com a fundação do Real de Minas de Zacatecas), dos Huastecos (região que se estende pela costa Este ao longo do que foi chamado Nueva España, Nueva Viscaya e Nueva Galicia) e da Tripla-Aliança (nomeadamente em Atlixco, na fronteira da capital do império asteca), sempre em busca de hóspedes e dos tempos adequados às suas curas. Depois de descoberto pelas autoridades episcopais mexicanas a viver na Eremita de Nuestra Señora dos Remedios (um dos mais importantes santuários da capital), viveu mais ou menos sob a sua vigilância, primeiro no Hospital de Oaxtepec (fundado pelos Irmãos de S. Hipólito junto aos jardins botânicos de Monctezuma) e mais tarde, na Ciudad de Mexico, num dos *pueblo-hospital* criados por Vasco de Quiroga. Morreu aí, em Santa Fé, no ano de 1596, envolto em fama de santidade, sem nunca ter revelado as suas origens familiares e geográficas.

Os primeiros vinte anos da vida de Gregorio Lopez ocupam o primeiro capítulo da hagiografia de Francisco Losa [c.1536-1624], seu companheiro e biógrafo: em criança foge para Navarra onde vive com um eremita; é recuperado anos depois pelo pai, que o leva para a Corte como pajem; eventualmente decide deixar a vida cortesã para peregrinar por Toledo e Guadalupe, onde tem a visão que o leva a Sevilha para embarcar para Nueva España. De nenhuma destas etapas sobraram registos escritos, nem sequer da sua passagem para o México – que já na época seriam obrigatórios.

Francisco Losa assinala o nascimento de Gregorio Lopez a 4 de Julho de 1542 na paróquia de San Gil, em Madrid: o local assumido coloca um problema historiográfico que ultrapassa os limites deste artigo²; a data, o biógrafo retira-a do santoral (“dia en que se celebrava por aquellos años la fiesta de san Gregorio Taumaturgo [...] aunque ya esta festividade se transfirió a los diez i siete de Noviembre”); e dos pais, Losa colige que terão sido “antes pobres que ricos, pero de que calidad ayan sido, nunca lo pude saber”, não conhecendo os seus nomes e pondo em causa a autenticidade do apelido usado pelo eremita (“El nombre de Lopez, no le tengo por su alcuña, sino que se le quiso poner para dissimular su linage”) (Losa 1613: fls. 1-2).

A impossibilidade de resolver este mistério abre caminhos de investigação sobre os processos de identificação, identidade ou reconhecimento da época em que Gregorio Lopez viveu – e aos quais nos podemos perguntar como ou porquê escapou. Além da hipótese do biógrafo, outras possibilidades surgem de diversas fontes. No processo inquisitorial de Luis de Carvajal (também ele português) no México, este refere que o seu tio acreditava que Gregorio Lopez era de Toledo, procurando desta forma associar o eremita a uma cidade conhecida por ser “patria de judios” (Toro 1949: 186-187). No processo informativo recolhido no México para a canonização de Gregorio Lopez, o franciscano Francisco Suárez refere um diálogo de Gregorio com Juan de Osorio, no qual aquele afirma ser “da mesma terra” que este – Juan de Osorio era natural de Ocaña (*Recoletos* MS/7819 1622: fls. 266-266v; Mendieta 1980: 707).

Os autores que se debruçaram sobre a singularidade da figura de Gregorio Lopez sempre se debateram com a falta de fontes que poderiam confirmar a naturalidade do anacoreta e foram aceitando a aura de mistério com que este se fez encobrir, ou explorando as diversas leituras que se podiam deduzir da *estória* hagiográfica de Losa. O silêncio das instituições que poderiam clarificar esta circunstância parece esconder mais que consentir: cristão velho ou novo, heterodoxo ou herético, espanhol ou português, as testemunhas

² A paróquia de San Gil estava a ser (re)criada no início da década de quarenta do século XVI, num processo de ‘gentrificação’ urbana; principalmente em torno ao Real Alcázar, que 20 anos mais tarde seria a residência da corte imperial de Felipe II. Naquele momento de intensa revolução arquitectónica e social da cidade madrilena, com movimentos migratórios super-dinâmicos e (in)constantemente, é natural que os registos se perdessem e que os rastros se tenham apagado (a família pode ter-se mudado, desaparecido, esquecido). Numa primeira abordagem aos registos sacramentais da área que corresponderia às três igrejas paroquiais que hoje compõem a Real Parroquia de Santiago y San Juan Bautista de Madrid (Santiago, San Juan e San Gil), apenas encontramos nas listas de confirmações de 1567 um “Grigório”, mas nessa data o “Gregorio” de que tratamos já estaria no outro lado do Atlântico.

e os autores foram-se silenciando sem poder esgrimir qualquer conclusão (Rubial Garcia 1999: cap. 3; Cohen 1967: 270, 280-284; Huerga 1999: 21-36; Milhou 1992: 55-83, Puerto Sarmiento 2006: 21-23; MS/7819: 120v, 266) – parece que Gregorio Lopez foi bem sucedido num dos seus motos: *Secretum meum mihi*.

Se bem que as palavras “nação” e “pátria” fizessem já parte do léxico comum, ou pelo menos do discurso literato e escrito do século XVI – consolidando-se no rescaldo das guerras de Seiscentos, de que faz parte a “reconquista da independência” portuguesa –, é na necessidade dessas palavras e na constância de uma outra que alargamos o nosso horizonte de interpretação. Afinal, *naturalidade* era a “pátria” local de cada indivíduo que este apenas precisava provar caso dela saísse – e, com a reconfiguração da península desde finais do século XV até à estabilização da dinastia dos Habsburgo, muitos tiveram de o fazer. Quer entrando para uma ordem religiosa, quer alistando-se como soldado, quer passando para as Índias, famílias, homens, mulheres tinham de dizer e provar de onde eram naturais: aí, de onde cada um era ‘natural’, essa informação podia ser, ou não, corroborada junto das autoridades eclesiásticas.

Redes em des/re-construção

Nas próximas páginas, procurarei reunir as pontas soltas de uma *estória* (entre tantos outros casos e tantas outras histórias) que de alguma forma passou ao lado da História de Portugal; sem deixar de a tocar num momento de (re)fundação ideológica. Será uma releitura de textos e contextos, em que investigaremos o sentido da reivindicação da origem portuguesa deste Venerável da Igreja Católica – um dos “santos falhados” no processo de evangelização do Novo Mundo (Rubial Garcia 1999). Se, da perspectiva de uma genealogia de leituras e uma história das mentalidades, Gregorio Lopez é mais uma *estória* da mística ou espiritualidade *recogida*, própria do mundo ibérico e estendida de um modo muito particular nas Índias Ocidentais; então a busca das materialidades históricas da vida deste homem do século XVI pode facilmente desvanecer na representação estática de gentes que viveram, mais ou menos intensamente, dinâmicas identitárias difíceis de captar. A abordagem biográfica à História e a perspectiva micro-histórica podem ajudar-nos a aceder às complexas teias humanas em que a memória de um homem como Gregorio Lopez se pode ter perdido (ou conservado).

Metodologicamente, a minha proposta passa por entrecruzar a utilização da análise de discurso (aplicada à circulação do conteúdo literário-hagiográfico da biografia de Losa) e da análise de redes sociais (focada tanto no grupo de portugueses que recuperou o grupo familiar de Gregorio Lopez em Linhares da Beira como na rede de parentesco recuperável nas fontes).

Sendo que a historiografia sobre Gregorio Lopez se vem concentrando no discurso hagiográfico de Losa e na sua receção, apenas recuperaremos aqui o que concerne diretamente ao artigo – as edições e a tradução portuguesas. Num segundo momento, chegaremos aos primeiros resultados da utilização de uma ferramenta digital aplicada a este caso. Neste momento, estamos a proceder à transposição dos dados dos registos paroquiais de Linhares da Beira para a segunda metade do século XVI para a base de dados TimeLink (Carvalho s.d.: 1-16)³. Porém, torna-se claro que o foco espacial e temporal do objetivo inicial de análise pode ser alargado.

Tentar-se-á demonstrar que a partir do objetivo inicial de reconstituir uma das possíveis comunidades históricas de que Gregorio Lopez seria natural, se pode usar um foco micro-histórico para compreender a rede de pessoas que se formou para recuperar a identidade portuguesa do Venerável. Esperamos no final do projeto disponibilizar online estes registos, que nos permitem adentrar na genealogia da suposta família de Gregorio, cruzá-los com outras fontes, e encontrar os restantes familiares e respetivas descendências, mas também as dinâmicas das comunidades históricas de terras beirãs na segunda metade do século XVI, e também no século XVII. Numa época em que *pátria* era um conceito que se confundia com a identidade étnica-religiosa de cada um, em territórios distantes e isolados a identificação geográfica – assim como o estatuto sócio-económico – transformou-se num elemento de aproximação e reconhecimento⁴. Podemos perguntar o que era isso de ser *portuguez*?

Notícias de uma memória perdida

Caso Gregorio Lopez fosse considerado Beato ou Santo, ter no reino a sua terra natal seria obviamente motivo de gozijo e incremento no mer-

³ Informação sobre a base de dados TimeLink pode ser acedida através da página web: <http://time-link.fl.uc.pt/>, consultado a 2016.06.30.

⁴ Novos estudos vão buscando outras perspectivas na abordagem à questão identitária na história moderna da globalização. Estamos expectantes, por exemplo, relativamente ao estudo de Robert Schwaller, *Géneros de gente: defining difference in Early New Spain*.

cado da fé. Madrid, porém, não guardou a memória da família do Venerável (Alvarez y Baena 1790: 368-371) – talvez por esta nem sequer ter existido ou porque a narrativa de Losa estava logicamente direcionada para os feitos de Gregorio Lopez nas Índias Ocidentais. Na verdade, este enigma só em Portugal foi investigado com resultados. Sem mais delongas, apresento-vos este homem do século XVI tal como ele, fora do seu tempo e quiçá – aqui veremos – do seu espaço, me surgiu:

Honrada esta villa com a prerrogativa de ser pátria do Beato Gregório Lopes, varam insigne em santidade, e virtudes, e hum dos maiores contemplativos que perigno della em idade de desasseis annos foi acabar a vida na solidam de Santa Fé duas legoas da Cidade do México no novo mundo em o anno de 1596, e já há muitos que correu comprido hum piqueno livro em que se rescreve a sua vida, e virtudes (*Memórias Paroquiais* 1758: 678-679).

Quem o descreve é Francisco da Silva Oliveira, prior da vila de Linhares da Beira, respondendo ao décimo oitavo item do inquérito elaborado para as paróquias portuguesas, em 1758, por Luís Cardoso: “Se há memoria de que florescessem, ou della sahisem, alguns homens insignes por virtudes, letras, ou armas?” (Mota 1992).

A consulta da *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, em busca de mais informação, é profícua. Nesta obra a entrada de “Gregorio Lopes” concretiza a notícia do pároco de Linhares. Barbosa Machado não só transcreve como também contextualiza a informação que encontraremos na versão portuguesa da biografia na história do livro de Losa:

[...] Foy insigne Astrologo, Cosmografo, e Geografo como mostram hum Mappa e Globo, que fez, e delineou, [...]. Da Anatomia, e Medecina soube tão profundamente as Regras, que dellas escreveo diversos tratados. Conheceo claramente os interiores, discernio sabiamente os espiritos, e dirigio prudentemente as consciencias.[...] Todos os prelados das Dioceses das Indias Occidentaes testemunharaõ com elegantes Elogios as virtudes deste insigne Varaõ, que se podem ler na sua vida escrita pelo Licenciado Francisco Losa Cura da Cathedral de Mexico impressa duas vezes, e na segunda addicionada, a qual traduzio em Francez Monsiur Arnaud D’Andilly, e na lingua Portugueza Pedro Lobo Correa Escrivaõ da Contadoria Geral de Guerra y Reyno onde evidentemente mostra ser nacido Gregorio Lopez em a Villa de Linhares com o nome de Pays, e Irmãos, que teve contra o engano, que padeceo o Padre Losa escrevendo ser natural de Madrid de cujo erro foy sequaz Fr. Affonso [sic: Alonso] Ramon Chronista Geral da Ordem Militar da Merce na vida que escreveo deste servo do Senhor”. (Machado [1747] 1966: T. 2, 413-415).

Além do resumo da sua vida na Península e no México, Barbosa Machado refere as obras que conhece de e sobre Gregorio Lopez, relata a notícia da sua morte e as diligências para proceder à sua canonização. Indica-nos ainda onde recolheu os seus dados, conduzindo-nos ao *Agiológio Lusitano*, de Jorge Cardoso, onde encontramos uma nota sugestiva: Gregorio Lopez seria, portanto, natural de Linhares da Beira, tendo ocultado a sua pátria, como muitos outros “servos de Deus Portugueses”. O que levaria o autor a sugeri-lo? Que informação teria para afirmá-lo? Sobre Jorge Cardoso, sabemos que possuía na sua biblioteca pelo menos três exemplares da *Vida* de Gregorio Lopez: a versão de Luis Muñoz de 1642, e as outras duas que tanto poderiam ser de Lisboa ou Sevilha, seguindo a de Losa, ou até a segunda versão da biografia editada por Alonso Remón, publicada duas vezes em Madrid⁵. Jorge Cardoso possuía também um manuscrito inventariado como “Apocalipse de Gregorio Lopes”, uma cópia do comentário exegético do Venerável. Terá o autor acrescentado estes títulos à sua biblioteca na primavera de 1669, aquando da sua visita a Madrid? Algum destes exemplares seria já do seu conhecimento, provavelmente através de Alonso Rémon (Fernandes 2002: 158), com quem trocou correspondência, ou seria difícil encontrá-lo a escrever o comentário no segundo tomo do *Agiológio* de 1657⁶.

Jorge Cardoso teve tempo apenas de publicar aquela nota, já que não chegou ao tomo em que ‘Gregório Lopes’ figuraria – essa entrada caberia a António Caetano de Sousa, num volume que seria publicado já no século XVIII. Efetivamente, na continuidade do catálogo hagiográfico, no Tomo IV, Gregorio Lopez merecerá um longo texto de sete páginas e ainda uma nota sobre a polémica que Jorge Cardoso instaurara com a sua reivindicação (Sousa 1744: 233-240, 246-248), embora se possa concluir que Caetano de Sousa teve à disposição apenas a tradução portuguesa da biografia de Gregorio Lopez, já que o próprio indica que não teve acesso à documentação reunida por Jorge Cardoso (Fernandes 2000: 10-11).

⁵ Os impressos e manuscrito que referimos correspondem aos itens 341, 342, 343 e 45 da lista apresentada por Fernandes 2002.

⁶ “[...] Exemplos temos semelhantes em muitos servos de Deos Portuguezes, que florecerão em diversas partes do Universo, os quaes ausentes de suas patrias, as encobrirão o mais que puderão; tal foi o S. varão Gregorio Lopez, que sendo natural de Linhares, villa ao pé da Serra da Estrella, florecendo nas Indias de Castella, nunca a quis manifestar. [...]” (Cardoso 1657: T. II, 164).

A “lenda lusa”: Gregorio Lopez e Francisco Losa em Portugal

A reivindicação da origem portuguesa de Gregorio Lopez surge num determinado contexto, e será por isso relativizada pelos académicos que se dedicaram de alguma forma ao estudo deste personagem. A “lenda lusa”, assim nomeada pelo historiador dos ‘alumbrados’ (Huerga 1999: 24-26), e como bem relembra Pedro Vilas Boas Tavares no seu estudo sobre a recepção de Molinos em Portugal (Tavares 2005: 244), não foi alimentada com investigações profundas relativas à nacionalidade do “primi anachoreta in Indiis Occidentalibus”⁷. Talvez bastasse o argumento usado pela Congregação dos Ritos, quando surgiu a questão da falta de provas quanto à origem familiar e comprovativo de sacramento batismal (Sacra Rituum Congregatione 1752: B/15-35): a *naturalidade* do Venerável seria indiferente tendo em conta que foi a sua vida no outro lado do Atlântico que realmente interessou e causou espanto e devoção a quem leu a biografia de Francisco Losa; vida essa que terá certamente sido gerada por bons e virtuosos católicos⁸.

Em Portugal, Mário Martins é um dos poucos historiadores da espiritualidade e religiosidade que dedicam algumas páginas ao Venerável Gregorio, nomeadamente em três artigos publicados pela Revista *Brotéria*, embora não avance mais dados que os conhecidos até então sobre a polémica de que trataremos aqui (Martins 1943, 1949). José Adriano Freitas de Carvalho não deixa de referir, na sua recensão à edição da *Declaração do Apocalipse* preparada por Álvaro Huerga, que, apesar da estranheza que causa, a polémica não deixa de ser um *fait divers* no que concerne o estudo deste homem santo do século XVI (Carvalho 2000: 243). O mesmo autor parece de alguma forma aceitar a hipótese portuguesa, justificando a inclusão de *Gregório Lopes* no seu artigo sobre o “Eremitismo em Portugal na Época Moderna” com a deixa de Jorge Cardoso – aceitando que Gregorio pode ser mais um caso “de algum outro que de Portugal se foi fixar em terras estranhas” (Carvalho 2002: 87). Não obstante, será Pedro Vilas Boas Tavares a adiantar referências a fontes primárias que, em seguida veremos, tornam o argumento mais concreto (Tavares 2005: 213).

⁷ Ao longo do processo de canonização de Gregorio Lopez, a documentação manuscrita e impressa pela Congregação dos Ritos vai sendo anexada sob este título: *Gregorii Lopesi, primi anachoreta in Indiis Occidentalibus* – conservada no Archivio Segreto Vaticano, na Biblioteca do Vaticano, e na Biblioteca Nacional de França.

⁸ Encontramos o argumento relativo à falta de registo batismal de Gregorio Lopez na discussão da causa em 1752: “Qui enim in Catholica regione ex Parentibus Catholicis natus est, baptizatus fuisse praesumitur (...) Quae certe praesumptio Juris, & de Jure in nostra specie absolutissima est, cum Gregorius non solum fideliter, sed etiam heroice triginta sex annorum spatio inter Christianos versatus fuerit.” (Sacra Rituum Congregatione 1752: c. 15, 35).

Relembremos que tratamos aqui não de *Gregorio Lopez* ou *Gregório Lopes*, mas da forma como a sua *estória* chegou a – e talvez partiu de – Portugal. No México, a *Vida que hizo el siervo de Dios Gregorio Lopez en la Nueva España*, escrita por Francisco Losa em 1598, é publicada na Cidade do México em 1613. Saiu da imprensa de Juan Ruiz, um dos mais bem-sucedidos editores independentes na altura, nas Índias Ocidentais (Rivas Mata 2002: 85-89). Francisco Losa dedica a *Vida* de Gregorio Lopez a Luís de Velasco, marquês de Salinas, vice-rei que havia sido na Nova Espanha e também no Perú, membro do Conselho das Índias quando a obra sai do prelo, e que havia privado com o eremita no México. Será coincidência que, dois anos depois, em 1615, a primeira edição ‘europeia’ da hagiografia deste servo de Deus tenha saído em Lisboa, dedicada ao seu arcebispo, que viria a ser nomeado nesse mesmo ano vice-rei de Portugal, D. Miguel de Castro, pela imprensa de Peter Craesbeeck, nomeado impressor real por Felipe III pouco depois (Dias 1996). Quem a comprou, vendeu, leu, emprestou, doou, interpretou? Como circulou?

Quem sabe se foi a edição portuguesa que chegou às mãos do monarca, e quem sabe se a viu precisamente aquando da sua visita a Portugal em 1619 (Gan Gimenez 1991: 407-431; Silva 2008: 269-307)? Apenas sabemos que Felipe III, impressionado, começa os procedimentos necessários para solicitar a canonização do servo de Deus em 1620. E que dizer relativamente à nomeação do Marquês de Castelo-Rodrigo para embaixador de Roma, por Felipe IV, deixando (entre outros muitos assuntos) a causa de canonização de Gregorio Lopez nas mãos do nobre português (Losa/Munoz 1727: 195-198; Martínez Hernandez 2009: 7-32; Garcia Gueto 2007: 695-716)? Nesse processo de “santificação”, que se prolongou por mais de um século em incansáveis diligências para promover a Causa, chegaram novas informações, relíquias, escritos, imagens, boatos, e até os mistérios relativos a este personagem da catolicização da *América*.

De Lisboa, a obra seguiu para Espanha, voltando a ser editada na mesma oficina lisboeta em 1625 –



Fig. 1. Primeira edição da hagiografia de Francisco Losa em Lisboa

sinal de um consumo que se demonstraria crescente nas múltiplas traduções e edições em França, Inglaterra, Bélgica, Países Baixos, Itália. Não interessando aqui desenvolver em demasia a história desta *Vida*, ficam anotadas certas circunstâncias relativas a estas primeiras edições da hagiografia de Gregorio Lopez: de Lisboa sai a primeira edição no Velho Mundo, que dará azo a várias outras, cuja leitura causou e/ou terá sido causada pela vontade real de beatificar o biografado.

Embora não possamos deter-nos nas redes de homens de letras, de religião, de política que se cruzaram em Lisboa, Madrid e Roma nas diversas etapas em que o processo de canonização de Gregorio foi agilizado, fica a nota das possibilidades de análise que se abririam: os contactos entre os cleros secular e regular, a circulação de informação entre os seus diversos agentes no Velho e Novo Mundo, os interesses económicos, diplomáticos por detrás das várias edições da obra de Losa e mesmo do patrocínio a causas de santidade.

Homens tecendo um retrato de família: a tradução portuguesa

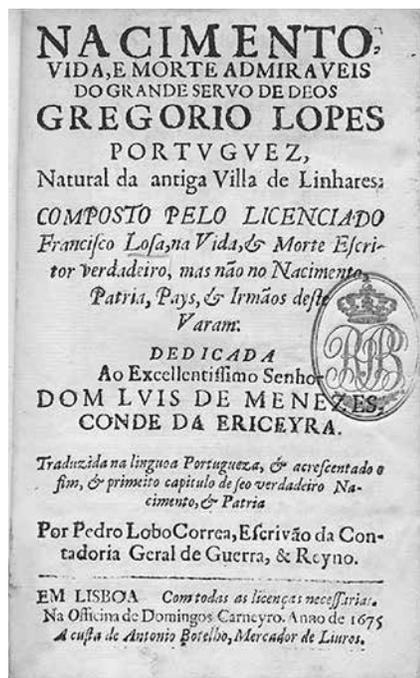


Fig. 2. Edição da tradução portuguesa de Francisco Losa

Com dedicatória a Luís de Menezes, Conde da Ericeira, em 1675, Pedro Lobo Correa concretizou a presunção de Jorge Cardoso (Fig. 2).

Mais que com água benta, é uma presunção documentada com provas e argumentos. Precisamente para tomar a autoridade do hagiógrafo lusitano, o escrivão da Contadoria Geral da Guerra e do Reino inicia o prólogo da obra da seguinte forma:

Depois que desta mortal & caduca vida passou a gozar da eterna & permanente o Licenciado Jorge Cardozo, para nós os Portuguezes de feliz recordaçam: pois foi verdadeiro amante da pátria, & singular investigador dos Santos, & Varões illustres que deste nosso Reyno [...] E ninguém quer estampar o Quarto Tomo, que quasi ficou findado de mano escrito,

no qual se avia de fazer manifesto ao Mundo com o resplendor da verdade, em como era natural nosso, & nam dos Reynos de Castella o grande Servo de Deos Gregorio Lopes [...] (Losa/Correa 1675: fl.*1).

Pedro Lobo Correa não se fica por nomear autoridades e, para dissipar qualquer dúvida, inclui no seu “Prólogo aos Portugueses” uma carta do prior de Linhares⁹. Ficamos a saber que Jorge Cardoso é a fonte de informação do oficial português, veiculada pelos irmãos Manuel Raposo, ou Frei Manuel da Ressurreição (“Descalço de Santo Agostinho e Procurador Geral dos da Congregação de Portugal na Corte”), e João Lopes Raposo de Castanheda (Losa/Correa 1675: fl.*2v). Conta o tradutor que este último, João Lopes Raposo, Juiz de Fora de Évora, teria em seu poder as inquirições escrituradas por Cipriano de Chaves de Sequeira, Miguel Cardoso Homem e António Botelho de Carvalho, acerca da verdadeira pátria de Gregorio Lopez. Tais inquirições foram o resultado dos “públicos instrumentos” tirados na vila de Linhares e também na Covilhã, tendo na primeira obtido resposta, guardada pelo dito João Lopes Raposo, “que por destino divino & particular estudo” levou a cabo a investigação de que “consta uniformemente ser o Veneravel Varam Gregorio Lopes, nam Castellano, como o fizeram os mesmos, mas Portuguez, & natural da insigne villa de Linhares” (Losa/Correa 1675: fl. *2v, *4v).

⁹ Pela importância da informação, transcrevemo-la aqui – seguindo a insistência de Mário Martins em divulgar o seu conteúdo –, talvez com a esperança que alguma luz de memória se acenda sobre os nomes destes homens: “Muito Reverendo P.S. Manoel Raposo: Recebi huma de vossa Paternidade, por via de Padre Estevão da Companhia de Jesus, Reytor do Collegio do Porto, [...]. Vossa Paternidade me pede huma Relaçam do Santo Gregorio Lopes, natural desta Villa. Haveram sincos annos, que nella se fez hum instrumento de testemunhas, & dos nomes de seos Pays, & Irmãos, & este instrumento se fez à instancia de de V. P. & de hum cidadam da Guarda chamado Leonis de Pina de Mendonça, que lá reside em Lisboa. Gregorio Lopes se passou a Castella, & villa de Madrid, & e dahi se foi por soldado para as Indias, onde morreo santamente. E aqui ha annos ouvi dizer, que os Castelhanos o quizeram fazer seo, & natural de Madrid sendo que era patricio nosso: E pedio Leonis de Pina a David de Aragam seo natural, & parente que já he falecido, & estava cazado nesta villa com huma irmã de Dionysio da Nave Pacheco se fizesse o dito instrumento em publica forma, o que se fez com toda a verdade, & clareza, a que eu fiz os apontamentos por onde se perguntarão as testemunhas, as quaes declaram (nomine discrepante) como he nosso natural, & os nomes de seos Pays & Irmãos, que o Santo teve, de que ainda hoje ha descendentes, & eu conheci sobrinhos direitos do mesmo Santo, & destes ha filhos, & netos nesta Villa, & na de Mello, toda gente limpia de toda a raça. Este intrumento se remeteo a V. P. ou ao Licenciado Jorge Cardoso, segundo me disse Cypriano de Chaves Siqueira. E saiba V. P que o dito Leonis de Pina, & as mais das pessoas que juraram este instrumento sam falecidas. Isto he o que ha do S. Gregorio Lopes, & de tudo o mais do serviço de V. P. fico muito certo, a quem Deos guarde. Linhares, 29 de Dezembro de 1670. Capellam & servidos de V. P. o Prior Manoel Alvares Migueis” (Losa/Correa 1675: fls. 5-6).

Com autoridade para fazer circular um público instrumento (de que apenas temos as notícias anotadas), pensamos que João Lopes Raposo estaria na posição mais favorável, quiçá durante o seu período de corregedoria em Pinhel – visto que em 1669 é já juiz de fora de Elvas.¹⁰ Ao caso interessa, que “à instância” de Manuel Raposo, religioso dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, e de Leoniz de Pina de Mendonça, é escriturado um documento com as testemunhas que atestavam a genealogia lenobriguense de Gregorio Lopez. Os tabeliães que o fazem são da Beira e a correlação direta parece ser estabelecida por David de Aragão. Este, natural e residente na cidade da Guarda, era filho de Daniel Aragão e Ana Escobar da Fonseca, como consta da sua mercê do cargo de contador e inquiridor-mor do juízo ordinário dessa cidade¹¹. Tendo casado em Linhares com uma irmã de Dionísio da Nave Pacheco, escrivão das sisas e selos dos panos na vila, David de Aragão estaria em posição de assegurar que o pedido do seu conterrâneo circulasse, fosse ouvido e cumprido¹².

Se nos focarmos em 1665, encontramos uma rede: somos informados acerca de como funcionou, mas não sabemos como se formou. Manuel Raposo envia ao pároco de Linhares uma missiva pedindo o resultado de uma inquirição sobre Gregorio Lopez, realizada cinco anos antes. O pároco de Linhares da Beira refere ter recebido esta carta do Padre Estevão, jesuíta, reitor do Colégio da Companhia no Porto; diz-se, portanto, contactado através do Porto, e não de Coimbra, bispado a que pertencia, ou de Lisboa, onde estariam Jorge Cardoso e Manuel Raposo. Porquê este desvio? Ou precisamente por se terem perdido as primeiras informações, Manuel Raposo trata de dinamizar os seus contactos para chegar até Linhares? Mas quais as ligações, mais ou menos informais? Entretanto, em 1669, Jorge Cardoso falecia. A ele ou a Manuel Raposo foram enviadas as informações recolhidas em 1665 – talvez por isso este último tomasse a iniciativa de pedir uma cópia em

¹⁰ ANTT, Registo Geral de Mercês (RGM), Mercês da Chancelaria de D. Afonso VI, livro 8, fl. 405v: “Carta. Juiz de Fora de Elvas”, de 3 de junho de 1669.

¹¹ ANTT, RGM, Mercês da Torre do Tombo, livro 5, fls. 176-176v: “Alvará. Para que sirva os officios de Contador e Inquiridor do Juízo Ordinário da cidade da Guarda, quando tiver idade. Filiação: Ana Escobar de Fonseca”, de 3 de julho de 1642; ANTT, RGM, Mercês da Torre do Tombo, livro 21, fl. 174v: “Carta. Contador e Inquiridor do Juízo Ordinário da cidade da Guarda. Filiação: Daniel de Aragão; Ana de Escobar da Fonseca”, de 9 de dezembro de 1654; ANTT, RGM, Livro de Mercês de D. Pedro II, liv. 11, fl. 211: “Alvará. Renúncia do officio de Escrivão da Almotaxaria da cidade de Guarda em seu primo. Filiação: David de Aragão”, de 27 de setembro de 1697.

¹² ANTT, RGM, Mercês da Torre do Tombo, livro 21, fls. 178-178v: “Carta. Escrivão das Sisas e Selos dos Panos da vila de Linhares. Filiação: Simão da Nave”, de 14 de dezembro de 1654.

1670, já que a documentação recolhida pelo autor do *Agiológio* ficou entregue aos seus testamenteiros, perdendo-se (Fernandes 2000:11).

Por indagar fica o que teria levado Jorge Cardoso e os irmãos Lopes Raposo a procurar precisamente em Linhares e na Covilhã as origens do Venerável. Segundo o padre Álvares Miguéis, entra assim nesta equação Leonis de Pina e Mendonça, natural da Guarda, residente em Lisboa. Também a rede local, composta por gentes de outras escritas, confirma o frenesim, que haveria de gerar a ‘verdadeira’ biografia do herói português. Mas quem conhecia quem? Quem sugeriu o quê? Barbosa Machado diz-nos que Leonis de Pina e Mendonça foi Procurador pela Guarda nas Cortes de 1642 e 1669, e que havia sido emulado em 1668 por el rei relativamente a denúncias de falta de lealdade para com o reino (Machado 1966: 10-11). Também estudado por Rómulo de Carvalho, terá este suposto matemático do século XVII sido o interessado no desvendar do mistério de Gregorio Lopez, ou estava o padre de Linhares a referir-se ao avô do notável homónimo?

A necessidade de recorrer a obras como a *Biblioteca Lusitana* tem por vezes o efeito contrário ao desejado. Dos muitos dados que recolhemos, poucos são os que podemos conferir com outras fontes, mas o facto de termos entradas, como temos para Pedro Lobo Correa, Leonis de Pina e Mendonça, os irmãos Raposo e, claro, Jorge Cardoso, é por si só relevante: todos eles escrevem, todos eles comungam de um certo estatuto que lhes permite fazer circular e recolher informação (Machado 1966: II, 680; III, 10-11, 247, 588-589).

Dedicada a uma das figuras de proa da *História de Portugal Restaurado*, D. Luís de Meneses, a versão portuguesa da *Vida* de Gregorio Lopez terá sido lida e comentada em diversos contextos iluminados da época. Digna de nota é, por exemplo, outra entrada da *Bibliotheca Lusitana* que identifica uma “tradução imperfeita” da biografia de Losa por “Braz de Abreu”, natural de Elvas, benfeitor, enfermeiro e recolhido no Hospital Real de Lisboa, onde também se dedicou ao estudo e à tradução outras obras de cariz religioso (Machado 1966: I, 542). Sem poder investigar mais profundamente esta referência de Barbosa Machado, é interessante verificar que Pedro Lobo Correa não foi o único a traduzir a história do solitário mexicano em Portugal.

Novelas e novelos de gentes da Beira

Segundo a tradução portuguesa, Gregorio Lopez seria então *Gregório Lopes*: “portuguez”, natural de Linhares da Beira, vila e termo do bispado de Coimbra, batizado na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, filho de Paulo

Lopes e Maria Afonso do Pombal – “apelido derivado, & imposto de hum que tinha em sua caza tinha” – irmão benjamim de Lopo Roiz, Álvaro Lopes e Maria Afonso, (Losa/Correa 1675: 7-9). A reivindicação é sustentada pela investigação de um grupo de oficiais e intelectuais do reino lusitano, durante pelo menos duas décadas. O que podemos ainda encontrar nos restos documentais da época?

Nas fontes vemos aquela família a crescer, sendo que os alegados irmãos e sobrinhos do eremita mexicano receberam os sacramentos na dita paróquia¹³. Dos registos paroquiais de Linhares temos documentados e conservados casamentos desde 1566 e batismos desde 1571. Paulo Lopes e Maria Afonso ainda se encontram vivos em 1573, quando levam ao altar dois filhos: Lopo Roiz casa com Beatriz Pacheca a 6 de setembro (de quem são batizados Maria em 1577 e Isabel em 1580), e Leonor Pais casa com Francisco de Souro a 21 de junho (pais de Leonor, em 1575, e de Francisco, em 1579). Dos citados por Pedro Lobo Correa, sabemos que, embora o registo não mencione o nome dos pais, Álvaro Lopes se casa em 1577 com Ana Osório ou do Souro (irmã de Francisco de Souro, de quem era também cunhada), com a qual batiza quatro filhos entre 1578 e 1584: António, Francisco, Isabel e Diogo; enquanto Maria Afonso parece, afinal, filha de Afonso Pires e Romana Henriques, casada com Domingos Cardoso e não Gaspar Cardoso, trazendo margens de erro para a *estória* portuguesa. O tradutor luso, que transcreve cegamente a minúcia da informação que lhe constou, não refere o casamento de outras duas filhas dos supostos progenitores de Gregorio Lopez: Ana Lopez a 27 de janeiro de 1581, com Baltazar Fernandes, pais de Maria em 1584; e de Isabel Rodrigues com Amador Francisco, a 22 de dezembro de 1585 (*Mistos Linhares* 1566-1677: fls. 4v, 17v, 24v, 30, 33, 34, 38, 44, 48, 49, 71, 71v, 83, 86v, 90, 92).

Inevitavelmente, somos levados num exercício de imaginação histórica às pessoas que habitavam estes nomes; por momentos vendo gente que se assemelha, se confunde, se conhece. Entretanto, como vimos, Pedro Vilas Boas Tavares recuperou uma outra série de dados essencial para esta história: o processo de habilitação do Santo Ofício de um suposto sobrinho-neto de Gregorio Lopez, através do qual podemos seguir com mais pormenor esse ramo da sua família, que concerne Francisco Lopes Osório e a sua descen-

¹³ ANTT, Arquivo Distrital de Lisboa, Paróquia de Linhares, Registos Mistos 1566-1677, Mf. 656, fls.1-131v. Para este trabalho foram utilizados (transcritos, traduzidos para linguagem Kleio, transpostos para TimeLink) todos os actos registados de 1566 a 1598, nomeadamente registos de batismo (1571-1586), casamento (1566-1592) e óbitos (1595-1598). Um agradecimento imenso pela colaboração no tratamento de dados a Paulo Paixão e João Branco.

dência. João Fraga, historiador local de Melo, complementou os registos paroquiais de Linhares com os registos paroquiais daquela vila e a habilitação de Manuel Pacheco da Costa Corte-Real (Fraga 1993: 186-188). Filho de Álvaro Lopes, o tintureiro Francisco Lopes Osório, tratando com ovelhas e panos, parece ter herdado o seu tinte (engenho usado para “confecção de tecidos grosseiros”: Oliveira 1997) por via matrimonial, ao casar-se com Maria de Matos, com a qual mudará a sua residência para Melo. Constroem a sua fortuna, e conseguem um bom matrimónio para a sua filha, Maria de Matos Lopes Osório, de tal forma que o seu neto se encontrará em condições de solicitar a admissão para familiar do Tribunal do Santo Ofício.

Na árvore genealógica que começámos a recompor, o núcleo familiar de que procederia Gregorio Lopez foi crescendo (Fig. 3).

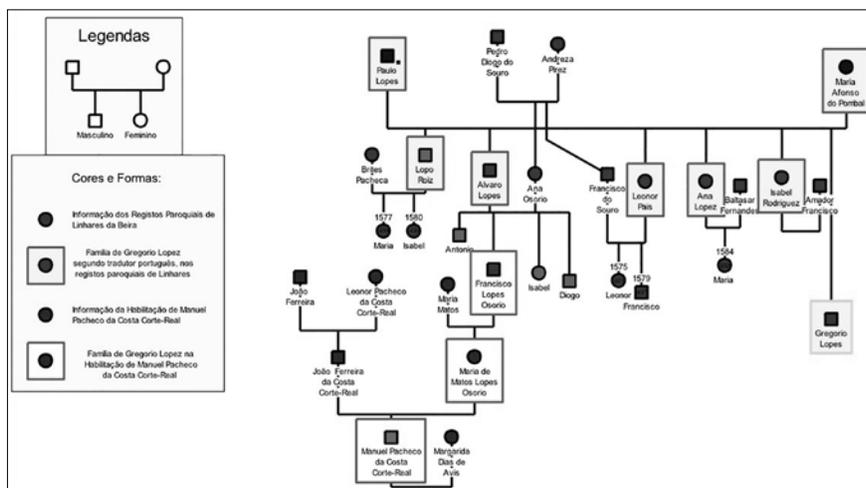


Fig. 3. Árvore genealógica das gentes de Gregório Lopes

Ora, uma mal-intencionada denúncia – manchando a reputação de Manuel Pacheco da Costa Corte-Real com a suspeita de ter sangue judeu – e as diligências para esclarecer a sua veracidade e a limpar a linhagem do solicitante produziram um documento que vem muito ao nosso caso. Poderíamos perguntar se e como teria aquela outra inquirição (de Jorge Cardoso e outros homens da Beira) chegado aos ouvidos de duas das testemunhas da habilitação, Diogo Botelho (“Francisco Lopes foi primo co irmão de Gregorio Lopes que esta dito por santo na dita villa de Linhares neste reino, que foi filho de Paulo Lopes, irmão do dito Alvaro Lopes todos naturais no dito Linhares”) e Ana Fonseca (“Álvaro Lopes irmão inteiro de Gregorio Lopes

que esta reputado por santo na dita villa neste reino sobre o que se tem feito já grandes sumários”); já que o Padre Manuel Alvares Miguéis dá por falecidas todas as testemunhas da inquirição de 1665 (*Habilitação* 1676: 23v, 30v). Não podemos afixar que, em 1676, Diogo Botelho e Ana Fonseca já tivessem tido conhecimento da versão portuguesa da *Vida* de Gregorio Lopez. No entanto, num lapso de 10 anos desaparecem as pessoas que ainda poderiam assegurar as origens lenobriguenses de Gregório Lopes, embora não seja tempo suficiente para apagar a transmissão dessa memória.

Que dizer da fama de cristão-novo de um irmão de Ana Osório, que seria cunhada de Gregorio Lopez, e das redes que se esconderam e enterraram nessas memórias (Tavares 2005:243; Fraga 1993:186-188)? Como vila de fronteira, Linhares era ponto de passagem para Castela: Alonso Osorio, irmão de Ana Osório, terá supostamente fugido de Alcântara (Espanha) para limpar a sua fama de converso:

fama que talvez se levantou por não se saber donde ele ou seus pais eram naturais, que ele terá ido à vila de Alcântara tentar conseguir sua limpeza porque era natural de lá, mas a não conseguiu, igualmente esta fama impediu que o seu filho António se ordenasse padre, e o seu filho Manuel para o fazer teve que fazer se compatriota no bispado de Coimbra, indo viver para Linhares (*Habilitação* 1676).

De Ana Osório (ou do Souro) e do seu irmão Francisco do Souro, sabemos quem são os pais: Pero Diogo do Souro, já falecido em 1573, e Andreia Pires (ou Andresa Pirez). Mas de Alonso Osorio sabemos apenas que residia em Manteigas. Seriam a mesma ou duas famílias diversas? Na verdade, quando Pedro Lobo Correa recompõe a genealogia de Gregorio Lopez não menciona Leonor Pais – claramente filha de Paulo (ou Palos) Lopez e de Maria Afonso, e irmã de Lopo Ruiz, Ana e Isabel; nem os registos que concernem Álvaro Lopes e a sua descendência – sem dúvida a que mais prosperou e através da qual chegamos à habilitação do seu bisneto – remetem em qualquer momento para os supostos pais do eremita. Deste não sabemos o que terá passado – até porque, tendo nascido em 1542, Gregorio deixa a vila menos de dez anos antes que os livros sacramentais da paróquia de Linhares o pudessem trazer até nós.

Estaremos perante o tipo de problemas (ou processos de identificação) que Gregorio Lopez teria de enfrentar caso quisesse ordenar-se religioso secular ou regular, o que evitou seguindo solitário? Mesmo assim os seus antepassados perseguiram os filhos de Alonso Osorio, que buscaram vida na religião. A confusão de nomes e gentes gerou problemas, de uma forma ou

de outra, como nos confirmam as testemunhas da habilitação. Sabemos pela carta do pároco de Linhares que já desde 1655 o caso de “Gregorio Lopez” era inquirido na vila. Em 1675, a *Vida* de Losa é publicada em português e em 1676 o Santo Ofício estava em Linhares, declarando que:

Manuel Pacheco era Christão Velho, per todas as vias, sem raça de infesta nação, e também me parece melhor a opinião dos que dizem que Francisco Lopes Izouro de que se trata foi natural do dito Linhares, e não de Manteigas, como dizem os de Melo [que fizeram a denúncia] (*Habilitação* 1676: 33).

Finalmente, foi o ilustre franciscano Frei António das Chagas que intercedeu pela admissão ao Santo Ofício de Manuel Corte-Real, quiçá se por pedido especial do irmão do pretendente, o cisterciense Frei António Pacheco, ou por haver reconhecido a história portuguesa de Gregorio – que já circularia há algum tempo no reino (*Habilitação* 1676: 126). Ilibou-se o pretendente das acusações e confusões lançadas sobre si. Seria familiar do Santo Ofício, como conseguira Leoniz de Pina de Mendonça, num processo muito mais fácil, curto, “limpo”, em 1677 (Carvalho 1964:173). Terá sido uma troca de favores, ou uma simples coincidência?

De qualquer forma, na raia beirã, a memória de um moço que aos 16 anos deixou para trás a sua vila natal foi surpreendentemente esticada por 100 anos (até mais, se considerarmos as respostas aos inquéritos pombalinos). Francisco Losa afirma não saber se Lopez era realmente o apelido do seu companheiro, sem argumentos contundentes da naturalidade madrilena do servo de Deus; e, na realidade, Gregorio Lopez ocultou a sua naturalidade num tempo em que ser português facilmente equivalia a ser *marrano*, e esconder as suas origens podia evitar confusões, especialmente em terras espanholas.

Pontos que se acrescentam ao conto

Gregorio leva-nos aos mesmos espaços em outros tempos, onde a identidade mudava, elástica e camaleónica. Se era de uma família cripto-judia ou conversa, como acidentalmente confirmam os detratores de Manuel Corte-Real e nos querem fazer crer os Luís de Carvajal, tio e sobrinho, portugueses, condenados no México (Toro 1949:186), ou se era cristão-novo ou velho de sangue limpo; o que é que isso nos diz do que Gregorio veio a ser, sempre procurando nos limites da heterodoxia respostas que iluminassem as suas constantes interpelações espirituais e/ou intelectuais aos novos mundos da modernidade?

Vem ao caso deixar uma nota que talvez pareça fruto do acaso, mas talvez seja o cerne da questão. Se atentarmos por um momento nas listas dos condenados pela Inquisição mexicana, *relajados en persona e en estatua* (*difuntos e fugitivos*) são numerosos os portugueses que encontramos, desde o final do século XVI até meados do século XVII. Portugueses, judaizantes, a maioria das Beiras: Guarda, Celorico, Fundão, São Vicente da Beira, Covilhã (García-Molina Riquelme 2016: 225-313). Como chegariam estas notícias a Portugal, se é que chegariam? Em chegando, poderiam ter algo que ver com os instrumentos públicos que colheram a informação de que Gregorio era precisamente das Beiras?

Embora seja evidente a solidez da argumentação portuguesa, que a documentação da época corrobora – algo que Madrid, Ocaña, ou Toledo não podem reivindicar – não foi difícil encontrar argumentos contraditórios, histórias mal contadas e até justificações para a suspeita que leva Jorge Cardoso a incluir Gregorio no catálogo hagiográfico português. Natural de Castela ou de Portugal, o nome adotado por este homem do século XVI seria grafado “Gregorio Lopez” num e noutro lado, como constatamos nos registos que vimos de Madrid e nos registos de Linhares. Não deixa de ser possível que o Gregorio Lopez que saiu de Linhares seja apenas mais um homónimo daquele *Gregorio Lopez*, andando pelos mesmos caminhos Castela dentro, mundo afora. Mas quem nos diz que a rede que recuperou a sua memória não era, de facto, detentora de uma verdade que escapou a outros grupos (que, simplesmente, não a podiam conhecer ou verificar)?

Abre-se na amplitude geográfica e temporal a complexidade que podemos encontrar nas fontes. Na habilitação de Manuel Corte-Real testemunham um almocreve que levava os panos da dita tinturaria para Entre-Douro-e-Minho, um pastor de Manteigas que justifica a sua falta de conhecimento quanto ao perguntado por ter passado a sua “mocidade no campo, não sabendo o que se passava na vila”, um seu conterrâneo que também de nada sabia porque “sendo moço passou muitos anos ausente no reino de Castela”; demonstrando tantos canais de comunicação como as diversas formas de os usar (*Habilitação* 1676: 20-70). Além disso, o tinte dos Lopes-Osório: de uma união matrimonial nasce um património, uma linhagem, um estatuto, pronto a ser reivindicado, e quem sabe se definitivamente limpo de qualquer suspeita, junto do Tribunal do Santo Ofício. Entretanto, com os panos iam e vinham gentes, livros, novidades, avisos: se os registos de Linhares, que apenas transpusemos até aos anos 90 de Seiscentos, fossem complementados com os restantes da paróquia até pelo menos meados do século XVII e com os registos paroquiais e notariais das vilas vizinhas das Beiras – juntando às

referidas acima as de Melo, Fornos e também Manteigas, sem deixar de lado a oportunidade que seria somar-lhes os registos de vilas espanholas da raia castelhana –, sem dúvida as pontas soltas revelar-se-iam nos seus nós e emaranhados.

Para completar os dados da versão portuguesa de Pedro Lobo Correa, seria importante fazer o cruzamento de diversas referências em fontes primárias (como as Mercês) ou secundárias (como as entradas da *Bibliotheca Lusitana*), como das pessoas envolvidas nas habilitações do suposto sobrinho-neto de Gregório Lopez e de Leoniz de Pina e Mendonça para verificar se há malhas que deixaram nós ou se perderam no tempo. Talvez então possamos tentar explicar como é que Jorge Cardoso reuniu a informação que vimos descrevendo, para reclamar, já em 1657, a verdadeira pátria do Varão ilustre.

Histórias alter-nativas de um homem do século XVI

A investigação sobre a nacionalidade portuguesa de um varão ilustre e venerável do mundo católico evidencia a existência de um novelo de gentes. Quiçá, nesse novelo, se revelem laços de parentesco e sociabilidade que não só explicam a continuidade de uma memória coletiva, como podem demonstrar a “verdade da mancha”¹⁴. Pode humanizar-se a empresa intelectual que Jorge Cardoso iniciou, num esforço coletivo de reunião de memórias que visavam colocar o reino de Portugal no mapa da santidade (Fernandes 1996: 40-60)?

Além da dimensão patriótica que a narrativa sobre a nacionalidade de Gregorio Lopez, publicada no século XVII e confirmada no século XVIII, procura conservar, na sua estória portuguesa ficam claras as histórias da mobilidade das gentes da Beira; da mobilização de laços familiares e socio-profissionais na recolha e transmissão de informação e favores; e das dinâmicas e estratégias inerentes a esses movimentos.

¹⁴ Falando com Martin Cohen sobre a lenda lusa, a questão embaraçada do cripto-judaísmo, dos conversos, e a espiritualidade borbulhante própria do *siglo de oro*, o Rabi hipnotizou-me com a sua teoria acerca do título da obra prima de Cervantes. Para Cohen, *Don Quijote de la Mancha* reflete o sentir do autor sobre os processos de identificação de *limpeza de sangue*; e sendo que havia encontrado a palavra “quijote” apenas nos trabalhos de tradução quinhentistas da Universidad de Alcalá de Henares, traduzida do aramaico como “verdade”, Cohen ficou convencido de ter captado o espírito da obra como “a verdade da mancha”. Independentemente da corroboração da sua teoria, esta não deixa de ser sugestiva, e de recordar os efeitos da mancha de sangue que tantos tiveram de suportar ou esforçar para apagar.

Por um lado, a inexistência de um registo de batismo associado a Gregorio Lopez em Madrid, no processo de canonização ou em qualquer uma das investigações realizadas sobre a biografia do eremita mexicano não é apenas um indício de que este poderia ter adotado um nome diferente do que recebeu no batismo. Gregorio Lopez ou dissimulou a sua identidade para não ter que justificar a renúncia aos privilégios de um estatuto nobre, ou algo nos seus vinte anos de vida ibérica o levou a apagar por completo quaisquer laços com esse passado. Na realidade, a investigação que se fez em meados do século XVII acerca da naturalidade portuguesa de Gregorio é confirmada nas fontes e concretiza um percurso mais verídico, de alguma forma justificando o seu segredo – porventura mantido menos pelas suas implicações legais que pelo desinteresse por um lugar que se tornara longínquo e inócuo.

Podemos, contudo, questionar: se há um processo de identificação concretizado e confirmado em Portugal, como é que em Madrid não se investigou mais a fundo? Registos batismais, comprovativos da sua atividade na Corte, registo da passagem de Gregorio para as Índias; passados quatro séculos podemos perceber que tenham desaparecido, mas na altura, e contando com os mecanismos de controlo social que a monarquia hispânica e a Igreja Católica de pós-Trento tinham ao seu dispor, é estranho que na Península não se recordasse nada dos primeiros vinte anos do Venerável – com exceção da narrativa portuguesa que procurámos aqui analisar e que comprova a dinamização desses mesmos mecanismos.

Por outro lado, à beira da Serra da Estrela prolongou-se uma memória mais pessoal e detalhada do que a do biógrafo Francisco Losa. Uma memória que nunca deu azo a um culto, nem se traduziu em mais que um reconhecimento de uma origem comum; o que, na realidade, acarreta diversas respostas culturais e historiográficas, e mesmo políticas e sociais, em diversos tempos e lugares. Será que em Castela se esperava a confirmação papal para saber como proceder relativamente a esta questão, ou a falta de notícias evidencia que haveria algo a esconder que poderia prejudicar a causa, já de si complicada pelo envolvimento de Miguel de Molinos e dos quietistas europeus na apropriação do exemplo do solitário das Índias?

Entretanto, Jorge Cardoso estava em contrarrelógio na sua defesa da nação portuguesa, *puer senex* na ordem secular europeia: sair do império hispânico foi uma empresa ideológica trabalhada pelos autores da pátria lusitana em muitas frentes, incluindo a cultural, que passava muito pela literatura e *oratura* (essa forma de cultura oral tão desprezada por nós, historiadores viciados em fontes escritas) religiosas. Por isso há que contrapor o óbvio: terão sido os ‘iluminados’ portugueses, com a rede que já identificámos, a

fabricar esta lenda? Paradoxalmente reentramos na perspectiva de uma história das ideias, que o recurso às fontes pode ajudar a materializar.

Ora, além dessa ordem geral, há toda uma outra determinação identitária ligada à “nação”, diríamos agora étnico-religiosa, que passava as fronteiras locais de reinos e impérios. Naturais e nativos, no império católico, da lei de Moisés ou com o Profeta, as gentes reconheciam-se *dentro-contra-e-além* (Holloway 2010: 220, 98) qualquer determinação geopolítica, estabelecendo laços que transcendiam processos e provas de identidade. Eremita, místico, alumbrado, quem sabe se luterano, pré-quietista, com certeza herege, Gregorio Lopez escolheu ser “alter-nativo”, quem sabe se como nativo da alteridade e/ou identificando-se como natural de todo um mundo além da sua casa e das suas comunidades. O ser português ou o ser converso, o ser criptojudeu ou o ser místico – identidades que, quando relacionadas com a vida familiar que acompanhou (ou não) a formação cultural, social, religiosa da pessoa com quem dialogamos o passado – não eram/são categorias autoexplicativas nem estáticas.

A lenda lusa pode tanto ser *a* história como ser já *uma* história por si só. Pede agora este texto que *a/as* completem. Qualquer uma das histórias, a de Gregorio Lopez ou a da construção da ideia de Portugal no pós-Restauração, pode ser contada com mais pormenor e objetividade com novas investigações. No fundo, perguntamos como pode uma estória ter histórias “alter-nativas” dentro: e se Gregorio Lopez fosse aquele rapaz que saiu da terra aos 16 anos para nunca mais voltar, sem dar notícias, vivendo outra vida além da comunidade onde nasceu, de onde foi natural? Como cruzamos perspectivas historiográficas portuguesas e espanholas na hora de compreender realidades muito mais entrelaçadas do que podemos imaginar? O que é possível saber mais destas redes e destas gentes das Beiras? Como se podem aclarar as formas como elas interagem, agem e reagem nos processos de identificação, reconhecimento e construção de identidade de um indivíduo e dos seus grupos, comunidades e redes? O que ganhamos ao questionar ou a romper com os conceitos de identidade, nacionalidade, naturalidade?

A impossibilidade de responder à questão “foi Gregorio Lopez português?” traz todo um abrir de caminhos e abordagens teóricas e metodológicas na construção de uma consciência histórica presente. Cada pessoa tem uma situação, vem de um contexto e interage com ele de modos diversos. Não se pode continuar a ignorar que o processo de autoconhecimento inerente à construção da individualidade põe em causa o que os processos de identificação tendem a cristalizar e tiranizar. Não por acaso, entramos na época moderna através da história dos tempos e espaços em que Gregorio Lopez

(natural de um ou outro lado da fronteira) rejeita o *sæculo* para se entregar ao Céu. “A minha pátria é o Céu, o meu pai é Deus”, dizia; imaginando o mundo *dentro-contra-e-além* das comunidades “alter-nativas” onde nasceu, cresceu, viveu, circulou, contemplou e morreu. Talvez (re)comece neste espaço o tempo em que se perde o nexo de uma história da humanidade para buscar humanidades nas histórias.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

- ANTI, “Memória paroquial de Linhares”, in Dicionário Geográfico. Vol. 20, nº 90, Mf. 0343, 673-686.
- ANTI, “Manuel Pacheco da Costa Corte-Real”, Habilitações do Santo Ofício, maço 30, nº 674.
- ANTI, Paróquia de Linhares, “Livros de Registos Mistos 1566/1677”, Mf. IAN/TT/SGU/0656.
- ANTI, Paróquia de Melo, “Livros de Registos Mistos 1606/1648”, Mf. IAN/TT/SGU/0703.
- ANTI, Registo Geral de Mercês, livro 5, fls. 176-177; liv. 21, fls. 174v, 178-178v; liv. 11, fl. 211.
- Biblioteca Nacional de España, Sede de Recolectos, MS/7819 [Información sumaria que se hizo en México de las virtudes y milagros del venerable Gregorio López en el año 1620 y siguientes, a petición de Felipe III para su beatificación].

Fontes impressas

- ALVAREZ y BAENA, Josef Antonio (1790). Hijos de Madrid: ilustres en santidad, dignidades, armas, ciencias y artes. Diccionario histórico por el orden alfabetico de sus nombres... Madrid: Oficina de Benito Cano.
- Sacra Rituum Congregatione. Emo, & Remo. Dno. Card. Porto Carrero (1752). Mexicana Beatificationis & Canonizationis Ven. Servi Dei Gregorii Lopez primi anacoretæ in Indiis Occidentalibus. Positio Super Dubio an constet de virtutibus Theologicalibus, Fide, Spe, & Charitate in Deum, & Proximum; ac de Cardinalibus, Prudentia, Justitia, Fortitudine, ac Temperantia, earumque annexis in gradu heroico, in casu & ad effectum, etc. Animadversiones Romæ: Ex Typographia Rev. Cam. Apostolicae.
- CARDOSO, Jorge (1657). Agiologío Lusitano, Tomo II, III, IV, V, Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira.
- LOSA, Francisco (1613). La Vida que hizo el Siervo de Dios Gregorio López en algunos lugares de esta Nueva España, México, Juan Ruiz.
- LOSA, Francisco e CORREA, Pedro Lobo (trad.) (1675). Nascimento, vida, e morte admiraveis do grande servo de Deos Gregorio Lopes, portuguez, natural da villa de Linhares

composto pelo licenciado Francisco Losa, na vida e morte escritor verdadeiro, mas não no Nascimento, Patria, Pays, e Irmãos do Varam: dedicada ao ao Excelentissimo Senhor Dom Luis de Menezes Conde da Ericeira. Traduzida na língua Portuguesa, e acrescentado o fim, e o primeiro capitulo de seo verdadeiro Nascimento e Patria por Pedro Lobo Correa Escrivão da Contadoria Geral de Guerra e Reyno. Lisboa: Oficina de Domingos Carneyro.

MACHADO, Diogo Barbosa [1741-1748] (1966). *Bibliotheca Lusitana*. Tomos 1-3. Coimbra: Atlântica Editora.

MACHADO, Diogo Barbosa e MUÑOZ, Luís de (ed.) (1727). *Vida del siervo de Dios Gregorio*. 4ª ed. Madrid: Imprenta de Juan de Aritzia, 195-198.

QUINTANA, Jerónimo de la (1629). *A la muy antigua, noble y coronada villa de Madrid. Historia de su antiguidad, nobleza y grandeza*, Madrid: Imprenta del Reino, 162v-168.

SOUSA, António Caetano de (1744). *Agiológico Lusitano...* Tomo 4. Lisboa: Regia Officina Sylviana.

Estudos

CARDOSO, Jorge e SOUSA, António Caetano de (2002), *Agiológico Lusitano*, ed. Maria de Lurdes Correia Fernandes. Porto: Universidade do Porto.

CARVALHO, Joaquim Ramos de (2013). “Redes, auto-organização e interpretação histórica”, in Ana Isabel López-Salazar, Fernanda Olival, João Figueiroa Rêgo (coord.), *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares, séculos XVI-XIX*. Casal de Cambra: Caleidoscópico / CHAM / CIDEHUS, 89-106.

CARVALHO, José Adriano de Freitas (2000). “Recensão a Gregorio Lopez, Declaración del Apocalipsis (edición, estudio preliminar y notas de Álvaro Huerga). Madrid: Universidad Pontificia de Salamanca, 1999”, *Via Spiritus*, 7, 242-245.

CARVALHO, José Adriano de Freitas (2002). “Eremitismo em Portugal na época moderna: homens e imagens”, *Via Spiritus*, 9, 83-146.

CARVALHO, Rómulo de (1964). *Leonis de Pina e Mendonça: matemático português do século XVII?*. *Revista Ocidente*, 66, 170-175.

CASTAÑEDA, Carmén (coord.) (2002). *Del autor al lector: libros y libreros en la historia*. Mexico: CIESAS.

COHEN, Martin A. (1967). “Don Gregorio López: friend of the secret jew. A contribution to the study of religious life in early colonial ‘Mexico”, *Hebrew Union College Annual*, 38.

DIAS, João José Alves (1996). *Craesbeeck: uma dinastia de impressores em Portugal: elementos para o seu estudo*. Lisboa: Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1996). “História, santidade e identidade. O Agiológico Lusitano de Jorge Cardoso e o seu contexto”, *Via Spiritus*, 3, 25-68.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (2000). *A biblioteca de Jorge Cardoso*. Porto: FLUP, 7-17.

- FRAGA, João Baptista de Almeida (2003). *Melo, na História e na Genealogia*, Lisboa: s. ed., 186-189.
- GAN GIMENEZ, Pedro (1991). “La Jornada de Felipe III a Portugal (1619)”, *Chronica Nova*, 19, 407-431.
- GARCÍA CUETO, D. (2007). “Mecenazgo y representación del Marqués de Castel Rodrigo durante su embajada en Roma”, in Hernando Sánchez, C. J. (coord.), *Roma y España. Un crisol de la cultura europea en la edad moderna*. Vol. 1. Madrid, 695-716.
- GARCÍA-MOLINA RIQUELME, António M. (2016). *Las hogueras de la Inquisición en Mexico*. Mexico: UNAM / Instituto de Investigaciones Jurídicas.
- GIEBELS, Daniel Norte (2011). “A Inquisição e a Mitra de Lisboa: análise a partir do governo do arcebispo D. Miguel de Castro (1586-1625)”, *Lusitana Sacra*, 23, 121-150.
- GUILLÉN BERENDERO, José Antonio (2011). “Gente melhor & de Mayor Qualidade. Algumas reflexões sobre a ideia de prestígio e seus agentes em Castela e Portugal 1556-1640”, in Martínez Hernandez, Santiago (dir.), *Governo, política e representações do poder no Portugal Habsburgo e nos seus TERRITÓRIOS Ultramarinos (1581-1640)*. Braga: CHAM/FCT.
- HOLLOWAY, John (2010). *Change the world without taking power. The meaning of revolution today*. 3rd ed. New York: Pluto.
- HOLLOWAY, John (2010). *Crack Capitalism*. New York: Pluto.
- HUERGA, Alvaro (1999). “Edición, estudio preliminar y notas por Alvaro Huerga”, in Lopez, Gregorio, *Declaración del Apocalipsis*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.
- MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, S. (2009). “Os marqueses de Castelo Rodrigo e a nobreza portuguesa na Monarquia Hispânica: estratégias de legitimação, redes familiares e interesses políticos entre a agregação e a eestauração, 1581-1651”, *Ler História*, 57, 7-32.
- MARTINS, Mário (1943). “Gregório Lopes, o anacoreta das Índias”, *Brotéria*, 36, 365-376.
- MARTINS, Mário (1943). “Gregório Lopes, o pré-quietista do deserto”, *Brotéria*, 36, 456-467.
- MARTINS, Mário (1949). “O processo inédito do escrito e anacoreta Gregório Lopes (+1596)”, *Brotéria*, 48, 72-81.
- MENDIETA, Jerónimo de (1980). *Historia Eclesiástica Indiana*. 3ª edição fac-similar da ed. De [c.1524-1604]. Mexico: Porrúa.
- MILHOU, Alain (1977). “Préface”, in Claude Cymerman, *Études Hispano Américaines / Estudios Hispanoamericanos*. Rouen: Université de Rouen, 8.
- MILHOU, Alain (1992). “Gregorio López, el Iluminismo y la Nueva Jerusalem Americana”, in *Actas del IX Congreso Internacional de Historia de América*. Vol. 3. Sevilla: Universidad de Sevilla, 55-83.
- MOTA, Eduardo (1992). *Corografia setecentista do concelho de Gouveia*. Gaudela, Gouveia.
- NUNES, Lia F. A. (2007). *Minha pátria é o Céu, o meu pai é Deus: Gregório Lopes, inadaptado ou intemporal no século XVI?*. Coimbra: FLUC (tese de mestrado policopiada).

- OLIVEIRA, Manuel Ramos de [1939] (1997). *Celorico da Beira e o seu concelho, através da história e da tradição*, Leiria: Câmara Municipal de Celorico da Beira.
- PUERTO SARMIENTO, Javier et al. (2006), *Prodigios y naufragios: estudios sobre terapéutica farmacológica, en España y América, durante el Siglo de Oro*. Madrid: Doce Calles.
- RIVAS MATA, Emma (2002), “Impresores y mercaderes de libros en la ciudad de México, siglo XVII”, in Carmen Castañeda García e Myrna Cortés (eds.), *Del autor al lector: libros y libreros en la historia*. Mexico: CIESAS, 71-102.
- RUBIAL GARCÍA, Antonio (1999). *La santidad controvertida: hagiografía y conciencia criolla alrededor de los venerables no canonizados de Nueva España*. México: Fondo de Cultura Económica.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (2008). “A viagem de Filipe III a Portugal: itinerários e problemática”, in Francisco Ribeiro da Silva, *Quinhentos – Oitocentos. Ensaio de História*. Porto: Universidade do Porto, 269-307.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas (2005). *Beatas, inquisidores e teólogos. Reação portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade.
- TORO, Alfonso (1949). *La familia Carvajal*. Tomo 2. Mexico: Editorial Patria.

Webgrafia

- ViaLibri.net (2016): https://www.vialibri.net/item_pg_i/483919-1615-losa-francisco-vida-que-hizo-siervo-dios-gregorio-lopez- algunos.htm, consultado em 2016.04.02.
- Carvalho, Joaquim Ramos de (s.d.). “TimeLink: um sistema de apoio a investigações em microhistória” (<http://timelink.fl.uc.pt/documentation.html>, consultado em 2016.04.02).

O império de um profeta sereno: ensaio de decifração do pensamento do padre António Vieira

A serene prophet's empire: an essay on deciphering Father António Vieira's thought

ANTÓNIO VÍTOR SANCHES FERREIRA RIBEIRO

Universidade de Coimbra – CHSC; Universidade Católica Portuguesa – CEHR-UCP
avs.ribeiro@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 20.02.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 09.06.2016

Resumo: O “Quinto Império” de António Vieira tem sido alvo de inúmeras interpretações.

Contudo, estas têm-se restringido ao universo português e não têm em devida conta as influências externas exercidas sobre o jesuíta português. Simultaneamente, os aspetos mais exuberantes do seu pensamento, como a teoria da ressurreição de D. João IV, são olhados como uma mera curiosidade atribuível à idiosincrasia do seu espírito. Este artigo propõe-se reconstruir, a partir de documentação inédita, a lógica presente no pensamento de António Vieira, cujas origens podem ser atribuíveis ao milenarismo protestante inglês e holandês. Pretende-se ainda mostrar que a teoria da ressurreição do rei português se insere no interior dessa mesma lógica e resulta de uma técnica de interpretação das Escrituras bastante popular no mundo protestante. Finalmente, pretende-se também demonstrar que a sociedade portuguesa da época era bastante permeável a essa influência e que o caso de Vieira não foi o único.

Palavras-chave: Vieira, Inquisição, Menasseh, milenarismo, revolução inglesa.

Abstract: António Vieira's “Fifth Empire” has been the subject of numerous interpretations.

However, these have remained restricted to the Portuguese world, and foreign influences exerted upon the Portuguese Jesuit have been neglected. Simultaneously, the more exuberant elements of Vieira's thought, such as the thesis of King John IV's resurrection, are usually dismissed as a simple curiosity caused by his spirit's idiosyncrasy. This paper aims to reconstruct the logic of Vieira's thought, based on unpublished sources whose origin may be traced to English and Dutch Protestant millenarianism. The author also intends to show that the Portuguese king's resurrection theory falls within this same logic and results in a form of interpreting the Scriptures that was popular in the Protestant world. Finally, it is intended to demonstrate that Vieira's contemporary Portuguese society was permeable to such influence and that Vieira's case was not an isolated one.

Keywords: Vieira, Inquisition, Menasseh, millenarianism, English revolution.

Na sua obra *O império colonial português*, o historiador Charles Boxer estabelece uma comparação genérica e difusa entre o pensamento do Padre António Vieira e os acontecimentos revolucionários de meados do século XVII em Inglaterra:

Basta apenas recordarmos os ministros calvinistas do exército dos escoceses em Dunbar com o seu grito de batalha “Jesus e sem quartel” e o Major-General Thomas Harrison e os seus homens da Quinta Monarquia que acreditavam que a Inglaterra estava destinada a desempenhar o papel que Vieira atribuía a Portugal (Boxer 1977: 410).

De facto, é de notar a coincidência entre as noções de Quinto Império e de Quinta Monarquia, que bebem na mesma fonte: a interpretação dos livros de Daniel e do Apocalipse em chave tipológica e profética. Depois, a expectativa do regresso dos judeus a Inglaterra como condição para o cumprimento do Reino Universal de Cristo. Para além destas, há uma outra coincidência notável. Quando o líder do movimento, Thomas Harrison, foi executado, alguns dos seus seguidores desenvolveram um raciocínio que para eles era o mais lógico; como as suas expectativas ainda não haviam sido cumpridas, o Major-General teria necessariamente que ressuscitar.

Como se verá, a coincidência não é apenas formal. Neste texto procurei demonstrar que o pensamento que enforma o Quinto Império do Padre Vieira resulta, em grande medida, da importação de uma forma exegética protestante. A outra influência, procurei igualmente demonstrá-lo, vem da especificidade jesuítica.

Mas comece-se pela própria ideia de Quinto Império. Num artigo redigido em 1940, Joseph Ward Swain apresentou uma tese inovadora. Segundo este autor, a ideia de Quinto Império tinha sido desenvolvida no Oriente, ainda na Antiguidade, como forma de oposição ao império romano. Swain faz notar nesse artigo que a ideia da sucessão de quatro impérios é anterior ao próprio sonho de Daniel e aventa a possibilidade da origem persa deste último (Swain 1940).

Existe, na realidade, um fundo que remete para a cultura clássica na ideia de Quinto Império e no sonho de Nabucodonosor, interpretado por Daniel. A hierarquia dos metais e a ideia de regresso a um período de felicidade deixam entrever uma conceção cíclica do tempo. Talvez por isso, depois de mais de um milénio de relativo eclipse, a ideia aparecesse reativada pela recuperação da mundividência clássica, nos inícios do século XVI, na figura de um cardeal humanista fortemente inclinado para a exegese judaica. Egídio de Viterbo seria o responsável por uma síntese entre o esquema definido por Hesíodo das idades dos metais, assente num modelo de queda e restituição,

e o mundo semita representado na profecia de Daniel (O'Malley 1968: 103; Reeves 1991). Para Egídio, Roma era o quarto império que deveria preceder a regeneração total da Igreja, a qual deveria voltar a um estado de inocência primitiva.

Paralelamente, teve lugar uma outra evolução nos alvares da época moderna: a emergência da exegese bíblica baseada numa interpretação figurativa ou tipológica. Nesta, os factos narrados nos textos sagrados são considerados como “figuras” que devem ser entendidas e decodificadas. Uma tal análise desvaloriza os factos em si e exalta a função de símbolo ou significante de um outro facto, oculto, que funciona como significado. Este processo deu origem a uma casta de profetas a que darei o nome de “serenos”. António Vieira era um profeta sereno, no sentido em que não era acometido por visões, locuções e êxtases espetaculares, tão característicos da sua época.

A “figura” afirma-se com Tertuliano (sécs. II-III d. C.). Nasce aqui a ideia, que será central na exegese cristã posterior, das correspondências entre o Antigo e o Novo Testamentos. Ao mesmo tempo nasceram dois polos interpretativos, uma corrente que via esta figuração como representando acontecimentos históricos concretos, e a outra que atribuía à interpretação figurativa um sentido mais espiritual (Auerbach 1994: 31). A partir do século IV a interpretação figurativa atinge a plenitude em quase todos os autores da cristandade latina e a primeira corrente tornou-se preponderante.

Segundo Henri de Lubac, todo este sistema se completa e organiza no século XII com o abade cisterciense Joaquim de Fiore (1135-1202) (Lubac 1959: 521). Dividindo a História em três períodos e fazendo-os corresponder às três pessoas da Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, Joaquim integra esta relação especular entre o Antigo Testamento (idade do Pai) e o Novo Testamento (idade do Filho) num processo triádico que deveria concluir-se com o nascimento da terceira e derradeira época histórica, a idade do Espírito Santo. O Antigo e Novo Testamentos deveriam refletir-se através de acontecimentos “tipológicos” (Reeves 1993; Lubac 1981).

Num artigo publicado na *American Historical Review*, Jorge Cañizares-Esguerra colocou a questão da semelhança entre determinadas formas de milenarismo europeu existentes no espaço atlântico. Foi precisamente na questão da existência de uma tradição tipológica comum a todo o espaço europeu que este autor viu a razão de ser de um tal fenómeno. Contudo, Cañizares-Esguerra faz notar que a partir de uma determinada altura a tipologia se tornou uma forma exegética peculiar ao protestantismo (Cañizares-Esguerra 2007: 792).

Embora tenha frutificado principalmente no mundo protestante, esta tipologia profética parece ter tido início nos escritos de alguns jesuítas. Iden-

tificado como a origem de toda esta viragem surge o jesuíta Francisco Ribera e a sua interpretação do Apocalipse (1592) (Armogathe 2001: 246). O continuador de Ribera seria um outro jesuíta, o flamengo Cornelius a Lapide.

Como o próprio referiu no seu processo inquisitorial, Cornelius foi uma fonte fundamental para Vieira no que diz respeito à interpretação do livro do Apocalipse. Cita-o, em particular, num ponto que parece ter perturbado os inquisidores: a destruição de Roma, identificada como a grande meretriz da Babilónia (Muhana 1995: 90).

Paralelamente à novidade trazida por Ribera e Cornelius, a exegese profética sofreria uma evolução em Inglaterra. Por volta de 1600 estabeleceu-se nesse país um núcleo de hebraístas encarregues de traduzir uma “versão autorizada” do Antigo Testamento. Por esta via, os académicos ingleses tiveram acesso à exegese judaica das Escrituras. A partir dessa altura os judeus começaram a ser vistos cada vez mais como uma peça fundamental para o cumprimento das profecias (Zakai 1997: 222-23). Assim, os exegetas ingleses começaram a ligar a destruição de Roma à conversão dos hebreus. Esta profetizada queda de Roma é um dos aspetos negligenciados do processo de Vieira e que o ligam a um pensamento apocalíptico estranho ao contexto português.

A evolução inglesa conheceria um desenvolvimento decisivo com a publicação em 1627 da obra-mestra de Joseph Mede (1586-1638). A obra era a *Clavis Apocalyptica* e pretendia lançar as bases de uma sistematização da exegese profética das Escrituras. Sintetizando um pouco a ideia, pode dizer-se que tentou criar uma ciência da profecia. Mede era, também, um profeta sereno.

Joseph Mede é o elo que faz a ligação entre a tradição figurativa inglesa e o padre António Vieira. Na *Clavis Apocalyptica* é apresentado um esquema de correspondências de natureza tipológica ligando o livro de Daniel ao livro do Apocalipse, ao mesmo tempo que projeta essas correspondências para o tempo futuro (Delumeau 1997: 269). Os pontos de contacto entre Vieira e Mede não podem, na minha opinião, ser atribuídos ao acaso.

Desde logo a ligação que faz entre Daniel e o Apocalipse, onde se funda a tese da Quinta Monarquia. Depois, o próprio título *Clavis Apocalyptica*, semelhante à *Clavis Prophetarum* redigida pelo jesuíta português alguns anos mais tarde. Ambas as obras têm o mesmo propósito, que é anunciado no nome: estabelecer uma chave interpretativa. Neste ponto é muito importante notar que Vieira tinha já retirado o título da sua obra *Esperanças de Portugal* de uma outra redigida por Menasseh Ben Israel com título semelhante, as *Esperanças de Israel* (Saraiva 1992: 101).

A fundamentação geral que é fornecida na obra de Mede para justificar a sua expectativa messiânica é também a mesma de Vieira. Ambos referem que o conhecimento humano é cumulativo e que o mundo parece estar a chegar a uma maturidade anunciadora de uma nova era. Nesta perspetiva considera-se que Aristóteles, por mais ilustre que tenha sido, viveu na infância da humanidade (Popkin 1992: 106). Esta ideia surge expressa em termos muito semelhantes pelo jesuíta, para quem os padres da Igreja não teriam na sua posse os conhecimentos necessários para interpretar as Escrituras, uma vez que largas porções da Terra só foram descobertas em tempos recentes e essas descobertas tinham relevância para a interpretação profética (Neto 2001: 85). Por outro lado, tal como Vieira, Mede previu um Império de natureza espiritual mas que deveria ter lugar na Terra¹. Finalmente, existe uma série de coincidências entre ambos que resultam da centralidade que o livro do Apocalipse assume no pensamento de Mede e que Vieira partilhará. Entre estas estão a importância que ambos atribuem à destruição de Roma e ao número 666 e a questão da ressurreição que determinará, em última análise, o processo inquisitorial do jesuíta português.

A *Clavis Apocalyptica* permaneceu editada exclusivamente em latim até 1643, altura em que o parlamento inglês ordenou a sua publicação em vernáculo, o que levaria Mede a tornar-se uma das principais referências da pulverização milenarista que emergiu nas décadas de 40 e 50 em Inglaterra. Como tal, a obra esteve desde a sua primeira publicação acessível a qualquer pessoa versada na língua latina. Contudo, fica por explicar de que forma e em que altura é que terá chegado ao jesuíta português.

É importante não esquecer que Mede atribuía também à conversão dos judeus uma importância central no esquema da instauração do Império de Cristo sobre a terra (Clouse 1969: 202). Quanto a Vieira, na opinião de António José Saraiva, “ao contrário do que é geralmente admitido, Vieira não se interessa pela questão dos cristãos-novos por simples razões conjunturais, políticas e económicas” (Saraiva 1992: 107). Na verdade, tal é confirmado pela denúncia que em 30 de outubro de 1652 foi feita na mesa da Inquisição por Manuel Álvares Carrilho, um frade de S. Bento de Avis que privou com o Padre António Vieira em Roma. Foi nos últimos meses do ano de 1649 que Vieira lhe terá confidenciado:

entendia também que Deos Nosso Senhor guardava aos hebreos, que conforme a opinião de alguns doutores rezidem tras os montes refens para algum grande

¹ Para o caso de Vieira ver Jordán 2003: 51; para Mede, ver Firth 1979: 222.

misterio (...) que assim os dittos hebreos como nos mais da mesma nação que vivem entre catholicos se havião versificar, e aver effeito o reyno temporal de Christo, porquanto este não estaria ainda cumprido nem tinha havido effeito, e que se avia ainda de cumprir na ditta gente hebreá².

É bastante claro que estamos aqui em face da questão das tribos perdidas de Israel e da doutrina que afirmava que a sua descoberta seria um sinal dos últimos tempos.

O denunciante afirmou que esta conversa tivera lugar “nos últimos meses do ano de quarenta e nove”. À época, Vieira tinha vindo recentemente da Holanda onde se encontrara com Menasseh Ben Israel, uma figura de primeiro plano no panorama intelectual judaico da época (Kaplan 1989). Precisamente nessa altura existia uma polémica acerca da descoberta das tribos perdidas que empolgava os milenaristas britânicos, em particular um correspondente e amigo de Menasseh, John Dury (Van Der Wall 1988). Nesse mesmo ano de 1649, Dury escrevera a Menasseh interrogando-o acerca dos rumores que corriam sobre a eventual descoberta das tribos perdidas na América (Van Der Wall 1985: 46). Na verdade, este ano de 49 mostra todo o círculo milenarista inglês que se correspondia com Menasseh obcecado com a questão (Van Der Wall 1985: 55). Importa referir que Dury era também um homem cujo pensamento exegético resultara diretamente da influência de Joseph Mede (Popkin 1992: 96).

O milenarismo inglês era radicalmente filo-semita e Dury via no regresso dos judeus a Inglaterra simultaneamente uma condição importante para o desenvolvimento económico inglês, na mesma medida em que, dada a visão messiânica e nacionalista que atribuía ao seu país, achava que o regresso seria um sinal do advento do reino de Cristo. Para tal, começou a divulgar as obras de Menasseh em Londres, em particular as *Esperanças de Israel*, e colocou-o em contacto com Oliver Cromwell (Trevor-Roper 1999: 262). Em 1656 os judeus seriam readmitidos em Inglaterra, de onde tinham sido expulsos em 1290³.

Entre os séculos XVI e XVII os judeus tornaram-se um elemento fundamental no pensamento apocalíptico protestante. O mesmo não sucedeu no universo católico. Avihu Zakai demonstrou como a imagem do judeu se alterou radicalmente em Inglaterra durante este período (Zakai 1997). A razão última para esta importância dos judeus tinha que ver com a exegese

² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Livro 242, fls. 74v-75.

³ Sobre o regresso dos judeus a Inglaterra, consultar Katz 1982.

tipológica. Israel era o modelo para a constituição política que se pretendia implantar em Inglaterra. A súbita emergência da literatura utópica resultante das expectativas geradas pela Revolução Inglesa era largamente marcada pelos exemplos do Antigo Testamento e pelo modelo bíblico de comunidade (Manuel 1982: 340). Para além da literatura de pendor utópico, também a teologia protestante, em particular a calvinista, via os sacramentos judaicos e cristãos como sendo essencialmente os mesmos, e atribuindo apenas à fé o modo de salvação. Assim, os judeus e os cristãos eleitos funcionavam como tipo e anti-tipo (Lewalski 1970: 1055). A este propósito é extremamente útil lembrar a polémica gerada pela proposta de Vieira acerca da recuperação das cerimónias judaicas:

da interpretação literal de David [salmo 50] consta que o Templo será reconstruído e os sacrifícios restabelecidos na época da Igreja futura na qual os judeus e os os Gentios acreditarão em Cristo Senhor (Saraiva 1992: 106).

Foi com este mundo que António Vieira contactou em Amesterdão. A 19 de Janeiro de 1649, o jesuíta Martim Leitão vinha denunciar o seu confrade António Vieira à Inquisição. Este tinha regressado havia pouco tempo da Holanda e mostrou-lhe, a ele, Martim, e a um outro padre da Companhia, Francisco Soares, dois livros que tinha trazido. De um, o denunciante não recordava o nome, do outro lembrava-se que era um livro de profecias e que Vieira lhe chamava “Vates”. Francisco Soares perguntou-lhe então se aqueles livros “eram católicos” ao que lhe respondera que não. O denunciante não deixaria de mencionar que quando respondeu, Vieira sorria “como de escárnio”⁴.

É impossível catalogar todas as coleções de profecias que circulavam na Europa durante o Antigo Regime. Existia uma miríade de textos, permanentemente reescritos de modo a corresponder às circunstâncias políticas de cada momento. No entanto, de entre todas as que consultei, a única que consegui identificar com este título foi um texto profético intitulado *Vates anglicus*, o “profeta inglês”, e refere-se a um conjunto de profecias atribuídas a uma personagem mítica e que tinha larga difusão em toda a Europa: o mago Merlin⁵. Como Keith Thomas demonstrou, as profecias atribuídas a Merlin foram as que conheceram maior divulgação em Inglaterra durante a guerra civil e o *interregnum* (Thomas 1973: 461).

⁴ ANTT, Inq. Lisboa, Promotor, livro 230, fls. 88-89.

⁵ Para a identificação do título, ver Lahdensuu 2004: 93.

Mas Vieira não se limitou a trazer livros da Holanda. Continuou a recebê-los através de uma via privilegiada. Na verdade, parecia existir uma ordem régia para que todos os livros que chegassem à alfândega de Lisboa destinados ao Padre António Vieira não sofressem uma censura prévia da Inquisição. Foi o jesuíta Pedro de Almeida quem o revelou na mesa do Santo Ofício, no dia 16 de janeiro de 1650. Este acompanhara um outro jesuíta, Luís Pessoa, presumivelmente um homem da confiança de Vieira, para irem buscar alguns livros que tinham chegado destinados ao famoso pregador. Eis o testemunho de Almeida:

alguns dos quais [dos livros] trouxe o ditto padre Luis Pessoa para caza dizem que os trazia para o ditto padre Antonio Vieyra de quem erão, e declarou elle testemunha que ouvira dizer não lhe lembra a quem que avia ordem ou decreto de Sua Magestade para se tirarem da alfandega os livros que vinhão para o ditto padre Antonio Vieyra sem virem ao Santo Officio por virem alguns para o príncipe nosso senhor (ANTT, Inq. Lisboa, Promotor, livro 242, fl. 48).

Luís Pessoa estava consciente de que os livros eram proibidos. Pedro de Almeida provavelmente não. A dada altura, Pessoa ter-se-á dirigido a um local para comprar determinada coisa, entregando os livros a Pedro de Almeida. Nesse momento passava por ali o conde do Redondo, o qual “com curiosidade lhe pediu o livro para saber a *matteria delle*”. Quando Luís Pessoa voltou, encontrou o conde a desfolhar um dos livros. O jesuíta Pedro de Almeida nem sequer pensou que estaria a cometer uma imprudência, pelo que ficou algo espantado ao ser repreendido pelo confrade, que lhe disse que “o Padre Antonio Vieyra o avia de sentir muito, por lhe ter em conta de grande cauteloso em obrar e trazer aquelles livros” (ANTT, Inq. Lisboa, Promotor, livro 242, fl. 47). Foi nesse momento, disse, que “*cresceo a elle testemunha a sospeita*”. Quando interrogado acerca das características particulares dos livros em causa, a testemunha referiu um “em lingua latina, com algumas palavras escritas em hebraico (...) de quarto pequeno, de couza de dous dedos, encadernado em pergaminho da Flandres” (ANT, Inq. Lisboa, Promotor, livro 242, fls. 47-47v).

Quer a descrição física do livro, quer as circunstâncias cronológicas encaixam de forma perfeita levando a identificar a obra descrita como a versão latina das *Esperanças de Israel* de Menasseh Ben Israel. Olhando para o frontispício das edições hoje sobreviventes pode ver-se o título em caracteres hebraicos seguido da inscrição *hoc est, Spes Israelis* (ou seja, Esperanças de Israel). Em baixo a data, 1650. Na verdade, o testemunho de Pedro de Almeida é de janeiro desse ano, mas sabe-se, através de uma carta de Menasseh para

John Dury, que o livro acabou de ser impresso em dezembro de 1649, na própria oficina do autor, o qual exercia também o ofício de impressor. Nessa carta, o filósofo judeu perguntava ao seu amigo britânico se pretendia receber o exemplar encadernado ou por encadernar (Van Der Wall 1985: 58).

Daqui se podem concluir duas coisas. Primeiro, o livro foi enviado a Vieira diretamente do prelo de Menasseh, imediatamente após a sua conclusão. Segundo, Vieira fazia parte (ainda que de forma informal e distanciada) de um círculo que partilhava interesses de natureza milenarista e que tinha o seu eixo entre Londres e Amesterdão. Só assim se compreende uma tal honra concedida ao jesuíta português pelo autor/impressor. Em Londres, Dury tornou-se o grande propagador da obra, encomendando centenas de exemplares que rapidamente começou a distribuir pelos puritanos, junto dos quais se tornaria um grande sucesso editorial (Braude 1994: 1116).

Mas no testemunho de Pedro de Almeida está implícito que se tratava de mais do que um livro e que existia uma espécie de “canal aberto” para a aquisição de obras vindas do exterior. Qual a natureza dessas obras?

Em finais de outubro de 1649, no próprio quarto do rei, Vieira discutira com João Piçarro, capelão do monarca, acerca da infalibilidade papal na canonização dos santos. A denúncia não é absolutamente clara porque não permite determinar com precisão o fundo da disputa, uma vez que ambos concordavam que era de fé que o papa não podia errar nessa matéria, como nas restantes. Contudo, apesar da natureza pacífica do assunto gerou-se animosidade e a dada altura o jesuíta disse que “elle [Vieira] seguia que era de Fee que o Papa não podia errar, mas que havia muitos que dizião que não hera de Fee, e que isto mostrava por livros que mandara buscar para este effeito” (ANTT, Inq. Lisboa, Promotor, livro 242, fl. 27).

Vieira possuía livros proibidos. Isso é um facto conhecido. Ele próprio, numa carta datada de 21 de maio de 1653 e enviada ao jesuíta André Fernandes, futuro bispo eleito do Japão, faz menção a um “caixão de livros proibidos que está na livraria de S. A., os quais foram trazidos do Norte” (Hansen 2003: 197). Pede-lhe que os destrua ou que convença o rei a destruí-los e provavelmente terá sido esse o destino das obras. Mas que obras eram essas? Entre as duas já identificadas, do *Vates Anglicus* e das *Esperanças* de Menasseh, não seria de espantar que também lá se encontrasse a *Clavis Apocalyptica* de Joseph Mede.

A filiação do Padre António Vieira neste círculo milenarista e na sua tipologia profética, bem como a influência de Mede, exercida através desse mesmo círculo, permite uma tentativa de decifração de um dos aspetos mais desconcertantes do pensamento profético do jesuíta português. Refiro-me

à tese de que D. João IV deveria ressuscitar. Este facto tem sido descartado como uma extravagância incompreensível (Azevedo 1984: 75). Tentarei demonstrar que não se trata de extravagância, mas sim de levar até às últimas consequências toda uma linha de raciocínio.

Antes de mais é de notar uma coincidência. A famosa carta ao bispo do Japão, onde a ideia aparece expressa, foi redigida em 1659 no Brasil. Um ano antes, em Portugal, era apreendido pelo Santo Ofício um papel que, segundo as palavras dos inquisidores Francisco Barreto e António Soares de Castro, “neste reino se publicou e espalhou”. Nesta profecia é dito que no ano de 1665 “ressuscitará huma grande pessoa” e que no ano seguinte “ressuscitará outra grande pessoa” (ANTT, Inq. Lisboa, Promotor, livro 237, fl. 108). Avançando três anos, em 1661, constata-se que, em Inglaterra, os seguidores do General Thomas Harrison, um dos principais líderes do movimento da Quinta Monarquia, executado nesse ano, começaram a divulgar a ideia de que o seu líder deveria ressuscitar para cumprir as promessas frustradas do movimento (Hutton 2001: 4).

Muito provavelmente, nenhum dos três factos tem qualquer relação direta entre si. Não obstante, esta notável sincronia de acontecimentos não se deve apenas ao acaso. A meu ver, isso é devido à exegese tipológica do Apocalipse e a uma “figura” conhecida como “as duas testemunhas” (Petersen 1993). No livro do Apocalipse são mencionadas duas testemunhas que deverão morrer, fazer mortas na rua durante três dias e meio e ressuscitar. A exegese bíblica reconhece nelas as figuras de Enoch e Elias, embora outras versões incluam também Moisés (Bauckham 1998: 273). Como tal, os homens da Quinta Monarquia que seguiam Harrison afirmavam que ele deveria ressuscitar passados três dias e meio, baseando-se numa exegese figurativa que vê no oficial executado como o anti-tipo das “duas testemunhas”.

Exatamente o mesmo assunto sobre que versava a profecia confiscada pela Inquisição de Lisboa, que referi acima. O trinitário frei Filipe da Rocha, encarregue pelo tribunal de qualificar as proposições contidas nesse texto, reconheceu imediatamente a alusão às “duas testemunhas”. Eis o seu parecer:

3ª Proposição: que nos annos de 1665 ressuscitarão dous homens grandes. Também condeno estas por erróneas e heréticas. Se estes dous homens são Henoch e Elias, como mostra a ordem das proposições, porque destes não se pode dizer que resuscitarão, pois he de Fe que não morreram. De Henoch consta estar vivo por S. Paulo (...) De Elias consta do 4 dos Reis pois foi arrebatado vivo... (ANTT, Inq. Lisboa, Promotor, livro 237, fl. 112).

A profecia de Lisboa e a expectativa de ressurreição por parte dos homens da Quinta Monarquia tinham uma fonte comum: a interpretação do livro do Apocalipse em chave tipológica. A coincidência cronológica também não é difícil de justificar. Estava-se a entrar na década de 60, na qual inúmeros intérpretes do texto de S. João viam como os dias do fim, a década do 666. Mas será que se pode estender esta análise ao pensamento de Vieira?

Já referi acima a importância que o Apocalipse assume na exegese de Vieira. Referi também que, tal como Mede, na sua *Clavis Apocalyptica*, e outros intérpretes protestantes do texto de S. João, o jesuíta identifica Roma com a imagem apocalíptica da grande prostituta da Babilónia. Durante o seu processo chegou mesmo a soltar uma crítica velada à Igreja, quando interrogado acerca das razões que levariam Deus a permitir que a Igreja fosse castigada. Disse que lhe parecia que “uma das principais razões será a pouca reformação e zelo de alguns prelados eclesiásticos, e que também será possível entrar neste numero alguns ou algum dos Sumos Pontífices no tocante àquelas cousas em que podem peccar como homens” (Muhana 1995: 87).

Foi na sessão de 8 de fevereiro de 1664 que Vieira revelou o nexos que o ligava aos dois outros casos referidos em que as “duas testemunhas” são interpretadas em chave tipológica. Nesse dia os inquisidores perguntaram-lhe em que tempo e de que modo se deveria fazer a “dita redução universal à Igreja Católica”, ao que o réu respondeu:

Disse que tem lido em muitos Autores, que ensinam haver de ser esta conversão geral por meio de Henocho e Elias, depois da vinda do Anticristo, mas que segundo a doutrina de outros, e de vários lugares da Sagrada Escritura que em sua defesa alegará, lhe parece (mui) provável poder ser a dita conversão universal antes da vinda do Anticristo, por meio dos pregadores evangélicos, para o que poderá ajudar muito o rei de Portugal que então for (Muhana 1995: 80).

A questão que aqui se coloca é só uma e era polémica junto dos exegetas do Apocalipse: como identificar as figuras das “duas testemunhas”. O jesuíta rejeita a interpretação figurativa de Enocho e Elias, colocando no seu lugar os pregadores evangélicos, por um lado, e o “rei de Portugal que então for”, por outro. Ora, o réu estava a jogar à defesa ao falar no rei “que então for”. Para Vieira seria sempre D. João IV. Ele próprio, em vários passos do processo o deixa a entender, não de forma explícita, mas deixando no ar a possibilidade. Segundo as suas próprias palavras, o réu tinha “a dita ressurreição e as ditas duas proposições por moralmente prováveis” (Muhana 1995: 54).

Na verdade, ao identificar as duas testemunhas com a dualidade entre pregadores da Igreja e rei de Portugal, Vieira estava apenas a corporizar uma ideia que aparece de forma insistente no seu pensamento profético e que tinha raízes profundas na Europa (Weinstein 1970). Refiro-me à ideia de uma autoridade dupla, secular e religiosa. Um “papa angélico” e um “imperador dos últimos dias” seriam os dois instrumentos da regeneração do mundo. Segundo as palavras de um dos mais reputados especialistas do pensamento de António Vieira, Raymond Cantel, no sistema do jesuíta português “os homens não verão a Cristo. Este regenerará o seu império por intermediário de dois representantes escolhidos desde a eternidade. Um será o Papa e o outro o rei de Portugal” (Cantel 1960: 136).

Contudo, para além da influência externa, existe uma razão interna à sua condição de jesuíta que nos ajuda a compreender o pensamento de Vieira. É comum pensar-se que o famoso processo de Vieira na Inquisição foi o primeiro e único⁶. Não obstante, cerca de dez anos antes do início do seu processo, a 21 de julho de 1663, iniciara-se um outro que levava o seu nome na capa, juntamente com a de um outro jesuíta, Inácio Mascarenhas (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 10652).

O processo teve origem em outubro de 1652, quando o inaciano se preparava já para atravessar o Atlântico. Como tal, seria Mascarenhas a responder na mesa do tribunal. Na base de tudo esteve uma denúncia de João Piçarro, o capelão do rei. Piçarro encontrava-se no quarto do príncipe juntamente com os dois jesuítas e com Sebastião César de Meneses, membro do conselho do rei, do conselho geral da Inquisição e bispo eleito de Coimbra⁷. Num dado momento, o capelão lamentou a sorte de um inglês protestante que fora recentemente enforcado e levado a queimar para a Igreja de S. Paulo. Piçarro tinha-se esforçado, juntamente com certa “pessoa de letras”, a que o inglês renunciasse à fé protestante. Os esforços foram em vão e o capelão lamentava a sorte daquela alma, que agora estaria no inferno. Inácio Mascarenhas tomou a dianteira. Chamou “temerário” ao capelão por ter proferido aquela afirmação, tentando persuadi-lo que

o homem se poderia salvar seguindo sempre sua seita de seos erros e acabando nelles porquanto o homem poderia estar sempre firme entendendo que a dita sua seita era a verdadeira, e que só com estar baptizado e não tendo feito pecado mortal bastaria para se salvar.

⁶ Sobre as causas do processo ver Paiva 2011.

⁷ A denúncia de Piçarro está em ANTT, Inq. Lisboa, proc. 10652, fl. 8 e ss.

O capelão respondeu-lhe que não se podia sequer alegar ignorância neste caso, uma vez que lhe foram explicados os mistérios da fé católica, que ele, o inglês, obstinadamente recusou por falsos. Mascarenhas não desarmou:

Ainda no caso que hum semelhante herege se reduzisse à Fee crendo firmemente nella e depois o ditto tornasse aos primeiros erros tendo para si que quem o reduzira a Fee o enganara e que os motivos que lhe apontara eram falsos ainda antes persuadido que a dita sua seita era certa, apegando se a ella firmemente sem duvidar, se podia salvar assim como no primeiro cazo, dando por razão... a obrigação de seguir a consciência errónea (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 10652, fls. 8v-9).

O inquisidor anotou na margem: “obrigação de seguir a consciência errónea”. Mascarenhas só viria a ser chamado à mesa do Santo Ofício em fevereiro de 1653. Entretanto, em novembro do ano anterior, poucas semanas após a altercação com Piçarro, já o seu confrade António Vieira tinha seguido rumo ao Brasil. No dia 18 de fevereiro de 1653 Inácio Mascarenhas encetou, de forma convicta e com uma erudição teológica notável, a defesa da consciência individual como critério último da salvação, invocando a autoridade de S. Tomás de Aquino. Por fim disse que precisava de mais tempo e, por isso, pedia que lhe deixassem trazer os fundamentos da sua posição por escrito⁸.

É difícil determinar as razões que levaram o Santo Ofício a demorar cerca de quatro meses para chamar Mascarenhas à mesa do tribunal. Inusitada foi, também, a duração do processo, que se prolongou por seis anos. Todavia, quando se olha para o documento percebe-se que a questão não era tão óbvia como poderia parecer. A maior parte da documentação constante do volume é constituída por pareceres de qualificadores, nos quais se encontram vertidos um legalismo e uma minúcia excepcionais. Só em 1658, de forma a dissipar dúvidas, a Inquisição de Lisboa escreveu para Roma, o que demonstra bem que a dúvida se tinha instalado.

A 9 de março de 1658, o cardeal Barberini, da Sagrada Congregação do Santo Ofício, escrevia para Lisboa uma carta em que a proposição era censurada para além de qualquer dúvida (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 10652, fl. 136). Em agosto eram chamados à mesa, para abjurarem dos seus “erros”, Inácio Mascarenhas, vários qualificadores do Santo Ofício que tinham avaliado a proposição como lícita e três jesuítas, entre os quais o próprio provincial da Companhia, Manuel Tinoco⁹.

⁸ A sessão de Mascarenhas encontra-se nos fls. 45 e ss.

⁹ As abjurações encontram-se nos fls. 133 e ss.

Mas já antes, em 1649, Vieira se tinha exposto publicamente em relação a este assunto, tendo sido alvo de denúncia. O jesuíta tinha acabado de chegar da Holanda e dirigira-se a Alcântara para falar com o rei. Vieira surge opulento, trajando à civil, “vestido de cinto com espada e luvas guarnecidas de ouro”. O denunciante não o conhecia, mas o homem que o acompanhava, o inevitável João Piçarro, disse-lhe “que era o padre Antonio Vieira, que naquella ocasião tinha vindo das partes do Norte aonde sua magestade o mandara” (ANTT, Inq. Lisboa, Promotor, livro 242, fl. 18 e ss).

Segundo o testemunho de Pedro Álvares, Piçarro estava absorto a ler um breviário em voz alta quando o jesuíta o interpelou. Disse-lhe que aquilo que estava a ler não era verdade. Piçarro argumentou, compreensivelmente, que deveria ser verdade porque estava escrito no breviário. Vieira disse então:

... se hum homem fosse criado por seus pays em qualquer das seitas contrarias a Nossa Santa Fee catholica e depois de doutrinado nella seguisse tendo-a por boa ainda que depois alcançasse o conhecimento de Nossa Santa Fee, se contudo se não soubesse determinar em qual dellas havia de alcançar a salvação e nesta duvida recorresse com a consideração a Deos e dissesse que fosse servido encaminhallo no que dizia seguir para se salvar que era o seu principal intento, e sobre isto seguisse e continuasse na crença da ditto seita em que se criara, sendo sempre o intento de abraçar a salvação, bastaria para a alcançar.

A dada altura tirou as luvas dizendo ao seu interlocutor:

... que culpa teria elle João Piçarro se querendo dar-lhe elle ditto padre a melhor das dittas luvas e procurando a esse fim alcançar qual dellas o era, contudo lhe desse aquella que tivesse alguma macula oculta ou falha ...

O inquisidor anotou na margem: “comparação das luvas” (ANTT, Inq. Lisboa, promotor, livro 242, fl. 20).

É de salientar que a liberdade de consciência estava, nessa precisa altura, a ser um dos pontos mais discutidos em Inglaterra, onde a vida religiosa do país se estava a pulverizar em seitas promotoras de anticlericalismo e da valorização de uma interioridade radical e até mesmo anárquica (Zagorin 2003: 188; Haller 1963; Davis 1992).

No que diz respeito ao pensamento jesuítico e à sua relação com a tolerância encontramos-nos face a uma questão semelhante à da exegese do Apocalipse. Tal como os atrás mencionados jesuítas Cornelius ou Ribera criaram uma interpretação que viria a florescer no universo protestante, também aqui vemos diversos jesuítas a opinar sobre um assunto que ocupava, à época, o

centro da discussão em terras britânicas, no contexto da guerra civil. Um grande especialista da espiritualidade jesuíta, John O'Malley, viu nesta um nexo de ligação com a espiritualidade protestante por via da importância que ambas atribuíam à figura de S. Paulo (O'Malley 1988: 19). Seja como for, é necessário não perder de vista que na abjuração do processo Vieira/Mascarenhas estavam, para além do mesmo Mascarenhas, outros três jesuítas e um deles era o próprio provincial.

Como sublinhou Adriano Prosperi, esta abertura de espírito seria sempre inevitável numa instituição que foi fundada por um homem que experimentou pessoalmente a repressão inquisitorial e que tinha uma assumida vocação universalista (Prosperi 1994: 194-95). A autoridade de referência dos jesuítas nesta matéria era S. Tomás de Aquino, cuja ética se funda na defesa radical da consciência individual. Ao contrário da ética franciscana, na qual deveria prevalecer o respeito à lei divina, fundado no amor por Deus, S. Tomás dizia que mesmo quando a consciência é errónea deve ser seguida pois o bem visado por uma ação não é o bem em si, mas sim o bem enquanto apresentado a mim pela minha própria razão (Filho 2008: 180-81; Chenu 1991: 25-55).

A revolução inglesa libertou forças que geraram um pluralismo religioso irreversível, mesmo depois da restauração monárquica. A proliferação das seitas tornou impossível estabelecer uma ortodoxia que funcionasse como âncora do pensamento religioso. A controvérsia acerca da separação entre Igreja e Estado estava em voga e vinha já sendo discutida ainda antes da eclosão da guerra civil. Um bom exemplo disso mesmo foi a polémica entre John Cotton e Roger Williams, na década de 30, na colónia britânica da Nova Inglaterra. Cotton defendia que a pessoa que persistisse no erro depois de lhe ter sido mostrada a verdade era culpada, não de “consciência errónea”, mas de pecado contra a consciência. Williams discordava e defendia o oposto. Para além da coincidência ideológica e terminológica com o caso Vieira/Mascarenhas, é relevante notar que Roger Williams utilizou um esquema de interpretação tipológica das Escrituras para justificar a sua posição (Trevor-Roper 1999: 201)¹⁰.

Mas os fios que tecem o triângulo formado por Vieira, a ideia de tolerância e o milenarismo inglês não se esgotam aqui. Com efeito, Richard Popkin chamou a atenção para uma situação aparentemente paradoxal: foi das duas forças mais extremadas em relação à religião que saíram as primeiras reivin-

¹⁰ Um estudo bastante desenvolvido acerca da interpretação tipológica utilizada nesta controvérsia é Bercovitch 1967.

dicações de tolerância religiosa. Referia-se ao ceticismo religioso e ao milenarismo (Popkin 1998). No seu texto, Popkin associa, entre vários outros, Vieira e John Dury, dois dos homens a quem Menasseh enviou um exemplar das *Esperanças de Israel*. Dury tinha um projeto de união de todas as igrejas cristãs envolvidas por um cristianismo para além de credos e doutrinas particulares (Popkin 1998: 245). Estamos aqui no domínio da utopia religiosa.

Existem, certamente, razões para o súbito desenvolvimento da utopia como género literário nos séculos XVI e XVII, de que são exemplos a *Oceana* de Harrington ou a *Macaria* de Samuel Hartlib. Uma razão evidente terá sido o fascínio da descoberta de novos mundos e novas formas de sociedades humanas. Contudo, seria demasiado simplista ficar por aí. De facto, a desagregação das organizações tradicionais e a paralela consolidação dos Estados nacionais, com uma inusitada extensão de poderes, rápido crescimento da maquinaria e desenvolvimento da administração, fizeram com que fosse o Estado a posicionar-se como o único obstáculo a uma situação política e religiosamente fragmentada e caótica (Eliav-Feldon 1982: 128).

Embora seja frequentemente associado à ideia de utopia, a verdade é que o Padre António Vieira nunca produziu um escrito que se possa designar, com propriedade, utópico. Da descrição política, legislativa ou social de uma sociedade ideal nada se lhe conhece. Confiava, certamente, no carácter autorregenerador do reino de Cristo implantado na terra.

Os movimentos revolucionários em Inglaterra tiveram uma importância excecional e um impacto enorme na Europa. Pela primeira vez um povo depunha e executava um monarca que se julgava investido de poder divino. Dois anos antes da execução do rei, em 1647, quando a situação política estava profundamente agitada, Vieira teve uma breve estadia em Inglaterra. Lúcio de Azevedo mostra estranheza porque:

nesses poucos dias que passou em Inglaterra este homem tão perspicaz parece surdo ao rumor dos acontecimentos que então agitavam o país... o rei prisioneiro, o exército constituído em poder do Estado, a nação convulsa, e uma espécie de novo judaísmo, na exuberância das aplicações bíblicas, a triunfar com a rebelião (Azevedo 1992: 101-102).

Não creio que este silêncio se deva a desinteresse, mas a uma prudente omissão. Foram muito bem dissimuladas todas as influências que tenho vindo a referir e é significativo e compreensível que Vieira não mencionasse autores protestantes no seu processo. O próprio Menasseh é aí mencionado de uma

forma seca e distante, como se se tivesse tratado de um simples encontro ocasional (Muhana 1995: 93).

As conseqüências dos acontecimentos ingleses no profetismo português ultrapassam a questão do Quinto Império e do Padre António Vieira. Os arquivos da Inquisição fornecem-nos exemplos que ilustram essa influência. Um dos mais interessantes e curiosos é o do profeta e homicida Francisco de Mendonça, frade do convento cartuxo de Laveiras, e dos seus dois seguidores Bruno do Espírito Santo e António Serrão. O caso decorreu em 1651. Francisco de Mendonça alimentava a convicção de que Lisboa deveria ser cabeça do mundo e que ele, Mendonça, estava destinado a fazer uma reforma da qual resultaria grande felicidade para a humanidade, criando a “igreja de São” onde reinaria a paz e a felicidade¹¹. Deveria ser acompanhado nesta tarefa por um outro frade, Bruno do Espírito Santo, que segundo ele estaria destinado ao pontificado (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 788, fl. 44). Contudo, a conduta sexual de Mendonça era mais do que reprovável. Antes de estar preso no seu convento, devido a um homicídio para o qual nem sequer tinha razões que o justificassem (que ele justificou porque “Deus lhe dissera [para o fazer] e Ele era o Senhor das Vidas”), Mendonça escrevia cartas a “mulheres mundanas”, que na sua perspectiva muito particular considerava “anjos” (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 788, fl. 18). Tudo isto estava, segundo o nosso profeta, aprovado por Deus. Este visionário dividia o mundo em duas categorias de homens, os que estavam destinados à salvação (a quem designava por predestinados) e os outros. Nesta ótica, qualquer conduta era aceitável e agradável a Deus. Uma só coisa era inadmissível e pecaminosa: ignorar a sua condição de predestinado¹².

Fundado neste suporte ideológico, o seu discípulo Bruno do Espírito Santo desenvolveu uma relação de carácter homossexual com um terceiro frade cartuxo, António Serrão. Bruno convenceu Serrão de que aquelas ações eram agradáveis a Deus, acrescentando ainda que

como havia de ser Papa e governar a matéria dos matrimónios, importava que cousa era a semente delle confitente [de António Serrão]... e que das outras vezes que tinha visto a semente delle confitente lhe não parecera tão substancial como a delle Dom Bruno... (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 3997, fl. 49v).

¹¹ “Que na ditta igreja de São averia muitas felicidades e santidades, e que avia Deus de seccar os mares e criar nelles reynos” (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 788, fl. 46).

¹² “Que os predestinados que souberem que o erão ficavam eximidos da ley e não peccavão posto que fizessem tudo o quizessem de bem e de mal” (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 788, fl. 34).

Por seu lado, Serrão começou a ter sonhos que parecem ligar a questão da semente humana à ideia escatológica de uma renovação do mundo. Dois deles são bastante reveladores:

Sonhou elle confitente huma vez que vira hum clérigo de Lisboa seu conhecido e que estava em trajos de mulher e que estava prenhe, e dando conta do ditto sonho, como sonho e não revelação ou visão, ao ditto Dom Bruno, este o explicou dizendo que aquillo poderia ser visão do Padre Eterno, e que com aquella representação de prenhez dar a entender que erão lícitos aquelles actos carnaes (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 3997, fl. 50).

É difícil determinar qual a influência que esta justificação de Dom Bruno terá tido na cabeça de António Serrão. O facto é que este voltaria a sonhar:

Vira um menino com quem estava fallando, o qual disse a elle confitente que estava prenhe, elle confitente lhe perguntou no mesmo sonho de quem o estava, e o ditto menino respondera – de ti – e que entendera no mesmo sonho que era o menino Jesus mas que em tal sonho não creu (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 3997, fls. 50-50v).

É digna de nota a menção à predestinação numa altura em que as disputas confessionais dilaceravam a Europa. A negação do livre arbítrio é extrema, aproximando Mendonça (que parece ser o doutrinador) das teses protestantes, especialmente calvinistas: “brutos animais, não têm liberdade para fazer o que fazem, movidos por Deus, assim são os homens” (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 788, fl. 12, segunda numeração). Paralelamente afirmou que era “contra o que a Igreja tinha” e negou a existência do purgatório e do inferno (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 788, fl. 34). Na realidade, esta última conclusão era apenas uma consequência lógica das teses avançadas atrás.

Ja já longa nesta época a história europeia do antinomianismo de fundo místico (McGinn 2005: 57). Este define-se como uma reacção contra a norma, desembocando num relativismo moral e apenas reconhecendo a consciência individual como fonte de autoridade. Mas apesar de longa na Europa era inexistente em Portugal, tal como o fora em Inglaterra, local onde conheceu, precisamente neste período, uma proliferação resultante da multiplicação de seitas. Há uma coincidência que não pode deixar de se notar. Arthur Morton, grande estudioso dos *ranter*s, uma seita mística acusada de diversos desvios, desde homicídios a licenciosidade sexual, diz que foi precisamente nos anos finais da guerra civil e subseqüentes que o antinomianismo apareceu subitamente em Inglaterra, tendo resultado, por um lado, da ideia

de que estava iminente uma nova era e, por outro, da libertação da antiga submissão (Morton 1979: 79). Na realidade, a decapitação de Carlos I, que pôs fim ao conflito, aconteceu em 1649, dois anos antes de a Inquisição começar a interessar-se por Francisco Mendonça.

Na origem deste antinomianismo estava a mística de raiz neoplatónica. Esta implicava a ideia da existência de uma centelha de divindade no interior da alma humana. Recolhendo-se para o interior de si próprio, o homem deveria reconhecer a sua própria origem divina. Jogando com paradoxos e com o princípio de que não pode haver afirmação sem a ideia de negação, postulava-se que Deus não poderia existir apenas para si, mas deveria manifestar-se no mundo, regressando a si de forma auto-consciente. O quietismo, providencialismo e auto-divinização que daí resultam levavam, frequentemente, a uma desvalorização da conduta moral. Desta forma de misticismo nasceram em Inglaterra, entre outros movimentos mais ou menos mitigados, duas seitas: os *ranters* e os *quakers*. A causa próxima desta situação terá sido o interesse que se começou subitamente a revelar em Inglaterra, a partir de 1640, pela obra de dois místicos neoplatónicos, Nicolau de Cusa e Jacob Boheme. Este último, em particular, teve uma importância decisiva¹³.

Ora, o fundo filosófico de Francisco de Mendonça é claramente platónico. A ideia de um Deus que se afirma por negação e que necessita de mergulhar na criação para se tornar consciente do seu ser é clara:

que Deus Nosso Senhor no primeiro instante da eternidade estava como pasmado e arrobado, vivo mas sem discursus e sem obra alguma, e que no segundo instante tornara sobre sy e se vira Deos incriado, e começara a tratar de sua conservação, e de crear as cousas (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 788, fl. 71, segunda numeração).

Depois surge a ideia consequente da auto-divinização e da centelha do espírito de Deus na alma:

que os predestinados não eram criados como as outras criaturas, mas como hum Deus multiplicado derivado do Spiritu de Deos, uns imediatamente e os outros destes, e que elle Dom Francisco era dos predestinados immediatamente derivado de Deos, e que conhecia outros predestinados em diferente grau¹⁴.

¹³ Sobre a importância de Boheme no pensamento de George Fox, fundador dos *quakers* ver Hudson 1943: 179. As primeiras traduções de Boheme e Cusa, acolhidas entusiasticamente, ocorreram precisamente durante o período de guerra civil (Manuel 1982: 352).

¹⁴ ANTT, Inq. Lisboa, proc. 788, fl. 30, depoimento de António Serrão a 14 de junho de 1650.

A sociedade portuguesa era severamente policiada, o que levanta a questão de como é que se terá processado o contágio, de Inglaterra até Portugal. Na verdade, a vigilância existia, mas a dissidência também e esta tentava explorar as falhas do sistema. Vimos um exemplo disso mesmo na ordem régia para isentar de censura inquisitorial os livros que vinham para António Vieira. Um outro exemplo é o do processo da inglesa Ana Gargim.

Ana era uma missionária de trinta anos da seita dos *quakers*, precisamente um dos grupos resultantes da doutrina de “iluminação interior” de fundo neoplatónico. Embarcou em 1656 no porto de Plymouth com destino a Lisboa. O seu propósito era simples e ingénuo: pregar a sua fé em Portugal.

Os *quakers* tinham surgido em Inglaterra apenas quatro anos antes e tiveram uma difusão alargada e imediata. Desempenharam um papel importante ao absorver e moderar as tendências de antinomianismo radical existente no grupo dos *ranters*, nomeadamente o seu materialismo e radicalismo agressivo (Morton 1979, 18). Apesar de tudo, os *quakers* eram frequentemente confundidos com aqueles e tornavam-se alvo de acusações de promiscuidade sexual e depravação. É possível que a semelhança doutrinária entre ambos os grupos tivesse gerado a confusão. O facto é que os *quakers* eram um movimento ligado também à exegese bíblica e ao milenarismo e tinham a característica de conceder um grau extraordinário de autonomia às mulheres (Mack 1982: 24)¹⁵. E isto explica em grande medida o aparecimento de Ana Gargim.

O padre Carlos do Rio, provedor do colégio dos ingleses de S. Pedro e S. Paulo, terá compreendido o perigo da vinda de Ana a Portugal dizendo que

se a ditta mulher ficar neste reyno a entender a lingoa delle seria muito prejudicial porquanto na sua seita se permitem muitas liberdades que se acomodam com a natureza e seriam fáceis de abraçar-se (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 13011, fl. 7v).

Fora precisamente isso que já acontecera relativamente a Francisco de Mendonça.

A seita dos *quakers*, “que quer dizer trementes, seita que novamente [recentemente] se introduziu em Inglaterra”, no dizer de Carlos do Rio, praticava um proselitismo vigoroso. Ao ser interrogada, Ana Gargim expôs de forma genérica aquilo que já foi referido atrás. A dada altura disse na mesa do tribunal que

na dita seita não há preceito que obrigue a pecado mortal, porque o spirito guia a não peccar, e que so peccaria aquelle que não seguir aquelle ditame do spirito (ANTT, Inq. Lisboa, proc. 13011, fl. 20).

¹⁵ Sobre a exegese bíblica e o milenarismo de George Fox, fundador da seita ver Delumeau 1997: 289.

Mas o processo desta mulher fornece algumas pistas interessantes para aferir do nível de policiamento religioso que era praticado, bem como das respectivas vulnerabilidades. A chegada perturbou a comunidade inglesa de Lisboa, que a obrigou a permanecer no barco enquanto estivesse na cidade, tentando (e acabando por conseguir) que ela ficasse aí retida. Carlos do Rio afirma que

os hereges ingleses moradores neste reyno se sentirião muyto da liberdade da ditta mulher por entenderem que do escândalo que ella causaria poderia nascer alguma perturbação nas pazes que de presente se tratavão.

Existia, portanto, uma comunidade de “hereges” a viver em Lisboa e reconhecidos como tal. Um desses hereges serviu mesmo de intérprete entre Carlos do Rio e Ana Gargim. Tratava-se de “hum rapaz vestido de preto, que dizia ser inglês e herege e falava muito bem portugues” (ANTI, Inq. Lisboa, proc. 13011, fl. 15).

Na verdade, desde 1654 que Portugal se vira forçado a ceder às duras exigências da República Inglesa, que exigiu isenção da jurisdição inquisitorial, a possibilidade de utilizar as suas bíblias, exercer atos de culto protestante em casas ou a bordo e ainda que os ingleses protestantes tivessem um local assinalado como cemitério privativo (Prestage 1928: 145). Na altura em que decorreu o caso de Ana Gargim havia negociações para a ratificação do tratado e a comunidade inglesa estava receosa, naturalmente, que a vinda desta mulher viesse perturbar uma situação que lhes permitia imensas vantagens.

Temos, portanto, uma comunidade solidamente estabelecida e interessada no comércio, constituída em larga medida por protestantes e, certamente (a avaliar pela amostra do que se passava em Inglaterra), vários milenaristas, com uma ampla margem de manobra para atuar em Portugal. E esta situação pode muito bem explicar um caso como o de Francisco de Mendonça.

Sucedo assim que a sociedade portuguesa não era tão estanque quanto tantas vezes se supõe. Um dos paradoxos resultantes dessa fluidez de ideias foi o facto de a formação de um mito nacional e “nacionalista”, que perdurou por séculos, ter sido construído com matéria-prima importada. Por outro lado, essa fluidez de ideias não se restringia às camadas letradas. Um bom exemplo disso é a “profecia da ressurreição” que mencionei atrás, um papel que se destinava a circular pela população, permanentemente recopiado e adaptado às circunstâncias. Se as subtilezas da exegese bíblica escapavam de todo ao homem comum, já as predições daí resultantes encontravam uma calorosa receção e divulgação. O mesmo se passaria com o antinomianismo.

Bibliografia

- APPLEBY, Joyce Oldham (1980). *Economic thought and ideology in seventeenth-century England*. Princeton: University Press.
- ARMOGATHE, J.-R. (2001). “*Per Annos Mille*: Cornelius a Lapide and the interpretation of *Revelation* 20:2-8”, in Karl A. Kottman (ed.), *Millenarianism and messianism in Early Modern European culture*. Vol. 2: Catholic millenarianism: from Savonarola to the Abbé Grégoire. Dordrecht, Boston, London: Kluwer, 45-51.
- AUERBACH, Erich (1994). *Figura*. Paris: Belin.
- AZEVEDO, José Lúcio de (1984). *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Presença.
- AZEVEDO, José Lúcio de (1992). *História de António Vieira*. Lisboa: Clássica Editora.
- BAUCKHAM, Richard (1998). *The climax of prophecy*. *Studies in the Book of Revelation*. Edinburgh: T&T Clark.
- BERCOVITCH, Sacvan (1967). “Typology in Puritan New England: the Williams-Cotton controversy reassessed”, *American Quarterly*, 19, 166-191.
- BOXER, Charles R. (1977). *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70.
- BRAUDE, Benjamin (1994). “Les contes persans de Menasseh Bem Israel. Polémique, apologétique et dissimulation à Amsterdam au XVII^e siècle”, *Annales H.S.S.*, 5, 1107-1138.
- CANIZARES-ESGUERRA, Jorge (2007). “Entangled histories: borderland historiographies in new clothes?”, *American Historical Review*, 112, 787-799.
- CANTEL, Raymond (1960). *Prophétisme et messianisme dans l’œuvre d’Antonio Vieira*. Paris: Ediciones Hispano-Americanas.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas (2002). “A difusão da *Apocalypsis Nova* atribuída ao beato Amadeu da Silva no contexto cultural português da primeira metade do século XVII”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 19, 5-40.
- CHENU, Marie-Dominique (1991). *Il risveglio della coscienza nella civiltà medievale*. Milano: Jaca Book.
- CLOUSE, Robert G. (1969). “Johann Heinrich Alsted and English millennialism”, *Harvard Theological Review*, 62, 189-207.
- DAVIS, J.C. (1992). “Religion and the struggle for freedom in the English Revolution”, *The Historical Journal*, 35, 507-530.
- DELUMEAU, Jean (1997). *Mil anos de felicidade*. Lisboa: Terramar.
- ELIAV-FELDON, M. (1982). *Realistic utopias. The ideal imaginary societies of the Renaissance*. Oxford: Clarendon Press.
- FILHO, Juvenal Savian (2008). “O tomismo e a ética: uma ética da consciência e da liberdade”, *Bioethikos*, 2, 177-184.
- FIRTH, Katharine R. (1979). *The apocalyptic tradition in Reformation England*. Oxford: University Press.

- HALLER, William (1963). *Liberty and Reformation in the Puritan Revolution*. New York, London: Columbia University Press.
- HANSEN, João Adolfo (org.) (2003). *Antônio Vieira. Cartas do Brasil: 1626-1697, Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará*. S. Paulo: Hedra.
- HUDSON, Winthrop S. (1943). "Gerrard Winstanley and the early quakers", *Church History*, 12, 177-194.
- HUTTON, S. (2001). "The appropriation of Joseph Mede: millenarianism in the 1640's" in James Force, Richard Popkin (ed.), *Millenarianism and messianism in early modern culture*. Vol. 3. The millenarian turn. Dordrecht: Kluwer, 1-13.
- JORDÁN, María V. (2003). "The empire of the future and the chosen people: Father Antônio Vieira and the prophetic tradition in the Hispanic world", *Luso-Brazilian Review*, 40, 45-57.
- KAPLAN, Yosef et al. (1989). *Menasseh Ben Israel and his world*. Leiden: E. J. Brill.
- KATZ, David S. (1982). *Philo-semitism and the readmission of the Jews to England, 1603-1655*. Oxford: Clarendon Press.
- LAHDENSUU, Laura (2004). "Predicting History: Merlin's prophecies in Italian XIIth-XVth century chronicles", in Erik Kooper (ed.), *The Medieval Chronicle III. Proceedings of the 3rd International Conference on the Medieval Chronicle*. Amsterdam: Rodopi, 93-100.
- LEWALSKI, Barbara K. (1970). *Samson Agonistes and the Tragedy of the Apocalypse*, *PMLA*, 85, 1050-1062.
- LUBAC, Henri de (1959). *Exégèse médiévale. Les quatre sens de l'Écriture. Seconde Partie*. Vol. 1. Paris: Aubier.
- LUBAC, Henri de (1981). *La postériorité spirituelle de Joachim de Flore. I: De Joachim à Schelling*. Paris: Lethielleux.
- MACK, Phyllis (1982). "Women as prophets during the English civil war", *Feminist Studies*, 8, 17-45.
- MANUEL, Frank E.; MANUEL, Fritzie P. (1982). *Utopian thought in the Western world*. Oxford: Basil Blackwell.
- MAZZEO, Joseph A. (1954). "Universal Analogy and the Culture of the Renaissance", *Journal of the History of Ideas*, 15, 299-304.
- MCGINN, Bernard (2005). *The harvest of mysticism in Medieval Germany (1300-1500)*. New York: Herder & Herder.
- MORTON, A. L. (1979). *The world for the ranters. Religious radicalism in the English Revolution*. London: Lawrence & Wishart.
- MUHANA, Adma (1995). *Os autos do processo de Vieira na Inquisição*. São Paulo: UNESP.
- MULSOW, M. (2001). "Who was the author of the *Clavis Apocalyptica* of 1651? Millenarianism and prophecy between Silesian mysticism and the Hartlib Circle", in John Christian Laursen, Richard H. Popkin (ed.), *Millenarianism and messianism in Early Modern*

- culture. Vol. IV: Continental millenarians: protestants, catholics, heretics. Dordrecht: Kluwer, 57-75.
- NETO, J. R. Maia (2001). "Vieira's epistemology of History", in Karl A. Kottman (ed.), *Millenarianism and messianism in Early Modern European culture*. Vol. 2: Catholic millenarianism: from Savonarola to the Abbé Grégoire. Dordrecht, Boston, London: Kluwer, 79-89.
- O'MALLEY, John (1968). *Giles of Viterbo on Church and Reform. A study in Renaissance thought*. Leiden: E. J. Brill.
- O'MALLEY, John (1988). "Early Jesuit spirituality: Spain and Italy", in Louis Dupré, Don E. Saliers (ed.), *Christian spirituality: Post-Reformation and Modern*. New York: SCM Press, 3-27.
- PAIVA, José Pedro (2011). "Revisitar o processo inquisitorial do Padre António Vieira". *Lusitania Sacra*, 23, 151-168.
- PETERSEN, Rodney L. (1993). *Preaching in the last days: the theme of "Two Witnesses" in the sixteenth and seventeenth centuries*. Oxford: University Press.
- POPKIN, Richard (1992). *The third force in seventeenth-century thought*. Leiden: Brill.
- POPKIN, Richard (1998). "Scepticism about religion and millenarian dogmatism: two sources of toleration in the seventeenth century", in John Christian Laursen, Cary J. Nederman (ed.), *Beyond the persecuting society. Religious toleration before the Enlightenment*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 232-250.
- PRESTAGE, Edgar (1928). *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PROSPERI, Adriano (1994). "L'inquisitore come confessore", in Paolo Prodi (dir.), *Disciplina del corpo, disciplina dell'anima e disciplina della società tra medioevo ed età moderna*. Bologna: Il Mulino, 187-224.
- REEVES, Marjorie (1991). "Cardinal Egidio of Viterbo and the Abbot Joachim", in Gian Luca Potestà (dir.), *Il profetismo gioachimita tra Quattrocento e Cinquecento*. Atti del III congresso internazionali di studi gioachimiti. Genova: Marietti, 139-155.
- REEVES, Marjorie (1993). *The influence of prophecy in the later Middle Ages. A study in Joachimism*. Notre Dame, London: University of Notre Dame Press.
- SARAIVA, António José (1992). "António Vieira, Menasseh Ben Israel e o Quinto Império", in *História e Utopia. Estudos sobre Vieira*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 75-107.
- SWAIN, Joseph Ward (1940). "The theory of the four monarchies opposition under the Roman Empire", *Classical Philology*, 35, 1-21.
- THOMAS, Keith (1973). *Religion and the decline of magic. Studies in popular beliefs in sixteenth and seventeenth century England*. Harmondsworth: Penguin Books.
- TREVOR-ROPER, Hugh (1999). *The crisis of the seventeenth century. Religion, the Reformation and social change*. Indianapolis: Liberty Fund.

- VAN DER WALL, Ernestine (1985). "Three letters by Menasseh Bem Israel to John Durie", *Nederlands Archief voor Kerkgeschiedenis*, 65, 46-63.
- VAN DER WALL, Ernestine (1988). "The Amsterdam millenarian Petrus Serrarius (1600-1669) and the Anglo-Dutch circle of philo-judaists", in J. Van Den Berg, Ernestine Van der Wall (ed.), *Jewish-Christian relations in the seventeenth century. Studies and documents*. Dordrecht: Kluwer, 1988, 73-94.
- WEINSTEIN, Donald (1970). *Savonarola and Florence: prophecy and patriotism in the Renaissance*. Princeton: University Press.
- ZAGORIN, Perez (2003). *How the idea of religious toleration came to the West*. Princeton: University Press.
- ZAKAI, Avihu (1997). "From judgement to salvation: the image of the jews in the English Renaissance", *The Westminster Theological Journal*, 59, 213-230.

As contas da Inquisição portuguesa: o exemplo dos tribunais de Évora e Lisboa (1701-1755)¹

The Portuguese Inquisition accounts: the example of Évora and Lisbon courts (1701-1755)

BRUNO LOPES

Bolseiro de doutoramento FCT (SFRH/BD/84161/2012)
Universidade de Évora – CIDEHUS; Universidade do Porto – CITCEM
bruno-lobes85@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 04.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 14.06.2016

Resumo: A partir dos relatórios de contas, elaborados anualmente por cada Mesa da Inquisição no ato de prestar contas ao Conselho Geral do Santo Ofício, pretende-se esboçar, com este trabalho, uma análise comparativa da estrutura das receitas dos tribunais de Évora e de Lisboa. Será alvo de estudo a composição das receitas inquisitoriais afetas aos tribunais, na primeira metade do século XVIII, dando ênfase a uma questão central: em que medida o confisco de bens aos sentenciados pela Inquisição contribuía para a subsistência financeira do Santo Ofício? A historiografia tem sugerido que a Inquisição contribuía com réditos financeiros para o equilíbrio das contas públicas e ao mesmo tempo autofinanciava-se a partir daqui. Há casos pontuais em que a primeira situação se verificou, sendo que o enfoque central deste trabalho não reside aqui. Não se sabe, contudo, em que medida o confisco era importante para a vida saudável dos cofres inquisitoriais. Importará, assim, analisar a composição global das rendas afetas aos tribunais, com o objetivo de compreender qual o peso do fisco.

Palavras-chave: Inquisição portuguesa, finanças, fisco, rendimentos eclesiásticos, tabaco.

Abstract: From the accounting reports drawn up annually by each Inquisition board when reporting to the *Conselho Geral do Santo Ofício*, it is intended to develop a comparative analysis of Évora and Lisbon Tribunals' income structure. The composition of the inquisitorial income allocated to the tribunals in the first half of the 18th century will be analysed, putting emphasis on a key issue: to what extent did the confiscation of property to the sentenced people by the Inquisition contribute to the Holy Office financial support? The historiography has suggested that the Inquisition contributed with financial reve-

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito de: UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), FCT/Portugal, COMPETE, FEDER, Portugal2020. A versão preliminar deste texto foi apresentada pela primeira vez no *III Simposio Internacional de Estudios Inquisitoriales: Nuevas Fronteras*, que teve lugar na Facultad de Derecho de la Universidad de Alcalá de Henares, Alcalá de Henares (Espanha), de 10 a 12 de Junho de 2015.

nues to the balancing of public accounts and at the same time was self-financed from this. There are individual cases where the first situation was observed, but the main focus of this work is not in this. However, it is not known to what extent the tax authorities were important to the healthy life of the inquisitorial coffers. So it will be necessary to analyse the overall composition of the revenues allocated to the courts, allowing us to understand how important the tax authorities are.

Keywords: Portuguese Inquisition, finances, tax authorities, ecclesiastic income, tobacco.

Introdução

Não corresponde taxativamente à verdade dizer que a historiografia inquisitorial ibérica tenha preterido a análise das finanças inquisitoriais. Tem havido, no entanto, um grande desequilíbrio entre a historiografia de ambos os países, uma vez que em Espanha os estudos sobre as finanças inquisitoriais têm sido mais frequentes do que em Portugal.

Henry Kamen, em 1997, no prefácio da sua derradeira obra acerca da Inquisição espanhola é pertinaz ao afirmar que:

la añoranza de más ficción imaginativa está fuera de lugar. La focalización obsesiva en una cosa terrible llamada “inquisición” nos ha llevado a menudo a evocar a un Godzilla histórico que no coincide con la verdad ni con la realidad (Kamen 2013: 11).

Embora se refira à Inquisição espanhola, este argumento também é válido para a realidade portuguesa (Azevedo 1921; Saraiva 1956; Saraiva 1985).

Corresponde, porém, à verdade afirmar que não tem havido alterações estruturais no enfoque dado ao estudo desta instituição, que marcou profundamente a sociedade ibérica do Antigo Regime, pese embora o esforço paulatino de mudança das últimas décadas (Bethencourt 1994; Prospero, Lavenia, e Tedeschi 2010; López-Salazar Codes e Marcocci 2010; Lavenia 2010; Martínez Millán 2010; López-Salazar Codes 2010; López-Salazar Codes 2011; Marcocci e Paiva 2013; Maifreda 2014; Mendes 2015). Muitos estudos privilegiam a interpretação das fontes sob o ponto de vista da repressão social e religiosa, não raras vezes sob um argumento: o do confisco e saque dos bens para sustento das finanças da coroa e do próprio Santo Ofício.

Em Portugal, já se demonstrou e assumiu que em conjunturas de aperto económico o Santo Ofício foi utilizado como instrumento do poder régio para obter receitas extraordinárias, mediante as confiscações feitas aos cristãos-no-

vos². De igual modo, José Veiga Torres refere que “desde o seu início, a Inquisição (e o poder civil que a desejou) pretenderia viver, fundamentalmente, do produto do seu trabalho, das penalizações materiais, dos confiscos. Tal lhe foi vedado pelo poder papal” através dos perdões-gerais (Torres 1993: 33).

Em Espanha, desde pelo menos a transição do século XIX para o XX, Henry Charles Lea (Lea 1983: vol. 2) teorizou acerca da dependência do Santo Ofício face às apreensões de bens aos conversos para sobreviver e como, quando estas começaram a diminuir, o Tribunal caminhou em direção à decadência. Para o autor, este processo terminaria com a sua extinção já sob os auspícios do Liberalismo. José Martínez Millán (Martínez Millán: 1993) viria a desmistificar esta hipótese ao analisar a documentação financeira. Concluiu que, apesar de a Inquisição depender, em certa medida, dos réditos obtidos com o confisco, a monarquia pretendia fazer com que se tornasse uma instituição autónoma, financeiramente, e estivesse dotada de rendas fixas, menos sujeitas a fortes oscilações, como acontecia com o confisco dos bens. Em Portugal, terá acontecido um processo semelhante, mas ainda não há estudos de fundo sobre o tema, com exceção do trabalho de Ana López-Salazar para o período dos Áustrias (López-Salazar Codes 2011).

Nestas dinâmicas, à cabeça, deve ser colocada a dicotomia em torno das confiscações (Pino Abad 2014). Em Espanha, Martínez Millán (Martínez Millán 1993: 973 e ss) considera que esta foi uma receita importante, pelo menos até à primeira metade do século XVIII (em meados da centúria terá deixado de haver incursões repressivas sobre os cristãos-novos). Ainda que os tribunais não dependessem apenas desta fonte de financiamento, a realidade é que, em conjunturas de crise económica, foram estes rendimentos que permitiram o reequilíbrio das finanças de boa parte das mesas inquisitoriais de Castela e Aragão. No caso português, esta matéria ainda não é conhecida em profundidade; este estudo pretende ajudar a colmatar esta falta, embora a historiografia aponte no mesmo sentido (López-Salazar Codes 2011; Antunes e Silva 2012; Lopes 2014).

Em Portugal, eram os Juízos do Fisco (que territorialmente correspondiam aos limites dos tribunais de distrito) que geriam os bens provenientes das confiscações. Em teoria, estes destinavam-se à coroa e só parte era entregue ao Santo Ofício. Tinham ainda um funcionamento autónomo, ou seja, apesar de ser o inquisidor-geral a emitir as provisões para a tramitação de dinheiro do fisco para os tribunais do Santo Ofício, o rei também poderia fazê-lo, pelo menos em teoria. Quase que se podem considerar como instituições autónomas, porque tinham os seus próprios oficiais (juiz do fisco,

² Veja-se a título de exemplo Costa 2002: parte II.

tesoureiro, escrivão...) e porque teriam bens próprios que administravam e geriam (como bens de raiz). Este assunto também será alvo de uma análise detalhada no projeto de doutoramento em curso.

Ao invés, na Inquisição espanhola os bens apreendidos eram administrados pelos tribunais distritais. Por este motivo, é mais fácil perceber se os momentos de aperto financeiro da máquina inquisitorial no território hispânico correspondiam a um acréscimo da atividade repressiva. Para Portugal, teorizou-se que, entre 1580 e 1715, as confiscações aumentaram, proporcionalmente, em função das necessidades financeiras da coroa, sobretudo durante a União Dinástica e nos reinados de D. Afonso VI e D. João V. Este repto decorreu de um estudo levado a cabo a partir dos processos-crime e não da documentação de cariz financeiro produzida pela instituição (Antunes e Silva 2012).

A partir da segunda metade de quinhentos, procurou-se dotar o Tribunal português de rendas fixas. Para além daquelas que tinham origem nos bens da Igreja (pensões fixas, meias-conezias ou terços de conezias) que outras se podem encontrar? Para Espanha, identificou-se uma panóplia de rendas estáveis, como censos e juros, muitas vezes nascidos nas confiscações e que passaram a ser meios regulares de sustentação das Inquisições distritais (Martínez Millán 1993; Wobeser 1990). Em Portugal, terá sido adotada uma política similar no período filipino, mas não se sabe se esta se prolongou no tempo (López-Salazar Codes 2011: 241). É de admitir que esta transformação dos bens confiscados em fontes de rendimento fixo tenha sido mais comum nas próprias estruturas de sustentação dos Juízos do Fisco do que dos tribunais inquisitoriais.

É nesta linha de raciocínio que este trabalho se insere. Assim, o seu objetivo central é analisar a estrutura das receitas inquisitoriais de dois tribunais portugueses – Évora e Lisboa – entre 1701 e 1755. Este recorte cronológico e territorial foi efetuado de forma aleatória, em função das fontes disponíveis. Pretende-se, assim, perceber em que medida a atividade da própria Inquisição era ou não importante para a sua manutenção financeira. Deixou-se de fora o tribunal de Coimbra devido à falta de fontes seriais, nomeadamente, os relatórios de contas a que se fez menção anteriormente. Por outro lado, pretende-se, no trabalho de doutoramento em curso, vir a incorporar os dados relativos a este tribunal.

Através da documentação financeira, pretende-se quantificar, dentro do volume global de receitas, que percentagem tinha origem no Fisco. Infelizmente, a historiografia ainda não conseguiu produzir trabalhos sobre os volumes de receita e despesa dos cofres do Fisco, o que neste particular seria muito útil. Do mesmo modo, procurar-se-á perceber se outra das faces da atividade inquisitorial – a limpeza de sangue – era também uma fonte importante na manutenção saudável dos cofres inquisitoriais.

Desagregando o objetivo central deste trabalho, para além das questões referidas, pretende-se identificar as demais estruturas de financiamento e ao mesmo tempo verificar se há outros ingressos da atividade do Santo Ofício que eram importantes na sua manutenção.

A opção de estudar de forma comparativa um tribunal do interior de Portugal e a Mesa de Lisboa, porventura a mais importante na organização ampla do Santo Ofício, pode gerar um ângulo de observação relevante. Para além do enfoque nas diferenças, será útil avaliar de que maneira o facto de o tribunal de Lisboa ter agregado a si o Conselho Geral, órgão máximo da Inquisição, condicionava as suas finanças.

Este trabalho utiliza como fontes nucleares os *relatórios de contas* produzidos pelas Inquisições de Évora e Lisboa, entre 1701 e 1755. Adicionalmente, recorrer-se-á a outra documentação, como os *livros da casa* (onde se registavam as entradas e saídas de dinheiro e, nalguns casos, incluíam um balancete anual das contas); serão, ainda, utilizados dados dos livros de correspondência recebida/expedida ou dos livros de registo das ordens do Conselho Geral do Santo Ofício para os tribunais distritais (em matéria de finanças).

As receitas e as despesas em perspetiva global

A contabilidade do Santo Ofício obedecia a padrões muito distintos dos atuais: cada receita tinha um gasto definido e não havia uma contabilidade central para a mesma instituição, havia sim vários compartimentos contabilísticos referentes a universos diferenciados, que se multiplicavam pelo número de tribunais e Conselho Geral. Neste sentido, o quotidiano financeiro do Santo Ofício não seria distinto do de outras instituições coevas. Poder-se-ia assim dividir em quatro grandes sectores:

- Gestão quotidiana da *casa*
- Condenações pecuniárias
- Presos
- Promoção social (limpeza de sangue/familiares)

No primeiro grupo pode ser incluída a quase totalidade dos ingressos arrecadados por cada tribunal (rendas eclesiásticas, tenças, pagamentos do fisco, etc.) e os gastos com as hierarquias, a atividade administrativa quotidiana – desde a cera das velas, à tinta, ao papel e ao correio – assim como custos extraordinários – obras nos edifícios, realização de autos-da-fé – ou outras *miudezas*.

As condenações pecuniárias estavam definidas pelo Regimento inquisitorial como sendo sentenças em dinheiro que os presos teriam de pagar ao Santo Ofício. Para Espanha, esta foi uma fonte de financiamento importante nas primeiras décadas da existência da Inquisição (Martínez Millán 1993: 908–909; 962 e ss). Tratava-se de penas impostas sobre os cristãos-novos e sobre os próprios oficiais inquisitoriais (Martínez Millán 1993: 1036). Em Portugal, estas receitas das condenações aplicadas aos oficiais por incumprimentos no exercício das suas funções (Martins 2015) dariam entrada nos cofres do próprio Conselho Geral³ e as dos presos nos dos tribunais. Nunca terão sido uma fonte de financiamento relevante, à luz do conhecimento atual.

No que respeita à sustentação dos presos, há que referir que estes se distinguiam entre *pobres* e *ricos* (Pereira 1994; I. D. Braga 2015: 23–63). O dinheiro para pagamento dos custos que os mesmos efetuavam nos cárceres era entregue à Inquisição pelos Juízos do Fisco, mediante informação dada pelas mesas distritais. Se os pobres eram sustentados pelo fisco, os ricos tinham capacidade económica para pagar a totalidade das suas próprias despesas (Pereira 1994). Importa reter que, em teoria, esta era uma das duas esferas das finanças inquisitoriais que se auto-sustentavam.

O último grupo respeitava às habilitações para entrada nas hierarquias do Santo Ofício – promoção social. Para dar início às provanças de limpeza de sangue, o pretendente efetuava um depósito inicial. Não há notícia de que a Inquisição cobrasse para si de forma direta alguma parcela destes depósitos, para além de uma pequena percentagem, a partir dos anos de 1720, para fazer face ao volume crescente de despesas com papel e correio, mas estes valores eram quase insignificantes no volume global das receitas inquisitoriais, como se verá⁴.

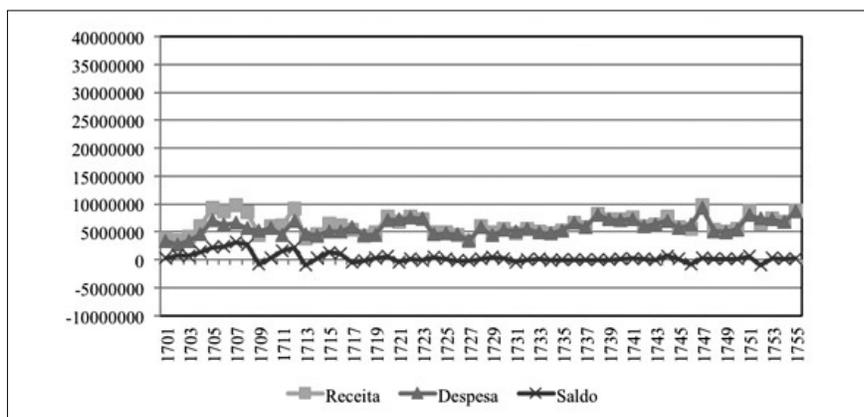
Para a Inquisição, eram áreas que não se misturavam, levando a que a sua gestão fosse feita de forma mais ou menos autónoma, muito ao gosto da contabilidade do Antigo Regime. No século XVII, chegou mesmo a haver um tesoureiro independente para os depósitos das habilitações, por exemplo.

Para facilitar a análise e de forma a se ter acesso aos valores *reais* da contabilidade de cada tribunal em determinado ano, ignorou-se, em grande parte, a compartimentação coeva feita pela instituição. Em termos metodológicos, é de referir ainda que foram subtraídos os réditos dados como *saldos dos anos*

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 10, cx. 22, nº 1367.

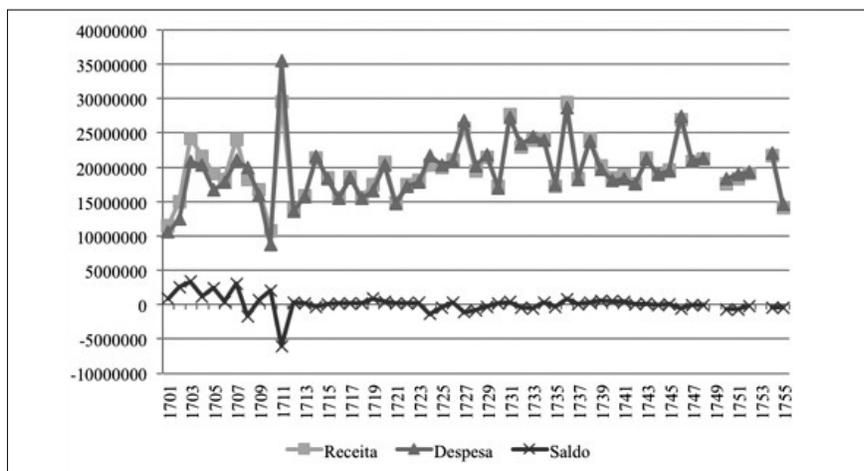
⁴ “Carregam-se aqui [...] 13.400 dos portes que pagaram os pretendentes este ano de [1]729 que por ordem de Sua Eminência de 3 de Janeiro de [1]726 mandou se carregam-se neste livro pelos ter pago à casa, e porque os recebeu”. ANTT, *Inquisição de Coimbra*, Liv. 436. Vejam-se alguns trabalhos sobre este assunto em Wadsworth 2003; Oliveira 2009; P. D. Braga 2015.

Gráfico 1. Receita e despesa da Inquisição de Évora em números globais – valores nominais (1701-1755)



Fonte: ANTI, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 11, cx. 18 e 19, nº 1420-1511.

Gráfico 2. Receita e despesa da Inquisição de Lisboa em números globais – valores nominais (1701-1755)



Fonte: ANTI, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 12, cx. 20 e 21, nº 1592-1643 e *Inquisição de Lisboa*, Livros 338-350; 352-365 e 405-407.

anteriores, para além de se desconhcerem as importâncias das esmolas feitas à Irmandade de São Pedro Mártir, entre 1702 e 1717, para o tribunal de Évora⁵.

Analisando as receitas e as despesas dos tribunais de Évora e de Lisboa (gráficos 1 e 2) identifica-se alguma instabilidade no primeiro quindénio de

⁵ Esta Irmandade existia em Coimbra, Évora e Lisboa e agregava, na sua grande maioria, os familiares do Santo Ofício. Quando se prestava juramento no cargo fazia-se uma esmola à Irmandade.

setecentos, a que se segue um período de uma certa acalmia, com uma maior aproximação entre as duas variáveis.

Foram mais comuns, em Évora, os momentos de acumulação de saldo positivo do que em Lisboa, onde foi mais frequente o défice, o que se explicará por ser o tribunal da corte e por ter a seu cargo um número maior de oficiais, incluindo os do Conselho Geral.

A tentativa de coincidência entre as despesas e as receitas poderá ser resultado de medidas prévias para evitar o défice (embora em Lisboa a falta de dinheiro fosse um problema constante, pelo menos para a cronologia em estudo). Ter saldo negativo seria depreciativo para o tesoureiro em exercício⁶, além de ser proibido pelo Regimento (1640). Aparentemente, a primeira metade do século XVIII não foi um período de tanta prosperidade económica para as mesas distritais como terá sido para o Conselho Geral (Marcocci e Paiva 2013: 289).

Este encaixe entre receitas e gastos terá mais a ver com a procura de impedir atrasos nas recolhas das primeiras. Neste sentido, era relativamente comum os tribunais escreverem aos seus agentes com lembretes e formas alternativas de lhes fazerem chegar o dinheiro em falta, o mais rapidamente possível, sobretudo se se tratava de receitas localizadas noutras cidades, por vezes distantes⁷. Além disso, era dado um período de cerca de dois anos entre o final do ano e a redação do relatório de contas, o que permitia ajustá-las.

O começo da centúria foi de alguma instabilidade. Os dados quantitativos de que se dispõe não permitem perceber se esta situação teve origem em anos anteriores, mas é de admitir que sim. Chame-se à colação que o Santo Ofício esteve suspenso pela Santa Sé (1674-1681), devido ao seu modo de atuar sobre os cristãos-novos, o que originou uma diminuição da atividade repressiva⁸. Pode admitir-se que a instabilidade identificada seria ainda decorrente de alguma desorganização interna subsequente à suspensão, e que só terminaria pelos anos de 1715 em diante: a partir daqui, o Tribunal empreendeu uma reforma profunda em termos burocráticos, a que não foi alheia a contabilidade inquisitorial⁹.

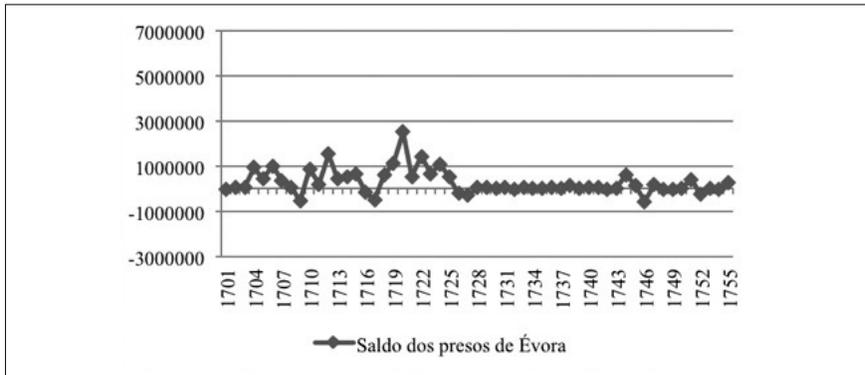
⁶ “A que não deve fazer dúvida o despender mais do que recebeu contra a forma do Regimento”; ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 12, cx. 21, n.º 1602.

⁷ Veja-se um exemplo em ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Liv. 20, fl. 73v.

⁸ “Queriam-se passos prudentes e seguros, para evitar ulteriores intervenções papais” (Marcocci e Paiva 2013: 239 e ss). Acerca do período de suspensão do Santo Ofício veja-se Faria 2007.

⁹ Por exemplo, foi a partir de 1718 que os relatórios de contas passaram a ser mais pormenorizados, não omitindo nenhuma das áreas de entradas e saídas de dinheiro dos cofres; em Évora até esta data não se registavam, sistematicamente, as esmoladas da Irmandade de São Pedro Mártir.

Gráfico 3. Saldo dos presos (ricos e pobres) da Inquisição de Évora em números globais – valores nominais (1701-1755)



Fonte: ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç, 11, cx. 18 e 19, n.º 1420-1511.

Gráfico 4. Saldo dos presos (ricos e pobres) da Inquisição de Lisboa em números globais – valores nominais (1701-1755)



Fonte: ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç, 12, cx. 20 e 21, n.º 1592 a 1643 e *Inquisição de Lisboa*, Livros 338-350; 352-365 e 405-407.

Uma outra hipótese é preciso equacionar. Os anos em que parece ter sido maior a instabilidade são os coincidentes com os da Guerra da Sucessão de Espanha. É certo que Portugal não foi palco direto deste conflito bélico, mas os seus sintomas ter-se-ão feito sentir, por exemplo, no Alentejo (Barbosa 2001: 17 e ss). Baseando-se esta hipótese nos trabalhos de Jordi Vidal-Robert, que refere que em momentos de guerra a Inquisição castelhana aumentou a repressão com o intuito de prevenir revoltas internas (Vidal-Robert 2011), é de assumir a relação entre as duas variáveis. Por outro lado, outros

historiadores referem que até cerca de 1715 a Inquisição de Lisboa aumentou a repressão no Brasil (Antunes e Silva 2012: 403 e ss). Pode colocar-se a hipótese de que os saldos acumulados nesta cronologia, em Lisboa, se relacionem com este facto.

Também é verdade que, entre 1700 e 1730, houve um aumento da repressão sobre os cristãos-novos, voltando-se aos valores persecutórios que Portugal tinha conhecido, cerca dos anos de 1640 (Torres 1994: 135). É de admitir que a instabilidade destes anos seja consequência disso.

Comparando os gráficos 1 e 2 com os 3 e 4, onde se representaram os saldos obtidos com os dinheiros entregues pelo Juízo do Fisco aos tribunais inquisitoriais (presos), verifica-se, por exemplo, que, em 1709, o défice de Évora foi provocado pelos atrasos nos pagamentos referentes aos presos; de igual modo, para Lisboa, em 1711. Eram sintomas de falta de dinheiro no fisco para sustentar os presos, cujas causas poderiam ser variadas. Estes dinheiros tinham origem nos bens sequestrados aos réus e eram vendidos em hasta pública para custearem a sua permanência nos cárceres¹⁰ (I. D. Braga 2012).

Por volta de 1726, deu-se uma viragem, traduzida na acumulação de saldos positivos (ou pelo menos uma tentativa disso), relativa aos valores tramitados do Juízo do Fisco para a sustentação dos presos. A partir daqui tomaram-se medidas (ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Liv. 155, fl. 393-394) para que não houvesse aproveitamento destes réditos para sustentação das mesas inquisitoriais. No fundo, queria evitar-se a dependência da Inquisição face às importâncias auferidas através do confisco de bens. Em Évora esta determinação foi cumprida, mas em Lisboa não.

O que acontecia, então, a este excedente? Era incorporado na *arca das três chaves* e nos anos seguintes era utilizado para pagamento das despesas correntes (ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 12, cx. 21, nº 1605). Em 1726, o inquisidor José de Almeida do Amaral, que servia de juiz das contas em Évora, relatava:

E a razão de se ter metido o dinheiro que tocava aos ditos presos ricos e pobres com o da casa, é conforme o que se praticou sempre nesta Inquisição até 26 de Março deste presente ano, em que Sua Eminência, por carta do secretário do Conselho Geral, ordena que do Fisco, se não peça para alimentos dos presos mais do que importarem as pautas do despenseiro, e visitas que se costumam fazer dos mesmos; e isto tornou a mandar declarar depois, por carta do mesmo secretário do Conselho Geral de 14 de Junho do dito ano; o que se há-de pra-

¹⁰ *Regimento do Juízo das Confiscações pelo crime de heresia, e apostasia 1620.*

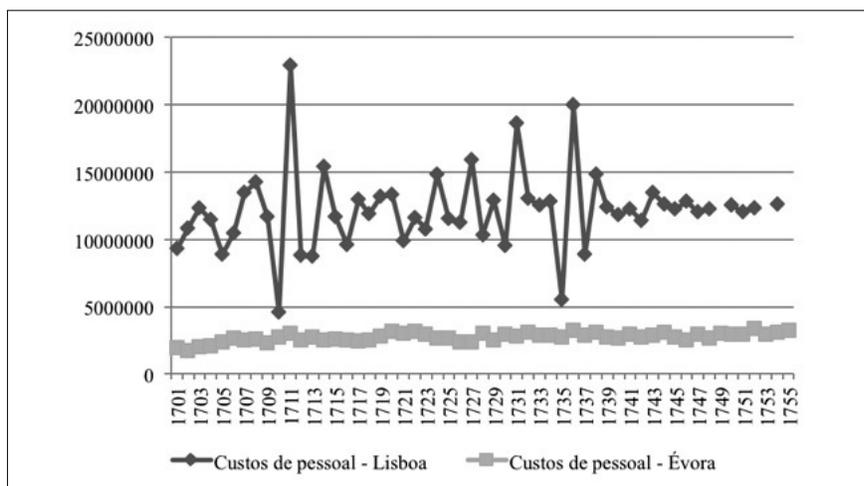
ticar de então para cá (ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 11, cx. 18, nº 1466).

Em Lisboa não era comum, como era em Évora, que os *saldos da casa* dos anos anteriores fossem registados como *receita* no balancete do ano. Estes réditos ficavam guardados e, em ano de défice, utilizavam-se para pagar as dívidas. A análise da documentação revela que esta é uma questão complexa, pela falta de clareza de todo o processo. É certo, porém, que este dinheiro era guardado e servia para amortecer défices, utilizando-se também os excedentes dos presos (ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 12, cx. 21, nº 1598).

Por que razão Lisboa não cumpriu à risca a diretriz do Conselho Geral? É de admitir a hipótese de ter sido devido aos valores elevados de despesas, ao que não seria alheio o facto de, desde o remoto ano de 1579, os membros do Conselho verem os seus salários e demais suplementos ser pagos pela mesa da corte (ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Liv. 330, fl. 242). Daqui se infere que, sem os excedentes dos presos, a vida financeira de Lisboa teria sido ainda pior.

No gráfico 5 representaram-se os gastos totais com salários de Évora e Lisboa. Verifica-se um crescimento das despesas com as hierarquias, de acordo com o aumento do número de oficiais que Veiga Torres já tinha identificado (Torres 1994: 130). É um incremento mais visível, nesta representação, em

Gráfico 5. Despesas com pessoal das Inquisições de Évora e de Lisboa em números globais – valores nominais (1701-1755)



Fonte: ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 11, cx. 18 e 19, nº 1420-1511; Mç. 12, cx. 20 e 21, nº 1592-1643 e *Inquisição de Lisboa*, Livros 338-350, 352-365, 405-407.

Lisboa do que em Évora, o que é explicável pelos argumentos já referidos. É possível que a alternativa que o primeiro tribunal tenha desenhado para fazer face aos custos com os ordenados tenha sido a de incorporar os excedentes dos réditos dos presos nas suas contas globais, à revelia do Conselho Geral (ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 12, cx. 21, nº 1606).

Deve, ainda, salientar-se a diferença abismal entre os gastos com salários de ambos os tribunais. A presença do Conselho Geral em Lisboa originava esta diferença. Embora a documentação contabilística registe vários pagamentos relativos aos custos dos quadros de pessoal, ainda não foi possível destringer o que respeitava apenas ao Conselho e o que pertencia ao tribunal.

Persiste, contudo, a dúvida: se havia défice, por que razão não se *oficializou* junto do Conselho Geral esta questão? Era preciso escamoteá-la? Esta parece ter sido uma forma muito subtil de iludir a forma de financiamento do Santo Ofício: os dinheiros eram entregues pelo fisco, os excedentes entravam no cofre da *casa* e passava-se a ignorar a sua origem. Eram apenas *sobras* a serem utilizadas “para tudo o que for necessário”, como se dizia num relatório de contas (ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 12, cx. 21, nº 1598).

Esta questão origina outra: faltando dinheiro, de que forma se pagavam as dívidas para com os ministros e oficiais? Tratando-se de suplementos aos salários, regular-se-ia a situação assim que houvesse dinheiro para tal – daqui se explicam as oscilações de Lisboa (gráfico 5), porque houve anos nos quais propinas e ajudas de custo não se pagaram, procedendo-se ao acerto de contas nos anos subsequentes (ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 12, cx. 21, nº 1623).

Para além disso, também passou a ser comum o Conselho Geral enviar somas de dinheiro para os tribunais distritais (Torres 1993: 34) – diluídos na categoria de *empréstimos internos* nos quadros 3 e 4 –, para fazer face a estas despesas ou para evitar a acumulação de dívidas, com o incumprimento do pagamento atempado das parcelas fixas dos ordenados¹¹.

Nos anos de 1700 e 1701, ficaram por pagar as parcelas fixas referentes a um inquisidor aposentado e a um deputado no ativo. Estas dívidas arrastaram-se, pelo menos, até 1708, quando se terminaram, embora tenha havido redução da dívida ao longo deste período (ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 11, cx. 18, nº 1443 a 1447 e 1449). Veiga Torres referiu mesmo que até meados de setecentos “foram crónicos os atrasos de paga-

¹¹ Veja-se um exemplo de 1744 de Évora em ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 11, cx. 19, nº 1485.

mentos de salários e outras dívidas” (Torres 1993: 28). Ainda assim, nos relatórios de contas não há referência a défice. Pelo menos em Évora, se havia saldo porque não se liquidou de imediato a dívida? Outro indicador do jogo de ajustamento? É de admitir que sim.

Em palavras breves, demonstrou-se que globalmente as receitas inquisitoriais sofreram um momento de maior instabilidade nos começos do século XVIII, a que se seguiu outro de maior tranquilidade. Parece ter havido uma importante relação entre a atividade inquisitorial repressiva e as suas finanças e a mesa de Lisboa, o que se manteve mesmo após as diretrizes do Conselho Geral em contrário. Demonstrou-se que os tribunais continuaram a utilizar (de forma *velada*) os excedentes com origem no fisco. Esta situação poderá estar relacionada com o aumento do número de oficiais e com o facto de a Mesa de Lisboa ter a seu cargo os custos com pessoal do Conselho Geral. Há que equacionar ainda a hipótese de um aumento de salários. No fundo, era uma estratégia para evitar a acumulação de dívidas.

As estruturas de financiamento

Após a análise global da evolução das receitas e das despesas dos tribunais em apreço, entre 1701 e 1755, entrar-se-á agora no estudo da composição dos rendimentos.

De acordo com as quatro áreas da contabilidade inquisitorial definidas, que se apontaram no começo, assim se dividiram os dados representados no quadro 1.

Quadro 1. Receitas das Inquirições de Évora e Lisboa em percentagem (1701-1755)

Tribunal	Évora					Lisboa				
	Gestão da casa	Presos	Condenações pecuniárias	Promoção social	TOTAL	Gestão da casa	Presos	Condenações pecuniárias	Promoção social	TOTAL
1701	78,6	12,5		8,9	100	91,4	2,7		5,9	100
1702	79,8	8,6		11,6	100	85,6	10,6		3,8	100
1703	70,3	24,9		4,7	100	50,8	44,9		4,3	100
1704	47,7	49,2		3,1	100	58,2	36,8	1,4	3,5	100
1705	62,3	34,9	1,1	1,7	100	53,9	38,3	2,7	5,1	100
1706	54,4	43,2		2,5	100	44,8	47,8	0,8	6,5	100

Tribunal	Évora					Lisboa				
Categorias	Gestão da casa	Presos	Condenações pecuniárias	Promoção social	TOTAL	Gestão da casa	Presos	Condenações pecuniárias	Promoção social	TOTAL
1707	72,9	23,6		3,5	100	59,7	31,4	1,1	7,8	100
1708	66,2	26,5	2,4	4,9	100	65,7	25,2	0,3	8,8	100
1709	73,3	20,7		5,9	100	74,8	19,5	1,1	4,7	100
1710	58,9	36,6	1,7	2,8	100	49,8	43,6		6,6	100
1711	81,7	16,7		1,6	100	90,6	7,1	0,2	2,2	100
1712	70,5	27,4	0,9	1,2	100	70,8	25,0		4,2	100
1713	73,8	23,7		2,5	100	61,2	33,2		5,6	100
1714	58,5	36,9		4,6	100	77,1	19,1		3,8	100
1715	56,1	41,8		2,2	100	74,0	21,4		4,6	100
1716	77,6	18,0		4,4	100	72,2	20,3		7,5	100
1717	84,0	6,4	0,7	8,8	100	68,8	20,2		11,0	100
1718	51,2	26,8	1,4	20,6	100	78,2	13,7		8,1	100
1719	57,8	37,9	0,0	4,3	100	78,4	16,3		5,3	100
1720	40,6	55,6		3,7	100	81,7	11,9		6,4	100
1721	35,3	56,0		8,7	100	68,1	25,2		6,7	100
1722	35,0	63,3		1,7	100	72,6	21,2		6,2	100
1723	34,5	57,4		8,1	100	67,6	25,9		6,5	100
1724	54,2	35,9		9,9	100	81,3	8,4		10,3	100
1725	57,6	23,7		18,6	100	64,2	28,9		6,9	100
1726	86,3	0,5		13,2	100	59,3	31,1		9,6	100
1727	76,4	0,2		23,4	100	73,7	18,4		7,9	100
1728	79,1	7,9		13,0	100	68,0	24,5		7,4	100
1729	65,3	15,2		19,5	100	68,4	20,1		11,4	100
1730	65,0	12,3		22,7	100	61,6	23,8		14,6	100
1731	83,5	6,9		9,6	100	73,4	21,4		5,2	100
1732	67,0	10,2		22,7	100	65,2	24,9		9,8	100
1733	68,8	14,5		16,7	100	58,0	27,0		15,1	100
1734	66,1	24,8		9,1	100	57,6	26,8		15,6	100
1735	56,7	27,1		16,2	100	41,7	39,2		19,0	100
1736	68,5	23,0	0,3	8,2	100	70,9	17,6		11,5	100

Tribunal	Évora					Lisboa				
Categorias	Gestão da casa	Presos	Condenações pecuniárias	Promoção social	TOTAL	Gestão da casa	Presos	Condenações pecuniárias	Promoção social	TOTAL
1737	53,5	29,5		17,0	100	56,7	27,6		15,7	100
1738	48,7	39,4		11,9	100	66,7	17,7		15,6	100
1739	43,5	47,0		9,5	100	66,1	19,4		14,5	100
1740	41,3	46,1		12,6	100	73,7	6,7		19,6	100
1741	46,6	34,7	0,5	18,2	100	73,1	10,9	0,4	15,6	100
1742	64,7	24,2	0,7	10,5	100	72,8	14,2		13,0	100
1743	48,6	28,6		22,8	100	70,3	9,8		19,8	100
1744	46,2	33,5		20,4	100	75,0	9,2		15,8	100
1745	53,1	23,2		23,7	100	66,0	12,2		21,8	100
1746	64,7	16,7		18,6	100	66,7	20,0		13,3	100
1747	73,3	10,8	0,6	15,4	100	59,7	18,0		22,3	100
1748	62,2	10,3		27,6	100	67,2	10,3		22,5	100
1749	69,1	15,0		15,9	100					
1750	58,8	11,1		30,1	100	72,0	6,3		21,7	100
1751	58,1	19,2		22,7	100	69,2	1,1		29,7	100
1752	51,8	20,2	0,3	27,6	100	73,8	2,0		24,3	100
1753	48,4	15,8		35,7	100					
1754	49,2	18,2		32,6	100	60,0	9,2		30,8	100
1755	49,4	26,0		24,6	100	58,3	10,9		30,8	100
Média	60,9	25,8	0,1	13,1	100	67,7	20,4	0,1	11,8	100
Mediana	60,5	23,7	0,0	11,0	100	68,2	20,1	0,0	9,2	100

Fonte: ANTI, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 11, cx. 18 e 19, nº 1420-1511; Mç. 12, cx. 20 e 21, nº 1592- 1643 e *Inquirição de Lisboa*, Livros 338-350, 352-365. 405-407.

Como se referiu, a gestão diária da *casa* obedecia a uma estrutura própria, o nervo central do Santo Ofício, em torno do qual gravitava a existência da instituição. É nesta categoria que se encontram os réditos subsequentes à atividade repressiva e os demais rendimentos.

No que respeita aos presos, incluíram-se os valores entregues pelos Juízos do Fisco apenas para pagamento das despesas efetuadas pelos detidos nos

cárceres (ricos e pobres) e não entram nesta categoria as custas dos processos-crime, nem os custos de realização dos autos-da-fé (pertencem às receitas da *casa* na categoria do Juízo do Fisco). A outra área de financiamento é a das *condenações pecuniárias*, de acordo com o já explicitado, e na *promoção social* somaram-se os depósitos iniciais, para as provanças de limpeza de sangue, e as esmolas feitas à Irmandade de São Pedro Mártir.

A análise destes dados permite, desde logo, algumas ilações comuns aos dois tribunais. Por um lado, verifica-se que as receitas com origem nas condenações pecuniárias tinham uma expressão quase residual nesta cronologia, à semelhança do que aconteceria na Inquisição espanhola (Martínez Millán 1993: 1054-55), embora fossem ligeiramente mais comuns em Évora do que em Lisboa.

Verifica-se também, nos dois tribunais, o processo de substituição de paradigma na atividade do Santo Ofício evidenciado por Veiga Torres (Torres 1994: 129 e ss): ao longo do século XVIII, a Inquisição diminuiu as investidas repressivas, mas, em quase *contra-senso*, aumentou as suas redes de agentes locais (familiares), sendo o período compreendido entre 1751 e 1770 o expoente máximo desse processo. Os dados aqui apresentados, nomeadamente ao nível da categoria dos presos, corroboram os apontados pelo referido historiador, e o processo foi visível de igual modo nos dois tribunais.

No que se refere aos réditos entregues pelo Juízo do Fisco, para alimentos e demais despesas dos presos, pode referir-se que estes tinham mais importância no cômputo global das receitas de Évora. Saliente-se ainda que em, 1726, em Lisboa (ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 12, cx. 21, nº 1617) desapareceram os presos classificados como *ricos*, passando a haver apenas *pobres*, processo que na Mesa de Évora só aconteceria em 1764 (ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 11, cx. 19, nº 1505).

Outro aspeto tem a ver com o aumento da promoção social em função da diminuição da repressão, mais visível, todavia, em Lisboa, para o que terá contribuído o facto de se tratar do tribunal da capital do reino.

Constata-se ainda que os rendimentos da *casa* de Lisboa representavam uma maior fatia do cômputo global das receitas, face a Évora. Como já se referiu, aquela Inquisição tinha como encargo adicional o pagamento dos salários dos ministros do Conselho Geral. Por isso, a estrutura de financiamento era mais alargada e os valores tramitados de maior monta (quadro 4). Saliente-se, também, a proximidade dos valores médios de cada uma destas categorizações das receitas dos dois tribunais. Apesar da inexistência de uma contabilidade centralizada, é de admitir a emissão de diretrizes por parte do Conselho Geral que seriam aplicadas a todos os tribunais.

Com estes dados corrobora-se a tese de Veiga Torres de que a Inquisição sofreu uma alteração no paradigma da sua existência, de uma instituição repressora para dar lugar a uma outra que promovia socialmente a distinção através dos estatutos de limpeza de sangue (Olivall 2004), mediante a concessão das cartas de familiar do Santo Ofício.

Para complementar a análise das estruturas de financiamento, falta desagregar as receitas da *casa*, cuja caracterização se desenvolveu no quadro 2.

Quadro 2. Descrição da estrutura das receitas da Inquisição de Évora e de Lisboa (1701-1755)

Receitas	Descrição
Acertos de pagamento de custas de processos	Pagamento das custas de processos de presos que saíram em auto-da-fé e que tinham deixado dívidas em atraso referentes aos seus processos-crime. Podem ser os próprios a pagar à Inquisição ou outros a fazê-lo em seu nome, como comissários do Santo Ofício ou outros.
Conselho Geral	Valores tramitados do Conselho Geral para a Inquisição de Lisboa apenas, para fazer face às despesas do mesmo Conselho.
Empréstimos externos	Dinheiro que era emprestado à Inquisição por indivíduos externos aos tribunais inquisitoriais.
Empréstimos internos	Transações de dinheiro entre os diferentes cofres da Inquisição, como por exemplo, tomar-se por empréstimo dinheiro das esmolas de São Pedro Mártir, ou ainda haver réditos tramitados do Conselho Geral para uma Mesa da Inquisição, também a título de empréstimo.
Foros, censos e rendas de imóveis	Rendimentos com origem em património imóvel.
Juízo do Fisco	Tramitações de verbas dos Juízos do Fisco para os tribunais inquisitoriais, às ordens do inquisidor-geral e/ou dos inquisidores das mesas distritais.
Juros	Dinheiro emprestado a juros.
Propina do papel	Propina assente na Chancelaria do Reino por ordem da Coroa e se pagava à Inquisição de Lisboa desde 1613 (?).
Rendimentos eclesiásticos	Conezias dos cabidos e rendas fixas alocadas rendimentos das dioceses desde a segunda metade do século XVI.
Reservas dos habilitandos	A partir de 1720 houve ordem do inquisidor-geral para que dos depósitos iniciais feitos pelos habilitandos a cargos inquisitoriais se retirasse um valor para ajudar a custear as despesas com o papel e correio.
Sobras dos alimentos dos presos	De todas as receitas é a que levanta mais dúvidas. Seriam dinheiros que estavam atribuídos aos presos (com origem no fisco) e que sobravam.
Tença do Tabaco	Mercês régias atribuídas ao Santo Ofício. Em 1642, foram 6:680.000 réis para a mesa de Lisboa (para custear os salários dos membros do Conselho Geral, mas a verba era paga ao tribunal). Em 1718, mais 1:500.000 réis pagos a Lisboa, mas revertia em favor dos três tribunais: 500.000 réis/ano para cada um.
Transação de objetos	Objetos em metais preciosos ou outros bens que foram deixados nos cárceres e que a Inquisição liquefaz. Inclui também a venda de resmas de papel aos ministros da Inquisição para seu usufruto pessoal.
Verbas por cobrar	Valores que os agentes da Inquisição ou outros deviam aos tribunais com várias origens.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3. Receitas da *casa* da Inquirição de Évora em percentagem (1701-1755)

Ano	Rendimentos eclesiásticos	Acertos de pagamento de custas de processos	Juizo do Fisco	Tença do tabaco	Transação de objetos	Reservas dos habilitados	Verbas por cobrar	Empréstimos externos	Empréstimos internos	Sobras dos alimentos dos presos	Total
1701-08											-
1709	70,5		29,5								100
1710	67,0		32,4		0,7						100
1711-12											-
1713	78,3		21,7								100
1714	53,5		46,5								100
1715-16											-
1717	44,3	5,4	29,3					21,0			100
1718	86,3	4,3	7,5		1,9						100
1719	65,5		13,7	20,8							100
1720	55,7	0,6	27,7	16,0							100
1721	79,4			20,6							100
1722	68,2		12,9	18,4	0,5						100
1723	80,2			19,8							100
1724	75,0	0,3	6,0	18,6							100
1725	73,7		7,5	17,9	0,6	0,2					100
1726	53,9	4,2	28,5	13,2		0,1					100
1727	76,3		0,9	19,8	0,1	0,5	2,4				100
1728	41,1		48,0	10,5		0,3					100
1729	64,1		4,7	15,7		0,5		15,1			100
1730	58,3		27,9	13,9							100
1731	51,6	1,4	34,2	12,6		0,2					100
1732	53,8		31,7	13,3		0,6	0,6				100
1733	57,6		23,7	14,4		1,4	2,9				100
1734	65,5		18,2	16,1		0,2					100
1735	69,4		13,3	16,7		0,6					100
1736	44,8	1,5	42,5	10,9		0,3					100
1737	66,1		17,3	16,1		0,6					100

Ano	Rendimentos eclesiásticos	Acertos de pagamento de custas de processos	Juízo do Fisco	Tença do tabaco	Transação de objetos	Reservas dos habilitados	Verbas por cobrar	Empréstimos externos	Empréstimos internos	Sobras dos alimentos dos presos	Total
1738	47,9		26,7	12,5		0,3			12,5		100
1739	65,9		17,8	15,7		0,6					100
1740	68,1		0,0	16,7		0,4			14,8		100
1741	57,4	0,7	14,2	14,2		0,6			11,7	1,2	100
1742	51,6	1,1	20,1	12,8		0,3			13,0	1,1	100
1743	65,7	0,5	17,1	16,1		0,6					100
1744	56,5	0,4	14,8	14,1		0,7			13,5		100
1745	66,2	0,6		16,2		0,8			16,2		100
1746	58,7		1,4	14,1		0,6			25,3		100
1747	28,6	0,1	63,8	7,0	0,1	0,3					100
1748	63,1	1,9		15,1		0,5			19,4		100
1749	59,1	0,5	11,3	14,1		0,2			14,7		100
1750	67,5	0,5		15,3		0,8			15,9		100
1751	43,3	0,7	34,9	9,8		0,7			10,6		100
1752	64,0	4,5	15,7	14,9		0,8				0,1	100
1753	62,3	0,4		13,8		0,9			22,7		100
1754	64,7			14,9		0,8			19,6		100
1755	48,7		25,4	11,4		0,9			12,4	1,2	100
Média	61,4	0,7	18,3	12,9	0,1	0,4	0,1	0,5	5,5	0,1	100
Mediana	64,0	0,0	17,1	14,2	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100

Fonte: ANTT, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 11, cx. 18 e 19, nº 1420-1511.

Quadro 4. Receitas da *casa* da Inquirição de Lisboa em percentagem (1701-1755)

Ano	Rendimentos eclesiásticos	Acertos de pagamento de custas de processos	Juízo do Fisco	Tença do tabaco	Juros	Propina do papel	Transação de objetos	Foros, censos e rendas de imóveis	Reservas dos habitandos	Verbas por cobrar	Conselho Geral	Empréstimos internos	Sobras dos alimentos dos presos	Total
1701-07														-
1708	27,3	0	12,9	57,5	0,0	0,2	0,2	1,7	0,2	0	0	0	0	100
1709-15														100
1716	16,3	0	27,2	44,7	0,0	0,2	0,0	2,2	0,1	0,0	0,0	9,3	0,0	100
1717														-
1718	24,6	0	8,1	66,2	0,8	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
1719	23,7	0	3,4	71,5	0,7	0,1	0,1	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100
1720	16,1	0	23,3	54,0	0,9	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	0,3	4,9	0,0	100
1721	22,1	0	5,2	61,7	0,5	0,2	0,0	0,4	0,1	0,0	2,4	7,4	0,0	100
1722	25,8	0	4,1	66,1	1,5	0,2	0,0	0,6	0,1	0,0	1,8	0,0	0,0	100
1723														-
1724	14,9	0	14,7	61,0	0,8	0,1	0,0	0,4	0,1	0,6	1,2	6,2	0,0	100
1725	16,2	0	15,5	60,6	0,7	0,1	0,1	0,8	0,1	0,0	1,9	4,0	0,0	100
1726	19,1	0	9,9	64,3	0,8	0,2	0,3	0,2	0,3	0,0	0,3	4,8	0,0	100
1727	14,0	0	13,2	59,5	4,7	0,1	0,1	0,9	0,1	0,0	1,1	6,2	0,0	100
1728	16,4	0	23,1	47,8	1,1	0,2	0,1	1,2	0,1	0,0	7,1	3,1	0,0	100
1729	18,7	0	16,1	57,2	1,0	0,1	0,0	0,8	0,2	1,6	4,3	0,1	0,0	100
1730	19,1	0	10,8	52,1	1,3	0,2	0,2	2,1	0,3	0,0	6,5	7,4	0,0	100
1731-32														-
1733	19,9	0	12,7	60,5	1,0	0,1	0,0	0,9	0,3	0,0	4,4	0,1	0,0	100
1734	18,7	0	11,7	59,6	2,7	0,1	0,2	0,6	0,3	0,0	6,0	0,0	0,0	100
1735	36,4	0	26,0	23,7	1,8	0,3	0,1	2,8	0,4	0,0	8,6	0,0	0,0	100
1736	12,5	0	8,9	71,7	0,6	0,1	0,0	1,6	0,1	0,0	4,2	0,3	0,0	100
1737	24,7	0	13,8	48,4	1,2	0,2	0,0	1,4	0,3	0,0	10,0	0,0	0,0	100
1738	15,9	0,5	6,6	72,0	0,8	0,1	0,0	0,7	0,3	0,0	3,3	0,0	0,0	100
1739														-
1740	20,1	0	12,0	61,0	0,9	0,1	0,0	1,1	0,2	0,0	4,6	0,0	0,0	100
1741	20,1	0	13,8	60,9	0,9	0,1	0,0	0,9	0,2	0,0	2,9	0,0	0,0	100

Ano	Rendimentos eclesiásticos	Acertos de pagamento de custas de processos	Juizo do Fisco	Tença do tabaco	Juros	Propina do papel	Transação de objetos	Foros, censos e rendas de imóveis	Reservas dos habilitandos	Verbas por cobrar	Conselho Geral	Empréstimos internos	Sobras dos alimentos dos presos	Total
1742														100
1743	14,3	0	9,9	70,0	0,9	0,1	0,2	0,6	0,4	0,0	3,6	0,0	0,0	100
1744	15,1	0	17,5	61,5	0,9	0,1	0,0	0,7	0,2	0,0	3,9	0,0	0,0	100
1745														-
1746	11,9	0	10,9	70,0	0,7	0,1	0,0	0,7	0,2	2,4	3,0	0,0	0,0	100
1747														-
1748	15,5	0,2	17,2	59,8	2,4	0,1	0,0	0,9	0,4	0,0	3,5	0,0	0,0	100
1749	16,1	0,0	12,5	63,9	2,3	0,2	0,0	0,9	0,2	0,0	3,9	0,0	0,0	100
1750	17,3	0	8,4	67,4	1,0	0,2	0,3	1,0	0,1	0,0	4,5	0,0	0,0	100
1751														-
1752	15,5	0	16,3	60,3	0,9	0,1	0,1	1,2	1,8	0,0	3,7	0,0	0,0	100
1753-54														-
1755	18,5	0,4	3,3	71,9	1,1	0,3	0,1	1,1	0,5	0,0	2,9	0,0	0,0	100
Média	18,9	0,0	13,0	60,2	1,2	0,2	0,1	1,0	0,3	0,2	3,3	1,8	0,0	100
Mediana	17,9	0,1	12,6	60,1	0,9	0,1	0,1	0,9	0,2	0,1	3,4	0,0	0,0	100

Fontes: ANTI, *Conselho Geral, Livros e papéis de contas*, Mç. 12, cx. 20 e 21, nº 1592-1643 e *Inquisição de Lisboa*, Livros 338-350, 352-365, 405-407.

Como se disse, as fontes nucleares para este trabalho são os *relatórios de contas* elaborados, anualmente, para serem enviados para o Conselho Geral e que registavam sistematicamente os valores globais de ingressos e gastos (gráficos 1 e 2). No que respeita à estrutura da receita da casa, os relatórios de Évora só passaram a incluir de forma rotineira estes dados a partir de 1717 (até aqui faziam-no pontualmente) e os de Lisboa raramente possuem esta informação, o que limita o volume de dados que serão alvo de análise em seguida. Sendo assim, é necessário utilizar os *livros da casa*, que incluem estes réditos. Apesar das falhas será possível perspetivar algumas conclusões.

A interpretação comparada dos dados referentes aos ingressos permite, desde logo, algumas conclusões transversais. Identificam-se três grandes estruturas de financiamento: o Juízo do Fisco, a tença do tabaco e os rendimentos eclesiásticos; além ainda de alguma importância relativa dos empréstimos internos entre os diferentes sectores da contabilidade inquisitorial. Ou seja, no caso de Lisboa, faz-se a tramitação de dinheiro do próprio Conselho Geral (cuja estrutura de financiamento se desconhece) para o tribunal com o objetivo de ajudar a suportar os seus próprios gastos (ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Liv. 343, fl. 27). Essa prática terá passado a ser comum em meados do século XVIII (Torres 1993: 34).

Ainda que se possa considerar que os pilares financeiros fossem três tipos distintos de receita, a sua distribuição não era idêntica em ambos os tribunais. Se em Évora predominavam os rendimentos eclesiásticos, em Lisboa era a tença do tabaco que ocupava o papel central, um meio de financiamento que apenas abrangeu as Inquisições de Coimbra e de Évora a partir de 1718, com efeitos a partir do ano seguinte.

A *nova tença* era assim chamada porque havia uma outra anterior paga à Mesa de Lisboa. Recuando-se ao período filipino, a Inquisição estava a braços com dificuldades financeiras para pagar os salários dos seus oficiais. Os rendimentos eclesiásticos, assentes nas sés do reino pelo cardeal D. Henrique, eram insuficientes para fazer face ao crescente dos quadros de pessoal e no começo do século XVII procuraram-se meios alternativos. Tentou-se assentar um juro no estanco das cartas de jogar e solimão, o que se revelou desastroso, porque o estaqueiro não procedia aos pagamentos devidos (López-Salazar Codes 2011: 225 e ss). Parte da solução encontrada foi assentar o referido juro no estanco do tabaco, já às mãos de D. João IV, em 1641 (Marcocci e Paiva 2013: 184).

Até 1718, só a Mesa de Lisboa era beneficiária deste rédito, altura em que D. João V concedeu ao Santo Ofício 1:500.000 réis, divididos em três parcelas, mas pagos a Lisboa e depois redistribuídos – o objetivo era permitir o aumento de salários. Mais tarde, em 1742, o próprio Conselho Geral passaria a auferir uma outra renda no estanco do tabaco, que lhe permitia enviar dinheiro às mesas distritais (Torres 1993: 34). Estas novas consignações régias parecem ser uma forma de substituir as receitas baseadas no fisco, que ao longo do século XVIII foi conhecendo diminuições.

Como se referiu, na segunda metade do século XVI iniciou-se o processo de dotar o Santo Ofício com rendas fixas. A primeira medida tomada foi consignar a cada tribunal da Inquisição uma renda fixa de 1:000.000 réis alocada nos rendimentos da diocese onde as mesas inquisitoriais estavam

fisicamente. Numa segunda fase conseguiu-se mais meia-prebenda dos cabidos das mesmas cidades e uma tercenaria das restantes sés metropolitanas¹². Lisboa tinha ainda direito a rendimentos nas mitras de Braga, da Guarda, de Lamego e de Miranda do Douro, por ter a seu cargo os salários dos membros do Conselho Geral. Contudo, o facto de serem em maior número não significava que fossem mais rentáveis.

Em Évora eram um meio de sustento mais relevante do que em Lisboa, para o que terá contribuído o facto de ser o arcebispado português mais rico, no contexto dos demais em território metropolitano (Díaz Rodríguez e López-Salazar Codes 2014). Em Espanha, muitos tribunais subsistiam com recurso a ingressos idênticos (Martínez Millán 1993: 970 e ss). O processo inicial de dotação do Santo Ofício foi relativamente complexo, perante a resistência dos cabidos e prelados (Torres 1994: 26; Paiva 2011: 324 e 345), mas no século XVIII estas situações já estavam transformadas em rotina.

Em face dos dados apresentados, em valores médios, os rendimentos eclesiásticos representavam em Évora cerca de 61% no conjunto global das receitas, e 19% em Lisboa.

No que respeita à tença do tabaco, o cenário era diferente: em Lisboa, representava em torno de 60% do total de receitas recebidas por este tribunal; em Évora este rendimento era menos expressivo, com cerca de 13%. Eram diferenças significativas, devido ao facto de a Mesa de Lisboa ter acoplada a si boa parte dos gastos do Conselho Geral.

O outro sustentáculo das finanças inquisitoriais era o Juízo do Fisco. É bom salientar que os valores que se analisaram não são os que eram entregues aos tribunais para fazer face às despesas dos presos; estes valores, ao invés, eram para gastos concretos da vida quotidiana: custas dos processos-crimes; obras nos edifícios; realização dos autos-da-fé e, algumas vezes, para pagamento dos salários dos ministros/oficiais, embora esta última situação fosse de evitar, porque estas despesas não deveriam ser custeadas pela atividade direta da Inquisição.

Comprova-se também a ideia já assinalada de que os processos de limpeza de sangue (promoção social) não se constituíam como uma fonte de financiamento fundamental. Era uma verba apenas destinada a suportar gastos administrativos; não um meio de financiamento da própria instituição, como acontecia com o fisco.

¹² Vejam-se as bulas papais em *Collectorio de diuersas letras apostolicas, prouisões reaes e outros papeis em que se contém a Instituição & primeiro progresso do Sancto Officio em Portugal...* 1596.

A Inquisição estava, portanto, dependente das estruturas de financiamento destinadas pela monarquia, através do arrendamento do estanco do tabaco e dos rendimentos dos bens da Igreja, cuja dotação saiu das mãos da coroa. Por outro lado, confirma-se em parte o que a historiografia tem dito: que a atividade repressiva do Tribunal tinha um papel importante na sua manutenção financeira. Não era, contudo, o eixo fundamental, nem a instituição definhou com a redução do número de sentenciados, porque foi desenvolvendo outros meios de financiamento, para os quais contou sempre com o apoio da coroa.

Notas finais

Pretendia-se que o Santo Ofício fosse autónomo do ponto de vista financeiro, não dependente da sua atividade de forma direta. Assim aconteceria, pelo menos, em parte.

Como se viu, as dotações régias ganhavam um papel de relevo, nomeadamente em relação à tença do tabaco e aos rendimentos eclesiásticos. Embora estes últimos saíssem dos rendimentos das dioceses, a tomada de decisão da sua consignação tinha cabido à coroa, num processo idêntico e contemporâneo ao que se passou em Espanha.

Os Juízos do Fisco, embora sob a teoria de que o dinheiro resultante do sequestro, confisco e venda em hasta pública dos bens confiscados pertencia à coroa, viviam em laços estreitos com os tribunais inquisitoriais. Não era da mão do rei que saíam as ordens para que transitassem os réditos para os tribunais inquisitoriais, mas sim da mão do inquisidor-geral. As mesas distritais definiram, contudo, estratégias para evitar que os salários dos seus ministros e oficiais fossem custeados pelas parcelas do fisco; optavam pelas rendas fixas, algo desejado desde o século XVI. Quando a verba disponível para o efeito não era suficiente, os tribunais recorriam a planos alternativos, como o aproveitamento das sobras dos presos.

Importa reter que, embora tenha havido uma tendência para a diminuição da repressão, a Inquisição continuava a depender, em boa medida, das confiscações, portanto, da sua própria atividade, o que representaria, em média, entre 13 e 18% do volume global das receitas para Lisboa e Évora, respetivamente.

Este processo não se verificou, contudo, da mesma forma no que respeitava à promoção social. Os imensos processos de limpeza de sangue que tiveram volume crescente, pelo menos, na metrópole até 1773 e no Brasil até

cerca de 1790, eram fundamentais para alimentar uma rede de comissários e notários locais (e em certa medida também de familiares), que tinha cada vez menos inquirições de processos-crime para levar a efeito, mas muitas audiências de pessoas sobre passados linhagísticos, hábitos e costumes.

Era também uma forma de legitimar a sua existência: a par dos números cada mais residuais da repressão religiosa e social, ganhavam expressão os documentos atestadores da pureza do sangue, uma vez que a Inquisição era vista pela população coeva como a mais *pura* no que tocava à atribuição deste estatuto.

No fundo, parece que o Santo Ofício português soube criar meios de se adaptar aos *novos tempos*, permitindo assim legitimar a sua existência, através do traçar de um caminho onde ganhava destaque a diferenciação social através da pureza do sangue.

Fontes impressas

Collectorio de diuersas letras apostolicas, prouisões reaes e outros papeis em que se contém a Instituição & primeiro progresso do Sancto Officio em Portugal... (1596). Lisboa: nas casas da Sancta Inquisição.

Regimento do Juízo das Confiscações pelo crime de heresia, e apostasia (1620).

Bibliografia

ANTUNES, Cátia; SILVA, Filipa Ribeiro da (2012). “In nomine Domini et in nomine rex regis: Inquisition, persecution and royal finances in Portugal, 1580-1715”, in *Religione e istituzioni religiose nell'economia europea: 1000-1800*. Firenze: Firenze University Press, 377-410.

AZEVEDO, João Lúcio (1921). *História dos cristãos-novos portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (2001). *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Universidade do Minho.

BETHENCOURT, Francisco (1994). *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores.

BRAGA, Isabel Drumond (2012). *Bens de hereges: Inquisição e cultura material, Portugal e Brasil, séculos XVII-XVIII*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- BRAGA, Isabel Drumond (2015). *Viver e morrer nos cárceres do Santo Ofício*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- BRAGA, Paulo Drumond (2015). “Ataques às heresias e defesa da Inquisição. Sermões em honra de S. Pedro Mártir (séculos XVII-XVIII)”, in *Anais do I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões*. Vol. 3. Lisboa: Universidade Lusófona, 17-25.
- COSTA, Leonor Freire (2002). *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1580-1663*. 2 vols. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, Antonio; LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel (2014). “El cabildo catedralicio de Évora en la Edad Moderna (1547-1801)”. *Historia y Genealogía*, 4, 31-58.
- FARIA, Ana Leal de (2007). “Uma ‘teima’: do confronto de poderes ao malogro da reforma do Tribunal do Santo Ofício: a suspensão da Inquisição portuguesa (1674-1681)”, in *Inquisição Portuguesa: tempo, razão e circunstância*. Lisboa/São Paulo: Prefácio, 77-105.
- KAMEN, Henry (2013). *La Inquisición española: mito e historia*. Barcelona: Crítica.
- LAVENIA, Vincenzo (2010). “Struttura económica: Inquisizione romana”. In *Dizionario Storico dell’Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Scuola Normale, 1541-1545.
- LEA, Henry Charles (1983). *Historia de la Inquisición española*. 3 vols. Madrid: Fundación Universitaria Española.
- LOPES, Bruno (2014). “Uma primeira aproximação às contas da Inquisição portuguesa: o tribunal de Évora (1670-1770)”, in *Actas das XV Jornadas de Historia en Llerena: Inquisición*. Llerena: Sociedad Extremeña de Historia, 77-94.
- LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel (2011a). *Inquisición portuguesa y monarquía hispánica en tiempos del perdón general de 1605*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS-UE.
- LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel (2011b). *Inquisición y política: el gobierno del Santo Ofício en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*. Lisboa: CEHR-UCP.
- LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel; Marcocci, Giuseppe (2010). “Struttura económica: Inquisizione portoghese”, in *Dizionario Storico dell’Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Scuola Normale, 1537-1541.
- MAIFREDA, Germano (2014). *I denari dell’inquisitore: affari e giustizia di fede nell’Italia moderna*. Torino: G. Einaudi.
- MARCOCCI, Giuseppe; Paiva, José Pedro Paiva (2013). *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- MARTÍNEZ MILLÁN, José (1993). “Estructura de la hacienda de la Inquisición”, in *Historia de la Inquisición en España y América*. Vol. 2. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos / Centro de Estudios Inquisitoriales, 885-1076.
- MARTÍNEZ MILLÁN, José. 2010. “Struttura económica: Inquisizione spagnola”. In *Dizionario Storico dell’Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Scuola Normale, 1545-1549.

- MARTINS, João Furtado (2015). *Corrupção e incúria no Santo Ofício: ministros e oficiais sob suspeita e julgamento*. Lisboa: CEHR-UCP.
- MENDES, Sheila (2015). Breve olhar sobre as primeiras rendas da Inquisição (1539-1580), in *Atas do XXVIII Simpósio Nacional de História da AMPUH: Florianópolis*, 1-11.
- OLIVAL, Fernanda (2004). “Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”, *Cadernos de estudos sefarditas*, 4, 151-182.
- OLIVEIRA, Ricardo Pessa de (2009). “Para o estudo da Irmandade de São Pedro Mártir no final do século XVIII”, in *Do Absolutismo ao Liberalismo*. Vol. 1. Guimarães: Câmara Municipal, 509-530.
- PAIVA, José Pedro (2011). *Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal: 1536-1750*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PEREIRA, Isaías da Rosa (1994). *Livro de receita e despesa dos presos ricos da Inquisição de Lisboa (1594-1596)*. Lisboa: Livraria Olisipo.
- PINO ABAD, Miguel (2014). *La pena de confiscación de bienes en el derecho histórico español*. Madrid: Dykinson.
- PROSPERI, Adriano; LAVENIA, V.; TEDESCHI, J. (eds.) (2010). *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Edizione della Scuola Normale Superiore.
- SARAIVA, António José (1956). *A Inquisição Portuguesa*. Lisboa: Europa-América.
- SARAIVA, António José (1985). *Inquisição e Cristãos-Novos*. 5.ª ed. Lisboa: Estampa.
- TORRES, José Veiga (1993). “A vida financeira do Conselho Geral do Santo Ofício da Inquisição”, *Notas económicas*. *Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 2, 24-39.
- TORRES, José Veiga (1994). “Da repressão religiosa para a promoção social: a Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, 109-135.
- VIDAL-ROBERT, Jordi (2011). “An economic analysis of the Spanish Inquisition’s motivations and consequences” (http://www.econ.yale.edu/conference/neudc11/papers/paper_397.pdf, consultado em 2015.05.12)].
- WADSWORTH, James E. (2003). “Celebrating St. Peter Martyr: the inquisitional brotherhood in colonial Brazil”. *Colonial Latin American Historical Review*, 12/2, 173–227.
- WOBESER, Gisela von (1990). “La Inquisición como institución crediticia en el siglo XVIII”, *Historia mexicana*, 39/4, 849-879.

Beati mortui qui in Domino moriuntur.
Atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)

Beati mortui qui in Domino moriuntur. Attitudes towards death and burial sites of secular Franciscan brothers in the city of Coimbra (1707-1785)

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA

Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco
Universidade de Coimbra – CHSC
margaridadiasdasilva@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 03.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 14.06.2016

Resumo: A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra garantia aos seus membros benefícios espirituais e materiais, incluindo o acompanhamento dos irmãos à sepultura e os sufrágios por alma dos irmãos falecidos. Os estatutos e memórias da fraternidade permitem compreender a atitude dos terceiros franciscanos seculares perante a morte e quais as obrigações e direitos dos membros da Ordem Terceira de Coimbra. Nos 1653 registos de óbitos da Ordem Terceira conimbricense, entre 1707 e 1785, colhe-se informação sobre o local de sepultura dos irmãos franciscanos seculares de Coimbra, objetivo do presente trabalho. As igrejas colegiadas de Santiago e de S. Bartolomeu, as igrejas de Santa Justa, de S. Pedro e de S. João de Almedina, o mosteiro de Santa Cruz, e os conventos de S. Domingos e de S. Francisco da Ponte congregam o maior número de enterramentos dos irmãos franciscanos seculares no século XVIII.

Palavras-chave: Ordem Franciscana secular, sufrágios, enterramentos, petições de esmolas, morte.

Abstract: The Venerable Third Order of Penance of St. Francis of Coimbra guarantees spiritual and material benefits to its members, including the brothers escort to the grave and the suffrages for the deceased brothers' souls. The statutes and fraternity memories allow us to understand the secular Franciscan brothers' behaviour towards death and what its members' obligations and rights were. In the 1653 death records of the Third Order of Coimbra, between 1707 and 1785 we gather information on the secular Franciscan brothers' burial places, which is the goal of this study. The collegiate churches of Santiago and S. Bartolomeu, the churches of Santa Justa, S. Pedro and S. João de Almedina, the monastery of Santa Cruz, and the convents of S. Domingos and S. Francisco da Ponte congregate the largest number of secular Franciscan brothers' burials in the eighteenth century.

Keywords: secular Franciscan Order, suffrages, burials, alms petitions, death.

Introdução

Antes das preocupações higienistas com a saúde pública do século XIX, da contestação aos enterramentos nas igrejas e da lei de 21 de setembro de 1835, que ordenava a construção de cemitérios públicos, os enterramentos realizavam-se “no centro dos povoados (a igreja e o seu adro)” funcionando “como garante simbólico da salvação colectiva no final dos tempos” (Catroga 1993: 595). Nesse âmbito, “as irmandades e Ordens Terceiras propiciavam aos seus associados a garantia de inumação, acompanhamento e sufrágios necessários para uma boa morte. As garantias proporcionadas por estas agremiações minimizavam o temor da morte e da perdição da alma no outro mundo, constituindo-se em importantes atrativos para a população” (Moraes 2009: 282).

Numa época em que a salvação da alma era parte essencial da vivência religiosa, “A presença dos mortos no mundo dos vivos ganhou muito terreno ao longo da idade moderna, afirmando-se fortemente a partir do século XVII” (Araújo 2010: 102), período de crescimento das ordens terceiras seculares, a que não fica alheio o facto de proporcionarem o acompanhamento dos irmãos à sepultura, a celebração dos sufrágios pelos seculares falecidos e a atribuição de esmolas aos irmãos pobres para realização dos funerais¹.

A “Igreja, depositária de uma teoria coerente sobre a salvação, hegemônica o discurso sobre a morte e interpela os crentes no quotidiano, através da palavra e da imagem” (Araújo 1995: 1) e a divulgação da crença no Purgatório e o “crescente apelo dos vivos em favor dos mortos traduzido na celebração de sufrágios” (Gouveia 2000: 587) encontraram “particular empenho de carmelitas, franciscanos, jesuítas, dominicanos, agostinhos, e das constituições dos bispados que as tornavam obrigatórias, pondo a tónica nas orações e sufrágios de missas e ofícios pelos defuntos” (Gouveia 2000: 589).

As práticas tradicionais de enterramento nas igrejas, sustentadas pela crença religiosa de que “alcançariam a glória das almas aqueles cujos corpos jazessem em companhia de imagens dos santos, dentro dos templos sagrados” (Catroga 1993: 596) e o acompanhamento religioso e a consequente administração dos últimos sacramentos inscrevem-se como mensagem dominante neste quadro (Araújo 1995: 14).

¹ Entre outros benefícios espirituais e materiais como a atribuição de esmolas aos irmãos caídos em pobreza, a assistência aos irmãos enfermos e idosos (com a criação de hospitais e asilos, mas também com a visita domiciliária aos irmãos doentes), ou o ensino das primeiras letras aos filhos dos irmãos pobres, ações desenvolvidas, por exemplo, pela Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra entre os séculos XVII e XX, e de que é herdeiro, hoje, o Lar da instituição.

Neste trabalho procura-se compreender as atitudes dos irmãos franciscanos seculares de Coimbra em relação à morte: a norma ditada pelos estatutos, os sufrágios realizados e as esmolas distribuídas, sendo que esta última forma de assistência se destinava aos irmãos pobres. É também objetivo identificar os locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares conimbricenses, associados à “densa malha paroquial e conventual” (Araújo 1995: 2). A hierarquia do lugar de enterramento no solo sagrado da igreja é reveladora da posição social e económica do defunto e a recolha dos locais de inumação pode ser um contributo mais para o conhecimento da mole humana que compunha a instituição.

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, fundada a 5 de janeiro de 1659 como pessoa moral canonicamente ereta, no convento de S. Francisco da Ponte, não descurou nenhuma destas funções e manteve vivo registo da sua ação no campo da assistência espiritual e material relacionada com a morte e a salvação das almas dos irmãos seculares falecidos.

Utilizaram-se como fontes os *Estatutos* (1660), as *Memórias* (1661) e a *Determinação a respeito de se favorecerem os irmãos pobres na vida e na morte* (1709) para o enquadramento daquilo que é a projetada ação da ordem terceira sobre a relação dos franciscanos seculares com a morte, as *Petições de esmolas* (1707-1785) de forma a localizar o auxílio material concedido pela Ordem Terceira em caso de pobreza e relacionado com a morte, mas principalmente os livros de óbitos existentes no Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra. A *Memória dos irmãos que faleceram neste ano de 1707 e pelos quais se celebrou na forma do Estatuto desta Venerável Ordem Terceira*, e os dois livros de óbitos que lhe sucedem, permitiram colher informações preciosas e precisas sobre o local de enterramento das irmãs e dos irmãos seculares falecidos (Silva 2013: 67-68).

Estabeleceram-se, como balizas cronológicas, a data do primeiro assento de óbito existente no arquivo da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, 1707, e 1785, ano em que a Ordem Terceira de Coimbra deixou a sua capela da Ponte e passou a reunir na igreja colegiada de S. Cristóvão.

1. A morte nos Estatutos

Para compreender a atitude dos franciscanos seculares perante a morte é necessário recorrer às *Memórias* e *Estatutos* da fraternidade, instrumentos que, a par dos compromissos, “baseiam na obrigação de entreajuda na morte, assis-

tência aos irmãos doentes, sepultura, cumprimento de obséquios fúnebres e demais sufrágios para salvação dos confrades falecidos” (Araújo 1995: 43).

Nos Estatutos da Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra, de 1660, no seu 9º capítulo, diz-se:

E por que em tudo nos queremos ajustar com o que manda a Regra e os summos pontífices, detreminamos por ser assi neçessario, que nenhum irmão falte com o vintem de cada mes, pellos muitos gastos que faz a Mesa, assi com os diffunctos, por cada hum dos quais mandará dizer sincoenta missas em altar privilegiado, tanto que morrerem ... (Estatutos 1660: 4).

A importância da missa para a salvação das almas surge associada à ideia de Purgatório, local intermédio, estada temporária dos defuntos antes de alcançar o Céu. De facto, “a crença no Purgatório incentivou os homens a ingressarem nestas instituições, muito particularmente nas associações que cuidavam da salvação. Lucrava-se em vida com a pertença a um corpo com identidade e prestígio, mas sobretudo na morte, através de celebrações de imploração colectiva pela salvação dos defuntos, promovidas por estas instituições” (Araújo 2010: 102), onde se incluem as ordens terceiras.

Rezar pelos irmãos defuntos constituía-se como um acto de caridade, num gesto de compaixão pelos que já haviam partido, fundados na crença da interseção e interferência dos vivos junto das almas dos mortos. Numa época em que “As preocupações com a salvação das almas eram imensas e todos aguardavam a solidariedade de todos para mais facilmente alcançarem a felicidade eterna” (Araújo 2004: 59), as ordens terceiras seculares eram mais um garante da observância destes preceitos, fosse através dos sufrágios gerais, fosse pelo cumprimento de legados.

No entanto, no ano 1661 eram muitas as dúvidas relativamente às 50 missas² que se mandavam dizer pelos irmãos terceiros que faleciam, segundo estava determinado no capítulo 9º dos Estatutos e lançado, igualmente, no livro das *Entradas e profissões de irmãos*. Assim, em Mesa de 16 de janeiro do

² Por exemplo, na Ordem Terceira de S. Francisco de Vila Viçosa “A assistência espiritual estava garantida com a celebração de uma missa por cada irmão sacerdote e 50 salmos por cada irmão leigo” (ARAÚJO 2004: 59). Em 1676, a Ordem Terceira de Braga manda ampliar a “quantidade de celebrações de três para cinco missas demonstra o desejo de oferecer aos seus associados maiores “bens de salvação”. Primordial para atrair novos irmãos e ampliar a visibilidade do sodalício, acrescentar missas aos sufrágios mostrava-se crucial nos primeiros anos de sua existência. Esta atitude demonstra também capacidade financeira por parte da instituição.” (MORAES 2009: 281). Segundo a mesma autora, em 1751 os irmãos terceiros da cidade do Porto recebiam 70 missas enquanto os do Rio de Janeiro, em 1745, celebravam-se 40 missas após a morte de algum membro e os terceiros paulistanos tinham direito 25 missas pela sua alma (MORAES 2009: 284-285).

dito ano “sendo presente o senhor Ministro o Doutor João de Azevedo, e o Reverendo padre commissario Frei Manuel da Columna; e os mais irmaos abaixo assinados... se dispoz e fez assento na maneira seguinte”. Segundo o Regimento da Venerável Ordem Terceira, no capítulo 13º, cada irmão que tomar hábito está obrigado “de dar em cada hum mez hum vintém de esmola para os doentes e outras couzas de gastos da Ordem” e considerando frei Jerónimo da Cruz, o primeiro padre comissário da Venerável Ordem Terceira desta cidade de Coimbra, do convento de S. Francisco da Ponte, que as

dittas esmolos do vintém cada mez serem grandes, nos Estatutos que tirou a nossa Regra e fez lançar no principio do dito livro, pera bom governo da Ordem <20 réis 50 missas> confirmados pelo reverendo provincial frei Manoel da Esperança em os sinco de Fevereiro de 660 fez Estatuto de se mandarem dizer pella alma de cada hum irmão 3º que falecer sincoenta missas em altar privilegiado de esmola cada huma a meyo tostão para que as Almas dos irmãos 3os que falecessem gosassem destes sufrágios poes em vida comprirão com as obrigaçoens de darem as esmolos que erão obrigados na forma da Regra (Memórias 1661: 1v-2).

Segundo o dito Estatuto era dada pena de expulsão a todo aquele que não pagasse nem quisesse “estar pello dito Estatuto como a quem não trata do bem comum da Ordem: com tudo ajustandonos com a nossa Regra no cap. [9º] em que nos encommenda que quando ouvermos de receber alguns serviços se tire primeiro informação se tem posses e bens de que vivão”. Fundada na caridade do seráfico S. Francisco, a ordem terceira de Coimbra não fechava as portas “a nenhum fiel christão que desejando salvarse e buscando este meyo da religião não seja aceito nella por não ser possoidor de bens temporaes pera poder satisfazer as ditas esmolos” (Memórias 1661: 1).

Assim, ficaram determinadas em 10 pontos as condições de celebração dos sufrágios.

Primeiramente, que todo o irmão terceiro que falecer antes de concluir o ano de noviciado, “constando que satisfez a suas obrigaçoens, assi espirit[u]aes, assistindo nos jubelleos e mais exerçios da Ordem e satisfez nos mezes de noviço que viveo a esmola dos vinténs”, terá direito somente a cinco missas em altar privilegiado e será acompanhado pelos irmãos terceiros à sepultura

no simiterio que se assignalou de fronte da nossa capella quando essa fosse sua ultima vontade, com declaração (porem) que em o lugar em que for sepultado se não porá pedra algua com letreiro nem sem elle que diga quem ali jaz salvo hua só pedra e campa que haverá assignalada com letreiro em que se ajão de sepultar os comissários e ministros da dita Ordem (Memórias 1661: 2).

Neste primeiro ponto estabelecia-se, desde logo, uma diferença hierárquica visto que sepultura com epitáfio estava reservada exclusivamente para os padres comissários e ministros.

No ponto 2º regista-se que todo o irmão terceiro que, embora tenha concluído o ano de noviciado, não peça para fazer a profissão, nem tenha satisfeito as esmolas dos vinténs, se passado o tempo de reflexão e preparação “sem acudirem às suas obrigações não avendo justa cauza que os escuze”, então,

a este tal se lhe não farão sufrágios alguns de missas nem será acompanhado nem enterrado em o nosso semiterio pois foi visto não querer ser filho de nosso seraphico padre S. Francisco porque o anno de noviciado se dá pera que hum noviço se delibere se quer ou não quer professar (Memórias 1661: 2).

Contudo, havendo justa causa ou constando dos réis que pagaram os vinténs nalguns meses, caberá à Mesa votar “as missas que se lhe hão de dizer, avendo respeito às esmolas que tem dado e seu corpo será acompanhado na forma que se custuma por charidade” (Memórias 1661: 2).

Em terceiro lugar, estipulou-se que os irmãos professos que após a profissão esquecerem as suas obrigações de terceiros, tanto de assistência dos exercícios espirituais como das esmolas dos vinténs

a estes taes se lhe não dirão missas alguas e só por charidade será seu corpo acompanhado pelos irmãos 3os na forma que se costuma; os quais lhe emcomendarão sua alma a Deus, e se lhe rezará hum responso sobre a sepultura mas querendosse vir enterrar ao convento de S. Francisco da ponte não será enterrado dentro no cemiterio dos irmãos 3os mas no corpo da igreja (Memórias 1661: 2v).

Também este ponto estabelece uma diferença de tratamento entre os cumpridores e os que não cumpriram com as suas obrigações.

O 4º ponto estipula que, no caso de um casal de irmãos terceiros professos, “dando somente por ambos hum <vintém> cada mez de esmola”, aquele que falecer primeiro terá direito, apenas, a 25 missas; pelo que morrer depois, continuando a dar a esmola do vintém cada mês, serão ditas as 50 missas costumadas. E da mesma forma se rezarão apenas 25 missas relativamente a qualquer pessoa que dê apenas 10 réis de esmola mensais

excepto aquellas com quem a Meza avendo respeito a sua pobreza e por serviços pessoais que tenha feito a esta Ordem dispensar com ella em parte da esmola ou em todo porque a estes taes (fazendo pera <isso> primeiro petição à Meza) se dirão as sincoenta missas constando outrosi que satisfizerão as mais obrigações da Regra (Memórias 1661: 2v).

O ponto 5º estabelece que qualquer irmão terceiro professo que falecer e que tenha cumprido com as suas obrigações, e até tenha deixado algumas esmolas, conforme se verifique nos róis dos anos antecedentes pelos secretários, “se lhe mandarão dizer as missas que parecer a respeito das esmolas que tem dado e serão acompanhados na forma que se costuma” (Memórias 1661: 2v-3). No entanto, se se verificar que falhou algum pagamento do anual, apresenta-se declaração em como pagou sempre as esmolas dos vinténs, pois “nem por isso se deixarão de mandar dizer as sincoenta missas e somente se podem mandar pedir a seus herdeiros o que constar ficou devendo, e ou eles o dem ou não, sempre as sincoenta missas se dirão”, por se considerar que “sempre tratou do bem comum da Ordem” e não deixou ano algum de pagar.

O 6º parágrafo destes Estatutos foca-se nos irmãos terceiros beneméritos, ou aqueles que fizeram grandes esmolas à Ordem, e nos irmãos pobres, que serviram a Ordem com trabalho e assistência pessoal por muitos anos (como o andador geral ou os sacristães, por exemplo); a uns e a outros “ainda que nelles ouvesse alguns descuydos de pagarem as esmolas ... deve a Ordem gratificar em morte em lhes mandar dizer <as 50 missas> o trabalho e zelo com que servirão a dita Ordem e serão acompanhados e enterrados dentro no nosso semiterio”. Acrescenta-se:

E para que de todo os irmãos 3os que desta cidade se absentarem com animo de a ella não tornarem a viver (excepto ministros e irmãos que derão boas e grandes esmolas pera a Ordem) e morrerem fora della não fiquem fora dos sufrágios que a dita Ordem manda fazer aos irmãos 3os que derão algumas esmolas dos mezes que a dita Ordem se mandarão dizer pelo outavario dos Santos de cada hum anno dez missas neste convento de S. Francisco em altar privilegiado de que se dará de esmola por cada hua meyo tostão applicadas todas pellos irmãos 3os que forem falecidos antes que este estatuto se fizesse e depoes falecerem e juntamente pelos bemfeitores desta ordem defunctos (Memórias 1661: 3v).

O 7º ponto determina a obrigação do padre comissário em alertar os noviços, quando lhes lançar o hábito, que se

“se obrigão a satisfazer as esmolas dos vintens dos mezes que a Regra manda: esta Meza e as que adiante forem lhes mandarão dizer pelas suas almas quando Padre Nosso Senhor for servido levalas para si os sufrágios, missas e mais obrigaçoens que costumão mandar fazer aos irmãos 3os que satisfazem com o que são obrigados e que de outra maneira se lhe não mandarão dizer nem fazer” (Memórias 1661: 3v).

A preocupação com a garantia do pagamento das esmolos por parte da ordem era grande, e fundamental para quem pagava pois “a esmola apagava o pecado tal como a água apaga o fogo” (Sá & Lopes 2008: 12), por isso, para além da advertência feita aos noviços, a inquietação maior era com “algumas pessoas assi homens como molheres já de muita idade e pouco prestimo pera a Ordem fazem suas petiçoens pera serem admitidas nella”, como fica registado no parágrafo número 8; a estes se deve acautelhar “que sendo aseitos darão de intrançia boa esmola pera que quando falecerem tenham dado esmola suficiente pera os emcargos das sincoenta missas”; caso contrário só seriam ditas as missas correspondentes aos meses de esmola pagos. Na verdade, as ordens terceiras seculares

de uma maneira ou de outra, todas dificultavam a entrada de fiéis com mais de 40 ou 50 anos, orientação comum às demais irmandades e destinada a travar custos cobertos mas não amortizáveis de enterro, acompanhamento e sufrágios (Araújo 1995: 21).

A penúltima observação relaciona-se com a missa dos segundos domingos, rezada pelo padre comissário, em que

terá a Meza obrigação mandar pagar a esmola della que será meyo tostão cada hua, applicadas por todos os irmãos que vivos forem porque o reverendo senhor dê sua graça pera que o sirvão e a nossa Venerável Ordem 3ª (Memórias 1661: 4).

Por fim, no 10º ponto, estipula-se que, em caso de dúvida sobre a matéria dos sufrágios das missas que se mandam dizer pelas almas dos irmãos terceiros “que nestes estatutos não esteja exposto e declarado”, tem voto de decisão a Mesa assim como “em todos os cazos em que ouver duvida poderá dispor e mandar o que melhor for e convier para mayor bem e utilidade das almas dos irmãos 3os defunctos desta Venerável Ordem 3ª”. A Ordem Terceira de Coimbra não acompanhava os irmãos que caíssem em pobreza e não pudessem pagar as esmolos anuais nem a esmola do acompanhamento da comunidade quando faleciam. Assim, em 1709, determinou-se que se fizesse um livro onde se anotassem os nomes de todos os irmãos ou irmãs que deixaram de ter possibilidades económicas de pagar as esmolos, sendo a Ordem obrigada a socorrê-los nas suas necessidades, onde se incluía a obrigação de lhes pagar o hábito e a esmola de acompanhamento da comunidade. Paralelamente, estipulou-se que, para além da inquirição de pureza de sangue, vida e costumes, se inquirisse também das possibilidades dos requerentes (Óbitos, 1707-1748: 1-2v).

Era obrigação das confrarias e ordens terceiras garantir o acompanhamento dos irmãos na hora da morte e inumação e “ao delegar, em parte, nessas comunidades restritas os encargos de acompanhamento, enterro e resgate da alma, cada indivíduo participava, por sua livre iniciativa, no avolumar da pompa cerimonial. Esta vasta teia de solidariedades, justamente exibida no momento da morte, confirmava, face à sociedade, um estatuto de privilégio no acesso aos bens da salvação” (Araújo 1995: 4).

As misericórdias detinham o monopólio dos enterros por lei de 1593 “constituindo-se o aluguer do mobiliário fúnebre importante fonte de réditos” (Lopes 2010: 52).

Em 1745, e devido às contendas surgidas entre a Venerável Ordem Terceira de Coimbra e a Misericórdia da mesma cidade sobre a formalidade dos enterros dos irmãos terceiros conimbricenses e sobre quem levava a tumba da Misericórdia (Barrico 1895: 119-120), ficou determinado por

alvará porque Vossa Magestade he servido declarar que os irmãos terceyros da cidade de Coimbra podem usar de esquife proprio pera sepultarem de gracia os seos Irmãos defuntos e que Mizericordia da dita cidade não tem direyto algum pera o impedir e que a escriptura celebrada entre a Mizericordia e os ditos Irmãos não pode prejudicar a estes em couza alguma como asima se declara (Estatutos, 1699-1853, 3-3v).

E esta foi uma contenda que diversas ordens terceiras tiveram com as misericórdias das suas localidades³. Em Coimbra, e “Nos termos do alvará de 14 de Fevereiro de 1617 Só a Misericórdia e a Universidade podiam ter «tumba de enterrar os mortos». Com este quase monopólio a Santa Casa garantia uma fonte de rendimentos com a qual podia custear os enterros dos pobres” (Lopes 2000: 119), mas por alvará de 4 de junho de 1745, a Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra passou a poder ter esquife próprio.

2. Sufrágios por alma dos irmãos franciscanos seculares

Se em 1661 se rezavam 50 missas pelas almas dos irmãos falecidos, nos registos de óbitos de 1720 fica-se a saber que

³ Semelhante contenda aconteceu entre a Ordem Terceira de Vila Viçosa e a misericórdia daquele lugar, sendo que a primeira ganhou o processo e o direito de sepultar os irmãos falecidos em esquife próprio, na segunda metade do século XVIII (Araújo 2004: 59).

Mandey dizer as sobreditas missas pela Ordem seguinte: 31 por cada irmão ou irmã que paga annual de 240 e 15 missas pelo irmão ou irmã que paga annual de 120 segundo dispoem hum assento em que se fez redução de 50 missas em 31 e das 25 em 15 no termo dos assentos da Ordem fl. 5v (Óbitos 1707-1748: 43).

O *Livro de memórias da Nossa Venerável Ordem feito em 1774* inscreve no título VIIIº *Dos suffragios de que gozão os Irmãos desta Ordem* a justificação que:

Não são iguais os suffragios em todos os irmãos que falecem porque como estes correspondem ao Anal [sic] que cada hum dos irmãos paga por anno como da diversidade nos anais a ha tambem nos suffragios, de forma que o que paga quatrocentos e oitenta tem quando falece sessenta e quatro missas, o que paga duzentos e quarenta tem trinta e duas missas, e o que paga de anal cento e vinte tem do suffragio pela sua alma desaseis missas (Memórias 1774-1888: 51v-52).

Reconhece-se, portanto, que o cumprimento da esmola anual determinava o número de missas a que a Ordem estava obrigada a rezar. Os valores estavam tabelados: 120 réis de anuais correspondiam a 16 missas, 240 réis de anuais davam direito a 32 missas e 480 réis de esmola anual garantiam 64 missas, como se verifica no caso do secretário da Universidade, Francisco Marques de Andrade, que faleceu a 14 de maio de 1766, e foi sepultado no colégio de S. Bento em caixão: teve 32 missas, “além de um ofício de honras que se fez na nossa capela por ser benfeitor da nossa Ordem e mais missas que se lhe mandaram dizer”, ou seja, mais 32⁴.

Quanto aos devedores, eram descontadas as missas na proporção exata do valor em débito. Maria Teresa, viúva, devia 3 anos de anuais a 240 réis e, por isso, só foram rezadas 23 das 32 missas costumadas; o ourives José Rodrigues dos Santos, que devia 6 anos de anuais, pagos a 120 réis, só teve direito a 12 das 16 missas.

“Entretanto, os membros que não satisfaziam pontualmente as anuidades e outras contribuições exigidas não tinham direito às sepulturas e sufrágios” (Martins 2009: 388). E o cumprimento do pagamento dos anuais era escrutinado minuciosamente, como se verifica no registo abaixo:

⁴ Por exemplo, na Ordem Terceira de Vila Viçosa, no século XVII, era garantida a assistência espiritual com “a celebração de uma missa por cada irmão sacerdote e 50 Salmos por cada irmão leigo” quando morriam (Araújo 2004: 59); na Misericórdia de Lisboa, em 1618, “os estatutos determinavam que cada irmão rezasse 14 vezes o padre-nosso e igual número de ave-marias, enquanto a Santa Casa mandava celebrar, no dia seguinte ao enterro, um ofício de nove lições pela alma do defunto. Igual cerimónia era preparada para as mulheres dos confrades e viúvas que se mantivessem neste estado e para os filhos que tivessem entre 18 e 25 anos” (Araújo 2010: 104).

Pareçeme que estão satisfeitas as missas pelas almas de todos os irmãos e irmãs que neste anno faleceram o que melhor ha de constar do livro das sertidoens que não examinei por cauza de meu empedimento e me pairesse senão disserão as missas pela alma do irmão Manoel Viegas o novo do suburbio de Sellas o que deve rezolver a Meza visto ficar devendo seiscentos reis dos anais Coimbra de Mayo 20 de 1747. O secretário da ordem Bernardo Correia (Óbitos 1707-1748: 68).

Só após a deliberação da Mesa se daria cumprimento, ou não, aos sufrágios devidos por alma deste irmão falecido.

Como se verifica, questão premente e que perpassa pelos diversos escritos é o cumprimento do pagamento do anual, valor que garantia aos irmãos franciscanos seculares a assistência na velhice e/ou pobreza e, aquando do seu falecimento, a celebração de missas por sua alma. No livro dos *Anuais* de 1776-1780 está escrito na primeira folha: “Todo o irmão que dever de anuais quatro anos e daí para cima não se deve mandar avisar a Ordem para enterro sem pagar o que devem ...”. (*Anuais* 1776-1780: 1). É disso exemplo frei José de Jesus Maria, religioso de S. Domingos, que faleceu no dia 7 de agosto de 1770 “nas suas casas da Calçada”, freguesia S. Bartolomeu e “dela foi de noute ao seu convento” e porque devia 1.390 réis de anuais, incumprimento correspondente a 11 anos e 7 meses de anuais não pagos a 120 réis “e por isso não teve missas podendo pagar”.

Contudo aos irmãos que, “impossibilitados da sua pobreza, deixaram de satisfazer as esmolos costumadas” (Martins 2009: 388), a Ordem assegurava a celebração dos sufrágios e garantia o direito às sepulturas, como fica patente num registo escrito no final dos óbitos do ano 1741-42:

Parte dos irmãos acima e atrás declarados que faleceram se mandaram dizer as missas que lhe pertenciam excepto aos irmãos Pascoal Carvalho, Luísa da Fonseca e D. Escolástica Josefa Margarida de Nápoles Castelo Branco por estes estarem devendo de anuais muito mais do que importão as missas e por todos os mais se disseram as ditas missas como consta das certidões. Porpondo em Mesa a dúvida que tinha sobre não se ter satisfeito as missas dos irmãos Pascoal Carvalho, Luísa da Fonseca e D. Escolástica Margarida de Castelo Branco se resolveu na dita Mesa de 14 de maio de 1742 se mandassem dizer pela alma do irmão Pascoal Carvalho dezasseis missa se pela alma da irmã Luísa da Fonseca dezasseis missas e pela alma de nossa irmã D. Escolástica Margarida de Castelo Branco trinta e duas missas por constar serem todos pobres (Óbitos 1707-1748: 59-59v).

Se inicialmente estes três irmãos foram considerados como devedores, logo se verificou, em Mesa, que faleceram em estado de pobreza, justificação bastante para que lhes fossem mandadas rezar as missas costumadas.

A obra de misericórdia dos “chamados «funerais por amor de Deus», os que eram feitos por caridade, gratuitamente, às famílias pobres que os requeriam” (Lopes 2000: 120) e que “eram desprovidos de aparato, mas não lhes faltava uma missa pela alma do falecido” (Araújo 2010: 106), era igualmente praticada pela ordem terceira conimbricense. Esta expressão só começa a surgir nos registos de 1765-1766, antes desta data, não há registo de qualquer outra expressão similar; Marcelinho José Munhós foi levado no esquife da Ordem “pello amor de Deos dando se lhe habito e se pagou aos religiosos”; o sapateiro Tomás Francisco Tinoco faleceu no hospital e foi “sepultado pello amor de Deus” na igreja de Santiago; a José António Vieira deu-se “pello amor de Deuz habito, interro e missas”; o licenciado João Evangelista da Rocha faleceu no hospital a 26 de fevereiro em 1769 e “foi no esquife té igreja de Santiago” e se lhe pagou “abito acompanhamento dos religiosos e cova tudo pelo amor de Deus”.

Ao lado da indicação dos “funerais por amor de Deus” surge a justificação do acto: “por ser pobre”.

Aos irmãos pobres estava dada, então, a hipótese de requerer uma esmola para hábito, acompanhamento e sepultura como se explica no ponto seguinte.

3. Petições de esmolos para hábito, acompanhamento e sepultura

Em reunião na Casa do Despacho, aos 31 dias do mês de dezembro de 1709,

se propôs em a dita Meza que hera de menor piadade em esta nossa Ordem o não acompanhar os irmãos defuntos que cahião em pobreza e não tinham com que pagar a esmola do habito e acompanhamento da comonidade (Óbitos 1707-1748: 1).

Decidiu-se, então, que, embora segundo os Estatutos da Ordem nenhum pretendente a entrar como irmão o fizesse sem a inquirição “pela qual conste tem officio renda ou patrimonio de que viva e se possa sustentar honesta e honradamente sem andar pedindo” e que se não admitissem aqueles que não tinham capacidade de pagar as esmolos anuais, mas

atendendo nos a caridade de que Nosso Sarafico Patriarquã tanto nos emcomenda particularmente com os pobres = emfermos = e defuntos (...) haja nesta dita Ordem hum livro em o qual se assentem aquelles irmãos ou irmans que por desgraça dos tempos cahirão em pobreza e a estes não se lhes aseitara a Ordem as esmolas dos mezes mas como mais ser obrigada a secorelos em suas nascedades e a darlhe em sua morte hum habito de burel deste Convento que custa dez tostoiz e a pagar sinco testoiz por esmola do acompanhamento a comonidade (Óbitos 1707-1748: 1-1v),

exceto se forem irmãos de Nossa Senhora da Conceição pois nestes casos não lhes dará a dita Ordem mais que a mortalha, segundo o ajuste que se fez com o muito reverendo padre mestre frei António de S. Boaventura, guardião e padres discretos do convento de S. Francisco da Ponte

e pera este fim se dará parte logo que o irmão ou irram faleser a nosso irmão andador geral pera que elle vinha buscar o habito e dar recado a comonidade notificando primeiro ao padre commissaroi e emformando se o irmão defunto he ou não da Conseyção (Óbitos 1707-1748: 1v-2).

Ressalva-se, no entanto, “que isto não he abrir portas aos gastos da Ordem mas so atender ao zello com que nos devemos haver com nossos irmãos pobres” e por isso obrigam-se os irmãos a fazer uma petição à Mesa, da qual conste o estado de pobreza a que chegaram, cuja veracidade será confirmada, e

mandamos que de hoje em diante assim como se manda tirar de suas possibilidades por que o nosso piadozo animo he so atender aos que pelo discurso do tempo cahirão em pobreza e não aquelles que actualmente sempre forão pobrez, por que estes segundo o estatuto forão mal aseitos e nestes termos não está a Ordem obrigada a remediar os erros passados nem a acodirlhes como filhos coando forão aseitos contra a disposição dos estatutos.

Nestes Estatutos fica bem patente que a função da Ordem Terceira de Coimbra era ajudar os irmãos que caíam em pobreza e não aqueles que já eram pobres pois se por um lado “as irmandades e ordens terceiras infundem a filosofia do pobre, por outro tomam severas precauções contra o assalto dos pobres. A pobreza é remida se advinda posteriormente, mas mal aceite como condição de ingresso” (Araújo 1995: 20). Para se ser admitido como irmão terceiro era imprescindível não ser indigente nem correr risco evidente de o ser, embora, naturalmente, as vicissitudes da vida pudessem empurrar alguns para isso. Inquiria-se “4. Se tem officio, renda, ou património de que viva, e se possa sustentar honestamente sem andar mendigando, ou se está

tão falido de bens, e com tantos empenhos, que se receye chegar brevemente a mendigar, e se tem domicilio certo, ou se há vagabundo?” (Inquirições s. d.) As ordens terceiras impunham “critérios de selecção, o que as faziam instrumentos de reconhecimento social” (Lopes 2010: 110) e a exigência de uma profissão que fosse digna e dignificasse a Ordem, precavendo-se, logo à partida, quanto à possibilidade dos irmãos caírem em pobreza.

Ao analisarmos as petições de esmolas feitas pelos irmãos terceiros seculares entre 1721⁵ e 1785, num total de 297 processos, chegamos facilmente à conclusão de que a quase totalidade dos requerentes solicita esmolas invocando motivos de pobreza.

A situação de pobreza em que se encontravam e a preocupação dos peticionários em garantir ajuda para sepultamento de familiares, pedidos de acompanhamento, hábito e mortalha, assim como de esquife, obrigaram-nos a recorrer a uma esmola.

Do total da série, apenas entre 1764 e 1774 se contabilizaram pedidos daqueles que, por falta de capacidade financeira, recorreram à Ordem Terceira de Coimbra para arcar com as despesas de: hábito e enterro (10), hábito e sepultura (8), hábito e acompanhamento (6), enterro (3), hábito, acompanhamento e sepultura (3), mortalha e sepultura (3), hábito (2), acompanhamento (1), acompanhamento no esquife (1), hábito de mortalha e enterro (1), mortalha (1), sepultura (1) e túnica para mortalha (1), num total de 41 petições que perfazem 12% do total. As esmolas foram pagas em dinheiro, como se vê na Tabela 1.

Tabela 1. Atribuição de esmolas em dinheiro (réis) para hábito, acompanhamento e enterro

Pedido	Esmola em dinheiro	Aplicação da esmola
salidar dívidas e para enterro	800 rs	
hábito e acompanhamento do irmão que faleceu	1.500 rs	
hábito e acompanhamento do marido que faleceu	2.580 rs	
hábito e acompanhamento	1.500 rs	
mortalha e sepultura	1.500 rs	
mortalha e sepultura	1.500 rs	
hábito e acompanhamento para fazer o funeral da mulher	2.300 rs	1.500 rs do hábito e acompanhamento; 800 rs da sepultura na igreja de Santiago
hábito, acompanhamento e sepultura	1.000 rs	
hábito, acompanhamento e sepultura	2.550 rs	1.000 rs do enterro, cova e hábito; 500 rs acompanhamento dos religiosos; 800 rs cova na igreja de Santiago; 200 rs ao coveiro; 50 rs de chamar o vigário com o esquife

⁵ A distribuição por anos não é uniforme não existindo processos nos anos 1722 a 1726, inclusive, 1728 a 1756, inclusive, 1760, 1775, 1778, 1782 e 1785, inclusive.

Pedido	Esmola em dinheiro	Aplicação da esmola
túnica para mortalha	1.500 rs	1.000 rs da túnica para mortalha e 500 rs do acompanhamento dos religiosos
hábito, acompanhamento e sepultura	1.000 rs	
mortalha e sepultura	2.500 rs	1.500 rs do hábito e acompanhamento; 800 rs da sepultura na igreja de Santiago; 200 rs ao coveiro
hábito e acompanhamento	1.500 rs	
hábito e enterro do marido	1.500 rs	
hábito e enterro	2.500 rs	hábito 1000 rs; acompanhamento dos religiosos 500 rs; cova 800 rs; coveiro 200 rs
hábito e enterro do marido	1.500 rs	
enterro da mulher	2.500 rs	hábito 1000 rs; acompanhamento dos religiosos 500 rs; cova 800 rs; coveiro 200 rs
hábito e enterro para o filho	1.500 rs	
enterro do pai	2.500 rs	
hábito e enterro do marido	1.500 rs	hábito 1000 rs; acompanhamento dos religiosos 500 rs
hábito	2.400 rs	hábito e acompanhamento 1.500 rs; cova 800 rs; coveiro 200 rs
hábito e enterro do marido	1.000 rs	pagou só hábito por ser irmão da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição
hábito e sepultura	2.600 rs	1000 rs hábito; aos religiosos de S. Francisco 500 rs; cova em S. Bartolomeu 700 rs; coveiro 200 rs; de sinais 200 rs
hábito e enterro do marido	3.500 rs	hábito 2.500 rs; cova na igreja de Santiago 800 rs; coveiro 200 rs
hábito e enterro do marido	2.000 rs	
hábito e enterro do marido	2.100 rs	hábito 1000 rs; à comunidade de S. Francisco 500 rs; cova na igreja 400 rs; coveiro 200 rs
hábito e sepultura da mulher	1.500 rs	
hábito e acompanhamento	1.500 rs	
hábito e enterro do marido	1.500 rs	
hábito e sepultura para sogra	2.400 rs	hábito 1000 rs; aos religiosos de acompanhamento 500 rs; cova em S. Bartolomeu 700 rs; coveiro 200 rs
hábito e sepultura para mãe	1.900 rs	hábito 1.000 rs; cova e coveiro 900 rs
hábito e sepultura para mãe	1.500 rs	
hábito e sepultura para irmã	2.400 rs	hábito 1000 rs; aos religiosos de acompanhamento 500 rs; cova 700 rs; coveiro 200 rs
hábito e sepultura para a filha	2.500 rs	hábito 1000 rs; aos religiosos de acompanhar 500 rs; cova 800rs; coveiro 200 rs
sepultura para irmão	2.400 rs	2.400 rs do hábito, acompanhamento, coveiro e cova
hábito de mortalha e enterro para a mulher	1.500 rs	
pagar o acompanhamento aos religiosos e perdoar os anuais	2.000 rs	1.000 rs acompanhamento; 1.000 rs sepultura e coveiro
hábito e sepultura para marido	1.500 rs	hábito e acompanhamento 1.500 rs
hábito para o marido	1.000 rs	
acompanhamento no esquife	1.000 rs	pago à comunidade dos religiosos de S. Francisco da Ponte pelo acompanhamento à sepultura no esquife
mortalha	1.480 rs	hábito, enterro e coveiro

Fonte: *Petições de esmola (1764-1774)*

Vejam-se alguns exemplos. O sapateiro Manuel Rodrigues, no dia 3 de março de 1768, morador na rua das Solas, freguesia Santiago, alegando o seu estado de pobreza, pediu uma esmola para o hábito e acompanhamento do funeral da mulher; o pedido foi deferido com 2.300 réis em dinheiro: 1.500 réis do hábito e acompanhamento e 800 réis da sepultura na igreja de Santiago. Maria de Santa Comba foi provida com 2.500 réis de esmola para a mortalha e sepultura de sua mãe, que morreu no Hospital Real. O dinheiro foi empregue no hábito e acompanhamento (1.500 réis), na sepultura na igreja de Santiago (800 réis) e no pagamento ao coveiro (200 réis) (1769-12-02). Em 1773, o livreiro Bernardo António, preso na cadeia do aljube por dívidas, recebeu 1.500 réis de esmola para o hábito de mortalha e enterro de sua mulher recém-falecida⁶.

4. Locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares de Coimbra

A fundação da ordem terceira conimbricense em 1659 exigiu, desde logo, um espaço para a realização dos atos do culto e práticas devocionais. O seu nascimento surgiu associado aos frades franciscanos da Ponte e, a 4 de fevereiro de 1666, sendo ministro provincial o padre mestre frei António da Nazaré, concedeu-se para capela da Ordem o altar colateral que ficava da parte do Evangelho na igreja do convento de S. Francisco da Ponte e, ainda, para cemitério dos irmãos defuntos, a metade do cruzeiro da mesma igreja correspondente ao mesmo altar (Memórias 1774-1888: 17).

“Mas o disgosto de não ter sanchristia propria” (Memórias 1774-1888: 18) levou ao pedido de mudança de capela e, em 26 de setembro de 1739, o padre provincial frei António de Santa Rosa Viterbo concede licença ao irmão Ministro e mais irmãos da Mesa da Ordem Terceira conimbricense para mudarem a capela que tinham para a capela de S. Pascoal Bailão “por n’ella lhe ficar mais comodidade para fazerem a casa do despacho que pretendem” (Barrico 1895: 23).

No ano seguinte, a 9 de março de 1740, iniciou-se a construção da capela da Ordem Terceira, anexa ao convento de S. Francisco da Ponte, cujos trabalhos terminaram 3 anos depois, e onde passaram a reunir os irmãos franciscanos seculares, capela que ainda hoje é propriedade da instituição. Contudo, vicissitudes várias levaram a sérios conflitos com os frades franciscanos, pelo que, em 1784, a Mesa da Venerável Ordem Terceira reuniu na igreja paroquial e colegiada de

⁶ A Ordem Terceira de Braga, no século XVIII, gastava entre 650 e 1020 réis com mortalhas (Moreaes 2009: 292).

S. Cristóvão, uma vez que fora expulsa da Casa do Despacho e capela ereta no convento de S. Francisco da Ponte e em novembro de 1785 reuniu pela primeira vez na Sé Velha (Actas 1699-853, 229-230v), onde ficaria até 1816.

O livro com a *Memória dos irmãos que faleceram neste ano de 1707 e pelos quais se celebrou na forma do Estatuto desta Venerável Ordem Terceira* (1707-1748) e os livros de óbitos seguintes (1760-1774 e 1784-1797) são a principal fonte que nos permite identificar os locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra. Como já ficou referido atrás, optou-se por estudar o período durante o qual a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra teve sede no burgo de Santa Clara, inicialmente no convento de S. Francisco e, depois, na sua capela da Ponte.

É feita referência que foram enterrados em caixão, por serem pobres, ou no esquife, ou levados na tumba da Misericórdia ou na tumba da irmandade de Nossa Senhora da Conceição (nos casos em que os religiosos não consentiam que fossem no seu esquife), com hábito ou amortalhados no hábito de terceiro, e ao acompanhamento, à cova e ao coveiro.

A escolha do lugar de enterramento era feita com o propósito e a crença de garantia de maior esperança na salvação da alma e “o mesmo se diga relativamente ao templo em que se desejava a última morada. Tinha-se em atenção a representação simbólica da igreja e escolhia-se aquela onde se entendia que a alma podia ser mais sufragada e receber maior apoio” (Araújo 2010: 106). Vejamos, agora, quais as igrejas que foram escolhidas para última morada dos irmãos franciscanos seculares conimbricenses.

4.1. Sepulturas na cidade de Coimbra

Entre 1707 e 1785⁷ faleceram 1.652 irmãos seculares. A memória escrita permitiu localizar 73%, (1.211 em números absolutos), dos locais de enterramento dos irmãos franciscanos seculares (Tabela 2).

Tabela 2. Locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares na cidade de Coimbra

Local	Nº enterramentos
Almedina	60
Capela da Ordem Terceira	12
Capela de Nossa Senhora da Piedade, Celas	3

⁷ Não há registos de óbitos entre 1659 e 1706, nos anos 1716, 1725 e 1726, existe um hiato temporal nos registos entre 1749 e 1759, inclusivamente, e outro entre 1775 e 1782, inclusivamente.

Local	Nº enterramentos
Capela de Nossa Senhora da Vitória	1
Capela do Senhor dos Remédios	13
Celas	3
Colégio da Graça	1
Colégio de S. Bento	6
Colégio de S. José dos Marianos	7
Colégio de S. Pedro dos Terceiros	44
Colégio de Santa Rita	1
Colégio de Santo António da Estrela	26
Colégio de Santo António da Pedreira	6
Colégio do Carmo	33
Colégio Novo	1
Convento	4
Convento de Celas	1
Convento de Santa Ana	21
Convento de Santa Clara	18
Convento de Santa Teresa	1
Hospital S. Lázaro	1
Igreja da Companhia de Jesus	1
Igreja dos Trinos	1
Igreja nova	1
S. Bartolomeu	91
S. Bento	2
S. Cristóvão	31
S. Domingos	55
S. Francisco da Ponte	53
S. Pedro	74
Salvador	40
Santa Cruz	76
Santa Justa	97
Santiago	197
Santo António dos Olivais	8
Sé	48
Senhor Jesus do Rosário	8

Fonte: *Registos de óbitos dos irmãos, 1707-1785*

As igrejas colegiadas de Santiago (197) [16%] e de S. Bartolomeu (91) [7,5%] e a igreja de Santa Justa (97) [8%] são aquelas que congregam o maior número de enterramentos. Relativamente às duas primeiras igrejas, não será de estranhar pela proximidade geográfica visto que a Ordem Terceira de Coimbra esteve sedeadada no convento de S. Francisco desde a sua origem (5 de janeiro de 1659) até 1743 (data de conclusão da construção da Capela da Ponte, edifício autónomo, mas anexo ao dito convento), e de onde só sai em 1785 por cisão com os frades franciscanos.

É necessário ter em conta que o costume na Época Moderna era os irmãos serem sepultados na igreja da sua freguesia de residência, e o facto de existir grande número de enterramentos na igreja de Santa Justa demonstra que a ordem terceira de Coimbra tinha membros dispersos por toda a malha urbana da cidade. De facto, com maior ou menor número de casos, encontram-se irmãos franciscanos seculares sepultados em igrejas paroquiais, igrejas de colégios e conventos tanto na Alta como na Baixa da cidade.

De salientar, também, que os enterramentos na igreja do mosteiro de Santa Cruz (76), na igreja de S. Pedro (74), na igreja de S. João de Almedina (60) e na igreja do convento de S. Domingos (55) registam maior número que os sepultamentos no convento de S. Francisco da Ponte (53). Uma nota também para os enterramentos no colégio do Carmo (33) porque, na sequência da extinção das ordens religiosas masculinas, em 1834, o Conselho da Venerável Ordem obteve do poder régio a igreja do Carmo, sita na rua da Sofia, em 1837, e o restante edifício do extinto colégio dos Carmelitas Calçados, em 1841, para aí se estabelecer e fundar o seu hospital, local que é ainda hoje a sede da instituição.

No entanto, e se “todos os Irmãos tinham garantido o enterro nos jazigos da ordem” (Lopes 2010: 111), ou, como estipulavam os estatutos de 1697 da Ordem Terceira do Carmo do Rio de Janeiro, se “todo o Irmão que falecer e quiser ser enterrado nos jazigos da Ordem, se lhe dará neles sepultura na parte onde houver lugar” (Martins 2009: 387-388), aquilo que se constata relativamente à Ordem Terceira de Coimbra é que a sua capela, (quer fosse a primitiva no convento de S. Francisco, referida como “nossa capela velha”, quer fosse a nova capela da Ponte, anexa ao respetivo convento, designada como a “nossa capela”), não colheu a preferência: conta apenas com 12 enterramentos, embora não tenhamos indicação do sepultamento de 27% dos irmãos seculares⁸. A justificação para o reduzido número de sepultamen-

⁸ Inversamente, os franciscanos seculares de Braga escolheram a igreja da Ordem como principal local de enterramento entre 1718-1822 (Moraes 2009: 299).

tos nas capelas da Ordem Terceira de Coimbra pode estar nos Estatutos de 1709:

E por este mesmo mandamos o estatuto em que se ordena que na nossa capella attendendo az pouquas sepulturas que tem se não emterem sinão aquelles irmãos que na Meza tiverem servido ao menos duas vezes aos quais he justo pague a Ordem na morte o zello com que serviram em vida, e se alguma outra pessoa filha desta mesma Ordem sem o requezito assima por sua devoção se quizer emterrar na dita capella se lhe não dará nella sepultura por menos esmola de dez mil reis (Óbitos 1709, fl. 2-2v).

Sabe-se, por exemplo, que Dona Teresa Josefa Ferreira, falecida a 7 de julho de 1741 foi enterrada na capela velha; que o cônego António Fernandes Velho, que foi ministro da Ordem Terceira de Coimbra entre 1720 e 1722, faleceu a 13 de janeiro de 1742 e foi sepultado na “nossa capela velha”; que o ferreiro João de Sousa, morador na rua da Ponte, subúrbio Santa Clara, foi a sepultar no esquife da Ordem “à nossa capela na sepultura debaixo do púlpito junto a porta” em 19 de fevereiro de 1748; e que o licenciado Luís de Oliveira (ministro em 1735-1736 e 1753), faleceu no dia 30 de março de 1762 e foi sepultado na capela da Ordem.

Complementarmente a estes exemplos, na série de *Testamentos* localizam-se três documentos de irmãos seculares cuja última vontade foi serem enterrados na capela da Ordem: dona Catarina Maria Antónia da Silva moradora na Orvieira, mulher de José Pessoa de Almeida de Sá, deixa escrito que quer ser sepultada na capela da Ordem Terceira no convento de S. Francisco da Ponte e amortalhada no hábito de S. Francisco, com o acompanhamento dos religiosos (Testamentos, 28-06-1716); Margarida Monteiro, viúva de Manuel Fernandes, mestre de obras do Real Mosteiro de Santa Clara, queria ser enterrada com o hábito de S. Francisco e sepultada na capela da Ordem, junto à sepultura de seu marido (do lado de dentro das grades) “para o que dá a esmola costumada” (Testamentos, 05-08-1716); e João da Silva Caturro, advogado, queria ser enterrado com o hábito de S. Francisco e levado no esquife da Ordem à sepultura “que será na capela da mesma Ordem” (Testamentos, 06-06-1764). A escolha da mortalha visava congregar maiores benefícios para a alma, “moda” que se generalizou e que era parte integrante da economia da salvação (Araújo 1995: 15), ao mesmo tempo “A imposição do uso do hábito revela o desejo dos irmãos em demonstrar perante a comunidade a pertença ao sodalício pelo defunto” (Moraes 2009: 289). As vontades das testadoras Catarina Maria Antónia da Silva e Margarida Monteiro foram cumpridas, os seus nomes aparecem nos registos de óbitos como tendo sido

sepultadas na capela da Ordem; quanto ao último, o seu nome não aparece nos registos, não sabemos o que lhe aconteceu.

Os enterramentos eram feitos dentro das igrejas, em capelas (por exemplo, na igreja de Santiago, foram enterrados 6 irmãos na capela dos ourives; e 2 irmãos foram sepultados na capela da Senhora da Piedade, em Celas) ou fora, nos claustros (por exemplo: Luzia de S. José, moça do mosteiro de Santa Clara foi sepultada nos claustros do referido mosteiro, onde faleceu a 25 de setembro de 1747; e Micaela Francisca, mulher de João Gomes Barreteiro, moradora aos degraus de Quebra Costas, foi enterrada “aos claustros da Sé”, a 4 de abril de 1763).

De facto, a riqueza informacional dos registos de óbitos dos irmãos está patente na precisão de indicação de alguns locais de sepultura, como se pode verificar pelos exemplos seguintes. Do padre Manuel de Oliveira, morador na rua Corpo de Deus, é dito que foi a sepultar na tumba dos clérigos à igreja de Santiago na sepultura n.º 20, a 5 de outubro de 1747; Arcângela Maria, viúva, moradora na Calçada, foi a sepultar “no nosso esquife” à igreja de S. Bartolomeu na sepultura n.º 14, em 23 de outubro de 1747; o boticário Francisco Cardoso de Assunção, morador na Calçada, foi a sepultar “no nosso esquife” à igreja de Santiago, em 31 de outubro de 1747, e foi sepultado ao pé da porta do claustro “mas a dita sepultura não tem número”; Manuel Lopes Teixeira, prior de S. Bartolomeu, morador na rua de João Cabreira, foi a sepultar na tumba dos clérigos a igreja de S. Bartolomeu na sepultura n.º 3 (1747); a viúva Joana Correia, que morava no Adro de Baixo da freguesia de S. Bartolomeu foi a sepultar à igreja da sua freguesia na sepultura n.º 10, no dia 9 de dezembro de 1747; e Maria do Salvador, solteira, moradora na rua dos Gatos, em 19 de fevereiro de 1748, teve a última morada na sepultura n.º 17 da igreja de S. Bartolomeu. Estes exemplos são inequívocos nas coordenadas exatas que permitem, hoje, identificar as ossadas (caso ainda existam) nestas sepulturas dentro do corpo da igreja. Curiosamente, estes exemplos repartem-se entre a igreja de Santiago (2) e a igreja de S. Bartolomeu (3).

Outros assentos de óbitos contêm indicações precisas do local de enterramento. Ângela da Conceição, natural da freguesia de Santa Justa, foi sepultada na capela da Senhora da Piedade de Celas porque assistia em Mainça (faleceu no dia 24 de julho de 1739); Josefa do Espírito Santo, viúva, moradora na rua dos Sapateiros, “foi no nosso esquife a sepultar na igreja do convento de S. Domingos nas sepulturas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em 26 de Mayo de 1747”; Manuel Machado Lopes, sapateiro, morador junto à capela da Ordem Terceira em Santa Clara, “foi no nosso esquife a sepultar na igreja do convento de S. Francisco da Ponte na sepultura da Irmandade

de Nossa Senhora da Conceição, em 6 Junho de 1747”; Domingos de Oliveira, pintor de louça, rua de Tingerodilhas, freguesia de Santa Cruz, “foi no nosso esquife a sepultar a igreja do convento de S. Domingos nas sepulturas da Irmandade do Senhor Jesus, em 8 de julho de 1747”; Dionísio de Macedo Varela, escrivão da correição, morador ao fundo da Praça, freguesia de Santiago, faleceu na igreja de S. João de Santa Cruz, “foi a sepultar no nosso esquife a igreja do convento de S. Francisco da Ponte em 23 agosto 1747”; A viúva Isabel de Macedo, moradora ao Cimo da Praça, foi a sepultar à igreja de Santiago no arco cruzeiro, no dia 9 de dezembro de 1747; Bernardo João Xavier Monteiro, que faleceu no 1º de dezembro de 1762, foi a sepultar na igreja da Companhia de Jesus, onde era administrador.

Se a grande maioria ficava sepultada na freguesia de residência, outros havia que percorreram largo caminho até chegar à sua última morada. O escrivão da correição, Dionísio de Macedo Varela, morador ao fundo da Praça, faleceu na igreja de S. João de Santa Cruz, e “foi a sepultar no nosso esquife a igreja do convento de S. Francisco da Ponte em 23 agosto 1747”; o prior de Vila Nova de Anços, Carlos Gomes da Silva, faleceu na quinta das Canas e foi levado “no nosso esquife desde a rua das Parreiras até o convento de S. Francisco da Ponte” (1764-1765); José António, livreiro, da freguesia de S. Cristóvão, faleceu no lugar da Portela “donde veio na tumba de S. Sebastião das Torres athe o Arco da Estrella e dahi pera a sua freguesia no esquife em 4 de Setembro de 1773”; o doutor Joaquim Diogo da Mota e Silva, também falecido na Quinta das Canas, no dia 10 de junho de 1772 foi “de noute em andas ao colégio de S. Bento”.

Do que fica atrás exposto, conclui-se que, nos enterramentos na cidade de Coimbra, as 9 igrejas paroquiais (que eram simultaneamente colegiadas ou capitulares) de S. Pedro, S. João de Almedina, S. Salvador, Sé e de S. Cristóvão (na Alta) e de S. Bartolomeu, S. Tiago, S. João de Santa Cruz e Santa Justa (na Baixa) congregam, em conjunto, 66,81% dos locais de enterramento dos irmãos franciscanos seculares. Por seu lado, os conventos são última morada apenas de 4,1% da população estudada. Situação inversa acontece em Lisboa onde “As igrejas paroquiais, embora controlem o movimento de falecimentos, não apresentam, num primeiro momento, uma vantagem folgada sobre os conventos. A mancha de sepulturas conventuais é muito elevada até 1770” (Araújo 1995: 10). Esta diferença talvez se explica, em parte, pela existência de inúmeros colégios universitários (seculares e religiosos) implantados na cidade de Coimbra desde a fixação do Estudo Geral definitivamente na cidade em 1537, e onde forma enterrados 11,36% dos irmãos franciscanos seculares, colégios que surgem como concorrentes dos conventos na escolha para última morada.

4.2. Sepulturas fora da cidade de Coimbra

Os livros de óbitos também fornecem indicações sobre as irmãs e irmãos que foram sepultados fora da cidade de Coimbra, por terem falecido noutras localidades (ver Tabela 3), como os exemplos de Maria Pereira, que morreu em 1728 na vila de Montemor e aí foi sepultada; Francisco Manuel de Sousa, feitor das religiosas de Santa Ana, faleceu em outubro de 1732 na vila de Botão, em cuja igreja foi sepultado; o reverendo Bernardo Nicolau da Costa “estando em Carvalho” foi sepultado na igreja da vila de Carvalho, mesmo sendo residente na freguesia de Santa Justa, em Coimbra (1704-04-02); João Lobo Leitão “faleceu na sua terra que dizem é Oliveira do Conde”; o barbeiro António do Sacramento, morador na rua das Parreiras, subúrbio Santa Clara, faleceu em 22 de junho de 1747 no Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, e “como me constou por certidão de Diogo Correia da Mota escrivão do dito hospital e consta do livro dos assentos da enfermaria de S. João de Deus de 1747”, sem indicação do local de enterramento. O exemplo de José António de Matos de quem “houve notícia que falecera em Alcobaça no mês de fevereiro de 1759”; o ourives João de Oliveira que faleceu no dia 7 de junho de 1761 em Góis “onde foi sepultado”; o sapateiro, António Teixeira, residente em S. Martinho do Bispo, faleceu em Lisboa “em dia de Todos os Santos o primeiro de Novembro de 1755 e ainda agora se soube teve as suas missas” (ficou registado no ano 1771-1772); e Benta Maria Joaquina, que faleceu na Nazaré, patriarcado de Lisboa, enterrou-se na capela de Nossa Senhora dos Anjos da vila da Pederneira (1773-1774).

Não se deixavam se cumprir os sufrágios pelos irmãos que faleciam, ainda que morressem fora da cidade de Coimbra, assim que disso tivessem notícia; a única condição era terem pago a esmola dos anuais.

Tabela 3. Locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares fora da cidade de Coimbra

Local	Nº enterramentos	Local	Nº enterramentos
Aguada	1	Góis	1
Águeda	1	Guarda	1
Alcobaça	1	Lamarosa	1
Almalaguês	1	Lavares	1
Almeida	1	Leiria	2
Ançã	2	Lisboa	14
Angra, Açores	1	Lorvão	1
Antanhol	2	Louriçal	1
Antuzede	2	Lousã	1

Local	Nº enterramentos	Local	Nº enterramentos
Arazede	1	Mangualde	1
Assafarge	4	Miranda	3
Aveiro	3	Montemor-o-Velho	2
Avelãs	1	Oliveira do Conde	2
Avenal	1	Palheira	1
Baía, Brasil	1	Penacova	2
Barcouço	1	Pereira	1
Bera	3	Pombal	1
Bissau	1	Pombeiro	2
Botão	1	Redinha	1
Braga	2	Ribeira de Bera	1
Caldas	1	Ribeira de Frades	5
Capela de Nossa Senhora dos Anjos da vila da Pederneira, Nazaré	1	Ribeira do Campo	1
Capela particular	3	S. João do Bispo	4
Carvalho	1	S. Martinho do Bispo	25
Casal Comba	1	Santa Comba Dão	1
Castelo Viegas	6	Santo Varão	1
Ceira	1	Sebal	3
Cernache	2	Seia	1
Condeixa	9	Semide	2
Convento dos Capuchos dos Olivais	1	Souselas	1
Couço	1	Taveiro	2
Couto do Mosteiro	1	Terra da Feira	1
Esgueira	1	Tondela	2
Évora	1	Torres do Mondego	3
Fala	1	Trouxemil	1
Fora da cidade	1	Vila Nova de Monsarros	2
Fornos	1	Vila Nova do Casal	1

Fonte: *Registos de óbitos dos irmãos, 1707-1785*

Aparecem também outros registos menos precisos, aqueles de que apenas “houve notícia” que morreram, que “faleceu fora da terra” (Mónica da Cruz, 1730) sem mais qualquer indicação, ou que “veio notícia que faleceu” Agostinho Barbosa em S. Salvador da Baía, Brasil (1743-1744).

Conclusão

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra não deixou de garantir aos seus membros o acompanhamento dos defuntos à sepultura e os sufrágios por alma dos irmãos falecidos. Os registos de óbito dos irmãos terceiros seculares são fonte primordial para conhecer o seu local de sepultura. A partir das fontes sabe-se que foram enterrados maioritariamente nas igrejas paroquiais da cidade de Coimbra; no entanto, também são referenciados como local de sepultura, as igrejas de colégios e conventos da cidade, o que confirma que a Ordem Terceira de S. Francisco tinha ampla implantação na malha urbana de Coimbra.

Se “a transposição do muro da igreja ficava apenas reservada aos poderosos. Respeitando esta hierarquia, «a função cemiterial começava no interior da igreja, dentro dos seus muros, e continuava para além dela», no recinto envolvente” (Araújo 1995: 2) nos pátios e nos adros, por exemplo, aquilo que se verifica é que os irmãos franciscanos seculares garantiam um lugar no solo sagrado das igrejas paroquiais, colegiadas, de conventos e colégios. Mas se “o critério de valorização do espaço funerário varia com a proximidade do altar-mor, coro e capelas colaterais, por esta ordem” (Araújo 1995: 7), e se a maioria dos enterramentos dos irmãos franciscanos seculares é feita nas igrejas paroquiais, de colégios e conventos, então, não encontramos tanto neste registo os fundadores, padroeiros, benfeitores e beneficiados, a quem estavam reservados, certamente, os primeiros sítios, nem os dos pobres, a quem estavam reservados os espaços fora das paredes, o que significa que a composição dos irmãos franciscanos seculares se situava entre estes dois mundos.

Bibliografia

Fontes

Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra (AVO-TFC)

Estatutos da Nossa Ordem, vários termos da Mesa e Juntas Gerais, entradas e profissões e modo das figuras e procissões (1659-01-05 a 1739-03-28).

Livro dos termos e resoluções da Ordem Terceira (liv. A2, 1724-06-27 a 1845-09-29)

Livro de Memórias da Nossa Venerável Ordem feito em 1774 (liv. A4, 1774-03-08 a 1888-05-10)

Actas e Eleições (liv. E2, 1699-01-21 a 1853-06-05)

Registos de óbitos dos irmãos (liv. D1, 1709-12-31 a 1728-10-28 / 1712-01-10 a 1718-02-20 / 1707-1748)

Registos de óbitos dos irmãos (liv. D2, 1760-11-12 a 1774-05-17)

Registos de óbitos dos irmãos (liv. D3, 1784-04-06 a 1797-06-10)

Petições de esmolas (1721-1785).

Estudos

ARAÚJO, Ana Cristina Cardoso dos Santos Bartolomeu de (1995). *A morte em Lisboa: atitudes e representações: 1700-1830*. Tese de doutoramento em Letras (História Moderna e Contemporânea) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/689>, consultado em 2016.04.01).

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2010). “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna”. *Comunicação & Cultura*, 10, 101-114.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2004). “Vestidos de cinzento os irmãos terceiros franciscanos de Vila Viçosa através dos estatutos de 1686”, *Callipole*, 12, 47-60.

BARRICO, Joaquim Simões (1895). *Notícia Histórica da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra*. Coimbra: Typographia de J. J. Reis Leitão.

CATROGA, Fernando (1993). “Morte romântica e religiosidade cívica”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 595-607.

GOUVEIA, António Camões... [et al.] (2000), *Humanismos e reformas*. In Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História religiosa de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.

LOPES, Maria Antónia (2010). *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

LOPES, Maria Antónia (2000). *Pobreza, assistência e controlo social*. Coimbra (1750-1850). Vol. 2. Viseu: Palimage Editores.

MARTINS, William de Souza (2009). *Membros do Corpo Místico, Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo.

MORAES, Juliana de Mello (2009). *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*. Tese de doutoramento em História (ramo do conhecimento em Idade Moderna e Contemporânea), Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho (<http://hdl.handle.net/1822/10870>, consultado em 2016.04.01).

SÁ, Isabel dos Guimarães & Lopes, Maria Antónia (2008). *História breve das misericórdias portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SILVA, Ana Margarida Dias da (2013). *Inventário do Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra (1659-2008)*. Lisboa: CEHR-UCP (<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10334/4/IDDs2InventarioOrdem-Terceira.pdf>, consultado em 2016.04.01).

Cozinhar “á Portuguesa” com Lucas Rigaud. Identidade alimentar portuguesa no *Cozinheiro Moderno*¹

Cooking “á Portuguesa” with Lucas Rigaud. Portuguese food identity in the *Cozinheiro Moderno*

JOÃO PEDRO GOMES

Projeto DIAITA: Património Alimentar da Lusofonia
Universidade de Coimbra – CECH
jpdrgms@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 04.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 19.06.2016

Resumo: Publicado no ano de 1780, o *Cozinheiro Moderno* de Lucas Rigaud, cozinheiro régio, tentou estabelecer na sociedade portuguesa do final de Setecentos um novo modelo de gosto e cozinha. Certamente inspirado pela fama alcançada pelo seu companheiro de profissão, Lucas Rigaud faria uma obra à imagem e semelhança do *Le Cuisinier Moderne* de Vincent La Chappelle, com o claro intuito de introduzir definitivamente a *nouvelle cuisine* francesa em Portugal, bem como toda a variedade de receitas estrangeiras que a caracterizava. No entanto, o cozinheiro de D. José I não se desvincula por completo das tradições culinárias lusitanas e inclui 14 receitas de pratos “à Portuguesa” e cuja análise permite, em certa medida, conhecer e compreender a persistência de determinadas práticas alimentares, de origens recuadas, e que compõem o que hoje podemos denominar de identidade alimentar portuguesa.

Palavras-chave: identidade alimentar portuguesa, livros de cozinha, Lucas Rigaud, património alimentar, século XVIII.

Abstract: Published in 1780, the royal cook Lucas Rigaud cookbook *Cozinheiro Moderno* tried to establish, in the end of the 18th century Portuguese society, a new taste and a new way to cook. Certainly inspired by the fame achieved by his fellow professional, Lucas Rigaud did a work in the image and likeness of the *Le Cuisinier Moderne* from Vincent La Chappelle, with the clear intention to definitely introduce the *nouvelle cuisine* in Portugal, as well as the entire range of foreign recipes that characterized it. However, the King Joseph I cook doesn't completely cut with the Lusitanian culinary traditions and includes 14 recipes of dishes made by “the Portuguese way”, the analysis of which allows us to understand the persistence of certain dietary practices with ancient roots, creating what today we can call the Portuguese food identity.

Keywords: Portuguese food identity, cookbooks, Lucas Rigaud, food heritage, 18th century.

¹ Pesquisa desenvolvida no âmbito da bolsa de investigação do projeto UID/ELT700196, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Introdução – As influências estrangeiras na cozinha portuguesa: da transmissão à recriação

O registo de receitas “à moda de” nos variados receituários portugueses dos séculos XVI a XVIII evidenciam uma larga transmissão e circulação de preparados culinários entre os reinos europeus que, de alguma forma, estavam associados a países, regiões ou até mesmo a pessoas, sendo esta territorialidade alargada a produtos e técnicas (Braga 2006a: 238).

Em território nacional, a circulação de receitas “estrangeiras” está documentada, pelo menos, desde os inícios do século XVI, nomeadamente no manuscrito atribuído a D. Maria de Portugal, neta de D. Manuel, quando ali se regista a receita para “Vinho de açúcar que se bebe no Brasil, que é muito são e para o fígado é maravilhoso” (Arnaut 1967: 5). Ainda que sejam conhecidos mais exemplos para o século XVI e XVII, nomeadamente na coletânea de receitas manuscritas atribuída a D. Luís de Távora² é, no entanto, com a publicação do livro *Arte de Cozinha* por Domingos Rodrigues, em 1680, que a introdução de receitas provenientes do espaço europeu se oficializa, impulsionando o já crescente processo de internacionalização, personalização e difusão das variadas culinárias europeias, no qual a cozinha à portuguesa também participaria. Este processo de internacionalização garantia, ainda que superficialmente, uma certa uniformidade aos receituários europeus que, paradoxalmente, começavam igualmente a destacar receitas locais (Crespo 2011: 226) e cuja presença ao longo de todo o século XIX se faz constante, culminando, nos alvares do século XX, no advento das cozinhas regionais (Braga 2014: 134-137).

No entanto, a difusão de modos de fazer associados a determinadas geografias, personalidades ou produto apenas se pode compreender considerando que o ato de cozinhar não foi (nem é) estanque: das “Frias Castelhanas” feitas com açúcar da ilha da Madeira (Barros 2014: 325) à “Perdiz à Portuguesa” com alcarras de França (Rodrigues 1683: 48-49), especificidades territoriais, condicionalismos geográficos e sociais e bagagens pessoais³, originais e únicas, unem-se e operam simultaneamente na criação de novas receitas e novos sentidos de receitas já conhecidas, garantindo à culinária traços de um verdadeiro organismo vivo e em constate transforma-

² Analisado e transcrito por Anabela Barros (Barros 2014). Este manuscrito foi, igualmente, publicado e alvo de análise por Anabela Ramos e Sara Claro (Ramos, Claro 2013).

³ Os espaços coloniais foram particularmente férteis em fenómenos de adaptação e transmutação de sistema alimentares. Veja-se, para o espaço lusófono, entre outros, Papavero 2007, Gomes 2015b e Soares 2015.

ção (Maciel 2004: 27). Ao mesmo tempo que se preservam características de uma receita-base, novidades são introduzidas ou gostos pessoais acrescentados que, invariável e inconscientemente, vão resultar numa nova criação. Assim, os livros de receitas, manuscritos ou impressos, não refletem uma visão global de determinado universo culinário, mas sim os elementos que aquele que regista considera que devem preservados, modificados ou acrescentados à memória que já existe.

É, portanto, na relação bilateral entre práticas e representações alimentares (Poulain, Proença 2003: 367) que, em última instância, se deteta um conjunto de elementos comuns a um universo culinário circunscrito, capaz de o caracterizar em um tempo, um local e um ambiente social específicos e é sob esta complexa perspectiva que se entende dever analisar o receituário de Lucas Rigaud, nomeadamente as catorze receitas denominadas “á Portuguesa”.

A vida e obra de Lucas Rigaud no contexto internacional

Cozinheiro Moderno ou Arte Nova de Cozinha foi a segunda obra de teor culinário a ser impressa em território português, tendo sido publicada em Lisboa em 1780. Do seu autor, Lucas Rigaud, pouco se sabe: de provável origem francesa, terá contado com uma larga atividade profissional em várias cortes europeias ao longo de trinta anos (Rigaud 1780: 4), após a qual fixou residência em Portugal em data indeterminada e tornou-se um dos cozinheiros reais de D. José I e, após a morte deste, de D. Maria I.

Nos últimos anos de vida profissional publicou uma coletânea de 715 receitas e preceitos culinários pautada pela forte presença da culinária francesa, a par de uma multiplicidade de receitas “à moda de” (maioritariamente europeias), evidenciando a crescente transmissão e circulação de receitas associadas a determinados territórios ou indivíduos.

A obra de Lucas Rigaud assumiu, portanto, um carácter único no panorama culinário nacional, uma vez que, como o próprio autor indica, pretendia acabar com a influência, nas cozinhas dos grandes senhores, de Domingo Rodrigues e a sua *Arte de Cozinha*, publicada um século antes e cujos preceitos culinários ainda vigoravam (Rigaud 1780: 4).

No entanto, o reportório apresentando pelo cozinheiro régio não se destaca pela originalidade, sendo possível perceber a forte influência da obra homónima de Vincent La Chapelle, *Le Cuisinier Moderne*, publicada em inglês em 1733, em francês em 1735, revista e aumentada em 1742, reunia

cerca de dois milhares de receitas associadas às mais diversas nacionalidades: francesa, inglesa, polaca, italiana, espanhola, holandesa, entre outras. Propulsionada, certamente, pela carreira meteórica internacional do seu autor, *Le Cuisinier Moderne* constitui-se como uma das obras culinárias de maior vulto do século XVIII, instituindo a cozinha francesa como base da cozinha da alta sociedade até século XX, sendo Vincent de La Chapelle considerado o pai da *nouvelle cuisine* (Willan, Cherniavsky 2012: 216).

Lucas Rigaud insere-se, portanto, neste contexto de difusão da cozinha francesa e internacionalização da arte culinária, acompanhando o processo que os seus congêneres conduziam nas demais cortes europeias de “civilizar” a Cozinha e o Gosto, concebendo a mesa como um “palco de modernidade” (Monteiro 2011: 148) que deveria, agora, ser um “centro de delicadezas” (Crespo 2011: 232). É dentro desta concepção da mesa que se assiste a uma preocupação especial com a organização e simetria das baixelas (Monteiro 2011: 149) e as decorações das mesas na criação de uma encenação harmoniosa entre a comida e o ato de comer (Correia 2011).

Assim, a publicação do *Cozinheiro Moderno*, de menor porte que a obra francesa homônima, mas com semelhante pendor internacional, apresentava como objetivo último a reforma da cozinha portuguesa servida nas mesas dos estratos mais privilegiados, adaptando-a ao gosto “moderno”.

As motivações de Rigaud

Lucas Rigaud abre o *Cozinheiro Moderno* com um prólogo dedicado ao leitor, onde justifica a razão da sua publicação:

AO LEITOR

Que me obrigou a dar à luz esta obra, foi ver hum pequeno livro, que corre com o título de *Arte de Cozinha*, escrito no idioma Português; o qual é tão defeituoso, que sem lhe notar os erros, e impropriedades em particular, se deve rejeitar inteiramente como inútil, e incompatível com os ajustados ditames da mesma Arte (Rigaud 1780: 3)⁴.

Referindo-se certamente à *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues, Rigaud assume-se contra a arte praticada pelo seu antecessor e como embaixador de uma cozinha reformada, digna de ostentar o epíteto de Arte. Susten-

⁴ Optámos por assumir uma grafia atualizada para as passagens transcritas.

tando-se na sua larga atividade como cozinheiro em várias Cortes europeias, transporta para a sua obra trinta anos de experiência profissional, garantias de qualidade e perfeição da sua Arte:

Nesta obra te ofereço, benévolo Leitor, três anos de trabalho, depois de ter praticado quanto nela se contém, pelo decurso de trinta anos nas principais Cortes da Europa; como na da Paris, Londres, Turim, Nápoles, e Madrid, além de outras inumeráveis partes em que me tenho achado, e aonde vi as diversas operações dos mais famosos Artistas (Rigaud 1780: 3).

Privilegiando a experiência que, no seu caso, teria sido adquirida com os “mais famosos Artistas”, não deixa de defender a importância da teoria, isto é, do lugar insubstituível da leitura e aprendizagem de regras e preceitos culinários. “Conhecerem os alimentos que preparam, as diferentes qualidades de viandas, e legumes; assim como muitos outros condimentos que continuamente usam” seria, portanto, essencial à criação culinária por parte dos profissionais, que “com sua prudente mão”, deveriam preparar pratos “mais saborosos, e delicados”, tendo sempre o duplo objetivo de “lisonjeando o gosto, preservarão a saúde” (Rigaud 1780: 4). Lucas Rigaud denunciava, assim, a lenta separação do domínio culinário dos restritos imperativos dietéticos e a sua maior aproximação ao domínio do “bom gosto” (Felismino 2011: 372).

Lucas Rigaud desejava, por isso, uma dupla e simultânea alteração do panorama profissional culinário português: apontando o dedo às grandes Casas aristocráticas que “presumem, que para a regularidade do serviço, e para fazer as ordinárias provisões, tem suficiente qualidade qualquer rústico, que nada concebe das particulares circunstâncias”, destaca a importância da escolha de um cozinheiro

que plenamente conheça a delicadeza de todas as iguarias [...] precavendo-se por este meio o confuso *desár*, que quotidianamente se nota nas maiores Casas [...] a pesar da muita despesa que fazem, são mal servidos (Rigaud 1780: 4).

Em última instância, o cozinheiro régio lutava pela acreditação dos cozinheiros versados na nova cozinha que agora pululava na Europa, deixando mesmo entender que defendia a crescente autonomia artística dos oficiais, que seria tanto mais desenvolvida “com a aplicação efetiva de leitura desta obra, conceberá ideias, e combinações que, talvez nunca lhe ocorressem” (Rigaud 1780: 4).

Por estã razão, ao longo da sua obra, a criatividade e versatilidade dos leitores (aspirantes a cozinheiros, por certo) é aguçada, sendo incentivada a modificação e adaptação de receitas: a título de exemplo, nas “Observações sobre as pelotas de vitela”, aconselha a que “o Oficial que trabalha é que deve dispor segundo a oportunidade dos tempos, e ocasiões, pois nem todos os Amos podem fazer a mesma despesa” (Rigaud 1780: 59).

Assim, ao mesmo tempo que defende uma reforma nas práticas culinárias dos cozinheiros, Lucas Rigaud enaltece a necessidade que cada profissional tem de exercer a sua arte livremente, adaptada a distintas situações e contextos. É, portanto, nesta linha que a obra do cozinheiro real se deve entender: mais do que um reflexo das práticas culinárias efetivas, o *Cozinheiro Moderno* retrata a visão pessoal de um cozinheiro, moldada ao longo de 30 anos, do que deveria ser a prática culinária aristocrática.

O Cozinheiro Moderno e a marca da internacionalização da cozinha

Sublinhando que a sua experiência foi adquirida entre os melhores oficiais de cozinha e nas cozinhas de grandes cortes europeias, Lucas Rigaud continua o conciso (mas significativo) caminho aberto por Domingos Rodrigues e traz, teoricamente, a cozinha europeia para as mesas portuguesas.

Das 715 receitas, entre as quais se encontram algumas observações/conselhos sobre ingredientes, 146 são assinaladas, pela sua denominação, como preparações “à moda” de determinado país, região ou personalidade (Gráfico 1). 97 destas remetem para receitas associadas a determinada nacionalidade ou região.

O modo “nacional” de cozinhar mais representado, a nível da nomenclatura é, coincidentemente, o modo “à Portuguesa”, com 14 receitas. O segundo lugar é partilhado entre a cozinha “à Inglesa” e “à Provençal” com 11 receitas, seguidas de 10 receitas “à Italiana”. No entanto, se à primeira vista estes dados dão a entender que a influência inglesa na cozinha portuguesa existia no mesmo grau que a cozinha francesa, verifica-se nesta última um fenómeno único no panorama europeu, a crescente regionalização da culinária: às onze receitas “à Provençal” acrescentam-se quatro “à Francesa”, três “à Corboyon”⁵, duas “à Borgonha”, “à Conty”, “à Mont-Morency”, “à Peri-

⁵ Vocábulo que, foneticamente, deverá ter origem no idioma francês do qual não foi possível apurar o sentido.

gord” e “à Saint-Menhout”⁶, e uma receita nas variantes de “à Berbouille”⁷, “à Chambor”⁸, “à Chantily”, “à Condé”, “à Dantin”⁹, “à Duque de Nevers”, “à Noailles”, “à Pompadour”¹⁰ e “à Villeroy”.

Assim, um total de 37 receitas de provável origem francesa evidencia a primazia desta cozinha na obra de Rigaud, ainda que os apontamentos relativos a outras cozinhas europeias sejam numerosos e testemunhos da internacionalização culinária latente em outros reinos europeus. No entanto, a influência francesa destaca-se quando se regista, por um lado, a utilização de uma considerável quantidade de vocábulos franceses aportuguesados como “ragú”, “à crème” ou “culi” e, por outro, se deteta uma grande semelhança entre a obra de Rigaud e Vincent de La Chapelle, *Le Cuisinier Moderne*: do modo de servir ao modo de apresentação dos pratos, passando pelo uso de determinados ingredientes e técnicas culinárias, sem esquecer o idêntico título, Rigaud produz uma obra em total consonância com os preceitos e ditames da obra homónima francesa.

A forte influência francesa na obra de Rigaud atesta, também, a larga expansão da cultura francesa por todo o território europeu ao longo do século XVIII, que em Portugal já se faria sentir a partir de meados do século XVII, potenciada pela circulação de pessoas, estilos e gostos¹¹ que as relações entre a aristocracia portuguesa e francesa foram motivando (Lourenço 2003: 57-58).

No que às artes da mesa diz respeito, a influência francesa pode já ser detetada na obra de Domingos Rodrigues onde, além da notória internacionalização do receituário, se denota já a adoção do “serviço à francesa” que irá dominar a forma de servir à mesa na Europa até ao século XIX, com a adoção do “serviço à russa” (Algranti 2011:250).

No entanto, será Lucas Rigaud o principal divulgador das modernidades europeias na mesa portuguesa e é neste contexto de internacionalização gastronómica e afrancesamento da cozinha que apresenta redobrada importância a análise das 14 receitas “à Portuguesa” incluídas no *Cozinheiro Moderno*,

⁶ Provável confusão com Sainte-Menehould, comuna francesa no departamento do Marne.

⁷ Vocábulo que, foneticamente, deverá ter origem no idioma francês do qual não foi possível apurar o sentido. Poderá fazer referência a um sobrenome francês.

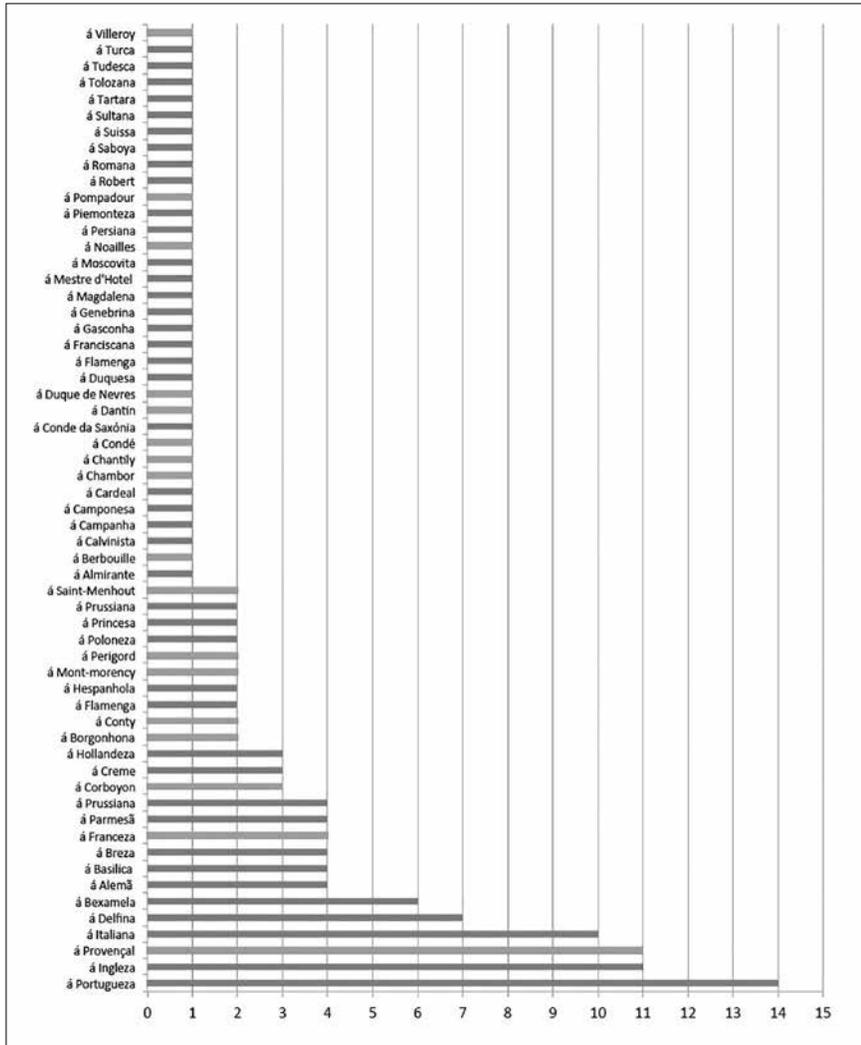
⁸ Provavelmente Chambord, castelo no vale do rio Loire, departamento de Loir-et-Cher.

⁹ Provavelmente D’Antin, comuna francesa no departamento dos Altos Pirinéus.

¹⁰ Clara referência a Madame de Pompadour, amante do rei Luís XV de França. A receita “Fatias à Pompadour” foi popularizada por Vincent de La Chapelle no livro *Le Cuisinier Moderne*, cuja influência se atesta na obra de Rigaud.

¹¹ O traje de corte apresenta-se como um dos exemplos mais paradigmáticos desta influência (Silva 1993: 179).

Gráfico 1. Receitas “à moda de”, organizadas por número de ocorrências



identificando o que as distingue e caracteriza, a que produtos e técnicas estão associados e qual a sua origem. Importa, em suma, perceber de que forma Lucas Rigaud define o que é uma receita “à Portuguesa”: se, por um lado, evidencia práticas culinárias enraizadas no quotidiano português e com as quais o cozinheiro teve contacto, considerando-as assim como “típicas” ou “nacionais”, registando-as desse modo, ou se, por outro lado, se trata de criações de Rigaud, tendo por base gostos pessoais (dele ou dos seus patrões) ou, então, recriações de receitas existentes, adaptadas ao novo gosto.

Uma vez que o autor considera, na nomenclatura, que receitas de alguma forma remetem para o universo culinário português, é necessário recorrer aos receituários (manuscritos e impressos) anteriores à publicação do *Cozinheiro Moderno* em 1780 e averiguar se alguma destas receitas faz parte das coleções conhecidas. Pretende-se, portanto, aferir as suas linhagens culinárias.

Consideram-se, para este estudo, cinco receituários¹²: o *Livro de Cozinha de D. Maria*¹³, o livro de cozinha atribuído a Frei Luís de Távora¹⁴, a *Arte de Cozinha* de Domingues Rodrigues (publicado em 1680)¹⁵, o manuscrito “Caderno de Refeitório” de 1743¹⁶ e o manuscrito de Frei Manuel de Santa Teresa, produzido ao longo do século XVIII¹⁷.

As receitas “à Portuguesa”: ingredientes e métodos de preparação

As catorze receitas “à Portuguesa” existentes no *Cozinheiro Moderno* podem dividir-se em seis grupos: três receitas de carne (duas de caça e uma de aves), uma receita de peixe, uma receita de sopa/estufado, duas receitas de legumes, cinco receitas de doces e duas receitas de fruta.

De forma a detetar paralelismos entre as receitas de Rigaud e conjunto dos cinco receituários antecessores, é necessário esquematizar cada uma das catorze receitas, identificando processos de preparação/cocção principais e ingrediente/ingredientes dominantes. Uma vez que a documentação em questão apresenta um forte pendor pessoal, e, portanto, reflexo de gostos e técnicas particulares e de contextos socioeconómicos específicos, observa-se uma grande variabilidade de combinações de ingredientes, formas e técnicas de preparação, acontecendo que duas receitas semelhantes não evidenciem nenhum paralelismo ao nível da nomenclatura, mas que, a nível técnico, denunciem o mesmo processo de preparação.

Em última instância, os livros de receitas analisados não apresentam um conjunto de regras e preceitos imperativos: cada autor regista apenas o que

¹² Não foi considerado para o estudo em questão o receituário manuscrito de Francisco Borges Henriques, “Receitas de milhores doces”, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, uma vez que apenas foram considerados receituários publicados, permanecendo este inédito (salvo breve estudo em Braga 2004).

¹³ Citado como Arnaut 1967.

¹⁴ Citado como Barros 2014.

¹⁵ Citado como Rodrigues 1683.

¹⁶ Citado como *Caderno* s/d.

¹⁷ Citado como Braga 2016.

considera importante e “de bom gosto”¹⁸ preservar, com o fim último de transmitir a outros parte da sua experiência e saber, seja essa transmissão feita entre elementos de uma mesma comunidade religiosa (através da utilização e transmissão dos manuscritos entre os responsáveis da cozinha¹⁹) ou feita para o público em geral (através da impressão e venda de livros).

Esta subjetividade latente dos livros de receitas é, no entanto, um elemento de considerável importância na análise da cozinha “nacional” portuguesa do século XVIII, uma vez que traços comuns a todos os receituários podem evidenciar práticas comuns quotidianas, contribuindo para o reconhecimento de uma base culinária comum a toda a sociedade portuguesa do século XVIII (salvaguardando as inequívocas distinções sociais entre estratos), admitindo, assim, a possibilidade de existir, no século XVIII, uma proto-identidade alimentar portuguesa.

Receitas de carne

“Coelhos de cebolada à Portuguesa”

Esta receita assenta em três passos essenciais: o coelho é estufado em quartos, sobre o qual se verte, já no prato, um refogado de rodela de cebola (com vinagre), denominado por Lucas Rigaud de “ragú de cebolas” (Rigaud 1780: 102).

Em nenhum dos receituários consultados se regista uma receita que siga os mesmos processos de preparação enunciados. No entanto, há a registar um curioso denominador comum em algumas receitas de coelho: em uma receita do livro de D. Maria (Arnaut 1963: 45)²⁰, duas receitas de Frei Luís (Barros 2014: 135 e 377)²¹, uma de Domingos Rodrigues (Rodrigues 1683: 52)²², uma do “Caderno de Refeitório” (*Caderno*: 34)²³ e quatro de Frei Manuel (Braga 2016: 144-145) é comum a utilização de um refogado de cebola, no qual o coelho é envolvido depois de assado, registando-se mesmo em uma das receitas de Frei Luís de Távora que o coelho “quer muita cebola” (Barros 2014: 377).

¹⁸ Expressão recorrentemente utilizada por Lucas Rigaud ao longo do *Cozinheiro Moderno*.

¹⁹ Como parece ter acontecido com o manuscrito atribuído a Frei Luís de Távora (Barros 2014: 13), a Frei (2016: 19), entre outros exemplos no espaço português.

²⁰ Receita 24.

²¹ Receitas 24 e 269.

²² “Coelho de João Pires”.

²³ Esta receita é muito idêntica à receita 14 de Frei Luís.

Testemunhos da específica preparação da carne de coelho com cebola podem ser encontrados ainda ao século XV, nomeadamente na *Crónica del-Rei D. Pedro I*, de Fernão Lopes: quando os mentores do assassinato de Inês de Castro são trazidos à presença de D. Pedro I, um destes, Pêro Coelho, dirige ofensas ao monarca que, jocosamente, pede que lhe tragam “cebola e vinagre para o coelho” (Lopes 2007: 144) antes de o mandar matar. Ainda que a veracidade do episódio fique por provar, é de salientar a associação natural que o rei (ou o cronista) faz entre a carne de coelho e um par de ingredientes que considera essenciais à sua correta preparação, beneficiando do trocadilho que o nome de família do Pêro Coelho permite. O coelho seria, já no século XV, comumente preparado com cebola e vinagre, denunciando a antiguidade da associação entre estes ingredientes e que Rigaud regista no seu livro como algo de identitário português.

“Coelho de molho de vilão à Portuguesa”

O processo de preparação desta receita assenta, também, em três simples passos: prepara-se um molho de caldo e ervas, ao qual se juntam os fígados dos coelhos; depois de filtrado o molho, adicionam-se a este o coelho, assado e em quartos, deixando ferver.

Ainda que o método de preparação desta receita se assemelhe à prática registada nos receituários mais antigos de envolver o coelho assado em um molho previamente preparado, a incorporação do fígado no molho apenas aparece referida numa receita de Frei Manuel, “Coelho em potagem a francesa” (Braga 2015: 144), aparecendo, também, associada à preparação de “Lebre de cabidela” no *Caderno do Refeitório* (*Caderno*: 55).

No entanto, a nomenclatura “vilão” é utilizada em outra receita de coelho no *Caderno de Refeitório*, “Coelho de vilão”, cuja preparação se resume a coelho assado com cebola e salsa (*Caderno*: 36), não apresentando nenhum paralelismo além deste.

Ao que às duas receitas de coelho diz respeito, é interessante observar que também um autor espanhol, Domingos Hernandez Maceras, refere em 1607 uma receita de “Caçuela de conejos a la Portuguesa”: coelhos meios assados, cortados em pedaços e terminados de cozinhar num refogado de azeite, cebola e especiarias (Hernández Maceras 1607: 42-43), reforçando a associação a Portugal do coelho cozinhado e envolvido com cebola.

“Galinhas com arroz à Portuguesa”

Podendo ser adaptada a “toda a casta de aves” (Rigaud 1780: 161), a receita de galinhas com arroz caracteriza-se pela simplicidade dos métodos

de preparação: as galinhas deviam ser refogadas numa caçarola com alguns pedaços de carne de vaca e presunto e, posteriormente, o arroz deveria ser cozido no caldo remanescente, temperado com ervas aromáticas, devendo ficar “inteiro, e enxuto” (Rigaud 1780: 160).

Cronologicamente, a primeira receita que encontramos relativa à preparação de arroz é no manuscrito de Frei Luís de Távora, que, indicando variadas formas de preparar este cereal (a maior parte delas como pratos doces), dá a indicação de que este pode ser feito com caldo de vaca, especiarias e ervas aromáticas (Barros 2014: 113).

No receituário de Domingos Rodrigues observa-se já uma receita mais próxima da de Rigaud: no “Carneiro com arroz”, o cereal é adicionado ao carneiro estufado, “cozendo devagar, até estar enxuto” (Rodrigues 1683: 16). A galinha também poderia ser preparada desta forma como o indica o cozinheiro: “Isto mesmo se faz de frangos, galinha, peru, e além” (Rodrigues 1683: 16).

É apenas no manuscrito *Caderno do Refeitório* que se regista, pela primeira vez, uma receita específica de arroz com galinha, não diferindo das receitas anteriores: o arroz é cozido no caldo de galinha ao qual são acrescentadas ervas aromáticas (*Caderno*: 20-21).

O manuscrito de Frei Manuel conta já com um rol mais alargado de receitas idênticas à de Rigaud: a receita de “Galinha com arroz” (Braga 2016: 172), a par da receita de “Peru com arroz” (Braga 2016: 222), apresenta-se como uma adaptação da receita de “Carneiro com arroz” (Braga 2016: 137.), sendo esta uma cópia exata da receita de Domingos Rodrigues. Já na receita de “Arroz de caldo de carne a espanhola” (Braga 2016: 307), feito com leite e açúcar, é dada a indicação de que:

o arroz de azeite e o de manteiga de vacas se há de fazer como este de cima de caldo de carne levando sua cebola e cheiros. Advirto que todos estes arrozes atrás, excetuando o de caldo de carne são feitos com leite e açúcar (Braga 2016: 307).

Ainda que nenhuma das receitas corresponda exatamente à receita do *Cozinheiro Moderno*, verifica-se que a presença de carne de galinha servida com arroz cozinhado no seu caldo era prática recorrente nas cozinhas portuguesas, sendo o consumo deste cereal com aves e carneiro comum em todos os estratos sociais: a título de exemplo, refira-se o tabelamento dos preços dos serviços prestados pelos pasteleiros de Guimarães, datado de 1730, onde se associa ao peru, galinha, frango e carneiro assados o arroz, que era vendido separadamente da carne pelo preço de 10 réis (Gomes 2015a: 90-91).

Tal consumo alargado poderá ter sido interpretado como algo de específico da sociedade portuguesa setecentista por Lucas Rigaud, originado a associação deste tipo de preparado à identidade alimentar portuguesa.

Receitas de peixe

“Sopa de Lampreia à Portuguesa”

O *Cozinheiro Moderno* apenas regista uma receita “à Portuguesa” de peixe: a de sopa de lampreia.

Esta receita, fruto da excecionalidade do peixe, apresenta um método de preparação e um conjunto de ingredientes de maior requinte: a lampreia é refogada em postas, com manteiga, alho-porro (também conhecido como alho francês), especiarias e ervas aromáticas, à qual se acrescenta, depois de cozinhada, o sangue previamente guardado com vinagre, servindo-se sobre côdeas de pão frito embebido em molho (Rigaud 1780: 261). Distinta do conceito atual de sopa, esta receita remete para um tipo de preparado, à data, denominado por esse vocábulo e cujo sentido se aprofundará mais adiante.

As cinco coletâneas consideradas apresentam todas receitas de lampreia, curiosamente muito uniformes. Desde logo, no *Livro de Cozinha de D. Maria* é apresentada a “Receita de lampreia” (Arnaut 1967: 33), onde esta é estufada, inteira, com coentros, cebola e especiarias, juntamente com o seu sangue, em um recipiente coberto.

O manuscrito de Frei Luís acompanha o mesmo procedimento, ainda que introduza algumas alterações: o refogado da lampreia, inteira ou em postas, deverá ter “porros, e se não os houver, cebolas” (Barros 2014: 199), à qual se adiciona, depois de cozinhada, “um molho de seu sangue com adubos e algum vinagre, e posta a lampreia na mesa se deitará nele” (Barros 2014: 199).

A utilização de alhos-porros na receita de lampreia faz, neste manuscrito, a sua estreia, passando a figurar nos receituários posteriores. A “Lampreia cozida” de Domingos Rodrigues (Rodrigues 1683: 104), apresenta uma forma muito semelhante de preparação: a lampreia, marinada, é acrescentada a um refogado de alhos-porros e azeite, inteira, e estufada com água e o molho onde marinou, não sendo claro se o sangue faria parte desta marinada, uma vez que a preparação da lampreia nesta receita remete para a receita de “Lampreia assada” (Rodrigues 1683: 103), onde o peixe era assado e servido em separado com um molho feito do sangue e pingo escorrido da assadura. Esta deveria ser servida à mesa sobre fatias de pão.

O *Caderno do Refeitório* apresenta uma forma idêntica de preparação, denominada de “Lampreia de molho” (*Caderno*: 52), sendo a lampreia refogada em postas e, depois de cozinhada, acrescentada de um molho feito com o seu sangue. Também aqui se aconselha a ser servida com fatias de pão por baixo.

No receituário de Frei Manuel, a receita de “Lampreia cozida” é uma mera cópia da receita homónima de Domingos Rodrigues, com o curioso acrescento final de “também se lhe deitam cominhos nas sopas quem quer” (Braga 2016: 180).

De sublinhar que a receita de “Sopas de Lampreia à Portuguesa” é a única receita de lampreia na obra de Lucas Rigaud, reforçando a especificidade do consumo deste peixe na sociedade portuguesa. Ele aparece documentado em várias cronologias e relacionado com os estratos mais privilegiados da sociedade: note-se o registo da despesa que a Câmara Municipal de Coimbra, no ano de 1608, faz com a preparação e envio de 75 lampreias assadas a alguns escrivães e desembargadores do Paço, em Lisboa, contemplando todos os gastos feitos com a preparação destas:

- mil reis de sete quartos que se comprarão para elas, irem
- de vinagre duzentos reis
- de cravo trezentos e digo trezentos e vinte reis
- de pimenta duzentos e vinte reis
- de azeite que se pôs nas lampreias quando as levarão a asar ao forno, duzentos reis
- de três alguidares que se comprarão pera as asar, sessenta reis
- do trabalho de uma mulher que as amanhou cento e sessenta reis
- de lenha para as amanharem oitenta reis
- a forneira que as assou, oitenta reis
- de gengibre e canela cem reis
- de uma canastra grande que se comprou e uma corda pera se enlearem os quartos, cento e vinte reis (França 2003: XX-XXI).

Ainda que a forma de preparação (assada) e os ingredientes não correspondam aos indicados por Rigaud, pode-se estabelecer um paralelismo entre esta despesa e a “Lampreia de tala” do *Caderno do Refeitório* (*Caderno*: 54), assada, reforçando a ideia de que os livros de receitas refletem, de algum modo, práticas alimentares do quotidiano.

Receitas de Sopa

O conceito de sopa, à data, remetia, como indica Rafael Bluteau, para:

bocados, ou fatias de pão e tem diferentes nomes, tomados do caldo, ou de outra matéria, com que se fazem, como também das terras, donde veio a moda delas. As mais comuns são as sopas de vaca (Bluteau 1720(VII): 725).

O conceito e forma de preparação permaneceria igual ao longo do século XVIII, como atesta a receita de “Sopa ordinária” (Rigaud 1780: 241) de Rigaud: o pão, cortado em fatias delgadas, era ensopado de caldo ou molho que se quisesse e levadas a ferver. As diferentes variantes de sopa derivariam, assim, do caldo e ingredientes adicionados, como bem indica o cozinheiro: “Mas como há diferentes qualidades de sopas, nos títulos seguintes explicarei as suas diferenças, as melhores, e as mais usadas” (Rigaud 1780: 241).

Dentro destas, encontramos a “Sopa à Portuguesa”.

“Sopa à Portuguesa”

A receita de “Sopa à Portuguesa” (Rigaud 1780: 253) caracteriza-se, também, pela simplicidade da sua preparação: o pão, em pedaços, é colocado numa caçarola com ervas aromáticas, ensopado e fervido em caldo previamente obtido com a cozedura de carnes (vaca, presunto, paio e perdiz) e legumes (grãos, couve, cenouras, alhos e cebola); após ferver, é transferido para uma sopeira e guarnecido com as carnes e legumes cozinhados e, ainda, ovos escalfados (Rigaud 1780: 253).

Por se tratar de um preparado culinário largamente difundido em Portugal nas suas numerosas variantes, a identificação de receitas paralelas nos receituários cronologicamente anteriores revela-se infrutífera, uma vez que todas as receitas e variantes de sopa apresentam os mesmos processos: um determinado número de carnes e legumes cozidos em caldo que, posteriormente, são colocadas sobre pão partido e ensopado no caldo. No entanto, algumas das receitas aproximam-se das indicações de Rigaud.

Domingos Rodrigues apresenta uma receita muito semelhante: a “Olha Podrida” (Rodrigues 1683: 81-82) incluía diversos tipos de carne (vaca, aves, caça, porco e carnes fumadas), alguns legumes (rábãos ou nabos), grãos e ervas aromáticas, sendo servida à mesa “em um prato sobre sopas de pão”.

A receita homónima registada no *Caderno do Refeitório* apresenta um procedimento idêntico, ainda que a esta sejam adicionados outros tipos de carne (carneiro, galinha, coelho, pombos, pato, peru ou perdiz). No entanto,

a aproximação desta à “Sopa à Portuguesa” é maior, uma vez que já figuram as couves e, à altura de ser servida, colocam-se sobre o pão ensopado “as couves, os grãos, os alhos (...) cortarão o presunto e o paio em talhadas delgadas, e se concertarão com este as sopas por cima” (*Caderno*: 64).

Uma idêntica apresentação é sugerida para as “Sopas de vaca” de Frei Manuel²⁴, aproximando-se mais das indicações de Lucas Rigaud quando especifica que “se cubram [os pedaços de pão] de caldo abafem nas muito bem, depois voltem se debaixo para cima para que se aboborem muito bem depois se lhe escoe o caldo e guarnece-las com os nabos e talos de couve e rodas de paio e presunto se os houver” (Braga 2016: 257).

No entanto, nesta receita não há indicação das carnes utilizadas, além do paio, do presunto e, certamente, da vaca. Mais que os ingredientes, em ambas as receitas observam uma forma de apresentação muito idêntica à sugerida no *Cozinheiro Moderno*.

A grande maioria das receitas de sopa, olha ou potagem assinala a versatilidade na utilização de ingredientes: no caso da “Olha podrida” de Domingos Rodrigues é dada a opção de colocar “perdiz, ou pombos [...] uma lebre, havendo-a, uma orelheira, ou pá, se for tempo de porco” (Rodrigues 1683: 82), no *Caderno do Refeitório* indica-se que pode ser acrescentada “perdiz e Perú, se os houver” (*Caderno*: 64) e Frei Manuel diz mesmo que podem se colocar sobre o pão ensopado “paio e presunto se houver ou línguas feitas em rodas passadas por ovos e fritas” (Braga 2016: 257), denunciando a adaptação da receita a cada situação, gosto ou contexto. No caso de Rigaud, a adição de ovos escalfados parece uma opção “moderna” do cozinheiro francês para embelezar o prato.

Há, no entanto, um denominador comum a registar: a rara utilização de especiarias. Excluindo a “pimenta inteira” usada na receita do *Caderno do Refeitório* (*Caderno*: 64), bem como o cravo, também usado por Rigaud²⁵, todas as receitas fazem uso manifestado de “capelas” de ervas aromáticas com salsa, coentro, hortelã (e segurelha no *Caderno do Refeitório*). Este “ramo de cheiros” assume mesmo um papel de destaque na preparação do prato, uma vez que no *Caderno do Refeitório*, em Frei Manuel e em Rigaud este é colocado por cima do pão ensopado junto com os pedaços de carne, garantindo a este preparado culinário alguma beleza na hora de ser servido à mesa.

²⁴ Também aqui se regista a receita de “Olha podrida”.

²⁵ O uso de “cebolas cravejadas” na obra de Lucas Rigaud é extensivo, fazendo parte de muitas receitas deste autor.

Curiosamente, as “Sopas à Portuguesa” registam, na *Arte de Cocina* de Francisco Martínez Motiño (1608), uma receita homónima e de semelhante preparação, que reforça a marca identitária deste preparado: “Sopa a la Portuguesa” apresenta o mesmo processo de preparação das receitas analisadas, onde a carne de vaca é cozinhada com uma ave, toucinho, carneiro, verduras, endro, segurelha e “muchas cantidad de cilantro verde [coentro]” (Martínez Motiño 1608: 227) sendo, então, servida sobre pedaços de pão ensopados no caldo. Surpreende ainda mais observar que esta mesma receita foi copiada quase integralmente por Frei Manuel sob a denominação de “Sopas de vaca de outro modo” (Braga 2016: 258).

Este tipo de preparado estaria largamente difundido pelas mesas mais abastadas do país ainda no início do século XIX: Carl Ruders, que esteve em Portugal entre 1798 e 1802, sobre as práticas alimentares portuguesas afirma que “o primeiro prato é uma sopa forte e cheia de pão, feita de carne de vaca, toucinho e linguiça (...) Depois serve-se a carne com que se fez a sopa” (Veloso 1992: 116).

Não será completamente despropositado pensar que poderemos estar perante os antecedentes do “Cozido à Portuguesa”, prato indissociável da identidade e cultura gastronómica portuguesa contemporânea.

Legumes e Leguminosas

“Favas à Portuguesa”

Bem presentes nas práticas alimentares nacionais contemporâneas, as favas têm, para Rigaud, uma forma “portuguesa” de serem servidas: previamente fervidas com alface, são refogadas com azeite, cebolinha e coentro, sendo, já no prato, servidas com açúcar e ovos escalfados (Rigaud 1780: 408).

O manuscrito de Frei Luís de Távora compreende em si uma receita de “Favas secas e verdes” (Barros 2014: 213), muito próxima da de Rigaud: as favas são refogadas em azeite, coentro, endro, cebola verde e alface, devendo ser cozidas primeiro em água se forem secas. O autor aconselha, também, a deitar açúcar “para serem doces”.

O receituário de Frei Manuel apresenta seis receitas para favas, diferindo o modo de cozinhar conforme se são favas secas ou verdes. A todas é comum o uso de “cheiros verdes”, a saber, cebola, alhos, endro e coentros. Uma das receitas, denominada “Favas verdes a espanhola”, é a que, curiosamente, mais se assemelha à receita de Rigaud: as favas são refogadas com alface, um pouco

de caldo, “cebola, alhos, endro, coentros tudo verde”, especiarias e “se lhe quiserem deitar ovos bem podem ou açúcar” (Braga 2016: 160).

Assim, denota-se que seria prática comum a preparação de favas, previamente cozidas com alface, recorrendo a temperos de folha verde frescos e servidas com açúcar, subsistindo no *Cozinheiro Moderno*, ainda que de forma mais tímida, o gosto português dos preparados agrídoces.

“Chicória à Portuguesa”

Será uma das receitas de mais fácil preparação do *Cozinheiro Moderno*: a chicória, cozida, espremida e picada, é refogada com alho, azeite, vinagre, sal e pimenta, adicionado um pouco de farinha e servida com ovos escalfados.

A simplicidade da preparação desta receita encontra paralelos em dois dos receituários considerados: no *Caderno do Refeitório* a receita de “Nabiças” apresenta as folhas cozidas, picadas e refogadas em azeite, alho, vinagre e pimenta (não é utilizada farinha) (*Caderno*: 63) e no manuscrito de Frei Manuel, a receita de “Chicória” acrescenta ao refogado cebola, coentros, “pimenta ou pimento”, cravo e gengibre²⁶, indicando que “se quiserem deitar uns pós de farinha a faz mais macia” (Braga 2016: 126).

Mesmo tratando-se de uma receita simples, pouco requintada, a definição desta como característica de um determinado contexto identitário leva a crer que era um preparado comum em Portugal. Prova desta prática é a considerável quantidade de receitas que os livros de aqui explorados apresentam para a preparação de “ervas”, muito semelhante à de Rigaud: é caso da “Alface” e da “Couve” no manuscrito de Frei Manuel (Braga 2016: 110 e 124) e das receitas de “Chicórias e Alfaces cruas e cozidas”, “Espinafres e bredos”, “Celgas” e das “Misturadas”²⁷, atestando o consumo recorrente deste tipo de preparados²⁸, justificando-se, portanto, a relação que Lucas Rigaud estabelece entre estas e a gastronomia nacional.

É novamente em receituários castelhanos que encontramos uma receita correspondente à de Rigaud: as “Espinacas a la Portuguesa” de Francisco Martínez Motiño são cozidas e refogadas com azeite, coentros e especiarias, sendo servidas com ovos escalfados (Martínez Motiño 1608: 162).

²⁶ O uso exagerado de especiarias denuncia o gosto “arcaico” do compilador (Braga 2016: 55).

²⁷ Barros 2014: 218 (receita 106), 225 (receita 113), 227 (receita 116) e 229 (receita 117), respetivamente.

²⁸ De notar que as despesas do Real Colégio de São Paulo, em Coimbra, registam diariamente uma despesa com “ervas” para as refeições do colegiais em 1708 (AUC IV-1ª E-7-2-36).

Receita de doces

A doçaria, por razões históricas, económicas e sociais, é das categorias mais prolíferas da culinária portuguesa²⁹ e, durante o período moderno, era parte integrante de todos os livros de receitas e culinárias, existindo mesmo receituários exclusivamente dedicados à doçaria, como, por exemplo, o manuscrito de Soror Maria Leocádia, das Clarissas de Évora, datado de 1729³⁰ (Algranti 2002). No último quartel do século (1788) assiste-se mesmo à publicação, em Portugal, de um pequeno livro de receitas, anónimo, exclusivamente dedicado à arte doceira, intitulado *Arte nova, e curiosa, para conserveiros, confeitores e copeiros* (Braga 2004).

O *Cozinheiro Moderno* não foge a essa regra, contemplando no capítulo 28 e 30 variadas receitas de doces de colher, compotas e biscoitos. Dentro destas, figuram quatro receitas “à Portuguesa”.

“Manjar branco à Portuguesa”

Esta será, provavelmente, uma das receitas mais difundidas por todo o espaço europeu. Presente na maior parte dos livros de receitas e manuscritos, conhecem-se receitas desde o século XIV, cuja base se constitui de carne de aves (ou peixe), leite, amêndoas e farinha de arroz (Hieatt 1995: 25-26). Em Portugal, invariavelmente, todos os receituários incluem receitas de manjar branco e as suas variantes.

Na receita “Manjar branco à Portuguesa” (Rigaud 1780: 425), o peito de galinha desfiado é adicionado a um preparado de leite, farinha de arroz e açúcar que, após ser peneirado, é cozinhado ao lume. Serve-se quente ou frio, depois de colocado em tigelas e corado no forno.

Das cinco receitas identificadas nos receituários considerados, uma apresenta um forte paralelismo com a receita de Rigaud: o “Manjar branco de carne” de Frei Manuel segue uma forma de preparação igualmente cuidada, sendo todos os ingredientes misturados primeiro e depois colocados a cozinhar. Também se propõe que o manjar seja levado ao forno, em pequenas tigelas, para corar, uma vez que “assim gostam mais dele” (Braga 2016: 325). A utilização de tigelas pequenas é, também, prevista na receita de Frei Luís (Barros 2014: 48), no *Caderno do Refeitório* (*Caderno*: 59) e no manuscrito de Frei Manuel (Braga 2016: 325).

²⁹ Veja-se a respeito deste assunto Braga 2013 e Gomes 2014.

³⁰ Publicado, originalmente, com notas de Manuel Silva Lopes em 1988 (Carmo 1988).

A receita de Frei Luís (Barros 2014: 48), Domingos Rodrigues (Rodrigues 1683: 131) e do *Caderno do Refeitório* (*Caderno*: 59) acrescentam ao preparado água-de-flor ou água rosada, ausente na receita de Rigaud, existindo ainda, nos vários receituários, variantes de peixe³¹, fruta³² e marisco³³.

Ainda que a versatilidade da receita e a sua larga difusão no espaço europeu dificulte a perceção do carácter identitário deste doce no contexto nacional, este foi, de facto, largamente consumido em Portugal ao longo de todo o período moderno. São vários os testemunhos que o comprovam: na ceia oferecida pela rainha D. Luísa de Gusmão às suas damas, por ocasião do auto-da-fé realizado em Lisboa em Dezembro de 1647³⁴, há registo da compra de galinhas, arroz, açúcar e leite para a confeção de manjar branco (Saraiva 1931: 165); já no século XVIII, Charles Frédéric de Merueilleux, botânico francês, passa por Lisboa entre 1723 e 1726, fazendo notar o especial gosto dos portugueses pelo manjar branco e pelos doces de ovos (Velo 1992: 121).

A análise da especificidade da forma de cozinhar manjar branco em Portugal só poderá ser totalmente compreendida procedendo à análise de vários livros de receitas de várias nacionalidades, que não tem aqui lugar. No entanto, é possível afirmar que o que diferenciaria o “Manjar branco à Portuguesa” dos seus congéneres europeus setecentistas seria a utilização de farinha de arroz: nem Vincent La Chapelle (*La Chapelle* 1742 (III): 273-274) nem Massialot (*Massialot* 1705: 140-141) referem a utilização de farinha de arroz, utilizando para o efeito amêndoa pilada reduzida a farinha. O mesmo já não acontece nos receituários castelhanos, que se aproximam muito das receitas portuguesas³⁵.

De registar que a atual forma de servir manjar branco, principalmente na cidade de Coimbra, onde ainda é produzido em contexto familiar e para venda ao público em algumas pastelarias, é feita exclusivamente sobre pequenos discos de cerâmica vermelha, constituindo, hoje, a sua imagem de marca. Documentalmente, no entanto, esta prática não está comprovada, sendo apenas registado o uso de tigelas ou tigelinhas que, posteriormente, iam ao forno para corar. São, portanto, de especial importância os estudos nas áreas da História e Culturas da Alimentação, principalmente na desambiguação e esclarecimento de alguns “fenómenos gastronómicos” que assentam em pressupostos históricos pouco precisos.

³¹ Braga 2016: 325 (“Manjar branco de pescada”).

³² Rodrigues 1683: 132 (“Manjar branco de fruta”).

³³ *Caderno*: 59 (“Manjar branco de lagosto”).

³⁴ O auto-da-fé, como espetáculo, contava em variadas ocasiões com a presença de elementos da corte para os quais era necessário garantir uma alimentação condigna do seu estatuto (Braga 2006b: 184).

³⁵ Ver, por exemplo, a receita em Martínez Motiño 1612: 139.

“Manjar real á Portuguesa”

Esta variante do manjar real apresenta uma receita mais elaborada: ao caldo onde a galinha foi sido cozida é adicionado pão que, depois de espremido, é pisado com amêndoas doces e gemas, peneirado e acrescentado do peito de galinha desfiado e açúcar em ponto de espadana. Depois deste preparado cozinhado, era servido em pratos ou covilhetes (Rigaud 1780: 425-426).

A receita de “Manjar Real” aparece apenas no receituário de Frei Luís (Barros 2014: 311)³⁶ e no livro de Domingos Rodrigues (Rodrigues 1683: 130), sendo a receita registada no *Caderno do Refeitório* uma cópia desta, apenas acrescentada da indicação de que podem ir ao forno corar (*Caderno*: 60). A receita de Domingos Rodrigues é a que mais se aproxima da de Rigaud, uma vez que compreende a utilização de pão misturado com amêndoas e açúcar. Estão, no entanto, ausentes os ovos, que apenas aparecem na receita de “Manjar branco amarelo” (Rodrigues 1683: 131)³⁷.

A presença desta variante de manjar branco nas mesas mais sumptuosas do país foi notada por William Beckford, inglês que viveu em Portugal no final do século XVIII (Santos 2011: 13): sentado à mesa da Duquesa de Tancos, camareira-mor da rainha D. Maria I, faz notar que a esta eram encaminhadas algumas iguarias dispensadas da mesa real, entre elas, manjar branco e manjar real (Veloso 1992: 76)³⁸.

“Fatias albardadas à Portuguesa”

Tendo por base, mais uma vez, o pão, Rigaud apresenta as “Fatias albardadas à Portuguesa” como um prato doce feito com miolo de pão frito ensopado em ovos e frito em manteiga (duas vezes), servido com canela e açúcar (Rigaud 1780: 431).

Nenhuma das coletâneas de receitas contempla uma preparação homónima ou semelhante. A mais próxima que encontramos é em Frei Manuel, denominada “Torrejas de pão ou fatias” (Braga 2016: 286), sendo aqui fatias de pão embebidas em leite, fritas, ensopadas em ovos batidas e fritas novamente, sendo servidas com mel e açúcar, receita muito próxima das “Torrijas de pan”, publicada em 1612 por Francisco Martínez Motiño (Martínez Motiño 1612: 215).

Esta receita não deixa de nos remeter para um preparado muito característico da cozinha festiva portuguesa atual, presença assídua em grande parte

³⁶ Receita 202.

³⁷ Cópia da mesma receita em *Caderno*: 59.

³⁸ Trata-se, aqui, da dádiva de pratos não consumidos pela família real, prática recorrente nos grandes banquetes reais.

das casas na época natalícia, conhecida tanto por fatias douradas como por rabanadas.

“Outras fatias á Portuguesa”

Apresentando uma versão menos elaborada que a anterior, esta receita consiste em gemas de ovos cozidas inteiras em açúcar fervente, colocadas sobre fatias de miolo de pão torradas e cobertas com açúcar em ponto e canela (Rigaud 1780: 432).

Duas receitas apresentam paralelismo com o processo de preparação e apresentação indicado por Rigaud: “Gemas cozidas em açúcar” do manuscrito de Frei Luís (Barros 2014: 177)³⁹ e “Gemas de ovos passadas por açúcar”, no manuscrito de Frei Manuel (Braga 2016: 168). Previsivelmente, o manuscrito de Frei Luís aponta o uso de água-de-flor para aromatizar o açúcar em ponto, evidenciando o gosto por receitas excessivamente perfumadas e aromatizadas que predominava no século XVI.

O gosto dos Portugueses pelos doces de ovos com açúcar não passou despercebido aos estrangeiros que visitavam o país, chegando mesmo Robert Southey, em 1797, a afirmar que o doce preferido dos lusitanos era “gema de ovo com açúcar” (Veloso 1992: 122), não sendo possível aferir se o poeta se referia à inúmera doçaria cuja base era a gema de ovo e açúcar ou a um preparado específico. Fica, no entanto, atestada a predileção lusitana pelos doces feitos à base de gema e açúcar, de entre os quais Rigaud faz questão de registar esta receita.

“Sopa dourada à Portuguesa”

Remetendo para um processo de preparação semelhante ao das sopas de carne, a sopa dourada de Rigaud compõe-se de miolo de pão frito em manteiga, envolvido em açúcar fervente, ao qual se adiciona gemas de ovos batidas e levado a cozer em lume brando, servindo-se com canela por cima (Rigaud 1780: 432).

Os receituários analisados apresentam três receitas homónimas: “Sopa dourada” em Domingos Rodrigues⁴⁰, “Sopas doiradas” no *Caderno do Refeitório* (Caderno: 89) e “Sopas douradas em dia de peixe” no manuscrito de Frei Manuel (Braga 2016: 254). Apenas esta última se aproxima, processualmente, da receita de Rigaud. As outras duas dão a indicação de que o pão, em fatias, deveria ser embebido em caldo de carne.

³⁹ Receita 64.

⁴⁰ Rodrigues 1683: 6. Domingos Rodrigues dá a indicação de que “A sopa dourada faz-se da mesma maneira que este prato acima: sopa de todo o género de assado”.

É, ainda assim, de notar que nos três receituários este prato aparece associado a preparados salgados: no caso de Domingos Rodrigues, ao assado, e no caso de Frei Manuel associado a “dia de peixe”. A opção de Rigaud colocar esta receita entre os doces denuncia, por si, uma alteração (real ou a estimular) nos gostos portugueses, onde o gosto agridoce recorrente nos receituários quinhentistas e seiscentistas deveria ser abandonado e dar lugar a uma mais efetiva separação de sabores.

A indicação que Domingos Rodrigues dá sobre a “Sopa de qualquer assado”, feita da mesma forma que a sopa dourada, referindo que “é um prato ordinário” (Rodrigues 1683: 5), reforça a presença assídua deste preparado nas mesas portuguesas, assumindo, portanto, também este um carácter identitário da culinária portuguesa⁴¹.

Receitas de fruta: “Compota de Maçans á Portuguesa” e “Compota de Pessegos á Portuguesa”

No último capítulo do *Cozinheiro Moderno*, Lucas Rigaud inclui duas receitas de fruta preparadas “à Portuguesa”: a “Compota de Maçãs à Portuguesa” resume-se a maçãs descaroçadas e assadas com bastante açúcar no forno (Rigaud 1780: 451) e a “Compota de Pêssegos à Portuguesa”, que denuncia a mesma simplicidade de preparação onde pêssegos descaroçados são colocados a cozer com uma generosa quantidade de açúcar (Rigaud 1780: 453).

Ambas as receitas apresentam a particularidade de não encontrar paralelos em nenhum receituário português, nos quais abundam doces e conservas de fruta e pedaços secos ao sol e cristalizados. A cocção de fruta inteira e a preservação dessa integridade não é observável em nenhuma das receitas analisadas, que prezam pela confeção de doces e compotas onde a fruta é reduzida a pedaços pequenos ou papas. A opção pela desintegração das frutas conviria mais à função original que as conservas e compotas desempenhavam de proporcionar a conservação da fruta e suas propriedades por longos períodos de tempo.

No entanto, não foi apenas Lucas Rigaud que observou determinada identidade nacional nesta forma de preparação das frutas. Também Vincent La Chapelle regista na segunda edição da sua obra *Le Cuisinier Moderne* (1742) uma interessante receita de “Pommes à la Portugaise”, onde sobre uma massa feita de biscoitos de amêndoas, creme de pasteleiro e marme-

⁴¹ Refira-se que, no “Livro do pão” de 1708, do Real Colégio de São Paulo, em Coimbra, se regista o consumo de pão para sopas douradas, especialmente durante o período da Quaresma (AUC IV-1º E-7-2-6).

lada de damascos se colocavam metades de maçã descaroçadas e cobertas de açúcar, que iriam a assar (La Chapelle 1742 (III): 279). Ainda que a base onde as maçãs eram colocadas em nada se assemelhe a qualquer preparado previsto nos receituários portugueses, o processo de cozinhar as maçãs em forno, cobertas de açúcar, é claramente o mesmo.

Em 1747, o cozinheiro espanhol Juan de la Mata publica na *Arte de Reposteria*, dedicada exclusivamente à confeção de doces, duas receitas correspondentes a estas: “Compota de Manzanas à la Portuguessas” (Mata 1755: 74)⁴² e “Otra manera de Compotas de Albaricoques à la Portuguesa” (Mata 1755: 69-70).

Do consumo destas frutas assadas ou cozidas não temos notícia documental que ateste a sua larga difusão na mesa lusitana ao ponto de se constituírem como elementos da identidade alimentar portuguesa. No entanto, a presença de fruta à refeição era uma realidade bem comum no século XVIII, notada e enaltecida pelos visitantes estrangeiros em Portugal, que assinalam a profusão de frutas que eram servidas à sobremesa: Beckford, por exemplo, regista “pilhas de excelente fruta” à mesa do Convento de Caxias, bem como uma sobremesa de frutas e doces “extraordinária” servida no Convento dos Capuchos de Sintra (Veloso 1992: 85).

Cozinha(s) e Identidade(s)

O carácter pessoal que caracteriza todos os receituários modernos apresenta-se como obstáculo à análise de uma realidade mais lata, isto é, à identificação de traços gerais que caracterizem um determinado universo culinário, uma vez que cada coletânea de receitas reflete o gosto particular de um cozinheiro, formado em determinados contextos e exposto a uma miríade de condicionantes e particularidades culturais e sociais.

Os receituários estão, por isso, plenos de indicações de carácter pessoal, cujo intuito é sempre o de melhorar a forma de preparação dos alimentos, o seu tempero ou até mesmo a sua apresentação. Rigaud não é exceção. O cozinheiro francês, num assumido golpe de modernização, apresenta uma seleção de receitas que ele considera de qualidade e “de bom gosto”, incluindo nesta seleção um grupo de receitas que ele julga retratarem um modo específico de preparar e consumir os alimentos em Portugal.

⁴² Nesta, as maçãs são partidas a meio.

O que observamos em Rigaud é tão só a visão de um indivíduo sobre o que é e o que deve ser a cozinha dos estratos mais privilegiados da sociedade. A sua obra, para o entendimento do que caracterizava o gosto culinário nacional setecentista, apresenta-se como uma ferramenta essencial, uma vez que nela se regista a perspetiva de um estrangeiro formado fora das fronteiras nacionais. O *Cozinheiro Moderno* materializa, portanto, a visão de um estrangeiro, mais suscetível de identificar traços denominadores comuns que caracterizem uma sociedade e, assim, capaz de definir com um maior grau de isenção o que, de facto, representava a culinária portuguesa da alta aristocracia.

A visão de Lucas Rigaud torna-se ainda mais legítima quando cruzada com receituários nacionais e estrangeiros cronologicamente anteriores a si, uma vez que todas as receitas consideradas apresentam antecedentes (com maior ou menor grau de semelhança) em receituários do século XVI, XVII e XVIII, não deixando de ser curiosa a notícias das compotas de maçã e pêssego em receituários estrangeiros e ausente nos receituários nacionais. A curiosa publicação em Castela e em França de receitas próximas das que Rigaud regista não deixa de surpreender, levantando mais questões que esclarecendo: onde e quando surgiram estas receitas? Como chegaram até lá?

O nível de influência que os receituários tiveram sobre Rigaud fica, ainda assim, por apurar: é altamente improvável que tenha tido contacto com os manuscritos considerados, mas terá tido, comprovadamente, acesso à *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues e, certamente, à obra de La Chapelle. Permanece ainda por perceber até que ponto essas obras o influenciaram e quanto mais de Domingos Rodrigues, La Chapelle e outros há no *Cozinheiro Moderno*.

É, no entanto, legítimo afirmar que Lucas Rigaud, apesar de todas as influências e pré-conceitos que poderá ter sofrido, regista as receitas “à Portuguesa” com alguma propriedade, uma vez que grande parte delas reflete verdadeiramente hábitos culinários instalados da alta sociedade portuguesa, tanto em ingredientes utilizados como nas formas básicas de preparação, alguns deles atestados também por outros antes e depois de si.

Contudo, fruto do contexto social e cultural onde se insere e centrado na sua missão de reformador da cozinha e do gosto português, percebe-se a sua opção por versões dos preparados menos agrídoces e visualmente mais apelativas, revisitando-as, assim, segundo a sua formação nos preceitos culinários “modernos” da época.

A cozinha portuguesa de Rigaud assume-se, assim, como uma reinvenção dos pratos mais comuns nas mesas dos Grandes de Portugal, aliando várias cozinhas e várias identidades, resultando em conceções muito próprias da culinária “à Portuguesa”.

Bibliografia

Fontes

- BARROS, Anabela Leal (2013). *As receitas de cozinha de um frade português do século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BLUTEAU, Raphael (1720). *Vocabulario Portuguez e Latino*. Vol. 6. Coimbra: Colégio das Artes.
- BRAGA, Isabel Drumond (2016). *Sabores e segredos. Receituários conventuais portuguesas da Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Caderno do Refeitório. *Comezainas, Mezinhas e Guloseimas. Apresentação e notas de Luís Filipe Coelho*. Vol. 1. Lisboa: Editor Barca Nova.
- CARMO, Abadessa Sórora Maria Leocádia do Monte do (1988). *Livro das receitas de doces e cozinhados vários d'este convento de Santa Clara d'Évora, 1729. Apresentação e notas de Manuel Silva Lopes*. Lisboa: Barca Nova, 1988.
- HERNÁNDEZ MACERAS, Domingo (1607). *Libro del Arte de Cocina*. Salamanca: En casa de Antonia Ramírez.
- LA CHAPELLE, Vincent (1742). *Le Cuisinier Moderne*. 2ª ed. La Haye: Aux dépens de l'auteur.
- LOPES, Fernão (2007). *Crónica de D. Pedro. Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MARTÍNEZ MOTIÑO, Francisco (1611). *Arte de cozina, pasteleria, vizcocheria y conserueria*. Madrid: Por Luis Sanchez.
- MASSIALOT, François (1705). *Le cuisinier royal et bourgeois*. Paris : Chez Claude Prudhomme.
- MATA, Juan de la (1755). *Arte de repostería*. Madrid: En la Imprenta, y Librería de Joseph Garcia Lanza.
- RIGAUD, Lucas (1780). *Cozinheiro moderno, ou nova arte de cozinha*. Lisboa: Na Offic. Patriarc. de Francisco Luiz Ameno.
- RODRIGUES, Domingos (1683). *Arte de Cozinha*. Lisboa: Na Officina de João Galvão.
- SARAIVA, José da Cunha (1931). "Um jantar do século XVII". *Feira da Ladra*, 3, 161-167.

Estudos

- ALGRANTI, Leila Mezan (2002). "Doces de ovos, doces de freiras: a doçaria dos conventos portugueses no livro de receitas da irmã Maria Leocádia do Monte do Carmo (1729)". *Cadernos Pagu*, 17-18, 397-408.
- ALGRANTI, Leila Mezan (2011). "Rituais e protocolos das mesas reais no século XVIII", in Ana Isabel Buescu e David Felismino (coord.), *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (sécs. XIII-XVIII)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 244-259.

- ARNAUT, Salvador Dias (1967). “A arte de comer em Portugal na Idade Média”, in Salvador Dias Arnaut e Giacinto Manuppella (eds.), *O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BRAGA, Isabel Drumond (2004). “O Livro de Cozinha de Francisco Borges Henriques”, in Isabel Drumond Braga (ed.) *Do primeiro almoço à ceia. Estudos de história da alimentação*. Sintra: Colares.
- BRAGA, Isabel Drumond (2006a). “Influências estrangeiras nos livros de cozinha portugueses (séculos XVI-XIX): alguns problemas de análise”, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 237-248.
- BRAGA, Isabel Drumond, (2006b). “Representação, poder e espectáculo: o auto da fé”, in Carlos Guardado da Silva (coord.), *Turres Veteras VIII. História das Festas*; Lisboa / Torres Vedras: Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Instituto Alexandre Herculano, 177-185.
- BRAGA, Isabel Drumond (2013). “Ovos, ovos, ovos e mais ovos – cultura, economia, dietética e gastronomia”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13, 399-432.
- BRAGA, Isabel Drumond (2014). “Da dietética à gastronomia regional portuguesa: um estudo de caso”, *ArtCultura. Revista de História, Cultura e Arte*, 16/28, 129-142.
- CORREIA, Cristina Neiva (2011). “Deslumbramentos, profusão e ordem. Aspectos decorativos da mesa real em finais do século XVIII”, in Ana Isabel Buescu e David Felismino (coord.), *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (sécs. XIII-XVIII)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 166-187.
- CRESPO, Jorge (2011). “A construção da mesa do rei”, in Ana Isabel Buescu e David Felismino (coord.), *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (sécs. XIII-XVIII)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 226-237.
- FRANÇA, Paula. (2003). *Arte no comer e comer na arte. Catálogo da mostra documental*. Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Coimbra. Em linha: [file:///Users/cechcentrodeestudosclassicosesehumanisticos/Downloads/Cat%20Arte%20de%20comerAHMC%20\(1\).pdf](file:///Users/cechcentrodeestudosclassicosesehumanisticos/Downloads/Cat%20Arte%20de%20comerAHMC%20(1).pdf) (consultado em 30/03/2016).
- FELISMINO, David (2011). “Dieta e gosto na mesa régia. Notas sobre dietética e alimentação na corte portuguesa (séculos XVII-XVIII)”, in Ana Isabel Buescu e David Felismino (coord.), *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (sécs. XIII-XVIII)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 350-381.
- GOMES, João Pedro (2014), “Uma doce viagem: doces e conservas portuguesas na correspondência de D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1647-1651)”, in Carmen Soares e Irene Macedo (coord.), *Ensaio sobre património alimentar luso-brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GOMES, João Pedro (2015a). “O ofício de pasteiro em Portugal entre os séculos XVI e XVIII”, *Helikon*, 2-4, 78-100.
- GOMES, João Pedro (2015b). “Folgam de comer os comeres feitos ao nosso modo: práticas e culturas alimentares entre o Rio Senegal e o Rio Gâmbia (séculos XV e XVI)”, in

- Carmen Soares e Cilene Ribeiro (coord.), *Odisseia de sabores da Lusofonia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 67-107.
- HIEATT, Constance (1995). "Sorting through the titles of Medieval dishes: what is, or is not, a 'Blanc Manger'", in Melitta Weiss Adamson (ed.), *Food in the Middle Ages*. New York /Londres: Garland Publishing Inc., 25-43.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal (2003). "Os séquitos das rainhas de Portugal e a influência de estrangeiros na construção de «Sociedade de Corte» (1640-1754)", *Penélope*, 29, 49-82.
- MACIEL, Maria Eunice (2004). "Uma cozinha à brasileira", *Estudos Históricos*, 33, 1-16. Em linha: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp> (consultado em 2016.04.01).
- MONTEIRO, Inês Líbano (2011). "A baixela de François Thomas Germain para a mesa de D. José I", in Ana Isabel Buesco e David Felismino (coord.), *A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (sécs. XIII – XVIII)*, Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 148-165.
- PAPAVERO, Claude Guy (2007). *Ingredientes de uma identidade colonial: os alimentos na poesia de Gregório de Matos*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em linha: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-19032008-103724/pt-br.php> (consultado em 2016.04.06).
- POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa (2003). "Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares", *Revista de Nutrição*, 16-4, 365-386. Em linha: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v16n4/a01v16n4.pdf> (consultado em 04/06/2016).
- RAMOS, Anabela; CLARO, Sara (2013). *Alimentar o corpo saciar a alma: ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVII*. Vila Real: Direcção Regional de Cultura do Norte. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (2011) "O caso William Beckford. Ostracismo e errância de um jovem fidalgo nos finais do século XVIII", *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 22, 11-37.
- SILVA, Alberto Júlio (1993). "Modelos e modas: traje de corte em Portugal nos séculos XVII e XVIII", in *Espiritualidade e corte em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa.
- SOARES, Carmen (2015). "Odisseia de sabores: integrações luso-brasileiras", in Carmen Soares e Cilene Ribeiro (coord.), *Odisseia de sabores da Lusofonia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 109-168.
- VELOSO, Carlos (1992). *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros*. Coimbra: Minerva Histórica.
- WILLAN, Anne; CHERNIAVSK, Mark (2012). *The Cookbook Library. four centuries of the cooks, writers, and recipes that made the modern cookbook*. California: University of California Press.

O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais¹

The Portuguese liberal exile from 1828-1832, a multidimensional phenomenon: social and cultural practices

FÁBIO ALEXANDRE FARIA

ISCTE-IUL

fabiofaria19@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 07.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 04.07.2016

Resumo: No contexto revolucionário europeu dos inícios do século XIX, fortemente instável, após D. Miguel regressar a Portugal do seu exílio em Viena e tomar o trono português, em 1828, milhares de liberais, fugindo da perseguição absolutista, abandonaram o país com destino ao maior exílio português de Oitocentos. Apesar de se constituir inicialmente como um fenómeno inteiramente político, o exílio liberal português de 1828-1832, assumiu-se como uma experiência bastante mais ampla, englobando uma diversidade de dimensões. Nunca perdendo a sua componente política, vincadamente presente, foi também um fenómeno de elevada importância social, cultural e intelectual, com visíveis repercussões após a vitória liberal na guerra civil de 1832-1834. Explora-se, neste artigo, cada uma dessas dimensões e demonstra-se que este exílio, apesar das inúmeras dificuldades que a ele estiveram associadas, contribuiu para o desenvolvimento cultural e intelectual de Portugal. Assim, dar-se-á particular atenção às práticas sociais e culturais que marcaram o quotidiano da elite liberal exilada.

Palavras-chave: exílio político, exilados, vida quotidiana, circulações internacionais, Inglaterra.

Abstract: In the European revolutionary context of the early 19th century, strongly unstable, after Don Miguel returned to Portugal from his exile in Vienna and took the Portuguese throne in 1828, thousands of liberals left the country fleeing the absolutist persecution and started the largest Portuguese exile of the 19th century. Even though it was originally an entirely political phenomenon, the Portuguese liberal exile from 1828-1832 was seen as a much more extensive experience, encompassing a diversity of dimensions. Never losing its strong political component, it was also a phenomenon of high social, cultural

¹ Este artigo tem por base a minha dissertação de mestrado, intitulada *Circulações Internacionais e Liberalismo. O Exílio Liberal Português, 1828-1832*, recentemente defendida no ISCTE – IUL.

and intellectual importance, with visible repercussions after the liberal victory in the Portuguese civil war of 1832-1834. This paper analyses each of these dimensions and shows that the exile, despite all the difficulties associated, has contributed to the cultural and intellectual development of Portugal. Particular attention will be given to social and political practices that marked the everyday life of the exiled liberal elite.

Keywords: political exile, exiles, everyday life, international circulations, England.

Introdução

No início do século XIX, Portugal, atingido pelo desejo expansionista de Napoleão Bonaparte, imperador francês desde 1804, viu o seu território ser invadido três vezes pelas tropas francesas. Uma das principais consequências destas invasões consistiu na fuga de D. João VI e da restante família real para o Brasil e na consequente recusa em regressar a Portugal após a vitória definitiva contra as forças napoleónicas. Esta situação, a que acrescia o domínio britânico em Portugal, agravou o descontentamento português e, a 24 de agosto de 1820, teve lugar a revolução liberal. Esta primeira experiência liberal duraria apenas três anos, mas estaria na origem de uma luta política e ideológica, à semelhança do que aconteceu um pouco por toda a Europa, entre liberais e absolutistas até 1834, ano do triunfo definitivo dos primeiros sobre os segundos.

A subida ao poder de D. Miguel, em julho de 1828, teve como efeito imediato a saída em massa de liberais de Portugal com destino ao estrangeiro, sobretudo Inglaterra e França, quer anónimos, quer personalidades que já vinham a ter algum destaque na cena política portuguesa ao longo da década de 1820. Este exílio, que para a grande parte dos seus intervenientes terminou em 1832, com o desembarque das tropas liberais comandadas por D. Pedro no Porto, em julho, e com o consequente início da guerra civil (1832-1834), foi o mais importante a ter lugar em Portugal ao longo do século XIX. Foi um fenómeno que se inseriu num contexto internacional muito próprio, numa época em que um grande número de países europeus enfrentava o problema da emigração forçada, resultado de muitos governos quererem fazer prevalecer a velha ordem do Antigo Regime, abalada pela Revolução Francesa de 1789.

Não obstante o facto de o principal motivo que levou os liberais a abandonar o país ser político, o exílio liberal português de 1828-1832 revestiu-se de várias outras dimensões que levaram este fenómeno a assemelhar-se a outros exílios europeus deste período. Este artigo centra-se, portanto, na aná-

lise dessas várias dimensões, procurando-se demonstrar que o exílio liberal português de 1828-1832 não foi um fenómeno exclusivamente político e que contribuiu para o desenvolvimento intelectual e cultural de Portugal após 1834. Para tal, é dada especial atenção às práticas sociais e culturais quotidianas dos exilados durante a sua estadia no estrangeiro.

O exílio liberal português em Plymouth

Em consequência da tomada do poder por D. Miguel em 1828, o descontentamento liberal fez-se manifestar e sucederam-se os episódios de resistência contra os absolutistas. O episódio de resistência ao miguelismo que esteve mais diretamente ligado ao início do exílio liberal de 1828 teve lugar a meio desse ano e ficou conhecido por *Belfastada*. O nome dado a esta insurreição encontra-se relacionado com o barco *Belfast*, fretado em Inglaterra, com o objetivo de recolher parte dos revoltosos no Porto. Nesta cidade, em maio de 1828, havia sido constituída uma Junta de Governo Provisório, contrária a D. Miguel. Contudo, acabou destronada pelo exército miguelista, levando à fuga de milhares de revoltosos. Estiveram associados a esta revolta importantes nomes do liberalismo português, como Palmela, Saldanha e Sá da Bandeira.

Como afirma Grégoire Bron, o exílio liberal português foi constituído não só por uma elite que fazia lembrar o cosmopolitismo do século anterior, como também por cidadãos anónimos. No entanto, o grosso desta emigração liberal era formado pela classe militar (Bron 2013: 546). Plymouth foi o grande destino dos militares implicados na *Belfastada*. Após uma passagem atribulada por Espanha, os exilados militares desembarcaram em Inglaterra entre os finais de agosto e os inícios de setembro de 1828².

À chegada a Inglaterra, os militares portugueses, detentores de menores posses, ficaram divididos em seis classes e agrupados num depósito que fora criado em Plymouth para esse efeito. Este depósito apresentava duras condições de vida e foi inicialmente administrado por Cândido José Xavier, político e militar que acompanhara Palmela no *Belfast*, mas que não recolhia muita simpatia entre os exilados, uma vez que havia participado nos exércitos do general Massena aquando da terceira invasão francesa em Portugal, em 1810-1811. Cândido José Xavier (mais tarde substituído pelo general Stu-

² Para conhecer a passagem dos exilados liberais portugueses por Espanha ver Maia 1841. O autor afirma ter acompanhado todo o percurso por Espanha até Inglaterra.

bbs) foi coadjuvado por Paulo Midosi (secretário) e por um negociante de apelido Carvalho (tesoureiro) (Nemésio 1946: 52).

O sustento destes emigrados era assegurado pelas quantias que Palmela, chefe da emigração liberal portuguesa, retirava do dinheiro que Portugal recebia do Brasil, na sequência do tratado de independência desta ex-colónia, assinado em 1825 (Bonifácio 2005: 15). No entanto, a não uniformidade quanto à distribuição destes subsídios tornou-se um dos principais elementos geradores de discórdia entre os exilados liberais e contribuiu para que não se alcançasse a tão necessária e desejada união entre os constitucionais para que a causa liberal triunfasse.

A divisão, que não foi do agrado dos exilados portugueses, encontrava-se feita da seguinte forma: primeira classe – oficiais gerais e estado-maior; segunda classe – oficiais de primeira linha; terceira classe – oficiais de segunda linha e voluntários; quarta classe – empregados civis (magistrados, oficiais de fazenda e de justiça); quinta classe – sacerdotes, negociantes e proprietários; sexta classe – praças de primeira e segunda linhas, voluntários (académicos de Coimbra e do Porto) e criados de servir (Maia 1841: 163).

Os barracões de Plymouth eram construídos em madeira e comportavam janelas sem vidros, bancos e cadeiras ou camas. O chão encontrava-se revestido apenas por palha, que era trocada com uma periodicidade de quinze dias. Estes albergues tinham um custo mensal de cerca de cem libras. Contudo, o espaço disponível nesses barracões não era suficiente para acolher todos os refugiados portugueses necessitados, pelo que, de acordo com Vitorino Nemésio, terão sido alugadas quatro embarcações paradas para que os restantes emigrados pudessem dormir nos seus porões. O aluguer de cada uma destas embarcações custava cinquenta libras (Nemésio 1946: 53).

A alimentação também era diferente consoante a classe onde se encontravam os exilados. Baseava-se no fornecimento de uma ração diária composta por pão, carne e arroz, que era entregue em géneros apenas aos emigrados inseridos na sexta classe, ao passo que os restantes recebiam em dinheiro. Os oficiais militares de primeira e de segunda linhas obtinham ainda uma remuneração igual ao valor que usufruíam em Portugal, da mesma forma que era pago aos empregados civis o ordenado como se estivessem a exercer as próprias funções. Os voluntários que não eram oficiais, considerados simples soldados, gozavam de uma pensão mensal no valor de catorze *shillings*, enquanto médicos, proprietários e negociantes usufruíam de uma mensalidade na ordem das três libras. Assim sendo, verifica-se que os subsídios entregues aos emigrados estavam dependentes da sua atividade profissional, pelo que era essencial que estes a comprovassem, com vista a obterem as

ditas quantias. Para tal era suficiente a sua palavra, e quando surgissem dúvidas, estas poderiam ser desfeitas através de um comprovativo assinado por outros três emigrados (Maia 1841: 164-165).

Silva Maia entendia que os grandes beneficiários da divisão do dinheiro efetuada por Palmela e por Cândido José Xavier eram os exilados que se encontravam inseridos nas quatro primeiras classes, na medida em que recebiam consideravelmente mais do que usufruíam em Portugal, visto não estarem sujeitos às despesas associadas aos seus empregos em exercício.

Não obstante as dificuldades por que passou a maioria dos emigrados em Plymouth, houve alguns liberais exilados que puderam usufruir das comodidades que a região oferecia. Passos Manuel e Passos José, inicialmente exilados em Plymouth, contaram com as quantias enviadas pela mãe, a partir do Porto, por intermédio de uma casa comercial. No exílio em Inglaterra, os irmãos Passos receberam três libras por mês, o equivalente à categoria de advogado, para além de subsídios alimentares (Pinheiro 1996: 52). Passado pouco tempo, Manuel e José abandonariam Inglaterra com destino a França, a partir de onde passariam a fazer oposição à fação política chefiada por Palmela.

Com vista a tentar resolver os atritos existentes entre os exilados portugueses, Palmela ordenou que José da Silva Carvalho fosse para Plymouth, em finais de 1828. Este, que gozava de acentuada popularidade entre os emigrados portugueses, dada a sua participação na revolução liberal de 1820, chegou a Londres em outubro de 1828 para o seu segundo exílio³.

Esta viagem de José da Silva Carvalho a Plymouth parece ter obtido os resultados pretendidos, pelo menos no entendimento deste interveniente. Em carta datada de 1 de dezembro de 1828, Silva Carvalho afirmava que as más impressões dirigidas a Palmela já tinham desaparecido e que os emigrados demonstravam ter total confiança no trabalho desenvolvido pelos ministros de D. Pedro. Na opinião de Silva Carvalho, as desconfianças relativamente a esses ministros tinham sido originadas por escritos que eram difundidos em Plymouth (Viana 1891: 18).

Em novembro de 1828 a situação dos emigrados em Inglaterra agravou-se. O governo britânico, representado por Wellington, ordenou que os exilados portugueses que se encontravam concentrados em Plymouth dispersassem por vários outros locais.

³ José da Silva Carvalho já havia estado exilado entre 1823, quando se iniciou a repressão absolutista à primeira experiência liberal em Portugal, e 1826, por altura da outorga da Carta Constitucional por D. Pedro, que permitiu o regresso de vários exilados liberais ao país.

Para Silva Maia, a ordem de dispersão dada aos emigrados portugueses pelo governo de Wellington era concertante com as leis britânicas que proibiam a concentração de depósitos militares estrangeiro (Maia 1841: 191).

Sobre esta questão, Silva Carvalho considerava, em carta de 6 de dezembro de 1828, que os exilados portugueses, na impossibilidade de poderem ir para qualquer região do território português, deveriam dirigir-se para o Brasil, visto que “só ali poderemos achar seguros meios de voltar a vingar os direitos da nossa Rainha e os nossos”, afirmando que esta ideia havia agradado aos liberais (Viana 1891: 21).

Deparando-se com esta situação, Palmela não teve outra solução que não fosse planear a saída dos exilados portugueses do país. Em carta datada de 10 de dezembro de 1828 e dirigida a José da Silva Carvalho, o diplomata português refere-se à preparação da primeira expedição de exilados portugueses com vista a saída de Inglaterra, contando, para esse efeito, com quatro embarcações disponíveis em Plymouth (Viana 1891: 23).

Segundo Silva Maia, esta primeira expedição foi composta por 604 praças de infantaria, caçadores e vários oficiais e foi comandada pelo general Saldanha. Stubbs, que, entretanto, substituíra Cândido José Xavier como responsável pelo depósito de Plymouth, ordenara a Saldanha que os navios com os emigrados portugueses se dirigissem para o Rio de Janeiro. No entanto, a expedição deveria fazer uma escala na ilha Terceira, onde daria por terminada a viagem, se assim fosse possível, caso contrário seguiria até ao Brasil (Maia 1841: 197-198).

Relativamente à saída dos emigrados portugueses de Inglaterra, José da Silva Carvalho assegurava ao visconde de Itabaiana, representante brasileiro em Inglaterra, que se fosse permitido a alguns exilados ficar na Europa em vez de ir para o Brasil, estes não queriam continuar em Inglaterra, mas sim ir para Ostende, na Bélgica (Viana 1891: 23). Observa-se assim que, não obstante a proximidade cultural com o Brasil, muitos exilados portugueses saídos de Inglaterra, preferiam continuar na Europa, preferencialmente na Bélgica, enquanto durasse o domínio absolutista em Portugal.

No início de 1829 seguiram-se outras expedições portuguesas para fora de Inglaterra. De acordo com Silva Maia, as primeiras embarcações que saíram a seguir à expedição de Saldanha, maioritariamente constituídas por militares, tiveram a mesma ordem de seguir para o Brasil, caso não pudessem desembarcar na Terceira. Os últimos navios a sair de Inglaterra receberam uma ordem diferente e, em vez de ir para a ilha açoriana, deveriam dirigir-se diretamente para o Brasil. Esta mudança de orientação terá estado relacionada com o facto de haver conhecimento de que D. Miguel mandara blo-

quear a ilha Terceira, bem como com a convicção de que os emigrados idos de Plymouth para o arquipélago português, rondando os 2.000 indivíduos, eram suficientes para o defender dos absolutistas (Maia 1841: 198-199).

Saldanha, contrariando as ordens que recebera, dirigiu a sua expedição não para o Brasil, mas para França, onde, segundo António Viana, foi autorizado a desembarcar por influência do barão de Neuville (Viana 1891: 28). Saldanha conduziu os emigrados portugueses para Brest, onde terão gozado de um acolhimento mais cordial do que em Inglaterra.

De facto, de acordo com Silva Maia, em Paris fizeram-se representações teatrais e bailes a favor dos refugiados portugueses. No que toca à atitude do governo francês para com os exilados lusos, esta parece ter-se pautado por uma maior hospitalidade e cordialidade, se comparada com a passagem dos refugiados por Espanha e com a sua estadia em Inglaterra. Conforme relata Silva Maia, o governo francês terá disponibilizado trinta mil francos mensais para os emigrados, estipulando também três depósitos na Normandia, cada um deles com um comandante português (Maia 1841: 203-204). José da Silva Carvalho, a 3 de março de 1829, informava Palmela que, na correspondência que recebia de Brest, eram feitos grandes elogios aos franceses e constava que eram dados cento e cinquenta francos mensais a cada português, falando-se, inclusive, na existência de subscrições favoráveis aos refugiados portugueses (Viana 1891: 34).

Exílio e cosmopolitismo

Apesar de todos os emigrados portugueses, independentemente do país onde se encontrassem refugiados, terem o mesmo objetivo, – o fim do absolutismo e a reposição do regime constitucional em Portugal, – as dissensões entre os liberais continuaram a existir ao longo do período em que se encontraram exilados, motivadas, sobretudo, por questões políticas.

Na opinião de António Ferrão, existiram três grandes aspetos que desempenharam um papel fulcral na manutenção das tensões entre os exilados: o fracasso da Junta do Porto e a conseqüente saída do navio *Belfast* com destino a Londres, no início de julho de 1828; a sobrevivência dos emigrados no exílio, dificultada pela carência de condições materiais de vida, como alojamento, alimentação e vestuário; a posição de D. Pedro à frente da causa constitucional portuguesa (Ferrão 1940: 215).

Assistiu-se a uma calorosa discussão entre os exilados relativamente a todas estas questões, e particularmente sobre a última, sobretudo a partir da

imprensa periódica desenvolvida pelos liberais no estrangeiro. Neste debate estiveram em confronto as duas facções liberais, chefiadas por Palmela e por Saldanha, sendo perceptível que exilados apoiavam uma e outra facção. Assim sendo, favoráveis a Palmela, cuja política era mais moderada e de influência anglófila, encontravam-se, entre outros, Cândido José Xavier, Agostinho José Freire, José da Silva Carvalho e Rodrigo da Fonseca Magalhães. Entre os apoiantes da facção encabeçada por Saldanha, mais radical e de influência francófila, contavam-se Rodrigo Pinto Pizarro, os irmãos Passos e José Liberato Freire de Carvalho.

Saliente-se que os emigrados não tiveram sempre a mesma posição política no exílio, evoluindo consoante as circunstâncias, as ambições pessoais e o próprio desenrolar da política portuguesa. Serve de exemplo o caso de José Liberato Freire de Carvalho, que no início deste período da emigração liberal se tinha mostrado próximo de José da Silva Carvalho e de Rodrigo da Fonseca Magalhães, colaborando com estes na redação do *Paquete de Portugal*. Contudo, afastou-se dos principais defensores de D. Pedro e engrossou as fileiras dos seus opositores.

Porém, não foi só de política que viveu o exílio liberal português de 1828-1832. Apesar de ter sido um fenómeno originalmente político, isto é, ter sido motivado por questões políticas (tomada do poder por D. Miguel), os exilados liberais levaram a cabo um conjunto de atividades que foram muito para além da política, embora nunca tivessem deixado de lhe dar importância.

Um fator que foi decisivo para o desenvolvimento de algumas destas atividades por parte dos exilados prendeu-se com a necessidade de garantir o sustento enquanto se encontrassem no estrangeiro. Neste sentido, os liberais encontraram na produção escrita uma forma privilegiada para garantir esse sustento. Esta englobava a imprensa periódica, a elaboração de folhetos de propaganda política, a realização de traduções e a publicação de obras originais.

Os periódicos que iam sendo redigidos no exílio constituíram importantes elos de contacto e de comunicação. Assim, eram dos principais meios de informação e de correspondência entre os vários exilados, entre estes e os portugueses que se encontravam em Portugal e no Brasil e, ainda, entre os exilados e os estrangeiros que liam os seus periódicos. Os leitores que estavam exilados desempenhavam um importante papel na elaboração dos jornais, podendo colaborar enviando poemas, notícias, cartas e outros artigos. A imprensa do exílio constituiu um meio através do qual se desenvolveu um significativo intercâmbio cultural transnacional, uma vez que os emigrados portugueses, para além de publicarem alguns artigos em vários jornais

estrangeiros, também usavam alguns textos que eram publicados nesses jornais e revistas para inserirem nos seus periódicos (Santos 1985: 109-110).

A partir de 1828 a prática jornalística portuguesa no estrangeiro conheceu um incremento devido ao intensificar da emigração liberal. Simultaneamente, assistiu-se também a um acentuar do desenvolvimento dos folhetos devido à sua maior maleabilidade e rapidez de circulação. Era também mais fácil passarem despercebidos à censura miguelista devido às suas reduzidas dimensões. O rápido desenvolvimento da produção de folhetos também poderá estar associado ao facto de ser mais fácil salvaguardar a identidade dos seus autores, na medida em que muitos deles eram dados a conhecer anonimamente.

Londres apresentou-se como o centro de difusão da propaganda política liberal e o que aí era publicado tinha três objetivos essenciais: primeiro, inspirar os emigrados a não perderem o fulgor revolucionário contra o absolutismo de D. Miguel; segundo, difundir o máximo possível os ideais liberais em Portugal; e terceiro, tentar demonstrar aos principais governos europeus que era possível ao liberalismo vencer as forças absolutistas, por forma a garantir, no mínimo, a neutralidade dessas potências, quando não fosse possível conseguir o seu apoio direto (Tengarrinha 2013: 452).

A imprensa periódica desenvolvida pelos emigrados liberais no exílio esteve em consonância com a divisão política existente entre estes, ou seja, muitos dos jornais publicados eram partidários de uma ou de outra facção política e, por essa razão, eram apoiantes ou opositores de D. Pedro IV.

Ainda antes de se iniciar a publicação dos que viriam a ser os principais periódicos portugueses em Londres, foram publicados dois importantes jornais em Plymouth, onde a maioria dos emigrados estava concentrada, ainda no decorrer de 1828: *O Padre Malagrida ou a Tesoura: Periódico Político e Literário*, redigido por José Pinto Rebelo de Carvalho, entre novembro de 1828 e abril de 1829; *O Português Emigrado ou Realista Constitucional*, escrito em inglês e em português e redigido por Marcos Pinto Soares Vaz Preto, entre outubro de 1828 e fevereiro de 1829. Não era ainda possível observar nestes periódicos uma preferência partidária clara relativamente a D. Pedro.

A partir de 1829 a redação dos periódicos deixa de estar concentrada em Plymouth e passa a ter como núcleo principal a cidade de Londres, sendo aqui que a imprensa periódica passou a estar diretamente associada ao conflito político entre as duas facções liberais. Neste sentido, a imprensa periódica da emigração liberal passou a mostrar-se mais próxima ou mais afastada de D. Pedro, embora alguns jornais apresentassem uma orientação mais neutral e apelassem à conciliação entre os exilados.

Ao lado de D. Pedro colocaram-se o *Paquete de Portugal* e o *A Aurora*. Estes dois periódicos foram dos mais influentes entre os exilados liberais e também foram os que conheceram uma maior tiragem. Apresentavam em comum o facto de terem tido como redator principal Rodrigo da Fonseca Magalhães. O *Paquete de Portugal*, publicado entre agosto de 1829 e agosto de 1831, contou ainda com a colaboração de Marcos Pinto Soares Vaz Preto, José Liberato Freire de Carvalho⁴ e José da Silva Carvalho e teve o particular apoio do marquês de Palmela. *A Aurora* foi um periódico que surgiu no seguimento do término da publicação do *Paquete de Portugal* e foi publicado entre dezembro de 1831 e outubro de 1832. Teve a colaboração de Marcos Pinto Soares Vaz Preto, Cândido José Xavier, D. Luís do Rego Barreto e barão de Rendufe (Tengarrinha 2013: 453-455).

Vários periódicos mostraram-se contrários a D. Pedro e ao que consideravam ser o carácter demasiado moderado da Carta Constitucional. O primeiro a inserir-se nesta corrente foi *O Pelourinho*, redigido por José Pinto Rebelo Carvalho entre 1831 e 1832. Este periódico, publicado de forma semiclandestina, foi considerado o mais violento da facção liberal, existindo divergências quanto ao seu local de produção⁵. Também contra D. Pedro surgiu, entre março e junho de 1832, *O Português Constitucional em Londres*, da autoria de Paulo Midosi. Este jornal considerava que a regência que estava a ser feita pelo ex-imperador do Brasil ia contra o estabelecido na Carta Constitucional. Ainda na oposição a D. Pedro surgiram *O Perguntador*, redigido anonimamente em Londres entre 1832 e 1834, e *Notícias de Portugal*, também de carácter anónimo e publicado, possivelmente, em 1833 (Tengarrinha 2013: 455-456).

Diversos periódicos procuraram afastar-se do conflito existente as duas facções liberais e apelavam à conciliação entre os exilados portugueses. Inseriram-se nesta linha *O Chaveco Liberal*, redigido por José Ferreira Borges, Almeida Garrett e Paulo Midosi e publicado entre setembro e dezembro de 1829, e *O Palinuro*, escrito pelo mesmo Ferreira Borges entre agosto e setembro de 1830. O carácter conciliatório deste último periódico encontra-se expresso no seguinte apelo do seu redator: “Somos irmãos todos. Uma só pátria é nosso mais comum: vós jurastes defendê-la, não assassiná-la. Esse

⁴ Poucos meses mais tarde, tendo em conta a orientação política do jornal para uma linha de claro apoio a D. Pedro IV, José Liberato abandonou a sua redação e mostrou-se mais favorável a Saldanha do que a Palmela.

⁵ José Tengarrinha considera que foi redigido em Londres (Tengarrinha 2013: 453), ao passo que Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal apontam que foi editado em França (Vargues 1993-1994: 83).

monstro, que a tem em ferros, é o inimigo que temos a combater. Às armas, soldados portugueses”⁶.

A produção jornalística dos exilados portugueses, à semelhança da dos de outras nacionalidades, foi menos intensa em França do que em Inglaterra, fruto da maior liberdade de expressão de que gozavam neste último país. Ainda assim, são de ressaltar quatro publicações, que trouxeram consigo a novidade, relativamente aos periódicos que eram redigidos em Inglaterra, de dois deles serem dedicados a temas não políticos e incluírem artigos de carácter mais científico.

Salientam-se, na categoria dos periódicos não políticos publicados em França, *A Abelha ou Coleção de Conhecimentos os mais Agradáveis, Instrutivos, Necessários e Úteis [...] Extraídos dos Jornais Científicos e Literários de Toda a Europa e das Obras dos Melhores Escritores*, redigido por Francisco Ladislau Álvares de Andrade em 1830, e *Anais das Ciências e das Artes Dedicados aos que Falam a Língua Portuguesa em Ambos os Hemisférios*, publicado entre janeiro e julho de 1827 por José Diogo Mascarenhas Neto. No contexto político foram redigidos dois periódicos em França que se declaravam opositores de D. Pedro e da Regência na ilha Terceira. Foram eles *Le Courier des Émigrés Portugais*, editado já na segunda metade de 1831, e *O Independente*, escrito, possivelmente, entre 1831 e 1833 (Tengarrinha 2013: 456-457).

Esta intensa atividade jornalística que os exilados portugueses desenvolveram no estrangeiro comprova o nível de intelectualidade da elite que se encontrava exilada, na medida em que, para além de dominarem a língua portuguesa, tinham também de possuir bons conhecimentos de línguas estrangeiras, nomeadamente de inglês e de francês, não só para se manterem a par das notícias que eram relatadas nos jornais dos países onde se encontravam exilados, muitas das quais foram também usadas nos seus próprios periódicos, traduzidas para português, como para se movimentarem e contactarem com os habitantes dos lugares onde tinham sido acolhidos.

Tal como fizeram os emigrados espanhóis, que escreveram e publicaram livros um pouco por todos os lugares onde residiram no exílio, com especial destaque para Londres (Simal 2012: 363)⁷, também os exilados portugueses colocaram as suas capacidades intelectuais ao serviço de outros tipos de produção escrita que não o jornalismo, quer se tratassem de obras originais, quer fossem traduções de livros com os quais iam tendo contacto.

⁶ *O Palinuro*, 4, 20 de agosto de 1830, p. 31.

⁷ Todo o cap. 8 desta obra (Simal 2012: 359-414) é dedicado à produção escrita desenvolvida pelos emigrados espanhóis no exílio, tanto jornalística como literária, pelo que se constitui de suma importância para conhecer essa dimensão do exílio liberal espanhol.

No caso das traduções, por exigência dos editores, os exilados encontravam-se dependentes pelo facto de terem de traduzir obras com as quais não se identificavam totalmente ou que não correspondiam às suas preferências literárias. Desta forma, muitas vezes as obras que eram alvo de tradução careciam de atualidade, ou seja, não eram as obras mais recentes e não se encontravam diretamente relacionadas com o momento político que se estava a atravessar (Santos 1985: 113).

Paris constituiu o principal local a partir do qual se efetuaram várias traduções, tanto de obras escritas em inglês como em francês, ao longo de todo o período da emigração liberal portuguesa. As traduções elaboradas pelos exilados portugueses em França eram maioritariamente traduções de romances e novelas, alguns dos quais da autoria de renomados autores internacionais. Assim, salienta-se a tradução de *La Reine Fantasque*, de Rousseau, de *A ciência do bom homem Ricardo ou meios de fazer fortuna*, de Benjamim Franklin, e de *O templo de Cnido*, de Montesquieu. Os exilados liberais portugueses procederam também à elaboração de várias gramáticas, sobretudo em 1831, como as desenvolvidas por Francisco Solano Constâncio e por António Pereira de Figueiredo (Ramos 1972: 69-85).

Em sentido oposto, observa-se que se em Londres a produção jornalística foi bastante mais intensa do que em Paris, o mesmo não se verificou ao nível das traduções efetuadas pelos exilados. Neste sentido, importa destacar uma tradução feita por Rodrigo da Fonseca Magalhães. Em 1830, Rodrigo da Fonseca traduziu o trabalho do economista escocês John Ramsay McCulloch, *Principles of Political Economy*, tendo dedicado a tradução ao seu amigo José Balbino de Barbosa e Araújo, 1º visconde de Telheiras (McCulloch 1830).

Segundo consta da dedicatória feita por Rodrigo da Fonseca, esta tradução destinava-se a ser utilizada pelos alunos do clube hispano-lusitano, instalado em Londres. Este clube foi fundado no decorrer da emigração liberal portuguesa em Inglaterra, em 1828, e é exemplificativo do estreito contacto que existiu entre os exilados portugueses e espanhóis em Londres, uma vez que o mesmo foi estabelecido com o objetivo de serem criadas as condições que possibilitassem a restauração do liberalismo, quer fosse através da união dos dois reinos ibéricos, quer fosse mediante a constituição de uma monarquia dual, chefiada por D. Pedro IV. Esta ideia de o pai de D. Maria poder vir a governar toda a Península Ibérica esteve bastante presente entre os constitucionais espanhóis desde a altura da outorga da Carta Constitucional portuguesa, em 1826 (Brancato 1995: 96).

Este trabalho de Rodrigo da Fonseca é ilustrativo da diferença que existia ao nível das traduções efetuadas pelos exilados nos dois grandes centros da

emigração liberal já indicados. Ao passo que em França as traduções giravam, sobretudo, em torno de novelas e romances, ou seja, obras que tinham um carácter mais quotidiano e que podiam ser lidas por toda a população mais letrada, as traduções realizadas em Inglaterra, de que serve de exemplo a elaborada por Rodrigo da Fonseca, pareciam apresentar um carácter mais prático e singular, destinando-se particularmente a um grupo específico de intelectuais, consoante o tema de que tratassem.

Exemplificativo da ideia de que Londres, ao contrário de Paris, foi um local onde se assistiu a uma publicação mais intensa de obras originais por parte dos exilados portugueses é o caso de Almeida Garrett. Este, chegado a Inglaterra em junho de 1828 na companhia de Luísa Midosi, dedicou grande parte da sua estadia no país à produção literária, para além de ter colaborado em vários periódicos liberais aí publicados. Assim, de entre os principais trabalhos literários de Almeida Garrett no exílio há a salientar *Memórias de João Córadinho*, *Adozinda*, *Bernal-Francês*, *Lírica de João Mínimo*, *Das leis penais*, *Ilva*, *Magriço e os Doze de Inglaterra e Infante Santo*, *A Lealdade em Triunfo ou a Vitória da Terceira*, *Da Educação*, *Portugal na Balança da Europa* e *O Elogio Fúnebre de Carlos Infante de Lacerda, Barão de Sobroso* (Sousa 1999: 87-94). Estas publicações de Garrett no exílio não ficaram confinadas a um só estilo e abrangeram diferentes tipos de texto, desde a poesia até ao romance, passando por obras de carácter político. Esta situação demonstra a versatilidade do escritor romântico português, contrapondo com outros intelectuais no exílio, que se prenderam apenas a um género de escrita ou que se limitaram à atividade jornalística.

A um nível mais político, em 1829, Garrett dedicou-se ainda à tradução das intervenções feitas sobre a questão portuguesa por Lord Holland no Parlamento britânico, a 19 de junho desse ano. Nestas declarações, o político britânico, comprovando o seu carácter liberal, criticou e condenou os excessos e os abusos levados a cabo por D. Miguel e pelos absolutistas portugueses (Sousa 2011: 124).

Era possível observar que Almeida Garrett, já nesta altura, gozava de uma certa influência e notoriedade em Londres. Exemplo desta situação é o facto de o escritor romântico ser consideravelmente referido pelos académicos britânicos. Garrett foi consultado e referido por Kinsey no trabalho *Brief Review of Literary History of Portugal* e viu vários excertos da obra *Adozinda* serem traduzidos por John Adamson (Santos 1985: 116).

A produção intelectual desenvolvida pelos exilados no estrangeiro encontra-se diretamente relacionada e fortemente dependente dos contactos sociais que estes estabeleceram e da aprendizagem cultural que levaram a cabo durante esse período.

Apesar de o exílio lhes ter sido imposto, fruto da vigência em Portugal de um regime contrário às suas convicções e ideologias, os exilados portugueses aproveitaram essa experiência para desenvolver contactos com novas realidades e culturas, mostrando-se bastante atentos às inovações que foram ocorrendo ao longo deste período, um pouco por toda a Europa, em vários domínios.

Desta forma, o exílio constituiu-se também como um lugar de formação e de aprendizagem, desenvolvidas através da leitura de obras estrangeiras, da frequência de bibliotecas e gabinetes de leitura, da assistência a cursos, da comparência em espetáculos e do contacto direto e quotidiano com os habitantes dos países de acolhimento, realizado através da presença em bailes e convívios sociais organizados pela elite europeia da época (Santos 1985: 113).

Um dos emigrados que mais se destacou neste âmbito foi António Bernardino Pereira do Lago, brigadeiro do corpo de engenheiros. Ao deixar as questões políticas para segundo plano, procurou dar mais ênfase às dimensões social e cultural que o exílio proporcionou. Como afirmava o próprio,

durante a minha emigração, desejando conhecer o carácter, costumes, governo, obras e estabelecimentos de diferentes povos, viajei na Inglaterra, na França e na Bélgica, adquirindo assim o que podia para minha particular instrução [...] fui sempre notando e escrevendo o que via e observava (Lago 1834: 4).

Sobre Inglaterra, e particularmente sobre Londres, Pereira do Lago considerava que era a terra da ciência, da caridade, do desenvolvimento industrial e rodoviário, da comodidade, da limpeza, da magnanimidade, da segurança e da liberdade, sendo esta última a qualidade mais apreciada pelos exilados portugueses refugiados naquele país.

À semelhança do que viria a fazer nos outros lugares por onde passaria no exílio, também em Inglaterra Pereira do Lago desenvolveu uma acentuada atividade cultural. Esta passou pela frequência de clubes, um dos quais era uma associação de liberais, a que terá acesso através de contactos políticos, pela frequência da *London Institution*, graças aos contactos que tinha com Freire Marreco, também ele emigrado em Londres. Ali teve a oportunidade de se familiarizar com os gabinetes de Física e Química e com as aulas de Ciências Sociais (Santos 1985: 114).

Relativamente a França, especialmente sobre a sua capital, o grande destaque feito por Pereira do Lago vai no sentido de este ser um local que tinha muito a dar em termos culturais, algo que também se verificava no

caso londrino. No entanto, a maior diferença residia no facto de essa aprendizagem cultural poder ser feita de forma menos dispendiosa em França, em detrimento de Inglaterra.

São vários os espaços públicos franceses referidos por este exilado português como sendo lugares onde os estrangeiros se podiam engrandecer culturalmente e desfrutar do desenvolvimento da civilização francesa, nomeadamente os bailes públicos realizados aos domingos, os jardins iluminados, os teatros, as galerias de pintura e de antiguidade, os gabinetes de história natural, as livrarias e os bazares (Lago 1834: 235-237).

Os exilados portugueses, aproveitando o facto de não poderem regressar a Portugal, experienciaram os atrativos «civilizacionais» que estas capitais europeias propiciavam, constituindo esta a grande e principal vantagem de se encontrarem exilados, a que acrescia o facto de poderem contactar com uma sociedade e uma cultura percebidas como mais evoluídas do que as portuguesas.

Contraopondo a realidade britânica e a realidade francesa, Pereira do Lago não tinha dúvidas em afirmar que o acolhimento e o tratamento que eram providenciados aos estrangeiros, entre os quais se incluíam os exilados políticos, eram bastante mais calorosos e amistosos em França do que em Inglaterra (Lago 1834: 128).

Outras atividades desenvolvidas por Pereira do Lago no domínio cultural prenderam-se com a frequência de algumas sessões particulares no Instituto Real de França e com visitas à Escola Politécnica de Paris e ao Conservatório das Artes. A realização de várias destas atividades tornou-se possível devido aos contactos pessoais que Pereira do Lago estabeleceu no exílio, alguns por intermédio de indivíduos já seus conhecidos. Estes contubérnios revelaram-se de extrema importância para os exilados liberais, uma vez que permitiram a sua inserção numa sociedade que lhes era estranha.

Assim, Pereira do Lago, à semelhança do que fizeram outras centenas de emigrados portugueses, na sua senda de se instruir culturalmente, contactou de perto com figuras de maior ou menor relevo dos países por onde foi passando.

Em Inglaterra, o brigadeiro português teve oportunidade de contactar com o Doutor Blaker, autor de um método de ensino inovador na altura. Este método consistia na aprendizagem do alfabeto associando letras e imagens e na aprendizagem das operações básicas de matemática recorrendo a uma espécie de ábaco (Lago 1834: 16-17). Em Bruxelas, António Bernardino teve contacto com uma sociedade dirigida para o culto de flores, designada Sociedade de Flora, que conheceu após conviver com o seu secretário, Van-Den-Corput (Lago 1834: 270).

No entanto, parece ter sido em França que Pereira do Lago desenvolveu com maior intensidade os contactos sociais, o que poderá ser indicativo do maior pendor cultural desta nação. Com efeito, a frequência de algumas sessões do Instituto Real de França foi-lhe possível graças ao convívio que desenvolveu com o seu secretário, o Barão de Ferrouier. Em Paris contactou também com o Doutor Alard, com Benjamim Constant, pensador e político francês, e com uma das principais personalidades francesas da época, com a qual vários outros exilados portugueses também conviveram, marquês de Lafayette.

O papel de Lafayette foi fundamental para o desenvolvimento das sociabilidades por parte dos exilados de várias nacionalidades em França, uma vez que eram constantes os convívios sociais organizados por sua iniciativa, fomentando o contacto e a amizade entre os seus frequentadores. Este ambiente foi experienciado por Pereira do Lago, visto que “foi pelo favor de Mr. Lafayette que eu poderei dizer-te alguma coisa das companhias em Paris, porque assisti às suas animadas e interessantes partidas (*soirées*) que eram às terças-feiras” (Lago 1834: 243). Para o brigadeiro português, Lafayette era um dos indivíduos que mais havia pugnado a favor da causa da liberdade não só de França, como da de outros países, que na altura lutavam pelo liberalismo, como Portugal e Espanha, sendo um declarado amante da sua pátria e da liberdade.

Semelhante opinião tem Palmela, que também conviveu com o general francês, assim como Saldanha e D. Pedro IV, como se pode observar pelo que nos deixou relatado o diplomata português nas suas *Memórias*, referindo-se a uma tentativa de reconciliação entre ele próprio e Saldanha, organizada pelo pai de D. Maria: “O general Lafayette, como patriarca do liberalismo, fez-nos uma espécie de homilia no mesmo sentido” (Memórias 2011: 237).

De facto, Lafayette foi uma das personalidades com quem os exilados portugueses mais contactaram em Paris. Também o marquês de Fronteira revela que conviveu de forma bastante próxima com o general francês:

Não fomos só nós que nos relacionámos com intimidade com o general Lafayette – foram todos os nossos correligionários apresentáveis. O ser emigrado e mesmo revolucionário era uma grande qualidade para ser introduzido à presença do ilustre general (Ventura 2000: 28)⁸.

Houve outra figura em França, para além de Lafayette, com quem os emigrados portugueses tiveram um contacto mais próximo, Benjamim Constant.

⁸ Corresponde a uma citação de uma passagem das *Memórias* do marquês de Fronteira.

Com esta personalidade francesa relacionaram-se, entre outros, Agostinho José Freire e Manuel Gonçalves de Miranda, residentes em Paris, e também Palmela (Bron 2013: 506).

Também Almeida Garrett desenvolveu importantes contactos sociais e relacionou-se de perto com importantes nomes da sociedade britânica da primeira metade de Oitocentos. É bastante provável que Garrett tenha frequentado um dos mais importantes centros políticos, sociais e literários da Inglaterra do século XIX, a casa de Lord Holland. Os encontros sociais organizados por Lord Holland eram frequentados por destacadas figuras liberais britânicas, como Byron, Scott, Lyndock, Melbourne e Mackintosh, contudo encontravam-se também abertos à presença de diplomatas estrangeiros e de exilados liberais. Entre os comparecentes portugueses contavam-se importantes nomes, como Palmela, marquês do Funchal, Cristóvão Pedro de Morais Sarmiento, Luís António de Abreu e Lima, visconde de Itabaiana e, provavelmente, Almeida Garrett (Sousa 1999: 90).

O marquês de Palmela também estabeleceu contactos bastante próximos com outras importantes personalidades liberais britânicas, tais como Lord Palmerston, Lord Brougham e Sir James Mackintosh, que contribuíram para que a causa liberal portuguesa adquirisse uma dimensão internacional assinalável. A vida social de Palmela no exílio também ficou marcada pela frequência assídua do salão da princesa de Lieven, dos bailes organizados na embaixada da Áustria e dos encontros que tinham lugar no *Traveller's Club*. Outros exilados também estabeleceram diversos contactos sociais em Londres, como foram os casos de José da Silva Carvalho e de José Ferreira Borges, que se relacionaram com alguns radicais britânicos, como John Bowring e Edward Blaquièrre, e ainda com emigrados de outras nacionalidades, nomeadamente com o espanhol Arguelles (Bron 2013: 502-505). Foi, precisamente, graças à amizade com este exilado que Silva Carvalho teve a oportunidade de frequentar a casa de Lord Holland.

A acentuada presença de exilados portugueses nos encontros providenciados por Lord Holland está diretamente relacionada com o facto de o político britânico ser um distinto simpatizante da causa liberal portuguesa, tendo, inclusive, viajado por Portugal na altura das invasões francesas⁹. Outro fator que poderá ter facilitado o acesso de Garrett à casa de Lord Holland, bem como de outros exilados da classe média portuguesa, prende-se com

⁹ Lord e Lady Holland, acompanhados pelo médico e político John Allen, viajaram por Portugal entre finais de 1808 e inícios de 1809 e deixaram vários diários da viagem pelo país. Estes relatos encontram-se traduzidos e compilados em Sousa 2011.

a sua pertença à Maçonaria, sociedade em que o anfitrião destes encontros também terá estado inserido.

Para além destes contactos sociais com a elite política e diplomática, Almeida Garrett também se relacionou com vários escritores britânicos, nomeadamente com Robert Southey, John Adamson, William Morgan Kinsey e, provavelmente, James Sheridan Knowles, travando amizade com estas e com outras individualidades, como os Hadleys, Lady Paget, Caroline Elizabeth Sarah Norton, Mister Goodeen e Richard Hebbel. A relação entre Garrett e estes dois últimos explica-se pelo facto de o escritor português ser um frequentador assíduo das suas livrarias portuguesas. Era também atividade recorrente em Garrett as visitas ao Museu Real de Londres, espaços onde terá produzido alguns dos seus mais importantes textos (Sousa 1999: 87-92).

Vários dos escritores com que Garrett conviveu em Londres durante o exílio também se relacionaram com outras importantes figuras liberais portuguesas, nomeadamente com Palmela. Foram os casos de John Adamson, que inclusive dedicou o livro *Lusitania Illustrata: Notices on the History, Antiquities, Literature of Portugal* ao diplomata português, e de Miss Norton, tendo sido precisamente graças a este contacto que a poetisa britânica terá conhecido Almeida Garrett.

O escritor português afirmaria mais tarde que muitas recordações do período da emigração liberal eram de saudade (Garrett 1848: 14), possivelmente referindo-se a alguns dos encontros sociais e culturais que desenvolveu no exílio. Este testemunho de Garrett demonstra-nos que o exílio liberal, não obstante todas as dificuldades, também proporcionou bons momentos aos emigrados, o que os levou a recordar esses tempos, por vezes, com saudade e nostalgia.

Para além de Garrett e de Pereira do Lago, vários outros exilados portugueses investiram na sua aprendizagem cultural e na sua preparação enquanto homens do liberalismo fora de Portugal, tendo alguns, inclusive, completado a sua formação no estrangeiro. Foi o caso de José Pinto Rebelo de Carvalho, que estudou Ciências Físicas e Naturais na Universidade de Sorbonne, em França, e doutorou-se em Medicina na Universidade de Lovaina, na Bélgica. Por seu turno, José Silvestre Ribeiro, também ele emigrado em França e participante na expedição liberal de D. Pedro, desenvolveu um acentuado contacto com a educação francesa. Durante o seu exílio frequentou diversas aulas, nomeadamente as de História, lecionadas por François Guizot, as de Filosofia, ministradas por Victor Cousin, e as de História Literária, dadas por Abel-François Villemain (Santos 1979: 96), convivências que terão influenciado o seu pensamento futuro nos domínios social e cultural.

Esta influência não era apenas visível na ação que os países de acolhimento exerciam sobre os exilados (embora, neste caso, tenha sido bastante mais evidente), visto que estes foram também responsáveis pelo desenvolvimento de contactos bilaterais no exílio. Para além de assimilarem uma nova cultura, que depois difundiam quando regressavam ao país de origem, os emigrados também davam a conhecer a sua cultura no país que os acolhia, levando os seus habitantes a simpatizar com ela e com a causa que defendiam, como se verificou nos casos de Lord Holland, em Inglaterra, e do general Lafayette, em França.

Enriquecendo o exílio liberal do ponto de vista cultural e social, acresce que os emigrados portugueses tiveram a oportunidade de conviver não só com a cultura do país que os abrigou, como também com a de outros países que chegava até eles através do contacto com exilados de outras nacionalidades, nomeadamente espanhóis e italianos. Este facto conferiu uma dimensão internacional ao fenómeno do exílio político deste período, não se circunscrevendo apenas às relações entre indivíduos de um qualquer país de origem e os cidadãos não estrangeiros residentes num determinado país de acolhimento. Os exilados portugueses, tal como os de outras nacionalidades, tornaram-se, assim, sujeitos cosmopolitas ao superarem a divisão geopolítica característica de todos os Estados, quer por intermédio da estadia efetiva em países estrangeiros, quer através de toda uma panóplia de produção cultural elaborada, ou ainda por meio dos contactos sociais estabelecidos, pelo que se pode afirmar que estes homens e mulheres acabavam por ser «cidadãos» não só de um, mas de vários países.

Conclusão

O exílio político liberal português, que se iniciou em 1828 e que terminou, para a maioria dos seus intervenientes, em 1832, revestiu-se de uma série de dimensões – política, cultural, social e intelectual – que o assemelharam à experiência vivida por cidadãos de outras nacionalidades, nomeadamente por espanhóis e por italianos.

Os exilados liberais procuraram retirar o melhor que essa experiência lhes podia providenciar e, neste sentido, aproveitaram o facto de estarem obrigados a viver fora do seu país natal para se engrandecerem intelectual e culturalmente, procurando acompanhar o desenvolvimento que ia tendo lugar nesses países, com o objetivo de poderem aplicar futuramente essas inovações em Portugal.

Assim, muitos emigrados dedicaram parte do seu tempo no estrangeiro a frequentar importantes lugares culturais, transformando, desta forma, o exílio também num local de aprendizagem. Museus, escolas e bibliotecas eram lugares a que os exilados iam com frequência, destacando-se neste contexto Almeida Garrett e António Bernardino Pereira do Lago, que com estas ações contribuíram para transformar o seu exílio numa experiência menos penosa.

Para esta transformação contribuíram também os contactos sociais estabelecidos pelos exilados no estrangeiro, que permitiram inserir os liberais portugueses numa sociedade liberal internacional que vinha sendo construída desde os primeiros exílios políticos europeus do século XIX e na qual se destacavam eminentes personalidades europeias.

Estas atividades de carácter social e cultural desenvolvidas pelos exilados permitem afirmar que estes indivíduos foram agentes intelectuais e culturais bilaterais que contribuíram não só para que a sua cultura fosse conhecida no estrangeiro, como também para que a cultura estrangeira não passasse incógnita nos países de origem.

A observação e o contacto direto com as realidades de países europeus considerados mais evoluídos, que permitiram a conceção de ideias e de reformas a aplicar futuramente nos seus próprios países, foram outros dois importantes aspetos que caracterizaram os exílios liberais de Oitocentos e que tiveram efeitos práticos à medida que o regime liberal se ia implantando na Europa, tal como refere Maurizio Isabella para o exílio italiano (Isabella 2006: 514).

A experiência do exílio liberal de 1828-1832, mais do que qualquer outra, ficaria presente na vida dos que nela participaram até ao fim dos seus dias. Esta situação foi visível quer através das políticas que muitos exilados desenvolveram após 1834 no domínio cultural, e também governativo, quer através de algumas decisões que vários exilados tomaram, após o regresso a Portugal, no domínio pessoal. Neste sentido, há a destacar as decisões tomadas por duas importantes figuras liberais, Rodrigo da Fonseca e Mouzinho da Silveira, ao nível da educação dos filhos. Ambos os políticos optaram por enviar os respetivos descendentes para estudar no estrangeiro, o primeiro para Inglaterra e o segundo para França. Esta decisão reflete não só a ligação com que os exilados ficaram relativamente aos países que os abrigara anos antes, como também é elucidativa do seu gosto e preferência pelo ensino estrangeiro.

Tanto pelos contactos pessoais e institucionais estabelecidos pelos emigrados no exílio, como pela própria atenção que a causa constitucional portuguesa despertou nos países de acolhimento, particularmente nos locais

onde os liberais se encontravam refugiados, o exílio português de 1828-1832 inseriu-se numa dimensão transnacional. Assim, é correto afirmar que os exilados portugueses também se encontraram inseridos na sociedade liberal internacional que os exílios levados a cabo por cidadãos de diversos países lograram criar.

O exílio liberal apresentou-se como um fenómeno bastante amplo que comportou uma forte dimensão internacional, não ficando exclusivamente circunscrito aos países de origem e de acolhimento, mas incluindo indivíduos de diversas nacionalidades, que contactaram entre si e contribuíram para o engrandecimento cultural e intelectual da Europa de Oitocentos.

Bibliografia

- Bron, Grégoire (2013). *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des Lumières à l'internationale libérale de 1830*. Tese de doutoramento. Vol. 2. Paris: ISCTE-IUL/École Pratique des Hautes Études.
- Bonifácio, Maria de Fátima (2005). *D. Maria II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Brancato, Braz A. Aquino (1995). "Exilados espanhóis em busca de um rei constitucional". *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, 11. Faltam as páginas
- Faria, Fábio Alexandre (2015). *Circulações internacionais e Liberalismo. O exílio liberal português, 1828-1832*. Lisboa: ISCTE (dissertação de mestrado policopiada).
- Ferrão, António (1940). *Reinado de D. Miguel: o Cerco do Porto (1832-1833)*. Lisboa: Publicações da Comissão de História Militar.
- Garrett, Almeida (1848). *Memória histórica da excelentíssima Duquesa de Palmela, D. Eugénia Francisca Xavier Telles da Gama*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Isabella, Maurizio (2006). "Exile and nationalism: the case of *Risorgimento*". *European History Quarterly*, 36 (4), 493-520.
- Lago, António Bernardino Pereira do (1834). *Cinco anos de emigração na Inglaterra, na Bélgica e na França*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Maia, Joaquim José da Silva (1841). *História da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses pela Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert.
- McCulloch, Ramsay (1830). *Princípios de Economia Política*. Trad. Rodrigo da Fonseca Magalhães. Londres: s. n.
- Nemésio, Vitorino (1946). *Exilados 1828-1832. História sentimental e política do liberalismo na emigração*. Lisboa: Bertrand.
- Palmela, Duque de (2011). *Memórias do Duque de Palmela*. Transcrição, prefácio e edição de Maria de Fátima Bonifácio. Lisboa: D. Quixote.

- Pinheiro, Magda (1996). *Passos Manuel: o patriota e o seu tempo*. Matosinhos: Afrontamento.
- Ramos, Vítor (1972). *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português.
- Santos, Maria Lourdes Costa Lima dos (1985). *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Santos, Maria Lourdes Costa Lima dos (1979). “Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)”, *Análise Social*, 15 (57), 69-115.
- Simal, Juan Luis (2012). *Emigrados. España y el exilio internacional, 1814-1834*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Soriano, Luz (1883). *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo história diplomática militar e política deste reino desde 1777 até 1834*. Terceira Época. Tomo 3. Parte 1. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Sousa, José Baptista de (1999). *Almeida Garrett and Anglo-Portuguese cultural interaction, 1800-1850*. Buckingham: University of Buckingham.
- Sousa, José Baptista de (2011). *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809*. Lord e Lady Holland e Dr. John Allen. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Tengarrinha, José (2013). *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores.
- Vargues, Isabel Nobre e Torgal, Luís Reis (1993-1994). “Da revolução à contrarrevolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 65-87.
- Ventura, António (2001). *O exílio, os Açores e o cerco do Porto*. D. Luís de Sousa Coutinho, Primeiro Marquês de St^a Iria, nas Guerras Liberais. Lisboa: Colibri.
- Viana, António (1891). *José da Silva Carvalho e o seu tempo*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional.

Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, conde de Valbom: um homem da Regeneração

Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, earl of Valbom: a man of the Regeneração

HUGO SILVEIRA PEREIRA

Bolsheiro de pós-doutoramento SFRH/BPD/95212/2013
Universidade Nova de Lisboa – CIUHCT
Institute of Railway Studies – Univ. York
hugo.jose.pereira@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 22.03.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 25.07.2016

Resumo: A Regeneração foi marcada pela trajetória de vários homens ligados à ciência e tecnologia, que pretendiam aplicar os preceitos tecnológicos e científicos que adquiriram em escolas europeias à modernização e progresso do país. Entre essa elite encontramos o nome de Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, conde de Valbom. Neste artigo faremos o seu esboço biográfico, dentro do âmbito do conceito de *persona* científica. Recorreremos para tal a um conjunto diferenciado de fontes, espalhadas por diversos arquivos e bibliotecas, que permitirão acompanhar o percurso do homem, mas sobretudo do engenheiro tecnocrata. No final esperamos demonstrar a importância do percurso individual de Lobo d'Ávila para a política de fomento encetada ao longo de grande parte do século XIX e, numa dupla perspetiva, analisar de que forma foi decisivo para a formação da *persona* do tecnocrata e de que modo foi o seu percurso por ela influenciado.

Palavras-chave: Regeneração, *persona* científica, biografia, Lobo d'Ávila.

Abstract: The *Regeneração* was characterized by the careers of several men of science and technology, who sought to apply the scientific and technological concepts they had learned in European schools to the modernization of Portugal. Amongst this elite, we find the name of Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, earl of Valbom. In this paper we will draw this engineer's biographical sketch, using the scientific *persona* concept. We will use a diverse array of sources that will allow us to follow his career as a politician and diplomat, but mainly as a technocratic engineer. We aim to show the relevance of Lobo d'Ávila individual history in the development strategy followed in Portugal in the second half of the 19th century. Also, in a double perspective, we aim to analyse the importance of his individual history in the formation of the technocratic *persona* and the relevance of this *persona* in his own trajectory.

Keywords: Regeneração, scientific *persona*, biography, Lobo d'Ávila.

Introdução: objeto e metodologia

A Regeneração foi marcada pelo percurso de homens que desejavam modernizar o país, aplicando as doutrinas saint-simonianas para substituir a política pela tecnologia e pejar a nação de caminhos-de-ferro, máquinas a vapor e linhas telegráficas (Saraiva 2007: 264). Muitos desses homens, como Fontes Pereira de Melo, João Crisóstomo de Abreu e Sousa ou João de Andrade Corvo, cruzavam o talento político com um vasto conhecimento tecnocientífico que caracterizou a política da segunda de metade Oitocentos (Almeida 1995: 1, 153). Entre esta elite inclui-se o nome de Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, cujo esboço biográfico apresentamos agora.

A biografia já não é encarada pela academia como uma metodologia “under-theorized and – heaven forbid – ‘popular’” (*apud* Hayford 2016: 21), criticada pela sua proximidade à ficção e romance (Rollet, Nabonnand 2012: 11), nem os biógrafos como “unfortunate souls chained indefinitely to their subjects, (...) drowning in a sea of details of no interest to anyone but the obsessed researcher” (Terrall 2006: 308). Longe vão os tempos da predominância da *história total dos Annales* e do menosprezo pelas histórias individuais (Le Goff 1995: 12).

Atualmente o género, embora ainda censurado por privilegiar as interpretações de senso comum, é praticado sem constrangimentos científicos como um sintoma da maturidade da análise histórica (Fernandes 2010: 20-23; Le Goff 1989: 49; Sardica 2005: 21-23). Desde a década de 1990 surgiram no panorama académico nacional diversos estudos biográficos sobre atores do Fontismo, como o próprio Fontes, Ávila ou o conde da Foz¹. Neste artigo pretendemos contribuir para o conhecimento histórico sobre a Regeneração e o Fontismo através da biografia de Lobo d'Ávila.

Na preparação duma biografia importa em primeiro lugar não ter receio do acontecimento, já que sem eles a biografia não faz sentido (Le Goff 1995: 11-12). Mesmo fora do género biográfico o *evento* é crucial, pois “a história não pode perder toda a relação com a narrativa sob pena de deixar de ser história”. Como refere ainda Fátima Bonifácio na sua análise à Patuleia, “eu não expliquei coisa nenhuma: limitei-me a tornar inteligível o que aconteceu” (Bonifácio 1999: 97-124).

É, porém, fundamental não perder de vista o objetivo de com a biografia enriquecer o conhecimento sobre a sociedade do biografado, tendo em conta

¹ Ver também o projeto Biografias de Cientistas e Engenheiros Portugueses do CIUHCT: <http://ciuhct.org/pt/pj/biografias> (consultado a 7/03/2016).

“le champ dans lequel elle [a trajetória individual] s’est déroulée” (Bourdieu 1986: 72; Nye 2006: 323-324; Terrall 2006: 308). A biografia deve ser instrumento de conhecimento histórico e complemento para a análise de comportamentos coletivos e não apenas um relato prosopográfico (Le Goff 1995: 12; Levi 1989: 1328-1333).

Tendo isto em mente e considerando igualmente a ligação de Lobo d’Ávila à ciência e tecnologia como influente engenheiro intimamente ligado à política de fomento do Fontismo e aos planos de modernização do país da segunda metade de Oitocentos, recorreremos ao conceito de *persona* de Marcel Mauss recriado como *persona* científica.

A *persona* situa-se imediatamente entre a biografia individual e a instituição social onde aquela se insere. É uma “cultural identity that simultaneously shapes the individual in body and mind and creates a collective with a shared and recognizable physiognomy”, que emerge e submerge de acordo com as circunstâncias históricas. Pode assim incorporar um papel social, uma profissão ou uma vocação (Darston, Sibum 2003: 2-3). Neste artigo usaremos o conceito de *persona* científica, conceito amplo que abrange tanto o inventor, como o académico ou o naturalista.

A carreira de Lobo d’Ávila será assim examinada como parte da *persona* do técnico/tecnocrata que se afirmou no século XIX na sociedade europeia em geral (Kohlrausch, Trischler 2014: 5) e portuguesa em particular (Macedo 2009: 135-153), mas onde o objetivo de substituir a política pela tecnocracia não foi atingido, antes ambos os termos se fundiram no conceito unívoco de tecnopolítica ou o uso da tecnologia para atingir fins políticos (Hecht 2009: 15 e ss.). Dentro deste contexto, tentaremos demonstrar “la signification historique générale d’une vie individuelle” (Rolle, Nabonnand 2012: 13), procurando evitar descrições panegíricas e trans-históricas (Terrall 2006: 308) e que o contexto assoberbe o percurso do homem (Le Goff 1995: 12-13).

A comparação da trajetória individual com o contexto permitirá descrever normas sociais e o seu funcionamento efetivo ou estudar as incoerências estruturais face a essas mesmas regras, medindo assim o grau de liberdade do indivíduo face ao seu ambiente social/*persona* (Levi 1989: 1330-1334).

Quanto às fontes, elas são, no contexto português, um dos principais obstáculos à análise biográfica, pois as elites nacionais raramente deixaram memórias, diários ou fundos documentais pessoais. Lobo d’Ávila não foge a esta regra, embora a documentação existente permita a reconstrução de boa parte da sua carreira pública. A sua vida privada ficará mais na penumbra, o que não é invulgar, pois as biografias por norma privilegiam a dimensão

pública em detrimento da dimensão privada da vida dos biografados (Levi 1989: 1328).

Em todo o caso, a sua formação técnica e militar e a sua carreira política, diplomática e no funcionalismo público foram preservadas nos arquivos do Ministério das Obras Públicas, Histórico-Diplomático e Histórico Militar. Correspondência diversa do conde de Valbom pode também ser encontrada no Arquivo Nacional Torre do Tombo e na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Lobo d'Ávila foi também um parlamentar e um publicista ativo, com centenas de discursos proferidos nas duas câmaras legislativas e diversos artigos de opinião em jornais. A coleção de debates parlamentares, bem como a imprensa da época, são assim extraordinárias fonte para a análise biográfica. Por ora, porém, não faremos um exame extenso deste manancial por questões de espaço (uma análise tão ampla não se coaduna com os limites editoriais de um artigo científico) e pela questão prática de ainda não termos concluído esse estudo. A análise da faceta parlamentar/jornalística de Lobo d'Ávila será feita em casos pontuais, sobretudo através de bibliografia secundária.

Lobo d'Ávila: primeiros anos e formação (1819-1848)

Joaquim Tomás Lobo d'Ávila nasceu em Santarém a 15 de novembro de 1819, filho de Joaquim Anastácio Lobo d'Ávila, capitão de infantaria e grande proprietário no Ribatejo, e de Mariana Vitória de Mendonça Pessanha Mascarenhas (Mónica 2005-2006, 1: 244), numa família “onde primava a mais selecta educação” (Pato 1986, 1: 88).

Foi matriculado no Colégio Militar, sendo aluno brilhante. Na hierarquia militar assentou praça como aluno (27 de agosto de 1839), aspirante (2 de outubro de 1839) e alferes de Infantaria (26 de novembro de 1840). cedo mostrou vocação para a ilustração intelectual, tendo obtido várias licenças para estudos entre 1839 e 1844². Em 1840 ingressou na Escola Politécnica de Lisboa, onde conheceu homens que viriam a fazer parte da elite tecnocrata da Regeneração, como Albino Figueiredo, Latino Coelho, José e Francisco Horta, entre outros (Macedo 2009: 111). Pela mesma altura iniciou-se na Maçonaria, na loja Filantropia, com o nome de Viriato (Mónica 2005-2006: 1, 244).

Em 1839 foi um dos fundadores da Sociedade Escolástico-Filomática, onde colaborou com homens como Fradesso da Silveira, Rebelo da Silva, Almeida Garrett, entre outros, e cujos debates eram divulgados n' *O Cosmo-*

² Arquivo Histórico Militar (AHM). Processos individuais (PI). Cx. 1751.

rama Litterario (Mónica, 2005-2006: 1, 244-247). O principal objetivo da associação e do semanário era o estudo e a ilustração recíproca em Literatura e Ciências Naturais, num esforço de popularização do conhecimento, tido como o melhor método de instruir. No seu primeiro número via-se já a defesa do modelo mais tarde seguido pela Regeneração: uma “revolução civilisadora” pelo progresso intelectual em detrimento da destruição revolucionária e em conjugação com o Cristianismo, cuja fusão com a liberdade deveria ser o que definia o século XIX³. O jornal alinhava-se com o espírito político da época que rejeitara o radicalismo setembrista de 1836 e adotara posições mais moderadas (Marques 2002: 597-601).

Depois de três meses de atividade, *O Cosmorama* concluía positivamente que “o espírito das letras se vai encarnando em nossa terra”, graças à liberdade e ao dinamismo da juventude nacional, a quem aliás deveriam ser entregues as rédeas do país⁴. Contudo, cinco meses depois o jornal foi abruptamente encerrado, deixando partes de artigos por publicar, como aliás acontecia frequentemente com os periódicos oitocentistas em virtude da precariedade dos seus recursos humanos e financeiros.

Lobo d’Ávila manteve-se nos quadros do jornal até ao seu fecho, pelo que podemos inferir que alinhava com a política editorial do mesmo. Porém, a maioria dos artigos não era assinada, o que impossibilita uma análise exaustiva do seu pensamento. Sabe-se apenas que escreveu “Os historiadores antigos”⁵ e, segundo Ferreira Lobo (1877), duas memórias sobre a influência das Cruzadas na civilização e sobre a pena de morte, tendo esta última sido elogiada por Silvestre Pinheiro Ferreira.

Em 1844 revelou uma feição mais radical do que a veiculada n’*O Cosmorama* ao aderir à revolta anticabralista de Torres Novas, protagonizada por elementos ligados ao setembrismo radical (Doria 1996: 101) e onde também participaram os futuros tecnocratas da Regeneração Vitorino Damásio, João Crisóstomo, Sousa Brandão e o próprio Fontes (Macedo 2009: 111). O golpe falharia e Lobo d’Ávila foi forçado a fugir para França⁶.

Em Paris frequentou a École de Ponts et Chaussées, como *élève libre*, onde prouou com homens como Nunes de Aguiar, Albino de Figueiredo, Sousa Brandão ou Gromicho Couceiro, que viriam a desempenhar um relevante papel no programa de fomento da segunda metade do século XIX

³ *O Cosmorama*, 1, 4.1.1840, 3.

⁴ Id. 13, 28.3.1840, 104.

⁵ Id., 21, 23.5.1840, 161-2.

⁶ Revista de Obras Publicas e Minas (ROPM), 33, 1902, 14-9.

(Matos 2009: 180-185). Terminou o curso com uma conduta incensurável e excelentes notas, tendo ainda participado nos trabalhos práticos de engenharia de França. Além dos ensinamentos em Engenharia, estudou Geologia, Economia Política e Direito Administrativo, disciplinas a que recorreria frequentemente ao longo da sua carreira (Macedo 2009: 74)⁷.

Inicialmente a sua estadia em França foi possível graças à abonada situação financeira da sua família. A partir de 1846 o governo passou a apoiá-lo diretamente – para “assim se tornar algum dia mais útil ao serviço da sua Nação” – com um subsídio no valor do soldo da sua patente acrescido de 12 mil réis/mês⁸. O abono foi cortado em junho de 1848 e Lobo d’Ávila regressou a Portugal⁹. Segundo Bulhão Pato (1986: 1, 87) era na altura

um rapaz na flor da vida (...). Viera de Paris havia pouco, depois de ter completado brilhantemente o seu curso de engenheiro. Assistira à revolução de 48; vibrava ainda com os acontecimentos que entusiasmaram os rapazes daquele tempo. A mocidade de então ainda tinha entusiasmos e não se envergonhava deles!

Regresso a Portugal e atividade jornalística (1848-1850)

Os seus *entusiasmos* (com a revolução de 1848, a cujos princípios sufragistas aderiu) e a “notoriedade de suas opiniões políticas” valeram-lhe a oposição do governo cartista de então. A sua participação na revolta de Torres Novas não fora esquecida e o cumprimento que prestara em 1848 ao governo provisório da República Francesa apenas piorara a sua imagem em Portugal¹⁰. Lobo d’Ávila foi quase compelido a pedir a demissão de alferes¹¹. Contudo, segundo testemunho do próprio, ingressou na carreira de Obras Públicas a pedido do ministro da Fazenda, António José de Ávila, que lhe garantiu que “isso nada tinha com política”¹². Apesar da semelhança dos apelidos, nenhuma ligação de parentesco existia entre os dois homens (Sardica 2005). Lobo d’Ávila tornou-se assim engenheiro em Santarém (desde 15 de novembro de 1849), mas alegadamente foi-lhe feito ver que se deveria abster

⁷ École des Ponts ParisTech. Service documentaire. Section archives. Auditeurs libres et visiteurs de l’École des ponts et chaussées de 1747 à 1851; Correspondance au directeur: 1847-1851. Agradeço à Doutora Marta Macedo o acesso às cópias que fez desta documentação em Paris.

⁸ AHM. PI. Cx. 1751, ofício de 25.7.1846 do visconde de Sá da Bandeira.

⁹ Ibid., ofício de 3.7.1848 do barão de Francos.

¹⁰ A Política Liberal (PL), 6, 9.5.1860.

¹¹ AHM. PI. Cx. 1751, decreto de 14.6.1848; portaria de 20.9.1851.

¹² PL, 6, 9.5.1860.

de manifestações políticas para manter o cargo. De imediato pediu a demissão e exilou-se em Torres Novas sem emprego¹³.

Malgrado os seus preciosos conhecimentos técnicos animados da convicção que obtivera em Paris de que o progresso seria atingido pelo fomento material e não atrás das barricadas da revolução, o país continuava a colocar a ideologia à frente do progresso material. Lobo d'Ávila era um engenheiro, formado numa das mais prestigiadas escolas europeias, mas ao mesmo tempo era um progressista, aderente aos valores da Revolução de 1848, com ligações passadas ao setembrismo. Outros engenheiros portugueses formados em Paris por esta época experimentaram o mesmo. O regresso de Gromicho Couceiro, por exemplo, a Lisboa em 1848 foi encarado com desconfiança pelo governador civil que argumentava que “os anarchistas tramão eficazmente contra a ordem estabelecida” e que recomendava o seu confinamento a uma praça de guerra onde pudesse ser mais facilmente vigiado¹⁴.

Assim, o *know-how* de Lobo d'Ávila circunscreveu-se ao jornalismo. Em Janeiro de 1850 fundou *O Atheneu: Jornal Litterario, d'Administração e Economia Social*, juntamente com homens que formariam parte da “elite técnico-científica do país” (Macedo 2009: 137) e assumiriam os destinos nacionais na segunda metade de Oitocentos: António de Serpa, Andrade Corvo, Latino Coelho ou Albino de Figueiredo, a quem se juntaram mais tarde João Crisóstomo, Oliveira Marreca ou Daniel da Silva, estando a equipa aberta a “todo aquelle que nos quizer ajudar nesta cruzada a favor da civilisação (sic) da nossa terra” (Macedo 2009: 112)¹⁵.

Era um projeto desafiante e de certo modo subversivo, na medida em que no mesmo mês o governo cabralista apresentava ao parlamento a proposta de lei sobre a liberdade de imprensa que, aprovada em março seguinte, ficaria infamemente conhecida como *lei das rolhas* pelos obstáculos que levantava à expressão jornalística (Santos 1979:76).

O objetivo do novo jornal era

chamar a atenção geral para os objectos de mais positivo e vital interesse para o paiz. A agricultura, commercio e industria – as obras publicas – a instrução publica (...) – as finanças – a administração – a saude publica – todos os assumptos em summa, de que mais depende a prosperidade e engrandecimento das nações¹⁶.

¹³ Ibid.

¹⁴ AHM, PI. Cx. 2145, ofício do governador civil de Lisboa a Saldanha.

¹⁵ *O Atheneu* (Ath.), nº 1, 6.1.1850: 3.

¹⁶ Ibid.

O grupo assumia-se assim como “um proto-Conselho de Obras Públicas” (Macedo 2009: 137). O seu primeiro número praticamente enumerava os princípios que norteariam a Regeneração nas décadas seguintes e que se baseavam nos ideais saint-simonianos que Lobo d’Ávila e alguns dos seus camaradas haviam adquirido em França: Portugal era um país atrasado e se nada fizesse seria suplantado por outras nações, podendo ser riscado da lista de estados independentes. O remédio era “aplicar as indicações da sciencia ao desenvolvimento pratico do seu trabalho”, pois não era “das revoluções politicas, que então lhe ha de vir o remedio; mas do desenvolvimento de seus interesses materiaes” numa simbiose entre iniciativa privada e apoio público¹⁷.

Apesar da *lei das rolhas*, o balanço dos três primeiros meses de edição era positivo, embora se sentisse que

as verdades mais triviaes da sciencia economica, social e administrativa ou são ignoradas ou inscriptas despeitosamente no indice dos principios hereticos e subversivos pelos levitas da arca santa dos preconceitos rotineiros¹⁸.

O governo de Costa Cabral era também criticado pelo seu nepotismo, incipiência ao nível da instrução e incapacidade para libertar Portugal da crise económica por que passava, apesar de ter assinado o primeiro contrato para a construção ferroviária em Portugal com a Companhia das Obras Públicas de Portugal, que, porém, nunca se realizou (Alegria 1990: 51-60)¹⁹.

Lobo d’Ávila foi um colaborador assíduo do semanário, com 17 artigos em 15 meses de edição. No seu primeiro texto, sobre as condições para o desenvolvimento nacional, defendia que o país necessitava de estabilidade política, boas vias de comunicação, crédito fácil, um regime pautal não excessivamente protecionista, liberalização do regime de propriedade, introdução de boas práticas científicas e mais empenho por parte dos portugueses para aproveitar os recursos e boas condições naturais do reino, das quais se destacava a privilegiada posição geográfica de Portugal²⁰ – trunfo que viria a nortear quase toda a política ferroviária nacional da segunda metade do século (Pereira 2012: 334-348).

Era contra a ideia de que Portugal se deveria dedicar em exclusivo à agricultura, pois uma especialização excessiva no sector primário, onde Portugal

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Id., 14, 7.4.1850, 105-10.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Id. 3, 20.1.1850, 17-8.

não detinha monopólio natural, colocaria o país dependente das flutuações do mercado, condenava os portugueses a viver apenas com o estritamente necessário e o país a uma acumulação de dívida para pagamento de défices.

Dáí a necessidade de apostar na indústria, apesar de em Portugal faltarem o ferro e o carvão. O ideal seria uma combinação entre agricultura e indústria. Esta aproveitaria as horas de ócio dos lavradores, abria mercados para as matérias-primas agrícolas, produzia instrumentos que melhoravam a lavoura da terra e criava novos capitais para investimentos fundiários. Exemplificava com regiões nacionais onde a agricultura era mais dinâmica onde a indústria também o era (Covilhã, Marinha Grande ou Portalegre). Por fim, alertava contra as desvantagens da superprodução industrial, que associava ao pauperismo do operariado e à desigualdade de rendimentos.

Ao comércio competia estimular as atividades anteriores. Para desenvolver o comércio interno (o mais relevante, por permitir a substituição de importações, não implicar partilha de lucros com o estrangeiro e constituir 90% do comércio total) era necessário anular os impostos sobre a circulação, melhorar as condições de transporte, aumentar a segurança pública e conhecer as necessidades particulares de cada localidade. Quanto ao desenvolvimento do comércio externo, passaria por uma proteção pautal racional.

A posição d'O *Atheneu* em relação a esta matéria era que Portugal devia seguir a tendência do século para a liberdade de comércio²¹. Lobo d'Ávila tinha uma opinião dividida²². Não era a favor do abolicionismo pautal nem contra uma proteção em absoluto. Reconhecia que a indústria nacional necessitava de algum resguardo, mas tal que “veja sempre a sua rival a brevíssima distancia”²³. A liberdade total de comércio era possível desde que antes se iguallassem as condições de trabalho entre nações. O argumento de que o protecionismo garantia trabalho, não colhia junto de Lobo d'Ávila, para quem os operários poderiam migrar para a agricultura, aumentando assim a produção de bens de exportação e de matérias-primas para a indústria. Era ainda favorável a uma união aduaneira entre Portugal e Espanha (à semelhança do Zollverein), com abolição completa das alfândegas secas e criação duma tarifa única para as aduanas marítimas. Lisboa lucraria em virtude da sua posição geográfica e

²¹ Id. 12, 24.3.1850, 94-6.

²² Id., 27, 7.7.1850, 209-11; 31, 4.8.1850, 244-5; 37, 15.9.1850, 291-4; 41, 13.10.1850, 321-3; 42, 20.10.1850, 329-31; 43, 27.10.1850, 339-42.

²³ Id., 20, 19.5.1850, 157-9.

volveria aos seus antigos tempos; ella seria o emporio d'um vasto commercio, sobre tudo se se realisasse (...) a construcção da grande linha de ferro entre as duas capitae da peninsula²⁴.

Neste debate em particular Lobo d'Ávila incompatibilizou-se com António de Serpa, que o criticou pela analogia da economia política com fórmulas matemáticas. Duas semanas depois abandonava o jornal. Lobo d'Ávila ficou com a última palavra, firmando a sua crença na aplicação de princípios abstratos da ciência a realidades concretas²⁵.

Já antes o engenheiro tinha manifestado esta fé, rebatendo os que entendiam que as teorias económicas eram meras especulações. Preiteando o altar da ciência da Economia Política (Macedo 2009: 122), arguia que o avanço dos povos era “governado por leis eternas e invariáveis” e defendia a aplicação do método científico aos estudos económicos para se organizar verdades dispersas em corpo de ciência e preparar “aquellas indispensaveis condições de que dependem a nossa conservação e felicidade”²⁶.

O caminho-de-ferro mereceu-lhe uma maior atenção após a apresentação por uma companhia inglesa (provavelmente a de Benjamin de Oliveira) duma proposta para construir uma linha de Lisboa a Badajoz em troca duma garantia de juro de 4% (Vieira 1985: 123-134). Lobo d'Ávila considerou o projeto “esperançoso”, pois “não ha paiz civilizado, que não possua (...) a sua amostra de caminho de ferro”. Embora defendesse a realização dum plano prévio dum sistema geral de transportes, não negava os proveitos que uma medida isolada podia trazer ao país. Indispensável era exigir garantias aos concessionários e plasmar as condições de construção e exploração de forma inequívoca no contrato. No caso em análise, Lobo d'Ávila considerava o prazo proposto (quatro anos e meio) e a garantia razoáveis, mas o orçamento (3000 contos) curto. Um valor de 3600 contos (20 contos/km) era mais seguro. Mesmo assim era uma avaliação muito otimista, pois o custo da linha quando foi efetivamente construída ultrapassou os 50 contos/km (Alegria 1990: 249). A origem dos capitais era irrelevante, pois “o capital é cosmopolita; (...) gravita livremente para onde pode exercer com maior proveito a sua acção” (Macedo 2009: 146-147)²⁷.

As ideias de Lobo d'Ávila bebiam diretamente do credo saint-simoniano (baseado no avanço científico e na ciência da Economia Política) que propu-

²⁴ Id., 49, 8.12.1850, 385-7.

²⁵ Id., 44, 3.11.1850, 346; 46, 17.11.1850, 363-6.

²⁶ Id., 15, 14.4.1850, 117-9.

²⁷ Id., 47, 24.11.1850, 369-71.

nha uma sociedade europeia liberal, industrializada e confederada através de reformas monetárias e da construção de infraestruturas (Denis 1993: 383; Vleuten 2006: 289-290). Neste último aspeto nota-se também a influência das ideias de Michel Chevalier, discípulo de Saint-Simon, que transformou as obras públicas num fim em si mesmo e num instrumento de liberdade positiva, de redução de distância entre classes, de igualdade democrática, de segurança e civilização de todo um povo (Macedo 2009: 118, 123). Também a sua preocupação com a situação do operariado decorre diretamente de Saint-Simon que via na organização do trabalho a forma mais eficaz de melhorar a existência moral e física das classes operárias (Denis 1993: 383). Porém, esta apreensão é em Lobo d'Ávila bastante limitada, sobretudo se comparada com aquela manifestada por um camarada seu, Francisco Maria de Sousa Brandão, contemporâneo da sua estadia em Paris, e um grande propugnador das ideias socialistas e associativistas em Portugal durante a segunda metade do século XIX (Gomes 1994).

Uma última palavra para o seu mais prolixo trabalho, que revela o conhecimento eclético de Lobo d'Ávila (Macedo 2009: 145-146). Tratava-se dum artigo sobre o ensino para os trabalhos da administração pública, inspirado nos ensinamentos que bebera no curso de Direito Administrativo em Paris. Criticava a inexistência em Portugal duma “faculdade de ciencias economicas e administrativas”, que ministrasse um curso que seria condição obrigatória para os que quisessem seguir uma carreira pública e pusesse fim a uma situação em que “o patronato, a intriga, o capricho dos ministros (...) substitua (...) todas as indicações da sciencia” na escolha de funcionários públicos. Demonstrando um profundo conhecimento dos sistemas alemão e francês, censurava uma formação demasiado jurídica e sem o conhecimento dos princípios científicos que deveriam presidir ao desenvolvimento da indústria, agricultura e comércio²⁸.

Na realidade, a falta de um sistema de ensino técnico era uma necessidade que se fazia sentir em Portugal (Alves et al. 2009: 17-20) e cuja satisfação era imprescindível para o processo de industrialização e modernização nacional ou não fosse o ensino profissional um dos três pilares essenciais ao sucesso do industrialismo (Macedo 2009: 122). A proposta de Lobo d'Ávila insere-se assim num esforço generalizado de tentar modernizar o ensino nacional, de acordo com os modelos europeus, nomeadamente francês, e que daria os primeiros passos a partir de 1852, se bem que em moldes diferentes dos propostos por Lobo d'Ávila (Alves 1998: 74-84).

²⁸ Id. 8, 24.2.1850, 60-2; 10, 10.3.1850, 73-5; 19, 12.5.1850, 148-50; 22, 2.6.1850, 169-72.

Além do curso, o concurso público para admissão devia também ser obrigatório, com um exame teórico, prático e um tirocínio. Tratavam-se de ideias de um jovem de 30 anos, que, contudo, seriam esquecidas anos mais tarde quando Lobo d'Ávila, já pai, lembrava ao examinador do seu filho que

por mais habilitados que estejam, os estudantes carecem sempre da benevolência dos seus examinadores; por isso, eu recommendo meu filho á de V. Ex.^a, certo de que ele é digno de que V. Ex.^a lha conceda²⁹.

Ou então quando apelava à amizade de António Cândido (ministro do Reino) para transferir o seu primo Francisco Mendonça Pessanha da administração do concelho de Oeiras para Lisboa³⁰.

Voltando às suas ideias sobre a formação e contratação de funcionários públicos, Lobo d'Ávila propunha a criação duma faculdade de administração em Lisboa, cujo acesso teria um *numerus clausus* equivalente às necessidades do serviço público.

Tal como *O Cosmorama*, *O Atheneu* deixou de ser publicado repentinamente. Importantes artigos como os de João Crisóstomo e Albino de Figueiredo sobre as comunicações internas do reino ficaram por concluir.

Ao serviço da Regeneração (1851-1901)

Em abono da verdade, a *expertise* de Lobo d'Ávila começou a ser aproveitada ainda antes do golpe de Saldanha: em fevereiro de 1851 tomava a regência da cadeira auxiliar de caminhos-de-ferro da Escola do Exército³¹. Era o reconhecimento da sua competência, uma vez que a política de contratação de docentes por aquela instituição obedecia principalmente ao critério do mérito, no sentido de se tornar uma escola de prestígio (Macedo 2009: 63).

Já depois do golpe, e por portaria de 20 de setembro de 1851, Lobo d'Ávila era restituído ao posto de alferes em virtude da sua “reconhecida aptidão e proficiência, com que sempre se distinguio nos diversos Cursos d'Estudos que frequentou dentro e fora do Paiz”³².

²⁹ Biblioteca Pública Municipal do Porto. Manuscritos. Carta de 13.7.1877 a Simões de Castro. M-COR-V[150].

³⁰ Id. Carta de 16.4.1891 a António Cândido. MA-António Cândido-42.

³¹ ROPM, 33, 1902, 14-9.

³² AHM. PI. Cx. 1751.

O modelo preconizado por Fontes Pereira de Melo precisava dos engenheiros para a melhoria das comunicações, para a industrialização do reino, para o progresso e modernização do país – “sinónimo de recolocar Portugal no contexto das nações verdadeiramente civilizadas” (Diogo 2003: 13). Por seu lado, os engenheiros viam no modelo fornecido por Fontes uma oportunidade para aplicar as suas perícias e ideais, colocar a objetividade científica à frente do confronto ideológico (Matos, Diogo 2007: 158-161) e também assegurar proveitos corporativos, uma vez que uma política de fomento lhes garantiria empregos e carreiras. Era um paradigma que se inseria na nova cultura tecnocrática europeia (que perdura até aos nossos dias), onde a tecnologia se tornara um ponto de referência para a superioridade civilizacional dentro e fora do continente e onde os peritos técnico-científicos se afirmaram como um recurso imprescindível para os governos, empresas e sociedades, obtendo eles próprios influência sociopolítica (Kohlrausch, Trischler 2014: X, 5, 12).

Lobo d’Ávila revia-se neste modelo, pelo que se juntou aos regeneradores e à sua promessa de constituir um Estado-engenheiro – para usar o conceito de Desrosières, corolário das ideias de Saint-Simon e Chevalier (Macedo, 2009: 118).

Assim foi chamado a avaliar uma proposta do britânico Hardy Hislop para a construção dum caminho-de-ferro entre Lisboa e a fronteira, como parte duma equipa formada pelo barão da Luz, Almeida Garrett, Joaquim Larcher e Pereira da Silva. Lobo d’Ávila era o mais bem preparado para apreciar a proposta.

O relatório final de 20 de outubro de 1851, por ele redigido, rejeitava a proposta do inglês e recomendava a abertura de concurso (princípio que lhe era tão caro), tendo refletido sobre outros aspetos ligados à ferrovia: vantagens económicas e políticas, forma de construção (Estado ou iniciativa privada), tipo de subsídio público concedido (no caso de se optar pela construção por privados), melhor diretriz para a linha internacional, problemática das ligações fronteiriças (necessidade de um acordo prévio com Espanha), características técnicas da via e custo previsto³³.

O concurso foi aberto e a adjudicação provisória feita ao mesmo Hislop (Alegria 1990: 245). Quando o contrato definitivo foi levado ao parlamento, Lobo d’Ávila defendeu-o, não só na câmara baixa (Pereira 2008:76-86), mas também num opúsculo publicado em 1853. Refutava as críticas apontadas

³³ Biblioteca da Assembleia da República. Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884, 226/1910, 3233-3234 [Parecer da comissão encarregada de apreciar o contrato Hislop].

ao concessionário, validava a ação do governo na subscrição dum terço do capital da empresa, justificava o alto valor do orçamento (por se tratar duma linha internacional de via dupla preparada para grandes velocidades), explicava os factores que influíam no custo da ferrovia e legitimava o subsídio concedido ao concessionário (para garantir o lucro da empresa, sob pena de não aparecerem interessados sérios no negócio).

Em 14 de outubro de 1852, já como tenente³⁴, foi nomeado secretário do Conselho Superior de Obras Públicas, o órgão consultivo do recém-criado Ministério das Obras Públicas, onde se reunia a elite da classe engenharia nacional. Lobo d'Ávila era o mais jovem dos novos conselheiros (32 anos), seguido de João Crisóstomo com 41. José Feliciano da Silva Costa, o membro mais velho, tinha 55 (Macedo 2009: 110-111). Lobo d'Ávila apresentava-se como o futuro da engenharia portuguesa.

Durante quatro anos acumulou o cargo com o de regente da cadeira de caminhos-de-ferro da Escola do Exército e o de deputado, o que dá bem ideia da falta de técnicos com as suas competências: a maioria dos engenheiros nacionais tinha formação em engenharia militar e não civil (Matos, Diogo 2009: 79-80). A 29 de novembro de 1856 foi ainda nomeado fiscal do governo na construção da linha do leste, sendo então obrigado a deixar o ensino (decreto de 9 de dezembro de 1856)³⁵.

A incompatibilidade de funções (deputado da maioria, membro do Ministério, funcionário público) nunca pareceu preocupar Lobo d'Ávila, que decerto preferia focar-se na possibilidade de assim poder aplicar mais facilmente as suas ideias de fomento. Em 17 de janeiro de 1854, enquanto membro do Conselho Superior, redigiu o relatório sobre a rede férrea a construir no país e, enquanto deputado e relator da comissão parlamentar de obras públicas, preparou a proposta de lei para um sistema geral de comunicações do reino, que, contudo, nunca foi posto à discussão parlamentar (Macedo 2009: 159-160).

Entretanto, casou em 1857 com Francisca de Paula de Orta, filha do visconde da Orta, António José de Orta, um abastado empresário espanhol, o que lhe permitiu consolidar a sua fortuna pessoal e assim manter a sua independência intelectual. O casal teve dois filhos: Leonor e Carlos. Este último foi preparado desde cedo para seguir a carreira parlamentar e política da família, o que viria efetivamente a concretizar-se. Os Lobos d'Ávila eram assíduos no parlamento. Além de Joaquim Tomás, dois dos seus irmãos (Francisco

³⁴ AHM. PI. Cx. 1751, decreto de 17.3.1852.

³⁵ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. PI. Joaquim Tomás Lobo d'Ávila.

de Paula e José Maria) e um seu sobrinho (Rodrigo) foram também eleitos deputados. Carlos foi apenas mais um membro da família a seguir a mesma carreira (Mónica 2005-2006: 1, 241-250).

Também Joaquim Tomás teve uma longa carreira parlamentar. Foi eleito deputado consecutivamente entre 1853 e 1874, só falhando a legislatura de 1857-1858. Fez parte das comissões de Fazenda e Obras Públicas, desempenhando por várias vezes o importante papel de relator – eram as suas redações que eram levadas à discussão parlamentar (Pereira 2012: anexos 5 e 7). Intervinha no hemiciclo quase todas as semanas, fazendo valer muitas vezes a sua formação técnica para levar de vencida os opositores que não a tinham. Por exemplo, quando da discussão sobre a concessão da linha do Barreiro às Vendas Novas em 1854, Lobo d'Ávila pretendeu refutar os argumentos de António José de Ávila referindo que “eu sei que o illustre deputado não tem obrigação de saber isto [detalhes técnicos do contrato], porque creio que tem viajado mais como amador do que como homem de arte” (*apud* Pereira 2008: 89). Ao longo das décadas em que se sentou no parlamento, Lobo d'Ávila debateu quase todas as polémicas da época, se bem que se tenha sobretudo focado em questões ligadas à modernização do país como a construção de caminhos-de-ferro, o investimento na formação de engenheiros ou a necessidade de reformas administrativas, sem embargo de também ter entrado no jogo político-partidário da crítica pela crítica (Mónica 2005: 1, 244-247; Pereira 2012: cap. 3).

Começou por militar no Partido Regenerador, tendo-se envolvido em acesas discussões quando defendia os projetos de lei governamentais (Pereira 2008: 96), mas em 1859 afastou-se daquele grupo, do qual se tornou crítico, e aproximou-se do Partido Histórico. A sua escolha foi causticamente criticada. O regenerador Rodrigues Sampaio explicava que

certo ministro não se deixou levar por umas lagrimas que correram dois dias a fio para obter uma mercê que o ministro não pôde conceder (...). A cabecinha até alli baixa e humilde levantou-se depois altanada, e a voz macia e supplicante tornou-se aspera e independente”³⁶.

Para Filomena Mónica a decisão teria sido motivada por razões de ambição pessoal, pois nos regeneradores estaria sempre na sombra de Fontes. De facto, naquele ano de 1859, Lobo d'Ávila liderara a oposição parlamentar contra o governo histórico exigindo a rescisão do contrato com Morton Peto (para construir a linha do norte, que, porém, ainda não saíra do papel).

³⁶ A Revolução de Setembro, 5403, 5.5.1860, 1.

Perante as críticas o marquês de Loulé demitir-se-ia. Contudo, Lobo d'Ávila não seria convidado para o executivo seguinte. As pastas que lhe poderiam estar destinadas, Fazenda ou Obras Públicas, foram atribuídas a Casal Ribeiro e António de Serpa (Pereira 2008: 118-120). No entanto, Lobo d'Ávila sempre defendeu posições muito progressistas que não se coadunavam com o conservadorismo regenerador. Aliás, quando se transferiu para os históricos, liderou a facção mais radical do partido, a *unha negra* (em oposição à *unha branca*, mais conservadora), que sempre se revelou “uma das maiores dores de cabeça com que Loulé se defrontou durante a década de 1860” (Sardica 2001: 295). Por outro lado, à entrada deste decénio, o credo tecnocrático e tecnopolítico era já plenamente professado tanto por regeneradores como por históricos, não havendo assim o perigo de a agenda de progresso tão cara a Lobo d'Ávila ser posta em causa.

Em 1860 fundou o jornal *A Política Liberal*, de oposição ao Partido Regenerador, mas que não se coibia de criticar os históricos, como por exemplo no caso das esclarecimentos do contrato com José de Salamanca para a construção das linhas de norte e leste (Pereira 2012: 96-99)³⁷. Continuou a sua atividade jornalística no *Commercio de Lisboa* (1863-1865) e na *Gazeta do Povo* (1869-1872), tendo ainda colaborado com *A Revolução de Setembro*, o *Civilização* e a *Revista Universal* (Mónica 2005-2006: 1, 244-247; Zúquete 1989: 461-462).

Apesar da alta taxa de analfabetismo em Portugal no século XIX, a imprensa assumiu uma enorme importância na sociedade e política nacionais da época, como meio de defesa dos respetivos programas e ideologias políticas. Lobo d'Ávila aproveitou o mesmo palco para defender a agenda da classe dos engenheiros.

Desta feita as suas convicções políticas não falaram mais alto que os seus conhecimentos técnicos. O espírito da época era já outro, de modo que Lobo d'Ávila continuou a ser chamado para órgãos públicos. Em 24 de abril de 1861 foi promovido a inspetor de Obras Públicas, mantendo-se também ligado ao Conselho Superior (com suas diferentes denominações) quase ininterruptamente até 1880 e de 1892 a 1899 (vice-presidente em 1895 e 1899), firmando centenas de pareceres sobre tudo o que se relacionasse com obras públicas e minas, desempenhando muitas vezes a importante função de relator dos mesmos.

Neste relevante órgão do Ministério, Lobo d'Ávila esteve no centro do debate sobre a modernização do reino, uma vez que o Conselho Superior era ouvido sobre tudo o que respeitasse a obras públicas e minas, incluindo

³⁷ PL, 71, 29.7.1860.

detalhes técnicos e administrativos, muito embora os seus pareceres não fossem vinculativos (Pereira 2014: 298). Lobo d'Ávila esteve assim na discussão técnico-administrativa da melhoria das condições sanitárias das cidades, da formação de engenheiros, da introdução de novas formas de locomoção, da construção de portos, estradas e caminhos-de-ferro (incluindo a importante questão da definição de um sistema geral de transportes) tendo sempre presente o grande objetivo que norteou o Fontismo (e que partilhou) de ligar o litoral à fronteira e assim aproveitar a favorável posição geográfica do país no extremo ocidental da Europa.

Simultaneamente, prosseguiu a sua carreira política, sendo com os históricos do marquês de Loulé que sobraçou pela primeira vez a pasta de ministro: de 21 de fevereiro de 1862 a 5 de março de 1865 foi o titular da Fazenda, acumulando entre 12 de setembro de 1862 e 6 de outubro de 1862 a pasta das Obras Públicas (entretanto em 1864 foi promovido a capitão na hierarquia militar) (Mónica 2005-2006: 1, 244-247).

Como ministro, procurou consolidar o crédito nacional nas praças estrangeiras, instituiu o Crédito Predial, reformou os serviços aduaneiros, o processo de fabrico de moeda e o pessoal da Casa da Moeda, geriu o financiamento da construção das linhas de norte e leste e aboliu o monopólio do tabaco (algo que a oposição viu como um esquema para entregar a concessão ao grupo de José Ribeiro da Cunha, que desde 1858 explorava o monopólio), o regime vincular e os morgados (Cruz 2006: 199-200; Mónica 1992: 466-469).

Entretanto, subia na hierarquia da Maçonaria, chegando ao posto de Grão-Mestre da Confederação Maçónica em 1863. Em 1864, não conseguindo a reeleição, constituiu a Confederação Maçónica Progressista de Portugal (Mónica 2005-2006: 244-247).

Após a queda do governo em 1865, Lobo d'Ávila regressou ao seu estatuto de deputado, mas foi fora do hemiciclo que a sua atividade atingiu maior relevo contra o governo das *economias* do Partido Reformista. Os reformistas, descontentes com o rumo que o Fontismo dera ao país, procuraram implementar uma política de contração da despesa, que pôs em causa a prossecução da política de fomento e atingiu a própria classe dos engenheiros, que se havia colocado no centro da modernização do país e beneficiado profissionalmente do programa de investimento (Rodrigues 1999: 67-82).

Em 1868 João Crisóstomo e Lobo d'Ávila expunham ao marquês Sá da Bandeira a “proficuidade e indispensabilidade” da engenharia civil. Sem engenheiros que executassem as obras públicas, corria-se o risco de perder

a nossa razão de ser como nação independente [e] em vez da ordem teremos o caos (...); o obscurantismo substituirá o progresso; a barbaria a civilização. Aproximar-nos-hemos a passos de gigante do abismo (...) onde nos precipitará o impulso de tão erradas ideias (Sousa, Lobo d'Ávila 1868: 5).

Os dois engenheiros, falando pela classe, “perceived themselves (...) as unbiased forces for progress outside the political sphere” (Kohlrausch, Trischler 2014: 51-52), uma crença generalizada entre os seus congéneres europeus e comum aos técnicos nacionais (Macedo 2009: 138). A objetificação do progresso realizada pelo Fontismo modificara o estatuto dos engenheiros, que assumiram uma dimensão ímpar na sociedade nacional. Por seu lado, os próprios engenheiros estavam conscientes da sua renovada posição e não estavam dispostos a abdicar dela (Diogo 2003:14).

De igual modo estavam também preocupados com “a ofensa de direitos adquiridos, pela sciencia e pelo trabalho” (Sousa, Lobo d'Ávila 1868: 3). A política de fomento podia representar o progresso, mas representava também emprego e carreira. A tecnologia era uma forma de chegar ao progresso, mas também de fazer política. Contestavam ainda a tentativa do governo de culpar os engenheiros pelos excessos financeiros da política de obras públicas. Os membros da classe

o que não podiam era ficar impassíveis, com quebra da sua dignidade e pundonor (...) e deixar campear opiniões erroneas, em nome de (...) meras presumpções (...) quando pela honestidade do seu procedimento (...) teem a consciência de ter merecido a consideração dos poderes públicos (Sousa, Lobo d'Ávila 1868: 6).

No opúsculo os engenheiros afirmavam-se não como assalariados do regime, mas como verdadeiros defensores do interesse público, que passava pela continuação da política de fomento e por acompanhar “a Europa na sua evolução de civilização” (Sousa, Lobo d'Ávila 1868: 7).

A oposição à política reformista manifestou-se também na formação em 1869 da Associação de Engenheiros Civis Portugueses de que Lobo d'Ávila foi membro fundador, com o número 68 (Diogo 1994: 135).

As *economias* de Sá da Bandeira acabaram por se revelar impraticáveis e em 1869 os históricos regressavam ao poder, confiando a Lobo d'Ávila as pastas das Obras Públicas (11 de agosto de 1869 – 19 de maio de 1870) e Guerra (11 de agosto de 1869 – 6 de setembro de 1869 e 18 de novembro de 1869 – 19 de maio de 1870). Como titular das Obras Públicas, reformou o serviço técnico do Ministério, os serviços geodésicos e geológicos, os cor-

reios e ainda o ensino industrial e agrícola e ordenou a execução de obras na praça do Campo Grande (Cruz 2006: 199-200). A criação do ensino administrativo defendida anos antes não saiu da gaveta. Lobo d'Ávila limitou-se a uma pequena reforma do ensino industrial e comercial em Lisboa (Portela 1968: 802-803). A sua carreira ministerial foi terminada com a Saldanhada de 19 de maio de 1870.

Continuou o seu percurso no parlamento, até que em 16 de maio de 1874, já major³⁸, foi nomeado Par do Reino. Pouco tempo depois, a 7 de maio de 1875, juntava ao arminho de Par o condado de Valbom (Mónica 2005-2006: 1, 244-247)³⁹. Na câmara alta do parlamento integrou as comissões de Fazenda e Obras Públicas, sendo convidado várias vezes para relator (Pereira 2012, anexo 5). Ao longo da sua carreira política revelou-se um parlamentar muito ativo, sobretudo na condição de deputado: registou mais de 500 intervenções na câmara baixa (uma média de 25 discursos/ano, valor relevante quando se sabe que o ano parlamentar durava quatro a cinco meses) e perto de 200 na câmara dos Pares (6,5 discursos/ano).

Em 1874 publicou *Estudos de Administração*, a sua última obra conhecida e mais um exemplo do seu pensamento progressista, que lhe valeu a nomeação como sócio efetivo da Academia das Ciências. No livro, repleto de comparações com as realidades espanhola, francesa, inglesa e norte-americana, que Lobo d'Ávila demonstra conhecer bem, tal como a história da administração pública nacional, o autor retoma o princípio já defendido n' *O Atheneu* da descentralização administrativa⁴⁰. Esta não significava federalismo nem comunismo, mas sim diminuição do poder do executivo, que sofismava o princípio eletivo e a liberdade das localidades (Lobo d'Ávila 1874: 69-87). Para efetivar a descentralização era necessário uma nova divisão administrativa, na qual o município era o centro primordial e principal elemento da organização: “é o homem que funda os reinos e cria as republicas; o municipio parece ter saído directamente das mãos de Deus” (Lobo d'Ávila 1874: 159) – escrevia, usando a famosa citação de Tocqueville reproduzida por outros autores coevos partidários da descentralização administrativa e da sua fundamentação jusnaturalista (Catroga 2004: 409). Lobo d'Ávila estendeu também a análise ao contencioso administrativo, que, no seu entender, devia ser independente do contencioso civil, político ou criminal e devia dirimir questões ligadas

³⁸ AHM. PI. Cx. 1751, decreto de 9.7.1873.

³⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Registo Geral de Mercês de D. Luís I (RGM), liv. 28, f. 54.

⁴⁰ Ath., 47, 24.11.1850, 371-3.

à contabilidade pública, recrutamento e eleições administrativas. Por fim, o Conselho de Estado devia ser a primeira corporação administrativa do país, aconselhando o governo sobre propostas de lei, regulamentos para a execução de leis e administração geral e local, independentemente da sua missão política como corpo consultivo do chefe de Estado. Idealmente, devia existir um Conselho de Estado Administrativo (Lobo d'Ávila 1874: 237-295).

Com a morte do duque de Loulé em 23 de maio de 1875 o conde de Valbom afastou-se da política partidária. Em novembro de 1876 foi nomeado ministro plenipotenciário em Madrid, com instruções para sustentar as ideias de união ibérica defendidas por alguns partidos espanhóis (Portugal 1877: 275-280). Por esta razão, não participou no debate sobre o plano de rede ferroviária que se desenrolou por esta altura na Associação de Engenheiros Cívicos.

Em 1878 regressou a Portugal, à câmara dos Pares e à carreira técnica, sendo ainda nomeado conselheiro de Estado efetivo; em 1881 foi indicado para a comissão de inquérito industrial; em 1883 foi promovido a tenente-coronel; e em 1886 ascendeu na carreira de Obras Públicas a engenheiro de primeira classe. Voltou à carreira diplomática neste ano como enviado extraordinário à República Francesa⁴¹.

Por esta altura Portugal tentava resolver o diferendo com Inglaterra ligado ao mapa cor-de-rosa (Alexandre, Dias 1998: 115-119). Lobo d'Ávila foi incumbido de mostrar ao governo francês que a disputa também lhe interessava e que ambos os países deviam impedir os ingleses de passar o Zambeze⁴². O conde estava longe de ser republicano, mas as suas ideias progressistas talvez calassem mais eficazmente junto do executivo gaulês para a resolução daqueles problemas, daí a sua escolha como enviado a Paris.

Aqui, ordenou a Duarte Santos, da Direcção-Geral da Instrução Pública, a cópia de vários documentos dos séculos XVI a XVIII do arquivo da Casa de Cadaval, extraviados para França durante a invasão de 1808, que se encontravam à guarda da Biblioteca Nacional de Paris. Hoje em dia essa documentação encontra-se conservada na Torre do Tombo (Portugal 2005: 49-53).

Apesar de por mercê de 15 de dezembro de 1887 d'O *Popular* ter sido provido vitaliciamente enviado extraordinário⁴³, Lobo d'Ávila regressou em 1891 a Portugal e à política ativa, no rescaldo do Ultimato e da negociação com Inglaterra das zonas de influência dos dois países em África. A expe-

⁴¹ ANTT. RGM, liv. 45, fs. 238v-239v.

⁴² Arquivo Histórico-Diplomático (AHD). Fundo Batalha Reis, carta de 5.8.1889, PT/AHD/2/BR/S001/DS00118.

⁴³ ANTT. RGM, liv. 45, fs. 238v-239v.

riência adquirida enquanto diplomata em Paris guindou-o à difícil pasta dos Negócios Estrangeiros (21 de maio de 1891 – 17 de janeiro de 1892) na remodelação ministerial do governo partidário do seu camarada João Crisóstomo (tendo passado interinamente pela Marinha e Ultramar) (Cruz 2006: 199-200). Acompanhou apenas a fase final das negociações, já que as bases do acordo seriam fixadas uma semana depois da sua tomada de posse. A 11.6.1891 firmava o tratado que regularizava as relações entre as duas nações⁴⁴.

Coube-lhe também a responsabilidade de negociar com Londres a renovação do Tratado da Índia de 1878, que expirava no início de 1892. Pelo acordo original Portugal prescindira da produção de sal e álcool nas suas possessões indianas em troca duma indemnização de 160 contos anuais, que usou para garantir o juro do capital usado por uma companhia inglesa na construção do porto e caminho-de-ferro de Goa (inaugurados em 1888). Sem aquela compensação, Portugal perdia a receita com que pagava a garantia de juro, o que nos termos do contrato o podia obrigar à compra do caminho-de-ferro e porto pelo valor do capital investido acrescido de 10%, uma fantástica quantia de 1 485 000 libras ou cerca de 6 500 contos (Pereira 2015: 257-258).

Lobo d'Ávila nomeara o seu filho Carlos e Fernandes Arez, um funcionário da Fazenda local, para negociar com o representante inglês Carey, até que Arez lhe fez ver o óbvio: “que o governo britannico, seguro da construcção da nossa linha e porto de Mormugão, está decidido a não renovar o tratado nos termos do de 26 de dezembro de 1878”⁴⁵. O ministro recorreu a um negociador mais experiente, Pinheiro Chagas, que, contudo, fez uma proposta “even more uncompromising in tone” do que a apresentada por Arez. A 30 de dezembro de 1891 Carey dava as negociações por encerradas sem se chegar a um acordo⁴⁶.

A questão da garantia de juro seria resolvida em finais de 1892 com a hipoteca dum imposto local sobre o álcool, medida tomada pelo ministro da Marinha e Ultramar, Ferreira do Amaral, já com Valbom fora do governo (Kerr, Pereira 2012: 190). Na altura o conde congratulava-o “pelo resultado a que chegou, e por ver que os ingleses trataram esta questão com espírito

⁴⁴ Collecção Official de Legislação Portuguesa, 1891, 247-50 e 278-83.

⁴⁵ AHD. Caminho de ferro de Mormugão. S3, E98, P6, 38630.

⁴⁶ The National Archives. Foreign Office. FO 63/1399, relatório de 9.2.1892.

conciliador”, o que isentava Portugal “da enorme despesa da remissão do caminho de ferro de Mormugão”⁴⁷.

Esta foi a sua última experiência como governante, após o que voltou aos trabalhos da sua profissão numa época pouco propícia ao investimento (em virtude da bancarrota parcial de 1892) e conseqüentemente aos engenheiros. Em 1892 fez parte da comissão encarregada de examinar as reclamações dos empreiteiros do porto de Lisboa e tornou-se inspetor de primeira classe dos edifícios públicos; em 1899 ascendeu à categoria de inspetor-geral. Até à sua morte em 31 de janeiro de 1901 dedicou-se aos afazeres da sua arte, sendo considerado pelos seus pares na hora fatídica como “o decano dos engenheiros de obras publicas”⁴⁸.

Conclusão

Joaquim Tomás Lobo d’Ávila, conde de Valbom, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Grã-Cruz das Ordens de Cristo (Portugal), de São Maurício, São Lázaro e Sardenha (Itália) e da Rosa (Brasil), Cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis (Cruz 2006: 199-200; Zúquete 1989: 461-462), foi um engenheiro, parlamentar, político, diplomata,

jornalista vigoroso e ardente, que espalhou por grande numero de publicações a substancia dos seus estudos de homem de ciencia e as suas cogitações de homem de governo, muitas vezes mesclada á vehemencia das polemicas. O espirito era vivo e prompto, extremamente lucido e por equal inflamado⁴⁹.

Homem culto, duma grande polivalência intelectual e estrénuo defensor da regeneração pela ciência e tecnologia, Lobo d’Ávila marcou o modelo fon-tista implementado no país na segunda metade do século XIX.

Revolucionário em jovem como muitos dos seus futuros colegas engenheiros, tornou-se em Paris um seguidor do saint-simonianismo, de modo que quando regressou a Portugal estava seguro de que a regeneração do país não passava pelas barricadas da revolução, mas sim pela paz social, pela ciência e pela tecnologia, que fomentassem o desenvolvimento dos transportes, a facilitação do crédito e o progresso dos que produziam riqueza. Desde 1840 conviveu com homens que apoiavam os mesmos ideais e com quem parti-

⁴⁷ ANTT. Família Ferreira do Amaral, cx. 12, mct. conde de Valbom, docs. 1-4.

⁴⁸ ROPM, 33, 1902, 18.

⁴⁹ Ibid.

lhou quase ininterruptamente até à sua morte a sala de reuniões do Conselho de Obras Públicas, as bancadas do parlamento ou as cadeiras do governo.

Destacado engenheiro, não foi um técnico de campo como outros camaradas seus (Sousa Brandão, Boaventura Vieira ou Xavier Cordeiro), embora estivesse preparado para tal. Como engenheiro-político/econo-engenheiro, procurou sobretudo o planeamento e execução de um projeto estratégico de modernização da nação. Pelos seus olhos, tanto no parlamento como no Conselho Superior, passaram centenas de processos relativos a obras públicas, que eram apreciados, avaliados, aprovados ou rejeitados. Contudo a decisão final cabia sempre ao executivo que nem sempre seguiu as indicações dos seus *experts*, sobretudo quando se debatiam grandes questões estratégicas, como por exemplo o plano de rede ferroviário (Pereira 2014: 298-301).

Como vimos, Lobo d'Ávila procurou em 1854 trazer o assunto a debate no parlamento. Voltaria a recomendá-lo ao governo em diversos pareceres exarados pelo Conselho de Obras Públicas em 1856, 1861, 1871 e 1873-5, muitas vezes sem que tal opinião fosse manifestamente pedida pelo executivo, o que era raro. Em vão. Mas como membro do governo e especificamente como ministro das Obras Públicas, nunca tomou a iniciativa de apresentar tal proposta ao parlamento, provavelmente porque sabia que seria um esforço inglório (em 1879 o ministro Lourenço de Carvalho redigiu e apresentou uma proposta de lei fixando o plano de rede ao parlamento – o documento seguiu para as comissões e de lá nunca saiu) (Pereira 2012: 310-324). Limitou-se assim a evocar essa necessidade nos seus anos enquanto vogal do Conselho de Obras Públicas, tranquilizando a sua consciência de político-engenheiro. A partir de 1875, com a malha a contar cerca de 1 000 km de extensão, Lobo d'Ávila decerto já não acredita que um plano de rede seja alguma vez aprovado por lei, de modo que não toma parte no debate sobre esta questão na Associação de Engenheiros Civis. A discussão é iniciada em maio, mas seis meses depois o então conde aceita uma missão diplomática em Madrid, autoexcluindo-se da discussão.

Nesta questão, a racionalidade técnica foi ultrapassada pela conveniência política, uma vez que um plano geral aprovado por lei limitaria o poder dos governos para conceder caminhos-de-ferro (e num exercício tecnopolítico, usar o caminho-de-ferro para satisfazer objetivos eminentemente políticos) de modo que tal projeto só seria aprovado em finais de Oitocentos já com a rede principal praticamente concluída (Pereira 2012: 310-324).

Neste sentido, o conde de Valbom, se foi um técnico de relevo na política desenvolvimentista da segunda metade do século XIX, nunca conseguiu moldar completamente à sua vontade essa estratégia de fomento. Mesmo

como parlamentar e sobretudo como ministro não conseguiu aplicar plenamente a sua agenda de progresso e as medidas que tão apaixonadamente defendeu no início da década de 1850 (sobretudo a união aduaneira com Espanha, uma pauta menos protecionista, a descentralização administrativa, a industrialização do país ou a reforma do ensino administrativo), talvez por lhe faltarem os necessários carisma e influência políticos, os imprescindíveis recursos públicos e certamente por se ver enredado na multitude de tarefas e funções dos ministérios a que presidiu (plasmada na vasta série de diplomas que assinou enquanto titular da Fazenda e das Obras Públicas).

De qualquer modo, a sua agenda de fomento era demasiado vasta para os recursos humanos e financeiros da nação e, se Lobo d'Ávila nunca atingiu o protagonismo político de homens como Fontes, Ávila, Loulé ou Luciano de Castro, foi sem dúvida um dos principais atores do Fontismo, tendo perseguido ao longo da sua carreira como ministro, parlamentar e engenheiro os ideais saint-simonianos do progresso, que no essencial eram também partilhados por aqueles que se sentaram por mais tempo nas cadeiras do poder. Ajudou a criar e fortalecer a *persona* do tecnocrata da segunda metade do século XIX português, sobretudo do tecnocrata que não se rende ao poder eminentemente político, mas que é por ele de certo modo manietado, e contribuiu com a sua ação para o projeto de modernização do país (sobretudo ao nível do sector dos transportes, mas não só), para a difusão da crença nas capacidades regeneradoras da tecnologia e para a invenção da nação tecnológica (Saraiva 2007).

Bibliografia

Fontes impressas

- LOBO, J. J. F. (1877). "O conde de Valbom", *Diario Illustrado*, 1521.
- LOBO D'ÁVILA, J. T. (1853). *Reflexões sobre o contracto para a construcção do caminho de ferro de leste*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LOBO D'ÁVILA, J. T. (1874). *Estudos de administração*. Lisboa: Tipografia Universal.
- PATO, B. (1986). *Memórias*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros (1877). *Documentos apresentados ás Cortes na sessão legislativa de 1877*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SOUSA, J. C. A. e, LOBO D'ÁVILA, J. T. (1868). *Exposição ao Ex.^{mo} Sr. Marquez de Sá da Bandeira Presidente do Conselho de Ministros em nome dos Engenheiros Civis Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Estudos

- ALEGRIA, M. F. (1990). *A organização dos transportes em Portugal (1850-1900): as vias e o tráfego*. Lisboa: FLUL.
- ALEXANDRE, V.; DIAS, J. (coord.) (1998). *O Império Africano 1825-1890*. Lisboa: Estampa.
- ALMEIDA, P. T. (1995). *A construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*. Lisboa: FCSH-UNL.
- ALVES, L. A. M. A. (1998). *Contributos para o ESTUDO DO ENSINO INDUSTRIAL em Portugal (1851-1910)*. Porto: FLUP.
- ALVES, L. A. M. A.; SOUSA, P. R.; MORAIS, T. T.; ARAÚJO, F. M. V. (2009). *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa: Ministério da Educação.
- BONIFÁCIO, M. F. (1999). *Apologia da história política. Estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Quetzal.
- BOURDIEU, P. (1986). “L’illusion biographique”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62(3), 69-72.
- CATROGA, F. (2004). “Natureza e história na fundamentação do municipalismo. Da Revolução Liberal ao Estado Novo”, in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 29-57.
- CRUZ, M. P. (ed). (2006). *Dos secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos ministros das Finanças (1788-2006): uma iconografia*. Lisboa: Ministério das Finanças.
- DARSTON, L.; SIBUM, H. O. (2003). “Introduction: scientific personae and their histories”, *Science in Context* 16:1/2, 1-8.
- DENIS, H. (1993). *História do pensamento económico*. Lisboa: Horizonte.
- DIOGO, M. P. (1994). *A construção de uma identidade profissional. A Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (1869-1937)*. Lisboa: FCT-UNL.
- DIOGO, M. P. (2003). “Engenharia e modernidade. Os engenheiros portugueses entre as obras públicas e a indústria”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, 88, 13-17.
- DORIA, L. (1996). “A revolta de Torres Novas – 1844”, *Análise Social*, 31:135, 101-150.
- FERNANDES, P. J. (2010). *Mariano Cirilo de Carvalho. O “Poder Oculto” do liberalismo progressista (1876-1892)*. Lisboa: Texto Editores.
- GOMES, R. M. S. (1994). *Associação, município e república em Francisco Maria de Sousa Brandão*. Coimbra: FLUC.
- HAYFORD, C. W. (2016). “Where’s the omelet? Bad king Deng and the challenges of biography and history”, *The Journal of Asian Studies*, 75, 19-30.
- HECHT, G., (2009). *The radiance of France. Nuclear power and national identity after World War II*. Cambridge: The MIT Press.
- KERR, Ian J.; PEREIRA, Hugo Silveira (2012). “India and Portugal: the Mormugão and the Tua railways compared”, in A. McCants, E. Beira, P. B. Lourenço e J. M. L. Cordeiro

- (eds.), *Railroads in historical context: construction, costs and consequences*. Vol. 2. Porto: U. Minho, MIT Portugal, EDP, 167-196.
- KOHLRAUSCH, M., TRISCHLER, H. (2014). *Building Europe on expertise. Innovators, organizers, networkers*. NewYork: Palgrave Macmillan.
- LE GOFF, J. (1989). "Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?", *Le Débat*, 54, 48-53.
- LE GOFF, J. (1995). "Writing historical biography today", *Current Sociology*, 11, 11-17.
- LEVI, G. (1989). "Les usages de la biographie", *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 44:6, 1325-1336.
- MACEDO, M. C. (2009). *Projectar e construir a Nação. Engenheiros e território em Portugal (1873-1893)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MARQUES, A. H. O., coord. (2002). *Portugal e a instauração do liberalismo*. Lisboa: Presença.
- MATOS, A. C. (2009). "Asserting the Portuguese civil engineering identity: the role played by the École des Ponts et Chaussées", in A. C. Matos et al. (eds.), *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*. Lisboa: Colibri, 177-208.
- MATOS, A. C.; DIOGO, M. P. (2007). "Bringing it all back home: Portuguese engineers and their travels of learning (1850-1900)", *Journal of History of Science and Technology*, 1, 155-182.
- MATOS, A. C.; DIOGO, M. P. (2009). "From the École des Ponts et Chaussées to Portuguese railways: the transfer of technological knowledge and practices in the second half of the 19th century", in Magda Pinheiro (ed.), *Railway modernization: an historical perspective (19th and 20th centuries)*. Lisboa: CEHC, 77-90.
- MÓNICA, M. F. (1992). "Negócios e política: os tabacos (1800-1890)", *Análise Social* 27, 116-117, 461-479.
- MÓNICA, M. F. (2005-2006). *Dicionário biográfico parlamentar*. Lisboa: ICS.
- NYE, M. J. (2006). "Scientific biography: history of science by another means", *Isis*, 97:2, 322-329.
- PEREIRA, H. S. (2008). *Caminhos-de-ferro nos debates parlamentares (1845-1860)*. Porto: FLUP.
- PEREIRA, H. S. (2012). *A política ferroviária nacional (1845-1899)*. Porto: FLUP.
- PEREIRA, H. S. (2014). "Instituições e caminhos-de-ferro: ministério das Obras Públicas, parlamento e Associação de Engenheiros Cívicos Portugueses (1852-1899)", *Cultura, Espaço e Memória*, 5, 291-310.
- PEREIRA, H. S. (2015). "Fontismo na Índia Portuguesa: o caminho-de-ferro de Mormugão", *Revista Portuguesa de História*, 46, 237-262.
- PORTELA, A. F. (1968). "A evolução histórica do ensino das Ciências Económicas em Portugal", *Análise Social* 6 (22-24), 787-836.

- PORTUGAL. ANTT (2005). “Biblioteca Nacional de Paris”, in M. C. J. D. Farinha, et al. (eds), *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*. Vol. 6. Lisboa: ANTT.
- RODRIGUES, M. L. (1999). *Os engenheiros em Portugal*. Oeiras: Celta.
- ROLLET, L.; NABONNAND, P. (2012). “Définir, classer, compter: biographie et prosopographie en histoire des sciences”, in L. Rollet, P. Nabonnand (eds.), *Les uns et les autres: biographies et prosopographies en histoire des sciences*. Nancy: Presses Universitaires, 11-25.
- SANTOS, M. L. L. (1979). “Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)”, *Análise Social*, 15 (57), 69-115.
- SARAIVA, T. (2007). “Inventing the technological nation: the example of Portugal (1851-1898)”, *History and Technology*, 23:3, 263-273.
- SARDICA, J. M. (2001). *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Lisboa: ICS.
- SARDICA, J. M. (2005). *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*. Lisboa: D. Quixote.
- TERRALL, M. (2006). “Biography as cultural history of science”, *Isis*, 97:2, 306-313.
- VIEIRA, A. L. (1985). “Os caminhos de ferro antes dos caminhos de ferro: a especulação ferroviária em Portugal em 1845-46”, *Revista de História Económica e Social*, 15, 123-34.
- VLEUTEN, E. V. D. (2006). “Understanding NETWORK SOCIETIES. Two decades of large technical system Studies”, in E. V. D. Vleuten, A. Kaijser (eds.), *Networking Europe. Transnational infrastructures and the shaping of Europe, 1850-2000*. Sagamore Beach: Science History Publications, 279-314.
- ZÚQUETE, A. E. M. (ed.) (1989). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Enciclopédia.

La propagation du béton armé au Portugal: les bâtiments industriels comme moyens de divulgence de la technique

The diffusion of reinforced concrete in Portugal:
industrial buildings as means of technical disclosure

MARIANGELA LICORDARI

PhD Histoire de l'Art (ED 441)
Univ. Paris 1 Panthéon-Sorbonne; IHA-UNL
mariangela.licordari@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 29.02.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 30.06.2016

Résumé: Cet article vise à donner des précisions sur la propagation du béton armé au Portugal, en cherchant à clarifier les mécanismes et les coïncidences qui ont permis, au tournant du XX^e siècle, la divulgation de cette nouvelle technique de construction dans ce pays au début de son industrialisation. Pour la diffusion de ce nouveau matériau dans le contexte constructif du Portugal, les compétences entrepreneuriales de François Hennebique, père du brevet en béton armé le plus connu à l'échelle internationale, seront fondamentales. Les bâtiments industriels seront les premiers édifices capables d'exploiter au maximum les qualités techniques du nouveau matériau. La Fábrica de Moagem de Caramujo est l'un des exemples les plus concrets pour justifier notre argumentaire. Ce bâtiment a été le premier au Portugal à être entièrement construit en béton armé, en laissant comme héritage un lexique constructif qui trouvera une utilisation très large dans l'architecture portugaise des années à venir.

Mots clés: béton armé, XX^e siècle, Portugal, bâtiments industriels, architecture.

Abstract: This article aims to provide information on the spread of reinforced concrete in Portugal, seeking in particular to clarify the mechanisms, the coincidences and key people who allowed, at the turn of the 20th century, the disclosure of this new construction technique in a country beginning its industrialization. For the dissemination of this new material in the constructive context of Portugal the entrepreneurial skills of François Hennebique, creator of the best world known patent in reinforced concrete, will be fundamental. The industrial buildings will be the first able to able to maximize the technical qualities of the new material. The Fábrica de Moagem de Caramujo represents the most tangible example of what has been said. This building was the first in Portugal to be entirely built in reinforced concrete, leaving as a legacy a constructive lexicon that will find a wide use in future modern Portuguese architecture.

Keywords: reinforced concrete, 20th century, Portugal, industrial buildings, architecture.

Introduction

Connaître le processus de diffusion du béton armé au Portugal est d'un intérêt particulier surtout si on le considère en étroite relation avec l'évolution formelle de l'architecture portugaise du début du XX^e siècle et avec les répercussions stylistiques de l'architecture contemporaine des années 70-90. La caractéristique de la "synthèse architecturale" portugaise, qui dans certains architectes contemporains tels que Álvaro Siza et Eduardo Souto de Moura atteindra tons poétiques, part en fait de racines profondes liées au passé qui trouvent leur origine dans les innovations techniques et esthétiques du béton armé. L'architecture portugaise moderne, en particulier à partir des années 50, doit être comprise à la lumière d'une architecture créée par le mélange de deux cultures: l'une traditionnelle et l'autre, innovante, du béton armé. Au Portugal, la compréhension de la transition de l'architecture traditionnelle à l'architecture moderne passe inévitablement, non seulement à la compréhension de l'histoire de la propagation du béton armé, nouveau matériau de construction pour le pays, mais également au rôle prépondérant qu'il a su jouer dans les bâtiments industriels et dans les différents secteurs de l'industrie de la construction. Comprendre cela fait reconnaître l'importance qu'une technique constructive a dans le bouleversement architecturale d'une idée de projet et par conséquent l'importance de la connaissance de son histoire de propagation.

Contexte général

Au début du XX^e siècle, au niveau international, l'environnement économique, culturel et sociologique lié au monde du bâtiment est prêt de façon plus concrète à l'expérimentation d'un nouveau matériau: le béton armé. L'activité industrielle au tournant du siècle, caractérisée par une réalité sociale plus dynamique et ouverte à l'introduction de nouvelles technologies, déterminera la divulgation de ce matériau surtout dans un domaine qui sans plus tarder favorisera la révolution esthétique et formelle de l'architecture du XX^e siècle: celui des établissements industriels (Licordari 2013: 70-74).

Les historiens de l'architecture qui s'intéressent au premier âge du béton armé, ont parfois tendance à commenter seulement les ouvrages les plus originaux et marginaux de la production de ce nouveau matériau, comme la maison que Ward a édifié en 1873 à Port Chester ou l'église Saint-Jean de Montmartre de De Baudot et Cottancin, qui est toujours un ouvrage

hors genre, sans antécédent tant par le style que par la technique (Simonnet 2005: 73). Toutefois, il faut reconnaître que les premiers bâtiments qui constituaient les premiers ballons d'essai du béton armé ont été des bâtiments utilitaires. En particulier, dans les bâtiments industriels au tournant du XIX^e siècle et au début du XX^e, l'exploitation de cette nouvelle technique constructive sera déterminée soit par la nécessité d'un espace de travail approprié aux nouvelles exigences productives, pour lesquelles concevoir une disposition précise des lieux en fonction du volume des machineries et en fonction des flux, des déplacements et des conditions de stockage des matériaux et des produits, soit par la nécessité de résoudre de façon définitive le problème principal de plusieurs bâtiments industriels: le feu. Par exemple, ce n'était pas un hasard que, pour la divulgation de son célèbre brevet de 1892, François Hennebique (1842-1921) choisissait de publier sa brochure propagandiste sous le titre *Plus d'incendies désastreux*. C'était exactement dans le but d'attirer l'attention de la plupart des entreprises de construction, qui deviendront par la suite ses concessionnaires, et des capitaines d'industrie propriétaires des usines. Un autre moyen de propagande de l'entrepreneur belge était sa revue *Le Béton armé* (1898), où Hennebique avait l'habitude d'éditer sous forme d'inventaire la liste de toutes ses réalisations. Il est à travers cette liste qu'on connaît les premières expérimentations de la firme dans le monde. La quasi-totalité des affaires recensées dans ces relevés sont d'origine privée et se partagent entre construction ou équipement industriel et habitation. A partir de 1897, la quantité d'affaires relatives (714 seulement en 1898) oblige Hennebique à diviser en familles d'ouvrages la longue liste qu'il publie. La division prévoyait une classification en habitations (199 affaires), constructions religieuses (35), bâtiments publics (68), constructions industrielles (169), bâtiments à usage de magasins (59), ponts et réservoirs (85) et divers fondations, canalisations, etc (99). En réalité, la plupart de ces programmes, dont le chiffre va s'amplifiant d'année en année, concernent encore une fois des planchers et des renforcements de structures, à l'exception de certains exemples qui comprennent la totalité de l'ossature, comme par exemple 168 constructions industrielles et 60 entrepôts et magasins réalisés en 1898 (Simonnet 2005: 74).

Dans le cas spécifique de l'architecture industrielle, donc, l'avènement du béton armé constituait un tournant majeur dans la façon de concevoir. Dès le début, la nouvelle manière de "faire l'architecture" attache une grande importance à la notion d'espaces ouverts diffusément éclairés. Ceci était possible grâce au système de construction appelé à *ossature* qui consistait en un squelette de poutres et de poteaux en béton armé complété

par des ponts horizontaux eux-mêmes en béton (brevet Hennebique). Le nouveau matériau devient tout de suite synonyme de grands espaces et de grandes ouvertures vitrées. Par rapport aux techniques constructives traditionnelles, le béton armé présente certains avantages clairs, parmi lesquels une augmentation significative de la capacité portante, une résistance au feu plus élevée, une réduction significative de la hauteur des planchers et de l'épaisseur des parois et enfin de meilleures possibilités d'organisation de l'espace intérieur, grâce à la notion de *plan libre*. Aussi le périmètre de murs porteurs se transforme-il considérablement par l'insertion d'éléments verticaux et horizontaux, en créant une nouvelle conception architecturale de la façade (*façade libre*).

Le terrain d'actions du nouveau matériau est lié tant aux nouveaux secteurs de l'industrie lourde qu'à ceux déjà existants de l'industrie traditionnelle. A cette grande industrie, s'ajoutent une série de petites industries, comme les usines pour la production de la farine, les moulins, les papeteries, les usines de chaussures, etc., qui deviennent eux aussi les protagonistes de cette première phase de diffusion du béton armé, et un ensemble d'autres constructions du monde industriel tels que les silos, les magasins, les réservoirs...

Il revient à Monier d'expérimenter les premières utilisations du béton dans la construction industrielle, à travers la réalisation à Sèvres-aux-Bruyères de deux réservoirs pour la Société Générale des Eaux (1872), des constructions de 16 mètres de diamètre chacun. Ces ouvrages seront la première application documentée de son système, même s'il faut reconnaître que jusqu'à ce moment-là l'invention de Monier ne pouvait pas encore être considérée le "béton armé" d'aujourd'hui. Il s'agissait plutôt de fer-ciment qui seulement en 1886, après les élaborations de Matthias Koenen, pourra véritablement être appelé béton armé, étant utilisé pour la réalisation d'un système de construction pour des maisons, fixes ou portatives, hygiéniques et économiques en ciment et fer (Iori 2001: 16).

Mais il sera donné à Hennebique la tâche de diffuser le nouveau matériau dans les établissements industriels de la période, conquérant ainsi un marché de la construction encore mal défini par les autres maisons rivales. Cela a favorisé le début d'exploitation de son brevet, surtout au niveau d'un aspect technique très important dans la conception d'espace de l'usine qui est l'expérimentation des éléments structurels linéaires (poutres et piliers) qui constituent le nœud de son système et qui ont jeté les bases pour l'affirmation de la "structure renforcée encadrée" en béton armé indépendante de la maçonnerie. Parmi tous les brevets du béton armé, le brevet Hennebique doit être reconnu comme le brevet par excellence, capable de répandre

le nouveau matériau dans presque tous les domaines de la construction. Il s'agissait d'un brevet tout à fait rationnel qui permettait la construction complète d'un squelette monolithique en béton armé. Les éléments structuraux de cette *ossature* révolutionnaire en béton, qui sera enregistrée avec le brevet du 1892, étaient: le pilier, avec ses caractéristiques bords arrondis et ses dimensions généralement de petite taille (40x40 cm, 50x50 cm...); les poutres principales décrochées du plafond avec des bords arrondis et reliées aux colonnes avec des crochets; les poutres secondaires qui rigidifient les dalles et s'insèrent dans les poutres principales, et les dalles de faible épaisseur de forme rectangulaire ou carrée. Ces éléments vont constituer le cœur du système constructif cartésien qui deviendra crucial dans la gestion de l'espace du travail de l'usine, en déterminant une évolution du concept d'usine en manière moderne.

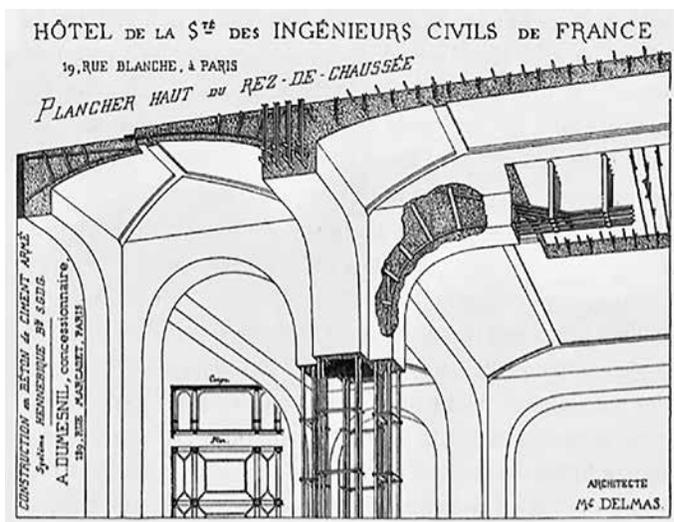


Fig. 1. Logo entreprise Hennebique qui montre la liaison structurale poutre-poteau (Delhumeau 1999: 242)

Ces reconnues qualités structurelles, hygiéniques et fonctionnelles détermineront sa propagation rapide dans le domaine de la construction de tous les pays industrialisés, avec bien sûr des différences appropriées d'adoption et d'adaptation liées à la nature économique et sociologique des différents pays de diffusion. Dans le cas du Portugal, par exemple, les conditions sociales et économiques du pays au tournant du XX^e siècle et sa modernisation de production rapide ont été fondamentales à la pleine affirmation du béton armé en général et du brevet Hennebique en particulier; en outre, la connaissance séculaire que les portugais avaient des "structures encadrées" – prenons

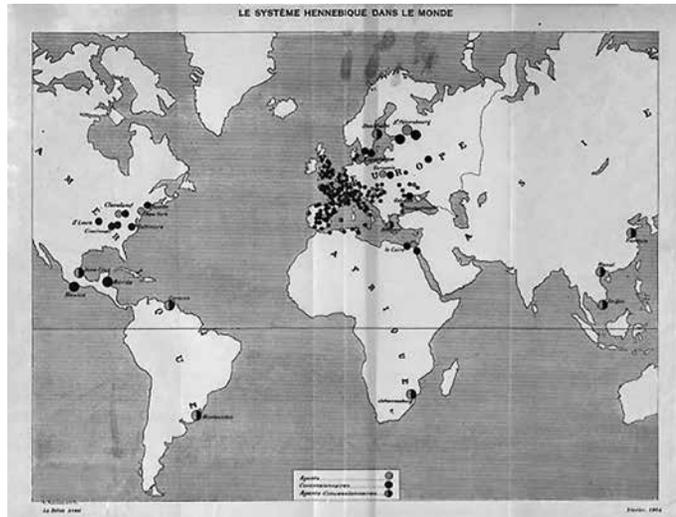


Fig. 2
Carte explicative
de la propagation
du brevet Henne-
bique dans le
monde (*Le Béton
Armé* 1904, 69).

l'exemple de la célèbre *gaiola pombalina*¹, ossature en bois incorporée dans la maçonnerie et utilisée à Lisbonne comme système antisismique après le tremblement de terre de 1755 – a probablement permis une acceptation plus rapide du système de construction.

Le béton armé au Portugal : la parenthèse du brevet Hennebique

Au Portugal, aussi bien que dans les autres pays européens, l'entrée du béton armé dans le groupe des matériaux de construction s'est effectuée à la mesure de l'audace et de l'action innovatrice de certains personnages, tels que auteurs de projets ou constructeurs, qui avec enthousiasme avaient adhéré au nouveau matériau. Étant un matériau nouveau, qui n'était pas lié à l'histoire de la construction moderne portugaise comme ce fut pour le cas de la pierre, la brique et le bois, le béton armé s'introduit au niveau de la construction portugaise par la voie d'objets considérés habituellement comme les moins représentatifs d'un point de vue culturel, comme les entrepôts et magasins, les *silos* et quais portuaires, les ponts, les usines et ateliers qui à cette époque là deviennent le milieu expérimental et le meilleur véhicule d'introduction du matériau dans le complexe urbain.

¹ À cet égard, voir la nombreuse littérature sur le sujet, tels que Farinha 1997.

Comme l'on a déjà mentionné, la diffusion du béton armé au Portugal est liée à la croissance industrielle que le pays était en train de vivre au tournant du siècle et à la régénération urbaine que cette croissance imposait. Au début du XX^e siècle la culture portugaise se débattait entre un désir de modernisation, qui reposait sur la croyance optimiste vers le potentiel de la machine, et une nostalgie vers le passé qui méprisait ce présent caractérisé par cette mutation accélérée. Le monde de la construction en quelque sorte reflétait la dichotomie de cette période de transition, où les valeurs artistiques de l'architecture du passé venaient de plus en plus confrontées avec l'efficacité de l'ingénierie et les possibilités de nouveaux matériaux. L'ascenseur de *Santa Justa* à Lisbonne, conçu par l'ingénieur Raoul Mesnier de Ponsard en 1900 et inauguré l'année suivante, constitue un exemple concret de travail paradigmatique de ce nouveau siècle: en utilisant la puissance d'un moteur à vapeur, cette œuvre célébrait les utopies urbaines matérialisées à travers les innovations techniques, établissant une communication entre le quartier de la *Baixa* et du *Carmo* et en se proposant comme élément novateur de la ville et du progrès accompli². Dans cette nouvelle réalité industrielle, une fois de plus, le béton armé trouvera un bon terrain d'essai.

La première période de diffusion du béton armé au Portugal s'étend pendant environ 30 ans depuis le début des années 90 du XIX^e siècle. Plusieurs références délimitent cette période: 1892 (avril) coïncide avec l'attribution du premier brevet Cottancin au Portugal à travers la personne de José Martins; 1894 (septembre), date l'enregistrement du premier brevet Hennebique au Portugal à travers la personne de Jacques Monet; 1897, voit la construction de la *Fábrica de Moagem de Caramujo*; 1925 est l'année du début des travaux du Cinéma *Capitolio*, premier manifeste moderniste de l'architecte Luis Cristino da Silva; 1928 est la date de construction d'un entrepôt de trois étages à Santa Apolónia, conçu par João Jorge Coutinho avec une structure entièrement réalisée en béton armé, une superficie de mille mètres carrés et un toit à terrasse.

En 1898, le nouveau matériau, qui en moins de deux décennies remplaçait complètement le fer et la maçonnerie dans les constructions industrielles, a été adopté pour la première fois dans la construction d'un grand ouvrage public avec l'utilisation du brevet Cottancin: il s'agissait de l'édifice de la *Escola Médica de Lisboa* où le nouveau matériau était utilisé pour la mise en œuvre du plafond de l'atrium de l'édifice. On a connaissance de l'application de ce système grâce à un article publié, en 1899, dans la revue

² Pour plus d'informations sur le sujet voir Santana, Sucena 1994.

Revista de Obras Publicas e Minas de l'Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (Meneses 1899: 40-47). Dans cet article Pedro Arnaut de Meneses, avec la collaboration de Cândido Xavier Cordeiro et Luciano de Carvalho, se prononçait sur les premières expériences en béton armé faites au Portugal; spécifiquement, il mentionnait la construction de ce plancher en ciment anglais *Eagle*, réalisé pour la Faculté de médecine de Lisbonne au champ de Santa Ana, dont les travaux furent dirigés par M. S. Reynaud & C, à l'époque représentants au Portugal du brevet Cottancin.

Cela montre comment, dans ce temps là, par plusieurs entrepreneurs/constructeurs du béton, le Portugal était vu comme un terrain vierge où expérimenter leurs propres inventions ou brevets dans le but de conquérir un marché encore pauvre de concurrence. Du moins, c'était avec cette conviction que François Hennebique, leader incontesté du béton armé dans de nombreux autres pays européens, en 1894 commençait à tourner son regard vers le Portugal, cherchant de convaincre l'entrepreneur belge Jacques Monet, qui depuis quelques années vivait à Lisbonne, de devenir son premier concessionnaire dans le pays:

les grands prix du fer à Lisbonne comme dans tout le Portugal doublent les avantages de mon système [...] le principe des douanes espagnoles et portugaises c'est celui de faire payer très cher les fers (profilés) et de favoriser l'entrée des fer bruts. Nous n'avons que l'emploi de barres sortant de laminoirs et de fers feuillards pour lesquels le travail de découpage et de pliage est très facile. Quant à la question des ciments des chaux hydrauliques, avec de bons sables et graviers on peut partout remplacer les ciments Portland pour les bétons [...] Dans un pays comme le Portugal, alors, un magasin de 25 à 50 tonnes de barres vous permet d'entreprendre à l'instant tous les gitages (Delhumeau 1999: 61-62).

En réalité on doit reconnaître que l'histoire de la diffusion du béton armé au Portugal est aussi bien liée au début de la production de Portland dans le pays; production réalisée initialement par une industrie de ciment localisée en Alhandra et de propriété de António Teófilo de Araújo Rato qui à partir de 1894 commençait la fabrication du matériau après avoir déposé son brevet pour la fabrication de ciment artificiel Portland (Ferreira 1989: 70). Le ciment "Tejo" produit dans cette usine fut le premier ciment Portland artificiel produit en Portugal. Initialement il fut obtenu par voie humide, à travers le four Hoffman, puis avec le four Candlot et après 1913 il fut produit avec le four Candlot-Perpignani par voie sèche.

A cette époque, alors, les conditions économiques et sociales étaient idéales pour se lancer dans de telles innovations technologiques. La production

nationale de ce secteur était vu par le même António Rato comme nécessaire au développement général de tout le pays qui, si faisant, aurait pu montrer sa volonté de croissance industrielle et économique en permettant la réduction de l'importation de Portland d'autres pays étrangers comme la France, l'Allemagne, l'Angleterre. Ainsi expliquera António Rato cette conviction:

A fabricação de cimento artificial é entre nós completamente desconhecida [...]. Alguma produção de cimento se faz em Portugal, mas simplesmente de cimento natural e ainda assim em pequena escala, sendo esse producto consumido nos logares próximos a essa produção e os processos que se empregam n'esse fabrico são ainda os primitivos, limitando-se a cozedura e moagem dos calcários. N'estas condições não pode a indústria nacional, affrontar a concorrência do producto similar estrangeiro [...]. Estabelecer uma grande fábrica de cimento artificial, que possa pela sua qualidade e pelo seu custo módico fazer cessar, senão no todo pelo menos em parte, a importação estrangeira d'este artigo, foi o problema que me propus resolver (Ferreira 1989: 70-71).

Dans cette situation de croissance globale qui touchait le pays au tournant du siècle, Hennebique présentait son brevet à partir de 1894, année où il commençait à enregistrer son permis au ministère des Travaux Publics, du Commerce et de l'Industrie de Lisbonne. Le processus de brevetage d'une "invenção de um vigamento ligeiro e de grande resistência, em beton de cimento, com barras de ferro e estribos travessas embebidos em massa" fut lancé à Lisbonne, à travers une Exposition d'Inventions, le 13 octobre 1894 par Jacques Monet, auquel François Hennebique avait donné procuration de son brevet le 26 septembre de la même année. Cette exposition sera très importante pour la diffusion du brevet Hennebique au Portugal car fut caractérisée par deux revendications importantes: la première relative à la construction des poutres droites et courbes; la seconde, plus

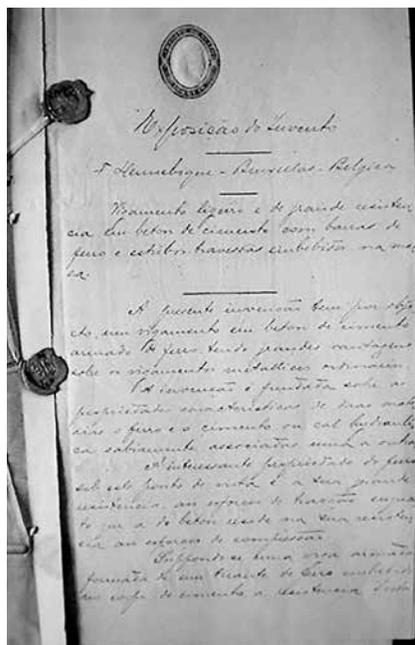


Fig. 3. Document de l'Exposição do Invento de 1894 où vient expliqué le brevet Hennebique (Ferreira 1989: 106)

spécifique, relative à l'innovation clé du système Hennebique qui consistait dans l'utilisation de l'*étrier*, barre transversale d'acier destinée à reprendre l'effort tranchant. L'*étrier*, qui avait donc la tâche de lutter contre les efforts de cisaillement présents dans l'élément linéaire infléchi, deviendra bientôt le symbole de la firme Hennebique, en lui donnant une longueur d'avance sur les concurrents.

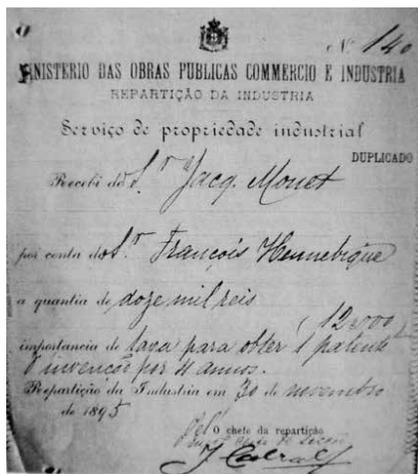


Fig. 4. Réception de l'impôt payé par Monet pour la licence du brevet Hennebique au Portugal pendant 4 ans. 30 novembre 1895 (Ferreira 1989: 110)

Le 30 novembre 1895, au Ministère de Travaux Publics, du Commerce et de l'Industrie de Lisbonne, à trois heures et demie de l'après-midi, Jacques Monet obtient définitivement la reconnaissance du brevet et, ensemble, la possibilité de l'exploiter pour quatre ans en tant que procurateur d'Hennebique à Lisbonne. Moins de deux mois après la date de réception de la demande, la reconnaissance du brevet d'Hennebique serait ainsi révélée dans le *Boletim da Propriedade Industrial* de Lisbonne:

Nº 2108 – Classe XII – François Hennebique, de Bruxelles, representado por J. N. Monet, morador em Verviers, Bélgica, por procuração substabelecido a Jacq Monet, residente em Lisboa, requereu no dia 30 de novembro de 1895, pelas três horas e meia da tarde, patente de invenção, por quatro anos, para um vigamento ligeiro e de grande resistência, de formigão (betão) de cimento, com barras de ferro e estribos travessas colocadas na massa (Ferreira 1989: 106).

Cette concession provisoire du brevet d'invention fut donnée le 20 juin 1896, presque six mois après la date de demande de son homologation, qui avait eu lieu en novembre 1895, et révèle l'intérêt marqué que le constructeur et entrepreneur belge avait pour l'implantation de son système dans le nouveau marché portugais. Intérêt bien manifesté aussi à travers les pages de sa revue *Le Béton armé*, qui déjà en 1899 décrivait avec beaucoup de détails le premier travail important fait à Lisbonne par la *Société Monet & Filho*: la reconstruction de la *Fábrica de Moagem de Caramujo* de José Antonio Gomes à l'Almada (*Le Béton armé* 1899, 14). Cette usine, complètement détruite après un incendie et ensuite rebâtie en béton armé, peut être considérée

comme le premier bâtiment au Portugal à être entièrement construit en béton armé/brevet Hennebique. L'article que Paul Christophe va publier dans la déjà mentionnée revue confirme non seulement le rôle important de l'entreprise Monet dans la construction de l'usine de Caramujo, mais permet également de corroborer certaines caractéristiques techniques de l'immeuble et aussi certains choix structurels réalisés directement par le bureau d'Hennebique à Paris. Dans l'article, Christophe décrit trois éléments fondamentaux de l'usine portugaise: la structure de l'ossature en béton, la façade et le toit . L'ensemble est décrit et commenté en reproduisant le projet de l'usine avec les plans d'étage, les dessins détaillés, la conception des perspectives architecturales de toute l'usine et le plan de la terrasse principale (*Le Béton armé* 1899, 14; Santos 1996: 295).

Alors, comme cela a été le cas dans certains autres pays où le brevet s'était propagé, comme par exemple l'Espagne, au Portugal les premiers bâtiments entièrement réalisés avec la nouvelle technique constructive étaient pour la plupart des établissements industriels et plus spécifiquement des usines de farine.

La “Fábrica de Moagem de Caramujo”.

La reconstruction de l'usine de Caramujo est importante pour deux raisons spécifiques: en premier lieu parce qu'elle fut l'occasion pour le Portugal de s'expérimenter dans la construction de la première structure entièrement réalisée en béton armé avec des proportions aussi importantes, qui, maintenant, reste comme témoignage quasi unique d'un patrimoine presque perdu, et en second lieu, parce qu'elle représente pour le pays, à cette époque-là, un exemple unique d'unité structurelle soigneusement modulée et réalisée avec le système Hennebique. Les choix constructifs pris en compte pour la reconstruction du bâtiment en 1897 – colonnes, poutres et dalles pleines – seront l'exemple le plus important et pionnier d'un pays qui à travers ce bâtiment voulait démontrer soit sa capacité d'exploitation du nouveau matériau soit sa croissance technologique liée à l'industrie.

La fabrique de Manuel José Gomes, fondée en 1865, commence une phase importante dans l'industrie meunière portugaise. Dans la dernière décennie des années quatre-vingt du XIX^e siècle, cette usine avait connu un développement technologique très fort souligné par l'introduction de la machine à vapeur dans la production de grain, et par l'utilisation d'ouvriers qualifiés qui avaient amélioré la production. Au fil des ans, l'importance de

Fig. 5
Façade antérieure
de la *Fábrica*
de *Moagem de*
Caramujo de 1897
(Ferreira 1989,
p. 126)



l'usine avait considérablement augmentée, comme en témoigne la présence d'un important ensemble structural de services industriels liés à l'usine, aujourd'hui toujours existants, qui à l'époque était l'un des plus importants au niveau régional.

Le 10 juin 1897, quand déjà l'usine était dirigée par le fils de Manuel Gomes, José António, un violent incendie détruit complètement l'établissement industriel. A la suite de cela, l'adoption du système Hennebique, qui propre dans ces années était salué comme le solutionneur le plus efficace contre les problèmes d'incendie, devient la meilleure solution (Segurado 1923: 6). Le nouveau bâtiment, construit en 1897 à la place de l'ancienne usine, était un édifice à forme trapézoïdale avec les côtés longs mesurant environ trente mètres et les plus petits côtés mesurant respectivement vingt-huit mètres et demi et vingt-cinq mètres et demi. Les longs côtés du trapèze correspondaient à la façade principale et à la façade postérieure, tandis que les petits côtés représentaient les façades latérales. Au rez-de-chaussée et au premier étage, la planimétrie du projet révélait l'existence de deux zones distinctes: une, contiguë à la façade principale, orientée à l'ouest avec une double hauteur et une grande zone structurée sans appuis intermédiaires; l'autre, postérieure et plus grande, structurée de façon modulaire avec des piliers de section carrée qui soutenaient des travées et des panneaux de dalles de dimensions d'environ trois mètres sur trois mètres et trente-cinq mètres sur trois mètres.

La structure du bâtiment reflétait le schéma du système Hennebique. Les dalles de plancher, d'une épaisseur de 12 cm, étaient préparées pour supporter

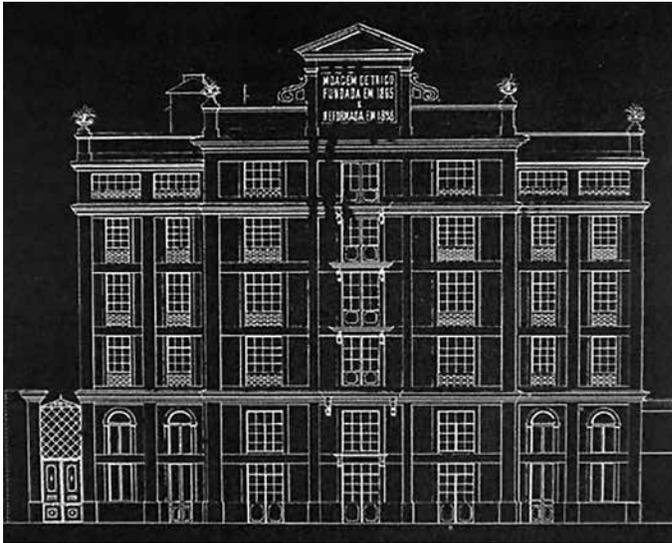


Fig. 6.
Façade postérieure
de la *Fábrica
de Moagem de
Caramujo* de 1897
(Ferreira 1989:
65)

une charge de 1200 kg par mètre carré. Elles étaient armées de barres d'acier longitudinales de 12 mm de diamètre et d'étriers de profil 20 mm et de diamètre de 2 mm. Les poutres présentaient les mêmes éléments, avec la différence que les barres d'acier, au lieu d'être placées côte à côte, étaient superposées et encadrées avec des étriers. Les poutres principales, orientées nord/sud, avaient les dimensions de 20 cm de largeur et de 30 cm de hauteur avec une variation de longueur qui allait de 3,50 m à 5,35 m (*Le Béton armé* 1899, 14; Santos 1996). Cela impliquait la présence de supports intermédiaires constitués par des poutres secondaires disposées est/ouest, qui, dans la construction de Caramujo, étaient positionnées à une distance d'environ 1,75 m les unes des autres. Il s'agissait d'une structure innovatrice pour l'époque, au point où le propriétaire António Gomes, en vue de tester la sécurité et la stabilité de l'édifice, posait sur le sol du bâtiment des sacs de sable très lourds pendant que la construction progressait (Flores 1992: 37). C'est ainsi que Paul Christophe décrivait le système utilisé pour les dalles de plancher de l'usine :

Nous donnons dans la planche XXXVIII, comme exemple de construction industrielle, les détails du plancher du I^{er} étage de la *Minoterie Gomes*, à *Caramoujo* (Caramujo) près Lisbonne (1897). La surface à couvrir est divisée par des poteaux en rectangles offrant aux poutres principales des portées de 3^m50, 3^m75 et 5^m35, tandis que les poutres secondaires couvrent 3 mètres ou 3^m83 avec un espacement de 1^m74 à 1^m78. Ce plancher est calculé pour une surcharge de 1,200 kilogrammes par mètre carré. Le hourdis n'est armé que dans un sens (*Le Béton armé* 1899, 16: 6.).

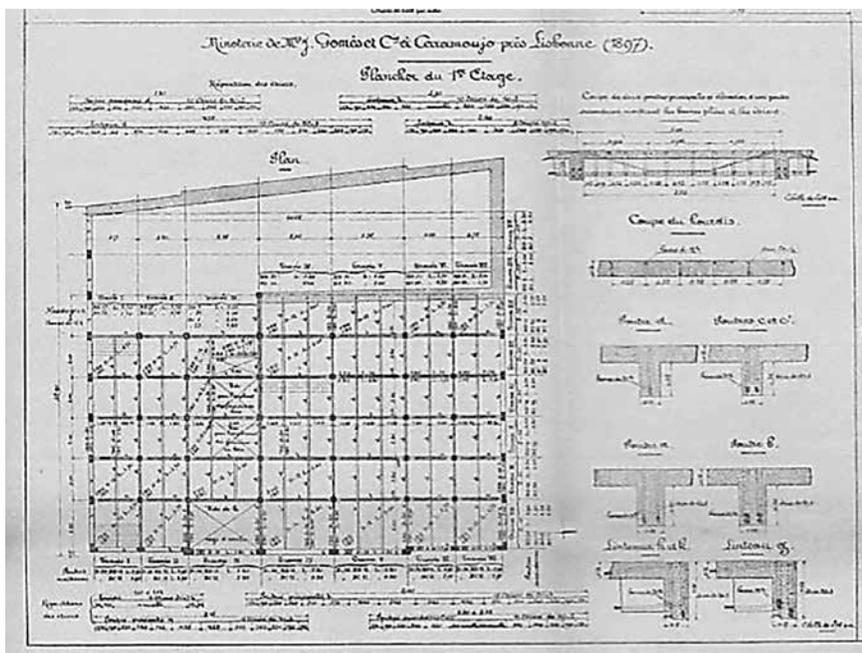
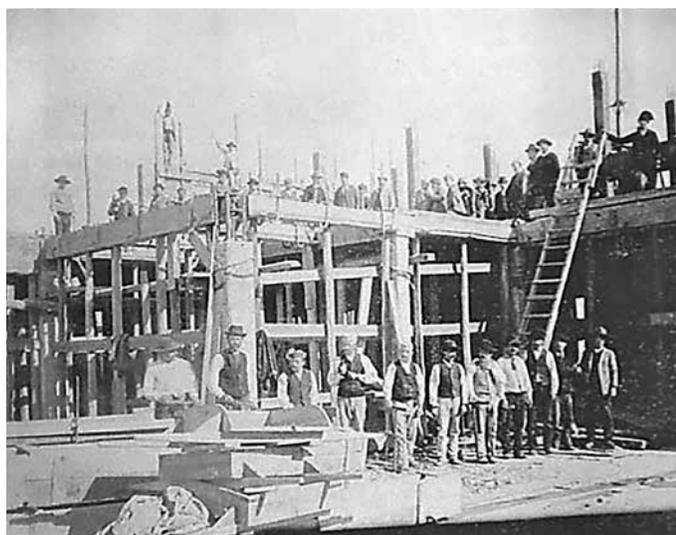


Fig. 7. Minoterie de M. M. Gomes et Cª à Caramoujo près Lisbonne. Plancher du 1^{er} étage, in *Le Béton Armé* 1899, 17: 5.

Fig. 8.
 José Maria da
 Silva, *Fábrica
 de Moagem de
 Caramujo*. Vue
 de l'édifice en
 construction,
 1897 (Fonds
 Bétons Armés
 Hennebique,
 BAH, Ifa n° 076)



Dans la disposition générale du nouvel édifice, l'espace qui existait auparavant a été maintenu. Ainsi le schéma de base de l'organisation du bâtiment restait inchangé. Ils ont réalisé le même nombre d'étages que l'ancien bâtiment, à savoir six qui correspondent aux différentes phases de transformation des céréales. Ils ont également adopté la même séquence de production qui commençait avec la trituration des céréales au sommet de l'immeuble et se terminait avec la mise en sac au rez-de-chaussée. Au premier et au deuxième étage, on avait la salle des machines qui était considérée comme la force motrice de l'unité de production de l'immeuble. À cette époque, les deux machines à vapeur qui caractérisaient la fabrique s'y étaient installées et plus tard, avec l'avènement de l'électricité, elles ont été remplacées par des machines électriques.

Même la toiture, utilisée comme terrasse, a été une véritable innovation. Elle était munie d'un réservoir d'eau de 20m³ qui pourrait servir en cas d'incendie. Ainsi, Paul Christophe a encore décrit cette solution étonnante sur les pages de la revue *Le Béton Armé* :

La planche L donne les détails d'un réservoir rectangulaire de 20 mètres cubes monté sur piliers en béton armé de 4 mètres de hauteur. Cette construction est établie sur la terrasse de la *Minoterie Gomes à Caramoujo* près de Lisbonne (1897). Le fond est plat. Il est muni de poutres secondaires et porte sur un cadre de poutres principales reposant sur les quatre piliers, les parois latérales de 1^m20 de hauteur, ont 0^m13 d'épaisseur maxima. Elles sont armées pour travailler comme consoles encastées sur le plancher, c'est à dire que l'ossature, formée de tiges verticales, est voisine de la face intérieure sur laquelle la pression s'exerce. Suivant le bord supérieur, la paroi est cependant renforcée en forme de corniche et armé d'une barre horizontale qui donne un certain appui. L'armature des parois est retournée de 0^m70 dans le hourdis du fond (*Le Béton armé* 1900, 21: 5)³.

Même l'ingénieur J. M. d'Oliveira Simões, en 1899⁴, décrivait l'usine en ces termes de modernité et d'innovation technique:

É a mais moderna das fábricas de moagem em Portugal e uma das mais notáveis. Para em tudo ser digna d'exame aos que se interessam pelas causas industriais e pela ciência do constructor, basta saber-se que, montada recentemente, em 1898, está dotada dos mais perfeitos mecanismos d'esta especialidade que

³ Voir aussi le n° 17 de 1899, où, à la page 5, on fait mention à l'usine de Caramujo pour ce qui concerne la structure des façades.

⁴ Cf. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n. 288, 1899.

tanto se tem desenvolvido, e que a construção do edifício é o primeiro exemplar de valor da aplicação do novo processo de construção em cimento armado, *systema Hennebique*. O incêndio de 10 de Junho de 1897 deu ocasião a que se fizesse uma transformação radical na antiga fábrica. Diversas transformações tinha experimentado já durante a evolução do seu trabalho, sendo a mais importante realizada em 1869, mas nunca se fizera uma transformação tão completa. O conjunto tem um aspecto gracioso e arquitectónico, acomodado ao fim que se teve em vista (Santos 1996: 88-89).

Œuvre pionnière d'un matériau et exemple symbolique d'une architecture industrielle moderne, dans le sens d'une expression moderne des formes, l'usine de Caramujo doit être aussi considérée comme une référence importante dans le *panorama* international. Par exemple, si on la compare au niveau structurel à certains travaux similaires, on peut reconnaître les paramètres techniques et architecturaux présents dans les différentes constructions d'Hennebique. La "Filature de Charles Six" à Tourcoing, le "Moulin de blé" de Nantes et l'usine textile des frères Barrois à Lille, tous les trois construits entre 1895 et 1896, constituent des exemples probants de ce système.

Il semble aussi approprié de comparer l'usine de Caramujo avec d'autres immeubles similaires réalisés par Hennebique à la même époque: comme le "Moulin Idéal" (dans la Loire) et le "Weaver's Mill" (Swansea, Royaume-Uni), tous les deux construits en 1898. Ce dernier en particulier, conçu par l'architecte Henry Portsmouth en 1897, a la particularité d'être retenu comme le premier bâtiment en béton armé de son pays, de même que l'usine



Fig. 9.
José Maria da
Silva, *Fábrica de
Moagem de Caramujo*. Bâtiment
terminé, 1898
(Fonds Bétons
Armés Hennebi-
que, BAH,
Ifa n° 076)

portugaise. Il se compose d'un bloc solide destiné aux silos et d'une usine de fraisage avec sept étages, dont les dimensions et la répartition des vides et des pleins permet d'établir une certaine parenté avec l'organisation de Caramujo (Santos 1996: 88-89). Plus tard, il y aura aussi le complexe du moulin "William Vernon & Fils" (à Londres), conçu par l'architecte John Clarke, et surtout la coopérative "Wholesale Society", construite entre 1903 et 1908, où l'on trouve la même conception de façade qu'à l'usine de Caramujo, surtout en ce qui concerne la modulation et la distribution des ouvertures (*Le Béton Armé* 1899, 12: 5-6; 17: 202-205). Cela est strictement lié à l'idée de "plan et façade libres" rendu possible grâce au système Hennebique.

L'héritage de l'usine de Caramujo dans les bâtiments portugais des années à venir

Après l'exemple de l'usine de Caramujo, et pour la connaissance de l'emploi du béton armé au Portugal, de nombreux d'autres cas peuvent être mentionnés comme également importants. On connaît en fait que Monet & Fils resteront actifs dans le Pays au moins jusqu'au début de 1900, quand ils réaliseront la version finale de la nouvelle usine de tissage de la "Société Grandella & C.", à São Domingos de Benfica (Santos 1996: 297). De plus, en février 1904, déjà sans son représentant Monet, Hennebique présentera à travers un autre agent officiel, un certain Machado da Cruz, une demande d'un nouveau brevet pour la fabrication des tuyaux, des canaux ou des colonnes de béton, ou d'autre aggloméré, armé ou non⁵. Immédiatement après, et précisément le 30 avril, il sera enregistré au Portugal le premier brevet en béton préfabriqué pour des panneaux de plancher et des poutres; tout à fait en simultané à l'application, dans le Pays, de piliers de fondation pour les travaux maritimes. En novembre 1905, une déclaration publiée sur la revue *A Construção Moderna*, fait connaître le nom de la nouvelle Société chargée de l'exploitation du brevet Hennebique au Portugal: la Société *Moreira de Sá & Malevez* (Quintela 1990: 9-15). À l'époque, cette entreprise avait déjà commencé à s'occuper de la construction de grands ouvrages en béton armé, soit en Espagne soit au Portugal. Déjà en 1902, en fait, l'un des partenaires de la société future, l'ingénieur Bernardo Joaquim Moreira de Sá, associé à la mai-

⁵ Patente n° 4560, demandée le 22/2/1904 et donnée pour deux années à partir de 9/6/1903 dans les termes de l'art. 29 de la *carta de lei* de 21/5/1896. Cf. *Boletim da Propriedade Industrial*, Lisboa, 3^e série, 21 (3), mars 1904, p. 69; et 21 (7), juillet 1904, p. 194.

son Hennebique de Madrid, avait réalisé des premiers travaux dans la ville de Porto comme concessionnaire du brevet. Ensuite, en octobre 1903, cette fois en tant que responsable à Porto de la nouvelle société de construction qui portait son nom, il avait commencé la réalisation de la seconde œuvre en béton armé du Portugal : il s'agissait de la *Caserne de Pompiers* commissionnée par la municipalité de la ville. Un immeuble de quatre étages, avec une hauteur totale de 19 mètres sur d'une superficie de 65m², qui était caractérisé par la présence d'un plan libre dans l'organisation de l'espace, nécessaire à la corporation des pompiers pour la réalisation quotidienne de leurs exercices de préparation (Quintela 1990: 9-15). Ainsi l'entreprise Moreira de Sà décrivait les circonstances qui avaient amené à la naissance de cette œuvre architecturale et le choix du béton armé en tant que matériau du projet:

O município do Porto possuía há vários anos um terreno vasto, em declive, de aterro muito heterogéneo e em que o solo bom se encontrava a 18 m de profundidade. O município pensava ocupar este terreno com o novo quartel dos bombeiros, mas o alto custo que implicaria a fundação num tal terreno impedia-o de tomar uma decisão. Propusemos então construir em Betão armado os diversos edificios, incluindo as fundações. Seria a primeira obra de Betão armado executada em Portugal e, justamente por isso, foi necessário um pouco de trabalho para convencer o município. [...] a natureza do solo que deveria suportar o edificio era [...] o que constituía o ponto mais difícil a resolver [...]. A adopção do Betão armado impunha-se do ponto de vista económico e dava inteira e plena satisfação no aspecto técnico. [...] o edificio [...] tem 6,50 m de fachadas e 10 m de comprimento e uma pequena torre, sobre a esquerda, de 2,70 m de lado, sobre uma laje geral de Betão armado que distribui a carga total na razão de 500 grf cm². Esta laje tem 10 cm de espessura, mas sob cada pilar tem 2mx2m e 30 cm de altura. Os pilares, lintéis, pavimentos, vigas e cobertura são de Betão armado; as paredes foram feitas com tijolos colocados com 11 cm de espessura e selados aos pilares simplesmente por meio de cimento. Os pavimentos assim como a cobertura tem 8 cm de espessura (Quintela 1990: 12).

Même si dans cette description, à tort, on parle de cet ouvrage comme le premier projet entièrement réalisé en béton armé (on ne doit pas oublier, en fait, la construction de l'usine de Caramujo réalisée quelque année auparavant), elle est, malgré tout, très intéressante pour bien comprendre les raisons qui parfois étaient arrières le choix de la nouvelle technique de construction: l'économicité et l'extraordinaire capacité portante.

Ensuite, en 1904, cette entreprise va réaliser le premier pont en béton armé du pays, à savoir l'élégant pont de "Vale de Meões", à Mirandela, qui

avec 19 mètres de longueur sera construit en seulement trente quatre jours. A partir de 1906, on aura la réalisation d'autres ouvrages importants: un viaduc en Arraiolos (1906) et deux ponts de plus larges proportions faits respectivement à Oliveira de Frades, *Ponte Luiz Bandeira* de 44 mètres de longueur pour un arc d'ouverture de 32 mètres (1907), et à Braga, *Ponte de Parada* de 33 mètres de longueur (1908) (Santos 1996: 181-184; *Revista de Obras Públicas e Minas* 1908, 39: 25).

En 1911, on a le projet d'un dépôt de wagons à construire à Campolide (Lisbonne) pour la *Société de Wagons-Lit*. Alors que, en 1912, le béton armé est utilisé dans la construction du premier dépôt d'eau du Portugal, construit à Entroncamento par la "Société des Chemins de Fer Portugais". Avec une capacité de 250 m³, il s'agissait d'une construction caractérisée par une géométrie rigoureuse et une grande pureté formelle, où les bords structurels des traverses de contreventement et des minces piliers qui prenaient en charge le réservoir étaient modelés doucement pour rendre la structure la plus raffinée possible. Petite finesse architecturale appliquée à une infrastructure industrielle. En 1913, d'autres ponts et viaducs, entièrement en béton armé, ont été construits par cette Société; tandis que, comme exemple d'un stade initial d'intégration du nouveau matériau dans les techniques constructives traditionnelles, qui étaient toujours utilisées, on peut mentionner, à Lisbonne, la construction de la *Fábrica de Cerveja Portugália* de António Rodrigues da Silva Júnior, construite à partir de 1913 par la Société Fernand Touzet (Ferreira 1972: 22). De la même époque, on a la construction d'un pont encore plus important que celui de Meões, le *Pont de Alvor*, ayant comme principaux éléments de résistance deux arcs jumelés de 33,60 mètres d'ampleur, contreventés par des poutres.

Autour des années vingt du XX^e siècle le béton armé est désormais un élément propre de l'architecture portugaise. Mentionnons à ce propos le projet présenté en 1928 par l'ingénieur João Jorge Coutinho pour la construction d'un entrepôt à Lisbonne. Il s'agissait d'un bâtiment construit à Santa Apolónia et entièrement réalisé en béton armé. De forme rectangulaire, avec trois étages, un toit à terrasse et une superficie de mille mètres carrés, ce bâtiment déjà à la fin des années vingt était salué par le monde architectural portugais avec des commentaires critiques très élogieux. À rendre encore plus évidente l'importance architectonique du béton armé, ce sera enfin le Mouvement Moderne qui, depuis la moitié des années vingt du XX^e siècle, commencera à se diffuser aussi dans la réalité constructive portugaise. Ensuite, les années trente et quarante offrent dans le panorama portugais la preuve d'une véritable acceptation du matériau qui vient, en ce moment là,

encore plus reconnu pour ses remarquables capacités structurales et pour son potentiel formel. On pense, par exemple, à l'Église de Notre-Dame de Fátima à Lisbonne (1938), qui avec son architecture va s'éloigner définitivement de la tradition constructive jusqu'alors considérée, en devenant l'un parmi les premiers bâtiments au Portugal où le béton armé vient utilisé aussi pour sa valeur esthétique.

De la même époque, ce sont d'autres exemples remarquables comme la *Casa da Moeda e Valores Selados* de Lisbonne (1930-1940), saluée comme l'une des œuvres les plus singulières du premier modernisme portugais (Tostões 2005: 66), qui se distingue des autres œuvres architecturales des années précédentes par son rationalisme constructif et son fonctionnalisme programmatique; ou encore le siège du journal *Diário de Notícias* (1936-1939), sur l'Avenida da Liberdade, qui résout de façon régulière et géométrique une façade sur rue compliquée; ou la *Lota de Massarelos* de Porto (1933-1935), également connue avec le nom de *Bolsa do Pescado* ou *Entrepósito Frigorífico do Peixe*, où l'architecte Januário Godinho réalise son premier ouvrage de grande puissance expressive, en rassemblant influences multiples, et où ils sont les exigences fonctionnelles qui déterminent la relation entre la spatialité interne et le système structural (Tostões 2005: 66).

À ces bâtiments on peut ajouter beaucoup d'autres également importants tels que la *Fábrica Barros* (1947-1952) et *A Nacional* de Lisbonne (1948-1956), l'*Armazém Frigorífico* de Lisbonne (1939-1944) et de Porto (1937-1939), la *Tobis Portuguesa S.A.* de Lisbonne (1936-1944), l'*Algarve Exportador* (1938) et la *Fábrica Rainha do Sado* (1941) à Matosinhos, la *Portugália Fábricas de Malte e Cerveja* de Lisbonne (1951), pour n'en citer que quelques-uns. Il s'agit de bâtiments qui bien expliquent comment, désormais, le béton armé était un matériau bien connu et bien utilisé par les architectes et les ingénieurs portugais. Ensuite, dans les années suivantes la contribution du matériau dans le monde constructif portugais sera encore plus prépondérante, en déterminant ce bouleversement de conception et ce changement de tendance qui se concrétisera dans la plupart des meilleures réalisations qui aujourd'hui illustrent le patrimoine architectural du pays.

Bibliographie

Sources d'archives

“Fonds Bétons armés Hennebique” (BAH). Subdiv. 50: Autres pays – Avant 1903. Dossier 076 Ifa. Objet BAH-25-1897-09173. Minoterie Gomes et Cie, Caramujo, Lisbonne, Portugal. 1897. Cité de l'architecture & du patrimoine /Centre d'archives d'architecture du XX^e siècle (Ifa).

Études

APPLETON, Júlio (2016). Construções em betão - Nota histórica sobre a sua evolução (<http://www.civil.ist.utl.pt/~crisina/GDBAPE/ConstrucoesEmBetao.pdf>, consulté en 2016.03.03).

DELHUMEAU, Gwenaél (1999). L'invention du Béton armé: Hennebique 1890-1914. Paris: Éditions Norma.

FERREIRA, Carlos Antero (1972). Betão aparente em Portugal. Lisboa: Associação Técnica da Indústria do Cimento.

FERREIRA, Carlos Antero (1989). Betão: a idade da descoberta. Lisboa: Ed. Passado Presente.

FLORES, Alexandre (1992). António José Gomes: o homem e o industrial. Cova da Piedade: Junta de Freguesia.

FARINHA, J. S. Brazão (1997). Construção da Baixa Pombalina. Lisboa: Metropolitano.

IORI, Tullia (2001). Il cemento armato in Italia: dalle origini alla seconda guerra mondiale. Roma: Edilstampa.

LICORDARI, Mariangela (2013). Le béton armé dans les bâtiments industriels: le cas de Brescia au début du XX^e siècle. Paris: Université Paris1 Panthéon-Sorbonne (mémoire du Master Erasmus Mundus TPTI).

MENESES, Arnaut P. de (1899). “Experiencias na escola médica de Lisboa, e em França na escola de pontes e calçadas e no ministerio da guerra”, Revista de Obras Publicas e Minas, 30 (351-352), 40-47.

QUINTELA, António de Carvalho (1990). “Contribuição para a história do betão armado em Portugal: primeiras obras”, Revista Portuguesa de Engenharia de Estruturas, 30, 9-15.

SANTANA, Francisco; Sucena, Eduardo (1994). Dicionário da história de Lisboa. Lisboa: Gráfica Europam.

SANTOS, António Maria (1996). Para o estudo da arquitectura industrial na região de Lisboa (1846-1918). Lisboa: FCSH-UNL (dissertação de mestrado policopiada).

SANTOS, Tito Nuno Sampaio Fernandes dos (2008). Estratégias para reparação e reforço de estruturas de betão armado. Braga: Universidade do Minho (dissertação de mestrado policopiada).

SEGURADO, João Emílio dos Santos (1923). Cimento Armado. Lisboa: Tip. Empresa Diário de Notícias.

SIMMONET, Cyrille (2005). Le béton. Histoire d'un matériau. Marseille, Éd. Parenthèses.

TOSTÕES, Ana (2005). "Em direcção a uma estética industrial: zeitwill ou vontade de modernidade", in A arquitectura da indústria, 1925-1965. Registo DOCOMOMO Ibérico. Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico.

VISEU, Joaquim C. S. (1993). História do betão armado em Portugal: incluindo a história do betão pré-esforçado. Técnicas relevantes. Obras conhecidas. Regulamentos principais. Lisboa: ATIC.

Revues

Boletim da Propriedade Industrial (1904), 21 (3), 21 (7).

Gazeta dos Caminhos de Ferro (1899) n. 288.

Le Béton armé, organe des concessionnaires et agents du système Hennebique (1898) 9; (1899) 12, 14, 16, 17; (1900) 1, 26, 28; (1901) 36, 37; (1902) 46, 49, 50 ; (1904) 69.

Revista Portuguesa de Engenharia de Estruturas (1990) 30.

Revista de Obras Públicas e Minas (1899) 30; (1908) 39.

O Couto Mineiro do Cabo Mondego e o contributo técnico de Ernest Fleury (1878-1958) na indústria extrativa e cimenteira locais. Um relatório geológico inédito de 1923

The Cape Mondego Mining District and Ernest Fleury's (1878-1958) technical contribution to the extractive industry and the local cement factory.
A 1923 unpublished geological report

JOSÉ M. BRANDÃO

Universidade Nova de Lisboa – IHC; Universidade de Évora – CEHFCI
jbrandao@fcsh.unl.pt

PEDRO M. CALLAPEZ

Universidade de Coimbra – DCT; CITEUC
callapez@dct.uc.pt

JOSÉ M. SOARES PINTO

Escola Secundária Dr. Bernardino Machado, Figueira da Foz
jvonpintoff@live.com.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 08.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 14.06.2016

Resumo: O presente texto debruça-se sobre o relatório produzido por Ernest Fleury (1878-1958), professor do Instituto Superior Técnico, na sequência de visita efetuada em abril de 1923, a convite da concessionária, aos barreiros e pedreiras existentes, respetivamente, entre Buarcos e Tavadere e no perímetro do Couto Mineiro do Cabo Mondego (Figueira da Foz). Estas explorações alimentavam as fábricas de cerâmica, cal hidráulica e cimento locais, daí resultando produtos emblemáticos que granjeavam bom acolhimento no mercado nacional, mas que enfrentavam uma competição séria e crescente. O relatório descreve as principais características dos depósitos em exploração e pronuncia-se sobre as potencialidades destes jazigos, no âmbito de uma longa colaboração que este importante geólogo teve com as indústrias do Cabo Mondego. Neste âmbito, para além da sua aura técnica, este documento deve ler-se num contexto temporal e como um contributo para a história da Geologia Aplicada em Portugal, de que Fleury foi pioneiro.

Palavras-chave: Ernest Fleury; carvão; pedreiras; indústria; Cabo Mondego (Portugal).

Abstract: This paper focuses on the report produced by Ernest Fleury (1878-1958), professor at the “Instituto Superior Técnico” of Lisbon, following an early invitation of the con-

cessionaire and a visit in April 1923 to the clay pits and quarries opened near Buarcos, Tavarede and in the mining district of Cape Mondego (Figueira da Foz). These open-pits supplied raw materials to the local ceramic, hydraulic lime and cement factories, which manufactured flagship products well received on the national market, but faced a serious and growing competition. The report describes the main characteristics of the explored deposits and gives an expert opinion about their potential, as part of a long collaboration that this important geologist had with the Cape Mondego industries. In this scope, besides its technical aura, this document should be read within a temporal context and as a contribution to the history of Applied Geology in Portugal, in which Fleury was a pioneer.

Keywords: Ernest Fleury; coal; quarries; industry; Cape Mondego (Portugal).

Introdução

Ernest Xavier Fleury (1878-1958), natural de Vermes, Suíça, diplomou-se em Zoologia e Antropologia pela Escola de Paris (1906), concluindo, no ano seguinte, o doutoramento em Filosofia Natural, pela Universidade de Friburgo (Thadeu 1958: 1; Aires-Barros 2008: 1). Precursor dos estudos sobre o carso na Suíça e, mais tarde, também em Portugal, Fleury lecionou Ciências Naturais numa escola privada da Normandia (Fig. 1), a primeira a introduzir em França novas metodologias ensaiadas em Inglaterra (1899), tornando-se num importante estabelecimento de práticas pedagógicas ativas (Jacquat 2010).

Em outubro de 1913, chegou a Lisboa, a convite do seu amigo e compatriota Paul Choffat (1849-1919), geólogo da Comissão do Serviço Geológico – também ele um “jurassiano”, como lhe chamava Décio Thadeu (Thadeu 1958: 3) –, para exercer a docência no recém-criado Instituto Superior Técnico (IST), onde passou a reger os cursos de Geologia e de Paleontologia, assegurando ainda a direção do Laboratório de Geologia e os trabalhos práticos dos alunos.

Aproveitando as facilidades concedidas por Alfredo Bensaúde (1856-1941), diretor do IST, percorreu o país a fim de se inteirar da sua geologia, criando uma “escola de campo”, na convicção de que o insucesso nos estudos geológicos, por parte de muitos alunos, se devia, sobretudo, a equívocos de metodologia que privilegiavam a memória em vez da compreensão dos fenómenos; um perfil de inigualável pedagogo, sobejamente enfatizado por Orlando Ribeiro (1911-1997), seu antigo discípulo (Ribeiro 1960).

A Geologia não é uma ciência de memória, mas sim, explicativa e firmada em observações exatas; o seu cultivo cheio de interesse é instrutivo e útil, e deve fazer-se principalmente em excursões pelo campo, que é o seu laboratório (Fleury 1921, *apud* Aires-Barros 2008: 5).

A par da docência, Fleury dedicou o tempo a trabalhos de geologia aplicada, domínio em que prestou inúmeros serviços de consultoria científica, em áreas tão diversificadas como a Geologia de Engenharia, a Hidrogeologia, a exploração de minas e pedreiras e a pesquisa de hidrocarbonetos. Para Thadeu (Thadeu 1958: 3) estas atividades, que se terão tornado mais absorventes a partir da segunda metade dos anos vinte, tiveram como consequência uma diminuição sensível da prestação do ilustre geólogo, como investigador.

Muitos relatórios e pareceres por si elaborados ao longo dos anos, cumpridas que foram as finalidades a que se destinavam, permanecem inéditos, carecendo de novas leituras enquanto documentos para um melhor conhecimento da craveira científica do *mestre*, como lhe chamavam alunos e colaboradores próximos, e como testemunhos para a história da Geologia prática e aplicada em Portugal, de que Fleury foi pioneiro, como recorda Aires-Barros (Aires-Barros 2008: 4).

É nesta perspetiva que o presente texto revisita o relatório elaborado na sequência de uma visita realizada, a convite da concessionária das indústrias estabelecidas no Cabo Mondego (Figueira da Foz), aos barreiros e pedreiras de onde se extraíam as matérias-primas para o fabrico de tijolaria, cal hidráulica¹ e cimento ali produzidos. A visita ocorre em abril de 1923, ano que, como sublinha Braz Oliveira (Oliveira 1995: XX), marcou definitivamente uma viragem no cenário do mercado português de cimentos, que “passa a confiar” na produção nacional.



Fig. 1.
Ernest Fleury (1878-1958) ca. 1940 e a *École des Roches*, em Verneuil sur Avre, Normandia, onde trabalhou entre 1908 e a sua vinda para Portugal em 1913.

Poderá alegar-se que o relatório do ilustre geólogo não terá trazido mais informação do que a que já possuíam os responsáveis por aquelas unidades; porém, com a sua visão de conjunto e assinatura, Fleury apunha uma chan-

¹ Ligante que se obtém, umas vezes pela cozedura em determinado grau de certos calcários argilosos ou siliciosos, outras pela combinação artificial de argila e cal ou calcários puros ou pouco argilosos (Neves 1892: 207).

cela de prestígio aos produtos das indústrias do Cabo Mondego, que tinham de competir com outras marcas nacionais que também lutavam pelos seus nichos, num mercado ainda pequeno, mas em franco crescimento.

Sublinhe-se que a abertura das referidas pedreiras, outrora indispensáveis ao desenvolvimento do importante polo industrial que foi o Couto Mineiro do Cabo Mondego, não foi isenta de impactes ambientais a vários níveis, que atualmente urge minimizar, reconvertendo o lugar para novos usos culturais, educativos e de lazer, como oportunamente sugeria J. Soares Pinto (Pinto 1997). Com efeito, o Cabo Mondego é um lugar de múltiplas convergências de valores patrimoniais, reconhecidos pela atribuição dos estatutos de Monumento Natural² e de biótopo CORINE; pelo facto de parte da sucessão de camadas calcárias contígua à concessão ter sido reconhecida internacionalmente como padrão mundial (estratotipo de limite) para o intervalo de passagem dos andares Aaleniano e Bajociano do Jurássico Médio (Rocha 2009; Rocha *et al.* 2014); e ainda pelo apreciável potencial geoturístico fundado nos valores paisagísticos deste troço de litoral e na especificidade do património histórico e mineiro (Callapez, Pinto 2005, 2010; Pinto 2006; Pinto, Callapez 2006, 2009). Justifica, por isso, a pertinência da presente abordagem.

1. A fileira industrial do Cabo Mondego

As indústrias que se fixaram no Cabo Mondego estavam intimamente relacionadas com a descoberta e com a exploração de carvão betuminoso, intercalado em formações margo-carbonatadas do Jurássico, que ali se processou durante cerca de 200 anos, desde meados de 1780 (Lima 1956: 5; Solla 1970: 6) até 1967, quando, por motivos económicos, e anos após um incêndio bastante destrutivo, a mina foi definitivamente encerrada (Fig. 2).

A baixa qualidade e o reduzido valor comercial deste carvão, bem como os elevados custos do seu transporte por via-férrea e por barco, até aos grandes centros de consumo situados em Lisboa e no Porto, retiravam-lhe competitividade, num mercado de pequena dimensão como era o português, dominado pelos carvões ingleses vendidos a mais baixo preço. Estes constrangimentos aconselhavam, vivamente, o consumo industrial local, à boca da mina. Assim, progressivamente, assistiu-se à instalação de unidades fabris no Cabo Mondego, as quais consumiam aqueles carvões, configurando uma estratégia de “integração vertical” defendida desde os primeiros tempos do

² Decreto Regulamentar nº 82/2007, de 3/10/2007.

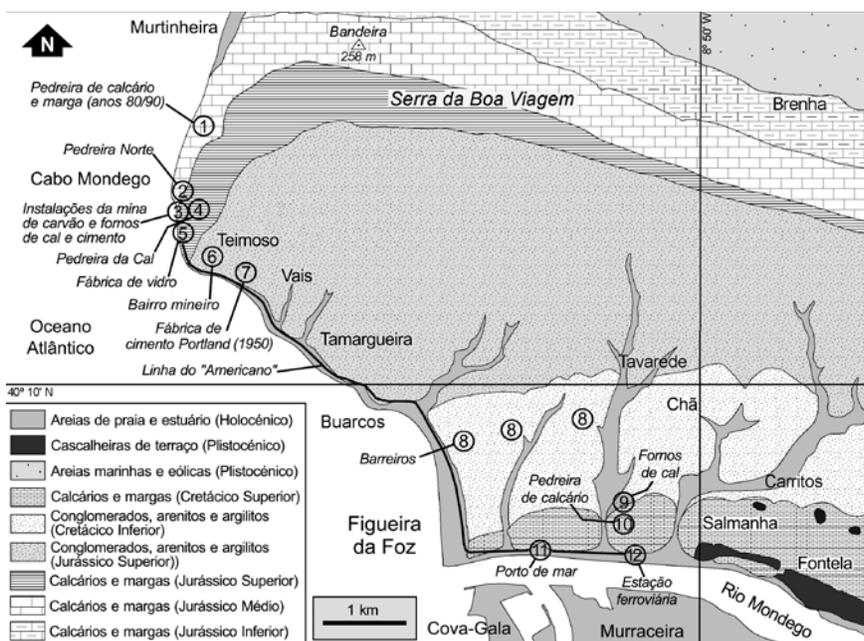


Fig. 2. Esboço geográfico e geológico do Cabo Mondego e sua envolvente, com localização da mina, fábricas, pedreiras e barreiros mencionados no texto (Callapez 2015, com base na cartografia geológica disponível à escala 1/50.000)

século XIX, por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), mineralogista, lente da Universidade de Coimbra e Intendente Geral das Minas do Reino, quando ali fez instalar os primeiros fornos de cal e de tijolo.

Além da indústria dos barros vermelhos, aí se estabeleceram, também, uma fábrica de garrafas e vidraças que teve uma vida produtiva intermitente e sucumbiu à cartelização do sector³, uma fábrica de cal hidráulica e outra de “cimento natural”⁴, as quais, pela sua dimensão e volume de negócios foram, porventura, as mais importantes peças da fileira industrial. Sublinhe-se, aliás, que, enquanto a exploração carbonífera sempre se debateu com inúmeros problemas, a indústria do fabrico da cal hidráulica e do cimento natural, iniciada em 1850 por iniciativa da recém-formada *Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego*, foi progredindo e ganhando uma projeção crescente, desenvolvimento confirmado por relatórios internos, num período que medeia entre 1886 e 1897, nos quais se fazia a apologia da excelência destes produtos (Pinto 1997: 59).

³ Segundo Fleury (*apud* Santos 1982), a fábrica já estaria encerrada em 1928.

⁴ Em 1913, o único forno a trabalhar produzia 2 t/dia (Mendes 1998: 13).

Neves, Monteiro & Barata (1889: 429) no catálogo da Secção de Minas da Exposição Nacional das Indústrias Fabris, certame realizado em Lisboa, em 1888, referem a importância daqueles dois produtos fabricados em larga escala a partir do calcário argiloso do Jurássico Superior, “empregados com vantagem em muitas obras importantes do país”, a cujos fornos era destinado o carvão de 1ª extraído nas minas, que correspondia a cerca de 20% da produção.

Já nessa época os relatórios internos da empresa mineira faziam referência às pedreiras Norte e Sul do Cabo Mondego, explorações que integravam uma concessão que se estendia desde os últimos contrafortes ocidentais da serra da Boa Viagem até ao litoral oceânico, abrangendo jazigos que, pela sua extensão e possança, se consideravam como potencialmente “inesgotáveis”, salientando ainda o incremento expressivo que essas explorações estavam a registar, quanto ao alargamento das suas frentes de extração.

A fileira industrial completava-se com uma fábrica de briquetes destinada a consumir o carvão de 3ª, instalada nos primeiros anos do século XX, um negócio que se revelaria efémero, porquanto a qualidade daquele era muito baixa e o teor de enxofre elevado, além de que o preço do breu necessário à aglomeração foi tornando o produto cada vez menos interessante e competitivo. Contudo, como recorda Amado Mendes (Mendes 1998: 14), o processo foi retomado aquando da II Guerra Mundial, devido á escassez de carvão importado.

Cerca de 1928, foi ainda construída uma central termoelétrica, a qual, além de fornecer energia à mina e ao complexo industrial do Cabo Mondego, contribuiu, durante vários anos, para o abastecimento público da Figueira da Foz.

2. Competição: uma leitura diacrónica

Apesar da reduzida dimensão do mercado nacional, Castanheira das Neves (1842-1922), engenheiro responsável pela instalação e direcção do primeiro laboratório oficial de controlo de qualidade, situado no palácio dos Condes de Óbidos, em Lisboa⁵, após a publicação na *Revista de Obras Públicas e Minas*, de um importante relatório sobre os cimentos nacionais, não se furtou a deixar bem clara, no mesmo órgão oficial da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, as suas impressões sobre o atraso do país neste domínio:

⁵ Este laboratório resultou do reconhecimento, por parte do Estado, da necessidade de avaliar os materiais de construção utilizados em obras públicas e privadas, na sequência da menção de Mouzinho de Albuquerque (1792-1846) no seu “Guia do engenheiro na construção de pontes de Pedra” (Academia Real das Ciências de Lisboa, 1844).

Nem mesmo o elevado direito protecionista estabelecido por decreto [...] nem a relativa facilidade de fabrico nem a abundancia de matéria prima que se encontra disseminada em muitos pontos do nosso pais, conseguiram ainda atrair capitais para a instalação de novas fabricas ou para o aproveitamento ou desenvolvimento sistemático das industrias incipientes deste género. Verdade seja que a cal hidráulica não pode substituir-se aos cimentos em todos os casos, e que não tem entre nós granjeado o mesmo favor que este último, mesmo nas hipóteses em que se lhe torna preferível pela lentidão da presa ou modicidade do preço (Neves 1892: 210).

A fábrica de cal hidráulica do Cabo Mondego que, durante alguns anos, apenas tivera de enfrentar os produtos importados, passou a ter de competir com a fábrica de cimentos naturais da Maceira, antecessora da atual *Secil Argamassas*⁶, concorrência agravada, a partir de 1894, com a entrada no mercado dos cimentos artificiais tipo *Portland*, fabricados pela primeira vez em Portugal, pela unidade instalada em Alhandra, sob a marca *Cimentos Tejo* (atual CIMPOR).

Competindo pelo mesmo mercado, as três fábricas tinham em comum o facto de estarem instaladas junto de pedreiras de calcários e margas de boa qualidade, indispensáveis à laboração e de terem bons acessos por via fluvial e marítima, ou ainda por estrada e via-férrea. No caso particular do Cabo Mondego, a exportação do carvão e dos produtos ali fabricados era assegurada por um “americano” estabelecido por alvará de 17 de setembro de 1874 (Santos 2004: 63), propriedade da empresa (Fig. 3), que ligava as minas e fábricas à estação ferroviária e ao porto da Figueira da Foz.

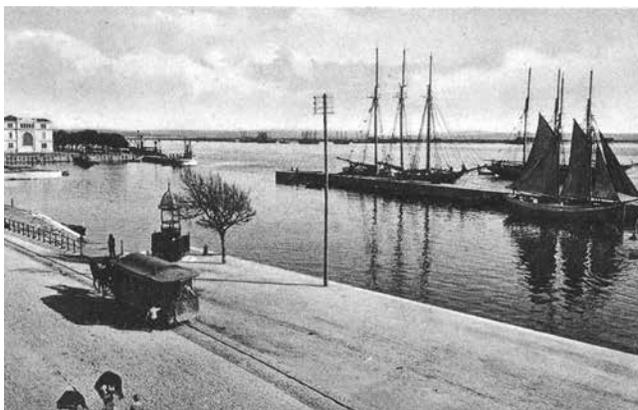


Fig. 3. O “americano” da Figueira da Foz, para além de assegurar o transporte dos produtos de, e para, as indústrias do Cabo Mondego, fazia também, desde agosto de 1876, serviço de passageiros (postal ilustrado, ca 1910).

⁶ “Cal hidráulica” (<http://www.secilargamassas.pt/pt/cal-hidraulica-natural>, consultado em 2015.10.21).

Como referia Eugene Ackermann (Ackermann 1906: 470), até 1904, a fábrica de Alhandra era a única com autorização para fabricar cimento artificial; porém, com o fim do privilégio assistiu-se à entrada em produção da fábrica da Rasca, montada por um pequeno grupo de engenheiros belgas e portugueses na foz do rio Sado, Outão, que lançou um novo produto com a designação comercial de “Tenaz”. Instalada no vale (da Rasca) que separa as formações calcárias jurássicas da serra da Arrábida das séries argilo-calcárias que se estendem até Setúbal, a nova fábrica beneficiava igualmente de acessos fáceis por terra e por mar, para além de dispor de um cais de acostagem próprio.

Neste período as fábricas portuguesas conseguiam competir com os cimentos estrangeiros, embora a importação deste produto ainda fosse considerável. Este cenário começaria a inverter-se no início da década de 1920 quando, retomando trabalhos de um anterior fabricante de cimentos naturais que ali laborara durante anos, Henrique de Sommer (1886-1944), tendo por base o projeto técnico de João Rocha e Mello (1891-1967), engenheiro civil formado em Lausanne, Suíça, poria em marcha, na Maceira, Leiria, a mais moderna das fábricas de cimentos artificiais até então instalada em Portugal, dotada de um forno rotativo de tecnologia alemã.

Num contexto pós I Grande Guerra, os principais objetivos deste industrial eram os de inovar e incrementar a produção de cimento em Portugal, beneficiando das condições geológicas de exceção que o local oferecia, já que a pouca distância tinham pedreiras de calcários, calcários margosos e margas – ainda hoje em laboração –, e do facto das concorrentes nacionais, estarem menos apetrechadas do ponto de vista tecnológico. A nova fábrica rapidamente alcançaria um patamar de cerca de 60 mil toneladas por ano.

A competição por um mercado pequeno, embora crescente e, sobretudo, a ameaça que representava a entrada em produção da nova fábrica da Maceira-Liz em maio de 1923, que a Companhia do Cabo Mondego tentara travar (Oliveira 1995: 231)⁷, para além da tentativa de marcar uma nova presença no mercado em tempos de renovação da empresa⁸ foram, certamente, razões de peso para a decisão da concessionária em convidar Ernest Fleury a visi-

⁷ A instalação da fábrica da Maceira fora requerida em 1919, com o privilégio de 10 anos, ao abrigo do recente enquadramento do estabelecimento de novas atividades industriais promulgado por Bernardino Machado (Lei 305 de 5/09/1917, regulada pelo decreto nº 3734 de 12/01/1918) que deixava livre essa atividade, se desenvolvida por outros processos. Porém, também estabelecia um regime de primazia por ordem entrada dos pedidos, facto invocado pela Companhia do Cabo Mondego na sua contestação de 1920.

⁸ Em 1922 a *Companhia Industrial e Mineira de Portugal* tomara posse plena do património da anterior *Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego*, entretanto falida (Santos 1995: 59).

tar as concessões e a pronunciar-se sobre as potencialidades das pedreiras que forneciam os calcários e margas consumidas. Aliás, não é de descartar a hipótese que fosse do conhecimento daqueles empresários que o professor do IST fora, anos antes, conselheiro de Henrique Sommer, quando este estudava em detalhe as condições da zona de Maceira tendo em vista a instalação da fábrica (ca 1919), procurando, junto daquele Instituto, apoio para o reconhecimento geológico da área. Contudo, outras razões terão, com certeza, prevalecido, mormente a proximidade da instalação de novos equipamentos adquiridos a título das reparações de guerra alemãs acordadas em junho de 1922, entre os quais uma nova linha de produção de cal hidráulica (Santos 1995: 70)⁹.

Por esta altura, verificava-se já, de forma vincada, a mudança de paradigma nos sistemas construtivos, com a crescente utilização do betão armado, o que demandava uma maior procura de ligantes, entre os quais, obviamente, os cimentos artificiais, pelo que as empresas tinham de garantir padrões de qualidade dos seus produtos, para assegurarem uma confortável quota do mercado nacional de obras públicas e particulares e eliminarem, de uma vez por todas, a importação de cimentos estrangeiros.

3. Cabo Mondego: os produtos emblemáticos

3.1. Cal hidráulica

A cal hidráulica foi, porventura, de entre os produtos da fileira industrial ancorada na mina de carvão do Cabo Mondego, o mais emblemático e o único que conseguiu “sobreviver e desenvolver-se de forma sustentada” (Oliveira 1995: 358), até ao encerramento definitivo da fábrica em 15 de março de 2013. O início da produção situa-se por volta de 1801, desenvolvendo-se, pelos finais do século XIX, com a sociedade *Guimarães & Bracourt*, arrendatária do Couto Mineiro, concessionado desde 1874 à *Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego*, refletindo-se direta, e muito positivamente, na lavra do carvão, cuja produção cresceu em consonância. O processo de fabrico era semelhante ao do cimento, com a diferença de serem maiores, neste último, as quantidades de argila empregues e a temperatura de coze-

⁹ Recebida em meados de 1923-24, só viria a ser instalada em finais de 1930 (Mendes 1998: 14), tempo em que, no Outão, reabria renovada, sob a marca SECLIL, a antiga fábrica da Rasca, fechada em 1918 por razões económicas consequentes com a I Guerra Mundial.

dura. Oferecia-se um produto de qualidade, capaz de competir no mercado internacional, rivalizando mesmo, na opinião dos fabricantes, com o que era produzido na famosa fábrica francesa de Teil¹⁰ (Ackermann 1906: 470), conquistando, desde cedo, um lugar relevante no mercado, tanto no domínio das obras públicas, como nas obras particulares.

De início, a fábrica dispunha de dois fornos fusiformes contínuos com uma capacidade de 50 m³ cada, e de um forninho para ensaios. A pedra para cozer era escolhida nas pedreiras e quebrada de modo a que as lascas de maiores dimensões regulassem entre 8 e 14 cm de comprido. Era depois conduzida em vagonetes puxadas por cavalos ou mulas, em via de serviço, até à abertura superior dos fornos nos quais era lançada (Fig. 4). Dispunha-se aí em camadas alternadas, com a lignite vinda das minas e misturada com o *coke* obtido nos fornos da fábrica de vidros. Concluída a cozedura, escolhiam-se as pedras cruas, bem como as sobrecosidas, sendo levadas para a moagem e peneiração e, depois, para o telheiro de extinção, ali ficando a cal, ensilada e amontoada, durante 12 a 15 dias (Ackermann 1906: 226).

Fig. 4.

Carregamento da bateria de fornos da cal hidráulica, em 1928. Quando parou a laboração, a fábrica tinha em funcionamento 14 fornos, com uma capacidade de produção de 30 t/dia. Em fundo, à esquerda, o primeiro forno mandado construir por José Bonifácio de Andrada e Silva. (Rep. de Sousa 1996).



Se bem que houvesse outras empresas a produzir cais destinadas ao fabrico de argamassas, designadamente em Alcântara, Lisboa; Anadia, Aveiro, Cantanhede, Penacova, Penela, Montemor-o-Novo (cal magnesiana), Vila Fernando e Escusa, Marvão (Neves 1892: 211; Mendes, 2009: 88), a qualidade da produzida no Cabo Mondego garantia-lhe uma boa aceitação. Não obstante este sucesso, a crescente procura de cimento, que começara

¹⁰ Esta fábrica, berço do atual grupo *Lafarge*, foi fundada em 1833.

entretanto a produzir-se em Portugal, sendo oferecido, também, por diversos importadores, incentivava a realização de estudos mais detalhados, incidindo sobre as matérias-primas saídas das pedreiras da área concessionada. Desse trabalho foram encarregados os engenheiros Silva Cattier, belga, coadjuvado pelo português Lourenço Malheiro, que se demoraram no Cabo Mondego cerca de um mês, procedendo a aturados exames e expedindo para a Bélgica diversas amostras do calcário, analisadas no antigo *Laboratoire d'Analyses Commerciales et de Controle*, em Mons¹¹. O relatório por eles elaborado, citado pela *Empresa...* (*Empresa...* 1897: 5), referia que

as camadas calcárias do Cabo Mondego apresentam muitos pontos de semelhança com a pedra de Tournai¹², sem que por isso tenham a mesma idade geológica, tendo a mesma cor, a mesma dureza e uma composição quase análoga. Temos pois a firme convicção que o fabrico do cimento Portland natural será bem-sucedido, como tem sido no Tournai,

ainda com a vantagem de os cimentos do Cabo Mondego, segundo Cattier, possuírem um grau de hidraulicidade¹³ muito mais elevado do que os belgas.

Tabela 1. Análise da matéria-prima para fabrico da cal hidráulica do Cabo Mondego, obtida por mistura de dois calcários em partes iguais

Composição	Valor em %	
Sílica combinada	19,475	
Alumina	7,955	10,040
Peróxido de ferro	2,085	
Carbonato de cálcio	58,865	
Magnésia	0,625	
Areia siliciosa, outros produtos, perdas	10,995	
Total	100,000	

Fonte: Instituto Agrícola, cit. em Neves 1892.

Muitos foram os técnicos e chefes de obra que, em diferentes momentos, abonaram publicamente a excelência da cal hidráulica do Cabo Mondego, utilizada em importantes trabalhos públicos da época, incluindo edifícios, pontes ferroviárias e infraestruturas portuárias. Refiram-se, nos anos vinte,

¹¹ Resultados obtidos por C. das Neves a partir de 9 amostras provenientes de bancadas sucessivas, espaçadas de 2 em 2 metros, seguindo a inclinação da estratificação: Silicato de alumina – 33.05; Cal – 61,17; Ferro – 2,94; Magnésio – 0,89; Perda ao calor – 1,95 (*Empresa...* 1897: 5).

¹² Cidade belga situada cerca de 85 km a Oeste-Sudoeste de Bruxelas, província de Hainaut.

¹³ Propriedade que têm a cal e o cimento de endurecer e adquirirem consistência, sob efeito da água.

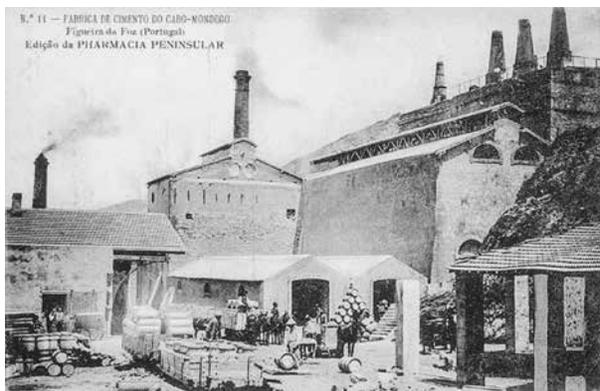
entre outros possíveis exemplos, os portos da Figueira da Foz e Aveiro, a *Hidro-Elétrica da Serra da Estrela*, a *União Elétrica Portuguesa*, e, a título de obras particulares, o caso do reputado arquiteto (Manuel) Norte Júnior (1878-1962), cuja obra se perpetuou, em particular, na cidade de Lisboa.

O lançamento dos cimentos artificiais no mercado relegou a cal hidráulica para um papel de complementaridade, utilizando-se como constituinte de argamassas, isoladamente ou em mistura com outros ligantes, não perdendo, todavia, o seu nicho de mercado mercê da qualidade atingida, o que, nas palavras da empresa, se devia “às excelentes pedreiras ou jazigos calcário-argilosos de que provém, notáveis pela regularidade e riqueza das suas camadas” (Companhia... 1928).

3.2. Cimento natural e de tipo *Portland*

Os estudos, consultas e análises feitas por João Ferreira Lapa (1823-1892) em Paris e no Instituto Geral de Agricultura (atual Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa), onde ficou conhecido como “fundador da Química Agrícola” em Portugal, uma das disciplinas que lecionava (*apud*. Santos, s.d.), permitiram demonstrar que o Couto Mineiro do Cabo Mondego possuía condições para produzir, além da cal hidráulica, cimento do tipo *Portland*, abrindo-se assim uma nova janela de oportunidade para a concessionária. A primeira fábrica foi instalada em 1879 sob a direção do francês E. Larmande, *ingénieur des Ponts et Chaussées*, pela escola de Paris (Empreza... 1897: 3), sendo a cozedura feita num forno troco-cônico de 35 m³, coroado por um cone invertido para maior aproveitamento do calor (Fig. 5).

Fig. 5.
Carregamento de cimento e cal hidráulica no Cabo Mondego, vendo-se a fábrica de cimento ao centro e, à direita, a fábrica de cal, já então com 5 fornos que forneciam, segundo A. Mendes (1998: 11), cerca de 35 t/dia em 1913 (Postal ilustrado ca 1910).



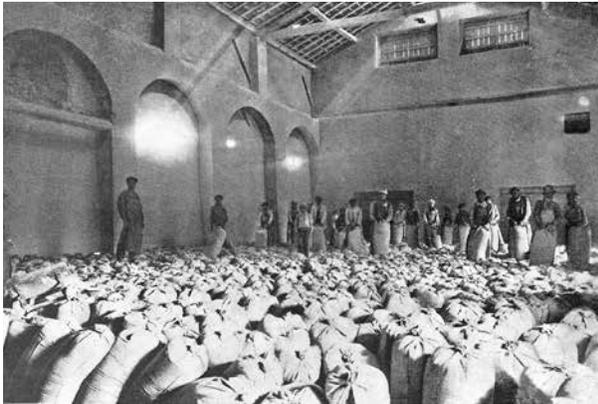


Fig. 6.
Detalhe de um dos
armazéns da cal hidráulica,
em 1925
(Rep. de Sousa 1996).

Em 1880 as indústrias do Cabo Mondego já forneciam ao mercado nacional, além da cal gorda muito branca, uma cal hidráulica que apresentava, à época, razoável qualidade, obtida a partir dos calcários cretácicos da Salmanha¹⁴ (Pinto 1997: 57-58) (Fig. 6), um cimento natural (cimento pronto) que fazia presa em 5 a 10 minutos, que teve boa aceitação, introduzindo-se, desde então, sucessivas melhorias na cadeia de produção, e um cimento artificial, com boa aceitação no mercado.

O cimento do Cabo Mondego é considerado pelos engenheiros, conductores e empreiteiros que o têm empregado, como igual ao melhor Portland importado, como consta dos documentos que adiante transcrevemos, os quaes certificam bem que, não só no paiz, como fóra d'elle o cimento e a cal hydraulica do Cabo Mondego são justamente apreciados (Empreza ... 1897: 4).

Este produto era, sobretudo, destinado ao fabrico de canos para condução de água, caves, fossa etc., sendo também aplicado, com vantagem, em trabalhos “sobre ou nas proximidades da água”. Pelos finais dos anos 1890, foi ainda lançado um cimento artificial, “resultado de uma fabricação particular”, de mais fácil trabalho do que com o *cimento pronto* e mais rápida presa, destinado a trabalhos que requeressem uma resistência excecional.

De entre os testemunhos publicitados pela empresa mineira em abono dos seus cimentos, refira-se, por exemplo, o do deputado, par do reino e

¹⁴ Segundo Pinto (Pinto 1997: 60), “este facto era plausível, uma vez que na pedreira sul predominavam os calcários margosos e margas, das quais, por cozimento, só poderia resultar uma cal impura. A “cal gorda” provinha de um forno existente perto da estação de caminho de ferro, estando estes pontos interligados por duas extensões da linha privativa da Mineira, uma do cais novo ao forno de cal e outra, deste último à estação de caminho de ferro, construídas em 1888” (*Álbum Figueirense* 2008).

coronel de engenharia Domingos Pinheiro Borges (1829-1888), membro de Comissões de Obras Públicas e Defesa, que declarava ter encontrado, e indicado dentro dos limites da propriedade da Companhia, Mineira e Industrial do Cabo Mondego “uma vasta formação de terreno própria para produzir cimento natural de qualidade igual, se não superior, ao de *Portland*”, que vinha já a utilizar, há muitos anos nas suas obras, o qual permitia mesmo obter “resultados mais seguros do que ofereciam os cimentos artificiais existentes no mercado português” (Empreza ... 1897: 8).

Estas declarações, usadas pela Companhia como promocionais, tinham um valor meramente simbólico. Todavia, não deixavam de ser, de certa forma, consonantes com os estudos de Castanheira das Neves, um dos primeiros técnicos portugueses a ensaiar as propriedades tecnológicas da cal hidráulica e do cimento produzidos pelas indústrias do Cabo Mondego, identificando de forma precisa, em visita efetuada ao Cabo Mondego, a proveniência das matérias-primas exploradas e os passos da cadeia produtiva.

Tabela 2. Preços dos produtos do Cabo Mondego entregues na estação ferroviária ou no porto

Produtos	Apresentação (a)	Preço por tonelada
Cal hidráulica	Em sacas	5\$500
	Em barricas	6\$500
	Em pedra, expedida a granel por vagão completo	3\$500
Cimento pronto	Em sacas	10\$000
	Em barricas	11\$000
Cimento <i>Portland</i>	Em sacas	11\$500
	Em barricas	12\$500
Cal gorda	Em pedra, expedida a granel por vagão completo	3\$500
	Em pó, em barricas	4\$500

Fonte; *Empreza ... 1897*.

(a) Os sacos seriam devolvidos sem despesa alguma para a Empresa, à gare da Figueira da Foz, no prazo de um mês, decorrido o qual seriam cobrados 200 reis por saca. As barricas não eram restituídas.

4. As pedreiras, a visita do *mestre*, as considerações

4.1. Pedreiras Norte e Sul

As duas pedreiras a céu aberto atingiam uma dimensão considerável para a época e distavam cerca de 1 km entre si, constituindo rasgos profundos nas vertentes sobranceiras ao litoral oceânico, entre o promontório do Cabo



Fig. 7. Panorâmica das instalações fabris e pedreiras do Cabo Mondego, em finais dos anos 1940. Em primeiro plano, sobre as arribas com calcários e margas do Jurássico Superior, os edifícios de ensacamento e armazenamento da cal hidráulica e cimento e a chaminé da antiga fábrica de vidro; em segundo plano os fornos e a pedreira da cal; em último plano, a pedreira Norte, do cimento (coleção J. M. Soares Pinto).

Mondego e a entrada sul da concessão do Couto Mineiro, onde as indústrias anexas se concentravam (Fig. 7). A sua exploração prolongou-se no tempo até à década de 1980, a elas se juntando o grande céu-aberto existente entre o Farol Novo e o lugar de Vale de Anta, na Murtinheira, criado e intensamente escavado durante este período mais tardio.

Embora situadas sensivelmente à mesma cota, as duas pedreiras em laboração no dealbar do século XX incidiam, contudo, sobre níveis estratigráficos distintos quanto à sua idade relativa e litologias carbonatadas dominantes. A mais antiga, a sul, era a utilizada para o fabrico de cal hidráulica. Aberta a cerca de 200 m da fábrica, o seu piso encontrava-se sensivelmente ao nível da plataforma superior dos fornos, como hoje ainda se pode verificar. A pedreira Norte, aberta posteriormente, era usada para a extração dos calcários margosos destinados ao fabrico do cimento.

A lavra da pedreira processava-se tradicionalmente segundo um método que consistia na abertura de galerias a fogo, provocando, seguidamente, o seu desabamento. A pedra era britada manualmente junto das frentes de ataque, e posteriormente transportada em vagonetes sobre via *Decauville*, até aos fornos. Porém, em meados dos anos 1950, com a entrada em funcionamento

da nova fábrica, o aumento crescente da produção do cimento e cal obrigou à abertura de novas frentes de exploração e à modificação da metodologia de desmonte das duas principais pedreiras. Do método artesanal passou-se para uma exploração totalmente mecanizada, que permitiu uma lavra mais ambiciosa, patente na extensão dos taludes atuais das frentes de desmonte destas duas explorações (Pinto 1997: 60).

Em 1913, as pedreiras e as fábricas de cal e cimento foram visitadas pelos engenheiros J. Andrieux e Edouard Candlot¹⁵, muito possivelmente ainda por solicitação da *Guimarães & Bracourt*, que elaboraram um estudo completo e aprofundado sobre as indústrias do Cabo Mondego, tendo em vista a modernização das suas linhas de produção. Neste estudo, conhecido na empresa como “Relatório Andrieux”, os dois técnicos reconheciam a existência de boas e abundantes jazidas de matérias-primas, propondo o aumento de produção da cal hidráulica até às 15.000 t/ano através da substituição dos antigos fornos por outros apetrechados para a tecnologia *Candlot*, e a instalação de uma fábrica de cimento *Portland* dimensionada para 30.000 t/ano, com um forno rotativo, novidade absoluta em Portugal (Oliveira 1995: 228-9)¹⁶. Se tudo corresse bem, as novas linhas de produção poderiam, a breve prazo, na opinião dos franceses, substituir a importação de cimentos estrangeiros¹⁷.

4.2. Observações e recomendações do mestre

Se bem que certamente lhe tivesse sido facultado o “Relatório Andrieux”, no qual se referiam pormenorizadamente as pedreiras (Fig. 8), Fleury elegeu como trabalhos-chave para o conhecimento geológico da região – que aliás já conhecia bem –, para além do artigo do inglês Daniel Sharpe (1806-1856) (Sharpe 1849: 6), a incontornável “memória” de Carlos Ribeiro (1813-1882)

¹⁵ Edouard Candlot (1858-1922) entrou para a *Société des Ciments Français* de Boulogne-sur-Mer em 1881, ali desenvolvendo e aperfeiçoando novas técnicas de fabrico de cimento adotadas por muitos produtores.

¹⁶ No entender destes técnicos, as alterações propostas assegurariam o consumo de carvão, incluindo o de 2ª categoria, já que, como recorda Oliveira 1995: 229, as indústrias que se fixaram no Cabo Mondego eram indutoras do desenvolvimento da lavra das minas e não o contrário.

¹⁷ Na opinião de Oliveira 1995: 231, o relatório dos franceses terá influenciado os administradores da Companhia quanto à viabilidade económica da instalação da fábrica de cimento. Entretanto eclode a I Grande Guerra, que adiará o investimento por largos anos.



Fig. 8.
Vista parcial de uma das pedreiras estudadas por Fleury, possivelmente o segundo, na fotografia, a contar da esquerda (Rep. de Sousa 1996).

sobre a mina de carvão do Cabo Mondego (Ribeiro1858)¹⁸ e a descrição dos “terrenos jurássicos” a norte do Tejo, publicada por Paul Choffat (Choffat 1880), na qual se distinguem e descrevem com algum pormenor os “calcários com carvões do Cabo Mondego” e a geologia das vizinhanças de Buarcos.

O relatório entregue à empresa, datado de 30 de abril de 1923 (Fleury 1923), desdobra-se por 19 páginas dactilografadas com diversos esboços coloridos a lápis de cor. Embora citado marginalmente pelo Eng.º Manuel Joaquim Moreira dos Santos (1926-2014), antigo diretor da *Companhia de Carvões e Cimentos do Cabo Mondego* e conhecido historiador local (Santos 1995: 67), o documento permaneceu inédito até ao recente encerramento do complexo fabril.

Em concreto, inicia-se com algumas considerações sobre a geologia regional, que o autor resume a uma grande estrutura monoclinial inclinada para sul, formada pela sucessão regular de camadas com idades compreendidas entre o Jurássico Inferior e o Cretácico Superior, contactando por falha, na vertente norte da Serra da Boa Viagem, com areias do Pliocénico e Quaternário (Fig. 9). Seguidamente, a atenção de Fleury reparte-se, numa leitura mais detalhada, entre as argilas da região que alimentavam a indústria cerâmica, que o geólogo procurou por entre depósitos superficiais e formações sedimentares do Cretácico da periferia de Buarcos, e as pedreiras de calcário, para o cimento e a cal, atrás referidas.

¹⁸ Recorde-se que Carlos Ribeiro trabalhara na mina do Cabo Mondego antes de entrar para o Ministério das Obras Públicas, sendo, por isso, um bom conhecedor da geologia local e regional.

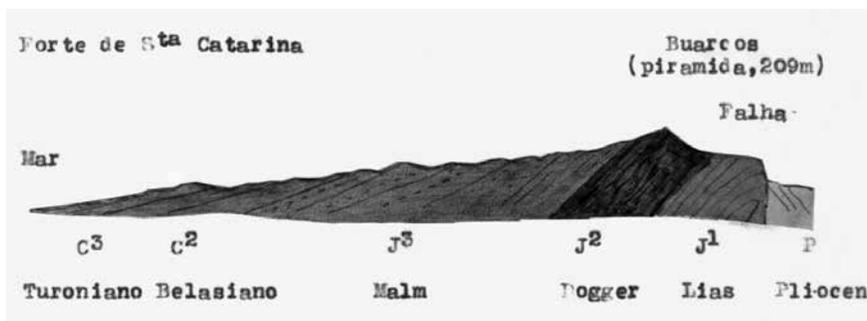


Fig. 9. Esboço de Ernest Fleury sem escala definida (1923), em que se ilustra uma secção geológica esquemática da estrutura monoclinical do maciço calcário da serra da Boa Viagem, entre Quiaios, a Norte, o vértice geodésico de Buarcos (209 m), posicionado junto às atuais torres do parque eólico, e o forte de Santa Catarina, no extremo sul.

Legenda: “P” – Areias plio-pleistocénicas de Quiaios; “Falha” – Falha inversa que condiciona a estrutura da serra; “J1 – Lias” – Calcários margosos e margas do Jurássico Inferior visíveis do miradouro da Bandeira para Norte; “J2 – Dogger” – Calcários e calcários margosos do Jurássico Médio explorados na Pedreira Norte; “J3 – Malm” – Calcários margosos e margas explorados na Pedreira da Cal e arenitos e argilitos vermelhos de entre a entrada do Couto Mineiro e Buarcos; “C2 – Belasiano” – Arenitos e argilitos vermelhos explorados nos barreiros de Buarcos e Tavadere; “C3” – Calcários, calcários margosos e calcários gresosos, visíveis na atual pedreira da Salmanha, situada à entrada da cidade.

4.3. Argilas

Na visita efetuada às concessões e demais instalações das indústrias do Cabo Mondego, Fleury deteve-se, em particular, nos barreiros das cerâmicas *Figueirense*, nos da *Companhia* ou “de Buarcos”, cuja produção era, fundamentalmente para consumo interno do Couto Mineiro e indústrias associadas, e nos barreiros da *Exportadora*, reconhecendo, em todas estas explorações a presença de argilas “de primeira qualidade”. Fez ainda observações nas zonas de Tavadere, Casal do Rebolo e Murta, onde identificou, nalguns pontos, a presença de bolsadas lenticulares de argilas coloridas, com espessuras e reservas variadas.

As formações argilosas superficiais, *terra rossa*, aluviões e as dos terraços fluviais (“*terrasses*”), poderiam, em sua opinião, ser pontualmente utilizadas para o fabrico de tijolos, aliás uma utilização há muito praticada (Fig. 10); contudo, a sua pequena espessura, dispersão ou mistura com areias, referia, eram impedimento da sua utilização económica, problemas que, mais tarde, Moreira dos Santos (Santos 2004: 62) também confirmaria.

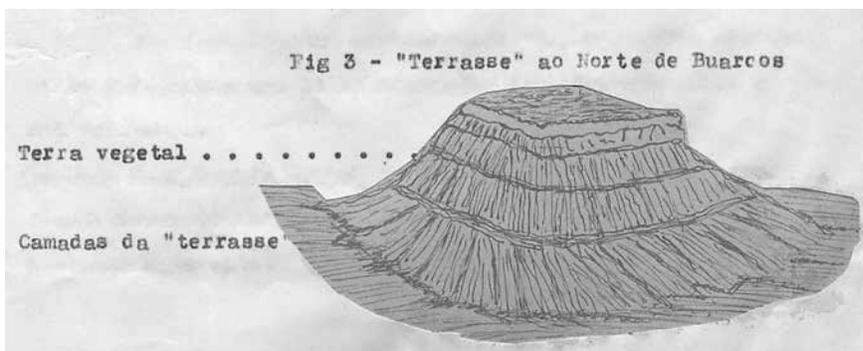


Fig. 10. Nas “terrasses” de Fleury, as argilas eram boas, mas pouco abundantes e dispersas, formando camadas na sua base, por vezes misturadas com areias (Rep. de Fleury 1923).

Em contrapartida, nos níveis cretácicos já explorados pelas fábricas de cerâmica, equivalentes aos que Choffat designara por “Belasiano”¹⁹, Fleury confirmava a existência de níveis de argilas “muito boas e diferenciadas”, sem no entanto terem uma espessura regular, dada a sua geometria lenticular (máximo de 12 ou 13 metros) e extensão muito variável. Ressalvava, porém, o facto de não lhe ter sido possível estudar essas unidades de forma mais conveniente, pois não encontrara nenhum corte completo e bem descoberto, mas só afloramentos isolados nos vales e nos barreiros.

Nestas condições parece que a região não pode fornecer praticamente a matéria-prima necessária para uma grande fábrica com uma produção diária de 10.000 a 15.000 tijolos ou telhas, porque seria preciso comprar e explorar uma grande área de terreno. Ainda mais as zonas que têm os maiores depósitos argilosos são muito perto da cidade ou então muito afastadas: as condições económicas ou a situação são, por conseguinte, péssimas (Fleury 1923: 12).

Todavia, em sua opinião, as argilas utilizáveis nas vizinhanças de Buarcos e Tavadede (Tabela 3), aliás já exploradas pelas fábricas ali instaladas, poderiam continuar a manter a produção, mas sem aspirar a virem a ter maiores dimensões. O ilustre Professor recomendava ainda a realização de análises, já que as únicas disponíveis sobre as argilas da região, que utilizara

¹⁹ Paul Choffat definiu o Andar “Belasiano”, termo hoje em desuso, como um registo sedimentar composto por estratos carbonatados com fósseis marinhos de idade cretácica (Albiano médio a Cenomaniano médio), representada na região de Belas, nos arredores de Lisboa e extensível a outras áreas da Estremadura e Beira Litoral. Todavia, na região do Baixo Mondego, esta unidade é quase inteiramente detritica, composta por arenitos e argilas, incluídos os corpos argilosos explorados em Buarcos e Tavadede, prospectados por Fleury.

como referência, pareciam ser as publicadas em 1912 por Charles Lepierre (1867-1945) (Lepierre 1912).

Tabela 3. Caracterização das argilas da região de Tavarede segundo E. Fleury.

Principais barreiros	Cor primitiva	Cor depois de calcinado	Carbonatos (%)	Argila (%)	Areia (%)	Comentários
Barro branco da Caceira (Tavarede)	Cinzento muito claro	Branco pouco avermelhado	Não tem	56,0	44,0	Excelente barro para faiança
Argila preta de Tavarede	Quase preto	Acinzentado	57,5	17,0	25,5	Marga pouco argilosa

Fonte: Relatório Fleury, 1923.

4.4. Pedreiras

A grande pedreira do cimento (Norte), aberta em calcários e margas do Jurássico Médio (Caloviano), e a da cal (Sul), escavada em margas e calcários do Jurássico Superior (Oxfordiano), acima dos níveis com carvão explorados pela empresa mineira, mereceram um estudo litológico detalhado por parte de Fleury, que recomendava que o mesmo deveria vir a ser complementado com análises químicas. De facto, até então, as únicas disponíveis, feitas anos antes por Castanheira das Neves e por Ferreira Lapa, não indicavam, com rigor, a proveniência das amostras, pelo que o seu valor científico era reduzido.

A flutuação de valores verificados pelos dois químicos era, no entanto, consonante com as variações que o *mestre* constatava na composição das camadas das duas pedreiras, que flutuava entre níveis mais ricos de carbonatos, localmente designados por “pedra brava”, e outros mais argilosos, referidos localmente por “tufo” ou “pedra pôdre”, além de pontualmente assinalarem a presença de “magnésia”, *i.e.*, de níveis dolomitizados. Esta variabilidade era consequente, por um lado, com a variação temporal das condições de sedimentação e, por outro, com a profundidade atingida no maciço pelos processos naturais de alteração superficial (meteorização), características que era necessário ter em conta.

Fleury reportava ainda que os fenómenos de alteração superficial, na pedreira da cal, estavam mais confinados, sendo as rochas “menos argilosas do que na pedreira do cimento, e de composição mais constante”, apesar das intercalações de “pedra brava”.



Fig. 11.

Vista parcial de uma das pedreiras, evidenciando a regularidade das camadas inclinadas cerca de 40° para Sul e, à esquerda, uma grande frente de desmonte segundo a estratificação (Rep. de Sousa 1996).

Na exploração das pedreiras, é indispensável distinguir os diversos grupos que são caracterizados pela sua composição e também, esta distinção feita para as rochas profundas, separar os calcários da zona de alteração cuja composição é diferente e variável (Fleury 1923: 16).

Relativamente à pedra de cal e em consonância com o que já no século XIX parecia ter ficado demonstrado, ainda que por estudos pouco desenvolvidos, Fleury confirmava a abundância de matéria-prima, embora sublinhando a variabilidade de composição, pelo que recomendava a realização de análises que permitissem caracterizar os diversos tipos de calcários e separar os mais alterados, tendo em vista garantir uma qualidade estável dos produtos finais, controlada por uma lotação eficaz.

Nas condições atuais, não poderiam dar, por dia, 100 toneladas de calcários escolhidos, que seriam precisos para obter uma cal de composição constante, porque é impossível reconhecer, separar e explorar economicamente os diversos tipos de calcários (Fleury 1923: 19).

Com respeito à pedra de cimento, Fleury deixava antever alguma apreensão, ao comentar que este céu-aberto era pouco profundo, apresentando-se os calcários bastante alterados e de composição bastante variável, além de que as condições para prolongar a pedra não se lhe afiguravam favoráveis. Poderia retirar-se daqui que o *mestre* não lhe augurava grandes perspectivas a longo prazo, a menos que estudos de pormenor permitissem individualizar, de forma muito clara, os melhores conjuntos de camadas.

Tabela 4. Caracterização resumida dos principais sectores das pedreiras, segundo E. Fleury.

	Pedreira do cimento	Pedreira da cal
Muro	Calcário margoso alterado superficialmente (Espessura – 10 m)	Parte superior do grupo que contem os carvões. Calcários pouco argilosos e grés grosseiros.
Parte inferior	Camadas regulares argilosas que foram aproveitadas para cimento (Espessura – 14 m)	Grupo bastante homogêneo, apesar duma certa variação de composição das camadas. (Espessura – ca 35 m)
Parte média	Camadas regulares menos margosas e de composição mais variável, aproveitadas para cal. Intercalação argilosa. (Espessura – ca 38 m)	
Parte superior	Camadas ainda margosas muito variáveis, bastante alteradas. (Espessura – ca 15 m)	Zona fortemente alterada com camadas duras e podres. Alternância de calcários duros com camadas espessas e delgadas; intercalações de “tufo”. (9 m). (Espessura – ca 9 m)
Teto	Calcários bastante alterados (Espessura – ca 5 m)	
Intercalações	2 na parte inferior. “Tufo” – 0,5 m	2 na parte superior. “tufo”: 2 m e calcários

Fonte: Relatório Fleury, 1923.

5. Nota final

Não obstante o longo e conturbado historial, pautado por sucessivas mudanças de concessionário e períodos de arranque, decadência, e recapitalização, o Couto Mineiro do Cabo Mondego e a sua fileira fabril constituíram, iniludivelmente, um dos esteios da indústria extrativa em Portugal, desde os primórdios da Revolução Industrial. O seu cunho prolongou-se por um intervalo temporal de mais de dois séculos e meio, considerando o tempo das primeiras descobertas e tentames de exploração carbonífera (*ca.* de 1750) e o fecho recente (março de 2013) da última fábrica, de cal hidráulica.

O prestígio granjeado por aquela que foi a primeira mina de carvão portuguesa terá sido argumento de peso para a sobrevivência do complexo mineiro em alturas de maior dificuldade, não obstante a fraca qualidade do carvão e a produção modesta, fatores que recomendavam, sobretudo, um uso local, promotor da instalação, expansão e diversificação de indústrias anexas, as quais também consumiam outros recursos geológicos amplamente disponíveis nas imediações. Assim se incentivou a lavra de pedreiras de calcário e de barreiros, destinados à produção de cal hidráulica, de cimento e de cerâmica, produtos que eram escoados pelas infraestruturas portuárias e ferroviárias existentes na Figueira da Foz, ligadas ao Cabo Mondego por uma linha de “americano”.

Seria, de todo, injusto não reconhecer que o Couto Mineiro do Cabo Mondego, pelo estatuto de antiguidade e de *école* que alcançou na esteira de Carlos Ribeiro, serviu de tirocínio a muitos aprendizes e profissionais de minas, propiciando novas competências e a abrangência curricular do trabalho no carvão. Neste sentido, a colaboração de Ernest Fleury com o Cabo Mondego, duradoura de mais de duas décadas, deve ser vista como mutuamente positiva pois, se o *mestre* em muito beneficiou a empresa local com o seu prestígio de professor do IST e de geólogo competente e afamado, e com o seu trabalho, aquela também lhe proporcionou um contacto pessoal e repetido com os desafios e realidades de uma das mais emblemáticas minas portuguesas. Produto de uma colaboração repetida no tempo, o presente relatório de 1923 é apenas um dos primeiros documentos produzidos por Fleury relativamente ao Cabo Mondego, dos quais os de 1928, 1937 e 1941 (Fleury 1928, 1937, 1941) mostram uma envolvimento crescente com a exploração da mina e indústrias anexas.

A longa colaboração técnica e a vasta experiência de Fleury configuraram um contributo decisivo para o relançamento do complexo mineiro no quadro de modernidade da época, permitindo a adequação de processos e estratégias em função um melhor conhecimento das matérias-primas (carvão, calcários e margas, argilas), disposição espacial e reservas, bem como dos custos específicos de extração, produção e transporte, em função das necessidades do mercado nacional, cada vez mais competitivo. Um percurso que culminou em 1950, com a inauguração de uma fábrica de cimento *Portland*, com capacidade para a produção de 100.000 t/ano, usando os calcários da pedreira Norte, unidade que contribuiu fortemente para a sobrevivência da extração de carvão, ainda que em condições deficitárias, até ao incêndio da mina em 1962, determinando o seu encerramento, facto que se terá refletido na decisão de vir a suspender a laboração, e desativar, a cimenteira em fevereiro de 1984 (Santos 2004: 99).

Bibliografia

- ACKERMANN, Eugene (1906). “As fábricas portuguesas de cimento”. Revista de Chimica Industrial, 12, 469-471.
- AIRES-BARROS, Luís (2008). Evocação de Ernest Fleury no cinquentenário da sua morte. Lisboa: Academia das Ciências.
- Álbum Figueirense (2008). “O Americano” (http://albumfigueirense.blogspot.pt/2008_08_01_archive.html, consultado em 2015.10.10).

- CABRAL, José Augusto das Neves; MONTEIRO, Severiano; BARATA, João Augusto (coord.) (1889). *Catálogo descritivo da secção de minas, grupos I e II / Exposição Nacional das Indústrias Fabris*. Org. Associação Industrial Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CALLAPEZ, Pedro M.; PINTO, José M. Soares (2005). “Tesouros geológicos e naturais da Região da Figueira da Foz: perspectivas de intervenção no Ensino Básico e Secundário”. *Litorais. Revista de Estudos Figueirenses*, 3, 57-81.
- CALLAPEZ, Pedro M.; PINTO, José M. Soares (2010). “Uma laguna tropical no Jurássico Superior do Cabo Mondego”. *Litorais, Revista de estudos figueirenses*, 11, 95-116.
- CHOFFAT, Paul (1880). “Étude stratigraphique et paléontologique des terrains jurassiques du Portugal – le Lias et le Dogger au Nord du Tage”. Lisboa: Memórias da Comissão do Serviço Geológico de Portugal.
- CIMPOR (1927). “Notícia sobre a cal hidráulica do Cabo Mondego”, in *Companhia Industrial e Mineira de Portugal*. Ed. *fac-simile*. Figueira da Foz: Tipografia Popular.
- Companhia Industrial e Mineira de Portugal (1928). *Cal hidráulica do Cabo Mondego*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia (O Século).
- Empreza Exploradora das Minas e Industrias do Cabo Mondego (1897). *Documentos acerca do cimento e cal hydraulica do seu fabrico*. Lisboa: Typografia do Commercio de Portugal.
- FLEURY, Ernest (1923). *Relatório sobre: A – as argilas da região da Figueira da Foz; B – Os calcários margosos do Cabo Mondego*. [Lisboa]. Dactilografado (col. particular de J. Soares Pinto).
- FLEURY, Ernest (1937). *Relatório sobre as condições geológicas do estudo por meio de sondagens da bacia carbonífera do Cabo Mondego*. [Lisboa]. Dactilografado (col. particular de J. Soares Pinto).
- FLEURY, Ernest (1941). *Relatório sobre as condições do desprendimento de terras no dia 25 de fevereiro de 1941, duma parte da vertente das minas do Cabo Mondego*. [Lisboa]. Dactilografado, 1941 (col. particular de J. Soares Pinto).
- JACQUAT, Marcel (2010). “Fleury, Ernest-Joseph-Xavier (1878-1958)”, in *Dictionnaire du Jura* (<https://diju.ch/f/notices/detail/7395>, consultado em 2016.02.03).
- LEPIERRE, Charles (1912). *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*. 2ª ed. Lisboa: Tip. Associação de Classe dos Compositores Tipográficos.
- LIMA, Américo Pires de (1956). *Subsídios para a história das minas de carvão do Cabo Mondego*. Porto: Trabalhos do Instituto de Botânica «Dr. Gonçalo Sampaio».
- MENDES, J. Amado (1998). “Cabo Mondego (Figueira da Foz): exploração mineira e indústria”. *Arqueologia Industrial*, 2 (1-2): 5-21.
- MENDES, J. Amado (2009). *Estudos do património: museus e educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- NEVES, J. Castanheira das (1891). “Estudo sobre cimentos nacionais”. *Revista de Obras Publicas e Minas*, 22 (268-270), 181-239.

- NEVES, J. Castanheira das (1892). “Estudos sobre algumas caes hydraulicas e magnesianas nacionais”. *Revista de Obras Públicas e Minas*, 23 (271-273), 207-304.
- OLIVEIRA, Gil Braz (1995). *A indústria portuguesa do cimento*. Vol. 1. Lisboa: CIMPOR.
- PINTO, José M. Soares (1997). *Contributo para a recuperação ambiental das pedreiras Norte e Sul do Cabo Mondego*. Coimbra: FCTUC (dissertação de Mestrado policopiada).
- PINTO, José M. Soares (2006). “Contribuição para o conhecimento do património mineiro do Cabo Mondego: sua importância museológica”, in F.C. Lopes, P.M. Callapez (eds.), *As Ciências da Terra ao serviço do ensino e do desenvolvimento*. Figueira da Foz: Kiwanis Clube da Figueira da Foz, 119-132.
- PINTO, José M. Soares; CALLAPEZ, Pedro M. (2006). “O património mineiro do Cabo Mondego”. *Litorais, Revista de Estudos Figueirenses*, 4, 67-80.
- PINTO, José M. Soares; CALLAPEZ, Pedro M. (2009). “Sinistros ocorridos na Mina de Carvão do Cabo Mondego”. *Litorais, Revista de estudos figueirenses*, 10, 43-54.
- RIBEIRO, Carlos (1858). *Memórias sobre as minas de carvão dos districtos do Porto e Coimbra, e de carvão e ferro do districto de Leiria*. Vol. I (II). Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- RIBEIRO, Orlando (1960). “Ernest Fleury e o ensino da Geologia”. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 13, 303-308.
- ROCHA, J. (2009). “Os locais de interesse geológico do Cabo Mondego. Proposta de recuperação das pedreiras tendo em atenção os riscos geomorfológicos identificados”. *Territorium*, 15, 73-81.
- ROCHA, J.; BRILHA, J.; HENRIQUES, M. H. (2014). “Assessment of the geological heritage of Cape Mondego natural monument (Central Portugal)”. *Proceedings of the Geologists’ Association*, 125, 107-113.
- SANTOS, J. Moreira dos (2004). *A Figueira da Foz e o desenrolar da história*. Figueira da Foz: Ginásio Clube Figueirense.
- SANTOS, J. Moreira dos (1982). “O complexo industrial do Cabo Mondego: sua origem e evolução através dos tempos”. *Cadernos Municipais da Figueira da Foz*, 10, 1-109.
- SANTOS, Joaquim Quelhas dos (s.d.). João Inácio Ferreira Lapa (1823–1892) (https://www.isa.ulisboa.pt/files/Ferreira_Lapa-Prof_Quelhas_dos_Santos.pdf, consultado em 2015.10.20).
- SHARPE, Daniel (1849). “On the Secondary District of Portugal which lies on the North of the Tagus”. *Quarterly Journal of the Geological Society of London*, 6.
- SOLLA, Luiz de Castro (1970). “Primeiros tempos da mina do Cabo Mondego”. *Boletim de Minas*, 7 (1), 5-47.
- SOUSA, José de (1996). *Complexo industrial do Cabo Mondego: sua origem e evolução através dos tempos*. Figueira da Foz: CIMPOR.
- THADEU, Décio (1958). “Prof. Ernest Fleury”. *Técnica*, 285, 57-64.

A organização interna do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)¹

The internal organization of the Republican Nationalist Party (1923-1935)

MANUEL BAIÔA

Universidade de Évora – CIDEHUS
manuelbaioa@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 04.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 15.06.2016

Resumo: O Partido Republicano Nacionalista (PRN) tinha um estatuto e uma estrutura organizativa semelhante aos restantes partidos republicanos portugueses. O Diretório era o órgão diretivo supremo e era coadjuvado pela Comissão Administrativa, órgão encarregue da burocracia. A nível central havia ainda a Junta Consultiva e o Grupo Parlamentar. A nível regional, o PRN estava organizado em função da estrutura administrativa do país. A sua rede partidária era abrangente, mas ficava aquém do principal partido do regime – Partido Republicano Português, vulgarmente conhecido como Partido Democrático. O PRN tinha um aparato organizativo simples, típico dos partidos de quadros, ainda sem um rol de funcionários que caracterizava os partidos de massas em ascensão na Europa. A organização assentava num conjunto alargado de notáveis e caciques, unidos entre si por laços de parentesco e clientelas. Em suma, embora começassem a surgir alguns elementos de modernização, o PRN continuava com uma organização deficiente, irregular, intermitente e pouco estruturada.

Palavras-chave: Partido Republicano Nacionalista; partidos; elites; Primeira República Portuguesa; estrutura partidária.

Abstract: The Republican Nationalist Party (RNP) had a statute and an organizational structure similar to other Portuguese republican parties. The Directory was the supreme governing organism, assisted by the Administrative Commission, the body in charge of the bureaucracy. At the central level there was the Advisory Board and the Parliamentary Group. Regionally the RNP was organized according to the country's administrative structure. The party network was comprehensive, but distant from the main party of the regime – the Portuguese Republican Party, known as Democratic Party. The RNP had a simple organizational apparatus, typical of cadre parties, still without the list of employees that characterized the mass parties rising in Europe. The organization was based on a large number of notables and local political leaders, linked by kinship ties and clienteles. In short, although

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito de UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), FCT/Portugal, COMPETE, FEDER, Portugal2020.

some elements of modernization began to emerge, the RNP went on having a deficient, irregular, intermittent and poorly structured organization.

Keywords: Republican Nationalist Party; parties; elites; First Portuguese Republic; party structure.

Introdução

O Partido Republicano Nacionalista (PRN) formou-se em fevereiro de 1923, fruto da fusão do Partido Republicano Liberal (PRL) com o Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN). Durante a fase final da I República foi a segunda força política do regime, representando o republicanismo conservador que se opunha ao Partido Republicano Português (PRP), comumente conhecido como Partido Democrático, que era o partido dominante do regime e que representava o republicanismo histórico e radical. O PRN apenas liderou um governo (15 novembro a 18 de dezembro de 1923) e teve duas cisões que o enfraqueceram. A primeira foi liderada por Álvaro de Castro em dezembro de 1923, tendo-se formado o Grupo Parlamentar de Ação Republicana. A segunda foi liderada por Cunha Leal em março de 1926, surgindo então a União Liberal Republicana. Contudo, durante este período incorporaram-se dois partidos ao PRN: o Partido Reformista/Federação Nacional Republicana ingressou no PRN em maio de 1923 e o Partido Nacional Republicano Presidencialista incorporou-se no PRN em março de 1925. Após o início da Ditadura Militar o PRN oscilou entre o estabelecimento de um compromisso com os líderes da Ditadura ou fazer parte do movimento que queria derrubar o novo regime por via revolucionária – “o revirinho”. O PRN acabaria por dissolver-se a 7 de fevereiro de 1935, após alguns dos seus mais importantes dirigentes terem aderido ao Estado Novo. No entanto, outros membros da elite do PRN continuaram a militar na oposição durante longas décadas (Baiôa 2015: 62-464).

Neste estudo pretendemos analisar a organização interna do PRN, examinando o seu estatuto e os seus órgãos diretivos centrais e locais, ao mesmo tempo que estabelecemos comparações com outros partidos portugueses e estrangeiros, identificando semelhanças e diferenças numa dimensão essencialmente sincrónica. Dada a limitação de espaço, os tópicos ligados aos centros políticos, imprensa e financiamento não vão ser tratados neste texto². Uma vez que se desconhece o paradeiro dos arquivos centrais e regionais do PRN teve de recorrer-se a outras fontes, principalmente à imprensa e a arquivos privados.

² Sobre estes assuntos veja-se Baiôa (no prelo): 127-145.

O Estatuto ou Lei Orgânica

Após a constituição do PRN foi nomeada uma comissão encarregue da elaboração da lei orgânica do partido. Esta comissão era constituída por um antigo membro do PRRN, Rodolfo Xavier da Silva, e por um antigo membro do PRL, Paulo da Costa Menano (República 20/02/1923: 2; O Século 22/02/1923: 2). Esta comissão entregou uma primeira versão do “Estatuto ou Lei Orgânica” do partido para ser apreciada pelo Diretório e por uma comissão parlamentar do PRN. Estes organismos efetuaram algumas alterações à proposta inicial³. Uma última versão foi apresentada durante o I Congresso do PRN, que decorreu no ginásio do Liceu Camões, em Lisboa, nos dias 17, 18 e 19 de março de 1923. Esta proposta sofreu algumas críticas por parte de alguns congressistas que discordavam do poder do Diretório na nomeação dos candidatos a deputados. No entanto, estas apreciações não foram atendidas, sendo o “Estatuto ou Lei Orgânica” (Estatuto 1923) aprovado quase sem alterações e com pouca discussão (República 18/03/1923: 2 e 20/03/1923: 2; O Século 20/03/1923: 1). O “Estatuto ou Lei Orgânica” do PRN estava mais próximo do Estatuto do Partido Republicano Liberal (Estatuto 1919) do que da Lei Orgânica do Partido Republicano de Reconstituição Nacional⁴.

Segundo o estatuto, o PRN era um agrupamento político que reunia “todos os republicanos portugueses que aceitam, cumprem e defendem o programa e a sua lei orgânica” e tinha por objetivo “contribuir para o benefício da Pátria e prestígio da República”. Para além das estruturas nacionais, distritais, concelhias e de freguesias do PRN, faziam parte deste partido “os centros políticos e outras coletividades de propaganda e instrução e beneficência filiadas no partido, bem como jornais reconhecidos pelo Diretório” (Estatuto 1923: 3-4, artº 1º, 2º e 4º).

A filiação e inscrição no PRN era altamente descentralizada, podendo ser feita “perante qualquer das comissões, desde as paroquiais até ao Diretório ou perante os centros devidamente reconhecidos, ouvidas as comissões paroquiais” (Estatuto 1923: 4, artº 6º). As comissões hierarquicamente mais baixas apenas tinham de comunicar todas as filiações que recebiam às comissões hierarquicamente mais altas, até chegar ao Diretório. Portanto, o Diretório recebia a informação da filiação, mas não controlava este processo. Outro aspeto

³ O “Estatuto ou Lei Orgânica” do partido foi aprovado na reunião do Diretório do dia 1/03/1923; cf. O Século 2/03/1923: 2.

⁴ O Regionalista 22/10/1921: 3; 29/10/1921: 2-3; 26/11/1921: 3; 11/12/1921: 2.

relevante era não haver propriamente uma lista unificada dos membros do PRN, mas um somatório dos nacionalistas inscritos nas diferentes comissões de freguesias, concelhias, distritais e centros partidários, podendo um indivíduo estar inscrito ao mesmo tempo em diferentes estruturas. Portanto, o PRN era mais um conglomerado de membros e de notáveis associados em diversas estruturas, do que um corpo organizado com uma estrutura hierárquica bem definida, como acontecia com os partidos de massas daquela época.

Os órgãos diretivos centrais

O Diretório, composto por sete membros efetivos, era o órgão executivo supremo do PRN. Era eleito anualmente pelo Congresso⁵, órgão onde residia a soberania partidária. O Diretório era ainda composto por sete membros substitutos⁶, “os quais entrarão em exercício quando faltem os efetivos, por ordem numérica de votos” (Estatuto 1923: 6, artº 25º). A opção por um órgão colegial ia ao encontro do republicanismo clássico que considerava esta via mais democrática⁷ e foi a seguida pela maioria dos partidos republicanos portugueses⁸. No entanto, dentro do Diretório era eleito um presidente e um secretário.

António Ginestal Machado assumiu a presidência do Diretório do PRN desde a fundação até 23 de março de 1927, substituído então por Júlio Dantas, que se manteve no cargo até à dissolução do PRN em 7 de fevereiro de 1935. António Ginestal Machado abandonou a presidência do Diretório do PRN naquela altura “por importantes motivos da sua vida particular” (Correio da

⁵ O Diretório do PRP era eleito bianualmente; cf. Lei Orgânica 1921: 9, cap. VII, artº 26º.

⁶ No PRP e no PRL o Diretório era composto por nove efetivos e nove suplentes. O Diretório do Partido Republicano da Esquerda Democrática (PRED) era constituído por onze efetivos e onze suplentes; cf. Estatuto 1919: 7, cap. IV, artº 18º; Queirós 2008: 204 e 285.

⁷ Entrevista a Tomé Barros Queiroz, Diário de Lisboa 1/02/1923: 8: “- O novo partido não terá um chefe... - Não! Será uma junta diretiva, com uma junta parlamentar... organização democrática...”

⁸ No PRL o Diretório escolhia um presidente e um secretário. No PRP o presidente do Diretório tinha como principal função presidir às reuniões e era designado em cada uma das sessões. Na primeira sessão o presidente escolhia o secretário e o tesoureiro. O Diretório do PRRN era constituído por sete membros efetivos e sete membros substitutos. Estes membros elegiam um presidente e um secretário-geral. O Diretório do PRED escolhia uma Comissão Executiva composta por três membros: presidente, secretário e tesoureiro. Na União Liberal Republicana (ULR) o órgão supremo designava-se Comissão Executiva. Era composta por um presidente, cinco vogais efetivos e cinco vogais substitutos. O presidente era eleito isoladamente em Congresso, por escrutínio secreto, o que fortalecia a sua soberania. Esta organização era semelhante à do Partido Republicano Conservador em 1919. Cf. Estatuto 1919: 7, cap. IV, artº 19º; Lei Orgânica 1921: 9, cap. VII, artº 26º; O Jornal 4/08/1919: 3; Estatutos 1995: 199-207; O Regionalista, 22/10/1921: 3; 29/10/1921: 2-3; 26/11/1921: 3; 11/12/1921: 2; A Noite 21/04/1926: 3; Queirós 2008: 204 e 285; Silva 1996: 66-68.

Extremadura 26/03/1927: 2), possivelmente relacionados com a doença do seu filho que viria a falecer no mês seguinte (Correio da Extremadura 9/04/1927: 2). Pedro Pita foi o secretário durante todo este período. O PRN teve ao longo da sua vida 12 membros efetivos e 13 membros substitutos do Diretório, num total de 24 membros. Apenas Belchior de Figueiredo passou da condição de substituto para a condição de efetivo, concluindo-se que os membros substitutos eram líderes partidários de segunda linha. Quando houve renovação dos membros efetivos do Diretório procuraram-se outros líderes, conforme se pode verificar no Quadro 1.

Quadro 1. Diretório do PRN (1923-1935)

Nome	1.º Congresso 1923	2.º Congresso 1924	3.º Congresso 1925	4.º Congresso 1926	1927-1935
António Ginestal Machado					
Francisco Pinto Cunha Leal					
Júlio Dantas					
Pedro Góis Pita					
Raul Lelo Portela					
Álvaro Xavier de Castro					
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá					
Alberto Jordão Marques da Costa					
António Alves de Oliveira Júnior					
Belchior de Figueiredo ⁹					
Hélder Armando dos Santos Ribeiro					
Júlio Ernesto de Lima Duque					
César Justino de Lima Alves					
Paulo da Costa Menano					
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso					
João Fiel Stockler					
José Marques Loureiro					
Manuel Soares de Melo e Simas					
José da Silva Ramos					
António Lobo de Aboim Inglês					
Filomeno da Câmara Melo Cabral					
João Tamagnini de Sousa Barbosa					
José Feliciano da Costa Júnior					
Joaquim Mendes do Amaral					

Efetivo		Substituto	
---------	--	------------	--

⁹ Filomeno da Câmara Melo Cabral abandonou o PRN em 19 de junho de 1926, sendo então substituído por Belchior de Figueiredo. Belchior de Figueiredo manteve-se no Diretório até novembro de 1930, data em que se desligou do PRN.

O Diretório tinha uma vasta área de competências, que passavam pela direção da propaganda do partido e pela organização e desenvolvimento de comissões, centros e outros núcleos do PRN em todo o país. Ao Diretório cabia a responsabilidade de resolver os conflitos internos entre as diversas estruturas do partido. Um dos principais motivos de conflitos entre as estruturas locais e o Diretório do PRN prendia-se com a designação dos candidatos a deputados pelo PRN. O Estatuto ou Lei Orgânica do PRN atribuía ao Diretório o poder de “indicar às comissões políticas os nomes dos candidatos a parlamentares, que julgue conveniente fazer eleger pelo partido” (Estatuto 1923: 8, artº 27º, alínea 5). Contudo, as comissões políticas locais tinham o poder de “sancionar a escolha de deputados e de senadores” (Estatuto 1923: 13, artº 41º, alínea 9) efetuada pelo Diretório. Em caso de diferendo, cabia a última palavra ao Diretório, pois embora as comissões políticas locais pudessem apresentar candidaturas ao Senado e à Câmara dos Deputados, o Diretório podia rejeitá-las, fundamentando a sua decisão num parecer (Estatuto 1923: 8, artº 27º, alínea 6). Esta tensão tinha sido atenuada pela tradição que atribuía às comissões políticas locais o direito a escolher um dos candidatos a deputados por cada círculo eleitoral. No entanto, nem sempre a tradição foi suficiente para atenuar os conflitos entre o centro e a periferia.

O Diretório podia ainda “irradiar do partido por sua iniciativa, mediante processo, os membros que lhe sejam nocivos, resolver sobre os processos de irradiação que lhes sejam apresentados pelas comissões municipais” (Estatuto 1923: 9, artº 27º, alínea 10).

O Diretório reunia ordinariamente uma vez por semana¹⁰, embora pudesse reunir extraordinariamente, sempre que a situação política o exigisse. Durante a Ditadura Militar as reuniões começaram a ser mais espaçadas e algumas vezes não houve reunião por falta quórum¹¹. O dia da semana em que se reunia o Diretório foi variando ao longo do tempo. Em

¹⁰ República 24/05/1923: 2; Distrito da Guarda 26/10/1924: 1. O Diretório do PRP reunia quinzenalmente. O Diretório do PRRN reunia apenas uma vez por mês, embora a Comissão Executiva do Diretório reunisse semanalmente. Cf. Lei Orgânica 1921: 9, cap. VII, artº 26º; Silva 1996: 66-68.

¹¹ Júlio Dantas escreveu a António Ginestal Machado em 18 de maio de 1927 dando-lhe conta que a reunião do Diretório não se realizou, pois apenas estiveram presentes, ele próprio, Pedro Pita e Aboim Inglês. A manutenção desta situação estava a provocar algumas discussões e a acentuar a desintegração do PRN, pelo que Júlio Dantas se mostrava muito aborrecido. Noutra carta datada em Lisboa, em 9 de fevereiro de 1928, Júlio Dantas informou o seu correligionário do seguinte: “Há três semanas que não temos número para reunir o Diretório”. A justificação prendia-se com o facto de alguns estarem doentes e Belchior de Figueiredo não poder vir às reuniões a Lisboa, por viver no Porto. Em 1930 o problema mantinha-se, mas agravou-se no final do ano, após Belchior de Figueiredo ter-se desligado do PRN em novembro de 1930. A partir desta data as reuniões do Diretório passaram a ser muito irregulares. Cf. cartas de Júlio Dantas para António Ginestal Machado, Espólio

março de 1926 era às terças-feiras (O Figueirense 11/03/1926: 2), mas em agosto de 1930 era às sextas-feiras (O Debate 17/08/1930: 1). Sempre que um membro efetivo não podia comparecer às reuniões podia ser revezado temporariamente pelos membros substitutos¹², ou definitivamente, no caso do membro efetivo abandonar o cargo, como sucedeu com Filomeno da Câmara Melo Cabral em 19 de junho de 1926, sendo então substituído por Belchior de Figueiredo.

O Diretório reunia frequentemente no Centro Nacionalista do Calhariz, também conhecido por edifício d' *A Lucta*, onde funcionava a sede do Diretório. No entanto, também reuniu algumas vezes no edifício do Congresso. Após o início da Ditadura Militar passou a reunir frequentemente na casa de alguns dos seus membros, em particular na casa do presidente Júlio Dantas (Democracia do Sul 15/03/1928: 1).

O Diretório reunia, por vezes, em conjunto com o Grupo Parlamentar para tratar de questões importantes da política nacional. Nos dias 16 e 17 de fevereiro de 1925, as duas estruturas reuniram para analisarem a atitude a tomar após a formação do governo de Vitorino Guimarães, tendo sido analisadas duas possibilidades: obstrucionismo ou abandono do Parlamento (Diário de Lisboa 16/02/1925: 5; 17/02/1925: 5). Nas reuniões semanais ordinárias era feita a gestão quotidiana do PRN, sendo tratados assuntos muito variados. Por vezes, no final destas reuniões era divulgada uma nota oficiosa à imprensa¹³. Não temos muitas informações sobre o processo de deliberações. Por vezes, surgem informações que indiciam votações, como na eleição de António Ginestal Machado e Júlio Dantas para presidente do Diretório (Diário de Lisboa 24/03/1927: 8). No entanto, não sabemos como eram dirimidas internamente as divergências e como se processava o processo de decisão, uma vez que não foi possível localizar as atas destas reuniões e as informações recolhidas nos arquivos pessoais e na imprensa são escassas.

António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal (EAGM/BNP), Espólio E55/784, 790, 809, 810.

¹² Como Júlio Dantas foi ao Brasil em viagem, Alberto Jordão Marques da Costa substituiu-o no Diretório por ser o substituto mais votado; cf. Democracia do Sul 12/06/1923: 2.

¹³ Na reunião realizada no dia 16 de junho de 1925 saiu a seguinte Nota Oficiosa do Diretório do PRN: "A reunião ordinária de ontem do Diretório do PRN foi, principalmente ocupada na resolução de assuntos de natureza partidária. Foi, todavia, deliberado, no intuito de desfazer duma vez para sempre as cabalas ardidadas manifestamente por inimigos do partido afirmar perentoriamente que não delegou, nem delegará em qualquer pessoa que do Diretório não faça parte, poderes para, em nome dele, falar, e menos ainda para negociar acordos que só o Diretório poderá fazer, visto que, por força do disposto na lei orgânica é o único representante do partido" (O Bejense 25/06/1925: 1).

O Diretório procurou ter um conhecimento e controlo das atividades das comissões distritais, concelhias e paroquiais do PRN¹⁴. No entanto, estas estruturas tinham uma grande autonomia, tendo o Diretório muita dificuldade em controlar todas as estruturas e todos os notáveis locais, uma vez que o partido era mais um conglomerado do que um corpo articulado e disciplinado. Nunca foi possível ter um cadastro atualizado das diferentes comissões políticas e dos filiados.

Os membros do Diretório, enquanto principais líderes PRN, desempenhavam um papel fundamental como intermediários no acesso ao poder central e na resolução dos problemas dos correligionários com o Estado, sendo portanto um elo fundamental no sistema clientelar. José Troncho de Melo queria institucionalizar esta apelação aos membros do Diretório e, por isso, propôs a criação de uma secretária junto do Diretório que atendesse as reclamações dos correligionários da província, que os membros do Diretório deveriam tentar resolver junto das pessoas adequadas (Diário de Lisboa 17/03/1923: 3; República 18/03/1923: 2). A secretaria não foi criada, mas os membros do Diretório recebiam diretamente imensas cartas com todo tipo de pedidos dos correligionários de todo o país (Baiôa 2013: 326-338; 2014: 187-200).

A Representação Parlamentar do PRN era “uma entidade independente, com função política própria, mas harmónica com a ação geral política do Diretório” (Estatuto 1923: 11, Artº 35º). Estava dividida em duas secções autónomas, mas que podiam reunir em conjunto – Câmara dos Deputados e Senado. Cada uma das secções elegia por escrutínio secreto, no princípio de cada sessão parlamentar ordinária, por um ano, um líder, dois sublíderes e dois secretários. No ato fundacional do PRN, em 1923, procurou-se distribuir os lugares de maior visibilidade e influência pelas várias tendências partidárias. Álvaro de Castro (antigo líder reconstituente) tornou-se o líder dos deputados, Cunha Leal e Ferreira de Mira (antigos

¹⁴ Circular enviada em julho de 1923 pela comissão organizadora do PRN para as comissões distritais e municipais, solicitando informações sobre a organização do partido (EAGM/BNP, Espólio E55/1705): “A República pode dizer-se, não teve, até agora, mais do que um partido a governar. De facto só o partido democrático tem sido detentor dos selos do Estado, só ele tem mandado, e das várias emergências e vicissitudes suportadas pelas instituições republicanas, outra coisa não resultou ainda, que não fosse a entrega do governo da nação aos democráticos, sem utilidade que tal justificasse”. É necessário uma maior organização do PRN, “cujo Diretório precisa saber com quem e com que pode contar” [...]. “Solicitamos a fineza de nos informar do seguinte: Estão já organizados nesse concelho as comissões políticas do PRN? Em caso negativo, pode V. Ex.ª, promover de acordo com as pessoas que saiba terem aceitado a orientação nacionalista, a organização das comissões políticas?” [...] Respostas para Dr. de Sousa da Câmara, Largo do Calhariz, 17, Lisboa”.

liberais) sublíderes e Sampaio Maia (antigo liberal) e Carlos de Vasconcelos (antigo reconstituente) secretários (República 24/03/1923: 1). No ano seguinte, Cunha Leal foi eleito líder do grupo parlamentar, mantendo-se nesse cargo até 1926 (Diário de Lisboa 6/07/1925: 8). Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos liderou o “Bloco” constituído pelo PRRN e pelo PRL no Senado em dezembro de 1922. Após a formação do PRN ainda dirigiu transitoriamente o grupo parlamentar no Senado (Diário do Senado 27/02/1923: 4). Posteriormente seria Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia que chefiaria o PRN no Senado, entre fevereiro de 1923 a abril de 1926.

A Representação Parlamentar inicial do PRN rondava os 65 membros, fruto da fusão do grupo parlamentar do PRL e do PRRN (António Gines-tal Machado, Diário de Lisboa 10/05/1923: 1 e 25/05/1923: 8). Ao longo da legislatura (1922-1925) o número de parlamentares do PRN desceu em virtude de alguns conflitos e dissidências, como a protagonizada por Álvaro de Castro. Na última legislatura (1925-1926) o PRN passou a contar com 44 membros no seu grupo parlamentar, embora também este ficasse reduzido a 31 membros após a cisão da União Liberal Republicana (ULR) em março de 1926 (Baiôa 2015: 62-353). A coesão do grupo parlamentar era fraca, sendo frequente alguns deputados e senadores contrariarem a posição do Diretório e do grupo parlamentar, o que potenciava conflitos, cisões e o abandono do partido por parte de alguns parlamentares. Ribeiro de Carvalho defendia que a coesão do grupo parlamentar do PRN e a sua relação com o Diretório deveria ter o seguinte enquadramento:

Como parlamentares só do «líder», seja ele qual for, temos que receber indicações. Os parlamentares entendem-se com o «líder». O «líder» entende-se com o Diretório, quando julga necessário. Isto é que é disciplina. Isto é que são normas a seguir, dentro de qualquer partido. Porque desde que um indivíduo ou um organismo invada as atribuições de outro, o resultado não pode deixar de ser este: confusão (Ribeiro de Carvalho, República 15/05/1923: 1).

Por vezes, também havia conflitos entre a Representação Parlamentar e o Diretório devido a decisões com sinal contrário em cada um destes órgãos. No dia 7 de julho de 1925 reuniu o grupo parlamentar do PRN, tendo deliberado proceder por modo a não derrubar o governo de António Maria da Silva. Esta deliberação era contrária à resolução tomada pelo Diretório e não foi consensual, dado que segundo alguns nacionalistas era uma atitude

favorável ao PRP e prejudicial aos interesses do PRN, pelo que Pedro Pita e Raul Lelo Portela renunciaram aos seus lugares no Diretório¹⁵. Contudo, acabariam por permanecer nos seus lugares.

A Representação Parlamentar reunia ordinariamente uma vez por semana, embora pudesse reunir extraordinariamente com outra periodicidade para tratar qualquer assunto urgente. O dia da semana em que ocorria a reunião foi variando, ainda que em outubro de 1923 acontecessem às quintas-feiras (República 18/10/1923: 2). A Representação Parlamentar era administrada por um regimento, que não foi possível identificar¹⁶. Os vogais do Diretório que não fossem parlamentares podiam participar, assistir e intervir nas reuniões do grupo parlamentar, mas não tinham direito a voto. A Representação Parlamentar devia estar organizada em tantas comissões quantos os ministérios existentes (Estatuto 1923: 12, artº 36º). Estas comissões deveriam ser um grupo especializado para analisar e propor resoluções sobre diversas temáticas. No entanto, segundo Cunha Leal, a sua ação foi quase nula. Cunha Leal enquanto era líder parlamentar tentou formar comissões especializadas:

[Aconselhei a] nomeação de comissões, espécie de organismos técnicos do grupo, encarregados de estudar e resolver sobre esses problemas. [Contudo], o grupo só muito tarde nomeou as comissões que eu lhe havia sugerido. E, até agora, nenhuma dessas comissões deu parecer sobre qualquer das questões cujo estudo lhe foi cometido. Tive assim, nestas condições de falar em nome do partido sobre vários problemas (Leal, Acção Nacionalista 28/02/1926: 4).

Portanto, os parlamentares intervinham na Câmara dos Deputados e no Senado quase sempre com base na sua intuição e nos seus conheci-

¹⁵ Carta enviada por Pedro Pita ao presidente do Diretório do PRN, António Ginestal Machado (EAGM/BNP, Espólio E55/995): “PRN. Diretório / Lisboa, 7-7-1925 / Largo Calhariz, 17 / A resolução hoje tomada pelo Conselho Parlamentar de proceder por modo a não derrubar o governo, coloca-me na obrigação que cumpro – independentemente da circunstância de ser por esta revogada a deliberação anteriormente tomada pelo Diretório – de depor nas mãos de V. Ex.^a a minha renúncia ao lugar de vogal – Diretório do nosso Partido!”. Carta enviada por Raul Lelo Portela ao presidente do Diretório do PRN, António Ginestal Machado (EAGM/BNP, Espólio E55/1001): “Raul Lelo Portela / Rua de entre Campos, 11 / Lisboa / 8-7-1925 / [...] Soube que ontem o G. P. N. [Grupo Parlamentar Nacionalista] resolveu tomar uma atitude de... não embaraçar a vida do atual governo. Esta atitude é contrária à resolução tomada pelo Diretório. Esta atitude é um favor ao P. D. [Partido Democrático] e vem prejudicar os interesses do P.R.N. e mais os interesses da República. Por isso venho resignar ao meu lugar no Diretório e a depô-lo nas mãos de V. Ex.^a”.

¹⁶ Foi nomeada uma comissão para elaborar o regimento do Grupo Parlamentar; cf. República 18/10/1923: 2.

mentos prévios e não com uma estratégia concertada e preparada antecipadamente.

A Representação Parlamentar reunia habitualmente no Parlamento. No entanto, também reuniu algumas vezes no Centro Nacionalista do Calhariz, sede do Diretório em Lisboa. Nalgumas ocasiões os parlamentares do PRN reuniram em função dos distritos onde tinham sido eleitos. Procuravam concertar as reivindicações para a sua região (República 27/02/1923: 1; 27/02/1923: 1). Por vezes, quando a situação o exigia, as reuniões realizavam-se em conjunto com o Diretório. Após o abandono do Parlamento pelos senadores e deputados nacionalistas em 2 de maio de 1923, o Diretório do PRN reunido na noite de 23 desse mês e ano decidiu convocar os parlamentares para uma reunião no dia seguinte pelas 21 horas (República 24/05/1923: 2) para equacionar continuar com a mesma atitude ou renunciar aos cargos. A reunião foi bastante concorrida e houve discussão agitada até às três da madrugada. O grupo parlamentar resolveu prolongar a sua ausência no Parlamento, retificando o seu voto de confiança no Diretório, tendo apenas sete dos 65 parlamentares nacionalistas votado contra a renúncia (República 25/05/1923: 2; Diário de Lisboa 25/05/1923: 8). Noutra ocasião, no dia 27 de junho de 1925, as duas estruturas reuniram para analisarem a atitude a tomar após a queda do governo liderado por Vitorino Guimarães. O Diretório e o grupo parlamentar do PRN decidiram transmitir ao Presidente da República a sua disponibilidade para assumir o poder sozinhos, ou então permaneceriam na oposição (Diário de Lisboa 27/05/1925: 5). Nas reuniões semanais ordinárias era feita a gestão política da intervenção dos deputados e senadores no Congresso, sendo tratados temas muito variados. Por vezes, no final destas reuniões era difundida uma nota à imprensa¹⁷. O processo de deliberações passava pela votação de moções e pela eleição dos seus líderes.

¹⁷ Veja-se a nota de imprensa divulgada após a reunião realizada no dia 24 de maio: “O Grupo Parlamentar nacionalista tomou conhecimento da intransigência do Partido Democrático em face da plataforma apresentada pelos independentes e aceite integralmente pelo Partido Nacionalista, e resolveu manter a sua atual atitude retificando o seu voto de confiança no Diretório” (República 25/05/1923: 2).

Quadro 2. Comissão Administrativa do PRN (1923-1926)

Nome	1.º Congresso 1923	2.º Congresso 1924	3.º Congresso 1925	4.º Congresso 1926
Inácio Pimentel				
João Rodrigues				
Júlio Maria de Sousa				
Manuel Martins Cardoso				
Raul de Carvalho				
Benjamim Fernandes Neves Tavares				
Elias Garcia				
João Lúcio Escorcio				
João Simões de Almeida				
José Pais de Vasconcelos Abranches				
Jaime Pinto Serra				
Alfredo Soares				
Alípio Teixeira				
Agostinho Pires				
António Augusto da Costa Mota Sobrinho				
Eugénio Neves Lima				

Efetivo		Substituto	
---------	--	------------	--

O Congresso também elegia a Comissão Administrativa, órgão encarregue das finanças e da burocracia do partido, que era composto por cinco membros efetivos e cinco membros substitutos (Estatuto 1923: 5 e 10, artº 15º e 28º)¹⁸. Após o II Congresso do PRN, a Comissão Administrativa manteve-se quase inalterada, conforme se pode verificar no Quadro 2. Os elementos que compunham este órgão eram normalmente membros das estruturas intermédias do PRN. Não conseguimos obter muitas informações sobre a regularidade das suas reuniões (República, 11/04/1923), nem sobre as atividades administrativas realizadas por esta comissão, embora elas estivessem relacionadas com questões burocráticas, financeiras e contabilísticas do partido¹⁹. Não sabemos se havia algum cargo remunerado ou se havia funcionários do partido, embora as poucas informações disponíveis apontem para uma resposta negativa.

O PRN tinha ainda como órgão diretivo nacional a Junta Consultiva. A Junta Consultiva estava incumbida de dar pareceres e de pedir esclare-

¹⁸ No PRL a Comissão Administrativa tinha a mesma composição, cf. Estatuto 1919: 9, cap. V, artº 24º.

¹⁹ Numa reunião da Comissão Administrativa ficou “assente a impressão e distribuição dum questionário estatística aprovado pelo Diretório do Partido” (O Jornal 17/05/1924: 1).

cimentos ao Diretório e era composta por um número alargado de atuais e antigos membros da elite do PRN e dos seus partidos predecessores²⁰, nomeadamente:

a) Pelos vogais substitutos do Diretório que não estejam em exercício; b) Pelos vogais efetivos e substitutos da comissão administrativa; c) Pelos ex-vogais efetivos do Diretório; d) Pelos Ministros e ex-ministros; e) Pelos deputados e senadores, e pelos antigos deputados e senadores; f) Pelos governadores e ex-governadores de província ou distritos ultramarinos; g) pelos governadores civis e ex-governadores civis; h) Pelos presidentes das comissões distrital e municipal de Lisboa e por quatro delegados eleitos pelas comissões paroquiais de cada um dos quatro bairros da mesma cidade (Estatuto 1923: 10-11, artº 31º).

Portanto, a maioria dos membros deste órgão eram delegados de direitos (ocupação de um cargo) e uma minoria eram delegados eleitos. Era um órgão que reunia a elite alargada do PRN, com os seus históricos notáveis, alguns ligados aos partidos antecessores do PRN, mas já sem atividade política ativa nesse momento.

A Junta Consultiva reunia quando convocada pelo Diretório ou por iniciativa própria. Registamos dez reuniões deste órgão político²¹, sendo a primeira reunião a 7 de maio de 1923 e a última em 9 de outubro de 1930. Os temas tratados nestas reuniões eram normalmente de grande transcendência para vida interna do partido ou relacionados com a situação política nacional. Na reunião de 7 de maio de 1923 foi analisado o abandono do Congresso por parte dos parlamentares nacionalistas²², na reunião de 8 de novembro desse ano foi estudada a possibilidade de constituir um governo extrapartidário presidido por Afonso Costa²³ e na reunião de 15 de dezembro de 1923 a Junta Consultiva pronunciou-se sobre a possibilidade de participar em governos de concentração. Nas reuniões de 27 de agosto e de 3 de setembro de 1925 tomaram-se essencialmente decisões sobre as candidaturas a apresentar nas

²⁰ No PRP a Junta Consultiva era constituída por quinze membros eleitos bienalmente em Congresso e por dez deputados e cinco senadores eleitos pelo Grupo Parlamentar. Cf. Lei Orgânica 1921: 10, cap. VIII, artº 28º.

²¹ Datas das reuniões da Junta Consultiva do PRN: 07/05/1923; 08/11/1923; 15/12/1923; 27/08/1925; 03/09/1925; 03/11/1926; 28/10/1927; 04/11/1927; 06/09/1930; 09/10/1930.

²² República 3/05/1923: 1, 5/05/1923: 1 e 9/05/1923: 2; Diário de Lisboa 10/05/1923: 1; EAGM/BNP, Espólio E55/741, Carta enviada Álvaro Xavier de Castro, 9/05/1923, Lisboa.

²³ Diário de Lisboa 8/11/1923: 8 e 12/11/1923: 8; República, 9/11/1923: 1 e 8/11/1923: 1; O Combate 25/11/1923: 2.

eleições legislativas desse ano²⁴. Após o início da Ditadura Militar, a Junta Consultiva ganhou uma relevância maior, dada a impossibilidade de convocar o Congresso do PRN. Na reunião de 3 de novembro de 1926 apoiou-se a posição assumida pelo Diretório face à Ditadura Militar (Notícias de Viseu 6/11/1926: 1; O Debate 7/11/1926: 1). Nas reuniões de 28 de outubro e 4 de novembro de 1927 foi analisado e retificado o projeto constitucional apresentado por António Ginestal Machado (Diário de Lisboa 29/10/1927: 8; Diário de Lisboa 5/11/1927: 8). Por fim, nas reuniões de 6 de setembro e 9 de outubro de 1930 foi analisado o problema do lançamento da União Nacional e a atitude que o partido deveria tomar face à situação política vigente²⁵. A partir desta data não foi possível reunir este órgão devido às limitações impostas pelo Governo da Ditadura Militar. Nestas reuniões participavam geralmente 50 a 80 membros e as deliberações eram normalmente tomadas após discussão e votação de moções.

Os órgãos diretivos locais

A nível regional, o PRN estava organizado em moldes tradicionais, seguindo a estrutura administrativa (comissões distritais, municipais e paroquiais). Álvaro de Castro ainda tentou que a organização estivesse centrada nos círculos eleitorais, conforme estava organizado no Partido Republicano de Reconstituição Nacional (Silva, 1996: 66-68), de forma a tentar obter maior êxito eleitoral²⁶. No entanto, acabou-se por manter a estrutura clássica dos partidos portugueses que tinha sido seguida pelo PRL (Estatuto 1919: 11, cap. VIII, artº 33º). O PRP, o PRED e a ULR optaram neste período por constituir “Comissões de Círculo Eleitoral” ou “Federações Municipais” nas sedes dos círculos eleitorais²⁷.

As comissões distritais eram constituídas por cinco vogais efetivos e cinco vogais substitutos eleitos por dois delegados de cada comissão municipal. As comissões municipais tinham uma dimensão flexível em função da grandeza do concelho e da força do PRN. As comissões municipais de Lisboa e do Porto eram constituídas respetivamente, por doze e nove membros efe-

²⁴ O Imparcial 28/08/1925: 4; Gazeta de Viana 10/09/1925: 1; Acção Nacionalista 13/09/1925: 4.

²⁵ Diário de Lisboa 30/08/1930: 12 e 9/10/1930; Correio da Extremadura, 13/09/1930: 1.

²⁶ Álvaro de Castro defendia que a organização do PRN deveria ser “diversa do que tem sido. A base das comissões e núcleos não está nos distritos, nem nos concelhos. Mas sim nos círculos” (Álvaro de Castro, Diário de Lisboa 27/01/1923: 8).

²⁷ Lei Orgânica 1921: 8-9, cap. VI, artº 21º-25º; A Noite 21/04/1926: 3; Queirós 2008: 204-205.

tivos e igual número de substitutos. Os restantes concelhos podiam constituir comissões de sete, cinco ou três membros efetivos. Nos concelhos onde não fosse possível constituir uma comissão o Diretório nomearia um cidadão que representaria os interesses do PRN no concelho (Estatuto 1923: 12, artº 37º-38º). As comissões paroquiais (ou de freguesia) eram constituídas por três vogais efetivos e igual número de vogais substitutos, com exceção das comissões de freguesia de Lisboa e Porto que eram compostas por sete e cinco membros, respetivamente (Estatuto 1923: 12, artº 39º). Cada uma das comissões elegia um presidente e um secretário. As comissões distritais, concelhias e paroquiais estavam subordinadas aos órgãos hierarquicamente superiores, nomeadamente o Diretório. As principais funções destas comissões eram a organização partidária e a expansão do partido na sua área de influência. As comissões paroquiais (ou de freguesia) não serão objeto de análise aprofundada neste estudo.

Ao nível das comissões distritais identificamos quinze órgãos políticos com atividade: Comissão Distrital de Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Guarda, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Funchal e de Ponta Delgada²⁸. Não foram identificadas comissões distritais do PRN em Aveiro, Bragança, Faro, Leiria, Angra do Heroísmo e Horta. No entanto, é possível que tenham existido, pois as atividades das comissões distritais eram reduzidas e tinham pouca repercussão na imprensa. A ação política no terreno estava principalmente nas mãos das comissões municipais, cabendo às comissões distritais um papel ativo na negociação com o Diretório dos candidatos a deputado e senador pelos seus distritos. Esta escolha provocou, por vezes, algumas tensões com o Diretório e com as comissões municipais (Baiôa 2015: 252-326). Nos casos em que não havia acordo, cabia ao Diretório o parecer definitivo (Estatuto 1923: 9 e 13, artº 27º e 41º). A escolha dos candidatos às eleições administrativas era normalmente mais pacífica.

Identificamos 161 Comissões Municipais do PRN no continente, o que representava 60,1% do total dos concelhos de Portugal continental. Se tomarmos em consideração o continente e as ilhas adjacentes, o PRN estava organizado em 171 concelhos, o que representava 57,6% do total dos concelhos

²⁸ EAGM/BNP, Espólio E55/1063; A Norma 25/01/1923: 2; Acção Nacionalista 6/07/1925: 4 e 6/09/1925: 2; Correio da Estremadura 12/05/1923: 2; Diário do Minho 23/03/1926: 1; Distrito da Guarda 18/02/1923: 1; O Bejense 29/10/1925: 1; O Debate 20/04/1924: 1; O Figueirense, 19/04/1923: 1; O Jornal 24/12/1923: 4, 27/12/1923: 2, 29/12/1923: 1, 1/07/1924: 1; O Século 13/01/1923: 2; República, 13/03/1923: 1, 14/04/1923: 2, 19/04/1923: 2, 22/11/1923: 1 e 1/12/1923: 1.

de Portugal continental e insular. Os distritos com uma malha mais densa de comissões municipais do PRN eram os de Coimbra, Braga, Funchal, Vila Real, Faro, Santarém, Lisboa e Porto. Pelo contrário, os distritos de Aveiro e da Guarda eram onde a rede de comissões municipais era mais escassa no continente (Quadro 3). Nas ilhas adjacentes ressalta a fraca rede de comissões municipais nos Açores, com apenas uma comissão municipal identificada. No entanto, é provável que tenham existido mais algumas comissões, que poderão surgir noutros estudos mais focados em algumas regiões. Nas colónias não foi identificada nenhuma estrutura organizativa do PRN.

Estes dados revelam uma presença forte e relativamente homogénea do PRN nas várias regiões da metrópole, mas também demonstram que era o segundo partido do país ao nível da organização partidária. Segundo Oliveira Marques, o PRP possuía 19 comissões distritais e 256 comissões municipais na metrópole em 1914 (Marques 1991: 409). Não existem dados seguros para o período de 1923 a 1926, mas o PRP continuava, por certo, com uma rede partidária mais consistente do que o PRN. No entanto, o PRN estava bastante à frente do Partido Republicano da Esquerda Democrática, uma vez que este apenas estava organizado em duas federações municipais (situadas nas sedes dos círculos eleitorais) e em 46 comissões municipais (Queirós 2008: 204-208). O PRN também tinha uma rede política mais densa do que os seus partidos predecessores, como o Partido Republicano Evolucionista, que apenas conseguiu ter comissões políticas em seis distritos e em 89 concelhos em 1915 (Marques 1991: 412) ou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional que dispunha apenas de 90 comissões (entre distritais e municipais) entre 1920 e 1923 (Silva 1996: 61-62).

Quadro 3. Comissões Municipais do PRN por Distrito

Distrito	Nº de Concelhos no Distrito	Comissões Municipais do PRN	% de comissões face ao total
Coimbra	17	16	94,1%
Braga	13	12	92,3%
Vila Real	14	11	78,6%
Faro	16	12	75,0%
Santarém	20	15	75,0%
Lisboa	14	10	71,4%
Porto	17	12	70,6%
Castelo Branco	11	7	63,6%
Viana do Castelo	10	6	60,0%
Beja	14	8	57,1%
Portalegre	15	8	53,3%
Leiria	15	7	46,7%

Évora	13	6	46,2%
Bragança	12	5	41,7%
Setúbal ²⁹	12	5	41,7%
Viseu	24	10	41,7%
Guarda	14	5	35,7%
Aveiro	17	6	35,3%
Total Continente	268	161	60,1%
Angra do Heroísmo; Horta; Ponta Delgada	18	1	5,5%
Funchal	11	9	81,8%
Total Continente e ilhas adjacentes	297	171	57,6%

Fonte: Baiôa 2012: Anexo 2.

Algumas das comissões distritais e municipais do PRN tiveram vida efêmera. Esta falta de consistência das comissões locais poderia ser ultrapassada, segundo alguns nacionalistas, pela dinâmica dos órgãos centrais do PRN. José O'Neill Pedrosa, presidente do Centro Republicano Nacionalista Dr. Jacinto Nunes, defendia o seguinte:

[Era] absolutamente necessário admitir-se e dar seguimento à proposta tantas vezes alvitrada nos Congressos, na qual se pediu que cada círculo eleitoral tivesse uma comissão política central nomeada pelo Diretório composta de cinquenta vogais que tenham provado prestígio no círculo. [Pois], em muitos círculos, e não muito longe de nós, nem comissões políticas do nosso partido existem nos diversos concelhos (José O'Neill Pedrosa, Acção Nacionalista 15/02/1925: 1).

Houve uma redução do número de comissões políticas do PRN com as cisões lideradas por Álvaro de Castro em dezembro de 1923 e por Cunha Leal em março de 1926, que foi impossível contabilizar com rigor. Contudo, foi após o início da Ditadura Militar que se acelerou o desaparecimento de grande parte das estruturas regionais do PRN, fruto da hostilidade das novas autoridades para com os partidos políticos e devido à desmobilização dos próprios membros do PRN. Numa sociedade marcada pelo clientelismo, os notáveis do PRN, à semelhança dos outros partidos republicanos, perderam capacidade de medição com a afirmação do regime autoritário, pelo que muitos “clientes” mudaram rapidamente de “patrono” (Baiôa 2015: 364-464).

As comissões municipais e distritais reuniam geralmente nos centros políticos nacionalistas. Nos locais onde não existiam centros, as reuniões rea-

²⁹ O Distrito de Setúbal autonomizou-se do Distrito de Lisboa em 22 de dezembro de 1926.

lizavam-se frequentemente nas casas dos notáveis locais³⁰. Algumas comissões municipais tinham reuniões semanais, como a Comissão Municipal do PRN do Porto, que reunia aos sábados (O Jornal 5/01/1924: 1). Contudo, a maioria das comissões municipais apenas reunia nos períodos eleitorais, tendo uma atividade pouco consistente e duradoira. A eleição destas comissões era um puro ato administrativo, uma vez que nunca havia concorrentes, sendo as listas “cozinhas” pelos notáveis locais.

Esta falta de transparência, pluralismo e democracia nas eleições internas também era evidente nas reuniões partidárias locais. Durante estas reuniões havia o que se pode chamar “decisão por interpretação”. As reuniões eram mais para dar conhecimento do que para debater. As propostas eram normalmente aprovadas por ovação e não por votação (Silva, 1996: 66-67). Veja-se como exemplo a reunião realizada em fevereiro de 1923 em Évora, entre liberais e reconstituintes, para decidir da fusão dos dois partidos. Foram dadas várias informações, mas não houve nenhum debate. A reunião terminou enviando-se um telegrama a saudar o novo partido (Democracia do Sul 29/02/1923: 2). O mesmo sucedeu na reunião para analisar a decisão do Diretório do PRN de não viabilizar um governo presidido pelo Dr. Afonso Costa (Democracia do Sul 14/11/1923: 2), ou na indicação de um correligionário para o cargo de Governador Civil de Évora (Democracia do Sul 20/11/1923: 2). As comissões serviam quase só para idolatrar e aclamar os líderes – “para dar vivas”. Imperava uma cultura de dependência e de submissão aos líderes, estando os elementos de base numa posição passiva (Silva 1996: 72). As moções e decisões eram tomadas habitualmente por aclamação para criar uma impressão de unanimidade e unidade do partido³¹. No entanto, revelavam, acima de tudo que era uma pequena elite que dominava o partido, tomava as decisões importantes e distribuía os recursos disponíveis (Baiôa 2013: 326-338 e 2014: 187-200). A título de exemplo, veja-se a seguinte carta enviada por Jaime Dias, funcionário no Governo Civil de Castelo Branco, para o deputado do PRN, Bernardo Ferreira de Matos, que era o seu patrono em Lisboa:

Gabinete do Governador Civil do Distrito de Castelo Branco / Meu caro Dr. / Venho informá-lo. / Meu irmão António Lopes Dias concorreu a toda a série

³⁰ No dia 13 de junho de 1923 reuniram-se os membros do PRN do concelho de Alenquer no consultório do Dr. Duarte Rosa Ramos a fim de serem eleitas a comissão concelhia e as comissões de freguesia do concelho de Alenquer; cf. A Razão 20/06/1923: 1.

³¹ Cf. a moção aprovada por aclamação no Centro Político Nacionalista de Portalegre, República 4/01/1924: 1.

de escolas que constam da Lista da Junta. Tenho o maior empenho em que ele seja colocado em qualquer delas e como não me é possível ir agora a Lisboa muito lhe agradeço de tomar o caso à sua conta e proteção. Não faz questão de localidade, a questão é ser nomeado e como ele tem classificação regular, creio que poderá conseguir-se. / Estão já nomeados os administradores da Sertã e Proença-a-Nova. Sobre o Governador Civil, como as comissões reúnem hoje, só amanhã poderei dizer-lhe alguma coisa na certeza porém de que [...] todos servem desde que representem a opinião e sentir do partido, que deve manter-se mais do que nunca firme e unido. [...] Sobre os administradores: Já devem ter tomado posse os que me indicou. /19-11-1923 / Jaime Dias (Espólio Bernardo Ferreira de Matos – Lisboa – em posse da família).

Os líderes nacionais do PRN raramente sentiam necessidade de ouvir as bases do partido. Alberto Xavier, entrevistado por um jornalista do *Diário de Lisboa* sobre a hipótese de serem consultados os eleitores do PRN em todos os círculos para os ouvirem sobre a possibilidade dos parlamentares do PRN regressarem ao Parlamento, disse o seguinte:

- Não. Não vale a pena. Por exemplo, eu não consulto o meu.
- Porquê?
- Porque já sei que a resposta não pode deixar de ser afirmativa (Alberto Xavier, *Diário de Lisboa* 28/05/1923: 5).

Contudo, em Lisboa, o contexto era um pouco diferente. A comissão distrital e municipal de Lisboa procurou organizar um cadastro das comissões políticas e dos seus associados³² e estreitar os laços entre as várias estruturas do partido³³. No entanto, no resto do país a maioria das estruturas funcionavam desligadas umas das outras, com pouca articulação vertical e horizontal.

Esta realidade não era muito diferente do que se passava em alguns partidos da Europa da mesma época. No Partido Radical Francês as comissões políticas urbanas eram bastante mais ativas do que as rurais. Reuniam habitualmente uma vez por mês, com um interregno nos meses de verão, e tinham

³² Comissão Distrital de Lisboa: “Foi deliberado organizar com toda a brevidade o cadastro partidário do distrito e nessa ordem de ideias vai ser enviada circular a todas as comissões municipais para fornecerem os elementos necessários para tal fim” (*O Jornal* 5/06/1924: 1).

³³ Em abril de 1924, os secretários da Comissão Municipal de Lisboa apresentaram os documentos para elaborar o cadastro do PRN em Lisboa, constituído por dois boletins que ficam arquivados em duplicado: um na comissão política de freguesia e outro na comissão municipal. Nesse momento encontravam-se organizadas 42 comissões do PRN em Lisboa. Resolveu-se que um ou dois membros da Comissão Municipal participassem nas comissões de freguesia para estreitar laços para uma maior coesão partidária (cf. *O Jornal* 4/04/1924: 1).

uma maior atividade antes dos atos eleitorais. Estas reuniões mostravam que muitos membros eram passivos e que os cargos dirigentes pertenciam quase sempre aos mesmos cidadãos. As temáticas das reuniões centravam-se em questões internas, como os novos aderentes ao partido, problemas eleitorais locais e questões de política geral. As discussões sobre as decisões dos órgãos centrais do partido não eram relevantes, dado que os aderentes confiavam nos chefes nacionais (Berstein 1980: 180-181). No entanto, os partidos de massas emergentes começaram a operar uma transformação na organização interna, ganhando os elementos de base um protagonismo maior. Por exemplo, no Partido Socialista Italiano o referendo interno passou a ser a base das decisões mais importantes (Ridolfi 1992: 41).

Conclusão

O Partido Republicano Nacionalista tinha um estatuto e uma estrutura organizativa semelhante aos restantes partidos republicanos. O Diretório era o órgão diretivo supremo do PRN. Era eleito anualmente pelo Congresso, órgão onde residia a soberania partidária. O Congresso também elegia a Comissão Administrativa, órgão encarregue das finanças e da burocracia do partido. O PRN tinha ainda como órgãos diretivos nacionais, a Junta Consultiva e a Representação Parlamentar dividida em duas secções autónomas, mas que podiam reunir em conjunto – Câmara dos Deputados e Senado. A Junta Consultiva estava incumbida de dar pareceres ao Diretório e era composta por um número alargado de atuais e antigos membros da elite do PRN e dos seus partidos predecessores. A nível regional, o PRN estava organizado em função da estrutura administrativa (comissões distritais, municipais e de freguesia/paróquia).

A tomada de decisões no partido estava centralizada no Directório e no Grupo Parlamentar e a nível local nos notáveis, ainda que em termos formais fossem as comissões distritais e concelhias que tivessem essa legitimidade. As estruturas distritais e concelhias lideradas pelos caciques tinham uma grande autonomia funcional, permitindo-lhe realizar alianças nas quais os interesses familiares e as incompatibilidades pessoais estavam acima das teorias ideológicas.

O PRN tinha uma densa rede partidária nalguns distritos, como Coimbra, Braga, Vila Real, Faro, Santarém, Lisboa e Porto. Porém, ainda estava bastante atrás do PRP em número de comissões políticas. A rede de estruturas regionais do PRN atingiu o seu apogeu no final de 1923. Nos anos

seguintes as comissões políticas do PRN foram diminuindo, principalmente após as cisões ocorridas em dezembro de 1923 e em março de 1926, e após o início da Ditadura Militar.

O PRN tinha um aparato organizativo bastante simples, típico dos partidos de quadros, ainda sem um rol de funcionários que caracterizavam os partidos de massas em ascensão na Europa. A organização assentava num conjunto alargado de notáveis e caciques, unidos entre si por laços de parentesco e clientelas. Apenas havia comissões estáveis e com trabalho regular nalgumas cidades. As reuniões partidárias faziam-se nos centros ou nas casas dos notáveis.

Em suma, embora começassem a surgir alguns elementos de modernização, o PRN continuava com uma organização deficiente, irregular, intermitente e pouco estruturada. Ainda que teoricamente tivesse um modelo organizativo centralizado, na prática, os organismos e os notáveis locais tinham uma autonomia vasta e indeterminada, sendo por isso bastante indisciplinados. Apesar do Diretório e do Grupo Parlamentar serem as principais cúpulas dirigentes do partido, existia uma grande autonomia dos caciques locais. Na maior parte do país o PRN estava organizado numa confederação pouco coesa e flexível de comissões locais independentes, chefiadas por um notável, com uma fraca conexão horizontal e vertical com as outras estruturas partidárias. As relações dentro do partido eram acima de tudo pessoais e não institucionais. O dinamismo do partido assentava mais no somatório da força dos seus notáveis, do que no partido enquanto organização. A maioria dos aderentes ao PRN continuava a estar vinculada a um notável e não diretamente ao partido.

Bibliografia

Fontes arquivísticas

Espólio António Ginestal Machado – Biblioteca Nacional de Portugal (EAGM/BNP), Espólio E55.

Espólio Bernardo Ferreira de Matos – Lisboa (em posse da família).

Fontes hemerográficas

Acção Nacionalista, Lisboa 1924-1926.

O Bejense, Beja 1923-1930.

O Combate, Guarda 1923-1925.

Correio da Estremadura, Santarém 1923-1931.

O Debate, Oeiras 1923-1932.
Democracia do Sul, Évora 1923-1932.
Diário de Lisboa, Lisboa 1923-1935.
Diário do Minho, Braga 1925-1926.
Diário do Senado, Lisboa 1923-1926.
Distrito da Guarda, Guarda 1923-1926.
O Figueirense, Figueira da Foz 1923-1926.
Gazeta de Viana, Viana do Castelo 1923-1925.
O Imparcial, Lisboa 1925.
O Jornal, Lisboa 1923-1924.
A Noite, Lisboa 1926.
A Norma, Póvoa do Varzim 1922-1926.
Notícias de Viseu, Viseu 1923-1929.
A Razão, Alenquer 1923-1925.
O Regionalista, Caldas da Rainha 1923-1925.
República, Lisboa 1923-1935.
O Século, Lisboa 1923-1935.

Fontes impressas

Estatutos da União Liberal Republicana. Anexo C de LEITE, Ricardo Pinto (1995). “União Liberal Republicana (ULR) 1926-1930 (um partido político na transição de I República para o Salazarismo)”, Polis. Revista de Estudos Jurídico-Políticos, 4-5, 199-207.
PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL (1919). Estatuto ou Lei Orgânica. Lisboa: Tipografia Bayard.
PARTIDO REPUBLICANO NACIONALISTA (1923). Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista. Lisboa: Tipografia e Papelaria Pires & Ct^a.
PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS (1921). Lei Orgânica. Lisboa: Tip. da Sociedade Editorial Democrática.

Estudos

BAIÃO, Manuel (2012). Elites e organizações políticas na I República Portuguesa: o caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935). Évora: Universidade de Évora (tese de doutoramento policopiada).
BAIÃO, Manuel (2013). “O Partido Republicano Nacionalista e o Clientelismo (1923-1935)”, in Maria Fernanda Rollo et al. (coord.), Atas I Congresso de História Contemporânea. [s.l.]: IHC / CEIS20 / Rede História, 326-338.

- BAIÔA, Manuel (2014). “A elite do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): perfil social e sociabilidade”, *História. Revista da FLUP*, 4ª série, 4, 187-200.
- BAIÔA, Manuel (2015). *O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935. “Uma República para Todos os Portugueses”*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BAIÔA, Manuel (no prelo). “Os centros políticos, a imprensa e o financiamento do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)”, in *II Congresso I República e Republicanismo*. Lisboa: Centro República, 127-145.
- BERSTEIN, Serge (1980). *Histoire du Parti Radical. La recherche de l’âge d’or (1919-1926)*. Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) (1991). *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença.
- QUEIRÓS, António José (2008). *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RIDOLFI, Maurizio (1992). *Il PSI e la nascita del partito di massa, 1892-1922*. Roma: Laterza.
- SILVA, João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da (1996). *O Partido Reconstituente: clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*. Lisboa: ICS (dissertação de mestrado policopiada).

João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) na construção do modelo económico do Estado Novo: pensamento e ação política

João Pinto da Costa Leite (Lumbrales)
in the building of the *Estado Novo*'s economic model:
thought and political action

LEONARDO ABOIM PIRES

Universidade Nova de Lisboa – IHC
leonardopires5@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 02.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 10.06.2016

Resumo: A bibliografia disponível sobre a economia portuguesa durante o regime salazarista é extensa. Contudo, um dos mais importantes políticos da ditadura portuguesa, João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), tem sido, sucessivamente, relegado para um plano secundário na historiografia portuguesa relativa a esse período. Foi para tentar superar este panorama que este ensaio foi escrito, numa tentativa de analisar e compreender o pensamento económico e a ação governativa de Lumbrales na construção do Estado Novo.

Palavras-chave: economia; pensamento económico; Estado Novo; João Pinto da Costa Leite (Lumbrales).

Abstract: The bibliography available about the Portuguese economy during Salazar's regime is already a very extensive one. However, one of the most important politicians of the Portuguese dictatorship, João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), has been successively relegated to a position of secondary importance in the Portuguese historiography about that period. It is against this background that this essay was wrote, in an attempt to analyse and understand Lumbrales' economical thought and his political action during the construction of the *Estado Novo*.

Keywords: economy, economical thought; *Estado Novo*; João Pinto da Costa Leite (Lumbrales).

1. Nota introdutória

No quadro da historiografia política e das mutações sofridas nas últimas décadas pelo relativismo pós-moderno, a história biográfica tem sofrido

redefinições, onde se tem superado a lógica de uma mera compilação ou relato da vida de um indivíduo, situação cara a uma historiografia metódica. Deste modo, tem-se assistido a uma reabilitação deste género, propondo-se novos modelos explicativos de uma determinada figura dentro de uma conjuntura histórica, mas devidamente enquadrado nas novidades epistemológicas historiográficas. O nosso interesse pela construção biográfica deve-se ao facto de que a mudança do espaço social encontra no indivíduo, um espaço singular de leitura, isto é, o biografado é um pretexto para uma compreensão mais alargada sobre um determinado período histórico, descorando possíveis tentações laudatórias ou detratórias. Tal como Giovanni Levi refere, existe uma “*relation permanente et réciproque entre biographie et contexte: le changement [social] est précisément la somme infinie de ces interrelations*” (Levi 1989), ou seja, evidencia-se uma dialética entre uma figura e a época em que se inscreve, sendo esse o nosso foco de interesse.

No panorama nacional, os estudos biográficos de algumas das principais figuras do período do Estado Novo têm conhecido, ao longo dos últimos anos, um desenvolvimento historiográfico relevante¹ e dentro das intenções do ensaio que se segue, é igualmente reconhecível, um grande crescimento de estudos sobre o seu sistema económico. Estranhamente, uma das principais figuras deste regime, João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), “*pessoa da inteira confiança de Salazar e dócil às suas instruções*” (Caetano 1977: 451) tem sido obliterada na análise da ditadura, embora se verifiquem algumas exceções (Bastien 2001: 311-336). O que este ensaio fará é o estudo das duas vertentes, a política e a económica, que se mesclam na citada figura que desempenhou cargos da maior relevância política durante a vigência do regime salazarista – Subsecretário de Estado das Finanças (1929; 1934/37); Ministro do Comércio e Indústria (1937/40); Ministro das Finanças (1940/50) e Ministro da Presidência (1950/55) – e que contribuiu, do ponto de vista do pensamento económico, para a definição da problemática corporativista. A sua participação na cimentação do regime fez-se sentir ainda na instauração de algumas das principais estruturas políticas, desde a Presidência da Junta Central da Legião Portuguesa (1936/46), a Presidência da Câmara Corporativa (1955/57), passando pela Presidência da Comissão Executiva da União Nacional (1957), embora não seja esse o foco deste trabalho.

Propondo-se um quadro interpretativo do ideário económico de Costa Leite, este ensaio tentará compreender ainda o seu pensamento enquanto

¹ Veja-se, a título exemplificativo: Castilho 2012; Martins 2005; Oliveira 2000.

economista e professor universitário em Coimbra e Lisboa, mas também o seu papel enquanto Ministro das Finanças no período da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra, nomeadamente, o seu papel na gestão das dificuldades financeiras derivadas do conflito, mas também na adesão de Portugal ao Plano Marshall. A sua atividade pós-governativa e a produção teórica desses anos serão a vertente final desta reflexão sobre a ossatura económica do regime salazarista a partir da análise de um dos seus protagonistas. Igualmente importante, será feito um esboço do carácter político-ideológico de Lumbrales, de modo a compreender o seu apoio ao regime, mas também algumas decisões tomadas no exercício de funções governativas.

2. O percurso inicial e a génese do perfil ideológico

Oriundo de uma família fortemente arreigada a preceitos monárquicos, que não terão sido estranhos à sua formação intelectual e ideológica, João Pinto da Costa Leite, nascido no Porto, a 3 de fevereiro de 1905, ingressou no curso de Direito na Faculdade de Coimbra, em outubro de 1920, que terminou em 1925, com a classificação final de 18 valores. Doutorou-se na mesma instituição, em junho de 1927, com uma tese que versava sobre a problemática da organização do sistema bancário português. Nesse mesmo ano iniciou o exercício de funções docentes em Coimbra, sucedendo a Oliveira Salazar na regência da cadeira de Finanças, onde “alterou consideravelmente o conteúdo da disciplina, embora mantendo-lhe o cariz sobretudo político e jurídico” (Ribeiro 1993).

Os anos da sua formação académica coincidem com a erosão do regime republicano e a emergência de novas soluções políticas, de cariz conservador, onde o meio académico conimbricense, sobretudo na classe docente, apresentou uma certa disposição para a proliferação de alguns ideais antiliberais, onde se enquadrava Lumbrales. O golpe de 28 de maio de 1926, além de ter terminado com a experiência republicana, inaugura um período ao longo do qual certas sensibilidades políticas são minoradas ou são hiperbolizadas, assistindo-se a uma intensa luta pelo poder até ao Estado Novo, em que muitas divergências se deslindam. É neste contexto que surge o Movimento Nacional-Sindicalista, sob a égide de Rolão Preto, a que pertenceu Lumbrales, tendo feito parte do Grande Conselho Nacional-Sindicalista, onde “o grupo mais importante do GC era constituído por Professores da Universidade de Coimbra, cuja adesão ao N/S causou um certo impacto” (Pinto 2015: 177).

A passagem de Lumbrales pelos nacionais-sindicalistas e posterior adesão à ditadura é exemplificativa da postura ideológica que conservou ao longo dos anos. A atração que o nacional-sindicalismo exerceu sobre alguns monárquicos e conservadores poderá ser justificativa da adesão de Lumbrales ao movimento, a que se deve ainda somar a formação que tivera no meio familiar, bem com o contacto próximo que teve em Coimbra com as ideias conservadoras que aí brotavam. É ainda de realçar que a adesão de muitos monárquicos ao regime salazarista deveu-se “porque eram, acima de tudo, nacionalistas e corporativistas integrais” (Cruz 1986: 69), situação que teve o efeito inverso no caso dos integralistas, onde estes defendiam uma maior pureza doutrinária destes mesmos princípios, mantendo-se à margem do salazarismo. O que é possível encontrar na figura de Lumbrales é uma perene afirmação dos seus valores monárquicos, a que paulatinamente associou a defesa de corporativismo, valores que se encaixaram no plano ideológico e político do Estado Novo. Poder-se-á afirmar que a convergência do ponto de vista doutrinário entre as convicções políticas de Lumbrales e a posterior construção formal do regime fora suficientemente satisfatória para a sua colaboração com Salazar, a que se deve acrescentar a relação pessoal, ainda construída no âmbito académico de Coimbra.

3. O pensamento e o ideário económico

3.1. O sistema bancário nacional

Como já foi referido, Costa Leite iniciou a sua carreira docente na Faculdade de Direito de Coimbra onde, em 1927, apresentou a tese de doutoramento sobre o sistema bancário português coevo, versando sobre o percurso e atividade dos bancos portugueses, mas também sobre a sua história. Sobre a situação dos bancos à época, “a especialização dos bancos não, vai entre, entre nós muito longe, o que é natural, dado o pequeno desenvolvimento económico do nosso país” (Leite 1927: 50), existindo, como banco emissor, o Banco de Portugal; alguns bancos comerciais; a Companhia Geral do Crédito Predial Português, “um banco hipotecário, que emite em representação dos empréstimos realizados obrigações hipotecárias” (Leite 1927: 51); o Crédito Agrícola e, por fim, as caixas económicas, definidas como “os únicos institutos de crédito popular” (Leite 1927: 51). Esta não é uma obra que obedece a elaborados critérios teóricos, existindo, para o autor, a necessidade de explanar as características do sistema bancário nacional que havia sofrido

uma revitalização com o surto bancário surgido no rescaldo da Grande Guerra².

Uma questão relevante que surge nesta obra é a problemática da regulação dos bancos comerciais, ou seja, “se deve ou não fazer-se uma regulamentação dos bancos, isto é, se os bancos devem apenas estar sujeitos às disposições que regem a constituição e funcionamento das outras sociedades, ou se devem estabelecer normas especiais atendendo à excepcional importância que tomam os bancos modernos” (Leite 1927: 247), onde a sua reflexão tem por base o debate que ocorria, por essa altura, noutros países europeus. Lumbrales alerta para a questão do crédito bancário, situação onde não se poderiam encontrar similitudes entre as empresas normais, que se regem pelos seus capitais e poderão pedir crédito externo, oferecido pelos bancos. Deste modo, estas instituições surgem como intermediários entre quem fornece e quem pede crédito, alertando para as “gravíssimas consequências – tantas vezes sentidas – da falência de um destes institutos, que pode causar prejuízos irreparáveis e deixar de repente na miséria” (Leite 1927: 249) os depositantes que, por norma, são oriundos da classe média. Acrescenta ainda que esta fé na livre concorrência poderá ser nociva para toda a estrutura económica, não existindo uma norma pois as operações eram baseadas na confiança do público e assim a regulação surgia como um mecanismo de salvaguarda do capital depositado nos bancos. Assim, Lumbrales mostra que “a regulação dos bancos de emissão é um problema a encarar e a estudar” (Leite 1927: 252), demonstrando que, à época, este facto havia sido tentado em Espanha, em 1921, e nos EUA, através do Federal Reserve Act de 1913, embora estas leis conferissem um carácter facultativo às instituições bancárias visadas.

Esta obra foca outra questão que se revela fundamental, inscrevendo-se na análise da situação portuguesa coeva, marcada pela proliferação de uma série de bancos comerciais que, muitas vezes, surgiam sem racionalidade económica. Destarte, Lumbrales questiona-se se “deve ser livre a constituição de empresas bancárias ou se deve depender de uma autorização” (Leite 1927: 253). Contudo, demonstra que a subordinação da constituição de bancos ao Estado poderá ser vista como uma ingerência, mas a fiscalização do cumprimento das condições legais para o funcionamento dessas instituições deveria ser um prudente acréscimo às funções do Estado, prevenindo ruturas no sistema bancário e salvaguardando o crédito dos depositantes, algo que já ocorria, desde a promulgação do decreto de 20 de março de 1925 que sistematizava algumas das considerações aqui expostas. Para Lumbrales, o que

² Sobre o mundo bancário português veja-se Valério 2013.

caracterizava o sistema português era “uma pequena especialização, por falta de concentração dos bancos, que o seu capital diminuiu, e que a insuficiência dos seus balanços torna difícil uma análise segura da sua situação” (Leite 1927: 264), laconismo esse que se revelava prejudicial para uma política organizada e sistematizada por parte dos governos. Ainda assim, a tese de doutoramento de Costa Leite assegura que o caminho iniciado em 1925 era assertivo na regulação e inspeção dos bancos, ainda que visasse a especulação financeira, o que era alvo vago pois “todo o comerciante especula visto que especular é, fundamentalmente, tirar proveito das oscilações ou diferenças de preço” (Leite 1927: 270).

3.2. A teoria sobre as crises económicas

A obra *Ensaio sobre a teoria das crises económicas*, publicada em 1933, sendo a versão publicada do texto apresentado para as provas de acesso à cátedra de Ciências Económicas, é igualmente relevante no panorama do pensamento económico português, a que se associa a tentativa de compreender os efeitos da Grande Depressão. Trata-se de um estudo, tal como é referido no título, de teoria económica, problematizando as causas para os fenómenos das crises, embora não acrescentando novidade conceptual ao tema em estudo, mostrando que a sua “abordagem é deliberadamente distante da realidade, não ostenta qualquer preocupação de índole prática ou política” (Cardoso 2012).

Do ponto de vista do ideário lumbraliano, o que se pode entrever, ao longo das páginas desta obra, é, sobretudo, uma visão neoclássica da economia, demonstrando que “não é possível atribuir às crises cíclicas a excitações esporádicas e variadas” (Leite 1933: 183), como havia demonstrado Ernst Wageman ou Clément Juglar, que defendia o carácter esporádico e aparentemente disperso das crises do capitalismo. Acrescenta ainda que “a expressão ciclo como a periodicidade, aplicadas às crises, têm que ser tomadas num sentido especial ou substituídas por outras” uma vez que “as crises não apresentam sempre rigorosamente as mesmas características, não têm sempre a mesma marcha” (Leite 1933: 10).

Segundo Lumbrals, a teoria que defende que as crises são esporádicas não engloba uma noção e um entendimento estrutural das dinâmicas da economia pois “este movimento de longa duração é um processo contínuo da estrutura económica, no sentido do desenvolvimento da produção para a satisfação cada vez mais completa das necessidades humanas” (Leite 1933:

184). Deste modo, o progresso poderá ser, em parte, explicativo, das oscilações, assim tidas como naturais, da estrutura económica, existindo aqui algumas influências de Schumpeter, pois segundo este, o desenvolvimento económico rege-se por um desenvolvimento quantitativo, mas também qualitativo da atividade económica. É também advogada uma visão onde as crises económicas são parte de uma estrutura (Leite 1933: 182), socorrendo-se dos debates ocorridos no meio académico anglo-saxónico, onde se destaca Keynes e a sua teorização sobre a circulação monetária, o que nas palavras de José Luís Cardoso, “é bem revelador da modernidade e atualidade das referências do autor português” (Cardoso 2012: 140). Também Ana Bela Nunes refere que Lumbrales é um economista atento à produção académica internacional devido ao facto de ter uma “consideração clara da crise como fase ciclo” e ainda “na descrição, a partir dos principais indicadores, do movimento cíclico” (Nunes 2014: 26) das próprias crises.

Assim, os movimentos de longa duração eram explicativos dos sobressaltos esporádicos que a economia sofria, onde as oscilações de preços, atribuídas, por norma, às variações da produção do ouro não poderiam estar na base desta questão. Deste modo, poder-se-á ver dois conjuntos de excitações da estrutura económica: por um lado, existem oscilações oriundas do progresso, onde a questão do ouro é, para Lumbrales, exemplificativa, mas também existiam oscilações oriundas de factos imprevisíveis onde, e socorrendo-se do exemplo do setor primário, “uma guerra ou acidentes meteorológicos que provocam na indústria agrícola uma grande depressão, provocam reações mais ou menos violentas” (Leite 1933: 189). Apesar do exemplo, este tipo de crise era relativamente recente, tendo-se iniciado com a Revolução Industrial, sendo ainda característico de países com um sector secundário fortemente desenvolvido, algo que não ocorria no panorama nacional, embora a mecanização e industrialização da agricultura pudesse despoletar esse tipo de fenómenos. Neste campo de análise, Lumbrales demonstra que a internacionalização das crises é sintoma da comunicação global entre diversas economias, sobretudo as mais industrializadas.

Esta não é uma obra inovadora do ponto de vista teórico, mas a pertinência do tema em estudo, aliada à data de publicação, revelam que Lumbrales reconhecia a necessidade de conhecer as políticas seguidas em outros países. Mais do que apresentar soluções práticas, esta obra encerra o intuito de fornecer uma fundamentada explicação teórica sobre as crises, recorrendo aos contributos de diversos autores estrangeiros. O entendimento que aqui ficou plasmado revela-se interessante para o conhecimento e compreensão da política seguida durante a Segunda Guerra Mundial, embora a conjun-

tura bélica e a passagem para uma economia de guerra tenha acrescentado outros elementos passíveis de catalisarem reações e novas percepções sobre o fenómeno das crises e sobre os sobressaltos do desenvolvimento económico.

3.3. O pensamento sobre o modelo corporativo

A cultura corporativa, em larga medida, contraposta à cultura do liberalismo e do socialismo, ocasionará um profícuo debate teórico sobre o esquema económico nacional que terá também expressão política, com a consolidação do Estado Novo. Em Costa Leite confluem duas dimensões na construção do corporativismo: a teórica, através da docência nas universidades de Coimbra e Lisboa e nos estudos que publicou, e a prática, através do exercício de diversas funções governativas.

O seu contributo para a construção da chamada “escola corporativa portuguesa”, materializa-se na obra *A doutrina corporativa em Portugal*, publicada em 1936. O que torna este texto diferente dos restantes produzidos pela escola corporativa portuguesa é sobretudo o carácter meramente económico e pragmático, não se detendo em argumentos de teor político. Nesse pragmatismo poder-se-á incluir a noção da necessária intervenção do Estado como mecanismo regulador das relações do mercado, como forma de suprimir, como constata Carlos Bastien, “os previsíveis comportamentos egoístas e não conformes ao bem comum” (Bastien 2000: 18) onde a relação entre Estado e corporações seria uma via para superar os efeitos sociais do liberalismo económico. A apologia de uma sociedade baseada numa mundividência assente em unidades orgânicas – a família, a corporação ou a classe – são constantemente reiterados pelos corporativistas portugueses, em contraponto com o individualismo liberal e o coletivismo socialista. Lumbrales salienta ainda que, no corporativismo, “o homem não é apenas um cidadão político, mas é considerado como pessoa com interesses materiais e espirituais”, acrescentando que “o individuo isolado é uma ficção; o homem vive sempre em sociedade” (Leite 1936: 103-104), mas onde as consequências de uma mentalidade liberal, uma vez introduzida nas relações sociais do Homem, minava a construção do bem comum. Deste modo, o *homus economicus*, tal como é reconhecido por Lumbrales, contrasta com o *homo corporativus*, patente nas obras de Marcello Caetano. Assim, no pensamento lumbraliano é reconhecida a existência do homem enquanto agente económico de feição liberal, mas enquadrado num sistema corporativo, enquanto na teoria corporativa marcelista, o homem seria absorvido na estrutura do corporativismo.

O corporativismo surge como solução de “terceira via”, mas de base autónoma, incorporando em si uma dispersão de ideias, com um substrato capitalista, atendendo-se que o equilíbrio económico do capitalismo, conseguido pelo funcionamento do próprio mercado seria substituída pelo equilíbrio proporcionado pelas instituições sob a égide do corporativismo, por esta economia autodirigida, essa fórmula incontestavelmente superior, como refere José Maria Brandão de Brito, onde “no corporativismo português vamos encontrar elementos centrais do capitalismo [...] e a síntese de corrente morigeradores do capitalismo” (Brito 1989: 48). O antagonismo destruidor entre capital e trabalho diluir-se-ia através desta solução, com todas as vantagens de paz social, onde o liberalismo tinha-se tornado num destruidor da riqueza e corporativismo convergia na satisfação das necessidades comuns. Para Castro Fernandes, “o corporativismo que laboriosamente se edificou sobre as ruínas acumuladas pelos dois sistemas, afirma uma nova ordem, um novo quadro de valores, uma doutrina de equilíbrio” (Fernandes 1944: 35).

Um aspeto a salientar é o lugar que Costa Leite encontra nesta obra para uma reflexão da génese do golpe de 28 de maio de 1926, algo singular nas obras doutrinárias do corporativismo. Para o economista, o golpe não foi mais que a manifestação de um desígnio nacional inadiável. Segundo este, a génese deste movimento fora a confluência de ideias antiparlamentares e antiliberais que conseguiram dar forma ao golpe: “não se tratava de um programa político definido, porque, como dissemos, a revolução tinha sido essencialmente instinto animado por algumas ideias-forças que foram: a autoridade e a ordem; a moralidade na administração; a eliminação da política de partidos e a sua substituição por uma política nacional” (Leite 1936: 17).

No campo da economia, a supressão dos mecanismos de cariz parlamentar conseguiu fomentar a possibilidade da regeneração económica, ainda que, na realidade, entre 1926 e 1933/34, a instauração plena do corporativismo tivesse que trilhar um caminho acidentado. Lumbrales salienta que o corporativismo “não é socialismo nem mesmo o estatismo puro” (Leite 1936: 53), sendo um *juste milieu*, onde o Estado assume o papel de árbitro nas funções económicas, “integrando em si os organismos representativos de vários grupos e interesses económicos e morais, substituindo uma representação de partidos” (Leite 1936: 63), tendo sempre em vista o interesse nacional. Neste tópico, os pontos de contacto com Mainoiescu são evidentes, bem como da restante escola corporativa portuguesa, reproduzindo a ideia de um “estado mínimo”, onde as funções de manutenção da ordem pública

e de cariz diplomático não deveriam ser alienadas, mas onde as funções económicas passariam por uma fase transitória para a plena corporativização da sociedade. Lumbrals demonstra também que a diferença essencial entre os sindicatos socialistas e as corporações reside no facto que, no primeiro caso, a luta de classes inviabiliza a harmonia social, por contraponto, ao corporativismo “parte da sua solidariedade e independência para organizar em termos profícuos a sua colaboração” (Leite 1936: 152).

A institucionalização política e jurídica do Estado Novo leva a que os corporativistas defendessem que “Portugal não é já a cortiça levada ao sabor das águas revoltas de uma humanidade em crise” (Pereira 1937: 21), onde a ausência da ameaça dos conflitos e reivindicações laborais sinalizava o início do caminho pretendido por esta corrente de teóricos, encontrando em forma de lei o Estatuto do Trabalho Nacional. O lugar que Lumbrals ocupou, dentro da escola corporativa, levou a que tenha sido sondado por Salazar, em 1933, tal como Marcello Caetano e Teotónio Pereira, para ocupar o cargo de Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, algo que recusou, tendo sido Teotónio Pereira a ocupar o cargo até 1936. Contudo, tal como recorda Marcello Caetano, Salazar afirmou que “o senhor [Caetano] e o Lumbrals desta vez escaparam ... Mas ficam reservados para outra oportunidade” (Caetano 1977: 58), algo que se verificaria na composição ministerial dos próximos anos, sendo das poucas figuras a sobreviveram às diversas remodelações.

3.4. A reflexão teórica sobre a II Guerra Mundial e as suas consequências

João Pinto Costa Leite foi nomeado Ministro das Finanças, em 1940, iniciando um decénio de governação na área económico-financeira do regime, numa conjuntura particularmente importante na redefinição dos postulados até aí seguidos. A guerra mostrou “os limites ao progresso e à independência nacional impostos pelo carácter pouco industrializado e predominantemente agrícola da economia portuguesa” (Rollo 2007: 83), colocando em causa o modelo autárquico e corporativo que havia caracterizado o tecido económico, mas igualmente, contribuindo para uma redefinição de prioridades sociais e políticas. Tal facto é atestado pelo próprio Lumbrals na sua obra *Economia de Guerra*, dada à estampa, em 1943, onde defende que “a guerra atuava na economia apenas como reflexo dos seus problemas financeiros” (Leite 1943: 67). Os limites do tecido produtivo nacional já haviam sido alvo de reflexões teóricas nos anos precedentes à

guerra, mas foi o agudizar da crise de subsistências e a conseqüente agitação social que forçou o regime ainda, de forma relutante, a operar certas modificações no plano socioeconómico.

Desde logo, há que salientar que “a guerra, no seu aspeto puramente económico, representa o surgir de uma nova ordem de necessidades, imperiosas, absorventes que dominam todas as demais” (Leite, 1943: 9), devendo-se acrescentar que abriu uma crise política profunda por várias razões pelo desequilíbrio e reajustamento que obriga sobre a posição de Portugal no quadro internacional, tendo em consideração a neutralidade que Salazar afirma desde o início, não despreciando o clima de agitação social, com momentos intensos em 1941 e 1943, prolongando-se depois do final da guerra, sendo muitas vezes espontâneo e sem enquadramento político.

Retomando a temática do impacto económico, a atuação de Lumbrales na gestão do impacto da guerra em Portugal centrou-se, sobretudo, na questão do controlo aduaneiro e na questão da fiscalidade. Mas o controlo do Estado sobre a ação económica fez-se em múltiplos aspetos. No sentido do reforço da sua estrutura, por virtude das contingências provocadas pela Segunda Guerra Mundial, esta foi, para Lumbrales, algo necessário, patente na junção dos ministérios do Comércio e o da Agricultura num só, criando-se o Ministério da Economia.

Já no que concerne à questão das importações, que adquiriam uma enorme relevância dada a dependência externa face a matérias-primas essenciais, Lumbrales mostra que a política seguida pelo governo pretendia “normalização por defesa contra as perturbações de ordem psicológica por parte do consumidor e disciplina entre os atos de exploração monopolista” (Leite 1943: 360), onde a ação reguladora dos preços era essencial pois estes cresceram exponencialmente até 1947 onde, para Fernando Rosas, esta situação era o resultado “da ineficácia e das hesitações da política governamental” (Rosas 1990: 298). Seguindo este tópico, o então Ministro das Finanças mostra que a regulação estatal da economia, através de organismos de coordenação e de tendência corporativa onde a sua utilização se devia

primeiro, porque a existência de um mecanismo normal limitava a ação de emergência [...] evitando a duplicação de instrumentos; depois porque desta forma a economia de guerra não representaria quando esta cessasse, uma máquina de emergência destinada à liquidação e que teria interrompido a marcha de organização normal (Leite 1943: 359).

Deste modo, as exigências económicas provocadas pelo conflito eram, na sua ótica, justificativas do controlo estatal, que reforçava, de modo

evidente, a continuidade do projeto corporativo. Esta defesa do corporativismo poderá ser entendida, em minha opinião, como um desses sinais de ineficácia apontados por Fernando Rosas pois é com a Segunda Guerra Mundial que a facção industrialista do regime adquire um espaço político suficientemente amplo para demonstrar a necessidade de investir no sector secundário.

Para Lumbrales, a economia exigia várias soluções. A primeira centrava-se na poupança: “poupar no consumo e aproveitamento de bens, poupar dinheiro, reservando-o para futuros aumentos de produção, para novos investimentos” (Leite 1943: 365), onde a acumulação de capital nos cofres do Estado parecia ser a solução mais viável, tendo em conta as readaptações que a economia mundial sofria nesses anos. A segunda solução passava, naturalmente, pelo racionamento, “difícil, cheio de inconvenientes e perigos” (Leite 1943: 366), onde a contração do consumo seria complementar às reformas monetárias que então tomavam forma, sendo que a última solução demonstrada por Lumbrales passava pela regulação do comércio externo, onde se deveria proceder ao abandono da liberdade monetária que poderia significar ruturas no quadro das exportações nacionais.

O que se pode ver, quer da ação política de Lumbrales, quer da sua reflexão sobre o impacto da guerra em Portugal é a simbiose entre a defesa do corporativismo que havia teorizado nos anos iniciais da sua governação, mas também o reconhecimento de um novo espaço de reformulação do tecido e da política económica, facto essencial em dirimir e minorar os efeitos de uma economia altamente dependente das economias externas. Deve-se ainda acrescentar que as soluções preconizadas por Lumbrales tomaram forma de lei, sendo aplicadas no decurso da guerra. Todavia, não se encontra, na sua reflexão sobre a guerra, uma abertura que possibilitasse um investimento na indústria tão almejado por figuras como Ferreira Dias, embora com as leis nº 2002 e nº 2005 se conseguissem alguns avanços nesse sentido. A estabilidade monetária, financeira e o equilíbrio da balança comercial eram, para o citado economista, a melhor solução no sentido da contenção da inflação, mesmo que tivesse um efeito inibidor sobre a economia nacional. A poupança, como atrás foi referido, era a pedra de toque da política nacional em tempo de guerra, o que teve diversos reflexos no quadro social da época, onde a questão das subsistências adquire maior acuidade. Esta atitude permaneceria após o fim da guerra, onde a condução do processo negocial de adesão ao European Recovery Program, analisado mais adiante, será paradigmática nesse sentido.

3.5. Lumbrales e o Plano Marshall

Um dos principais impactos do pós-guerra e que marcou indelevelmente o desenvolvimento dos mecanismos da economia portuguesa nos anos 50 foi a receção da ajuda financeira norte-americana consubstanciada no European Recovery Program (ERP), mais conhecido por Plano Marshall. A reação inicial do governo português foi relativamente rápida quanto às intenções dos norte-americanos, mostrando-se disponível para participar na 1ª Conferência de Paris, em 1947, para a discussão do quadro conceptual em que funcionaria a ajuda financeira, embora certos desconfortos diplomáticos continuassem presentes, como a questão do ouro alemão³.

A atuação de Costa Leite na rejeição do plano norte-americano foi determinante. Enquanto titular da pasta das Finanças, a eventual solicitação de ajuda financeira ao governo de Washington necessitaria do seu consentimento e das suas considerações. Igualmente, enquanto decorriam os trabalhos da 1ª Conferência de Paris, foram solicitados ao ministro, por parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Matta, o envio de estimativas relativas à balança de pagamentos. Contudo, esse envio foi recusado, alegando que “nem o Ministério das Finanças nem o Banco de Portugal têm a possibilidade de apresentar com seriedade estimativas”⁴. A partir deste momento, constrói-se todo o libelo que leva a que, num primeiro momento, o governo português recuse a ajuda norte-americana, acrescentando que não existia “qualquer vantagem em fazer estimativas apressadas”⁵, mostrando a sua desconfiança sobre o decorrer dos trabalhos da Conferência de Paris, socorrendo dos motivos apresentados pela Suíça.

O teor do documento elaborado por Lumbrales é bastante paradigmático do modelo económico-social que este defendera e ainda defendia, onde as premissas autárquicas ainda estão presentes, demonstrando desconfiança no que toca à liberdade comercial, afirmando a relutância em “pôr ao serviço destes [países] as suas reservas monetárias”, sendo necessário evitar “encarrear nas fantasias que ao que vejo, estão cultivando”⁶. Deste modo, o que se pode observar nesse documento é um tom muito pragmático em que se podem observar resquícios da apologia autárquica em que a defesa e

³ Sobre os trâmites e o processo negocial entre os governos português e norte-americano veja-se Rollo 1994.

⁴ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante: AMNE), 2º piso, M 53, A 39, proc. 41 (2).

⁵ AMNE, 2º piso, M 53, A 39, proc. 41 (2): 4.

⁶ AMNE, 2º piso, M 53, A 39, proc. 41 (2): 3 (sublinhado no documento original).

a salvaguarda dos interesses nacionais se deveria sobrepor a outros e onde a capacidade de autorrecuperação do país depois da guerra era salientada por Lumbrales, assegurando que não existia falta de créditos em dólares – “Portugal [...] não carece de créditos em dólares para as previsíveis necessidades de pagamentos”⁷. A questão das reservas de ouro já fora atestada pelo próprio Ministro porque “o aumento e valorização das exportações, a diminuição do comércio importador e outras causas acessórias de importação de capitais” (Leite 1942: 44) havia determinado a sua acumulação de divisas no Banco de Portugal durante o período da guerra. Este documento, aliado à ténue conjuntura aparentemente favorável é indicativo de certos princípios que haviam norteado o ideário económico de Lumbrales, quer na sua atuação enquanto académico, quer enquanto um dos principais governantes do regime salazarista. Em suma, a manutenção da independência económica nacional, baseada numa regeneração autónoma das consequências da guerra, seria o suporte para a inicial rejeição do programa.

Contudo, a inicial atitude para com o ERP é substituída por uma visão mais sustentada dos limites da economia portuguesa no contexto da reconstrução económica do pós-guerra, onde Lumbrales solicitou a ajuda norte-americana em junho de 1948, atitude seguida por Oliveira Salazar, onde a partir desse momento iniciou-se um intrincado processo negocial, tendo em vista que Portugal fosse abrangido pela ajuda Marshall. Após a aceitação da proposta do governo português em ser beneficiário, Lumbrales foi um dos elementos essenciais na coordenação e gestão das verbas atribuídas a Portugal e que estiveram na base na reestruturação económica. A mudança na atitude de Lumbrales leva-o, inclusivamente, a apresentar junto da Organização Europeia de Cooperação Económica, o plano de intenções do governo português a médio e a longo prazo.

3.6. Repensar o intervencionismo do Estado na economia: o I Plano de Fomento

A 2 de agosto de 1950, Lumbrales foi nomeado Ministro da Presidência, sendo significativa a abrangência de funções que este cargo dispunha, possibilitando a sua aproximação às questões económicas, existindo ainda competências cumulativas com o cargo de Presidente do Conselho. Este ministério poder-se-á considerar como uma superestrutura ao serviço do poder execu-

⁷ AMNE, 2º piso, M 53, A 39, proc. 41 (2): 8.

tivo, mas também da administração pública, onde uma das suas inerências era a tutela do Supremo Tribunal Administrativo, prevendo-se ainda a gestão e supervisão de outras instituições como a Comissão Técnica de Cooperação Europeia e o Fundo de Fomento Nacional, instituições criadas na senda das transformações económico-financeiras proporcionadas pela ajuda Marshall.

Enquanto Ministro da Presidência, Costa Leite seria o principal artífice do I Plano de Fomento (1953-1958), sendo esta a materialização da procura de novas formas de proporcionar o desenvolvimento do país, à semelhança do que ocorrera com a Lei de Reconstituição Económica de 1935. Este primeiro plano seria caracterizado pelo “ecletismo dos projetos que contem, as contradições e as hesitações que caracterizam o momento da sua adoção” (Marques 1988: 115), a que se devem somar dificuldades técnicas na sua elaboração, onde

trabalhando-se afincadamente no estudo profundo dos problemas equacionados no projeto do Plano, só em vésperas da abertura da sessão ordinária da Assembleia Nacional (25 de novembro) foi possível entregar o volumoso parecer [...] com o conjunto de estudos subsidiários das diversas secções interessadas (Caetano 1977: 406).

Sendo, sobretudo, o produto da teorização feita por Lumbrales, o I Plano de Fomento sugere alguns traços do seu pensamento económico nos anos subsequentes ao término da guerra. Deste modo, a aposta na agricultura continua a ser o *leitmotiv* da política económica do regime, embora o plano preconizasse-se “a inadiável necessidade da industrialização” (Marques 1988: 116), os ímpetus industrializantes seriam materializados com mais sucesso no II Plano de Fomento (1959-1964). Destarte, o I Plano foi construído com base em entimemas antinómicos e soluções enviesadas que demonstram que não só Lumbrales, mas também as elites políticas salazaristas demonstravam matizes na construção de uma política económica concreta depois das dificuldades expostas com o fim da guerra, algo que já ficara patente na reflexão sobre o papel do Estado na gestão da economia de guerra e nas negociações sobre o auxílio norte-americano.

O cunho lumbraliano, impresso no I Plano de Fomento, tem como base um *trompe l’oeil* discursivo, adepto da conciliação entre a emergência de novas soluções económicas e a defesa das velhas estruturas autárquicas, onde a manutenção do *status quo* económico era fundamental para a perpetuação da organicidade social defendida pelo corporativismo, onde o peso da “aliança agrária-industrial-bancária” (Bastien 2012) se fazia sentir. Assim, são

notórias as diferenças entre o I e o II Planos, onde neste último, resultado de Marcello Caetano como ministro da Presidência, o investimento no sector industrial denota, por parte do governo, uma sensibilidade mais aguda para as questões da industrialização, coadjuvado por uma elite tecnocrática, elevada a ministeriável, a partir de 1968.

Em suma, o I Plano de Fomento consiste num projecto de transição entre as antigas e as novas realidades da economia portuguesa, onde a agricultura continua a subalternizar a indústria, facto que se prende com a manutenção da base de apoio ao regime. Este postulado demonstra que no desenhar dos caminhos da modernização, Lumbrals vai mantendo a sua distância face às teses industrialistas, embora encare a sector secundário como um sustentáculo do sector primário. Nos anos posteriores assiste-se a uma maior definição do pensamento lumbraliano, permanecendo fiel aos princípios autárquicos e corporativos que defendera nos anos iniciais do regime.

Em novembro de 1955, Costa Leite abandona a pasta da Presidência, para assumir as funções de Presidente da Câmara Corporativa, cargo que exerce até 1957, tendo a sua passagem sido marcada por uma tentativa de reforma desta câmara de representação política. Terminando o mandato na Câmara Corporativa, Costa Leite cessa o exercício de funções governativas, mantendo-se como conselheiro de Estado e dedicando-se, nos anos posteriores, à gestão de empresas, como a SACOR, onde foi presidente do conselho de administração, e no Banco Lisboa & Açores, de que foi presidente da Assembleia-Geral (1967/69) e, mais tarde, presidente do Banco Totta & Açores, em 1970.

3.7. O pensamento económico nos anos finais do regime

Apesar das novas atividades a que se dedicou, a vertente de economista político não terminou, tornando-se professor catedrático de Economia Política na Faculdade de Direito de Lisboa, em 1956, tendo prosseguido a publicação de artigos sobre a temática económica. Do ponto de vista do seu ideário, o que caracteriza estes anos é um “apego à doutrina corporativa, mas não à esboçada teoria económica do corporativismo” (Bastien 2001: 183). Destarte, são anos marcados por uma reflexão mais aprofundada de certas temáticas que já perpassavam as obras anteriormente descritas.

O início da década de 1960 é, para Lumbrals, uma época marcada por uma crise do pensamento económico, onde na novidade de certos métodos analíticos para compreensão e perceção das estruturas económicas se reve-

lava “a esterilidade e a aridez como custo da precisão lógica, ou o vago dos conceitos e a influência, de ideologias perturbadoras da visão clara e desapaixionada” (Leite 1961: 4). Nas palavras citadas poder-se-á compreender a paulatina desatualização que o pensamento económico lumbraliano vai sofrendo nos anos finais do regime. Ao defender a inocuidade das novas ideias económicas que começavam a germinar em Portugal, Lumbrals mostra que continua a comungar dos preceitos corporativos, embora esta ortodoxia surja com propósitos mais políticos do que económicos. O corporativismo surgia como um mecanismo de preservação do regime e da sua estrutura económica face às novas teorias que gravitavam em certos meios académicos, como o ISCEF, que se mostrava propenso à receção de certos postulados da síntese neoclássica keynesiana (Bastien 2000: 21).

No início dessa mesma década, a questão colonial é alvo das considerações de Lumbrals, algo que se revela inédito no panorama da sua produção de teoria económica que, até então, apenas analisara, de forma pontual, o mercado estabelecido entre a metrópole e as colónias africanas. Num conjunto de artigos publicados no *Diário da Manhã*, é notória a defesa do modelo colonial português, num momento em que é cada vez mais contestado. Numa retórica claramente apologética da política seguida, Lumbrals advoga que as acusações de mal-estar social e económico das populações das colónias não poderia ser fundamentadas, nem lidas de forma taxativa pois “o conceito de subdesenvolvimento económico é, evidentemente, relativo” (Leite 1961: 37) e, no caso português, a superação desses problemas era ultrapassável não só devido a um sentimento de pertença e de solidariedade nacional, mas onde o Estado assumia uma função de assistência económica que, no caso de independência, muito dificilmente seria aplicado na realidade. Através deste tópico, Lumbrals abre um novo campo de análise sobre o sistema colonial: auxílio económico ou ação de domínio, atentando, de forma concisa e informada, ao redesenhar das relações geoestratégicas advindas da Guerra Fria. Em sua opinião, a ajuda soviética ou norte-americana aos povos colonizados apenas vislumbrava um sentimento de competição que desregulava os sistemas sociais até aí presentes, patentes em ações consideradas como subversivas “que com tanta benevolência olham e tão impensadamente procuram legitimar” (Leite 1961: 54). A permanência portuguesa em África era a forma viável de assegurar os equilíbrios político-económicos e diplomáticos do regime estado-novista.

Com a queda do regime, a 25 de Abril de 1974, João Pinto da Costa Leite (Lumbrals) exila-se em Madrid, onde vem a falecer, a 31 de dezembro de 1975.

4. Considerações finais

Várias foram as figuras que conseguiram cimentar as principais instituições do Estado Novo através da sua atuação doutrinário-ideológica, mas também devido ao desempenho de funções de carácter governamental. Lumbrales foi uma dessas figuras, tendo percorrido as várias estruturas de regime. O seu enquadramento ideológico oscilava entre um substrato monárquico e uma absoluta fidelidade a Salazar, tendo sido um dos que se bateu pelo veto à reeleição de Craveiro Lopes, em 1958 (Caetano 1977: 543-549), e que protagonizou a *entourage* ultramontana que acompanhava Américo Thomaz.

Mas no que concerne à principal intenção deste ensaio, o ideário lumbraliano encontrou, nas prerrogativas económicas e financeiras estipuladas pelo Estado Novo, um espaço de afirmação, onde a questão do corporativismo e da autarcia aparece de forma mais presentes nas décadas de 1930 e 1940, correspondendo aos anos de cimentação do edifício político-administrativo da ditadura. Contudo, mesmo após o reconhecimento dos limites do desenvolvimento nacional no pós-guerra, poder-se-á encontrar laivos desse tópico nas atitudes políticas e na produção teórica produzida nas décadas de 1950 e 1960, onde a defesa do regime que ajudara a construir perpassa nos escritos de Lumbrales.

As páginas anteriores tentaram demonstrar e atestar, não só a centralidade que Lumbrales teve na gestão da política económica e financeira do regime salazarista, mas também o seu contributo teórico através do magistério que exerceu em Coimbra e Lisboa e nos cargos governativos que exerceu, bem como na vasta obra que produziu ao longo da sua carreira.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2º piso, M 53, A 39, proc. 41 (2)

Fontes impressas

CAETANO, Marcello (1977). *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.

FERNANDES, António Júlio de Castro (1944). *Temas corporativos*. Lisboa: Edições do Secretariado da Propaganda Nacional.

LEITE, João Pinto da Costa (1927). *Organização bancária portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.

- LEITE, João Pinto da Costa (1933). Ensaio sobre a teoria das crises económicas. Coimbra: Coimbra Editora.
- LEITE, João Pinto da Costa (1936). A doutrina corporativa em Portugal. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- LEITE, João Pinto da Costa (1942). Alguns aspetos da economia de guerra: a circulação e os preços. Coimbra: Coimbra Editora.
- LEITE, João Pinto da Costa (1943). Economia de guerra. Porto: Livraria Tavares Martins.
- LEITE, João Pinto da Costa (1961a). Colonialismo internacional: alguns comentários. Lisboa: Ática.
- LEITE, João Pinto da Costa (1961b). A crise atual do pensamento económico. Lisboa: Academia das Ciências.
- PEREIRA, Pedro Teotónio (1937). A batalha do futuro: organização corporativa. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Estudos

- BASTIEN, Carlos (2000). A divisão da história do pensamento económico português em períodos. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social.
- BASTIEN, Carlos (2001). “João Pinto da Costa Leite (Lumbrales)”, in José Luís Cardoso (coord.), Dicionário Histórico de Economistas Portugueses. Lisboa: Temas & Debates, 181-183.
- BASTIEN, Carlos (2012). “Corporativismo e keynesianismo no Estado Novo”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.). Corporativismo, Fascismos, Estado Novo. Coimbra: Almedina, 121-139.
- BRITO, José Maria Brandão de (1989). A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o condicionamento industrial. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CARDOSO, José Luís (2012). “A teoria económica das crises na obra de J. P. da Costa Leite (Lumbrales)”, in Carlos Gaspar et al., Estado, Regime e Revoluções. Estudos em homenagem a Manuel de Lucena. Lisboa: ICS, 127-144.
- CASTILHO, José Manuel Tavares (2012). Marcello Caetano: uma biografia política. Coimbra: Edições Almedina.
- CRUZ, Manuel Braga da (1986). Monárquicos e republicanos no Estado Novo. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LEVI, Giovanni (1989). “Les usages de la biographie”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 6, 1325-1336.
- MARQUES, Alfredo (1988). Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959). Lisboa: Livros Horizonte.
- MARTINS, Fernando (2005). Pedro Teotónio Pereira: uma biografia (1902-1972). Évora: Universidade de Évora (tese de doutoramento policopiada).

- NUNES, Ana Bela (2014). Crises e ciclos no pensamento económico português na primeira metade do século XX. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social.
- OLIVEIRA, Pedro Aires de (2000). Armindo Monteiro: biografia política. Lisboa: Bertrand Editora.
- PINTO, António Costa (2015). Os Camisas Azuis e Salazar: Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Lisboa: Edições 70.
- RIBEIRO, José Joaquim Teixeira (1993). “A Faculdade de Direito de Coimbra na renovação do ensino e do estudo da Economia”, *Boletim de Ciências Económicas*, 36, 247-260.
- ROLLO, Maria Fernanda (1994). Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda norte-americana (1947-1952). Lisboa: Editorial Estampa.
- ROLLO, Maria Fernanda (2007). Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- ROLLO, Maria Fernanda (2015). “João Pinto da Costa Leite (Lumbrales)”, in Fernando de Sousa (coord.), *Presidentes do Parlamento Português: o Estado Novo (1935-1974)*. Lisboa: Assembleia da República, 311-336.
- ROSAS, Fernando (1990). Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945). Lisboa: Editorial Estampa.
- VALÉRIO, Nuno (2013). “Bancos e sistema bancário”, in Maria Fernanda Rollo (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Vol. 1*. Lisboa: Assembleia da República, 375-379.

Acidentes laborais em Coimbra de 1930 a 1935

Labor accidents in Coimbra from 1930 to 1935

MÓNICA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DOS SANTOS

Doutoranda em História
Universidade de Coimbra – CHSC
monica_ms@sapo.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 04.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 18.07.2016

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os processos de acidentes de trabalho do Tribunal de Trabalho de Coimbra relativos ao período de 1930 a 1935 e, desse modo, refletir sobre as condições de trabalho dos sinistrados e as causas dos acidentes e respectivas consequências. Não esquecendo o momento em que os acidentes ocorrem, é de toda a conveniência contextualizar aspetos fundamentais para o seu aumento, particularmente nas primeiras décadas do século XX, como por exemplo o desenvolvimento industrial e a regulamentação legal associada aos tribunais do trabalho.

Palavras-chave: acidentes de trabalho, Coimbra, industrialização, Tribunal do Trabalho.

Abstract: This article aims to analyze the processes of the Coimbra Labor Court, for the period 1930-1935, and thus reflect on the victims working conditions and the causes of the accidents and their consequences. Not forgetting the time when accidents occur, it is important to contextualize key aspects to their increase, particularly in the beginning of the 20th century, such as industrial development and legal regulations associated with the labor courts.

Keywords: Coimbra, industrialization, Labor Court, work accidents.

Introdução

Os acidentes laborais são, em Portugal, uma temática ainda pouco estudada, com exceção de alguns trabalhos pontuais sobre períodos cronológicos recentes. Desse modo se percebe porque os processos de acidentes no trabalho, sobretudo das décadas de 1920 e 1930, sejam documentação pouco explorada pela historiografia portuguesa.

Este texto tem por objetivo compreender os acidentes na primeira metade da década de 1930 em Coimbra, bem como os envolvidos nos processos. Para tal, é dividido em duas partes. Primeiramente, abordam-se os aspetos gerais da industrialização portuguesa, sendo posteriormente explicada a

gênese dos tribunais de trabalho e a respetiva evolução. Numa segunda fase estudam-se os sinistros ocorridos em Coimbra de 1930 a 1935, fazendo-se uma breve caracterização socioeconómica dos trabalhadores e empregadores e uma rápida análise das relações entre os intervenientes através dos conflitos expressos nos processos.

Industrialização portuguesa: aspetos gerais

A evolução técnica e científica é, em grande medida, responsável pelo aumento significativo dos acidentes no local de trabalho. Ao longo do século XIX a fábrica torna-se a “forma unificada de organização da produção industrial, com recurso à energia inanimada, à máquina e a trabalhadores” (Cardim 2005: 75) com diferentes especializações e valências, o que permitia uma organização laboral totalmente diferente daquela a que os trabalhadores estavam habituados, levando a excessos por parte dos empregadores e a más condições do local de trabalho.

Embora o disforme e lento desenvolvimento industrial nacional, as pequenas indústrias de características familiares iam dando lugar a fábricas de maior envergadura. A procura de mão-de-obra barata é uma constante e mulheres e crianças eram a força de trabalho mais explorada e com piores salários. Admitia-se que “o aperfeiçoamento da mecânica” permitia “aos menores conduzir” as máquinas e as mulheres, “dotadas de uma grande habilidade manual, igualavam-se, na produção, aos homens” sendo “mão-de-obra dócil, disciplinada, obedecendo sem discussão, cedendo a trabalhar horas extraordinárias, submissa, pronta para todos os sacrifícios”, com um salário muito inferior ao do homem (Instituto 1928: 49).

As exigências por uma melhor condição do trabalho, melhores salários e horários regulares de oito horas, foram uma preocupação crescente dos operários. Desta forma, os operários precisavam de algum organismo que os representasse na luta por melhores condições. A este papel estavam vinculados, inicialmente, as confrarias e irmandades religiosas que respeitavam maioritariamente os “aspetos culturais, em detrimento do aspeto material da vida dos operários” (O Movimento 1977: 10), surgindo, posteriormente, as Associações Mutualistas com carácter protetor perante estes trabalhadores, defendendo-os na velhice, doença e desemprego.

Após a década de 1910 a difusão da energia a vapor encontrava-se consolidada, permitindo que se desenvolvessem algumas indústrias específicas – caso das indústrias químicas da CUF (Rosas 1994: 873), todavia a indus-

trialização ocupava uma posição secundária em relação ao setor agrícola (Rosas, Rollo 2010: 235-237). O desenvolvimento industrial é, no entanto, bloqueado por diversos fatores dos quais se poderão destacar: ineficácia do desenvolvimento técnico de materiais e infraestruturas; preparação inadequada dos operários; falta de investimentos; escassez de algumas matérias-primas e combustíveis; própria concorrência externa (Mendes 1998: 365).

A regulamentação do direito à greve, logo em 1910, dececionou o operariado em relação à República. Os movimentos grevistas nos anos seguintes sofreram repressões elevadas, sendo inclusive encerrada a Casa Sindical (Rosas, Rollo 2010: 157-158). Os trabalhadores organizados consideravam que as medidas legais promovidas pela República, referentes às questões sociais, eram insuficientes, embora tenham acontecido. Podem ser destacados os decretos que implementaram o descanso semanal obrigatório, em 1911, ou a lei nº 83, de 1913, sobre acidentes de trabalho, que será referida neste artigo. Em 1919 é aprovado um conjunto de medidas realmente significativo, desde logo o decreto nº 5516, que estabelece o limite de oito horas de trabalho diário, e decretos relativos aos seguros sociais obrigatórios na doença, nos desastres laborais, na velhice e invalidez, sendo organizado o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência (Rosas, Rollo 2010: 159).

Em Portugal durante os primeiros anos do Estado Novo as iniciativas provenientes do Governo “eram ainda pouco consistentes” (Rollo 1996: 460), não existindo medidas legais que beneficiassem o desenvolvimento industrial até 1937 (Rosas 1996).

Embora a indústria conimbricense se encontrasse dispersa pelo concelho, havia, em 1930, um aglomerado significativo na Baixa da cidade, devido à proximidade com o rio e com as linhas férreas construídas nos finais do século XIX (Mendes 1984: 427). Todavia, a associação intrínseca da cidade com a Universidade forçava o predomínio dos serviços e estabelecimentos comerciais¹ em detrimento das indústrias, que tinham um caráter familiar, artesanal e de dimensão reduzida. É predominante a indústria ligada à transformação têxtil, produção de bebidas, de que é exemplo a Fábrica da Cerveja *Topázio*, e massas alimentícias, como a Fábrica *Triunfo*.

No entanto, existe ainda um elevado número de indústrias relacionadas com a madeira e a construção civil e, embora não seja um centro industrial particularmente desenvolvido, é um polo atrativo para as populações mais rurais do centro norte do país.

¹ Segundo o Boletim de Trabalho Industrial, de 1932 a 1935, mais de metade dos registos oficiais são referentes a comércios, sobretudo tabernas, mercearias e lojas variadas.

Os Tribunais de Trabalho: génese e evolução

O desenvolvimento industrial “torna mais gritantes as injustiças dos desastres no trabalho”², situação que obrigou o Estado a desenvolver mecanismos que protegessem o operariado e regulassem as indústrias, sendo, por esse motivo, criados, pela carta de lei de 14 de agosto de 1889, os Tribunais de Árbitros Avindores. O decreto autoriza a criação de tribunais nos centros industriais mais importantes, quando requerido por eles ou pelas corporações administrativas, ficando a indicação que Lisboa – cujo tribunal é criado em 1893 – e o Porto poderiam ter mais do que um.

A estes tribunais ficava incumbida a mediação de conflitos contratuais, respeitante a salários, horários, mão-de-obra, indemnizações e outros assuntos que envolvessem patrões e operários. Competia ao tribunal, para além de receber e mediar reclamações relativas ao serviço ou contrato de trabalho por parte dos funcionários, vigiar o cumprimento e a execução de leis e regulamentos respeitantes à indústria. Tinha como objetivo repreender as condutas, quer de empregadores, quer de empregados, quando alguma das partes esquecia as “boas normas de equidade, doçura, respeito e obediência, que devem presidir às relações entre uns e outros” (Collecção 1889: 371).

O crescimento da indústria chama cada vez mais mão-de-obra que não se encontrava protegida em caso de acidentes. O número de desastres obrigou o governo a reconsiderar as leis referentes à indústria assim como a ponderar a possibilidade de um órgão judiciário focado nestas questões. A 24 de julho de 1913 surge a lei nº 83, que vem dar impulso ao direito dos trabalhadores, por conta de outrem, de terem acesso a assistência médica, medicamentos e indemnização em caso de desastre no trabalho.

Esta lei é considerada uma das “melhores iniciativas da República” no que respeitava as classes trabalhadoras³ e o embrião do Estado Providência em Portugal (Pereira 2013: 1240-1245). Neste diploma ficava explícito que o acidente seria “toda a lesão externa ou interna e toda a perturbação nervosa ou psíquica, que resultem da ação duma violência exterior súbita, produzida durante o exercício profissional” e também “as intoxicações agudas produzidas durante e por causa do exercício profissional, e as inflamações das bolsas serosas profissionais”⁴.

² Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Tribunal do Trabalho de Coimbra (TTC), Acidentes de Trabalho (AT), Caixa 206, Processo 2412/656, fl. 77.

³ Diário do Governo, 1ª série, nº 98, Lisboa: Imprensa Nacional, 10 de maio de 1919, p. 1034.

⁴ Diário do Governo, Lisboa: Imprensa Nacional, nº 171, 24 de julho de 1913, p. 2754.

A execução deste corpo legislativo foi, no entanto, morosa. Desse modo é publicado, a 9 de março de 1918, o decreto nº 4288, que vem agrupar, num só diploma, toda a legislação sobre desastres de trabalho porque esta estava “dispersa por diversos diplomas, o que muito dificulta a sua fiel execução”⁵.

O decreto é também responsável por organizar os Tribunais de Desastres no Trabalho, que, pela primeira vez, surgem com esta denominação no corpo legislativo. Passam a ter como competência conhecer e julgar “todas as questões suscitadas na aplicação da lei nº 83, de 24 de julho de 1913” e ainda todos os autos de não conciliação entre as partes, participações feitas pelos sinistrados, indemnizações efetuadas ilegalmente, qualquer transgressão “de que tenha tido conhecimento pelos interessados e pelos fiscais” ou “tomar as providências convenientes nos casos de falecimento de qualquer sinistrado, comunicado pelo hospital”⁶.

No que respeitava a organização do tribunal, uma das principais diferenças com os Tribunais de Árbitros Avindores consistia na obrigatoriedade de os Presidentes e Vice-Presidentes serem bacharéis em Direito. Porém, devido à “precária situação do Tesouro Público”⁷, ficavam suprimidos os lugares de juízes à medida que iam caducando os contratos de três anos pelos quais eram nomeados, ficando o cargo entregue aos chefes de Circunscrição de Previdência Social, que podiam não possuir bacharelato (Instituto 1943: 142). O tribunal era incapaz de se impor como organismo judiciário tornando-se um “campo aberto ao deflagrar dos ódios então existentes entre patrões e operários”, o que refletia “o predomínio do espírito de uma classe sobre o da outra” (Instituto 1943: 143).

A criação dos tribunais como os conhecemos, é aprovada pelo decreto-lei nº 23053, a 23 de setembro de 1933, ficando sob o controlo do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, integrado no Ministério da Presidência, dependendo diretamente de Salazar.

Nesse mesmo dia é publicado o decreto-lei nº 23048 que cria o Estatuto do Trabalho Nacional (ETN) onde se definem os “novos princípios da ordem social do Estado Novo” (Correia 1999: 551). Na Constituição Portuguesa, aprovada por plebiscito nacional a 19 de março de 1933, encontra-se especificado, no artigo 29º, que a “organização económica da Nação deverá realizar o máximo de produção e riqueza socialmente útil, e estabelecer uma vida coletiva de que resultem poderio para o Estado e justiça entre os cidadãos”

⁵ Diário do Governo, 1ª Série, Lisboa: Imprensa Nacional, nº 111, 22 de maio de 1918, p. 795.

⁶ Diário do Governo, 1ª Série, Lisboa: Imprensa Nacional, nº 111, 22 de maio de 1918, p. 810-811.

⁷ Diário do Governo, 1ª Série, nº 14, Lisboa: Imprensa Nacional, 19 de janeiro de 1924, p. 38.

(Constituição 1971: 9). Daqui depreende-se não apenas o cunho unitário da sociedade, mas, tal como está explícito no Estatuto, a obrigação e o direito do Estado regular a vida económica e social do país. O ETN é um dos diplomas que marca o “início da definição corporativa do Estado Novo”, tendo um papel fundamental na contenção do sindicalismo livre e na aproximação com o trabalho e o capital por parte do Estado (Valente 1996: 319-320).

No capítulo relativo ao trabalho é esclarecido que este, “em qualquer das suas formas legítimas, é para todos os portugueses um dever de solidariedade social” e a todos deveria ser garantido o direito ao trabalho e ao salário “humanamente suficiente” sem haver lugar para discriminações de ordem “económica, jurídica e moral da sociedade”⁸. No caso das mulheres e dos menores, todo o trabalho exercido fora do domicílio teria de ser regulado de maneira particular atendendo às “exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social”⁹, não sendo por isso abrangidos no decreto. A regulação do trabalho proibido a mulheres e menores aparece apenas um ano mais tarde, a 15 de setembro, com o decreto nº 24535.

No que respeita à execução da lei, é legislado que os juizes devem ser independentes e que apenas da sua consciência depende julgar a ação, quando não há qualquer possibilidade de conciliação entre as partes¹⁰. Contudo, fica ainda decretado que junto aos juizes deve existir sempre um agente do Ministério Público que servirá como fiscal da lei e “protetor oficioso dos trabalhadores” e será o elo de ligação entre o Estado e o Tribunal¹¹, o que vai retirar independência aos juizes.

Na verdade, o agente, escolhido de entre os delegados do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência¹², vai auxiliar o juiz a seguir a lei e poderá interceder pelo sinistrado quando este não apresentar defesa contra contestações por parte de empregadores ou seguradoras.

⁸ *Diário do Governo*, 1ª série, nº 217, Lisboa: Imprensa Nacional, 23 de setembro de 1933, p. 1656.

⁹ *Diário do Governo*, 1ª série, nº 217, Lisboa: Imprensa Nacional, 23 de setembro de 1933, p. 1657.

¹⁰ O artigo 29º do decreto-lei nº 23053, de 23 de setembro de 1933, esclarece precisamente que os “juizes do trabalho são responsáveis civil, criminal e disciplinarmente, nos termos da lei, pelas decisões que proferirem” sendo a exceção consignada no artigo 120º da Constituição, em que é referido serem os “juizes irresponsáveis nos seus julgamentos”. Ver *Diário do Governo*, 1ª série, nº 217, Lisboa: Imprensa Nacional, 23 de setembro de 1933, p. 1673 e Constituição 1971: 31.

¹¹ *Diário do Governo*, 1ª série, nº 217, Lisboa: Imprensa Nacional, 23 de setembro de 1933, p. 1658.

¹² O Instituto (INTP) é criado no mesmo diploma que origina os tribunais, a 23 de setembro de 1933. Tem como objetivo assegurar a execução das leis do trabalho e integrar os trabalhadores na organização corporativa prevista no Estatuto do Trabalho Nacional.

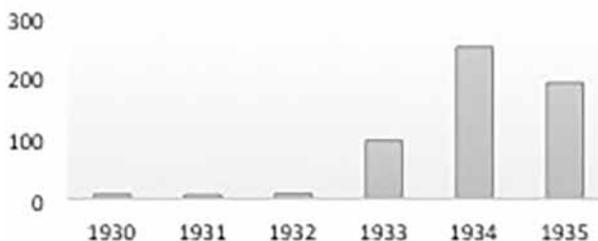
A evolução jurídica portuguesa, relativa ao direito laboral, não surge isolada. Internacionalmente foram surgindo, logo a partir de meados do século XIX, iniciativas com vista ao melhoramento da vida dos operários. As medidas legislativas são respostas às necessidades sentidas em todos os países industrializados ou em vias de industrialização. Quando na Conferência de Berlim (1884-85) se colocaram em evidência determinados problemas como o descanso semanal ou o trabalho infantil, Portugal assegurou, sem ter vinculado qualquer tipo de obrigatoriedade, a aprovação de legislação regulamentadora do trabalho industrial para mulheres e menores, bem como trabalho noturno, higiene no trabalho e descanso semanal (através do decreto de 14 de abril de 1891). Mais tarde é aprovada a inclusão, no tratado de Versalhes, da constituição da OIT, que regulariza estas questões.

Desastres laborais em Coimbra

De acordo com o artigo 1º do decreto-lei nº 938 de 9 de outubro de 1914, sinistrado é todo aquele que, sendo assalariado e trabalhe em qualquer dos ramos industriais ou comerciais, for vítima de um desastre no trabalho, qualquer que seja a importância da lesão sofrida.

Para o presente estudo, foram analisados 558 processos correspondentes aos acidentes laborais ocorridos no distrito de 1930 a 1935. Desses, 31 (6%) referem-se a mulheres e 527 (94%) a homens.

Gráfico 1. Processos efetuados no Tribunal de Trabalho de Coimbra



Fonte: AUC/TIC/AT/Caixas 202 a 234

Retira-se da análise do Gráfico 1 que, a partir de 1933, ocorre um crescimento abrupto de participações em relação aos anos anteriores. Esta evolução poderá, no entanto, não ser totalmente fidedigna devido a múltiplos fato-

res, desde logo o incêndio de 1943 – ocorrido no edifício do Governo Civil, onde se situava então o tribunal – que destruiu vários processos e alguns registos. Para além disso existe a possibilidade de terem sido extraviados alguns processos sendo, desse modo, credível que a documentação enviada para o Arquivo da Universidade de Coimbra, local onde foi consultada, seja em número inferior à existente originalmente.

O aumento do número de participações de acidentes poderá ainda ser devido à difusão do papel dos tribunais, tal como dos deveres e direitos de empregadores e empregados, considerando que o número de processos, a nível nacional, é também crescente ao longo da década (Instituto 1943: 152)¹³.

Fica claro que os acidentes envolvendo homens é significativamente superior àqueles que envolvem mulheres, concordante com o facto de o trabalho feminino corresponder apenas a cerca de 27% da totalidade da população ativa nacional durante o período estudado (Baptista 1999: 186). A ideologia do Estado Novo reservava-lhe o papel de dona de casa e mãe, estando também associado o trabalho na agricultura e em algumas indústrias artesanais, sempre em prol do bem-estar familiar, ficando, por isso, vedadas algumas atividades profissionais, desde logo as indústrias com materiais voláteis e com elevados índices de toxicidade (Instituto 1943: 99-101). É ainda possível que muitos acidentes envolvendo mão-de-obra feminina não fossem participados, quer por receio de se perder o emprego ou por não ser atribuída gravidade à situação.

Os sinistrados e os sinistros

A partir da análise dos processos, afere-se que os sinistrados residiam maioritariamente no distrito de Coimbra, havendo apenas algumas exceções que, na sua totalidade, não ultrapassam os 3% dos casos (18 processos). Quanto aos dados relativos à naturalidade, é possível apreender migrações internas, considerando que apenas 266 sinistrados (50,5%) eram naturais do concelho de Coimbra. Por altura dos acidentes, 56% dos sinistrados residiam no concelho, sobretudo na zona da cidade, sendo aí que se encontram a maioria das indústrias.

¹³ De 1934 para 1935 são feitas mais 6512 participações, embora esse número principie a decair a partir desse ano.

Quanto ao estado civil, 64,5% das mulheres eram solteiras, indicando que a população feminina ativa diminuía consideravelmente após o casamento, situação que se coaduna com o papel reservado à mulher na sociedade estado-novista (Pimentel 2011: 54-79; Vaquinhas 2011: 118-157). Já os homens eram maioritariamente casados, contabilizando-se 59,4% na sua totalidade.

Os mais afetados pela sinistralidade laboral tinham entre 20 e 34 anos, embora a faixa etária mais jovem, entre os 15 e os 19 anos, tivesse bastante representatividade em ambos os géneros. É, portanto, fácil estabelecer uma ligação entre o estado civil dos acidentados e a sua idade, particularmente no caso das mulheres, bem como concluir que a inexperiência profissional pode ser determinante na sinistralidade laboral.

Apenas 154 (29,2%) e 7 (22,6%) de homens e mulheres, respetivamente, tinham filhos a seu cargo. A média de filhos estaria entre os dois e os três por família, situação concomitante com os dados apurados por Mário Leston Bandeira (Bandeira 1996: 366-369), que estabelecem que a nível nacional, de 1920 a 1940, ocorreu um crescimento de famílias com dois a quatro elementos em detrimento das famílias mais numerosas.

Relativamente aos homens sinistrados, sendo a indústria, especialmente a construção civil, o sector de atividade mais comum (34,7%), as profissões são variadas havendo um maior número de trabalhadores com relativa especialização, como eletricitistas e mecânicos. A falta de especialização e experiência poderá estar ligada à ocorrência de descuidos devido à má realização do serviço ou à distração, como aconteceu com Joaquim, de 22 anos, trabalhador dos serviços municipalizados de Coimbra, que sofreu um acidente em 1933, ficando com um hematoma na mão depois de lhe ter escorregado uma ferramenta de trabalho¹⁴. Este tipo de caso é comum, indicando que os acidentes são resultado sobretudo, segundo os processos, da casualidade e da distração dos trabalhadores do que propriamente dos locais de trabalho, embora não haja informação que explique as suas condições de higiene e segurança. Por outro lado, como as participações eram muitas vezes feitas pelas entidades patronais, as causas verdadeiras dos sinistros poderiam ser encobertas, podendo ficar o sinistrado com maior responsabilidade do que a merecida.

¹⁴ AUC/TTC/AT/Caixa 209/Processo 1071/830.

Quadro 1. Sinistrados segundo o grupo socioprofissional¹⁵

Grupo socioprofissional	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Comércio e seguros	12	2,3%	2	6,5%	14	2,5%
Exploração da superfície do solo	46	8,7%	3	9,7%	49	8,8%
Extração das matérias minerais	5	0,95%	–	–	5	0,9%
Indústria	316	59,96%	22	70,9%	338	60,6%
Trabalhos domésticos	1	0,2%	2	6,5%	3	0,5%
Transportes	106	20,1%	2	6,5%	108	19,4%
Vive dos rendimentos	3	0,6%	–	–	3	0,5%
Sem informação	38	7,2%	–	–	38	6,8%
Total	527	100%	31	100%	558	100%

Fonte: AUC/TTC/Acidentes de Trabalho/Caixa 202 a 234.

No caso feminino, a maioria dos incidentes estão relacionados com a indústria, como é visível no quadro 1. Nesta indústria são comuns as perfurações por agulhas, como aconteceu com Guilhermina, de 24 anos, e com Mariana, de 19, operárias da *Ideal Lda.*, sendo imediatamente assistidas pelo médico da companhia seguradora *Fidelidade*¹⁶.

Segundo a designação usada nos processos, as quedas (15,4%), os descuidos (14,2%) e os acidentes provocados pelo contacto indevido com o material de trabalho (14,6%) são as principais causas dos sinistros masculinos. No caso das sinistradas são comuns as quedas e as perfurações.

A maioria dos acidentes (92,2%) não apresentam consequências permanentes, porém há exceções. Álvaro foi eletrocutado em 1934, e a empresa para a qual trabalhava – Companhia de Papel de Góis – foi acusada de ter realizado a instalação elétrica de forma ilegal¹⁷ sendo chamada a Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos para proceder a um inquérito, de modo a averiguar a situação em que ocorreu o acidente.

Embora a família do sinistrado tenha recebido as indemnizações e se tenha provado que existiam más condições de trabalho, nenhuma entidade, estatal ou particular, impôs a renovação das instalações da fábrica. A entidade empregadora e a empresa que fez a instalação elétrica ficaram apenas obriga-

¹⁵ Nomenclaturas usadas segundo o Recenseamento Geral da População de 1930.

¹⁶ AUC/TTC/Acidentes de Trabalho/Caixa 213/Processo 1138 e Caixa 214/Processo 1208, respetivamente.

¹⁷ AUC/TTC/Acidentes de Trabalho/Caixa 212/Processo 1124/933.

das, por ordem do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, a pagar uma multa e a legalizar a instalação.

No caso dos homens, os principais danos reportam-se a contusões (21,6%) e a fraturas (10,8%), sendo que escoriações, queimaduras, traumatismos diversos e úlceras são também habituais (21,6% dos casos). Os membros superiores são a zona do corpo mais atingida pelos acidentes (36,4%). As mulheres apresentavam sobretudo lesões nos dedos, devido a perfurações por agulhas. No período estudado, 49 (8,8%) dos sinistrados ficaram permanentemente incapacitados. Destes, apenas 24 necessitaram da intervenção direta do tribunal e, conseqüentemente, da sentença, e 17 reportam-se a processos em que já tinha havido, por altura da participação, acordo entre o acidentado e a seguradora, sendo desse modo apenas necessária a homologação do processo.

Como fica visível no quadro 2, se associarmos os processos que envolvem sentenças ou que são arquivados por caducidade, apenas 18% se reportam a processos em que não é feito acordo ou conciliação com empregadores e seguradoras. Embora todos os processos necessitem de homologação, apenas uma pequena percentagem requer a intervenção efetiva do tribunal, considerando que 55% foram resolvidos por meio de acordos com a seguradora.

Quadro 2. Resultado dos Processos

Resultado	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Acordo com seguradora.	283	54%	22	71%	305	55%
Conciliação com empregador	148	28%	4	13%	152	27%
Outros resultados ¹⁸	96	18%	5	16%	101	18%
Total	527	100%	31	100%	558	100%

Fonte: AUC/TTC/Acidentes de Trabalho/Caixa 202 a 234.

É no trabalho masculino que se encontram as atividades mais especializadas e, por consequência, mais bem remuneradas, sendo perceptível que a alfabetização poderia significar melhoria de salário, como é observável no quadro 3, havendo, no entanto, exceções. Os ajudantes e aprendizes, jovens entre os 11 e os 16 anos, tinham salários inferiores mesmo sabendo ler, sendo a média salarial de 3\$43.

¹⁸ Em outros resultados incluem-se os processos que foram arquivados devido à inércia das partes e os que foram sujeitos a julgamento.

Quadro 3. Nível de alfabetização e relação com média salarial¹⁹

Sabe ler	Homens			Mulheres			Total	
		%	Média salarial		%	Média salarial		%
Sim	283	53,7%	10,04	3	9,7%	5,95	286	51,3%
Não	214	40,6%	8,09	26	83,9%	4,08	240	43%
Indefinido	30	5,7%	6,91	2	6,5%	5,00	32	5,7%
Total	527	100%	9,13	31	100%	4,32	558	100%

Fonte: AUC/TTC/Acidentados de Trabalho/Caixa 202 a 234.

Os dados apurados demonstram que 286 (51,3%) da totalidade dos sinistrados sabiam ler. Todavia, enquanto, no caso dos homens, mais de metade são alfabetizados, as mulheres são esmagadoramente analfabetas. Existe uma disparidade salarial entre homens e mulheres.

As diversidades salariais estão ainda associadas ao tipo de serviço efetuado. Um operário fabril recebia cerca de 7\$89 diariamente, sendo menos do que um gerente comercial – que poderia ganhar até 30\$00 diários – mas tinha melhor salário do que um agricultor, que auferia em média 6\$08 por dia²⁰. Um serralheiro, como Albano, poderia chegar a ganhar 25\$00 diários²¹ em 1933, embora a média se situasse nos 11\$00. Os empregados não especializados da construção civil e os aprendizes eram os piores remunerados²². No caso das mulheres, o salário mais elevado – 12\$66 diários – pertencia a Belmira, funcionária dos correios, enquanto os salários mais baixos correspondiam às trabalhadoras rurais e às operárias fabris. Numa fábrica de lanifícios, por exemplo, uma mulher ganhava, em média, 4\$00 diários. Já um homem que realizasse o mesmo serviço recebia, na mesma fábrica, até 10\$00 diários²³.

Nos trabalhos poucos especializados não se pode deduzir que os indivíduos alfabetizados eram melhor remunerados em relação aos restantes. Esta conclusão aplica-se às profissões agrícolas e à maioria das indústrias. Exemplo representativo deste tipo de situação é o caso de Manuel e Joaquim, ambos operários fabris não especializados na fábrica *Ideal Lda*. Manuel, de 30 anos, não sabia ler, e ganhava 10\$ diários, enquanto Joaquim, de 21 anos,

¹⁹ As médias foram calculadas considerando todas as profissões apresentadas nos processos.

²⁰ As médias são relativas às profissões assinaladas (operário fabril, gerente comercial e agricultor).

²¹ AUC/TTC/AT/Caixa 205/Processo 1086/596.

²² Por exemplo, o caso de Domingos, aprendiz de serralheiro, que ganha diariamente 1\$80: AUC/TTC/AT/Caixa 209/Processo 1053/847.

²³ Médias calculadas em funcionários da fábrica *Ideal Lda* de 1931 a 1935.

ganhava 4\$50 por dia²⁴. A diferença salarial poderia estar associada à experiência profissional.

Existiam ainda outras formas de pagamento salarial entre os quais se incluem remunerações em bens variados. No caso dos criados, estes tinham direito a roupa, comida e cama, como é o caso António, de 12 anos, criado de servir, que residia em casa dos patrões²⁵. Alguns trabalhadores agrícolas, como Manuel, na prática não tinham contrato de trabalho: varejava castanheiros por favor e em troca de uma onça de tabaco²⁶. No caso de Maria que, para complementar os 2\$00 diários que recebia na fábrica de malhas, teve de recorrer ao trabalho na construção civil, num local onde trabalhavam “umas duzentas mulheres” e cujo serviço era pago em senhas de alimentação²⁷.

Algumas considerações sobre as entidades responsáveis

Como é esclarecido pelo quadro 4, as entidades responsáveis pelos sinistrados são maioritariamente empresas e empregadores particulares, totalizando 63% dos processos analisados. Já o Estado e os Municípios eram legalmente responsáveis por 36% dos sinistros.

Quadro 4. Distribuição dos empregadores por entidades

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Empresa	132	25%	20	65%	152	27%
Estado	120	23%	2	6%	122	22%
Município	78	15%	–	–	78	14%
Particular	193	36%	9	29%	202	36%
Trabalhador por conta própria	4	1%	–	–	4	0,7%
Total	527	100%	31	100%	558	100%

Fonte: AUC/TTC/Acidentes de Trabalho/Caixa 202 a 234

Nos casos em que o Estado era o empregador, a responsabilidade pelos sinistros não é assumida por nenhuma seguradora. O Estado teria, assim, de indemnizar os seus funcionários. Considerando que todos os processos que envolviam estes sinistrados eram relativamente breves e resultavam em

²⁴ AUC/TTC/AT/Processo 1203/1006 e 1825/1377, respetivamente.

²⁵ AUC/TTC/AT/Processo 1074/827.

²⁶ AUC/TTC/AT/Caixa 213/Processo 1199/1002.

²⁷ AUC/TTC/AT/Caixa 205/Processo 926/570.

conciliação, é possível discernir que os funcionários não reclamavam das indenizações conseguidas, nem o Estado criava barreiras ao seu pagamento. Nestes casos, a mediação do tribunal era mínima, senão mesmo inexistente, limitando-se a cumprir a burocracia. No caso das entidades municipais os processos são ligeiramente diferentes. As Câmaras Municipais e os Serviços Municipalizados, que empregavam 14% da totalidade dos sinistrados, tinham todo o seu pessoal segurado.

Os processos de acidentes envolvendo o Estado ou os Municípios eram reduzidos – contabilizavam no máximo dez páginas – e as partes conciliavam-se com rapidez e facilidade, considerando que nenhum desses processos demorou mais do que dois anos a concluir.

No caso de os empregadores particulares e empresas a duração dos processos variava consideravelmente. Existem processos que se arrastam por mais de cinco anos, por razões várias: a burocracia do tribunal obriga a que as tentativas de conciliação exijam muita documentação que demora a instruir; os processos com julgamento e sentença são, por si só, mais morosos.

No caso de o empregador não ter constituído seguro, era obrigado a depositar, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, uma caução, correspondente ao cálculo da desvalorização, à ordem da Inspeção de Seguros. Caso isso não fosse possível, avançava-se para a averiguação de bens penhoráveis. No caso de não ter meios de pagamento nem bens penhoráveis, o tribunal enviava o resultado do processo à Inspeção de Seguros, não sendo possível deprender, apenas pelo estudo dos processos, se esses sinistrados recebiam as pensões em causa por o tribunal os arquivar imediatamente²⁸.

Das 202 participações envolvendo entidades particulares, 33,9% reportam-se a patrões que não tinham os seus trabalhadores cobertos por seguro. Desses, apenas 19 chegaram a uma conciliação promovida pelo tribunal. Quando não havia consenso, os sinistrados ficavam à mercê das “raras qualidades de inteligência do ilustre juiz” que, segundo um advogado, era cuidadoso e “preocupado exclusivamente em fazer justiça”²⁹.

As seguradoras promoviam acordos entre as partes, quando se tratava de lesões temporárias, pagando os dois terços do salário por dia de incapacidade³⁰, sendo a participação do acidente apenas uma formalidade. No caso de os sinistrados ficarem com danos físicos permanentes, as seguradoras ten-

²⁸ AUC/TTC/AT/Caixa 208/Processo 1010/819 e Caixa 216/Processo 1179/74.

²⁹ AUC/TTC/AT/Caixa 213/Processo 4473/992, fl. 156.

³⁰ O pagamento deste tipo de indemnização estava estipulado no artigo 6º, alínea c, da Lei nº 83 de 24 de julho de 1913.

tavam que a pensão a pagar fosse mínima, chegando a declinar determinados valores de incapacidade³¹ por os considerarem elevados. Dos acidentes protegidos por seguradora, 349 no seu total, apenas em 35 casos não se chegou a acordo, o que parece significar que as seguradoras tendiam a solucionar os conflitos de forma amigável, não havendo um número significativo de reclamações.

O tempo da incapacidade era particularmente duro para a família dos acidentados. Sebastião, um sinistrado da construção civil, chega mesmo a pedir ao juiz que “se digne providenciar, conforme for de justiça, visto [...] ser pobre e ter filhos a sustentar” porque o processo se arrastou e a seguradora não tinha pago a indemnização correspondente aos dias de incapacidade³².

Enquanto os processos se alongavam por não existir consenso entre as partes, ou por não ser aceite a sentença do tribunal, os sinistrados e as suas famílias tentavam sobreviver como podiam, aceitando, na maioria, o que lhes seria imposto. Já as seguradoras recorriam das sentenças esperando que as novas decisões lhes permitissem pagar menos indemnizações, demonstrando falta de interesse com o bem-estar dos sinistrados, que, em última análise, deveriam ser os maiores beneficiadores da atividade seguradora.

Conclusão

As questões relativas a desastres laborais são cada vez mais pertinentes, consequência do desenvolvimento industrial, que oferece oportunidades de trabalho a um número cada vez maior de pessoas, e também da progressiva consciencialização da necessidade de proteção face aos riscos profissionais. Para regular os conflitos são criados, desde o século XIX, tribunais especializados na questão laboral, que vão evoluindo consoante o desenvolvimento do próprio mercado de trabalho e da constante necessidade de melhorarem o seu campo de ação.

Se a causa do acidente era, enfim, passível de receber diferentes interpretações, resultado, inclusive, do incompetente preenchimento das participações, já no caso das consequências dos sinistros, a situação mudava, por estas poderem ser quantificadas e sobre elas ser possível realizarem-se cálculos que, não só as interpretam, como também as qualificam.

³¹ Os valores de incapacidade permanente eram avaliados por médicos que se guiavam pela tabela de desvalorização Lucien Mayet, não havendo uma tabela nacional até 1960.

³² AUC/TTC/AT/Caixa 214/Processo 1224/1026.

Compreende-se que determinadas profissões reúnem tendencialmente trabalhadores de uma específica faixa etária e estado civil. Os mais jovens trabalhavam preferencialmente na indústria, sendo os principais sinistrados, sugerindo que esta faixa etária seria aquela que teria maior volume de população ativa, bem como menos experiência laboral.

É perceptível que, de um modo geral, os empregadores e as seguradoras não colocam entraves aos procedimentos legais, como confirmado pela elevada percentagem de processos concluídos rapidamente e terminados em conciliação. Porém, a inércia das partes, no caso dos processos caducados, poderá significar desconhecimento, por parte do sinistrado, do papel do tribunal. Desse modo, era levado a resolver pessoalmente, com o empregador, os conflitos advindos do sinistro. Outra questão que terá de se ter em consideração é o possível medo, por parte do sinistrado, de sofrer represálias. Todavia, nenhuma das hipóteses poderá ser comprovada pela simples leitura dos processos, considerando que o tribunal tinha limitações.

Bibliografia

Fontes

Arquivo da Universidade de Coimbra/Tribunal do Trabalho de Coimbra/Acidentes de Trabalho/Caixas 202 a 234.

Collecção Oficial de Legislação Portuguesa: Imprensa Nacional, 1889 a 1891.

Diário do Governo, Lisboa: Imprensa Nacional, 1907-1913.

Diário do Governo, 1ª Série, Lisboa: Imprensa Nacional, 1914-1937.

Estudos

BANDEIRA, Mário Leston (1996). Demografia e modernidade: família e transição demográfica em Portugal. Lisboa: INCM.

BAPTISTA, Virgínia do Rosário (1999). As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940). Lisboa: CIDM.

CARDIM, José Casqueiro (2005). Do ensino industrial à formação profissional. As políticas públicas de qualificação em Portugal. Vol. 1. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

CORREIA, Luís Brito (1999), “Direito do Trabalho”, in Maria Filomena Mónica, António Barreto (coord.), Dicionário de História de Portugal. Suplementos. Vol. 7. Lisboa: Figueirinhas.

- MENDES, José Amado (1984). A área económica de Coimbra, estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927 (tese de doutoramento policopiada).
- MENDES, José Amado (1998) “Etapas e limites da industrialização”, in José Mattoso (dir.), Luís Reis Torgal, João Lourenço Roque (coord.), História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890). Vol. 5. Lisboa: Estampa.
- Ministério do Emprego e da Segurança Social (1994). Organização Internacional do Trabalho (1919-1994), Lisboa: Direção de Serviços de Informação Científica e Técnica.
- O Movimento Operário em Portugal: desde 1834 a 1933. Lisboa: Sindicato dos Eletricistas do Sul, 1977.
- NUNES, Américo et al. (2011). Contributos para a história do movimento operário e sindical: das raízes até 1977. Vol. 1. Lisboa: CGTP.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2013). “Estado Providência”, in Maria Fernanda Rollo (coord.), Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Vol. 1. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 1240-1245.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2011). A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- ROLLO, Maria Fernanda (1996). “Indústria/Industrialização” in Fernando Rosas (dir.), Dicionário de História do Estado Novo. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando (1994). “Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária”, in *Análise Social*, 29 (128), 871-877.
- ROSAS, Fernando (1996), O Estado Novo nos anos trinta: 1928-1939: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo. 2ª ed. Lisboa: Estampa.
- ROSAS, Fernando (coord.) (1998). História de Portugal. Dir. José Mattoso. O Estado Novo (1926-1974). Vol. 7. Lisboa: Estampa.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2010), História da Primeira República Portuguesa. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- VALENTE, José Carlos (1996). “Estatuto do Trabalho Nacional”, in Fernando Rosas (dir.), Dicionário de História do Estado Novo. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VAQUINHAS, Irene (2011). “A família, essa «pátria em miniatura»”, in José Mattoso (dir.); Irene Vaquinhas (coord.), História da vida privada em Portugal: A época contemporânea. 3ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 118-157.

O(s) discurso(s) sobre a organização científica do trabalho: do *Diário das Sessões* ao *Diário do Governo* (1945-1974)

The speech(es) on scientific management:
from the *Diário das Sessões* to the *Diário do Governo*
(1945-1974)

ANA CARINA AZEVEDO

Universidade Nova de Lisboa – IHC
ana.carina19@iol.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 05.02.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 09.06.2016

Resumo: As décadas que se seguiram ao final da II Guerra Mundial testemunharam a afirmação do estudo e desenvolvimento da organização científica do trabalho em Portugal, que se manifestou no surgimento de concepções distintas sobre a temática. Estas concepções, presentes em periódicos operários e em obras sobre o tema são, igualmente, abordados na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa. Assim, tendo como base os *Diários das Sessões* que, entre 1945 e 1974, incluíram referências à temática, este artigo propõe-se analisar a forma como as problemáticas relativas à organização científica do trabalho foram entendidas na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa.

Palavras-chave: Portugal, Estado Novo, organização científica do trabalho, Assembleia Nacional, Câmara Corporativa.

Abstract: The decades that followed the end of World War II witnessed in Portugal the affirmation of scientific management's study and development. Many points of view appeared and are stated in journals and books as well as on debates that took place at the "Assembleia Nacional" and at the "Câmara Corporativa". Based on the journals of these sessions between 1945 and 1974 including references to the topic, this article aims to analyse how the problems related to scientific management were understood in these two organisms. Examining the arguments and visions in presence, we aim to understand the logic behind the application of these principles in Portugal.

Keywords: Portugal, "Estado Novo", scientific management, "Assembleia Nacional", "Câmara Corporativa".

Nota introdutória

As reflexões sobre a organização científica do trabalho pautaram os estudos de vários autores ligados a áreas como a História, a Economia, a Sociologia, a Ciência Política ou a Administração ao longo do século XX. Porém, a abordagem feita à temática tem variado ao longo das décadas. Enquanto os primeiros textos tinham como móbil principal a preocupação em dar a conhecer a organização científica do trabalho e as suas possibilidades de aplicação, a partir da II Guerra Mundial estes estudos passam a centrar-se na reflexão sobre os vários princípios e técnicas utilizados, bem como nas mudanças que os mesmos vão sofrendo ao longo do tempo. Desta forma, encontramos títulos datados das décadas de 1960 e 1970 que tocam assuntos como o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, a cronometragem e o trabalho em série. Surgem, igualmente, as primeiras tentativas relevantes de fazer o historial do processo de implementação destes princípios na Europa e em alguns países em particular, como é visível no artigo “Apuntes para una historia de la organización del trabajo en Espana, 1900-1936”, de Jordi Estivili e Josep Tomàs (Estivili, Tomás 1979), ou no texto de Zdzislaw P. Wesolowski intitulado “The Polish contribution to the development of scientific management” (Wesolowski 1978). Pelo contrário, as décadas de 1980 e 1990 demonstram já uma certa evolução no sentido da avaliação dos impactos e consequências da organização científica do trabalho. Isso torna-se notório em obras como *Le taylorisme, une folie rationnelle?*, de Bernard Doray (Doray 1981) ou no artigo de Benjamin Coriat intitulado “O taylorismo e a expropriação do saber operário” (Coriat 1985). Uma outra preocupação revelada pelas obras deste período prende-se com a tentativa de compreender qual o futuro destes princípios. Assim, a análise sobre a emergência de novos modelos produtivos, de novas estratégias administrativas e de novas formas de organização do trabalho encontra-se patente nas obras da maioria dos estudiosos da temática, como Jean-Pierre Durand (Durand 1993), Friar e Horwitch (Friar, Horwitch 1985) ou, de uma forma ainda mais marcada, nos textos de Ulrich Jurgens (Jurgens, Malsch, Dohse 1993), Hans Pruijt (Pruijt 1997) e Stephen Waring (Waring 1991), entre outros. A década de 1990 inicia, igualmente, uma preocupação com o estudo das tentativas de expurgo dos aspetos mais negativos para o trabalhador apresentados pela organização científica do trabalho, tentando, também, compreender as transformações que estes princípios vinham sofrendo desde 1945. No que diz respeito aos estudos mais recentes, estes abarcam assuntos variados desde a evolução do taylorismo ao longo do século XX, passando pela sua aplicação no setor administrativo e por alguns estudos

de caso, até abordagens bastante distintas das habituais que incluem considerações sobre o impacto destes princípios na arquitetura, como é visível no artigo “The taylorized beauty of the mechanical: scientific management and the rise of modernist architecture” (Guillén 2006).

Além da investigação desenvolvida no âmbito da minha dissertação de mestrado, dispomos de poucos estudos com algum impacto sobre a temática, sendo os principais da autoria de Marinús Pires de Lima, Fátima Patriarca, Álvaro Ferreira da Silva e Albérico Alho. Marinús Pires de Lima é autor de alguns estudos setoriais que se centram na organização científica do trabalho, entre os quais se conta o artigo intitulado “Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-80): alguns resultados preliminares de uma investigação em curso” (Lima 1982), ou um conjunto de outros estudos de caso muito centrados nos setores da construção naval e da metalurgia, tendo sido um dos primeiros investigadores que apostou na análise da introdução da organização científica do trabalho em algumas grandes fábricas portuguesas. O artigo de Fátima Patriarca intitulado “Taylor no purgatório: o trabalho operário na metalomecânica pesada” (Patriarca 1982) é, tal como os trabalhos de Pires de Lima, um estudo de caso bastante relevante sobre a implementação e as consequências do taylorismo num ramo específico do setor industrial português. Por seu lado, Álvaro Ferreira da Silva, ao estudar a reorganização da CUF (Silva 2008), apresenta a intenção de analisar o processo de transferência de *know-how* e práticas de organização que esta pressupõe, num estudo que evidencia a importância dos consultores em organização como agentes de difusão da organização científica do trabalho no setor secundário português.

A maioria das obras referentes a Portugal centra-se nas décadas seguintes ao final da II Guerra Mundial sendo que, de facto, estas testemunharam a afirmação do estudo e desenvolvimento da organização científica do trabalho no País, tendo também observado o surgimento de concepções distintas sobre a temática. Na verdade, uma das características da organização científica do trabalho em Portugal é a inexistência de um discurso sobre a mesma. Quer no que diz respeito ao Estado, quer às entidades patronais ou trabalhadores, as opiniões manifestadas em relação ao tema foram sempre diversas e heterogêneas. O mesmo se passava relativamente aos discursos políticos que abordavam a temática, encontrando-se esta realidade bastante presente na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa. Torna-se, assim, importante compreender o lugar que a organização científica do trabalho tinha nos debates destes dois organismos e quais as visões apresentadas por deputados e procuradores sobre a mesma no período compreendido entre 1945 e 1974.

A organização científica do trabalho em debate

Antes de mais, é necessário referir que a história da organização científica do trabalho em Portugal se relaciona com a própria história do desenvolvimento económico do país no século XX e com a sua abertura ao exterior. Após a Segunda Grande Guerra a sua difusão encontra-se enredada nas dinâmicas internacionais do período, sobretudo naquelas que estão relacionadas com a produtividade, fazendo com que a organização científica do trabalho seja introduzida no país quase de forma camuflada, envolvida no cenário das novas lógicas nacionais e internacionais.

De facto, as novas lógicas do período acabam por influir nas opções feitas relativamente à organização científica do trabalho: a abertura do país aos organismos internacionais criados na época e os contactos dela decorrentes tiveram como consequência experiências de transferência de *know-how* em termos de organização do trabalho, nomeadamente através da organização de missões de estudo e ações de formação; a criação de organismos nacionais que apresentavam, entre os seus objetivos, o propósito de estudo e aplicação da organização científica do trabalho e que beneficiaram da emergência de uma geração de quadros – entre os quais se destacam os engenheiros – que apoiava a modernização do país defendendo um novo rumo para o desenvolvimento económico; os desafios lançados pelo impacto da emigração e da Guerra Colonial no encarecimento relativo da mão de obra; as consequências da adesão à EFTA no que diz respeito à necessidade de melhorar a competitividade da indústria portuguesa a nível internacional e, por último, o quadro de desenvolvimento industrial – numa época em que o Estado passara a atribuir uma maior importância ao fomento do setor – e de expansão da Administração do Estado que careciam da aplicação de métodos mais eficazes de organização do trabalho para aumentar a sua eficiência. Todas estas condições se conjugaram para permitir que o período que se inicia após a II Guerra Mundial constitua a época de maior desenvolvimento da organização científica do trabalho em Portugal, durante a qual o leque de possibilidades da sua aplicação chega, inclusivamente, a ser alargado.

Não é, assim de estranhar que, nas décadas que se seguiram ao final da guerra, a temática seja, variadas vezes, abordada nos debates da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. Na Assembleia Nacional, a primeira referência à organização científica do trabalho com a qual nos deparamos encontra-se presente na discussão sobre a proposta de lei de reorganização e fomento industrial, a futura Lei 2005, logo em janeiro de 1945. Nela José Alçada Guimarães, falando sobre o futuro da indústria portuguesa, afirma

impor-se em algumas atividades industriais não só a luta pela subsistência, mas também o aumento da produção e o barateamento do seu custo. Não colocando de parte as indústrias artesanais, que apresentavam o mérito de produzir em qualidade, mas não em quantidade, o deputado defende que o fabrico de produtos de grande consumo, homogêneos e estandardizados, teria de ser realizado em grandes unidades industriais. Para a constituição destas grandes unidades capazes de produzir a mais baixo custo, seria necessário um esforço de concentração das indústrias que, não obstante os perigos derivados da inconveniência da formação de massas operárias, seria indispensável para a fabricação de produtos estandardizados e homogêneos. De facto, somente em unidades de maior importância poderia ser implementada a

divisão técnica do trabalho, a especialização das máquinas, a organização científica do trabalho, a uniformização do produto e das condições de produção, a utilização racional da matéria prima, a economia de despesas gerais¹.

É visível que, para este deputado, o aumento da produção e do rendimento da indústria, bem como da sua competitividade, apenas poderiam ser alcançados através da colocação em prática de métodos de organização científica do trabalho. Porém, estes poderiam, igualmente, ser considerados perigosos para o operariado. No mesmo debate, Artur de Oliveira Ramos, continuando a reflexão sobre a industrialização portuguesa, foca a sua atenção no trabalhador, elemento que lhe era bastante caro devido à sua ação como professor do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho. Afirma:

A nossa economia também não pode suportar o encargo ainda muito maior que para ela resulta da deficiente preparação e adaptação do trabalhador português às modernas técnicas industriais, encargo que se exprime por um desgaste constante de energia humana, bem mais difícil de recuperar do que a perda dos bens materiais².

O deputado alerta, assim, para os efeitos nefastos que uma aplicação economicista da organização científica do trabalho podia apresentar para o operário, concorrendo para o aumento dos ritmos de trabalho e o desgaste do trabalhador. Para tal, “há que moldar o meio económico e social ao homem e

¹ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 3, sessão legislativa 3, nº 117, 10 de janeiro de 1945, p. 102.

² *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 3, sessão legislativa 3, nº 119, 13 de janeiro de 1945, p. 124.

não o homem ao meio”³, impedindo a “standardização do próprio homem”⁴, lógica na qual entra a orientação profissional – área de trabalho do parlamentar –, enquadrando-se como um dos fundamentos da organização científica do trabalho⁵. As preocupações com os impactos negativos da organização científica do trabalho no Homem – a nível físico, social e moral – são, na verdade, um aspeto bastante presente nos discursos da época, principalmente ao nível do setor católico e no âmbito da psicotécnica e psicologia industrial, daqui derivando a grande influência que o movimento das Relações Humanas⁶ apresenta na época e que se encontra, também, presente ao nível dos debates da Assembleia Nacional.

No entanto, verificamos ainda neste debate relativo à proposta de lei de fomento e reorganização industrial, tal como vai suceder durante todo o nosso âmbito cronológico de análise, visões negativas quanto à utilização e benefícios da organização científica do trabalho. Mendes de Matos expressa talvez uma das mais duras críticas a estes princípios ao referir:

A técnica representa uma afirmação do poder criador da inteligência, uma potência libertadora do trabalho, uma força assombrosa de riqueza, mas, exactamente por isso, a técnica deve elevar a inteligência, respeitar o trabalho e promover a riqueza socialmente útil. Ora, quando a técnica atinge o máximo da sua perfeição, quando a técnica vai até à última divisão do labor industrial, e as faz executar cronométricamente, não favorece a inteligência, nem a riqueza, nem o trabalho, antes prejudica e anula essas grandes realidades. Nós sabemos

³ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 3, sessão legislativa 3, nº 119, 13 de janeiro de 1945, p. 124.

⁴ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 3, sessão legislativa 3, nº 119, 13 de janeiro de 1945, p. 123.

⁵ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 3, sessão legislativa 3, nº 119, 13 de janeiro de 1945, p. 124.

⁶ O movimento das Relações Humanas, também apelidado Escola das Relações Humanas, surge ligado à Experiência de Hawthorne, realizada numa fábrica em Chicago, na qual o médico e sociólogo Elton Mayo realizou uma série de testes procurando variáveis que influenciassem a produção e durante os quais descobriu a importância do fator psicológico dos trabalhadores. Analisando as suas reações no decurso do trabalho, Mayo concluiu sobre a importância da integração social como determinante da produção, bem como do comportamento dos grupos, formais ou informais, no comportamento individual e sobre a importância das necessidades psicológicas, sociais e emocionais, bem como do conteúdo das tarefas, na elevação da moral. Estas conclusões levaram à tomada de consciência de que, ao invés de ser encarado como *Homo economicus*, o trabalhador deveria ser tratado como *Homo social*, não sendo o seu comportamento mecânico, mas sim influenciado pelo sistema biológico e social que o rodeia, sem esquecer as suas necessidades de segurança, afeto, aprovação social, prestígio e autorrealização. As preocupações com o movimento das Relações Humanas começam a ser bastante visíveis em Portugal, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, surgindo especialmente pela voz do catolicismo social e de um conjunto de engenheiros que, não partilhando das suas crenças religiosas, compartilhavam as concepções cristãs acerca da dignificação do trabalhador no mundo do trabalho.

que a percentagem de lucros nesse aperfeiçoamento máximo da técnica é elevadíssimo, mas sabemos também que êle provoca uma desordem na própria vida física e mental do trabalhador⁷.

De facto, o deputado enfatiza as consequências negativas dos métodos de trabalho derivados do taylorismo, sem ter em atenção as suas possibilidades para a produtividade industrial e a economia do País, nem as alterações que os mesmos vinham sofrendo ao longo do século XX, principalmente neste segundo pós-guerra no qual as teorias de humanização do trabalho vinham sendo alvo de estudo e interesse. As suas afirmações seguem, porém, algumas das lógicas expressas pelo catolicismo social, alertando para os perigos da mecanização dos corpos e da desumanização do trabalhador.

De facto, as críticas à organização científica do trabalho permanecem ao longo do período em estudo. Em 1950, Galiano Tavares, no seu aviso prévio sobre contratos coletivos de trabalho no Alentejo, Casas do Povo e salário familiar do trabalhador rural, insurge-se contra a desumanização que o capitalismo havia provocado no conceito de trabalho, fazendo com que o materialismo marxista substituísse o “mundo dos sentidos”: “E aqui temos o homem a sofrer as consequências da aplicação da ciência à organização do trabalho”⁸. Dois anos mais tarde, em dezembro de 1952, na discussão na generalidade sobre a proposta de lei de autorização de receitas e despesas para o ano de 1953, o deputado volta a manifestar a necessidade de não deixar que os planos de desenvolvimento industrial consubstanciem unicamente objetivos financeiros. De facto, Tavares é claro ao afirmar que o Estado não pode permitir que uma indústria consista apenas “num bom negócio”, devendo intervir no sentido de assegurar a ordem social, não permitindo a luta entre interesses particulares – isto é, a livre concorrência. Porém, o deputado não deixa de afirmar que o aumento da concorrência seria proveitoso na medida em que a obtenção do máximo lucro privado levaria à utilização do máximo esforço de mão de obra barata, tornando-se óbvia a necessidade de utilização de métodos que possibilitassem a escolha do operário mais apto para o desempenho de cada tipo de tarefa, segundo os princípios da organização científica do trabalho⁹.

⁷ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 3, sessão legislativa 3, nº 123, 19 de janeiro de 1945, p. 182.

⁸ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 5, sessão legislativa 1, nº 19, 25 de janeiro de 1950, p. 239.

⁹ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 5, sessão legislativa 4, nº 180, 13 de dezembro de 1952, p. 326.

Ainda na década de 1950 outros assuntos iriam entrar em cena no que diz respeito à organização científica do trabalho, tais como o longo processo sempre adiado de constituição de um Centro Nacional de Produtividade, do qual o futuro Instituto Nacional de Investigação Industrial viria a ser uma alternativa, mas também as questões ligadas aos Planos de Fomento e à revisão do condicionamento industrial. É exatamente no debate sobre este último tópico, a proposta de lei nº 511 relativa à revisão do condicionamento industrial, que surge uma intervenção de António Calheiros Lopes na qual, referindo-se à questão salarial, este afirma ser o aperfeiçoamento do material, do equipamento e dos métodos de trabalho a única forma de aumentar os salários reais dos trabalhadores, visto deles derivar a redução dos custos de produção e, desta forma, a diminuição do preço final dos produtos industriais. Assim, tornava-se necessário, através da utilização de métodos científicos de organização do trabalho, obter

das instalações, do material existente e das matérias-primas à nossa disposição o máximo de rendimento, de forma a alcançar-se uma produção abundante, de boa qualidade, a preços de custo mais baixos, entregue no mercado com rapidez e oportunidade e ainda susceptível de ser oferecida aos mercados estrangeiros a preços de concorrência¹⁰.

Mas, para que a organização científica do trabalho pudesse ser devidamente colocada em prática no meio industrial português, tornava-se essencial o apoio das administrações das empresas e dos quadros intermédios. Em 1957, num dos debates sobre a possibilidade de criação do Instituto Nacional de Investigação, Tecnologia e Economia Industrial, Calheiros Lopes adverte para o facto dos esforços tendentes à melhoria da produtividade colocados em prática pelos trabalhadores não poderem ter êxito sem o estímulo da administração. Em Portugal este é, de facto, um dos aspetos a ter em conta na justificação da aposta de algumas empresas na colocação em prática de métodos de organização científica do trabalho, dependendo das administrações a vontade de alterar os métodos de trabalho estabelecidos, o conhecimento dos benefícios que daí poderiam advir e a aposta na contratação de técnicos especializados ou na formação de funcionários dentro e/ou fora do país. De facto, também da existência de quadros técnicos dependiam os processos de estudo e organização do trabalho, sendo que a sua carência será uma constante em todo o período cronológico que abordamos. Dez anos depois deste

¹⁰ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 5, sessão legislativa 3, nº 121, 16 de janeiro de 1952, p.199.

debate sobre a criação do Instituto Nacional de Investigação, Tecnologia e Economia Industrial, em março de 1967, Sousa Magalhães afirma ainda que a falta de técnicos portugueses especializados em têxteis conduz Portugal à inevitabilidade da contratação de especialistas estrangeiros, cuja presença no país, segundo o discurso do regime, apenas se justifica como situação transitória. A sua relevância torna-se ainda maior no âmbito da temática em estudo, pois a importância do dirigente intermédio é reforçada sob o ponto de vista técnico e social pelo desenvolvimento da organização científica do trabalho cuja colocação em prática pressupunha um conhecimento aprofundado das técnicas e métodos existentes, da sua adequação a cada caso e das questões que envolviam a sua aplicação.

Na verdade, dada a carência de técnicos nacionais especializados em organização científica do trabalho – situação que apenas iria conhecer alterações durante as décadas de 1960 e 1970 com o impacto das ações de formação do Instituto Nacional de Investigação Industrial e de outros organismos nacionais e estrangeiros nas quais os técnicos portugueses marcam presença –, a necessidade de assistência técnica à indústria e de investigação aplicada ao fomento industrial era uma realidade. Também no projeto do II Plano de Fomento esta situação é mencionada, sendo afirmado que a reorganização das indústrias que se encontrava em discussão deveria ser apoiada por “estudos de tecnologia, de organização científica do trabalho e de economia a realizar no quadro do novo Instituto Nacional de Investigação Científica”, sendo que “para a realização desses estudos [teria] de admitir-se o concurso de técnicos estrangeiros e a formação de pessoal português em centros de outros países”¹¹. O II Plano de Fomento abria, de facto, caminho à criação do Instituto Nacional de Investigação Industrial que desenvolveria uma importante ação na difusão da organização científica do trabalho em Portugal, tendo realizado estudos sobre produtividade em diversos setores industriais, contribuído para a formação de quadros técnicos, numa primeira fase com o recurso a formadores estrangeiros e efetivado o contacto com organismos internacionais dedicados ao estudo destas questões, durante os quais foram efetuadas importantes transferências de conhecimentos. O Instituto Nacional de Investigação Industrial cumpriria este objetivo principalmente através da ação do seu segundo serviço, responsável pelas questões da produtividade, organização científica da produção e do trabalho industrial e

¹¹ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 7, sessão legislativa 1, nº 36, 12 de abril de 1958, p. 742.

do apoio que prestava a pequenas e médias indústrias no âmbito dos estudos de medidas de produtividade.

Na realidade, estas iniciativas não atingiriam apenas indústrias de grande dimensão, mas também pequenas indústrias que, inclusivamente foram as primeiras a usufruir do apoio técnico do Instituto Nacional de Investigação Industrial. Muitos eram os setores que, à época da preparação do II Plano de Fomento, eram entendidos como podendo beneficiar das técnicas de organização científica do trabalho. O parecer nº 2/VII sobre a proposta de lei nº 8 referente a este Plano refere os casos da indústria de serração e preparação de madeiras, cujas instalações fabris deveriam ser adaptadas com o recurso à organização científica do trabalho no sentido de melhorar a sua produtividade e garantir o seu equilíbrio económico e a melhoria das condições de trabalho dos operários¹². Porém, apesar de algumas empresas de maior dimensão, como a CUF, se terem tornado verdadeiros modelos de aperfeiçoamento tecnológico, de preparação do pessoal técnico e de luta contra processos de trabalho rotineiros¹³, os exemplos de voluntarismo na aplicação destas técnicas constituem um microcosmos na realidade nacional, o que leva algumas vozes a argumentar que o Estado deveria incentivar a colocação em prática de métodos de organização científica do trabalho nas empresas que não tomassem por sua própria iniciativa estas providências. É esta a tese defendida por Daniel Barbosa a 2 de abril de 1957, no seu aviso prévio sobre o problema económico português. De facto, Barbosa afirma:

Um dos primeiros passos, imediatos e firmes, é o de levar o País a estruturar a sua produção dentro da organização científica do trabalho, visto que desse modo e enquanto se reorganiza a produção em novos moldes se conseguirá em pouco tempo um primeiro e importante ajustamento à base de melhores salários e baixo preço de custo daquilo que se produz¹⁴.

Daniel Barbosa apresenta-se, de facto, como um entusiasta da organização científica do trabalho enquanto elemento no qual “o país necessita de apoiar-se para conseguir a máxima produtividade dos recursos de que dispõe” (Barbosa 1961), apesar de não esconder que este acabaria por ter como consequência uma diminuição do emprego, sendo que, enquanto ocupou a

¹² *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 7, sessão legislativa 1, nº 27, 25 de setembro de 1958, p. 163.

¹³ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 6, sessão legislativa 4, nº 182, 28 de fevereiro de 1957, p. 288.

¹⁴ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 6, sessão legislativa 4, nº 196, 3 de abril de 1957, p. 523.

pasta da Economia no imediato pós-guerra, foram dados importantes passos para a introdução destes métodos no articulado legal de alguns organismos. É, no entanto, de salientar a ênfase atribuída pelo deputado às consequências salariais da melhoria da produtividade sendo, igualmente, interessante atentar nos setores aos quais o mesmo se refere – metalomecânica, têxtil e química –, aqueles nos quais a organização científica do trabalho mais se desenvolve. A questão salarial é também referida por Águedo de Oliveira na resposta ao aviso prévio de Daniel Barbosa. Refere o deputado que a melhoria da produtividade através da melhor organização do trabalho e do consequente aumento do rendimento dos trabalhadores conduzirá à diminuição dos custos de produção e dos preços dos produtos industriais e à elevação dos salários e alargamento do consumo¹⁵. É, assim, visível como os impactos sociais da organização científica do trabalho, nomeadamente ao nível das questões salariais, eram entendidos com preocupação na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa, indo ao encontro das lógicas expressas nas publicações patronais, católicas e nos estudos internacionais sobre o tema que, após a II Guerra Mundial, atribuem uma grande importância às repercussões da organização científica do trabalho no nível de vida dos trabalhadores e à necessidade de um progresso socialmente útil, baseado numa equilibrada repartição dos dividendos entre patrões e trabalhadores.

A necessidade de modernizar administrativamente o país

Entrando na década de 1960, a organização científica do trabalho vê serem alargadas as suas possibilidades de aplicação também ao domínio da Administração Pública. Apesar de ter sido nesta década que a discussão e os desenvolvimentos em torno do tema foram mais evidentes, a verdade é que já anteriormente se colocava a questão da melhoria e racionalização dos serviços do Estado. Segundo o que se encontra exposto no parecer nº 1/VII da Câmara Corporativa referente à proposta de lei nº 1 de autorização das receitas e despesas para 1958¹⁶, as propostas de racionalização administrativa estiveram presentes em alguns diplomas legislativos desde a reforma

¹⁵ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 6, sessão legislativa 4, n.º 201, 11 de abril de 1957, p. 620.

¹⁶ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 7, sessão legislativa 1, n.º 4, 11 de dezembro de 1957, p. 90-102.

orçamental de 1929¹⁷, não tendo tido, porém, desenvolvimento. Da mesma forma, a Lei de Meios para 1951 volta a tocar no assunto no seu artigo 12º, que determinava que o Governo deveria promover “os estudos necessários à adopção nos serviços públicos de métodos que permit[isse]m obter melhor rendimento com o menor dispêndio”¹⁸, levando à criação de uma comissão central de inquérito e estudo da eficiência dos serviços públicos no seio do Ministério das Finanças¹⁹, cujos trabalhos são referidos nas leis de autorização de receitas e despesas dos três anos seguintes. A proposta de lei nº 1 de autorização das receitas e despesas para 1958 pretende, assim, prosseguir estes estudos tendentes à melhoria da eficiência dos serviços públicos através da criação de um serviço que estaria permanentemente encarregue do estudo da racionalização administrativa²⁰. No entanto, a Câmara Corporativa vai mais longe, propondo que este serviço não tivesse por atribuição apenas o estudo da racionalização administrativa, devendo, igualmente, propor superiormente os métodos através dos quais esta pudesse ser atingida²¹.

Também no artigo 26º da proposta de lei de autorização de receitas e despesas para 1962 esta questão é mencionada. Nele é apresentado o movimento pela reestruturação dos serviços públicos do Estado através da aplicação de métodos de organização científica do trabalho que se encontrava a ser desenvolvido a nível internacional, movimento este que tinha como objetivo a melhoria da produtividade nesses serviços, bem como a concessão de maiores garantias aos particulares contra o excesso de intervencionismo estatal e o reforço da cooperação entre a Administração Pública e os utentes. Segundo a proposta de lei, este movimento teria, igualmente, de apresentar repercussões em Portugal, país que carecia de uma reestruturação da Administração do Estado para a qual a colocação em prática de métodos de organização científica

¹⁷ Já na reforma orçamental de 1929 (Decreto nº 16670, de 27 de março, artigo 22º, alínea e) era atribuída à Intendência-Geral do Orçamento – que não chegou a entrar em funcionamento – a tarefa de “estudar as fórmulas mais económicas do emprego dos dinheiros públicos, propondo as modificações na organização ou na técnica dos serviços que julgar necessárias ou convenientes para que seja observada a maior economia dentro da maior eficiência”. Decreto nº 16670, *Diário do Governo*, I Série, nº 70, Suplemento, 27 de março de 1929, p. 733.

¹⁸ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 7, sessão legislativa 1, nº 4, 11 de dezembro de 1957, p. 97.

¹⁹ Decreto nº 38503, *Diário do Governo*, I Série, nº 235, 12 de novembro de 1951, p. 979.

²⁰ No relatório que antecede a Lei de Meios para 1959, elaborado em dezembro de 1958, é referido que já se encontrava preparado o serviço de O&M. *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 7, sessão legislativa 2, nº 70, 16 de dezembro de 1958, p. 152.

²¹ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 7, sessão legislativa 1, nº 4, 11 de dezembro de 1957, p. 97.

do trabalho administrativo, iniciados por Fayol nas primeiras décadas do século XX e desenvolvidos ao longo do tempo, era essencial. Para tal, afirma:

o Governo propõe-se inicialmente promover a formação, quer no funcionalismo, quer no público, da ambiência propícia ao sentido da reforma; preparar pessoal especializado em organização e métodos de trabalho; finalmente, concentrar a atenção e os esforços na solução dos problemas dos métodos²².

De facto, para o regime, a Reforma Administrativa constituía-se, sobretudo, como um estado de espírito que deveria envolver o funcionalismo público no sentido da reestruturação dos serviços – ideia muito presente em Marcello Caetano. Esta tomada de consciência permitiria uma maior abertura à necessidade de formação de pessoal em técnicas de organização do trabalho, chamadas de organização e métodos, em prol da qual a Presidência do Conselho vai esforçar-se, através de organismos seus dependentes, por proporcionar a frequência de funcionários em ações de formação no país e no exterior. Por fim, estes passos conduziriam à criação de núcleos de organização e métodos em alguns serviços públicos nos quais fossem estudados e aplicados métodos que permitissem organizar cientificamente o trabalho neles desenvolvido.

Também o parecer nº 1/IX da Câmara Corporativa sobre a autorização das receitas e despesas para 1966 refere a necessidade da organização científica do trabalho como forma de dotar a administração fiscal dos meios adequados para melhorar a sua eficiência, tarefa que deveria ser levada a cabo pelo Ministério das Finanças²³. Por seu lado, o parecer sobre o projeto de proposta de lei nº 4/IX, relativo ao III Plano de Fomento para 1968-1973, proporciona-nos mais informações sobre o processo de reorganização dos serviços do Estado. Dando voz às recomendações do Grupo de Trabalho nº 14 sobre a constituição do Secretariado da Reforma Administrativa, o parecer afirma a indispensabilidade da sua criação como “órgão com competência para, de modo geral, proceder ao estudo e planeamento das providências tendentes a assegurar, de forma permanente e sistemática, a revisão e o aperfeiçoamento da administração pública”²⁴. No entanto, o parecer vai mais longe propondo um conjunto de outras iniciativas tendentes à revisão dos métodos

²² *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 8, sessão legislativa 1, nº 4, 12 de dezembro de 1961, p. 126.

²³ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 9, sessão legislativa 1, nº 4S, 10 de dezembro de 1965, p. 24.

²⁴ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 9, sessão legislativa 2, nº 56, 30 de junho de 1967, p. 654.

de trabalho administrativo e à melhoria da produtividade e da eficácia dos serviços públicos: a constituição de núcleos experimentais de organização e métodos em alguns Ministérios, organismos autónomos e Direções-Gerais; a formação acelerada de técnicos especialistas em organização e métodos; a realização de palestras, colóquios e seminários; a promoção de visitas de estudo e estágios no país e no estrangeiro e a promoção e difusão de publicações de carácter formativo²⁵. Este projeto teria, porém, de enfrentar alguns obstáculos: por um lado, as deficiências de informação e de investigação nesta área que limitam os conhecimentos dos funcionários sobre o assunto; por outro, uma clara insuficiência de iniciativas de divulgação e formação, quer por motivos que se prendem com limitações financeiras, quer por uma desarticulação entre os objetivos e os métodos utilizados naquelas que haviam já sido realizadas – descurando, aparentemente, as várias iniciativas que surgem em torno do Instituto Nacional de Investigação Industrial e da Presidência do Conselho, entre outros organismos. Como possível solução para estas dificuldades a Câmara Corporativa propõe a colocação em prática da Reforma Administrativa que se encontrava em estudo pelo Estado, tendo esta conhecido um processo de claro desenvolvimento no País, principalmente durante o Marcelismo.

A discussão sobre o III Plano de Fomento deu, igualmente, azo a várias comunicações que expressavam a necessidade de estruturar e colocar em prática a Reforma Administrativa que já há muito vinha sendo referida em vários diplomas legais. Como salientou o deputado Agostinho Cardoso, “médico fisiologista”, na discussão na generalidade sobre a proposta de lei relativa à elaboração e execução do III Plano de Fomento, em novembro de 1967, as problemáticas que vinham na época sendo levantadas sobre a Reforma não eram novas, tendo sido já referidas, como vimos, no preâmbulo do Decreto-Lei nº 42 046, de 23 de agosto de 1958; na Lei de Meios para 1959; no artigo 26º da Lei de Meios para 1962 e, em 1962, no trabalho intitulado *Reforma Administrativa*, elaborado pelo Gabinete do Ministro das Finanças Pinto Barbosa²⁶. A criação do Secretariado da Reforma Administrativa veio assim dar um contributo estruturante às várias intenções anteriormente expressas e alertar para a necessidade de constituição de uma Escola Nacional de Admi-

²⁵ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 9, sessão legislativa 2, nº 56, 30 de junho de 1967, p. 655.

²⁶ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 9, sessão legislativa 2, nº 98, 24 de novembro de 1967, p.1 840.

nistração Pública que seria encarregue da formação e aperfeiçoamento de técnicos de organização e métodos²⁷.

A vertente humana

Mas também outras temáticas vão chamando a atenção sobre as questões da organização científica do trabalho nestas décadas. Falamos, por exemplo, do debate sobre a proposta de lei relativa ao Plano de Formação Social e Corporativa, no qual Maria Leonor Correia Botelho refere a importância de uma adequada organização do trabalho para o evitar de problemas psicológicos e físicos normalmente “provenientes da falta de adaptação do operário ao trabalho que executa”²⁸. Tendo em conta a sua formação, a deputada integra na análise desta questão o papel da Assistente Social que deve conhecer, em cada caso, o trabalho e o operário de forma a melhor adaptar o primeiro ao segundo, evitando, igualmente, “uma das mais graves consequências das técnicas atuais da organização do trabalho [...] a supressão do bill, isto é, da capacidade de iniciativa”²⁹. De facto, Maria Leonor Correia Botelho enfatiza a importância deste elemento, afirmando:

Pode a fábrica estar bem apetrechada, podem ter introduzido nela ou na exploração agrícola os mais modernos e aperfeiçoados progressos: se o comportamento dos homens, nas suas relações mútuas, for desarmonico a empresa não produzirá os resultados convenientes³⁰.

A preocupação com os impactos negativos da organização do trabalho no bem-estar físico e psicológico do trabalhador é, igualmente, evidenciada em 1963 por Santos Bessa na discussão, na generalidade, sobre a Proposta de Lei sobre Saúde Mental quando refere:

É uma verdade que a vida civilizada exerce hoje sobre o homem uma mais intensa pressão que noutras eras e que nas sociedades evoluídas se repetem com frequência as tensões e com elas se geram conflitos emocionais e reacções psico-

²⁷ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 9, sessão legislativa 3, nº 110, 13 de dezembro de 1967, p. 2086.

²⁸ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 6, sessão legislativa 3, nº 158, 28 de junho de 1956, p. 1207.

²⁹ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 6, sessão legislativa 3, nº 158, 28 de junho de 1956, p. 1207.

³⁰ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 6, sessão legislativa 3, nº 158, 28 de junho de 1956, p. 1207.

lógicas enormes que o indivíduo procura resolver com o apoio do médico (...). Mas isto mesmo gera a insegurança e a ansiedade e, portanto, a desadaptação. A passagem do meio natural ao meio técnico, segundo o conceito de G. Friedmann, arrasta consigo a submersão de certas massas sem preparação psicológica ou cultural para essa mudança de condição de vida. A industrialização de certos países tem-no demonstrado claramente e o nosso, em plena fase de industrialização progressiva, não faltará à regra. Entre os factores que geram essas perturbações mentais citaremos: a racionalização do trabalho das oficinas (...)³¹.

Este é um receio recorrente, já expresso em debates anteriores. De facto, os impactos da organização científica do trabalho na saúde física e mental do trabalhador adquirem uma visibilidade crescente neste período, na esteira das lógicas internacionais que alertavam para os malefícios dos métodos de organização do trabalho oriundos do taylorismo, constituindo – a par das repercussões salariais, sociais e morais da organização científica do trabalho – um dos elementos que melhor caracteriza os discursos sobre o tema em Portugal. Porém, a explicação desta preocupação não decorre apenas da lógica internacional pois, na verdade, eram recorrentes os receios de que a aplicação da organização científica do trabalho pudesse contribuir para quebrar a paz e os equilíbrios sociais ou para desvirtuar os valores humanistas defendidos pelo catolicismo social.

Este receio é, de facto, apresentado em 1971, no debate acerca do aviso prévio sobre os aspetos culturais, económicos e sociais do distrito de Braga. Nele, Amílcar Mesquita afirma a importância do trabalho enquanto fator de produção e a necessidade de serem aplicados na empresa os «critérios cristãos» que entendem o trabalhador no seu aspeto social e não apenas produtivo. Refere o deputado que, no fluir da industrialização, a típica empresa familiar evoluiu para a empresa-benefício ou empresa-coisa na qual o trabalhador

é mais visto como sujeito da prestação laboral do que na sua natureza humana. Por isso se preocupa o empresário, principalmente, pelo rendimento do trabalho produtivo. A pretexto de considerar a qualidade de homem que está na base do trabalho, quando, efectivamente, era a obtenção do maior lucro que motivava as medidas, foram estudadas as condições da prestação da actividade produtiva, como o modo e duração da sua prestação e o seu preço. Inicia-se a organização científica do trabalho, de que o taylorismo é a primeira fase³².

³¹ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 8, sessão legislativa 2, n.º 73, 23 de janeiro de 1963, p.1892.

³² *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 10, sessão legislativa 2, n.º 79, 6 de fevereiro de 1961, p. 1609.

Os alertas do catolicismo social vêm ao encontro destas preocupações, defendendo o trabalho como fator de desenvolvimento humano e o respeito pela dignidade do trabalhador enquanto Homem e não enquanto peça de uma engrenagem, sendo difundidos, sobretudo, pelos quadros formados na Ação Católica que, durante a época em análise, se integram em organismos do Estado ligados ao desenvolvimento económico e industrial do País.

Por último, a problemática da formação do trabalhador numa indústria cientificamente organizada não deixa de estar presente nos debates que pausaram os anos finais do nosso estudo, durante os quais, de forma cada vez mais premente, é encarada a necessidade de elevar o grau de eficiência do setor secundário nacional devido à progressiva abertura ao exterior e à nova realidade do comércio europeu. Vaz Pinto Alves afirma-o de forma muito clara ao referir:

Ora, um processo de expansão económica implica a formação de técnicos altamente especializados e de trabalhadores qualificados que não se pode dispor em curto espaço de tempo e o desenvolvimento industrial e o progresso do país exige que andemos depressa³³.

A realidade, porém, pautava-se pela carência de trabalhadores qualificados que, muitas vezes, era colmatada pelo recurso a técnicos estrangeiros. Continua Vaz Pinto Alves:

As próprias empresas nacionais que querem proceder à sua reorganização, ao aproveitamento adequado de recursos não aproveitados, à racionalização de processos e métodos de trabalho têm necessidade de utilizar mão-de-obra qualificada e técnica estrangeira por deficiências estruturais do mercado de emprego nacional. Esses trabalhadores qualificados ou técnicos ensinam e contribuem para a valorização da mão-de-obra nacional. A ilação que se pode tirar é que, por todos os meios ao nosso alcance, se quisermos competir nos difíceis momentos que nos aguardam, teremos de deixar de ser um país de mão-de-obra não especializada. (...) Nos tempos de hoje as tarefas da produção e de direcção exigem uma adequada formação do trabalhador, do técnico ou do diretor³⁴.

Mas a necessidade de Portugal deixar de ser um país de mão de obra não especializada não se prendia apenas com razões de ordem económica,

³³ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 10, sessão legislativa 3, nº 182, 14 de abril de 1972, p. 3589.

³⁴ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 10, sessão legislativa 3, nº 182, 14 de abril de 1972, p. 3589.

mas também de ordem social, tendo em conta o impacto que os métodos de organização do trabalho podiam ter nos trabalhadores não especializados:

Em todos os tempos os trabalhadores não qualificados e, por vezes, até os semi-qualificados foram, nas crises de trabalho, os mais atingidos. Ora, o avanço da técnica dos novos métodos de produção e de organização científica do trabalho estão a criar, sucessivamente, maiores dificuldades à colocação de mão-de-obra pouco qualificada, não só quando as migrações profissionais se dão entre sectores diferentes, mas também no interior de cada sector³⁵.

Além disso, o próprio progresso técnico implica um certo grau de formação do trabalhador, por isso acrescenta o parlamentar:

Acresce que o galopante crescimento do progresso técnico implica que os trabalhadores estejam aptos a compreendê-lo, o que exigirá aumento do nível da cultura de base, nova mentalidade e uma adequada formação técnica. Para tanto, há que intensificar e adaptar os programas de ensino nas escolas técnicas e dar à preparação e reconversão profissionais maior elasticidade nos seus circuitos e no integral aproveitamento das estruturas existentes, por forma a lançar-se no mercado de trabalho um maior número de mão-de-obra válida e especializada³⁶.

Nota conclusiva

As visões apresentadas na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa sobre a organização científica do trabalho são um importante elemento de análise para a compreensão da forma como estas temáticas foram entendidas na época, para o conhecimento das perspetivas em presença e para o arrolar das questões e preocupações que com elas mais se relacionavam.

Como vimos, as referências à organização científica do trabalho nos debates da Assembleia Nacional encontram-se sobretudo ligadas às discussões sobre a Lei 2005, os Planos de Fomento, o Instituto Nacional de Investigação Industrial, as propostas de lei de autorização de receitas e despesas, as leis de meios, a formação profissional e o ensino técnico. Nelas verificamos que as visões sobre a questão são diversas, indo, grosso modo, desde a recusa da necessidade da organização científica do trabalho e a afirmação dos seus inconvenientes, passando pelo reconhecimento da sua importância noutros

³⁵ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 10, sessão legislativa 3, nº 182, 14 de abril de 1972, p. 3590.

³⁶ *Diários das Sessões da Assembleia Nacional*, legislatura 10, sessão legislativa 3, nº 182, 14 de abril de 1972, p. 3590.

contextos que não o português, até à afirmação de que a colocação em prática de métodos de organização científica do trabalho no País melhoraria em muito o desempenho económico nacional.

Torna-se visível que a implementação de métodos de organização científica do trabalho recebia o apoio de deputados ligados à área da Engenharia, situação que apresenta um impacto ainda maior se recordarmos que esta área tinha, entre 1945 e 1974, uma representação bastante reduzida tanto na Assembleia Nacional como na Câmara Corporativa. Nos debates, a organização científica do trabalho era integrada nas estratégias de industrialização do País, juntamente com a necessidade de melhoria do equipamento e da preparação técnica de operários, quadros intermédios e chefias, sendo necessária para produzir em quantidade e qualidade e para melhorar a competitividade da indústria portuguesa principalmente quando os desafios da integração europeia e da adesão à EFTA se impõem. Por outro lado, as visões contrárias à organização científica do trabalho surgem sobretudo ligadas aos impactos negativos que estes métodos poderiam apresentar ao nível do trabalhador, quer no que diz respeito à sua saúde física e mental, quer no que concerne ao próprio conceito de Homem que deveria ser marcado não pelo ideal de homem-máquina ou homem-ferramenta, mas sim pelas conceções cristãs de dignidade do trabalhador e valorização do trabalho como fator de desenvolvimento humano. De resto, os receios relativos à organização científica do trabalho acabam por não ser diferentes daqueles que se apresentam em relação à própria industrialização, salientando-se o temor das consequências sociais e políticas do desenraizamento dos trabalhadores e da formação de massas operárias. Esta situação explica as cautelas evidenciadas em relação ao impacto destes métodos no quotidiano dos trabalhadores, bem como o desejo de que estes pudessem contribuir para a manutenção de pequenas unidades industriais que, não apresentando vantagens a nível económico, fossem relevantes a nível social.

Apesar da organização científica do trabalho surgir aliada a variados temas, as questões salariais apresentam uma relevância interessante. De facto, sendo referido por vários deputados que o trabalhador deveria ser o centro das preocupações no âmbito da organização científica do trabalho e da própria industrialização, o impacto salarial das transformações que lhe estavam aliadas era um fator importante, devendo os esforços pela melhoria da produtividade ser recompensados com aumentos salariais para que os benefícios da industrialização pudessem ser equitativamente repartidos entre o patronato e o operariado e não fosse colocada em perigo a paz social. Mas a atenção às consequências sociais do desenvolvimento industrial e da difusão da organização científica do trabalho não ficam por aqui, sendo evi-

denciado, igualmente, o perigo do desemprego causado quer pela melhoria da produtividade, quer pelos impactos da mecanização, que nem sempre era desejada dados os custos económicos e sociais que lhe estavam inerentes. A colocação em prática da organização científica do trabalho deveria, assim, ser adaptada às idiossincrasias nacionais, escapando ao perigo de uma utilização puramente economicista que podia pôr em perigo as prioridades do regime.

Um último aspeto a reter, quer no que diz respeito ao setor industrial, quer à Administração Pública, prende-se com as questões da carência de formação. De facto, vários deputados alertam para a necessidade de formação dos trabalhadores, dos quadros intermédios e das administrações como fator essencial para uma profícua utilização dos métodos de organização científica do trabalho, sendo que da carência de técnicos nacionais especialistas em organização e gestão de empresas derivava quer o fraco grau de aplicação destes métodos, quer a necessidade de contratação de técnicos e formadores estrangeiros, que o regime admitia apesar das reservas que colocava. A formação de quadros tornava-se, assim, essencial, sendo salientada nos debates a importância das ações de formação desenvolvidas em solo nacional e no estrangeiro e a relevância das missões de estudo, sendo ainda referida a necessidade de os cursos superiores de Engenharia incluírem visitas técnicas ao estrangeiro para que os alunos pudessem ter oportunidade de contactar com as técnicas de organização científica do trabalho usadas. No que diz respeito à organização científica do trabalho administrativo, é visível como a necessidade da reforma administrativa e a colocação em prática de métodos que permitissem uma maior rentabilização do trabalho na Administração Pública adquire uma maior presença e visibilidade na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa nos finais da década de 1960 e inícios da década de 1970 – situação também explicada pelo impacto do movimento internacional em prol da melhoria da eficiência do funcionalismo público – sendo explícita a necessidade de criação de núcleos de organização e métodos e a formação de técnicos para o estudo destas temáticas como, de facto, veio a suceder.

Bibliografia

- ALHO, Albérico Afonso Costa (2006). Sob o cronómetro de Taylor adestrar a mão e corrigir o olhar. As aventuras dos tecnocatólicos no Ministério das Corporações. Origens, percursos, mitos e ritmos de uma formação quase desconhecida: a FPA. Lisboa: FCSH-UNL (tese de Doutoramento em história policopiada).
- AMORIM, Celeste; KIPPING, Mathias (1999). Selling consultancy services: the portuguese case in historical and comparative perspective. Reading: The University of Reading.

- BARBOSA, Daniel (1961). “A acção dos engenheiros e os actuais condicionalismos da economia portuguesa”, in *Técnica. Revista dos alunos do Instituto Superior Técnico*, 311 (15), 391-407.
- BRAGA DA CRUZ, Manuel; PINTO, António Costa (2004-2005). *Dicionário biográfico parlamentar 1935-1974*. Vols. 1 e 2. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República.
- CASTILHO, José Manuel Tavares (2008). *A Assembleia Nacional (1934-1974)*. Lisboa: ISCTE.
- CORIAT, Benjamin (1985). “O taylorismo e a expropriação do saber operário”, in *Sociologia do Trabalho – Organização do Trabalho Industrial*. Lisboa: A Regra do Jogo, 77-109.
- Diário do Governo*, I Série (1945-1974).
- Diários das Sessões da Assembleia Nacional (1945-1974)*.
- DORAY, Bernard (1981). *Le taylorisme, une folie rationnelle?*, Paris: Dunod.
- FRIAR, J.; HORWITCH, M. (1985). “The emergence of technology strategy: a new dimension of strategic management”, *Technology in Society*, 7 (2-3), 143-178.
- DURAND, Jean-Pierre (ed.) (1993). *Vers un nouveaux modèle productif?*. Paris: Syros/Alternatives.
- ESTIVILL, Jordi. TOMÁS, Josep R. (1979). “Apuntes para una historia de la organización del trabajo en Espana, 1900-1936”, *Sociologia del Trabajo*, 1, 17-43.
- GUILLÉN, Mauro F. (2006). *The taylorized beauty of the mechanical: scientific management and the rise of modernist architecture*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- JURGENS, Ulrich; MALSCH, Thomas; DOHSE, Knuth (1993). *Breaking from taylorism: changing forms of work in the automobile industry*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIMA, Marinús Pires de (1982). “Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-80): alguns resultados preliminares de uma investigação em curso”, *Análise Social*, 18 (72-73-74), 1299-1366.
- PATRIARCA, Fátima (1982). “Taylor no purgatório: o trabalho operário na metalomecânica pesada”, *Análise Social*, 18 (71), 435-530.
- PRUIJT, Hans (1997). *Job design and technology: taylorism vs anti-taylorism*. London: Routledge.
- ROLLO, Maria Fernanda (2007). *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: MNE.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (2008). “The transfer of management knowledge and practices: the reorganization of CUF by McKinsey (1969-1974)”. Comunicação apresentada na 12ª Conferência Anual da EBHA, sob o tema *Transactions and interactions: the flow of goods, services and information*. Bergen.
- WARING, Stephen P. (1991). *Taylorisme transformed: scientific management theory since 1945*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- WESOLOWSKI, Zdzislaw P. (1978). “The Polish contribution to the development of scientific management”, *Academy of Management Proceedings*, 12-16.

«Um editor já desmascarado ou marcado»: a Livraria Moraes Editora e a censura¹

«A publisher already unmasked or marked»: the Livraria Moraes Editora and the censorship

SARA LUDOVICO

Bolsista de doutoramento da FCT
CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
saraludovico@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 04.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 10.09.2016

Resumo: Na década de 50 um grupo de católicos delineou um projeto que se queria de “pensamento e ação”, percorrendo várias etapas e disseminando ideias até à concretização do seu plano maior: criar uma revista. A aproximação deste grupo a António Alçada Baptista, que comprara uma antiga livraria, a Moraes, tornaria, anos depois, o sonho de *O Tempo e o Modo* possível. Mas foi primeiro no território da Editora Moraes, através do seu plano editorial, que este grupo de católicos “progressistas” manifestou, com o seu humanismo interventor, uma nova forma de ação política e artística. Se a identidade da própria editora se revela à luz do seu catálogo, o impacto cultural revolucionário e socialmente subversor pode ser medido através do peso da perseguição censória feita às suas publicações. As palavras dos censores confirmam a difícil posição da Moraes enquanto editora católica e enquanto “terceira via” no debate de ideias, na segunda metade do século XX em Portugal.

Palavras-chave: Livraria Moraes Editora, censura, edição, Estado Novo, história do livro.

Abstract: In the 1950s a group of Catholics delineated a project combining “thought and action”, covering various stages and disseminating ideas for the achievement of its ultimate aim: to create a magazine of ideas. This group’s approach to António Alçada Baptista, who was to buy an old bookshop, Moraes, would some years later make the dream come true with the creation of *O Tempo e o Modo*. But it was in the publishing house Moraes, with its innovative editorial policy, that this group of progressive Catholics created a new form of political and artistic action with their interventionist humanism. If the publisher’s identity was revealed in its catalog, its cultural revolutionary and socially subversive impact can be measured by the weight of the censorial persecution to which

¹ Agradeço ao Dr. Paulo Tremocoero, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por toda a ajuda e disponibilidade, bem como às Doutora Teresa Seruya e Maria Lin Moniz pela cedência da base de dados dos relatórios depositados na Torre do Tombo.

its publications were subject. The censors' comments confirm Moraes difficult position as a Catholic publishing house that became a "third way" in the debate of ideas in the second half of the 20th century in Portugal.

Keywords: Livraria Moraes Editora, censorship, publishing, Portuguese Estado Novo, book history.

Aviso de porta de livraria

*Não leiam delicados este livro
[...] os que andam aos pulinhos num pé só
com as duas castas mãos uma atrás e outra adiante,
enquanto com a terceira vão tapando a boca
dos que andam com dois pés sem medo das palavras.
[...]
De amor e de poesia e de ter pátria
aqui se trata: que a ralé não passe
este limiar sagrado e não se atreva
a encher de ratos este espaço livre*

Jorge de Sena

O poema em epígrafe foi publicado na obra *Exorcismos* de 1972, precisamente o único livro da célebre coleção "Círculo de Poesia", publicado pela Editora Moraes, que se sabe ter sido apreendido. Nele, logo na abertura, o poeta deixa este aviso: transpor a página inaugural do livro é como transpor a porta de uma livraria. Uma livraria (tal como um livro) é quase sempre um lugar de muitas promessas e o simples ato de superar esse "limiar sagrado", que separa a esfera pública da cultura, o mundo exterior do mundo dos livros, significa entrar totalmente num "espaço livre", onde muitos dos condicionamentos sociais, políticos, morais e até legais desaparecem. Tal seria particularmente verdade em tempos de ditadura, num país como Portugal e numa livraria-editora como a Moraes.

A Livraria Moraes Editores e a revista *O Tempo e o Modo* são, juntamente com a Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária Pragma², um dos projetos mais inovadores que, no âmbito sociocultural, os católicos organizaram em Portugal nos fins da década de 50 e inícios da década de 60. Nas palavras de Alçada Baptista: "um católico tinha uma missão a desempenhar

² A Pragma foi fundada em abril de 1964, pelos *compagnons de route* Mário Murteira e Nuno Teotónio Pereira. Lembre-se ainda a publicação *Direito à Informação*, criada um ano antes, por Nuno e Natália Teotónio Pereira, que se dedicava sobretudo à divulgação de notícias sobre a guerra colonial em Angola (Lopes 2007: 25).

no mundo ao serviço da verdade e da justiça que emanava da mensagem de Cristo” (Baptista 2000: 61), coincidindo com uma certa imagem do editor como “alguém cuja acção se pautava por um princípio de apostolado, no qual a cultura surgia como bem primordial a defender. O comércio tende a ser relegado para um lugar menor, embora não ausente do discurso” (Medeiros 2008: 798).

Apesar da história da Livraria Moraes não começar em 1958³, quando António Alçada Baptista a adquire, juntamente com outros sócios, é nesse simbólico ano que tem início a “epopeia” editorial pela qual ficará conhecida e que representará “um acontecimento invulgar na História da Cultura em Portugal” (Almeida 2008: 112). Ao mesmo tempo, a livraria, até então especializada em livros de Direito, passa igualmente a funcionar como polo de discussão e de debate de ideias, desempenhando ainda, através de canais próprios, um importante papel na circulação de livros proibidos (Barata, Queirós 1994: 3):

Alçada Baptista criara um dos mais fecundos espaços de reflexão e debate existentes entre nós [...], lugar genuíno de debate e encontro de pessoas por vezes com percursos anteriores bastante diferenciados e perspectivas nem sempre coincidentes que se abriam para um largo espectro de acções tidas por necessárias para instalar o mundo novo (Cravinho 2004: 143).

Viviam-se em Portugal tempos de contestação e assistiu-se, nesse ano, com a candidatura presidencial do general Humberto Delgado, à maior mobilização contra o regime salazarista, a que alguns católicos entusiasticamente aderiram. Embora os primeiros tempos da livraria-editora tivessem sido marcados por dificuldades, o seu destino estava prestes a mudar, quando, um dia, a sua história se interceptou com a história de um grupo de jovens que sonhava fazer uma revista. Por essa altura, já a Livraria Moraes se havia tornado num sítio onde se podia encontrar “sem muito vasculhar e nada perguntar [...] autores estrangeiros de língua francesa ou traduzidos em francês que, se porventura se apresentassem em português, por certo não escapariam ao olhar rigoroso da censura e seriam pura e simplesmente proibidos” (Morais 2007: 110). Também para este grupo⁴, constituído por estudantes universitários de diversas faculdades, que partilhavam o gosto

³ A origem da livraria remonta a meados do séc. XIX, tendo começado numa mercearia na Rua da Rosa, em Lisboa.

⁴ Entre eles estão João Bénard da Costa, Nuno Bragança, Pedro Tamen, Nuno Portas, José Domingos Morais, Alberto Vaz da Silva, entre outros.

pela literatura e pela arte e nutriam pelo Estado Novo um profundo desprezo, o Cristianismo era sobretudo um “gerador de inquietações e um fomentador de necessidades morais comuns aos outros homens” (Tamen 2007: 14).

Explorar as coleções da Livraria Moraes Editora significa percorrer quase 30 anos da história do Portugal contemporâneo, sendo possível, através delas, captar o espírito de cada época, aceder a um novo tipo de filosofia religiosa, a um projeto consistente de revisão do discurso tradicional católico que, apesar da censura, e só talvez graças a um certo analfabetismo imperante na época, pôde circular, disseminar-se e influenciar as mentalidades. Através delas divulgaram-se autores e pensadores como Chesterton, Simone Weil e Hannah Arendt, editaram-se clássicos como os *Pensamentos* de Pascal e a *Imitação de Cristo*, fizeram-se antologias sobre o personalismo de Mounier, espalhou-se a mensagem do Vaticano II pela mão de teólogos como González Ruiz e do cristianismo revolucionário da Teologia da Libertação pela mão de Metz, deu-se voz a personalidades como Martin Luther King.

Listas, relações e relatórios: um levantamento preliminar

Até à data não existe uma lista exaustiva e completa dos livros que foram proibidos durante o período do Estado Novo. Tal tarefa seria, com certeza, uma empresa hercúlea, quando se pensa que só no opúsculo da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista dedicado aos livros proibidos, ao abrigo do decreto-lei 110/78 (de 16/5), com intuito de apurar e repor a verdade histórica⁵, os títulos ascendem à razão de bem mais de três milhares, contando com as publicações periódicas. A desorganização do sistema, as intervenções da polícia política, a dispersão do território e as falhas de comunicação entre os vários intervenientes nos processos censórios tanto na metrópole, como nas colónias, desdobraria ainda mais proibições e apreensões⁶.

Através deste mesmo opúsculo é possível ter uma perceção do panorama da censura, embora de forma lacunar, pois não só não é exaustiva, como os dados apresentados estão em bruto, ou seja, a uma lista ordenada alfabeticamente por apelido do autor correspondem títulos, sem quaisquer outras

⁵ Como é explicitado nesse diploma: “Visará o livro negro esclarecer a opinião pública sobre as violências e abusos praticados durante quase meio século em Portugal, bem como sobre os atos políticos e os atos de governação que conduziram o País a uma situação de crise nacional a que o 25 de Abril de 1974 veio pôr termo”. Relação das publicações em Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista 1981: 13-115.

⁶ Veja-se o relato em primeira pessoa de Francisco Lyon de Castro em Ferrão, Oliveira e Fonseca 2015: 16.

indicações como editora, ano de publicação, etc. Numa outra secção, surgem apenas títulos de obras, sem indicação do autor. Esta tarefa de “interesse nacional”, conforme se diz, e a apresentação crua e quase espontânea que se faz dos títulos proibidos vai, porventura, ao encontro do carácter de urgência que então se sentiria, de uma forma profunda e generalizada, em tornar público tudo quanto dissesse respeito ao esclarecimento político dos factos e dos acontecimentos que possibilitaram e mantiveram o regime fascista em Portugal. Conforme é explicitado na “Introdução”, na origem desta lista está uma primeira *Relação* publicada pela Associação dos Editores e Livreiros Portugueses (AELP), embora a Comissão tenha levado a cabo algumas correções, admitindo porém que esta continue incompleta e que existam erros.

A *Relação* da AELP foi dada a lume ainda no rescaldo da revolução (junho de 1974), como forma de denúncia dos constrangimentos em que haviam trabalhado os profissionais do sector livreiro durante 48 anos e como chamada de atenção para o paradigmático quadro em que havia operado a cultura portuguesa e o próprio pensamento da elite intelectual. Diz-se na “Nota prévia”:

A relação das obras [...] foi elaborada com base nos elementos que regularmente foram fornecidos pelas extintas Direcção dos Serviços de Censura e Direcção dos Serviços de Informação. Trata-se de um trabalho exaustivo, produzido com os dados de que dispomos, o que, necessariamente, não significará que se mostre isento de erros (AELP 1974: s.p.).

Corroborando uma certa ideia de premência, que impelia à divulgação a todo o custo do passado obscurantista da censura e dos tortuosos bastidores da edição em Portugal, superando mesmo dificuldades extremas como a escassez de papel⁷, esta lista parece funcionar como uma espécie de “exorcismo”, um pedido de desculpas por tudo aquilo que editores e livreiros desejariam ter feito, mas que não puderam fazer, e até, devido ao clima vivido na altura, uma declaração pública mostrando de que lado estavam os livros (e, por extensão, os editores). Com efeito, esta *Relação* está ordenada alfabeticamente pelos títulos das obras proibidas de circular e, embora com escassa informação, inclui uma secção de “Editores ou distribuidores”, por sua vez omitida no opúsculo da Comissão do Livro Negro.

⁷ “Pedimos desculpa pelo facto de, perante a escassez de papel, nos termos visto obrigados a apresentar esta obra em papel de cores diferentes. Supomos, porém, que a oportunidade do conteúdo supera, no interesse de todos, as dificuldades de forma que não conseguimos vencer” (cit. da “Nota prévia”, s.p.).

Também a investigadora Maria Luísa Alvim, no seu trabalho de mestrado, onde se propôs elaborar uma bibliografia e uma catalogação das obras de edição portuguesa, cuja circulação fora proibida durante o Estado Novo, tomou como base a *Relação* da Comissão, tendo a preocupação de fazer um levantamento bibliográfico em catálogos de várias bibliotecas. A autora chega à conclusão de que a informação fornecida pela *Relação* nem sempre fora suficiente, pelo que apenas 508 títulos da mesma haviam sido identificados, ficando cerca de 927 por localizar (Alvim 1999: 3).

Por sua vez, o investigador José Brandão disponibilizou uma relação de cerca de 900 títulos que, nas suas palavras, “constituem a maior recolha jamais realizada no âmbito da censura literária em Portugal” (Brandão 2001). Composta exclusivamente por obras de edição portuguesa, excluindo obras brasileiras e de outras proveniências, a sua lista abrange o período que vai de 1933 (ano da publicação do decreto-lei 22 469, que regulamenta a censura prévia às publicações gráficas) a 1974; e, além do título e do autor, inclui também informação relativa ao editor e à data de publicação. No entanto, nem no texto introdutório, nem na nota prévia é fornecida qualquer indicação acerca da proveniência dos dados que enumera e divulga, persistindo a dúvida se na base da sua investigação estará também a mesma *Relação* da Comissão do Livro Negro ou se o investigador se socorreu dos arquivos do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Para uma melhor identificação e para uma boa compreensão dos processos de censura à Livraria Moraes Editora, suas modalidades e especificidades, sobretudo enquanto editora católica conotada com as fações mais “progressistas” do Catolicismo⁸, tornou-se imperativo recorrer à matéria-prima, isto é, aos próprios relatórios de leitura feitos pelos censores aos livros editados pela Moraes, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, na sua grande maioria, acessíveis através da base digital Digitarq⁹. Lembre-se que o arquivo da editora se perdeu (Tamen 2006: 91), invalidando assim a hipótese de aceder, por exemplo, à correspondência trocada entre a editora e os Serviços de Censura e a outra documentação relativa a este assunto. Durante

⁸ Convém clarificar que a designação de “progressistas” dada a estes católicos é aqui usada por mera conveniência. Apesar de terem ficado conhecidos por este epíteto, este sempre foi posto em causa pelos próprios, pela forte carga ideológica que contém e que os integra num determinado sentido histórico: “O nosso combate era ao lado dos não-crentes, nunca separado deles. E, se rejeitávamos o chavão ‘católicos progressistas’, assumíamos publicamente o de ‘católicos de esquerda.’” (Costa 2003: 57)

⁹ Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/> (consultado a 4/04/2016). Todos os relatórios doravante citados têm como código de referência PT/TT/SNI-DSC/35.

o processo de consulta aos arquivos do SNI, e por amabilidade de um dos seus responsáveis e das suas autoras, foi-nos facultada uma base de dados¹⁰ de todos os relatórios de censura a livros depositados na Torre do Tombo. Com efeito, este é o primeiro levantamento detalhado feito a uma parte do acervo do SNI e permitiu uma localização mais eficiente e célere dos relatórios relativos à Moraes na Digitarq — tarefa que, sem qualquer outra referência, seria morosa, senão mesmo impossível¹¹. Além do número do relatório, do título da obra e do autor, dela fazem parte outros campos como tradutor, editor, proveniência, despacho dado e observações.

No entanto, e ainda antes de nos determos no caso específico da Moraes, será interessante refletir um pouco sobre os dados recolhidos, uma vez que é provável que estes tenham sido até agora apenas usados para outras áreas de estudo, ficando desde já a sugestão de que seria proveitoso o estudo aprofundado e comparado destas tabelas, a fim de perceber os mecanismos do aparelho censório, a incidência e distribuição por anos e editoras, a proveniência das obras, os critérios adotados, etc. O período analisado compreende as décadas de 50, 60 e 70 (lembra-se que a Moraes começou a sua segunda vida em 1958 e, por isso, se acedeu apenas aos dados deste período) e o primeiro facto que salta à vista, nas listagens fornecidas, é a enorme quantidade de relatórios omissos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de tal forma que o número ascende a cerca de 34% do total¹², o que claramente indica que uma parte significativa deste acervo se perdeu ou está nas mãos de privados. Com efeito, no sítio de Internet *Ephemera*¹³, que alberga em modo digital a biblioteca e o arquivo pessoal de José Pacheco Pereira, encontram-se alguns destes relatórios de leitura (entre outros documentos), entre os quais o correspondente ao volume *A quinta causa: católicos e direitos do homem* de Salgado Zenha, precisamente da Editora Moraes, publicado e proibido em 1969. O proprietário do arquivo esclarece uma utilizadora do seu arquivo digital, explicando que “faziam parte do arquivo de uma figura de oposição ao regime de Salazar, cujo espólio adquiri já há muitos anos e que estava em

¹⁰ Trata-se do projeto “Tradução e censura durante o Estado Novo” das Doutoradas Teresa Seruya e Maria Lin Moniz, do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade Católica Portuguesa.

¹¹ O arquivo não está tratado arquivisticamente e, estando digitalizado, não pode ser consultado presencialmente.

¹² A totalidade dos relatórios de leitura é facilmente deduzida pela numeração regular que seguiam. Entre 1950 e 1974 foram elaborados cerca de 6299 pareceres e destes cerca de 2137 estão em falta no arquivo. A título de exemplo, só no ano de 1973 faltam cerca de 303 relatórios num total de 667.

¹³ <https://ephemerajpp.com/> (consultado a 31 de março de 2016).

risco de poderem ir para fora de Portugal¹⁴. Se assim é, e se há e houve dispersão dos arquivos do SNI (e outros), importa deixar aqui um apelo para que a parte omissa deste património não desapareça definitivamente, para que de futuro se possa estudar com método e seriedade este período da nossa história recente.

Sem nos determos longamente na riqueza informativa oferecida por estes ficheiros, até por restrições de espaço e circunscrição do tema, uma breve análise aos dados dos mesmos revela que os anos em que foram pedidos mais pareceres a obras são precisamente os anos finais do regime, 1972 e 1973¹⁵, confirmando e deitando uma vez mais por terra “o mito de que a sanha persecutória baixou guarda com o marcelismo” (Melo 2005), cumprindo-se assim as instruções dadas por Gonçalo Rapazote, Ministro do Interior, em 1972, que apertava ainda mais o cerco a tipografias, livrarias e editoras¹⁶. Da mesma forma pode extrair-se a mesma conclusão no que diz respeito à Editora Moraes: foi precisamente no período do marcelismo que mais apreensões e proibições houve às obras publicadas.

Através da base de dados foi possível identificar um conjunto significativo de obras desta editora apreciadas pelos censores, tendo algumas delas sido proibidas de circular. Para algumas dessas obras existem inclusivamente pedidos de novos pareceres e um desdobramento de relatórios, expressando hesitações e dúvidas, o que mostra um *modus operandi* nem sempre eficiente e taxativo da máquina censória. Ao confrontar os títulos incluídos na *Relação* da Comissão do Livro Negro com a lista do investigador José Brandão e com os títulos dos relatórios encontrados no arquivo da Torre do Tombo, verificaram-se algumas discrepâncias e um aumento considerável do número de títulos proibidos da editora em estudo. Logo, cremos que não seja precipitada a inferência de que o mesmo se passe com as obras publicadas por outras editoras e a necessidade de elaborar uma relação exaustiva que cruze de forma sistemática todas as fontes e todos os documentos disponíveis.

¹⁴ Conforme se lê em <http://ephemerajpp.com/2011/12/02/cwnsura-relatorio-no-7444-14-de-fevereiro-de-1964-relativo-a-o-hospede-de-job-de-jose-cardoso-pires/>.

¹⁵ Em 1972 foram realizados 667 pareceres e proibidas de circular cerca de 111 obras, ou seja, cerca de 31% dos pareceres existentes no arquivo; por sua vez, em 1973 foram elaborados 489 relatórios e proibidas 43 obras, cerca de 20% do total de relatórios consultáveis. Seria interessante fazer a mesma operação para os restantes anos.

¹⁶ Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo 1980: vol. 1, 266-267.

Um olhar sobre os relatórios de censura aos livros publicados pela Moraes: alguns casos

Em todos os textos memorialísticos deixados por António Alçada Baptista onde se evoca a história da Moraes e, por extensão, da revista *O Tempo e o Modo*, é recordado o tema da censura, deixando claro que a censura prévia era um dos obstáculos maiores à publicação da revista:

o regime que existia na censura era o seguinte: as publicações periódicas iam à censura prévia e os livros não iam, mas podiam ser apreendidos. Nós, quando foi d'*O Tempo e o Modo*, para fugir a essa censura prévia, publicámos dois cadernos. O caderno sobre *O Casamento*, se hoje o lermos vê-se que é de uma ingenuidade de catequese, no entanto, não podem imaginar o escândalo que foi a publicação desse caderno que a PIDE apreendeu. Depois publicámos um outro sobre *Deus O Que É* e que não foi apreendido (Baptista 1988: 98).

Num outro texto, Alçada Baptista refere que “a censura o que tinha de pior era a sua completa arbitrariedade. [...] era difícil adivinhar um critério para os cortes da censura e o pior é que as provas tinham que ser apresentadas já impressas” (Baptista 2000: 69), comentário que justapõe a umas tantas anedotas sobre cortes censórios às cegas, revelando o desprezo que sentia pela figura do censor, não só pelo que em si mesma representava, como pela fraca qualidade intelectual das pessoas a quem tal tarefa estava confiada:

a Sophia traduziu um texto de Shakespeare que terminava assim:
– O fantasma avança. – Pára-o! Fá-lo parar Marcelo!
A censura cortou essa linha (Baptista 2000: 69).

Mas as consequências da censura na vida da Moraes terão ido bem mais além do que as dificuldades criadas à publicação. Com efeito, a frágil situação económica em que desde logo a editora terá caído, devido à falta de assinantes e aos exemplares não-vendidos que se acumulavam nos armazéns¹⁷, a ação da máquina censória sobre algumas das suas obras, proibindo-as, apreendendo-as e retirando-as de circulação, terá, porventura, agudizado ainda mais a sua já difícil situação financeira¹⁸. No já citado trabalho de José Brandão, é fornecido um gráfico¹⁹ com o *top* das editoras com mais livros proibidos,

¹⁷ O relato é feito na crónica anteriormente citada.

¹⁸ Para as consequências económicas das apreensões às editoras veja-se Pires 1977: 209.

¹⁹ Vd. <http://expresso.sapo.pt/actualidade/os-900-livros-que-a-censura-proibiu=f720543> (consultado em 2016.03.31).

surgindo a Moraes em 9.º lugar. Refira-se que a maioria das editoras incluídas neste gráfico existia há bem mais tempo do que a Moraes, não sendo claro se o seu autor teve em consideração a proporção entre o arco temporal em que cada uma das editoras mencionadas operou e o número de obras apreendidas. Ainda assim, e com o número que entretanto se apurou, a Moraes deverá estar entre as editoras com mais obras apreendidas/proibidas.

No total, e depois de se cruzarem informações oriundas de várias fontes, algumas das quais, porém, não passíveis de serem verificadas pelas razões já explicadas, chegou-se a uma lista com 34 títulos proibidos/apreendidos pelos Serviços de Censura, todos eles publicados pela Livraria Moraes Editora desde a sua “refundação” até à Revolução dos Cravos. Este número não é, obviamente, definitivo, não sendo certo, pelas circunstâncias em que o arquivo do SNI chegou aos nossos dias, que um dia seja possível obter todos os títulos de obras e números absolutos.

Em consonância com um dos aspetos mais caraterísticos que define esta editora, a grande maioria das obras proibidas são obras ensaísticas traduzidas de outras línguas²⁰ (sobretudo do francês, mas também do inglês e do italiano) e relacionadas com temas da atualidade, que cobrem âmbitos tão variados como a contestação política, a história, a moral e os costumes, a emancipação da mulher, o erotismo e a sexualidade, a religião, a ideologia (socialista e marxista), a pobreza. É precisamente a coleção que tem por nome “Temas e problemas”, com 11 títulos, que é a mais atingida pela censura, seguida de “O Tempo e o Modo”, a coleção que deu nome à revista, com seis títulos; e nem o emblemático “Círculo do Humanismo Cristão” escapa, com quatro títulos proibidos. As outras obras dividem-se por várias outras coleções, o que não é de estranhar visto a proliferação de coleções que faziam parte do projeto editorial de Alçada Baptista, por vezes à proporção de quatro obras para uma única coleção, como “Aventura interior”, à qual pertencem os *Manifestos do Surrealismo* de André Breton, incluído na lista Brandão²¹.

Na maioria dos casos das obras proibidas publicadas pela Moraes foi localizado o respetivo relatório, cuja leitura atenta deixa entrever alguns detalhes significativos, que emergem das excrescências do trabalho burocrático confiado ao censor-leitor, que devia controlar, comparar, ler, redigir e justificar.

²⁰ José Cardoso Pires defendia que os censores visavam principalmente o escritor nacional, revelando uma maior abertura aos autores estrangeiros e às obras traduzidas (in “O advogado da censura”, *Diário de Lisboa*, 12/6/1976). Também dois estudiosos põem em causa que assim fosse (Azevedo 1997: 201; Seruya, Moniz e Rosa 2009: 122). A censura não se dedicava apenas às obras de conteúdo ideológico perigoso, mas também às obras literárias em geral.

²¹ Não foi possível verificar se tal obra foi efetivamente apreendida ou proibida.

Não por acaso um deles, confrontado com um protesto de Alçada Baptista, alegando que fora proibida uma segunda edição de um livro cuja primeira edição já havia circulado livremente, chega mesmo a queixar-se de que os “Serviços não podem ter conhecimento de todos os livros que se editam no nosso País e que só podem, em boa verdade e justiça, ser moralmente responsáveis pela circulação dos que tenham sido submetidos à sua apreciação e julgamento²²”. O leitor-censor denuncia, assim, o seu próprio cansaço e, ao mesmo tempo que justifica a “falha” no sistema, acaba por denunciar a sua ineficiência. É sobre algumas destas obras e respetivos relatórios de leitura que agora nos iremos deter.

Seguindo os ditames legislativos e os princípios que guiavam a censura de livros²³, entre os grandes temas em que as obras proibidas se podem incluir está, inevitavelmente, o comunismo ou tudo aquilo que tivesse a ver com a ideologia socialista. Desta forma, foram, previsivelmente, proibidas obras que, já no título, mostravam o lado a que pertenciam, por exemplo: *O pensamento de Lenine* de Henri Lefebvre, *Os processos de Moscovo* de Pierre Broué, *O marxismo como moral* de José Luís Aranguren. O mesmo aconteceu ao livro *Uma aldeia da China Popular*, de Jan Myrdal²⁴, apesar do seu primeiro censor hesitar e afirmar não ser fácil “dar uma opinião segura” sobre o livro, chegando mesmo a pedir uma segunda opinião, por se tratar de “um livro que merece ser meditado dado o alcance dos temas e problemas que levanta”. O segundo censor prossegue com a atitude ambígua, oferecendo duas possibilidades: dar o livro como “Visto”, sem autorizar ou proibir, havendo nesta hipótese a “vantagem em que a Censura se não apresente como intolerante proibindo um livro no qual a propaganda comunista é fraca”; ou proibir o livro, “o que se justifica pelo facto de a sua edição em português constituir uma especulação política oriunda de um sector que é fértil em atitudes indesejáveis”. Apesar desta interessante preocupação pela boa imagem pública dos Serviços de Censura, o segundo leitor-censor opta pela proibição.

Este mesmo grupo “fértil em atitudes indesejáveis” daria a lume a primeira obra da pensadora francesa Simone Weil traduzida em Portugal, *Opressão e liberdade*, incluída na lista Brandão, mas cuja efetiva proibição não foi possível confirmar. No entanto, foi localizado o relatório relativo a uma obra

²² Quem o diz é o Capitão José Pereira de Mello, no relatório à obra *O fim da utopia* de Herbert Marcuse, em 2/12/1970.

²³ Cf. Gomes 2006: 68-69.

²⁴ PT/TT/SNI-DSC/35, Rel. n.º 7860 de 22/7/1966 e Rel. n.º 7860 (BIS) de 19/8/1966.

anterior da mesma autora, *Écrits historiques et politiques*, na sua edição original, proibida e rotulada de pura “propaganda comunista²⁵”.

Outro dos temas proibitivos dizia respeito à moral e aos costumes, ao erotismo e sexualidade e à emancipação da mulher. Neste âmbito, uma das obras mais emblemáticas da Moraes proibida de circular foi *O erotismo* de Georges Bataille, uma “obra vasta de estudos com base filosófica sobre o ‘erotismo’”, mas, contudo, “altamente nefasta” (rel. nº 7880 de 29/9/1966). Outros exemplos são o polémico segundo caderno da revista *O Tempo e o Modo*, sobre o casamento, de cujo relatório apenas se encontrou apenas a capa, e *O livro branco do aborto*, da coleção do *Le Nouvel Observateur*.

Tudo o que respeitasse ao mundo estudantil e aos movimentos universitários era igualmente sancionado. Quando “o movimento estudantil começou a erguer-se contra o regime foi, por exemplo, proibida na imprensa a inclusão de palavras como ‘juventude’, ‘estudante’ e o próprio ‘movimento estudantil’” (Pimentel 2007: 34). Neste âmbito encontramos a obra de Marcuse *O fim da utopia*, com direito a dois relatórios: um para a edição brasileira²⁶ e um para a edição portuguesa²⁷. Ambas as edições foram proibidas de circular no país, tendo o editor reclamado da proibição, alegando que a edição portuguesa não deveria ser proibida, por não ser igual à brasileira. Embora ambas tenham em comum apenas uma parte (precisamente a que origina o título), Alçada Baptista tenta recorrer a uma estratégia, esperando que a diferente “montagem” do livro alterasse a sua essência aos olhos do censor. No entanto, tal não se verificou. A mesma sorte sofreu a obra *Os estudantes*, de Pierre Gaudez, traduzida em 1965 por Vasco Pulido Valente, que descreve e louva a ação da agremiação sindicalista dos estudantes franceses e onde, uma vez mais, há uma referência explícita à opção cívica e política dos editores da Moraes, que “enveredam por um caminho inconveniente e de nítida oposição à ética universitária nacional²⁸”. Não por acaso os católicos estiveram presentes nos movimentos académicos dos anos 60, lado a lado com comunistas, independentes e outros²⁹, fazendo ressoar também em Portugal os ecos do Maio de 68.

²⁵ PT/TT/SNI-DSC/35 Rel. nº 6555 de 12/4/1960.

²⁶ PT/TT/SNI-DSC/35 Rel. nº 8888 de 23/10/1967.

²⁷ PT/TT/SNI-DSC/35 Ofício nº 1841/70 de 2/12/1979.

²⁸ PT/TT/SNI-DSC/35 Rel. nº 7554 de 22/5/1965.

²⁹ Rezola 1996: 138.

Uma editora católica a braços com a censura

Ao percorrer estas mais de três dezenas de relatórios, conclui-se que, ante a censura, os temas mais fraturantes do catálogo da Moraes são, sem dúvida, a paz e a religião, sendo estas as matérias que mais obras proibidas originaram. A título de exemplo, o relatório 7705 de 3/3/1966 refere apenas que *Catolicismo de vanguarda* (Domenach, Montvalon 1965) foi diretamente proibido “por ordem de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho”, sem qualquer outra indicação. Domenach era um autor fundamental para o grupo da Livraria Moraes, enquanto ativista da primeira vaga de católicos progressistas na Europa³⁰, pelo envolvimento, durante a guerra, contra a infiltração do nazismo na juventude francesa, pela organização da Resistência na Universidade de Lyon, e sobretudo pelo cargo de secretário de redação da revista *Esprit*³¹, que servira de inspiração e modelo a *O Tempo e o Modo*.

Ao folhear *Catolicismo de vanguarda*, não é difícil perceber o que é que nesta “vanguarda” incomoda ao censor: capítulos inteiramente dedicados a temas como “A luta contra o Colonialismo” e “A terra inteira, a sua violência e a sua paz” reportam diretamente para a ocupação francesa da Argélia, para as torturas praticadas, estendendo-se depois para toda a África Negra e Ásia³². Um telegrama telefonado da Comissão de Exame Prévio do Porto de 27/1/1969 dá conta de quanto Domenach fosse *persona non grata* ao regime: “Jean-Marie Domenach – TUDO CORTADO. Está proibido de entrar em Portugal” (Príncipe 1979: 43).

Já na obra de Danilo Dolci, *Para um mundo novo* (relatório nº 8132 de 22/8/1967), o leitor-censor Joaquim Palhares escuda a sua decisão numa impressão vaga de que no livro se defendem “teses pacifistas de suspeita intenção, se desenvolvem teorias católico-progressistas pouco construtivas e se apela para objeções de consciência subversivas”, sem nunca, porém, descrever ou precisar que teorias e teses são essas. Com efeito, parece que apenas o epíteto “católico-progressista” e o adjetivo “pacifista” por si só põem o censor de pré-aviso, como sendo sinónimos certos de subversão.

³⁰ Aliás, no catálogo da Moraes estão representados teólogos-chave da assim-chamada “primeira vaga” do Catolicismo progressista na Europa, como Mounier, Maritain, Marie-Dominique Chenu, Yves Congar, Teilhard du Chardin, entre outros (cf. Horn 2008).

³¹ Domenach juntou-se à *Esprit* a pedido de Emmanuel Mounier em 1946, e veio mais tarde a ser diretor ao lado de Alber Béguin, iniciando uma nova série de *Esprit*, por morte deste, em 1957.

³² Lembre-se em 1962 a assinatura do armistício entre França e Argélia, com contrapartidas para a França.

Neste contexto, outra obra importante é *A quinta causa – os católicos e os direitos do Homem: peças de um processo*, de Francisco Salgado Zenha (relatório 8670, de 22/10/1969), publicado pela Moraes no mesmo ano, que remete na sua totalidade para peças processuais inclusas no procedimento criminal instruído pela PIDE³³ em 1959 contra um grupo de católicos que, no dia 1 de março do mesmo ano, assinaram e divulgaram um manifesto impresso intitulado *Os serviços de repressão do regime empregam métodos que uma consciência humana bem formada não pode tolerar e um espírito cristão tem necessariamente de repudiar*. No documento, dirigido diretamente a Salazar, citam-se artigos estrangeiros onde se relatam casos de perseguição e de repressão policial nas colónias, denunciam-se métodos de tortura e de censura, louvando-se, concomitantemente, a coragem dos comunistas. Por fim, interpelam de forma desafiadora o Presidente do Conselho dizendo:

Senhor Professor Doutor Oliveira Salazar: Os signatários julgam interpretar o sentido de um largo sector da opinião pública e de um autêntico espírito cristão ao porem a V. Ex.^a e a si próprios um problema de consciência. O que expuseram é suficientemente grave e a doutrina que invocaram suficientemente clara para que, a V. Ex.^a e a si próprios, já não seja legítimo um silêncio prudente ou um pretenso realismo político. [...] em nome dos princípios cristãos a que, como católicos, V. Ex.^a e eles próprios aderem acima de tudo, julgam dever da sua consciência exigir um esclarecimento amplo, total e definitivo às questões que levantam. Fazem-no sabendo que V. Ex.^a como político deverá um dia responder perante a História; e, sobretudo, como homem e cristão, terá de ser julgado por Deus (AAVV 1959: 29-30).

Assinado por 45 pessoas, entre as quais o Padre Abel Varzim, Alberto Vaz da Silva, António Alçada Baptista, Francisco Lino Neto, Francisco Sousa Tavares, João Bénard da Costa, Escada, Manuel de Lucena, M.S. Lourenço, Nuno Teotónio Pereira, Sophia de Mello Breyner, o livro está astutamente montado pelo autor, que foi também advogado de defesa dos réus, pois, de facto, tem apenas material processual já conhecido e constante dos autos que, na sua maioria, foi compilado e redigido pela própria polícia. O processo acabou por ser arquivado por despacho do juízo criminal, em consequência da amnistia decretada em 12/11/1960, mas o Capitão Pereira de Mello, ao fim de dez anos, proíbe veementemente a obra por tratar-se de:

³³ O manifesto deu depois origem ao processo SC-PC-588/59, depositado no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

um panfleto de ataque político, de ataque imediato à P.I.D.E. e mediatamente, ao Governo que a instituiu, mantém e protege defensivamente, pois, segundo o Autor, o Governo é solidariamente responsável por todos os actos de violências ilegais imputados à P.I.D.E.. [...] Todo o folheto é uma obra de mal-intencionado ataque descabelado à instituição considerada uma das mais fiéis servidoras do regime político-social português, ataque que me parece (sobretudo nas actuais circunstâncias ou momento político) de impedir, com a proibição do panfleto inconvenientíssimo.

Uma outra obra cujo título já por si é perigoso, *Cristianismo e marxismo no mundo de hoje* (Paulus-Gesellschaft 1969), um colóquio-diálogo organizado pela sociedade Paulus-Gesellschaft em Salzburgo em 1965, onde participaram diversos teólogos cristãos e intelectuais marxistas, foi objeto de dois pareceres em anos consecutivos. No primeiro, de 1970³⁴, o leitor-censor, amedrontado pelos argumentos “mais incisivos” apresentados pelos comunistas, propõe de imediato a proibição. No segundo, de 1971³⁵, o texto do censor é, no mínimo surpreendente e até mesmo “progressista³⁶”:

Todo o livro [...] assume um carácter especializado. Ora as pessoas já com opiniões formadas não parece que este livro venha alterar a sua forma de pensar. E os restantes não irão para além das primeiras páginas. Aliás, o tema é interessante e não parece possível querer impedir os portugueses de tomarem contacto com todos os problemas, invocando a sua falta de preparação.

No fim, o censor encerra o seu parecer concluindo que a circulação do livro deve ser autorizada. No entanto, num despacho manuscrito e assinado por outrem, é mantida a proibição.

Ainda antes do assassinato de Martin Luther King em 1968, mas já depois de ter recebido o Prémio Nobel da Paz em 1964, publicou a Moraes, em 1966, o seu primeiro livro de sermões *Força para amar* de 1963. Apesar do ataque feito ao comunismo (“o Comunismo e o Cristianismo são fundamentalmente

³⁴ PT/TT/SNI-DSC/35 Rel. n.º 8726 de 30/3/1970.

³⁵ PT/TT/SNI-DSC/35 Informação de serviço n.º 58-DGI/GE de 16/4/1971.

³⁶ Ernesto Moura Coutinho é autor, neste ano, de outros pareceres semelhantes, onde se vislumbram alguns sinais de abertura e até de alguma lucidez. Veja-se o n.º 107-DGI/GE/71, acerca da obra *Marx depois de Marx*, de Pierre e Monique Favre: “O combate à penetração do ideário marxista não pode ser conduzido impedindo-se a divulgação de livros como o presente. Deverá antes promover-se o conhecimento de livros como aquele que se referiu”. Outro exemplo é o parecer 78-DGI/GE/71, sobre a obra *A condição masculina e a emancipação da mulher*, de Catherine Valabrègue: “Esporadicamente, faz-se a defesa do controlo de nascimentos e das experiências sexuais pré-conjugais, o que hoje em dia, embora discutível à luz da moral cristã, já de modo algum se pode considerar como chocante”.

incompatíveis [...] porque as duas filosofias são antitéticas” – King 1966: 164), criticam-se veementemente a Igreja e o colonialismo: “nem sempre a Igreja foi fiel à sua missão na questão da justiça racial; nesse campo, falhou miseravelmente perante Cristo. [...] Se a Igreja Cristã se tivesse realmente oposto, nunca o colonialismo teria durado tanto”, afirmando mesmo mais adiante: “Quando os futuros historiadores disseram que, em pleno século XX, a Igreja era um dos maiores baluartes da supremacia racial considerar-se-á isto, decerto, como um dos maiores dramas da história cristã” (King 1966: 170-171). Na contracapa alerta-se o leitor para o “grave momento de crise colectivo”, mas nem o imperativo do amor, “no seu sentido mais lato, mais profundo e mais cristão” salvou a obra da apreensão.

Proibida de circular³⁷ foi também a obra *Evangelho e Igreja: a história do Isolotto*, sobre o percurso da Comunidade de Isolotto, desde o nascimento da paróquia (1954) até ao processo por delito de perturbação de funções religiosas (1968-1969), descrevendo todas as suas ações pela paz. O processo deu-se na sequência do apoio dado à ocupação da Catedral de Parma por parte de um grupo de jovens católicos, a quem a comunidade escreveu uma carta:

Vivemos numa Igreja que não tem como alicerce os pobres, os oprimidos, os rejeitados, aqueles que têm fome e sede de justiça. A hierarquia e a parte oficialmente mais responsável da Igreja não pertencem ao mundo dos pobres, dos desprezados, dos oprimidos (Comunidade de Isolotto 1970: 140).

O nº 8660 é atribuído a um relatório datado de 7/1/1970, que se refere ao opúsculo intitulado *Se Cristo visse... Um grupo de cristãos escreve ao Papa*, publicado pela Moraes em 1969, tradução de um manifesto assinado por um grupo de cristãos, em França, em 1968. Dizem os seus signatários:

Escrever para nós é um dever. Queríamos derrubar este muro que vos separa do povo cristão e falar-vos com toda a franqueza. [...] O cristão tem atualmente necessidade de viver numa Igreja verdadeira; para ele a Igreja não é um simples enquadramento dentro do qual ele lá vai vivendo a sua vida espiritual a sós com Deus. Não! Para ele, viver em comunhão com Deus é inseparável de viver em comunhão com os irmãos, com a Igreja, com os homens. É por isso que tudo o que é falso, contradição com o Evangelho, escândalo na Igreja, é sentido pelo cristão de hoje, ao mesmo tempo como um golpe que o atinge no centro vital da sua fé e como uma doença do corpo eclesial que o debilita (AAVV 1969: 6-7).

³⁷ De acordo com os Correios e Telecomunicações de Portugal, Direcção dos Serviços de Correios, em 11/5/1971 (cf. Príncipe 1979: 135).

Mais adiante, e a partir desta premissa enunciada, são destacadas algumas contradições fundamentais, que denunciam e põem a descoberto factos como a intromissão na política por parte da Igreja, acusando-a de não ter renunciado ao seu poder temporal; o desrespeito pelos homens; a negação de Cristo e do seu voto de pobreza e, por fim, o falseamento da “Igreja Fraternidade” pela “Igreja-Sociedade”, pela Igreja “que quer ser tudo”.

Como se o seu conteúdo não fosse, por si só, problemático para os poderes então vigentes, na última página do mesmo opúsculo, contudo, o editor expõe-se ainda mais e imiscui-se na publicação através de uma pequena nota, que o torna cúmplice da provocação e agente da subversão, incitando directamente os leitores à mobilização:

Esta carta foi inicialmente assinada por 744 cristãos, em França. Antes de ser tornada pública, foi entregue ao Núncio em Paris para ser transmitida ao Papa e foi também enviada directamente a Roma. Continua a fazer-se em França e começa a fazer-se em Portugal a recolha de assinaturas (que também serão transmitidas a Roma) de cristãos desejosos de fazerem ouvir a sua voz na Igreja. Podem enviar-se adesões (com nome e morada bem legíveis), para: “Carta ao Papa”: Av. 5 de Outubro, 297-1º DTO. Lisboa (AAVV 1969: s.p.).

Na Direcção-Geral de Segurança, a reacção não se fez esperar e o processo teve um tratamento algo inusual. A primeira apreciação, do Capitão Pereira de Mello, propõe de imediato a proibição da obra, dizendo tratar-se de uma “especulação político-social-religiosa, de autoria anónima, mas de editor já desmascarado ou marcado”, que constituía por si só “um ataque violento e virulento contra o Vaticano, nas suas duas personalizações integrantes: o aparelho eclesiástico e a mentalidade romana, ou seja: a orgânica e a tradução filosófico-religiosa da doutrina católica-apostólica-romana”. Logo no dia seguinte, uma informação urgente da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, apensa ao primeiro relatório, pede mais informações sobre a mesma brochura, que se traduz numa segunda apreciação, manuscrita, no dia sucessivo. Nesta informação de duas páginas, é dito que a carta endereçada por um grupo de católicos progressistas franceses ao Papa fora divulgada meses antes pelo “movimento semiclandestino” GEDOC, tendo sido apreendida.

No entanto, as considerações feitas pelo censor-leitor não são tão taxativas e perentórias quanto se poderia pensar, deixando largas margens para a dúvida e expressando hesitações relativamente à posição a tomar. Na verdade, com este movimento, o próprio censor-leitor levanta as mesmas questões

que se evocam no folheto e, sem querer, confirma as acusações diretamente feitas, numa sùmula de ambiguidade e desorientação:

Poderá alegar-se que esta publicação tem só carácter religioso. Não é assim. Trata-se de um ataque cerrado à Igreja, procurando provar a existência dum compromisso entre a Igreja e a Política. A Igreja será um instrumento de manutenção da ordem política ao serviço do capitalismo. Há certa inconveniência na circulação deste folheto, que, no entanto, fará mais mal à Igreja do que ao Estado. Agradecerá, no entanto, aquela a sua apreensão? Ou virá depois clamar em favor da liberdade de Informação? É difícil emitir um parecer sobre o assunto. Pois se há bispos que são contra a censura! Conclusão: Não sei se é costume em casos como este consultar alguma autoridade religiosa. Não seria errado fazê-lo, para amanhã algum alto dignatário da Igreja não protestar contra os métodos da Censura e a falta de liberdade.

Uma importante conclusão a tirar e que emerge claramente destas palavras será que, por aquela altura, o preceito enunciado por José Timóteo Bastos, em 1926, que punha a Religião e o Estado de mãos dadas pelos tempos fora, começava a dar mostras de alguma fragmentação³⁸, vendo-se o Estado na posição de ter de proteger a Igreja de si própria. E embora o pensamento e a ação continuada destes grupos, através de várias iniciativas e suportes, não se pudesse equiparar a uma verdadeira “desintegração gradual” do apoio católico ao regime, é inequívoco este “esforço ativo de uma minoria de católicos isolados” contra a “colaboração duradoura da Igreja institucional com o Estado Novo” (Simpson 2014: 230), tal como é inequívoco o seu efeito corrosivo no meio político e social de então.

Notas finais

É possível fazer um percurso pela história dos movimentos de contestação das décadas de 50 a 70 e compreender a razão pela qual a Moraes acompanha a história da oposição ao regime, fazendo parte de um processo de tomada de consciência cada vez mais alargado, dentro do qual se foram promovendo várias iniciativas e organizando diversos movimentos (Pereira 1994: 29). O início deste ciclo poderá ser marcado pela campanha eleitoral de Humberto Delgado em 1958, ano em que coincidentemente a Moraes começou a

³⁸ “Religião e Estado, quase sempre bem-avindos pelos tempos fora, poucas vezes incompatíveis [...] conseguiram impor disciplinas de ferro ao intelecto humano pelo crime de insubmissão ou irrespeito àqueles dois poderes” (Bastos 1983: 15).

sua atividade editorial, culminando, 14 anos depois, na ocupação da Capela do Rato. Alçada Baptista, “editor desmascarado ou marcado”, e esse “grupo fértil em atitudes indesejáveis”, de acordo com os Serviços de Censura, eram efetivamente considerados uma ameaça, ficando claro que havia uma atenção particular às suas publicações e iniciativas, que expressavam em diversos planos uma preocupação de intervenção ideológica e cultural, ameaça essa materializada no grande número de obras proibidas/apreendidas.

Miller Guerra, na sessão parlamentar de 29 de julho de 1971, perguntava-se “Como é que a criação literária, artística, científica, as ideias sociais e políticas, numa palavra, a cultura intelectual, pode prosperar nos períodos históricos dominados pela censura?” (Guerra 1972: 309). A resposta prende-se, em primeiro lugar, pela relativa ineficácia da censura à literatura nacional e estrangeira, que dependia do acaso dos livros escolhidos, dos despachos superiores, das denúncias, das intervenções da polícia e da comunicação entre as várias delegações da censura espalhadas pela metrópole e pelas colónias. A isto aliava-se a subjetividade e a competência dos censores, pois através da sua escrita percebemos a oscilação dos critérios, as dúvidas. Se, por vezes, a decisão é óbvia, por vezes o censor hesita, tenteia o livro, abrindo-o com estilete e tentando as suas vísceras com zelo e precaução.

Por outro lado, histórias como a da Moraes, livraria e editora, e seus projetos, sobretudo *O Tempo e o Modo*, mostram que as ideias e os livros, apesar de todos os constrangimentos e do baixo volume de vendas, efetivamente circulavam, tendo deixado marcas profundas na história cultural do século XX português. Estes (e outros) livros influenciaram mentalidades, combateram também eles na guerra, participaram na revolução e ajudaram a depor ditadores. E é por isso que a história dos livros estará sempre, indelevelmente, ligado à história das pessoas, dos povos e até dos países.

Bibliografia

AAVV (1959). Os serviços de repressão do regime empregam métodos que uma consciência humana bem formada não pode tolerar e um espírito cristão tem necessariamente de repudiar. Lisboa: Moraes.

AAVV (1969). Se Cristo visse... Um grupo de cristãos escreve ao Papa. Lisboa: Moraes.

ALMEIDA, João Miguel (2008). A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974). Lisboa: Nelson de Matos, 2008.

ALVIM, Maria Luísa (1999). Livros portugueses proibidos no regime fascista: bibliografia. Braga: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Associação dos Editores e Livreiros Portugueses (1974). Relação das obras cuja circulação esteve proibida em Portugal durante o regime Salazar/M. Caetano, de harmonia com as indicações que foram sendo fornecidos pelas direcções dos Serviços de Censura e Direcção Geral de Informação. [S.l.]: AELP.
- AZEVEDO, Cândido de (1977). Mutiladas e proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo. Lisboa: Caminho.
- AZEVEDO, Cândido de (1999). A censura de Salazar a Marcelo Caetano. Lisboa: Caminho.
- BAPTISTA, António Alçada (1988). “Vida e morte da Moraes”, *Alter/Ego*, 5, 93-98.
- BAPTISTA, António Alçada (2000). A pesca à linha. Lisboa: Presença.
- BARATA, Clara; QUEIRÓS, Luís Miguel (1994). “Os livros da resistência”, *Público*, 11/6, 1-4 (Suplemento Leituras).
- BASTOS, José Timóteo (1983). História da censura intelectual em Portugal. 2ª ed. Lisboa: Moraes.
- BRANDÃO, José (2001). “Os 900 livros que a censura proibiu”, *Expresso*, 21/4, Em linha: <http://expresso.sapo.pt/actualidade/os-900-livros-que-a-censura-proibiu=f720543> (consultado em 2016.02.12).
- Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1980). A política de informação no regime fascista. [S.l.]: CLNSRF.
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1981). Livros proibidos no regime fascista. [S.l.]: CLNSRF.
- Comunidade de Isolotto (1970). Evangelho e Igreja: a história do Isolotto. Lisboa: Moraes.
- COSTA, João Bénard da (2003). Nós, os vencidos do catolicismo, Coimbra: Tenacitas.
- CRAVINHO, João (2004). “Compreender João Rabaça”, in *Recordando José Rabaça*. Lisboa: Multimédia.
- DOMENACH, Jean-Marie; MONTVALON, Robert (1965). Catolicismo de vanguarda. Lisboa: Moraes.
- FERRÃO, Manuela; OLIVEIRA, Susana; FONSECA, Teresa (org.) (2015). Livros proibidos no Estado Novo. 3ª ed. revista, Lisboa: Assembleia da República.
- GOMES, Joaquim Cardoso (2006). Os militares e a censura. Lisboa: Livros Horizonte.
- GUERRA, Miller (1982). Progresso na liberdade. Lisboa: Moraes.
- HORN, Gerd-Rainer (2008). Western European liberation theology. The first wave 1924-1959. Oxford: Oxford University Press.
- KING, Martin Luther (1966). Força para amar. Lisboa: Moraes.
- LOPES, Joana (2007). Entre as brumas da memória. Pref. Pedro Tamen. Lisboa: Âmbar.
- MEDEIROS, Nuno (2008). “Editores e Estado Novo: O lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros”, *Análise Social*, 43 (4), 795-815.
- MELO, Daniel (2005). A comunicação distorcida (ou a censura exemplar ao jornal Notícias da Amadora, 1958-1974, *Notícias da Amadora*, 10/3. Em linha: <http://64.71.144.19/nad/artigodossaut.php?eaid=912&codaut=censura16&lng=pt> (consultado em 2016.02.16).

- MORAIS, José Domingos (2007). “Uma açorda em Paris”, in AAVV, António Alçada Baptista. Lisboa: Presença e CNC, 110-116.
- PAULUS-GESELLSCHAFT (1969). Cristianismo e marxismo no mundo de hoje. Lisboa: Moraes.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1994). “O longo caminho até à Capela do Rato”, Seara Nova, 48/49/50, 29-32.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2007). “A censura”, in João Madeira (coord.), Vítimas de Salazar. 2ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 33-71.
- PIRES, José Cardoso (1977). E agora, José? Lisboa: Moraes.
- PRÍNCIPE, Carlos (1979). Os segredos da censura. 3.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- REZOLA, Maria Inácia (1996). “Católicos progressistas”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), Dicionário do Estado Novo. Vol. 2. Venda Nova: Bertrand Editora, 137-139.
- RODRIGUES, Graça Almeida — Breve história da censura literária em Portugal. Lisboa: ICLP, 1980.
- SERUYA, Teresa; MONIZ, Maria Lin; ROSA, Alexandra Assis (org.) (2009). Traduzir em Portugal durante o Estado Novo. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- SIMPSON, Duncan (2014). A Igreja católica e o Estado Novo salazarista. Lisboa: Edições 70.
- TAMEN, Isabel (org.) (2006). A aventura da Moraes. Lisboa: Centro Nacional de Cultura.

Arquivos digitais consultados

Digitarq: <http://digitarq.arquivos.pt/>

Ephemer: <http://ephemerajpp.com/>

A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência

Salazar's censorship and the colonies: a comprehensive example

DANIEL MELO

Bolseiro de pós-doutoramento da FCT-MCTES
CHAM – FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores
daniel.melo@fcs.unl.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 04.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 19.07.2016

Resumo: Este artigo pretende contribuir para o reforço da nossa compreensão sobre um tema ainda pouco explorado na academia portuguesa, o da censura salazarista, através do estudo da sua ação nas colónias. Nele propõe-se uma síntese problematizante da censura no Império, de modo a aferir o seu impacto e a devolver um retrato mais complexo da esfera pública portuguesa em contexto ditatorial. A censura oficial é caracterizada a partir de três eixos relevantes: origens e evolução; justificação, institucionalização e perfil; principais efeitos políticos, socioculturais e mentais. O olhar comparativo permitirá perceber até que ponto as eventuais semelhanças e diferenças nas censuras institucionais criadas por outros regimes autoritários afins tiveram relações com a genealogia, o perfil ideológico e o tipo de impacto causado.

Palavras-chave: censura, Estado Novo, história do livro e da edição, colónias, ditaduras.

Abstract: This article aims to contribute to strengthening our understanding of a subject still little explored in Portuguese academy, the censorship under Salazarism, through the study of its action in the colonies. It proposes a problematizing synthesis of censorship in the Empire, in order to assess its impact and to accomplish a more complex portrait of the Portuguese public sphere under dictatorship. Official censorship is characterized from three relevant axes: origins and evolution; justification, institutionalization and profile; major political, socio-cultural and mental impacts. The comparative approach will allow to realize to what extent the possible similarities and differences in institutional structures created by similar authoritarian regimes had relations with genealogy, the ideological profile and the type of impact created.

Keywords: censorship, Estado Novo, book history, colonies, dictatorships.

Introdução

A censura no Império colonial português durante a ditadura de Salazar foi diferente da verificada noutros impérios contemporâneos, primeiramente por ser exercida sob uma ditadura. Além disso, foi uma das mais longas ditaduras do século XX (1926-1974), o que agravou a sua influência. Foi assim possível aperfeiçoar e acentuar o papel do censor no ordenamento colonial, conferindo-lhe um lugar central nos processos de dominação.

O aparelho estatal foi sendo melhorado de modo a que nenhum *media* escapasse à vigilância censória oficial: censura a jornais inoportunos ou que pisaram o risco, mas também à cultura impressa com longa tradição (livros e revistas), às indústrias culturais do espetáculo (teatro e cinema) e às outras formas de comunicação (correio, telecomunicações, etc). Teve também abrangência territorial, estendendo-se às colónias. Este aspeto tem sido descurado pela literatura, em boa medida pelo efeito da *vox populi* e pela apreciação da censura numa perspetiva quantitativista. Mas porquê este divórcio tão acentuado? Quais as suas causas e efeitos?

O presente estudo visa contribuir para colmatar essa lacuna através duma abordagem centrada na tese do uso eficiente/calculista da censura por parte do poder como via racional garante do melhor custo-benefício e da sobrevivência do regime e da nação em toda a sua extensão, o que implicou intervir nos territórios sob administração segundo ritmos e lógicas particulares mas complementares, atendendo às suas especificidades e contextos locais. Nesse sentido, proponho uma síntese problematizadora da censura no Império português sob a ditadura salazarista, a partir de 2 eixos relevantes: 1) origens, evolução, conteúdos e impactos políticos, socioculturais e mentais; 2) articulação com os outros instrumentos. Recorrer-se-á, por fim a uma abordagem comparativa com outros regimes ditatoriais afins, com e sem Impérios coloniais, para se perceber melhor até que ponto as eventuais semelhanças e diferenças nas censuras oficiais tiveram relações com a genealogia, o perfil ideológico e o tipo de impacto causados, bem como com a existência do próprio Império colonial. Busca-se assim devolver um retrato mais complexo da esfera pública portuguesa em contexto imperial e ditatorial, bem como de eventuais interações com regimes, impérios e experiências afins.

A censura oficial sob a ditadura salazarista teve um carácter abrangente e marcante, articulando em especial dois tipos de censura: a “censura prévia”, que correspondeu à censura na pré-publicação (i.e., “o controlo do material antes de ser publicado”) e a “censura repressiva” ou pós-publicação (i.e.,

o corte da “disseminação e recepção do material após ter sido publicado”) (Müller 2004: 4). Há ainda a considerar a censura *ad hominem*, que ofuscou certas individualidades, bem como a repressão via polícias e via penalizações logísticas¹.

A genealogia é crucial para se perceber que legitimidades e caldo cultural viabilizam a censura, não só a oficial, para se perceber o grau de incrustação social, em que se inspira e como prolonga as situações de exceção: as conjunturas bélicas e a defesa da “ordem” social e política e da integridade territorial no quadro dos impérios coloniais.

Procurar a filiação da censura permite perceber a sua persistência na história portuguesa, primeiro, através da Inquisição, que associou censura religiosa e régia (de 1536 a 1821). A censura religiosa em Portugal acompanhou orientações exteriores, como o *Index Librorum Prohibitorum*, lista de publicações proibidas elaborada pela Igreja Católica em 1559 e vigente até 1966. Na época moderna, as questões políticas foram o cerne da censura oficial apenas num curto período de tempo, 1768-87, quando o governante Marquês de Pombal aboliu a Inquisição e impôs o monopólio da censura régia, através da novel instituição Real Mesa Censória². A censura (pontifícia e real) foi abolida pelos liberais em 1821-1822, mas regressou na forma de censura prévia após a Vilafrancada, em 1823 e, com mais intensidade, no consulado do rei D. Miguel I (1828-34) (Tengarrinha 1993: 73). Apesar da condenação formal da censura, sob o liberalismo recorreu-se a ela episodicamente para neutralizar a dissidência política (em especial com as leis de imprensa do cabralismo e do consulado de João Franco; cf. Garcia 2009: 53), tornando-se potencialmente genérica no quadro da censura militar em contexto violento/ bélico (v.g., fortes conflitos políticos, intentonas militares e insurreições populares). Sob a I República, revogou-se a nefasta lei de imprensa de 1907, mas voltou a possibilitar-se a censura repressiva (mormente via legislação de 9 e 12/7/1912). Ademais, a censura militar destacou-se sob a I Guerra Mundial e procurou banir todo o tipo de informação (sobretudo da imprensa) que pudesse ser interpretada como ameaçadora para a ordem ou integridade nacionais. Cessou em 1919, mas a perseguição pontual a jornais prosseguiu até ao fim do regime (Peixinho, Santos 2011: 160-174).

¹ Por exemplo, confisco dos livros em *stock*, fecho de tipografia, etc; ver listagem em César 2012: vol. 1, 118-20.

² Neste último ano é substituída pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame dos Livros e em 1794 a censura volta à estrutura tripartida do século XVI – pontifícia, real e episcopal (Garcia 2009: 51).

Todavia, o quadro colonial português afirmou uma especificidade face à “metrópole”: a censura e a repressão à dissidência política foram amiúde justificadas enquanto neutralização de ameaça à “ordem” social e política e à integridade territorial, argumento que na metrópole apenas foi assumido em contexto excepcional, de confronto bélico com outros países ou durante a Guerra colonial. Esta singularidade evidenciou-se, por exemplo, no quadro da emergência do nativismo e das soluções autonomistas na Angola de finais de oitocentos ou no pós-I Guerra Mundial e até 1930 (Rodrigues 1994; Bittencourt 2000); ou no quadro da procura da emancipação na/pela imprensa de Moçambique colonial para os mesmos períodos (Capela 1996; Zamparoni 1998: 210-215). A revolta militar que deflagrou nesta colónia em 1895 causou outra revolta na Índia Portuguesa, por recusa de embarque de tropas locais, com graves repercussões: estado de sítio, suspensão de garantias e supressão da imprensa periódica até 10/1897 (Lobo 2013: 72). Estes surtos censórios repetiram-se episodicamente, incluindo na I República³. Com o Estatuto político, civil e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique (decreto 12533, de 1926, reformulado pelo decreto 16473, de 1929) e o Acto Colonial de 1930, foi o próprio regime quem ameaçou a integridade territorial e social no sentido da fratura nacional, uma vez que os autóctones das colónias passaram a ter um estatuto subalterno face aos da metrópole, divididos entre “civilizados” e meros “indígenas” sem acesso à cidadania, o grosso da população, o que motivou ressentimento, contestação e reforço dos nacionalismos em cada colónia e ajuda a explicar a reacção da imprensa e o novo pico censório (Lobo 2013: 490).

Enquanto fenómeno estrutural, refere-se a ameaça à “estabilidade social” como a “preocupação mais lata” de “todos os regimes de censura vigentes em Portugal até ao final do Estado Novo” (Garcia 2009: 50). Concordando com tal assunção, ressalvo que concebo a “<ordem> social” como algo de mais profundo do que a “estabilidade social”, no sentido em que aquela trata da auto-incorporação da ideologia ao ponto da naturalização das desigualdades de género, de classe, de etnia, de casta, etc, por parte de toda a sociedade, e não só da manutenção duma “paz podre” no seio da comunidade. Daí ter defendido atrás que foi essa precisa acepção que funcionou como uma justificação recorrente, junto com a integridade territorial, para a censura no Império.

Houve ainda outros tipos de censura com forte impacto nos quadros mentais e sociais. Desde logo, a censura económica, influente junto dos jor-

³ Lobo 2013: 198, 225, 230-231, 366, 425-426, 478-480, 491 e 500.

nais e exercida pelos empresários e administradores desses mesmos órgãos pretextando a sobrevivência da empresa. Depois, a autocensura, muito determinada pela anterior, no caso dos jornalistas e outros colaboradores de jornais, mas também praticada por escritores e outros intelectuais e artistas, aqui remetendo para a relação com a censura oficial e com a censura dos editores, programadores, etc⁴. Por fim, a censura social, moral ou ideológica, exercida sobretudo por certos segmentos da sociedade civil lusa, como especialistas ligados à Igreja Católica ou especialistas do livro e da leitura, como os bibliotecários e os professores. A censura moral tinha conexões internacionais, como no caso dos tratados internacionais em torno da censura da obscenidade, que também vincularam Portugal⁵.

Enquadramento teórico: censura, censuras

O presente estudo assume uma concepção inclusiva de censura, com base na supressão da liberdade de expressão pela ação legal do Estado, pelas forças do mercado e/ou pelos discursos dominantes (Müller 2004: 160, 225-227). A censura não se limita às instituições e às suas atividades, apesar da importância destas, mas também é produzida por uma série de discursos, práticas e aparelhos em constante mutação, implicando negociação e compromisso. Como consequência deste e doutros fatores, a censura governamental assumiu amiúde um carácter arbitrário, usado em prol do principal poder num contexto ditatorial. Com efeito, a forte hierarquização da censura oficial e sua conexão com pesadas penas e repressão pressionam tanto censor como censurado a adoptar uma postura zelosa. A partir daí, a força ou fraqueza de censura (oficial ou outra) está necessariamente para além duma mera apreciação quantitativa. Ademais, e retomando o caso português, a ditadura salazarista teve uma tal impregnação institucional e ideológica que lhe permitiu condicionar, moldar e integrar grandemente os outros tipos de censura na sua *praxis* censória.

Importa clarificar que, apesar deste entendimento amplo da censura, a censura oficial será o foco deste artigo, atendendo à intenção de estudar a natureza e evolução do regime e seu nexos com o Império colonial, e que essa

⁴ É disso sintoma a afluência de pseudónimos e de pseudotraduções na edição lusa de então (ver Seruya, Moniz 2008).

⁵ Casos do Agreement for the suppression of the circulation of obscene publications (Paris, 4/5/1910) e do International treaty for the suppression of the circulation of and the traffic in obscene publications (Genebra, 12/9/1923).

censura tem sido balizada pela literatura em torno de duas modalidades, as censuras prévia e repressiva, definidas supra. Um dado regime censor pode ser caracterizado por fazer uso de uma ou das duas modalidades, recorrendo amiúde a outros mecanismos, como a censura *ad hominem* (que pode ser um misto de ambos mas visando obliterar uma individualidade e não apenas silenciar um tema ou manietar uma empresa produtora de conteúdos) e a repressão via polícias e via penalizações logísticas. Trata-se da procura da maximização do esforço com o menor custo político e social possível.

O carácter sistemático, abrangente e eficiente da censura oficial

A censura oficial cobriu todo o território nacional e todos os *media* comuns (imprensa, livro, outros impressos, telegrafia, telefonia, cinema, telex), além de espetáculos, musicais, teatrais, etc. Foi exercida através de uma estrutura institucional constantemente aperfeiçoada (em recursos jurídicos e logísticos), a Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa (DGSCI, 1928-33) / Direcção Geral dos Serviços de Censura (DGSC, 1933-35) / Direcção dos Serviços de Censura (DSC, 1935-72) / Direcção-Geral da Informação (DGI, 1972-74). Esta foi coadjuvada por outras instituições-chave do regime⁶ e por outros mecanismos, como a propaganda (através daquelas e da imprensa, telefonia, televisão e agências noticiosas estatais ou situacionistas) e a doutrinação (mormente via escola), de modo a ter a maior eficiência possível. Tal eficiência foi ainda potenciada pelo carácter dissimulado da censura prévia, mesmo ao nível do seu vestígio material (o espaço da prova censurada não podia surgir em branco nos jornais, ao invés do ocorrido sob a I República) e pela acção de órgãos especializados adstritos aos serviços centrais de censura⁷ e por organismos sectoriais⁸. E pela já referida autocensura, induzida pela censura do poder. Foi neste quadro que a censura oficial, consagrada na Constituição de 1933, conseguiu condicionar de modo profundo todas as formas de manifestação intelectual (Azevedo 1997: 66), mas também cultural, sociocultural e política.

⁶ Forças armadas, polícias, governadores civis, provinciais e estaduais, milícias, destacando-se a polícia política e o SPN/SNI quanto a uma articulação regular (Gomes 2006: 92-93).

⁷ Para teatro, cinema, radiodifusão, espetáculos, televisão, discografia e literatura (Azevedo 1997: 29-30; Fiúza 2005: s.p.).

⁸ Vd. a Comissão de Censura Teatral e Cinematográfica da Inspeção-Geral de Espectáculos (de 4/1933).

No caso da censura nas colónias, o órgão competente mais importante começou por ser a DGSCI/DGSC/DSC/DGI, enquanto não se criou uma estrutura própria, induzindo vários estudiosos a dizer que nesse período a censura nas colónias não foi regular até início de 1929⁹ ou não existiu mesmo. Aquele departamento teve comissões e delegações dispersas pelas principais divisões administrativas do Portugal metropolitano¹⁰, enquanto no Império a estrutura foi mais complexa. Aqui, a institucionalização do Estado Novo impulsionou a instalação de comissões de censura (e conselhos de leitura adstritos, e delegações nas províncias distritais, no caso de Angola e Moçambique) que reportavam ao Governador-Geral de cada colónia, que por sua vez reportava directamente ao Ministério do Interior (MI), que por sua vez reportava ao Ministério do Ultramar, fazendo este uma apreciação da censura (desde 1960 através do seu Gabinete dos Negócios Políticos [GNP]), distribuindo informação (p.e., sobre listas regulares de livros e revistas proibidos) e remetendo novas instruções para todas as colónias¹¹. A estrutura colonial estava assim dependente do governo central e, inclusive, houve comissões de censura criadas por altos quadros da censura da metrópole e todos eles oficiais militares, transferidos para as colónias com essa precisa finalidade¹².

Esta estrutura foi coadjuvada pelas intendências e governadores distritais (quando solicitadas) e por Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, criados no início da guerra colonial em Angola e Moçambique (Pinto 2011: 92-98). A partir de 1966, a polícia política solicita e passa a ter acesso directo às provas de imprensa com cortes feitos pelos serviços de censura em Angola, por autorização superior (Pinto 2011: 148-149). Nos anos 1960, foi ainda criada uma Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores de Angola, dependente do Ministério do Ultramar, constituída por inspectores escolares, por representante do Ministério Público e por um delegado da hierarquia católica.

Note-se que todas estas instituições tinham também competência na censura repressiva, mas a preferência ia para a censura prévia (à imprensa), sobretudo efectuada pelos serviços de censura, e para o controlo/instrumen-

⁹ No caso de Angola vd. Pimenta 2008: 151.

¹⁰ Dispôs de estruturas locais (como os administradores dos concelhos, nos concelhos sem comissão de censura, *apud* circular do MI de 10/1926, e até 1928, ou as guarnições militares, desde 26/12/1928), distritais e intermédias (comissões da Zona Norte, Centro e Sul de Portugal metropolitano continental desde 1933; Gomes 2006).

¹¹ Pinto 2011: 92 e 103. O MI deixou de ser intermediário desde final de 1963.

¹² Para S. Tomé (1933), Lourenço Marques (1934) e Índia (1940/1) vd. Gomes 2006: 119, 149 e 151.

talização dos jornalistas, chefias intermédias e dos correspondentes estrangeiros de *media*, que ocupava até ministros¹³.

Retomando a censura na pré-publicação, a abundante análise de prova de cortes (parciais e integrais) à imprensa publicada em Angola e Moçambique entre 12/1962 e 7/1972 presente em recente estudo monográfico comprova a regularidade e extensão da censura prévia (Pinto 2011: 96-386). Novamente, foram os jornais e revistas mais influentes e inconformados¹⁴ os que sofreram mais cortes frequentes.

Uma imensidão de assuntos foi censurada, destacando-se: racismo, integração social e racial; nativismo, descentralização e auto-determinação; liberdade de expressão e eleições; democracia e comunismo; pacifismo e guerras; desigualdade de impostos, taxas portuárias, câmbios e condições de concorrência intra-colonial e/ou entre colónias e metrópole; contributo da iniciativa privada para o crescimento das colónias e benefício injustificado de empresas majestáticas; costumes e actividades culturais subversivas ou da margem (mormente a sexualidade); questão social e ensino; custo de vida; políticas públicas¹⁵.

A profusa prova guardada em vários arquivos históricos oficiais permite sustentar que a censura sob o Estado Novo teve uma actuação e impacto abrangentes e eficientes. A presente incursão, com enfoque na censura repressiva aos livros, pretende defender que a censura foi prioritária e estruturante para a ditadura e o seu Império. Mal se instituiu a Ditadura Militar em Portugal, em 1926, uma das principais medidas imediatas foi a instauração da censura prévia a toda a imprensa portuguesa, incluso a feita nos territórios coloniais¹⁶. Em 1937 passou a incluir também a imprensa estrangeira circulando nas colónias e que abordasse assuntos “cuja divulgação não seria permitida em publicações portuguesas” (decreto-lei 27495, cap. II, art. 22º). Podia assim atingir todos os periódicos que circulassem em território português. Para fechar o circuito noticioso, a censura aos telexes das agências noticiosas internacionais (AFP, Reuters, etc.) foi centralizada em Lisboa (Príncipe 1979: 15). Mas esta modalidade de censura era insuficiente, recor-

¹³ Baptista 2012: 101 e 151. Embora chefes de redacção e correspondentes fossem os eleitos, foi usual a prática da avença atribuída a meros jornalistas, em especial pelos ministérios (Baptista 2012: 111/2).

¹⁴ Vg. *A Província de Angola, Jornal de Benguela, ABC, A Tribuna dos Musseques, O Intransigente, Jornal de Angola, Notícia e Prisma*; sobre o tema vd. ainda Pimenta 2008: 145-51, Fonseca 2014 e Torres 2016.

¹⁵ Pinto 2011: 185, 187, 192 273, 307, 313 e 323. Nas políticas públicas, eram especialmente vigiadas as menções às insuficiências da política agrícola, ao povoamento e aos colonatos.

¹⁶ Vg., decreto 11839, de 5/7, art. 10º e decreto 12271, de 3/9.

rendo a ditadura à censura repressiva sempre que necessário. O sector do livro (e das publicações conexas) foi o mais visado, importando determinar o seu perfil, evolução e impacto.

A perseguição aos livros e revistas, um alvo estratégico

Desde 1931, pelo menos, que a ditadura passou a reprimir com mais intensidade a circulação de livros indesejados, começando a efectuar apreensão de livros na novel Feira do Livro de Lisboa (Gomes 2006: 180). Porém, foi só com a institucionalização no “Estado Novo”, em 1933, que a censura aos livros ganhou uma estratégia global. Ela foi definida a pedido do ditador, tendo como arranque um relatório circunstanciado¹⁷ que enquadra a censura a publicações não periódicas e no qual se sugere uma série de medidas para maior eficiência da censura (Azevedo 1997: 52-53; Gomes 2006: 181). Da sua ponderação resultaram novas diretrizes políticas, que pressionam à colaboração dos agentes ligados à circulação bibliográfica na

censura às publicações consideradas inconvenientes à segurança geral, administração do Estado e valorização moral da Nação, [...] precavendo-a [à Nação] contra propósitos de desnacionalização moral e política que a todo o português cumpre combater,

e dando como alvo todas as publicações nacionais ou estrangeiras que difundissem:

doutrinas internacionalistas [atentatórias dos princípios nacionalistas] [...]; assuntos pornográficos; [...]; perversão dos costumes pela propagação de doutrinas não integradas nos princípios de uma moral sã ou propagação de ideias de carácter sexual, pseudo-científicas ou não, contra a honra e o pudor da mulher, a moral da família, ou que por qualquer meio tendam à subversão¹⁸.

De seguida, criaram-se, junto dos serviços de censura, departamentos especializados nas censuras prévia e repressiva de publicações não periódicas, a começar pela Secção de Livros da Comissão de Censura de Lisboa, de 1934 (Gomes 2006: 181). A direcção estratégica da censura dos livros deixa assim de estar sob o comando directo da polícia política desde esse ano (Gomes

¹⁷ Trata-se de *Leituras imorais – propaganda política e social contrária ao Estado Novo – sua repressão*, ultimado em 23/11/1933 pelo director da DGSCI, Álvaro Salvação Barreto.

¹⁸ Cf. circular de 21/II/1934 da DGCI, enviada aos proprietários e gerentes de livrarias, depósitos e postos de venda livros (Azevedo 1997: 54).

2006: 83). Sinal da visão sistemática da novel estrutura é que a DGSCI – com a colaboração dos governadores civis e da polícia política – logo começou a elaborar relações de livrarias e postos de vendas de livros e outras publicações nos distritos da metrópole (Gomes 2006: 71). As primeiras penalizações por venda de livros proibidos atingem os responsáveis de 3 *stands* da Feira do Livro de Lisboa de 1935, com multas de 500\$00 cada, além da inutilização dos exemplares apreendidos (Gomes 2006: 71). Mas a censura aos livros não foi apenas exercida por aquele departamento especializado.

Assim, o *corpus* normativo e jurídico foi aperfeiçoado por nova legislação específica dos anos 1940 (Azevedo 1997: 52-56), que reforçou as penalizações e constrangimentos sobre todos os agentes da edição, distribuição e venda de livros, envolvendo diversas instituições do Estado, dos tribunais às polícias¹⁹. Esta legislação era conhecida e usada no quadro colonial.

Por seu turno, e desde 1950, a Secção de Livros passa a ser ‘coadjuvada’ por uma Comissão para a Literatura Infantil e Juvenil. Renomeada Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores (CLEM) em 1952, vigiava e orientava as “actividades” com “influência” na “formação moral e cívica da juventude”, incluindo “prévio parecer favorável” para as publicações nacionais e estrangeiras “declaradamente destinadas” ao público infante-juvenil, em especial os livros e as revistas especializadas (decreto-lei 38964, cit. arts. 18.º e 19.º). Integrou um representante da Igreja Católica (art. 17.º), demonstrando a sinergia de esforços neste quadro. Esta Comissão impôs um conjunto de obrigações aos editores especializados, designadamente a ‘nacionalização’ de cenários, nomes, etc.: “tradução para português dos nomes das personagens, as histórias devem desenrolar-se em território nacional (ou em territórios que já pertenceram a Portugal); os textos devem ser gramaticalmente correctos e devem respeitar os símbolos patrióticos e religiosos”²⁰. Em paralelo, e para maior controlo dos crescentes suplementos de jornal, a DSC passou a exigir entrega de provas

¹⁹ Os principais diplomas são o decreto-lei 33015 (de 30/8/1943), que obriga à aceitação e remuneração de delegado governamental junto de empresa responsável pela publicação, edição, reedição, venda ou distribuição de “escrito lesivo dos princípios fundamentais da organização da sociedade ou prejudicial à defesa dos fins superiores do Estado”, além de sanções várias consoante a gravidade da infracção (multa até 200 contos, suspensão até 180 dias, supressão de publicação, encerramento temporário ou definitivo dos estabelecimentos da empresa responsável); o decreto-lei 34134 (24/11/1944), que obriga ao envio para o SNI de um exemplar de cada livro impresso pela respectiva tipografia, antes da entrada em circulação da obra e sempre que versados assuntos políticos, económicos ou sociais (art. 11.º); e o decreto 37447 (13/6/1949), que dá às polícias o poder de encerramento de tipografias que imprimissem publicações ou escritos “subversivos ou que possam perturbar a ordem pública” (art. 24.º).

²⁰ Circular 284 da CLEM, de 18/10/1955 (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_152516, consultado em 2016.02.16).

desse conteúdo (*apud* circulares de 1965). Discriminavam-se “suplementos ou páginas especiais de carácter literário, artístico, económico, financeiro e juvenil”; porém, visava-se sobretudo os de literatura (que amiúde os respectivos autores procuravam politizar ou ideologizar). Tanto assim é que se aditava nessas circulares: “e ainda outros textos com implicações culturais”. A censura aos livros e revistas contou com o apoio dos Correios e Telecomunicações de Portugal, que desde 1970 (pelo menos) expedia circulares regulares para os serviços listando os livros e revistas proibidos de circular em todo o território português (Príncipe 1979: 117-56).

Ao invés doutro lugar-comum, a censura aos livros não se restringiu ao pós-publicação, ainda que essa modalidade fosse proporcionalmente bastante mais intensa: desde o decreto-lei 34134 (24/11/1944), pelo menos, que o regime impunha censura preliminar a obras que versassem *assuntos políticos, económicos ou sociais*, obrigando à entrega de um exemplar antes da sua entrada em circulação, donde, eram obras inéditas (art. 11.º). É certo que a obra já podia ter a forma de livro, mas várias editoras resolveram não correr riscos e aceitaram que os seus autores submetessem previamente os dactiloscritos. São os casos de *O crepúsculo* [datado de 1948, publicado com cortes enquanto *Pequenos burgueses*], por Carlos de Oliveira, e de *Terra-mártir*, por Alves Redol, em 1950 (Esteves 2005: 35-54). No caso das colónias, a portaria 3431 (de 7/8/1940) estipulava que os editores ou autores podiam submeter “a censura prévia os originais ou traduções das [suas] publicações” (cap. I, art.º 3.º). Houve casos bem mais tardios, como o projectado livro *Inquérito sobre o Portugal* e o futuro *do general António de Spínola*, cuja preparação via carta-circular para c.130 pessoas representativas da sociedade civil levou a uma admoestação do editor Fernando Ribeiro de Mello (da Afrodite) pelo director-geral de Informação e pela PIDE, por ordem do ministro do Interior (Marques 2015: 169).

A ditadura recorreu ainda a outros mecanismos para bloquear a visibilidade duma dada obra: proibiu a circulação de certos livros ou textos, implicando os vários agentes ligados ao livro (do autor ao vendedor); censurou meras alusões, na comunicação social, a autores ou livros; apreendeu livros, através das várias polícias e outras entidades²¹; prendeu escritores e críticos

²¹ Casos de *Missão em Portugal* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960), do embaixador brasileiro Álvaro Lins sobre o asilo político do candidato presidencial opositor Humberto Delgado, apreendido em S. Tomé e Príncipe em 1963/64; de *Para um diálogo sobre Angola*, no qual o empresário Manuel Vinhas discorria sobre a inevitabilidade da independência desta colónia (Pimenta 2008: 303/4); ou de *Sangue negro, sangue branco e o suor da guerra*, relato novelístico da experiência na guerra colonial pelo ex-combatente Manuel Geraldo e cuja 1.ª edição (de 1973) foi totalmente apreendida pela PIDE (Santos 1975).

literários (caso do júri do Prémio de Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores [SPE] atribuído a *Luuanda*, de Luandino Vieira, em 1965); extinguiu à força entidades ligadas ao livro e à edição (a SPE em 21/5/1965, relativo ao caso anterior; a Edições Minotauro, em 1966, alegadamente por editar livro— *Duas peças em um acto*, de Luís Sttau Monteiro— com ofensas aos generais da guerra colonial); mandou instaurar processos-crime e julgamentos em tribunal a escritores (casos de Aquilino Ribeiro, pelo romance *Quando os lobos uivam*, 1958; e de Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno, pela autoria de *Novas cartas portuguesas*, 5/1972); e proibiu a edição comercial de certas obras, caso de *Novelas eróticas*, de Teixeira Gomes, por despacho ministerial de 25/5/1960 relativo à pretensão da Portugália Editora (Azevedo 1997: 20-23).

Transpondo este conjunto de mecanismos para as colónias, alguns dos casos mais marcantes foram: censura e apreensão, logo em 1926, da 2.^a edição do livro *Historic Macao* (v.o.1906), de Montalto de Jesus, por conter “matéria subversiva, atentatória da nossa soberania”, apud governador de Macau (Oliveira 2009); fecho pela PIDE, em 1965, da editora Imbondeiro, fundada em 1960 enquanto livraria-distribuidora, em Sá da Bandeira, Angola (Santos 2007; Pinto 2011: 123) e apreensão do livro *Os condenados da terra* (de Fanon), por pressão da censura de Luanda (sobre este caso vd. Melo 2015: 259); extinção da Sociedade Cultural de Angola (por portaria de 5/3/1966), fundada em 1942 e porta-bandeira da angolanidade, pretextando-se desvio aos fins estatutários (Pimenta 2008: 203 e 260). Nesse ano foi também suspensa a revista *Ribalta*, de Angola (Pinto 2011: 133). Teve impacto nas colónias a extinção forçada da Casa dos Estudantes do Império, por fecho da sede em Lisboa e da delegação de Coimbra em 10/1965 (Pimenta 2008: 260/1), levando ao esbatimento de actividades editoriais, literárias, etc., por universitários das várias colónias estudando na “metrópole”. Em 1967 a PIDE apreendeu o livro *Os mortos inúteis*, conto de Leonel Cosme sobre a guerra colonial, n.º 3 da colecção Círculo, biombo de editora dirigida por Garibaldi de Andrade (ex-co-fundador da Imbondeiro), que assim cessou actividades, com escassos 2 meses de existência (Cosme 2004: 195). Por fim, importa referir a proibição de circulação da tradução brasileira dum famoso livro do historiador inglês Charles Boxer, que questionava a alegada convivência pacífica dos portugueses nos trópicos²².

²² Trata-se de *Relações raciais no Império colonial português, 1415-1825*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1967, v.o. 1963 (ver estudo de Gabriela Terenas em Seruya, Moniz 2008: 30-46).

A partir de 1965, o GNP passou a comunicar informação às colónias “para que os seus Serviços possam actuar eficazmente na defesa contra a literatura subversiva e pornográfica”²³. Tal iniciativa alinhou com as novas normas da DSC que exortavam à cooperação das livrarias e postos de venda ou distribuição de livros e outras publicações na retirada, do mercado, de obras que possibilitassem “leituras destrutivas dos conceitos-bases da política e da moral da Nação”²⁴. É nesse ano que surge o primeiro Conselho de Leitura, em Angola, com um dos seus responsáveis recrutado aos quadros da PIDE, mostrando de novo a ligação entre censura e polícia política. A prioridade incidiu então na censura e apreensão de livros de “literatura subversiva e pornográfica”, acusando-se o Consulado-Geral dos EUA em Luanda de cumplicidade na circulação e disponibilização pública de livros pornográficos norte-americanos (via biblioteca privativa) e a editora Universal Publishing and Distributing Corporation (de N. Iorque) de autoria de 30 desses livros (Pinto 2011: 119/20). As autoridades achavam que Angola era então alvo dum provável “plano prévio” de “subversão intelectual” e de “dissolução moral” tendo como centros Lisboa, Rio de Janeiro, Paris e Nova Iorque. Os responsáveis eram três editoras lisboetas (Portugália Editora, Ulisseia e Publicações Europa-América), três brasileiras (Zahar, Civilização e Fundo de Cultura), uma francesa (Hachette) e a distribuidora portuguesa Specil, esta enviando para a colónia “todos os livros proibidos em Lisboa, desde Frantz Fanon a Mikhail Cholokov, [...] J. Vilhena e de outros humoristas” (cit. em Pinto 2011: 120/1). Quanto a N. Iorque, de lá vinham não só livros pornográficos como “milhares de outros de pura propaganda” democrática e, pior, de propaganda da “tese americana das «libertações» dos territórios africanos”, o que inquietou o regime, também por ser prova de alteração da posição dos EUA²⁵. O panorama livreiro em Angola era então muito preocupante para o regime, pois a avaliação feita pelo Conselho de Leitura às publicações importadas nesse ano revelava que apenas c.1/3 destas eram livros “realmente bons”, sendo o restante subversivo (20% “de conteúdo nitidamente marxista ou para-comunista”), pornográfico (35%, incluindo revistas como a *Playboy*) ou “literatura policial e fotonovelas” (10-15%). De

²³ *Apud* documento secreto 455/L/6/3 do gabinete do MU (Pinto 2011: 118) e a partir dos dados recolhidos sobretudo em Angola.

²⁴ Cf. circular 309 da DSC, de 11/10/1965 (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_152496, consultado em 2016.02.16).

²⁵ O baixo preço de capa denunciava que tais livros eram financiados pelo governo dos EUA (Pinto 2011: 121).

referir que as “revistas estrangeiras com gravuras de carácter pornográfico” eram visadas pela censura metropolitana desde 1949, pelo menos²⁶.

De acordo com relatórios oficiais para 1966, o rastreio de livros na Estação Central dos Correios de Luanda e na Alfândega local para efeitos de censura totalizou c.50 mil exemplares de livros e revistas, abarcando largos milhares de títulos em cada mês (Pinto 2011: 161 e 127). A partir do rastreio fazia-se a retenção (ou retirada) de obras por duas vias possíveis: a) retenção imediata de dada obra, por já estar anteriormente proibida de circular em território português; b) envio para o Conselho de Leitura para efeitos de apreciação censória, com parte significativa sendo proibida. Eis a evolução registada para o período de que temos dados²⁷: 45,21% em 1966 (nb: dados de 10 meses para universo de títulos lidos), 44,46% em 1967 (nb: dados de 11 meses), 38,27% em 1968 (nb: dados de 11 meses) e 23,97% em 1969 (nb: dados de 7 meses). Fonte oficial para 1/1974 evidencia a persistência de elevadas taxas de livros proibidos de circular após leitura censória: 48,55% (ou 67 em 138 novos títulos²⁸).

Até à decisão final decorrente da leitura censória, a publicação retida ficava impossibilitada de circular. A título ilustrativo, em 1966 seriam apreendidos 1223 exemplares de revistas e 6480 exemplares de livros; destes, 340 títulos eram “inconvenientes” e c. meio milhar já fora antes proibido de circular em território nacional (Pinto 2011: 162 e 401).

A partir de 1967, um novo tipo de livros ‘invadiria’ Angola, sendo objecto de censura especial, dado o receio oficial de vulnerabilidade de parte significativa da população: a “literatura espírita”, aí introduzidos por “editoriais brasileiras e distribuidoras metropolitanas”, com vista à “divulgação de seitas religiosas” (cit. em Pinto 2011: 156). Este tipo de obras inseria-se numa das temáticas principais alvo de censura, a religião. Nos anos seguintes, obras doutras correntes seriam censuradas, como o ecumenismo ou o racionalismo cristão (Pinto 2011: 184-237). Já as obras marxistas e as moralmente “dissolventes” voltariam a recrudescer em 1969 (Pinto 2011: 225).

Além das livrarias, os principais pontos de venda eram as tabacarias, sendo ambos e os particulares os principais importadores de livros (Pinto 2011: 161).

²⁶ *Apud* circulares 257 e 258 da DSC, respectivamente de 25/2 e 6/5/1949, (http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_153215 e http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_153210, consultado em 2016.02.16).

²⁷ Contas feitas por mim com base nos relatórios da Comissão de Leitura comentados em *idem*: 127-53.

²⁸ Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo 1980: vol. 1, 285-8.

A censura oficial aos livros em Angola teve um impacto relevante, pois muitos editores, livreiros e distribuidores, tanto metropolitanos como da colónia, passaram a dirigir-se aos serviços de censura, em Lisboa e Luanda, para sujeitar listas de possíveis requisições a apreciação oficial; e porque o Conselho de Leitura em Angola antecipava-se ao de Lisboa na censura de certos livros. Ademais, e como se constatou, este tipo de censura foi tanto ou mais severo que o similar exercido na metrópole, em especial quanto à capacidade de crivo e neutralização, para certos títulos, autores e temas²⁹.

A paleta de assuntos alvo da censura a livros e revistas foi mais reduzida do que a da imprensa, o que é compreensível, dado o carácter mais generalista, minucioso e intensivo da cobertura feita por esta última quanto a assuntos da actualidade. Mas o núcleo duro de assuntos tabu era sensivelmente o mesmo. A oferta livreira aditaria outros conteúdos ao rol de assuntos tabu, como o yoga e o hipnotismo, decerto sem apelo para a imprensa (Pinto 2011: 170 e 248).

Por países de origem, nota-se uma perseguição maior a obras cuja versão original era oriunda de França, o que se devia não só à influência cultural francesa mas também à influência da literatura de ficção francesa de então e do ensaio político e de ciências sociais e humanas. Essa tendência repete-se quanto à apreensão de livros por país de origem da edição, com fonte oficial supracitada atribuindo a maioria das obras a França, para a Angola de 1/1974³⁰.

Os dados para Moçambique, em 6/1973³¹, reiteram o perfil temático de Angola e metrópole, com o Conselho de Leitura local censurando e mandando apreender sobretudo edições (v.g. ensaio francês) sobre comunismo (no topo), erotismo, condição feminina, moral e religião. Nos pouco representados, figuram também os autores lusos e a ficção (c.17% para ambos).

Quanto à censura *ad hominem*, constata-se a ocultação selectiva (e para todo o país) de referências a certos autores (e às suas obras), como os ligados à oposição (certos neo-realistas, Urbano Tavares Rodrigues, Adolfo Casais Monteiro, Bernardo Santareno, grupo de anticolonialistas da Casa dos Estudantes do Império) ou à esquerda (v.g., Marx, Sartre, Simone Weil, Jorge

²⁹ Quando à antecipação vd. relatório oficial do GNP cit. em Pinto 2011: 162. Quanto à maior severidade: “convém reter [...] a circunstância de algumas das obras terem sido proibidas de circular apenas na Metrópole ou, com mais frequência, somente nas Províncias Ultramarinas, dada que aponta para uma visão não homogénea do Império” (*idem*: 389).

³⁰ Em 67 títulos, 51 foram editados em França, 14 em Portugal, 1 no Brasil e 1 em Espanha; cf. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo 1980: vol. 1, 285-8.

³¹ Cf. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo 1980: vol. 1, 273-9.

Amado, Josué de Castro, Maurice Duverger)³². Mas também escritores de literatura considerada “pornográfica”, como José Vilhena ou Sade. Saliente-se que o anátema de pornográfico atingia um vasto conjunto de obras que o não era, antes remetendo para o erotismo (v.g. obras de Sade, *Tropic of Capricorn*, de H. Miller, *Kama sutra*, de Vatsyayana, e *O amante de lady Chatterley*, de D. H. Lawrence; *A adúltera*, de Roy Harvey, pseud. de José Ferreira Marques), o feminismo (*The second sex*, de Simone de Beauvoir), a sexologia (v.g., *A nossa vida sexual*, de F. Khan) e/ou *pulp fiction* (várias obras de Carter Brown, incluso *Who killed Doctor sex?*).

Ditaduras e colónias: semelhanças e diferenças nas censuras oficiais

Outro aspecto muito descurado é o facto da censura dum dado regime ter sido apreciada e adaptada por outros regimes para aplicação de orientações, procedimentos e práticas específicas. Quanto a Portugal, foi fortemente influenciado pela experiência do regime fascista italiano e, por sua vez, influenciou o franquismo e as duas ditaduras militares brasileiras, a de Getúlio Vargas (1937-45) e a Ditadura Militar dos anos 1964-85. Houve uma comunhão doutrinária, senão como explicar a mesma inclinação para uma censura oficial abrangente e centrada no conteúdo político, moral e religioso?³³ Esta mesma perspectiva panóptica está inextrincavelmente ligada à comunhão dum projecto totalizante por todos estes regimes de “terceira via”³⁴ e que se suportava não só na partilha de conteúdos ideológicos mas também na modernização do aparelho repressivo, na centralidade e cruzamento das políticas sociais e culturais, de propaganda e censura. Houve igualmente um fundo histórico-social similar: uma mesma cultura conservadora cristã e sua moralidade católica conservadora (onde tem relevância o legado da Inquisição), ligada a uma cultura e moral militar (para Espanha,

³² A que acrescem as instruções específicas da DSC, que, entre outros, proibiriam quaisquer “referências” a Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira, Fernanda Botelho e Manuel da Fonseca, i.e., o júri que galardou a novela *Luuanda*, de Luandino Vieira (cf. *Boletim* da DSC, 7/65, de 31/5/1965, http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_153306, consultado em 2016.02.16). Quanto a autores estrangeiros, instavam ainda “para se cortar todos os artigos – [em] jornais e revistas – sobre o autor teatral [Bertold] «BRECHT», alemão, comunista” (cf. *Boletim* da DSC, 5/60, de 19/2/1960, http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_153394, consultado em 2016.04.01).

³³ Para Espanha, Gracia, Ruiz 2004: 69-79; para o Brasil, Costa 2010, Fiúza 2005 e Paulo 1994: 176; breve esboço comparativo em César 2012, vol. 1, 126-131 e em Costa 2010.

³⁴ Regimes de entre-guerras assim auto-nomeados por se posicionarem entre o capitalismo e o comunismo e que inclui o salazarismo ou Estado Novo português (vd. Torgal 2009: 289-367).

Gracia, Ruiz 2004: 116-125; para o Brasil, Fiúza 2005). No caso espanhol, constata-se a emulação duma sequência de enquadramento institucional da censura: primeiro, um departamento para a imprensa³⁵, acompanhado de legislação específica, depois, o surgimento duma estrutura maior e mais abrangente, abarcando não só a imprensa (nacional), mas também o restante impresso, a imprensa estrangeira, a política de informação, cinema, teatro, radiodifusão, etc., ainda que estas variedades de censura fossem exercidas anteriormente de modo menos explícito³⁶. Tal institucionalização inspirou-se nos antecedentes fascista, nazi e salazarista (Gracia, Ruiz 2004: 70, 77 e 79). Porém, a criação dessa estrutura abrangente em 1941 precedeu a sua homóloga portuguesa, o SNI, de 1944, que incorporou a produção, censura e repressão de conteúdos relativos a uma vasta gama de políticas sectoriais. Ou seja, a fascização das instituições salazaristas deveu-se também à consolidação institucional e radicalização ideológica do franquismo, não se limitando à emulação do modelo italiano e à inspiração nazi. Por seu turno, a influência de Portugal no Brasil remete ainda, concretamente, para os procedimentos aplicados na censura aos textos teatrais, que seguiam de perto o consolidado modelo salazarista (Costa 2010).

Alargar o enfoque comparativo permite chegar a outras ilações. Assim, os regimes de terceira via e outras ditaduras da época contemporânea têm noutros legados censórios uma fonte inspiradora muito forte. Referi a Inquisição e a censura militar como dois grandes marcos. Todavia, a nova censura ditatorial está para lá disso: ela já não se contenta em controlar as elites que saibam ler e escrever e em punir os transgressores, como ocorria com a Inquisição; está obcecada em enquadrar novos públicos mais alargados, as massas, e em fazê-lo tendo como base prioritária os meios de comunicação de massas e recorrendo a modernos meios tecnológicos e segundo uma fórmula política antidemocrática. Nas ditaduras contemporâneas a censura (e outros meios de repressão que ela mobiliza) é indissociável da propaganda e do aparelho ideológico, enquanto nas democracias isso só ocorreu nos regimes com impérios coloniais e apenas durante a vigência destes, ou em situações de excepção (v.g., graves conflitos bélicos).

Tal como com a Inquisição, também a censura dos regimes de terceira via se legitima na defesa de valores espirituais. Tal como a censura militar, também a censura dos regimes de terceira via se legitima na defesa da integridade territorial. Tal como a censura das ditaduras militares latino-americanas

³⁵ Trata-se do Gabinete de Prensa – Junta de Defensa Nacional, de 1936.

³⁶ Gracia, Ruiz 2004: 73-79; César 2012: vol.1, 128/9.

da Guerra Fria, também a censura dos regimes de terceira via se legitima na “ordem” e na defesa da segurança nacional. Em suma, a censura dos regimes de terceira via legitimou-se ancorada numa ampla série de razões, ao invés do que, regra geral, sucedeu noutros quadros históricos.

Conclusões

Carreou-se suficiente informação para abordar directamente um lugar-comum corrente no caso português: o de que a censura nas colónias teria sido muito mais branda do que na metrópole. Assim formulada, a apreciação é errónea e redutora da realidade. De facto, uma ponderação desta questão tem de considerar, desde logo, a *economia da censura*, i.e., a opção tomada pelo regime do uso eficiente dos mecanismos censórios disponíveis consoante as realidades concretas em presença³⁷. Essa eficiência foi tanto maior quanto melhor se articulou com outros instrumentos, como a propaganda, a doutrinação das massas, o suborno e controlo de especialistas, a repressão e justiça políticas. O doseamento sofisticado da violência política foi teorizado por Martins enquanto “ótimo da repressão e do medo”/“ótimo do terror” (*ibidem*) e caracteriza-se, no essencial, por uma maximização do *efeito de dissuasão* (Garcia 2009: 48) com o menor custo político e social, algo que todos os regimes ditatoriais almejam atingir, com mais ou menos brutalidade extrema associada.

Nesse sentido, houve nas colónias um público leitor bem mais reduzido do que na metrópole, assim como uma oferta menor. Depois, as colónias foram uma periferia da nação e, portanto, um território com menor capacidade de influência e com uma estrutura estatal mais fraca. Por sua vez, houve colónias mais importantes do que outras, estando na linha da frente Angola, Moçambique, Índia Portuguesa e Macau, por razões geo-estratégicas. No caso de Angola, ressalve-se que “essa era a única província ultramarina que procedia a um envio sistemático dos cortes feitos pela Comissão de Censura [para o ministério do Ultramar, nos anos 1960]” (Pinto 2011: 26). Macau fê-lo menos regularmente e Moçambique esporadicamente, por concessão superior (Pinto 2011: 118). Para o salazarismo, o Império não foi uma prioridade inicial em termos de políticas públicas, o que acabou por condicionar a própria política de controlo de informação, que existia desde 1926. A conjuntura pró-independentista internacional do pós-II Guerra Mundial

³⁷ Adapto aqui a teorização sobre *economia do terror* desenvolvida por Martins 1998: 45.

e, depois, a eclosão da guerra colonial, implicaram um reforço significativo da censura nas colónias, verificável na informação que deixei supra. Por fim, o modo hipercentralista como o regime administrou a nação, o Império e a máquina censória acarretou um certo atrito entre poderes central e periféricos, adoptando estes últimos por vezes atitudes distanciadas e omissas face a certas exigências do centro, sobretudo quando envolviam aceitação de publicação de informação na imprensa que podia pôr em xeque a actuação da própria administração colonial local (Pinto 2011: 94-95 e 102-104).

Além da questão da intensidade censória, cabe ponderar os principais conteúdos visados. O núcleo duro foi comum, mas houve assuntos mais censurados no centro do que na periferia, como o da questão estudantil (pois a contestação estudantil dos anos 1960 foi menos sentida nas colónias, até por o ensino superior ser aí uma realidade menos expressiva), e vice-versa, sendo a menção à guerra do Vietname um interdito para a censura nas colónias (pois era aqui que o efeito traumático, inquietante e/ou desmoralizador da guerra podia ter mais impacto). Houve ainda assuntos cuja maior ligação às colónias levou a uma maior presença na imprensa local e, donde, a uma maior censura pelos serviços oficiais locais, casos do diferencial cambial intra-territorial e da disparidade dos investimentos públicos entre centro e periferia. Ter-se-á também verificado um reforço da censura oficial nas colónias às actividades da oposição política, pelo menos em Angola e para noticiário que saía em imprensa metropolitana, o que foi uma forma expedita de minar a capacidade de expansão dessa mesma actividade nas colónias (Pinto 2011: 252, 254 e *passim*).

Outro ponto comum foi a existência de censura *ad hominem*, aplicada à informação de imprensa e aos livros. Regra geral, foi aplicada a personalidades nacionais (e suas obras) ligadas à oposição política e/ou cultural, ou a personalidades internacionais ligadas à esquerda, sobretudo certos pensadores marxistas e/ou anticolonialistas (Pinto 2011: 252 e *passim*).

A censura oficial não teve impacto apenas na opinião e liberdade políticas, e esta é uma questão que importa aprofundar, uma vez que ainda hoje é corrente afirmar-se que a censura oficial apenas afectou a imprensa, e, nesta, apenas as notícias de teor político ou os jornais mais 'atrevidos'. Este senso comum foi interiorizado de modo intenso pelos próprios colonos de Angola, inclusive por parte dos jornalistas no respeitante à censura aos livros, isto é, parte da classe jornalística ignorava a actividade do Conselho de Leitura³⁸. Ora este dado demonstra que havia a intenção oficial de camuflar ao máximo

³⁸ O que foi confirmado por declarações pessoais a Pinto 2011: 249.

a actividade censória, sendo essa uma das razões principais para a relativização corrente e o esquecimento da censura política. Ademais, a censura aos livros nas colónias foi tanto ou mais severa para certos autores, obras e temas e em certas conjunturas.

A censura teve efeitos diversificados: por um lado, modelou e reduziu a esfera pública³⁹; por outro lado, reduziu o potencial crítico, reflexivo, persuasivo e criativo dos autores e dos indivíduos em geral.

O quadro colonial permitiu comprovar uma questão relevante: a censura teve necessariamente que ser abrangente, ou seja, abarcar todo o território e todos os setores da vida política, social, económica e cultural, ainda que não necessariamente com a mesma intensidade e os mesmos meios, antes moldando-se aos contextos locais e à eficiência dos instrumentos e recursos políticos e administrativos disponíveis.

Através duma abordagem comparativa, conseguiu-se ainda demonstrar que tal abrangência territorial e social da censura é comum a todas as ditaduras contemporâneas. E que a articulação entre censura, repressão e propaganda é também típica destes regimes, só existindo sob certos regimes ditos democráticos ainda com Império colonial ou em situações de exceção, aquando de graves conflitos bélicos. Nesse sentido, a existência de Império colonial tem uma implicação necessária com a censura, seja em que regime for, e esta tem graduações e evoluções que podem ser distintas consoante cada território colonial e a metrópole, consoante os contextos locais e segundo a lógica da optimização dos meios humanos e materiais, que lhe garante um fundo comum.

Retomando a perspectiva desenvolvida por Hermínio Martins em torno da “economia de terror”, esta permite melhor compreender a importância estratégica da censura no âmbito do salazarismo, e dos regimes de “terceira via”, em geral. Trata-se de tornar a censura um instrumento político e ideológico apurado, de controlo da informação e conhecimento que chega à sociedade e, em última instância, de imposição dum ponto de vista oficial sobre a vida e o mundo e de controlo das mundivisões dos cidadãos.

Bibliografia

AZEVEDO, Cândido de (1997). *Mutiladas e proibidas*. Lisboa: Editorial Caminho.

³⁹ Adopto aqui a reformulação crítica do conceito de Habermas proposto em Calhoun 1992.

- BAPTISTA, Carla (2012). Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses. [S.l.]: Escrit'Orion.
- BITTENCOURT, Marcelo (2000). "A resposta dos «Crioulos Luandenses» ao intensificar do processo colonial em finais do século XIX", in Maria Emília Madeira Santos (dir.), *África e a instalação do sistema colonial (1885-1930)*. Lisboa: CEHCA-IICT, 655-671.
- CALHOUN, Craig (ed.) (1992). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- CAPELA, José (1996). "A imprensa de Moçambique até à independência", in Fátima Ribeiro e António Sopa (ed.), *140 anos de imprensa em Moçambique*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, 11-27.
- CÉSAR, Orlando (2012). *O agir jornalístico face à economia de censura*. Lisboa: IUL (tese de doutoramento policopiada).
- Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1980). *A política de informação no regime fascista*. [S.l.]: CLNSRF.
- COSME, Leonel (2004). *Agostinho Neto e o seu tempo*. Porto: Campo das Letras.
- COSTA, Maria Cristina Castilho (2010). *Teatro e censura*. São Paulo: Edusp.
- ESTEVES, Henrique (2005). *Chicotes com gatilho, peixes-fracos e censura literária no Estado Novo*. Lisboa: FLUL (dissertação de mestrado policopiada).
- FIUZA, Alexandre (2005). "Censura en España, Brasil y Portugal: esa cámara de torturar palabras y sonidos durante las dictaduras en las décadas de 1960 y 1970", *Especulo*, 30 (<http://www.ucm.es/info/especulo/numero30/censura.html>, consultado em 2016.04.01).
- FONSECA, Isadora de Ataíde (2014). *A imprensa e o império na África Portuguesa, 1842-1974*. Lisboa: ICS-UL (tese de doutoramento policopiada).
- GARCIA, José Luís (2009). "Sobre a censura em Portugal", in J. L. Garcia (ed.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 47-61.
- GOMES, Joaquim Cardoso (2006). *Os militares e a censura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gracia, Jordi, Ruiz Carnicer, Miguel Ángel (2004). *La España de Franco (1939-1975)*. Madrid: Editorial Síntesis.
- LOBO, Sandra (2013). *O desassossego goês*. Lisboa: FCSH-UNL (tese de doutoramento policopiada).
- MARQUES, Pedro Piedade (2015). *Editor contra*. Lisboa: Montag.
- MARTINS, Hermínio (1998). *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MELO, Daniel (2015). "Circulação, apropriação e actualidade das ideias contra a Guerra Colonial. Notas críticas de problematização", *Cultura*, 2ª série, 34, 249-267.
- MÜLLER, Beate (2004). *Censorship & cultural regulation in the modern age*. Amsterdão/N. York: Rodopi.

- OLIVEIRA, Carlos Barbosa de (2009). “A censura do livro no Estado Novo – XIII”, *Crônicas do Rochedo – Rochedo das Memórias* [blogue], 17/5 (<http://cronicasdorochedo.blogspot.pt>, consultado em 2016.03.16).
- PAULO, Heloísa (1994). *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Minerva.
- PEIXINHO, Ana Teresa; Santos, Clara Almeida (coord.) (2011). *Comunicação e educação republicanas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PIMENTA, Fernando Tavares (2008). *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento.
- PINTO, José Filipe (2011). *Segredos do Império da Ilusitânia*. Coimbra: Almedina.
- PRÍNCIPE, Carlos (1979). *Os segredos da censura*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- RODRIGUES, Maria Eugénia (1994). *A representação social do branco na imprensa angolana dos anos 30*. Lisboa: UNL (tese de mestrado policopiada).
- SANTOS, Donizeth Aparecido dos (2007). “Da ruptura à consolidação: um esboço do percurso literário angolano de 1948 a 1975”, *Publicatio UEPG*, 15(1), 31-42.
- SANTOS, Victor (1975). “Sangue negro, sangue branco e o suor da guerra”, *Revista Alentejana*, 449/450, 12.
- SERUYA, Teresa, Moniz, Maria Lin (2008). *Translation and censorship in different times and landscapes*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- TENGARRINHA, José Manuel (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida*. Lisboa: Colibri.
- TORGAL, Luís Reis (2009). *Estados novos, Estado Novo*. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade,
- TORRES, Sílvia (coord.) (2016). *O jornalismo português e a Guerra Colonial*. Lisboa: Guerra & Paz.
- ZAMPARONI, Valdemir (1998). *Entre narros & mulungos*. São Paulo: USP (tese de doutoramento policopiada).

Contos e prantos da memória sertaneja sobre os rituais fúnebres nas décadas de 30 a 60 do século XX

Tales and tears of the countryside memory on funeral rites from the 1930s to the 1960s

VICTOR RAFAEL LIMEIRA DA SILVA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
v.limeiradasilva@gmail.com

LUCAS GOMES DE MEDEIROS

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
lucas.gomes.medeiros.historia@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 04.04.2016

Texto aprovado em / Text approved on: 19.07.2016

Resumo: Dialogamos e discutimos a memória de velhas sertanejas da Paraíba e do Rio Grande do Norte (Brasil) sobre a morte e suas representações nos rituais de sepultamento da primeira e início da segunda metade do século XX. Anotamos das narrativas de memória lugares e papéis sociais para com a morte, nomeadamente nos rituais de cuidado com os corpos, nos cortejos fúnebres e no trabalho do luto. Evidenciamos a construção de sociabilidades em torno do morrer que implicavam atitudes forjadas para com a própria vida, entendendo que a morte nesse período poderia ser representada em uma ruptura estranha ou em uma familiaridade contínua.

Palavras-chave: memória, morte, rituais fúnebres, representações, sertão.

Abstract: We dialogued with and discussed the memory of older countryside women from Paraíba and Rio Grande do Norte (Brazil) about death and its representations in burial rituals in the first and beginning of the second half of the 20th century. We noted from the narratives of memories, places and social roles towards death, especially in the care rituals of the bodies, the funeral and the work of mourning. We show the construction of sociabilities around the death that involved forged attitudes toward life itself, understanding that death in this period could be represented as a strange break or with a continuous familiarity.

Keywords: memory, death, funeral rites, representations, countryside.

O tema ou a memória na história

Esta pesquisa nos possibilitou o retorno a lugares de pertencimento e afeto construídos como espaços míticos na memória sobre o nordeste brasileiro¹ de modo notável por parte da literatura e do imaginário político e social do Brasil. O reconhecimento mútuo nas histórias de tantas pessoas que ajudaram a construir esta narrativa, ao invés de tornar enviesada nossa proposta, potencializou os encontros com as personagens entrevistadas, por exemplo, possibilitando as conversas no vocabulário muito particular do local. Isto nos faz pensar naquela máxima associada a Tolstói, ao dizer que para falarmos sobre o mundo seria primeiro necessário falarmos sobre nossas próprias vilas.

Antes dos *encontros de memória* que resultaram nas nossas fontes orais, mapeamos através de conversas prévias com pessoas próximas sugestões de entrevistados/as, a respeito dos/as quais dois fatores foram determinantes para sua escolha: a idade, a origem e a disponibilidade em conversar sobre temas que são delicados para algumas pessoas. De fato, alguns desses encontros acabaram por ser fortuitos, tendo sido muitos deles decorrentes de indicações de outros/as colaboradores/as não previstos/as na pesquisa.

Todos os encontros foram realizados na cidade de Catolé do Rocha, na mesorregião do Sertão do Estado da Paraíba, Brasil, localizada a cerca de 400 km da capital, João Pessoa. Havíamos realizado no início de 2015 uma primeira visita na qual o mapeamento anteriormente citado foi realizado. Até a segunda visita, quando se deu a maioria dos encontros (no total seis), procedemos à discussão do objeto e à seleção da bibliografia para diálogo. Em um terceiro encontro, já em 2016, no qual algumas das colaboradoras não se encontravam, realizamos as coletas de assinaturas para os termos de autorização de publicação de identidades, falas e imagens. No caso das ausências e dos impedimentos a assinatura de parentes autorizados/as cumpriu o objetivo da visita.

Encontrando a potencialidade dessas memórias, buscamos evidenciar as sociabilidades e representações individuais e coletivas a respeito de eventos e práticas ligados aos rituais funerários, entre os anos de 1930 e 1960 do século XX, em seis localidades da Paraíba e do Rio Grande do Norte: Brejo do Cruz,

¹ Durval Muniz de Albuquerque Júnior é provavelmente o historiador com a produção mais atual no que diz respeito à invenção de uma identidade “nordestina” no Brasil. Em *A Invenção do Nordeste*, por exemplo, discute historicamente a produção de significados na política, na literatura e nos costumes quanto ao que se convencionou chamar “Nordeste” ou “nordestino”, levando em consideração tanto os discursos sobre o território quanto sobre os indivíduos. Cf. Albuquerque Júnior 1999.

Brejo dos Santos, Riacho dos Cavalos, Catolé do Rocha, São Bento e Patú, esta última no Rio Grande do Norte

As memórias de velhas se constituíram no solo pelo qual caminhamos para traçar itinerários narrativos. Este caminho foi percorrido no intuito de mapear representações diversas sobre a morte, através de sentidos atribuídos aos rituais de passagem de familiares e amigos/as. Da mesma forma, considerando o contexto sociocultural do sertão paraibano e potiguar, anotamos das narrativas lugares e papéis sociais desempenhados nos espaços de encontro, mormente tais rituais. Nessa tarefa, buscamos perceber entre os diversos grupos significados da morte que pudessem redundar em atitudes para com a vida.

Metodologicamente, a referida pesquisa foi construída por meio de *encontros de memória*; nestes realizamos as entrevistas baseadas no questionário em anexo (Anexo 1), porém, não como método isolado, pois acarretaria em uma limitação no escopo de percepções possíveis. Privilegiamos conversas livres sobre a vida das colaboradoras, pois, ao passo em que as familiarizamos com o tema, acessamos diversos dados que a indução sequencial do roteiro não permitiria aparecer. Diante disso, e pressupondo no sertão um lugar que ainda expressa a preponderância das tradições orais, se mostra interessante um trabalho para além das entrevistas unívocas, abrindo espaço para a fala livre antes ou entre os questionamentos do formulário (Meihy, Holanda 2007: 40).

Com as respostas, relatos adicionais e intermediações de falas compusemos o arcabouço de material oral, cruzamos este com a historiografia sobre memória e sobre as representações da morte nos rituais fúnebres. Fazendo esse itinerário, pretendemos um diálogo da história com as memórias que recorrem a espaços construídos por diversos indivíduos e grupos no sertão nordestino do Brasil, problematizando tais narrativas a partir do suporte historiográfico citado.

A memória, tanto a individual quanto a coletiva, tem tido ressurgimentos contínuos nos âmbitos da teoria e da escrita da história. Desde que Tucídides havia declarado o cuidado necessário com o perigo das brisas da memória, na escrita de sua *História da Guerra do Peloponeso* (431 a. C.) até o século XIX, esse debate tem promovido novos resultados e releituras de provocações anteriores. Uma das importantes viradas no que concerne a tais ressurgimentos se deu na primeira metade do século XX, quando, principalmente na França e em menor proporção na Alemanha, os historiadores foram provocados por rupturas no *status quo* de conceitos fundantes para a história. “Fonte” e “documento” são alguns desses conceitos que ainda eram lidos a partir da

perspectiva metódica da escola alemã rankiana e de sua versão francesa de Fustel de Coulanges.

No caso brasileiro, cuja historiografia foi majoritariamente influenciada pela tradição francesa, essas experiências de debate em torno dos limites e possibilidades da escrita histórica só foram sentidas a partir dos anos 1970 e 1980. Por um lado, em meio à popularização dos trabalhos de historiadores/as da terceira geração dos *Annales*, e de outro, com os impactos provocados pela *linguistic turn* e sua divulgação entre os estudiosos latino-americanos.

É provável que no Brasil o trabalho mais conhecido sobre memória seja o ensaio intitulado *Memória* de Jacques Le Goff, parte de sua obra *História e Memória*. Apesar de já ter promovido muitas discussões, o trabalho continua suscitando questões ainda latentes entre os/as brasileiros/as, dentre elas, a atenção para o uso do conceito de *memórias*, evidenciando sua pluralidade e suas especificidades em contextos de tradição somente oral ou oral-escrita, constituindo o que Le Goff recupera de Leroi-Gourhan como a fase da *expansão da memória* (Le Goff 1990: 369).

Outro trabalho com boa recepção entre os/as brasileiros/as é *Práticas da memória feminina* de Michelle Perrot. O artigo, que já havia sido publicado na França, se popularizou no Brasil, em português, através da *Revista Brasileira de História* em 1989. No texto, Perrot reivindica uma discussão apropriada quanto à produção feminina de memória, cujo lugar reservado nos cânones historiográficos, ela diz, “é o do sótão” (Perrot 1989: 11-13). Essa mudança de olhar proposta sugere um exercício cuidadoso no trato com as memórias silenciadas, captando-as em meio aos arquivos e evidenciando-as. Esse novo espaço da emergência das memórias “de baixo” garantiria parte das falas de quem jamais figuraria na documentação oficial na condição de sujeito histórico.

Fora do eixo francês, outro historiador que se dedicou ao tema da íntima proximidade da memória com a história, e cujo trabalho é discutido na nossa historiografia, é Fernando Catroga. De fato, o diálogo dos brasileiros com o historiador português se aprofundou nas universidades após a publicação aqui de *O céu da memória*, e junto com ele, já nos anos 2000, *Os passos do homem como restolho do tempo*. A partir de sua maior proximidade com os estudiosos brasileiros, especialmente historiadores/as culturais, Catroga proferiu em 1999, em Porto Alegre, uma conferência cujo texto resultante se espalhou pela comunidade historiográfica, enriquecendo o debate sobre memória e história. O texto é *Memória, história e historiografia*, posteriormente publicado por ele também em Portugal (Catroga 2001).

As referências sobre memória também foram revisitadas pelos/as estudiosos/as brasileiros/as nas ciências sociais. Um resultado desse diálogo é o conjunto de pesquisas que resultaram no trabalho da socióloga paulista Ecléa Bosi. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos* foi recepcionada como a obra inaugural de uma sociologia da emoção no Brasil, retirando a memória de uma leitura estritamente funcional da sociologia e antropologia físicas, para inseri-la no campo da psicologia social. Pensando sobre essas possibilidades, evidenciamos a articulação da memória com o marcador da geração. Tal proposta aponta o ressurgimento das memórias de idosos/as na autoafirmação individual e coletiva, perante uma sociedade frenética que esquece os seus velhos/as e, portanto, apaga suas memórias².

Percebemos que entre as memórias e a escrita da histórica não há somente cisões e/ou submissões, mas principalmente negociações quanto ao que se quer lembrar ou ao que não interessa rememorar. Além de todas as fecundas implicações do trabalho com a memória já elencadas neste ensaio, recuperar a fala de idosas sobre experiências que lhes foram caras no passado é antes de tudo uma atitude política, pois este é um país cujos/as historiadores/as foram influenciados/as pela *história vista de baixo*, mas cuja produção ainda assenta-se majoritariamente sobre a história oficial.

As narrativas de velhas que agora virão, apesar de versarem sobre morte e sobre ritos de morte, não poderiam ser mais cheias de vida, não somente porque para essas pessoas e grupos a morte de seus parentes/membros era também uma escola para a vida, mas notadamente porque estamos assumindo um compromisso com as potências narrativas e criativas das memórias, e diria novamente, das memórias de mulheres sertanejas anciãs.

A caminhada dolorosa da morte ou a domesticação do morrer?

A tarde anuncia seu final rajando de vermelho o céu do sertão, a rua larga de casas simples acompanha o lento movimento de desenvolvimento da cidade. Uma personagem desse cenário viu as casas se erguerem, seus vizinhos mudarem, sua rua povoar-se. A casa amarela era rústica e pequena, mas suficiente para comportar quatro mulheres de uma geração de cinco. No canto esquerdo, em uma rede de puro algodão com varandas feitas a

² Trazendo a escrita de Balandier, Le Goff discute o papel dos “homens-memória”, geralmente velhos de comunidades sem escrita cuja função social se equipara à de líderes políticos e religiosos, exatamente pelo fato de serem os detentores da memória da comunidade. Cf. Le Goff 1990.

punho, estava mais de um século de vida personificado em uma senhora de pele branca, cabelos compridos e voz embaçada, mas não o suficiente para impedir de compreender sua franqueza: “Olha mãe, esses meninos querem que a senhora fale como *era* os *enterro* antigamente...”, falou em alto tom a filha, Dona Ana, que já contava seus oitenta anos. Dona Nega ligeiramente interroga em tom de surpresa: “Os enterros?”, responde a filha: “Sim mãe, *pra* senhora dizer como era, antigamente num era numa rede, essas *coisa*?” A anciã, ainda sem entender o interesse no assunto não demora a começar a narrativa, diga-se de passagem capaz de desenhar espaços e esquadrinhar gestos com detalhamento.

Dona Nega pede à filha que busque as fotos antigas da família, exhibe com orgulho sua “lucidez” frente aos anos que a marcavam. A imagem de uma criança, seu filho, num minúsculo caixão, parecia perdida no meio das demais, mas sabia onde estava guardada e que com ela seria possível ilustrar os antigos sepultamentos de crianças. Enquanto fixava o olhar na imagem que segurava com ternura, sutilmente uma lágrima escoava entre as suas rugas, e a filha exclama: “Ela toda vida que se lembra ainda chora”.

Outra senhora, quase centenária, que nos abriu o espaço da sua casa para tecer as narrativas sobre os antigos ritos fúnebres, morava na rua abaixo a de Dona Nega, era Dona Júlia. Quando chegamos aos batentes altos de sua casa percebemos que sua visão já não era das melhores, a audição, porém, permitia a ela identificar a voz de quem não via e ouvia há tempos. Sentada numa cadeira forrada de tecido, abaixo de uma imagem de Nossa Senhora, enrolava lentamente um cigarro de fumo, suas mãos trêmulas denunciavam os sinais do tempo. No entorno, duas filhas e um genro que auxiliavam a “interpretar” a fala nem sempre lúcida da anciã. Quando em sua narrativa alguma prática funerária aparentava muito peculiar o riso era certo, principalmente quando o tema era o uso de bebidas alcoólicas nos velórios.

Iniciamos a narrativa dos *encontros de memória* na casa de Dona Nega e de Dona Júlia, respectivamente, com um propósito: o de perceber o quanto são diversas e muitas vezes divergentes as representações sobre a finitude da vida nesses espaços. Entre uma morte que assusta e promove comoção e outra que chega serena e sem tanta surpresa, nos encontramos diante de um fenômeno que leva todas as sociedades a criarem seus códigos e símbolos, mediante anseios que lhe são próprios.

Morin e Norbert Elias já destacaram a morte enquanto um problema dos vivos, e não dos mortos, ou um problema que surge do conhecimento da morte e do reconhecimento de si na partida de outro membro da comunidade ou ente querido (Morin 1997: 57; Elias 2001: 10-11). Da mesma

maneira, a morte se apresenta de forma ambígua por manifestar-se natural e socialmente, mas por ser representada culturalmente. Suas representações, portanto, são necessariamente estratificadas, têm implicação social sobre grupos e indivíduos (Bruno 2011: 109-110).

Antes de adentrar nas falas das nossas personagens é preciso situar as faces nas quais se expressam as representações da morte no Ocidente, a partir de uma leitura de Norbert Elias sobre Philippe Ariès. Para Norbert Elias, a organização do texto de Ariès – *História da morte no Ocidente* – a partir de recortes pontuais durante longas durações, além de reduzir a morte a um sentido unívoco promove um preconceito histórico com o presente. Esse preconceito resultaria da insistência em uma leitura do medievo numa perspectiva de espaço mítico da morte serena e esperada, ao passo que em nossas sociedades contemporâneas até o nome da morte se evitaria citar (Elias 2001: 19-24). Teríamos, segundo essa concepção, retroagido no processo histórico de “domesticação da morte” (Ariès 2012: 31-49).

Nos vemos diante das representações de mulheres do século passado, cujas narrativas nortearam nossa escolha por uma leitura localizada. Da mesma maneira que tais memórias sobre o morrer nos trazem lembranças de dor e pranto, revelam-se também em fenômenos tais como o cair de uma folha seca da laranjeira. Sobre esta última forma de representação da morte temos o relato de Dona Júlia, contando a partida de um de seus filhos ainda recém-nascido no final da década de 1930:

Nesse tempo as *coisa*³ era muito *difício*. Meu marido trabalhava longe, e eu tava esperando um filho que tava *pra* nascer. Era eu *pra* cuidar de tudo com meu marido longe, as *vez* só vinha de dois ou de três em três *mês*. Eu senti umas *dor* e o menino tava *nasceno*, a parteira *vei* mas o menino não *escapô* [pausa acentuada]⁴. Sem meu marido não tinha como sair do sítio *pra enterrá* o menino, aí tinha um pé de laranja no muro quer dizer ainda tem, [nesse momento uma das filhas interrompe sua mãe perguntando se esse pé de laranja é o da casa onde a estávamos entrevistando, ao que Dona Júlia acena negativamente. Ela se refere ao pé de laranja de sua casa na zona rural], bem, aí eu enrolei o *anjin nuns panin* e coloquei num caco de telha e botei num buraco no pé da *laranjêra* eu rezei e acho que valeu, mas já faz muitos *ano*, não tem mais nem o pó, aí eu aguava o pé de laranja e com o tempo as *folha cubriro* a covinha dele e sumiu. (Dona Júlia, em julho 2015).

³ Manteremos a acentuação oral de termos coloquiais empregados pelas narradoras, porém em itálico.

⁴ As pausas, interferências e expressões acentuadas serão sinalizadas em sua ocorrência entre colchetes.

Em uma fala com um final tão poético a respeito da marcação do tempo no cair das folhas sobre o túmulo, transparece uma convivência amigável e prática com a morte. Entendemos esta afirmação se olharmos para o contexto de grave mortalidade no interior nordestino, aonde sequenciais epidemias de cólera grassavam desde o final do século XIX, com surtos até a metade do século XX⁵. A presença da morte na condição de elemento “natural” da vida não implicava um descuido com os mortos, apesar de ser expresso em ritual doméstico, ou seja, sem muitas complicações litúrgicas.

Entendemos da fala de Dona Júlia que os rituais de cuidado com os mortos pressupunham um enterro digno e as orações de seu vocabulário religioso. Não há uma suposta resignação diante da morte, pois esta conserva seu sentido de ruptura e dor para a família, mas também indica uma tentativa contínua de reduzir o impacto de sua própria morte esperada.

O fato de esta narrativa dar conta da morte de uma criança também implica outras considerações. Na construção das mentalidades sobre a morte, os infantes são associados ao ideal de pureza e de ausência de mácula, são os “anjinhos”, cuja morte, segundo João José Reis, é emblemática para entender o que ele chama de “a morte como uma festa” e não somente dor plena (Reis 1991: 123). Às criancinhas eram destinadas mortalhas com estampas e listras coloridas, diferentemente das roupas fúnebres de adultos que eram de cores fechadas como marrom ou roxo, muitas delas simulando hábitos franciscanos. Era a demonstração de que a morte dos pequeninos não era tão grave se comparada à de um homem ou mulher adultos, pois, indicava júbilo pela chegada de um anjinho para junto de Deus.

Para além de familiar e domesticada, a morte também poderia ser a passagem por um momento de dor, rápido ou duradouro. Na experiência da nossa outra narradora, Dona Nega, mesmo diante da certeza e da aceitabilidade da morte, percebemos que sempre havia uma face de surpresa, e estas lembranças de saudade e de medo podem ultrapassar décadas. Da mesma forma que Dona Júlia, sua vizinha próxima, Dona Nega perdeu um filho com quatro meses de vida, em 1947, e tantos anos depois a sua fala ainda se inebriou de emoção ao falar sobre o pequeno José (Fig. 1). Sem entrar em detalhes do dia

⁵ Em narrativas resultantes de encontros de memória entre os anos 40 e 50 já é possível identificar referências à alta taxa de mortalidade, as quais já percebem outros fatores envolvidos, tais como as limitações de salubridade e nutrição para a criação dos filhos e certo desconhecimento de algumas doenças infantis comuns. Destaque-se ainda o caráter rural das localidades sobre as quais os relatos se referem. Sobre as epidemias de cólera na Paraíba é possível encontrar uma boa discussão em Mariano, Mariano 2012.



Fig. 1.
Foto de José
Araújo, anjinho
falecido em 1947.

e das causas que levaram à partida precoce de seu filho, Dona Nega preferiu resumir a morte experimentada naquele momento com as seguintes palavras:

Era muito *sufrimento* ver os parente morrendo, Ah! O povo *prantiava* demais ficava todo mundo triste, de luto fechado, nem sair pela porta da frente da casa se usava quando *murria* alguém de casa ou ligar o rádio. Eu tinha um rádio daqueles *grande* mas ficou tempão sem ligar depois que José morreu (Dona Nega em julho 2015).

Ouvir uma narrativa de morte por um viés diferente do anterior, em meio a um choro antigo, poder-nos-ia induzir a imaginar, por certo ângulo, uma distância ou falta de familiaridade no enfrentamento da morte. Ao contrário, Dona Nega passou por dez abortos e pela morte prematura de dois outros filhos, mas o caso de José era especial, pois se tratava de um anjinho. Seu destino garantido no céu não escondia a dor de que já estava crescendo e havia acostumado a família com seu cheirinho, o qual para Dona Nega: “Ficou pela casa por um tempão” (ibid.), encerrando ela com o rosto e as mãos molhadas de lágrimas.

Morrer poderia ser familiar ou assustador à medida que a representação sobre os próprios mortos variava. Em períodos de epidemia ou em casos de morte repentina, o parente falecido poderia representar uma potencial assombração, são mortos que retornam, que não aceitam sua nova condição. Para os parentes defuntos que se encontrassem nesse estado, as orações piedosas, como os terços, eram eficazes estratégias.

O trabalho do luto no caminho de comunicação com os mortos, expiação dos pecados e preparação do morrer já foi largamente estudado no Ocidente (Le Goff 1995, Vovelle 2010) e também localmente (Freire 2005), porém, não propriamente da maneira como os mortos podiam passar de entes queridos saudosos a tormento e medo para os que ficavam.

O que garantiria uma convivência menos amedrontada era o cumprimento de determinadas práticas sufragicas em benefício das almas. O sepultamento digno, o luto, as missas de corpo presente, as missas de mês e de ano, as novenas e quinzenas agradavam e ajudavam o morto no seu caminho *post mortem*, da mesma forma que preparavam terreno para a morte de quem agora estava de luto.

Das narrativas dessas experiências locais, determinadas personagens se destacam em funções da piedade popular. Os/as velhos/as e as mulheres beatas eram geralmente convidados/as ou levados/as pela solidariedade da morte a dirigir orações, terços e novenas pela nova alma e pelo alívio dos familiares. A piedade para com os mortos significava principalmente uma preparação para viver sem medo e sem trauma da morte. Foi o que ficamos sabendo por meio do *encontro de memória* com Dona Ozelita, de 76 anos, que na década de 1950 morava na cidade de Patú, no Rio Grande do Norte, divisa com a cidade de Catolé do Rocha-PB, onde hoje reside. Ela vivia com seus pais e irmãos/ãs e alguns parentes próximos. Um de seus primos pequenos, fragilizado por uma grave subnutrição e anemia, faleceu no final de uma tarde. É assim que ela se reporta ao acontecimento:

Eu não vou mentir que tinha medo de quem *murria*, mas depois da morte daquele meu primo eu mudei, *dizia* que ele era *anjin* e que tinha sido batizado aí *num* fazia medo. Ele morreu, a maioria das crianças morria de anemia porque quase não tinha nada *pra* comer, *os* tempo *era* muito *difícil*. Aí a casa era cheia de gente e também não tinha nem um *caquin* pra colocar o menino e só tinha uma rede estendida no chão aonde tava o menino e que dava *pra* eu *dormi* e eu tava cansada aí eu fastei o *anjin* e dormi na outra banda da rede. De manhã botaram o menino *num* *caxãozin* de *madera* fraca e enterram. Pois é né? É a vida, a gente *num* vai ter que morrer um dia? Só confiando em Deus que a gente entende (Dona Ozelita em julho 2015).

Concluiu a senhora que só tirou a mão de sua Bíblia Sagrada quando se levantou para começar a servir o tradicional café da tarde.

Em tais vivências encontramos o acesso a uma piedade popular que não somente servia aos mortos, mas especialmente aos vivos. Já vimos que ela era companheira inseparável no trabalho do luto, mas também estratégia de “bem viver”, para assim “bem morrer”. A cultura da “boa morte” remonta ao Brasil oitocentista, quando já se verifica uma série de especialistas no ato de “morrer bem”, principalmente quando se falhava no “viver bem” (Reis 1991: 100). Ao lado da piedade popular, o pensamento eclesiástico era ainda evidente, pois as crenças na efetividade dos rituais de reza e terços pelos mortos

não excluía o credo nos sacramentos e sacramentais católicos. O batismo para as crianças em risco iminente de morte ou a extrema unção para os adultos moribundos são exemplos entre os requisitados.

Os referidos sacramentos eram empregados no momento da morte, na função de impulso da vida para o além, garantindo nos minutos finais de vida terrena que os pecados graves e esquecidos na confissão fossem perdoados (Reis 1991: 103). No caso dos anjinhos, esse cuidado garantiria que sua pura condição não fosse manchada pelo pecado original. Pensando nesses muitos símbolos aos quais se recorria para dirimir o medo da morte e dos mortos, entendemos que até as crianças falecidas poderiam causar temor nos vivos, mas somente aquelas que por ventura não tivessem tido tempo suficiente para receber o batismo. Crianças pagãs⁶ podiam assombrar depois de mortas, crianças enterradas ritualmente se tornavam intercessoras junto de Deus e dos santos.

Em meio a tantas representações, o fato mais visível nas narrativas é a elaboração de um caminho da morte. Sobre um passado distante, João José Reis havia destacado uma prática social de diligente preparação para a morte, o que foi chamado em breviários, missais, livros de novenas e na mentalidade coletiva de “a arte da *boa morte*” ou do “*bem morrer*”. A espera piedosa evitaria uma chegada surpresa da morte sem que o próprio morto e seus parentes pudessem cuidar de seu corpo e conseqüentemente de sua alma (Reis 1991: 92).

Decisivamente, nas formas em que a morte se apresenta nessas memórias de outrora, em regiões sertanejas das décadas de 1930 a 1960, percebemos que no morrer há um reflexo da experiência coletiva. O tipo de morte ou a falta das práticas piedosas necessárias transformariam entes queridos falecidos em iminente risco para os vivos. A familiaridade com o morrer, porém, também estava presente e era exercitada continuamente por meio de orações, símbolos e a prestação de solidariedade para com o/a falecido/a e seus parentes.

Os rituais de cuidado do corpo e da alma: representações e sociabilidades

Os relatos até aqui conhecidos nos informam sobre as décadas de 1930 e 1940, quando as atuais cidades do sertão ainda eram pequenos núcleos de

⁶ Crianças pagãs é o termo utilizado no imaginário católico popular brasileiro quando se refere aos infantes que morrem sem o sacramento batismal.

povoamento. Até à década de 1960 a população paraibana era majoritariamente rural, sendo 58% habitantes do campo contra 43% das cidades⁷. Essa cifra só começou a mudar a partir dos finais da década de 1970, quando se verificou em todo o país uma onda de êxodo rural e de crescimento das cidades.

Ao lado dos dados seriais é preciso localizar as mudanças no nível das mentalidades. Se verificamos o caso de Catolé do Rocha, elevada à condição de cidade em 1935, encontraremos tímidas mudanças nos costumes que não acompanham as requeridas transformações políticas, econômicas e sociais de uma cidade. Em meio a essa conjuntura, o ritmo da morte não se altera tanto, e ainda é possível encontrar a maioria das funções sociais que já se atribuíam nas experiências com a morte de períodos anteriores.

Da mesma forma que no campo, nas novas zonas urbanas do sertão da Paraíba, as beatas, as cuidadoras, os bêbados e os/as piedosos/as em geral continuam figurando nas cenas de velório. A secularização que suporíamos ter chegado rápido na cultura fúnebre dessas regiões foi combatida com certa resistência, pois, se antes era latente o recurso à piedade católica popular, no contexto citadino surge uma regularização religiosa por parte da Igreja.

Apesar de uma maior proximidade dos agentes eclesiais no ato da doença e da morte, um fato que chamou nossa atenção nos relatos é que os rituais de sepultamento no sertão eram espaços envolvidos por múltiplas histórias, ora tristes, ora cômicas. As narrativas das anciãs acerca desses episódios são traços de memórias nem sempre cercadas de choro e comoção, apesar da caminhada da morte que sempre marcava as vidas com certa dor.

Quando no raiar do dia morria alguém se escutava o sino intercalando suas badaladas com intervalos de silêncio até o meio-dia; se a frequência das badaladas aumentava, e se na hora do enterro o sino ainda continuava a tocar, sabia-se logo que era alguém de destaque ou que podia pagar pela divulgação⁸. Se era a tarde que a morte visitava a casa de algum/a sertanejo/a o sino trabalhava com seu toque fúnebre até as seis horas, quando já se misturava com as badaladas da Ave Maria.

Saber o estado civil do morto ou a sua idade também era possível pelo compasso do sino da igreja, cujo manuseio específico pelos sacristãos

⁷ Para o histórico populacional do Estado da Paraíba e especificamente das cidades do sertão, notadamente Catolé do Rocha-PB, conferir o arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: (<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250403>, consultado em 2016.09.25).

⁸ Atualmente, na maioria das localidades narradas, a prática de divulgação da morte de alguém é feita por carros equipados com som, contratados para esse propósito. Uma das mensagens diz: “A família de ***** noticia seu falecimento. O velório será realizado em sua residência e o sepultamento está marcado para as ** horas no cemitério local. A família agradece aos que comparecerem a esse ato de fé e piedade cristã”.

representava uma função importante no evento social da morte. Aqueles/ /as de meia idade ou velhos/as que não tiveram a chance ou o desejo de se casar eram chamados de “moços velhos” e “moças velhas” ou “vitalinos/as”. Quando um desses/as solitários/as falecia, era possível saber pelas badaladas compassadas, um *tim-tim* lento quase emudecendo, um morrer triste e sozinho, sem deixar filhos, sem deixar quem lhe continue chorando a partida depois do funeral.

Para casados/as, o sino aumentava a velocidade e a intensidade de suas badaladas, chamadas de “sinal”. E ainda mais alegre o sino ficava quando a morte era de um anjinho, cujo morrer era o único que trazia conforto e alegria implícitos. A melodia para os infantes “[...] se chamava ‘repite’ ou ‘repique’ e significava a alegria dos anjos chegando *no* céu, eram badaladas repetidas” (Magnólia, em julho 2015).

Os significados atribuídos à morte também poderiam ser sentidos nos cuidados com os corpos e na sua disposição no funeral. Os caixões eram itens raros e somente vistos em enterros de ricos, a forma usual ainda eram as redes, aonde se velava e conduzia o corpo até o local do sepultamento. Numa armação com quatro paus em forma de escada se amarrava a rede, que era carregada segurando-se no encontro das madeiras (Fig. 2). Nas memórias de Carminha, de 56 anos, que viveu boa parte da vida em Brejo dos Santos-PB, sabemos que “[...] de longe a gente avistava aquele montão de gente e o defunto ia acima do povo naquela rede esticada” (Carminha, em julho 2015). Havia o costume de distinguir a rede de um/a vitalino/a usando-se apenas um ou dois paus, aonde se prendiam os punhos. Redes de velhos/as na maioria das vezes eram de cor branca levadas na habitual armação.

No caso dos/as abastados/as, o caixão, na mesma condição da rede para os pobres, representava a



Fig. 2. Foto de Expedita Gomes na rede, falecida nos anos 1940 durante trabalho de parto. Seu anjinho está embaixo dos lençóis.

“identidade” do morto. Os homens jovens e solteiros eram sepultados em caixões roxos ou azul escuro, para as moças jovens, caixões brancos forrados por seda, e em muitos casos com a falecida vestida de noiva, num anúncio da preservação de sua virgindade. Para os adultos reservavam-se caixões pretos com detalhes dourados ou prateados, que apesar da bela decoração eram de madeira muito fraca, forrados com pano de murinho.

Mortos por doenças contagiosas, chamados de “mortos por desgraça”, não somente perdiam a graça de serem sepultados nos campos santos regulares⁹, mas a própria disposição do corpo também mudava. Não se usavam caixões, e quando se usavam redes o corpo era antes cautelosamente envolvido em infinitas voltas de faixa e não era velado em sua casa. O enterro era às pressas, pelo medo de que a peste atingisse outros membros da família ou da comunidade.

Para as crianças também se utilizavam pequenos caixões de parca madeira forrados com tecido azul celeste, ou decorados com papel de seda da mesma cor. Anjinhos de famílias humildes eram velados e sepultados em caixotes de madeira de refugo, em telhas de barro ou apenas embrulhados em tecidos azuis ou brancos, levadas nos braços de seus pais. Às crianças pagãs era vetado o sepultamento nos campos santos, e assim, eram enrolados em tecidos e enterrados nos currais ou nas porteiras e estradas. Relatos de assombrações de crianças nas porteiras e estradas são comuns no imaginário dessas localidades.

Apesar da dimensão coletiva que implicava principalmente o velório e o carregamento do morto, a morte de um parente era vivenciada principalmente na intimidade do espaço da casa. Desde o momento do último suspiro, o corpo era cercado de uma série de cuidados e práticas, não significando apenas a preservação da dignidade daquele defunto, mas porque se preocupava principalmente com a própria morte, através da prestação dos serviços de piedade e cuidado aos que morriam.

O corpo das mulheres era preparado por outras mulheres, e o dos homens por outros homens. Em ambos se vestia uma “mortalha”¹⁰ de tecido fino de cor branca ou marrom, cujo desenho se assemelhava aos hábitos dos franciscanos, trazendo inclusive atado à cintura o “cordão de São Francisco”¹¹, cujo

⁹ Na cidade de Jericó-PB, 28 quilômetros distante de Catolé do Rocha, o cemitério local é remanescente de um antigo local de sepultamento destinado a vítimas de lepra e outras doenças contagiosas.

¹⁰ *Mortalha* é a denominação do pano ou vestimenta com que se envolve o cadáver da pessoa que será sepultada.

¹¹ *Cordão de São Francisco* é um cinto de corda utilizado por membros dos diversos seguimentos da ordem franciscana e representa os votos feitos a Deus. Os três nós presentes no cinto simbolizam

uso na vestimenta dos defuntos tinha pouca implicação no sentido atribuído pela regra mendicante, e se voltava principalmente para a devoção popular e recorrência a símbolos religiosos.

Outros objetos religiosos também apareciam na cena da morte. No exato momento da partida era necessário acender uma vela virgem e colocá-la na mão do/a falecido/a, garantindo assim que seus primeiros passos no além fossem iluminados, já que as trevas eram mais temidas que a própria morte. O terço da Virgem ou o rosário também eram instrumentos recorrentes, nas casas que possuíam crucifixos de madeira, estes eram colocados ao lado da cabeça dos mortos e podiam acompanhar o cortejo até o cemitério.

O choro era muito contido. Dona Ozelita, que já conhecemos, nos diz que no falecimento de alguém pelos idos dos anos 50 “[...] não tinha esse alvoroço que tem hoje” (Dona Ozelita em julho 2015), e não somente pela dimensão da morte doméstica já apontada, mas porque o morrer nesse período – agora nas palavras de Magnólia sobre a década de 60 – “era muito diferente de hoje, porque a morte de uma pessoa da família era algo muito fino, muito importante” (Magnólia em julho 2015). Dessa forma, o choro quieto da família poderia ser contrastado com o alto clamor das “choradeiras”, mulheres que desempenhavam para famílias ricas a função de prantear o morto. Além destas, e quando os próprios parentes evitavam enaltecer as qualidades do falecido, contratavam-se também serviços de oradores/as, os/as quais tinham a missão de elogiar o defunto e de expor publicamente o quanto sua vida contribuiu para o bem de sua família e das pessoas com as quais conviveu.

As ocorrências que mantinham as pessoas em estado semelhante ao da morte, a saber, catalepsia ou a letargia¹², eram praticamente ignoradas e, portanto, o corpo dos defuntos permanecia em casa durante no máximo meio-dia. Preocupavam-se principalmente com os odores e, por esse motivo, enquanto permaneciam velando o defunto, se praticava a defumação do ambiente: “Pegavam alfazema seca e colocavam em uma lata ou panela de barro, colocavam brasas e outras folhas aromáticas e defumavam o corpo e a casa para purificar o ar e os pecados da pessoa que morria” (ibid.). Com

os votos de pobreza, castidade e obediência. O cinto representa também o desapego das coisas do mundo e a entrega total a Deus.

¹² A catalepsia é a condição de uma pessoa que mantém seus membros no local em que foram colocados por terceiros. Ausência temporária dos movimentos e da postura relacionada a certos tipos de demência, pode ser caracterizada pela rigidez dos músculos, fazendo com que a pessoa permaneça na posição em que é colocada; observada na histeria, na hipnose, nas meningites e na uremia. A letargia, por sua vez, é um estado de sonolência mórbida e de sono profundo que se observa em várias doenças mentais e principalmente na doença do sono.

esses usos não somente o medo de infecção do ar era contido, mas também a crença na purificação de algumas máculas levadas pelo falecido. Pessoas abastadas podiam inclusive ter essa garantia depois do sepultamento, pois era costume forrar o interior dos caixões com jasmim ou com alfazema.

Se compararmos esse contexto com as experiências rurais de décadas anteriores, não verificaremos uma aversão aos odores, pois, a maior preocupação ainda era com o longo caminho até o campo santo, ou seja, a garantia de um sepultamento cristão. É nas cidades que surgem outros sentidos e necessidades, mesmo que estes ainda permanecessem sob o estrito cuidado da família e da religião.

Os significados atribuídos aos cuidados que derivavam da morte redundavam, inclusive, na maneira de dispor o corpo para o ritual de “fazer sala”. Na rede ou no caixão, o defunto era sempre colocado com os pés voltados para a porta de entrada, pois se temia que aquela nova alma acabasse permanecendo em casa. A familiaridade com os mortos parentes não implicava o desaparecimento total do temor que estes provocavam.

As orações, preces e outras práticas que se seguiam ao momento em que o defunto era velado tinham pouca ou quase nenhuma presença dos padres. A regulamentação religiosa já citada não retirou dos/as velhos/as, e principalmente das mulheres fervorosas, a função de conduzir os ofícios fúnebres do rosário, e da oração do ofício da Virgem da Maria, considerado instrumento eficaz para a salvação das almas.

Em velórios de adultos a música era pouco usual, mas em enterros de anjinhos as orações eram geralmente substituídas pelos “benditos dos anjos”, canções que reforçavam a dimensão festiva na qual estavam envolvidos os rituais dos pequeninos.

Após todas as práticas devotas a preocupação com o destino das almas não parava por aí. Durante o cortejo fúnebre, uma parada na porta principal da igreja ou da capela era fundamental. Era a última oportunidade para encomendar o defunto à intercessão dos santos e à misericórdia de Deus. Na presença rara dos padres, esse era um dos únicos momentos em que o fiel defunto tinha um contato direto com a Igreja: o sacristão aspergia água benta sobre o corpo, anunciando finalmente que o cortejo poderia seguir em direção ao sepultamento.

Na condição de evento social, a morte congregava pessoas diversas da comunidade. Esta não parecia soar unicamente no sentido de uma ruptura total, mas ao contrário, os velórios e cortejos eram verdadeiros espaços de sociabilidade. As famílias eram geralmente grandes e a elas cabiam diretamente os primeiros cuidados com o/a falecido/a e o anúncio do falecimento.

Preparava-se o corpo limpando-o e colocando-o na mortalha, e depois na rede ou caixão, era disposto na sala e a partir daí começava a chegada dos parentes próximos, das velhas e dos velhos beatos, amigos, choradeiras – para quem podia tê-las – curiosos... E entre todos esses, os bêbados!

O espaço da morte não era somente de sociabilidades, mas de uma forma de sociabilidade na qual a ausência da distinção entre sagrado e profano, se não era pregada oficialmente, era vivida corriqueiramente. “Eles bebiam muito nos *velório*, tanto cachaça como café” (Juracy, em julho 2015). “Bebiam muita cachaça durante o *velório* que era *pra* ficar esperto até chegar com o *difunto* no cemitério” (Dona Júlia, em julho 2015). A fala de Dona Juracy se refere ao que se nomeava de ritual de “beber o defunto”, uma representação social do *velório* para além de um ritual cristão, denotando um espaço de encontro e de celebração. Quanto à Dona Júlia, nos faz entender o senso prático com o qual a morte era tratada nesse período de trinta anos sobre o qual nos propomos construir essas narrativas.

Cenas cômicas podiam se desenrolar durante os rituais fúnebres, dada a quantidade de bebida alcoólica que se consumia. Êbrios que se emocionavam e se empolgavam com a morte de um membro da família, outros que caíam sobre o caixão ou que faziam piada com as beatas são as principais personagens do catálogo de anedotas e piadas sobre enterro no Brasil. Nessas realidades sertanejas encontramos muitas cenas cômicas parecidas, e uma que escutamos de Dona Nega terminou em meio as risadas dela, de suas filhas e nossas:

Morreu um *sinhô* e era longe que só para enterrar, aí botaram na rede e começaram a caminhada com o *difunto*. *Bebero* tanto na casa e na estrada *pra* ficar esperto *pra* carregar a rede que pelo *mei* da andança no pingo do *mei* dia os *bêbo derrubaro* o *difunto*. Os que *ia* na frente *veno* aquela arrumação e sem ver o *difunto* mais na rede *acharo* que o morto tinha vivido e se *metero* correndo no mato (Dona Nega em julho 2015).

Nas regiões rurais, a morte de alguém era uma longa caminhada, quilômetros eram percorridos para sepultar os mortos. Por esse motivo, muitos são os relatos de defuntos que nem chegavam a ser velados, dada a considerável distância para poder chegar aos cemitérios. No meio dessas dificuldades, outras expressões da piedade popular para com os defuntos começaram a ser forjadas: pequenos proprietários donos dos primeiros veículos automóveis, passando pelas estradas, podiam ajudar famílias pobres que caminhavam com seus parentes defuntos pendurados nas redes.

Em cidades do porte de Catolé do Rocha e Riacho dos Cavalos, a partir das décadas de 50 e 60, as igrejas passaram a oferecer à população um caixão

coletivo, que passou a desempenhar a mesma função das redes coletivas que eram compartilhadas anteriormente. Já se registrava, com raridade, os inícios da prática de fotografar os parentes mortos, cujas implicações levaram à já longamente estudada arte cemiterial (Soares 2007, Ribeiro 2012).

A proximidade com os mortos expressa em todas essas práticas e rituais combatia o medo e preparava a própria morte. Essa relação com os que partiram era de tal modo fundamental que continuava após o sepultamento. O trabalho do luto, entendida por Milena Freire como a maior expressão de afetividade para com os mortos, é a relação íntima que os vivos podem ter com uma etapa da vida sobre a qual só podem fazer projeções (Freire 2005: 6-7). Nas narrativas que ouvimos, o luto também transmitia uma continuidade na comunicação com os mortos, manifestada nas dimensões específicas dos tipos de luto que eram vivenciados no sertão paraibano do século XX.

Esse processo de continuidade da vivência junto a quem morria manifestava também anseios dos vivos. Por isso, ao marido ou à esposa cabia se enlutar de uma forma, aos irmãos de outra e, portanto, aquela marcação dos lugares de cada tipo de morto permanecia ainda na expressão de recolhimento pela sua memória.

Dona Nega nos contou que as mulheres casadas tinham o enlutamento mais rigoroso: além da roupa completamente preta, todos os brincos, gargantilhas ou outros adereços de cor “*devia* ser enrolado em uns *pedacinho* de pano preto” (Dona Nega, em julho de 2015). Ao sair de casa, a viúva mantinha sua cabeça completamente coberta por um tecido fino preto, a “*mantiha*”; seu resguardo no luto poderia durar para sempre caso não desejasse ou não conseguisse casar novamente.

Para os viúvos ou para os parentes de mulheres falecidas o luto diminuía o tempo e o rigor. Estes se vestiam durante um ano com calça preta, camisa branca e um pequeno pedaço de pano preto costurado no bolso direito da camisa. Para irmãos ou tios falecidos exigia-se o cumprimento do luto durante seis e três meses, respectivamente, observadas as formas de expressar o luto nas vestimentas. Há relatos de que os pais não colocavam luto para os filhos ou filhas, o que nos faz pensar na morte antes da velhice e lembrar daquela “*morte por desgraça*” que alterava a ordem “*natural*” da vida. Os filhos e filhas, por sua vez, observavam o luto dos pais durante o curso de um ano.

O luto, ou melhor, a ausência dele, por um moço ou moça velha era expresso no mesmo sentido de solidão que já denotava o cortejo do seu corpo. Para esses/as vitalinos/as não se colocava luto. Aos anjinhos, cuja morte era carregada de conforto, o luto também soava desnecessário.

Com tantas expressões diferentes do enlutamento que consideravam o grau de parentesco, o estado civil e a idade, inferimos que todos esses sentidos não se manifestavam apenas no isolamento parcial ou total, mas também no ambiente da casa, aonde os objetos e móveis entravam no novo ritmo taciturno que se iniciava com a morte. “Não usava a porta da frente da casa, cobria os *santo*, o rádio, tudo com pano preto” (Dona Nega em julho 2015), mas depois de cumprir esse período que envolvia respeito e afeto à memória do falecido, por um lado, e preparação para viver, por outro, se iniciava a fase chamada de “abrir o luto”. Passava-se a usar peças de roupa claras, mas nunca estampadas e coloridas, voltava-se aos poucos a ouvir o rádio, a admirar a face dos santos, a abrir todas as portas da casa e usá-las para entrar e sair.

Depois que os cuidados com os mortos passaram gradativamente da esfera privada para as casas de saúde, e depois que a morte passou a ser lugar solitário, os vivos têm paulatinamente se afastado da morte, evitando práticas de familiaridade semelhantes às de outrora, e buscado um ideal de morte limpa, controlada e evitada.

No contexto estudado, a secularização dessas práticas advindas com os novos ideais de urbanidade demorou a chegar, e só podem ser percebidas de fato a partir da década de 1970 em diante. Por esse motivo, nos dados coletados nas entrevistas verifica-se a ausência ou a lenta institucionalização do cuidado com os mortos, incluindo localidades que já gozavam do status de cidade. Diante disso, podemos pensar na resistência da mentalidade e dos costumes rurais que ainda exerciam forte influência nesses lugares.

Ao pensar nessas mudanças, as figuras dos/as velhos/as aparecem também em um lugar de afastamento e esquecimento. A nossa escolha por falar de morte e articular com a memória de velhas (Bosi 1994: 12; Hoffmann-Horochovski, Rasia 2011)¹³ sertanejas é estratégia para pensar que apesar das transformações na forma que hoje encaramos a morte, é possível retornar a momentos em que a finitude humana não foi tão estranha, e nem tão traumática. No período recortado, em meio a tantas privações, as formas de encarar a vida refletiam as maneiras de representar e viver a morte de parentes e conhecidos.

Chegamos para mulheres cinquentenárias, sexagenárias, septuagenárias, octogenárias, nonagenárias e centenárias para conversar sobre a morte. Esta,

¹³ Já citamos o trabalho de Bosi 1994, mas considerando principalmente sua preocupação em trazer para a Sociologia brasileira uma discussão articulada sobre memória, e memória de velhos e velhas. Há que se considerar que a forma como Bosi escreve é orientadora, no sentido de perceber que é a própria sociedade que articula memória e velhice, e por outro lado velhice e morte, lugares que passaram a conotar esquecimento e rejeição social.

para nós, pode ser fonte para entender anseios sobre a vida, permitindo que velhas memórias falem, e falem inclusive sobre o que não se quer falar atualmente: a morte e os mortos. Falando em mortos, e em mortas saudosas, os/as encontramos nas casas que visitamos pelo sertão da Paraíba. E entre esses/as que hoje nos preocupamos em continuar lembrando estão agora Dona Júlia, gentil e alegre colaboradora que pelo seu vigor parecia que ainda viveria outros 99 anos, mas que partiu há três meses, e Dona Nega, falecida no mês de janeiro aos cento e dois anos, hoje lembrada em meio a muitas lágrimas nossas e de sua filha, Dona Ana, em nosso reencontro recente. Este ensaio sobre a morte dedicamos à memória viva dessas mulheres sertanejas.

Bibliografia

Monografias

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de (1999). *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez.
- ARIÈS, Philippe (2012). *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BOSI, Ecléa (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- CATROGA, Fernando (1999). *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva.
- CATROGA, Fernando (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- CATROGA, Fernando (2009). *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina.
- ELIAS, Norbert (2001). *A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- LE GOFF, Jacques (1990). *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- LE GOFF, Jacques (1995). *Nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola (2007). *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto.
- REIS, João José (1991). *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOARES, Miguel Augusto Pinto (2007). *Representações da morte: fotografia e memória*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUC.
- TUCÍDIDES (2001). *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. 4ª ed. Brasília: Editora UNB.
- VOVELLE, Michel (2010). *As almas do purgatório ou o trabalho do luto*. São Paulo: UNESP.

Artigos

- BRUNO, Aguiomar Rodrigues (2011). “O imaginário popular da morte numa província do Império”, *Revista Labirinto*, 15, 109-124 (<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/986/1045>, consultado em 2016.09.26).
- FREIRE, Milena Carvalho Bezerra (2005). “Isolamento e sociabilidade no luto: a formação de redes sociais no ambiente cemiterial”, *Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 8, 1-14 (<http://revista-redes.rediris.es/webredes/arsrosario/01-Freire.pdf>, consultado em 2015.12.01).
- HOFFMANN-HOROCHOVSKI, Marisete Teresinha; RASIA, José Miguel (2011). “Rituais fúnebres em memórias de velhos”, *Revista Horizonte*, 9, 24 (<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n24p1112/3509>, consultado em 2016.09.28).
- MARIANO, Serioja R. C.; MARIANO, Nayara R. C. (2012). “O medo anunciado: a febre amarela e a cólera na Província da Paraíba”, *Revista Fênix de História e Estudos Culturais*, 9, 3, 1-20.
- PERROT, Michelle. (1989). “Práticas da memória feminina”, *Revista Brasileira de História*, 9, 18, 9-18 (www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846, consultado em 2016.09.27).
- RIBEIRO, Ana Cláudia Anibal (2012). “Retratos da morte: práticas de eternizar memórias sobre o ente querido em Russas-CE”, *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural, Universidade Federal do Piauí*, 1-11 (<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Ana%20Claudia%20Anibal%20Ribeiro.pdf>, consultado em 2016.09.27).

Sites

- Dicionário Michaelis Moderno Online (<http://goo.gl/svRIhF> & <http://goo.gl/Op4MzT>, consultado em 2016.02.16).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://www.ibge.gov.br/home/>, consultado em 2016.09.25).

Entrevistas

- Entrevista concedida por Maria Júlia de Figueiredo, “Dona Júlia”, em 2015.07.01. Catolé do Rocha-PB.
- Entrevista concedida por Maria do Carmo Dantas, “Carminha”, em 2015.07.03. Catolé do Rocha-PB.
- Entrevista concedida por Alda Francisca, “Dona Nêga”, em 2015.07.04. Catolé do Rocha-PB.
- Entrevista concedida por Ozelita Gomes em 2015.07.03. Catolé do Rocha-PB.
- Entrevista concedida por Magnólia em 2015.07.02. Catolé do Rocha-PB.
- Entrevista concedida por Juracy da Silva em 2015.07.03. Catolé do Rocha-PB.

Anexo 1

Encontros de Memória

Questionário Geral para entrevistas

*Dados: Nome/Idade/Naturalidade/Localidade do relato/Período;

1. Como aconteciam os enterros na sua época?
2. Os padres ou outros representantes da Igreja participavam nos rituais?
3. Crenças e práticas religiosas acompanhavam o processo de morte, velório e sepultamento?
4. É verdade que antes existiam “tipos de velório”, “tipos de sepultamento” e “tipos de mortos” diferentes? O que existia de diferente entre eles?
5. Quem cuidava do cuidado com os defuntos? Como eles eram?
6. Era usado algum instrumento ou símbolo durante a preparação do corpo, velório e no sepultamento?
7. Como é que as pessoas ao seu redor e você mesma sentiam a morte naquela época?
8. Era comum a prática de fotografar os mortos? Com que intuito?
9. Quanto tempo o corpo permanecia sendo velado?
10. E os rituais de sepultamento de crianças, eram diferentes? Como?
11. O que o luto significava para as pessoas naquele momento? Como elas se comportavam nesse período depois da morte de um parente ou conhecido?
12. Quais os tipos de pessoas que frequentavam os velórios? O que faziam neles?



RECENSÕES

Baptista, Virgínia (2016). *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal 1880-1943*. Lisboa: ICS, 507 pp., ISBN 978-972-671-365-4.

A investigadora Virgínia Baptista tem-nos habituado a estudos de grande rigor histórico e cientificamente modelares. Continua a ser uma referência incontornável o seu livro *As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)* (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999), e que reproduz a sua dissertação de mestrado. Acrescem outros trabalhos no campo da história das mulheres bem como no da assistência em Portugal, todos ancorados em preocupações teóricas e no tratamento metuculoso de fontes historiográficas.

Nesse quadro se inscreve o livro *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal 1880-1943* (Lisboa: ICS, 2016), recentemente publicado, versão abreviada da sua tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, elaborada no ISCTE, sob orientação da Doutora Fátima Sá, e que foi galardoada, no ano de 2014, com o prémio Silva Leal.

Nesta obra em que se aborda um tema central da história da condição feminina – a maternidade – a Autora dá-nos uma visão panorâmica das associações mutualistas, em especial das primeiras formas de assistência materno-infantis em Portugal, dimensão que era desconhecida, como bem observam as prefaciadoras do volume, as Doutoradas Miriam Halpern Pereira e Fátima Sá. Como pano de fundo, a preocupação com a chamada “questão social”, expressa nos níveis elevados de mortalidade infantil nos principais bairros operários ou no receio do “abastardamento da raça portuguesa”, a par dos avanços no campo da medicina preventiva e do progresso das ciências biomédicas, numa estreita articulação entre ciência, religião e propaganda natalista.

Uma das singularidades deste livro reside no modo como a Autora se relaciona com a sua própria obra, ou seja, o modo como constrói a sua genealogia historiográfica, encadeando-a com os resultados de investigações anteriores. “A presença das mulheres no mercado de trabalho em Portugal – escreve Virgínia Baptista (p. 315) – era uma realidade, tanto para as solteiras como para as casadas, com filhos pequenos”, esclarecendo (p. 32) que “as mulheres estavam integradas no mercado de trabalho, sendo 36,4% dos trabalhadores em 1890 e 22,8% em 1940, apesar das oscilações decenais”.

As taxas de feminização mencionadas e que refletem o peso da população ativa feminina são o ponto de partida para esta obra, considerando-as como momento fundacional para novos caminhos, em particular para responder a questões centrais: existia discriminação relativamente às mulheres trabalhadoras nas associações profissionais? Foram promulgadas medidas destinadas a apoiarem as mães trabalhadoras? Como é que a discriminação de género afetou a previdência social?

A reconstituição histórica tem por base um leque alargado de fontes, manuscritas e impressas, recolhidas sobretudo em arquivos públicos e privados, nacionais, municipais ou de instituições associativas e que incluem, entre outro tipo de documentos, papeletas dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, registos clínicos de maternidades e de enfermarias de partos, estatísticas médicas, estatutos, atas e relatórios de associações.

A heterogeneidade da documentação coligida permitiu problematizar o tema, conhecer as associações de classe que existiam no país, entre 1890 e 1940, definir os contornos e as resistências da política interventiva do Estado para o setor, dando visibilidade a um universo de instituições e de associações que estariam apenas reservadas a quem se aventurasse a mergulhar nesse *mare magnum* documental.

O livro estrutura-se em cinco capítulos, sendo completado por uma introdução, em que procede ao enquadramento geral do tema e define conceitos e metodologias, e uma conclusão, a que se segue a listagem das fontes e da bibliografia consultadas. Remata o livro um corpo significativo de anexos, constituídos, em grande parte, por quadros estatísticos que foram concebidos como suporte material e explicativo do texto. Listagens das associações, datas de fundação, distribuição geográfica, idades de admissão das sócias, são alguns dos elementos postos à disposição dos leitores. Trata-se de um instrumento de trabalho muito útil para futuras investigações, por permitir comparações com outros casos, nacionais ou estrangeiros.

No primeiro capítulo, Virgínia Baptista, atenta às tendências historiográficas europeias e americanas, procede à elaboração do estado da arte do seu objeto de estudo. Faz o ponto da situação do debate sobre o trabalho feminino, a maternidade e a génese do Estado-providência. Interpela as diversas modalidades que este assume e enquadra-as nas polémicas político-ideológicas que o tema suscitou, em especial, nos meios feministas.

Convém a este propósito recordar que a maternidade reveste um lugar central na história dos feminismos de primeira vaga, tendo sido considerada uma função social que o Estado devia apoiar e, nessa medida, foi estrategicamente utilizada como meio de pressão sobre o poder político, ao reclama-

rem-se direitos para as mães trabalhadoras. As feministas portuguesas (Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Aurora de Castro, Elina Guimarães, entre outras) também se pronunciaram sobre o assunto, não lhes tendo sido indiferente a situação da operária.

No segundo capítulo a autora aprofunda o caso português, analisando a legislação promulgada desde finais do século XIX, seus principais intervenientes, objetivos e divergências. Detém-se na evolução do corpo legislativo que se dirigia às mães trabalhadoras – a carta de lei de 14 de abril de 1891, as leis de 24 de junho de 1911, de 10 de maio de 1919 e de 29 de outubro de 1927 –, culminando na criação do abono de família, no ano de 1942.

Porém, como bem salienta Virgínia Baptista (p. 80), ao procurarem proteger a mãe trabalhadora, “proibindo algumas atividades e estipulando um horário específico para o trabalho feminino”, contribuíram para “agudizar a pobreza”. Inclusive, o abono de família “só era pago à mulher casada se o marido estivesse nas situações de invalidez, desempregado ou impedido de sustentar a família, não sendo atribuído às mães solteiras”. Só a partir de 1962 a maternidade se tornaria numa modalidade autónoma de seguro.

A identificação das instituições que prestavam assistência às mulheres trabalhadoras no parto ou na infância dos seus filhos constitui o tema principal do terceiro capítulo. Ora com minúcia, ora com distanciamento crítico, mas sempre com sensibilidade e emoção, a Autora reconstitui o caleidoscópio de maternidades, de dispensários, de creches, de lactários, de parques infantis, de albergues noturnos, entre tantas outras instituições, algumas efémeras, outras mais duradouras.

Pela sua mão entramos nas enfermarias das paridas, acompanhamos os horários das mamadas nas maternidades da Companhia Portuguesa de Tabacos, sabemos quem foram as “mulheres parturientes, mães infelizes” que pernoitaram nos albergues da capital ou aquelas que, secretamente, se refugiaram na Maternidade Abraão Bensaúde, de Lisboa, a única instituição nacional que acolhia mães solteiras. Reconstitui igualmente a génese das primeiras maternidades e esboça pequenas biografias dos médicos que as dirigiram.

Porém, esclarece a Autora, a única instituição em que se cumpria a lei do repouso após o parto (serviços médicos, cuidados às crianças, subsídios e licença de maternidade) era a Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos, permitindo que as tabaqueiras encarassem essa proteção como uma melhoria nas suas condições de vida.

No quarto capítulo, basilar no tema, a autora centra-se nas associações mistas e femininas, seus objectivos, condicionalismos, deveres e benefícios.

O desenvolvimento desta problemática assenta na leitura crítica dos respetivos estatutos, demonstrando que se considerava que as mulheres, por padecerem de patologias próprias do seu sexo, causavam prejuízos às associações, pelo que só algumas concediam subsídios em caso de doenças decorrentes do parto. Existia, por conseguinte, uma política de exclusão relativamente às mulheres nas associações operárias. A Autora igualmente revela as suas resistências, organizando-se autonomamente e defendendo os seus próprios interesses. Assim, só as associações femininas, em número muito escasso, inscreveram nas modalidades de previdência o apoio da maternidade com subsídio.

No quinto capítulo analisa-se o tecido social e humano de um dos núcleos duros da industrialização lisboeta, o sítio de Xabregas, designação de Angelina Vidal, “essa vermelha a cheirar a canalha”, como a definiu Oliveira Martins. Avalia o impacto da industrialização, a distribuição no espaço de fábricas e oficinas, interroga as normas masculinas do léxico fabril e mostra como o género teve um papel importante na definição da categoria de operária.

Trata-se, pois, de um livro denso de informação, assente em escolhas criteriosas, de leitura agradável, com objetivos claramente alcançados, a ler com prazer e proveito. Abre numerosas pistas de reflexão, constituindo também uma boa porta de entrada para os últimos desenvolvimentos historiográficos em matéria de estudos de género, muito em particular de temas como a articulação da medicina com a história das mulheres; a medicalização dos nascimentos, ou seja, a passagem do parto feito em casa para as instituições hospitalares; a história da maternidade; a história do associativismo ou do Estado providência em Portugal... Pelos problemas que levanta, pelas respostas que dá, mas também por aquelas que deixa em aberto, o conhecimento histórico fortaleceu-se com este estudo.

IRENE VAQUINHAS
FLUC / CHSC – UC
irenemcv@fl.uc.pt

Carvalho, Teresa Nobre de (2015). *Os Desafios de Garcia de Orta: Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Lisboa: Esfera do Caos Editora, 263 pp., ISBN 978-989-680-1441-1.

A presente obra corresponde a uma versão revista da tese de doutoramento da Autora, intitulada *O mundo natural asiático aos olhos do Ocidente. Contribuição dos textos ibéricos quinhentistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia*, defendida na Universidade de Lisboa em 2013, e orientada por Henrique Leitão e Rui Manuel Loureiro. Como fica suficientemente explícito no próprio título, a autora procura analisar a figura de Garcia de Orta e da sua obra “Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India, e assi dalguas frutas achadas nella onde se tratam alguas cousas tocantes amediçina, pratica e outras cousas boas”, publicada em Goa em 1563. Escrito de forma clara e direta, acessível não apenas a académicos como a qualquer público, a obra de Teresa Nobre de Carvalho merece destaque por nos proporcionar o “derradeiro” estudo sobre Orta.

Estruturado em seis capítulos, o livro permite-nos compreender, nos dois primeiros títulos (1. *Maravilhas do mundo natural da Ásia: uma herança medieval* e 2. *Primeiras notícias e leis sobre a natureza das Índias (1498-1548)*), a imagem da Ásia antes da chegada dos Portugueses a Calecute, nos últimos anos do século XV, bem como a construção de uma nova visão sobre o mundo natural asiático – produção, circulação e usos das mais diversas especiarias, drogas e plantas – durante a primeira metade do século XVI.

A investigadora dá-nos a conhecer, no terceiro capítulo (*Garcia de Orta (c. 1500-1568)*), o percurso biográfico deste médico natural de Castelo de Vide, bem como – e talvez mais interessante – a descoberta e o impacto da sua obra nos séculos seguintes e a construção da sua memória, sobretudo a imagem mitificada pelo Conde de Ficalho, responsável, em 1886, pelo grande estudo sobre Garcia de Orta¹ e pela reedição, entre 1891-1895, dos *Colóquios*². Compila, desta forma, os trabalhos mais recentes dedicados a Orta, deixando, como não poderia deixar de ser, uma série de questões em aberto que poderão vir a ser respondidas em futuros estudos.

Os capítulos 4 (*Colóquios dos Simples: ordem e desordem*), 5 (*Radiografia do tratado*) e 6 (*Um novo método*) são então inteiramente dedicados à aná-

¹ Ficalho, Conde de (1886). *Garcia da Orta e o seu Tempo*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

² Orta, Garcia da (1891-1895). *Coloquios dos simples e drogas da India*. Ed. dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho. Lisboa: Imprensa Nacional.

lise da obra. Para além de interrogar o papel da imprensa em Goa, assunto frequentemente esquecido e que merecia um estudo mais aprofundado, a Autora analisa grande parte dos exemplares da primeira edição de que conseguiu referência, espalhados em diversas bibliotecas e arquivos entre a Europa e as Américas (mais de três dezenas). Numa análise quase codicológica, Teresa Nobre de Carvalho acaba por questionar a presença de Orta na preparação do volume, tendo em conta o elevado número de erros de impressão e de correções feitas na errata – assunto que, infelizmente, dificilmente ficará esclarecido sem o aparecimento de nova documentação. A investigadora procede então a uma minuciosa análise do conteúdo dos *Colóquios*, tentando identificar as fontes – as referências a obras da Antiguidade ou a manuscritos que então circulavam na altura –, permitindo vislumbrar a biblioteca de Orta em Goa³. Denote-se, por exemplo, a importância do chamado Códice de Elvas⁴, importante manuscrito que, quanto a nós, merecia uma nova edição crítica devidamente contextualizada na época em que nos parece ter sido mandada compilar: durante o governo do “Estado da Índia” de D. João de Castro (1545-1548). Paralelamente, a Autora consegue identificar, através do cruzamento de diversas referências da obra, o próprio conhecimento adquirido pelo médico português durante a sua longa estadia na Ásia através do contacto direto com médicos locais e outros conhecedores dos elementos naturais daquelas terras. Vem assim a desenvolver aquilo que é aqui denominado como um “saber híbrido” (por ex.. p. 191), isto é, a convergência de diversos saberes médicos (europeus e asiáticos). Conseguimos ainda compreender o vasto processo de escrita de Orta, através da apurada investigação local, comparando aquilo que conhecia e que era tido como facto pela literatura europeia erudita da época com o que via e discutia no território asiático.

Usando a expressão que Orta deu à personagem de Ruano na sua obra, “o que hoje nam sabemos amanhã saberemos”, podemos afirmar inequivocamente que o estudo de Teresa Nobre de Carvalho é um valioso contributo para a compreensão do “Estado da Índia” no século XVI. Permite compreender não apenas a figura de Garcia da Orta enquanto médico e autor daquele valioso tratado quinhentista, como o próprio funcionamento das redes de informação e de conhecimento nos territórios portugueses na Ásia, e a difusão destes novos saberes até à Europa. Seguindo o percurso deste médico, de

³ Veja-se, neste sentido, os muitos trabalhos de Rui Manuel Loureiro que tentam também identificar as fontes de obras como a de Fernão Mendes Pinto, Diogo do Couto ou Don García de Silva y Figueroa.

⁴ Cod. 5/381 da Biblioteca Municipal de Elvas, publicado por Calado, Adelino Almeida (1960). Livro que trata das cousas da Índia e do Japão. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Castelo de Vide aos estudos em Salamanca e Alcalá de Henares, à sua breve passagem enquanto docente na Universidade portuguesa, à sua viagem até Goa na armada de Martim Afonso de Sousa, em 1534, como médico pessoal deste fidalgo, Nobre de Carvalho fornece-nos uma valiosa peça do puzzle que é Orta, completado pelos diversos estudos que tem vindo a publicar sobre esta personalidade. Falta-nos, neste momento, apenas, uma nova edição crítica dos *Colóquios*.

ROGER LEE DE JESUS
CHSC-UC e CHAM-UNL e UAç
rogerlee.pj@gmail.com

Guyotjeannin, Olivier; Morelle, Laurent; Scalfati, Silio P. (eds.) (2016). *Les formulaires. Compilation et circulation des modèles d'actes dans l'Europe médiévale et moderne. XIII^e congrès de la Commission internationale de diplomatique (Paris, 3-4 septembre 2012)*. Paris: École Nationale des Chartes. Em linha: <http://elec.enc.sorbonne.fr/cid2012> (consultado em 27 de julho de 2016).

No passado mês de abril de 2016, a *École Nationale des Chartes* disponibilizou em linha as atas do XIII^o congresso internacional da Comissão Internacional de Diplomática, que teve lugar em Paris, nos dias 3 e 4 de setembro de 2012, coorganizado pela *École Nationale des Chartes* e pela *École Pratique des Hautes-Études*, e subordinado ao tema *Les formulaires. Compilation et circulation des modèles d'actes dans l'Europe médiévale et moderne*. Sob coordenação de Olivier Guyotjeannin, Laurent Morelle e Silio P. Scalfati, a obra reúne vinte e três artigos de diplomatas e historiadores das instituições, de diferentes nacionalidades, que procuraram responder às seguintes propostas de trabalho, lançadas pelos organizadores do encontro: reflexões de largo espectro, e documentalmente sustentadas, sobre o conceito de “formulário” nos períodos medieval e moderno; as circunstâncias de produção, de uso e de circulação de formulários; e, ainda, o contributo destes para a construção de uma cultura diplomatística e jurídica.

A inclusão de um texto introdutório onde se definem os objetivos e a organização temática do encontro, e ainda o já recorrente questionário de indagação e de reflexão para os participantes (acima indicado), bem como a existência de dois balanços sobre os contributos existentes na obra – um exclusivamente dedicado aos artigos sobre a Alta Idade Média, da autoria de Josiane Barbier, e, um outro, definido como esboço de conclusões gerais, redigido por Olivier Guyotjeannin e Laurent Morelle – atestam o esforço de enquadramento e de harmonização de uma obra não monográfica, necessariamente plural e descontínua.

É, no entanto, o texto, igualmente inicial, de Peter Herde, denominado “*Formules, formulaire: une mise au point lexical*” (embora se apresente em língua alemã) que, ao tornar clara a pluralidade terminológica do conceito “formulários”, nos antecipa o desafio que foi proposto a cada autor. Com efeito, o tema escolhido pela Comissão Internacional de Diplomática para o seu encontro internacional de 2012 parece cumprir alguns dos seus objetivos

estratégicos, uma vez que o tema “formulários” apresenta-se tão multifacetado e transversal às diversas Diplomáticas, quanto devedor de uma definição e de uma reflexão atualizadas. Apesar de Peter Herde não se referir a este facto, a verdade é que a Comissão Internacional de Diplomática, através da obra *Vocabulaire International de Diplomatie* (ed. Maria Milagros Cárcel Orti. Valencia: Universitat de Valencia, 1997), havia já consagrado, igualmente, a distinção que se impõe fazer entre, por um lado, o formulário enquanto recolha de fórmulas destinadas a servir de modelo aos redatores dos atos, e, eventualmente, a contribuir para a formação desses mesmos redatores, e, por outro, o formulário de um ato, isto é, o conjunto das cláusulas ou fórmulas desse mesmo ato, ou seja, a sua redação formal (Vocabulaire 1997: 37).

Por este motivo, não nos parece que estas atas tenham no esclarecimento da aparente dualidade concetual do termo “formulário” o seu contributo maior para diplomatas e historiadores. Na verdade, esse contributo parece antes encontrar-se na diversidade interpretativa e metodológica que os autores desta obra propuseram para os conceitos de formulário-recolha e de formulário de ato, bem como na dimensão comparada que a leitura dos artigos proporciona.

Os artigos em apreço apresentam uma estrutura tipificada que integra, na maioria dos casos, quer um conjunto de linhas introdutórias, quer um apartado dedicado às conclusões possíveis de traçar, conferindo uma inteligibilidade comum à leitura do conjunto dos artigos.

Cobrindo um período cronológico lato, que se inicia em torno do século IX e que se estende até ao século XVII, e uma área geográfica igualmente ampla – da Península Ibérica ao território russo –, estes artigos debruçam-se, sobretudo, sobre a criação e uso de formulários-recolha e de formulários de atos pelas instituições imperial e régia, pela instituição notarial, e ainda pelos institutos religiosos. Com efeito, oito artigos dedicam-se às práticas de uso de formulários em chancelarias imperiais e régias, como no caso dos estudos de Sarah Patt, Miguel Calleja Puerta, Maria Helena da Cruz Coelho e Maria do Rosário Morujão, Olivier Poncet, Maria Josefa Sanz Fuentes, Nikita A. Komočev, Marie Bláhová e Kornél Szovák; cinco estudos debruçam-se sobretudo sobre as dinâmicas notariais, que são os casos do artigo de Giovanni Feo, Lorenza Iannacci e Annafelicia Zuffrano, e dos artigos de Silio P. P. Scalfati, Maria Luisa Pardo Rodríguez, Gábor Dreska e Reys Rojas García; finalmente, os formulários nas práticas monásticas ou episcopais (cinco) são abordados por Karl Heidecker, Daniel Piñol, Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Maria João Oliveira e Silva e Serjej Michailovič Kaštanov. Com abordagens um pouco mais globalizantes ou teorizantes, encontramos

os estudos de Alice Rio, Irmgard Fees, Pilar Ostos-Salcedo, José Marques e Ivan Hlaváček.

A leitura atenta destes artigos propõe-nos uma visão caleidoscópica do tema “formulários”, permitindo, de acordo com as palavras finais da obra, “... d’avancer la réflexion, de dégager des convergences, d’ouvrir des voies peut-être.” Com efeito, para além das singularidades de cada caso apresentado, sugere-se sobretudo que quer o formulário-recolha, quer o formulário de ato não se esgotam na sua materialidade física, nem no seu objetivo primário de transmissão de informação de natureza jurídico-diplomatista, nem tão pouco se apresentam como objetos escritos não relacionáveis. Na verdade, estes formulários, *in latu sensu*, denunciam interesses sociopolíticos e culturais dos seus autores e utilizadores, assim como processos de aculturação jurídico-diplomatística, cujo público alvo seria bem mais alargado que os redatores de um ato escrito. Dinâmicas institucionais e políticas poderão, aos olhos do historiador, ser compreendidas pelo estudo dos formulários criados por essas instituições.

Por outro lado, o cotejo entre formulários-modelo e o quadro redaccional de textos que os terão reproduzido poderá constituir uma tarefa metodologicamente complexa para o historiador, sobretudo quando se joga entre a materialidade e a imaterialidade de algumas das partes, por via indiciária. Ou, por outras palavras, e como sugere a obra, se joga numa dimensão onírica. Contudo, neste processo, as duas faces do conceito “formulários” são em si complementares.

Les formulaires. Compilation et circulation des modèles d’actes dans l’Europe médiévale et moderne é porventura um título modesto para definir a riqueza epistemológica e documental dos diversos artigos, assim como dos textos iniciais e finais, que, em conjunto, confirmam, uma vez mais, a pertinência do modelo de indagação e de exposição seguido nas atas internacionais da Comissão. Quatro anos volvidos sobre a data de realização do encontro, a historiografia medieval e moderna poderá hoje incorporar os conhecimentos alcançados nesta reunião, e, sobretudo, fazer perdurar os desafios hermenêuticos que foram propostos. O tema “formulários” é, talvez, pela primeira vez, um tema em aberto; e este é o melhor elogio que se pode fazer à obra.

FILIPA ROLDÃO
CHSC-UC; CH-UL
roldao.filipa@gmail.com

MAZEL, Florian (2016). *L'évêque et le territoire: l'invention médiévale de l'espace (V^e-XIII^e siècle)*. Paris: Seuil, 544 pp., ISBN 978-2-02-118310-8.

O papel da Igreja Católica tardo-antiga como conservadora de uma estrutura territorial em que assentou a construção do espaço europeu tem sido analisado por vários historiadores, desde o século XVIII, e continua a interessar a historiografia contemporânea, ao mesmo tempo que se abre a novas problematizações. Publicada em março de 2016, a obra de Florian Mazel surge como um dos mais recentes contributos para esse debate científico. Nela, o binómio poder episcopal e território diocesano é alvo de uma pormenorizada investigação que nos permite compreender a evolução do conceito de território, pelo prisma da hierarquia da Igreja, e as consequências dessa evolução na vivência sociológica do espaço. Esta obra faz assim a história do controlo do território por parte da Igreja, integrando-o nas conjunturas de transformação política e de governação do Sacro-Império, dos reinos francos e de algumas cidades da Península Itálica.

O livro, de cerca de 550 páginas, divide-se em cinco capítulos: 1. *L'évêché-cité (V^e-XI^e siècle)*; 2. *Au-delà de la cité (V^e-XI^e siècle)*; 3. *La «paroisse» de l'évêque: un espace plastique (V^e-XI^e siècle)*; 4. *La fabrique du diocèse: genèse d'un territoire (X^e-XIII^e siècle)*; 5. *L'Église institution territoriale (XII^e-début XIV^e siècle)*. Tratando-se de um autor destacado pelos seus estudos sobre o feudalismo, os senhorios eclesiásticos franceses e a Reforma Gregoriana, neste livro Florian Mazel analisa a compreensão do espaço diocesano e a sua relação com o seu senhor eclesiástico, em dois momentos cronológicos distintos demarcados pelo processo da Reforma Gregoriana.

Através de uma expressão escrita de fácil apreensão, o autor segue uma metodologia coerente em que, à enunciação do tema e da tese que pretende defender, se seguem numerosos exemplos, escolhidos com base num quadro geográfico largo que parte das regiões da Provença, de Anjou e do Maine – para as quais reuniu o maior conjunto de fontes – passando mais pontualmente para outras regiões francesas, italianas, alemãs e, muito raramente, espanholas e inglesas. A leitura é facilitada pela apresentação oportuna de 31 mapas e 9 imagens, que correspondem a quadros e esquemas interpretativos de dados fundamentais para a compreensão da ação da Igreja a nível local e regional – tais como a realização de sínodos, a promulgação de privilégios episcopais aos mosteiros das respetivas dioceses, a determinação de valores e de registos referentes à recolha de impostos diocesanos, etc.

A investigação assenta num vasto e complexo conjunto de fontes de tipologias e proveniências diversificadas: fontes normativas, como os cânones conciliares e os estatutos sinodais; diplomáticas, das quais se destacam cartulários de catedrais e abadias, bem como compilações de documentos imperiais, régios e senhoriais dos atuais espaços francês, inglês, italiano e alemão; epistolares, de origem pontifícia, episcopal e régia; hagiográficas; narrativas, como os anais, as gestas e as crónicas do espaço centro-europeu; administrativas e fiscais, produzidas sobretudo a nível provincial.

Das linhas de força que se destacam nesta obra, sublinhe-se a problematização da antiga tese que considera a Igreja como instituição continuadora das estruturas territoriais do Império Romano. A discussão sobre a diocese enquanto território herdeiro da *civitas* romana ocupa parte desta obra que, sem desprezar a validade dos argumentos historiográficos que a fundamentaram, acaba por demonstrar o seu carácter frágil e genérico, porquanto assente na secundarização dos aspetos relacionados com a vivência dos territórios – “la thèse de la continuité territoriale repose implicitement sur un postulat niant le fait que toute structure institutionnelle dépend de la société qui la génère, la perpétue, la transforme ou la délaisse” (p. 172).

Neste trabalho, demonstra-se a falta de coesão dos territórios diocesanos da Alta Idade Média e a sua reconstituição enquanto espaços administrativos e religiosos próprios, a partir do arranque da Reforma Gregoriana (séculos XII e XIII), com o ressurgimento e a aplicação mais sistemática do direito romano – processo que reforçará, simultaneamente, a autoridade e prestígio dos bispos. Para a análise deste processo, invocam-se exemplos de controlo por parte dos prelados de igrejas (através da aquisição de templos e do controlo das doações), de sacerdotes (por via da confirmação das apresentações e de uma ritualização crescente das investiduras), dos mosteiros (pela imposição da mediação episcopal obrigatória). Evidencia-se também o papel da paróquia enquanto unidade territorial mais pequena e fácil de circunscrever para a configuração e delimitação final da diocese. A compreensão da territorialização do espaço diocesano e da consagração dos bispos como senhores dos respetivos territórios é veiculada através de uma análise complexa e multifacetada, assente na convergência de conhecimentos sobre história política, história social e jurídica da Igreja, bem como sobre história da língua e lexicologia.

Ora, depois de explicadas as fragilidades da noção territorial de diocese entre os séculos V a XI e de se detalhar o seu processo de territorialização entre os séculos X a XIII, Florian Mazel dedica o quinto e último capítulo do livro ao surgimento de uma nova forma de governo da Igreja, entre o século XII e o princípio do XIV. Aqui, caracteriza o controlo dos bispos sobre os seus ter-

ritórios através da subdivisão territorial (de que são exemplo os arcediagados) e da aplicação mais rigorosa da fiscalidade episcopal. Sublinha, neste caso, a função da prática das visitas, das reuniões sinodais, bem como da vigilância do pagamento dos tributos episcopais através da elaboração de listas de igrejas – instrumentos da administração episcopal extraordinariamente relevantes para a perceção e controlo do território. Termina demonstrando *l'invention de l'Église catholique romaine*, uma estrutura de poder (cada vez mais centralizado e burocratizado), controlada hierarquicamente, em que o papa é chamado a mediar e decidir conflitos e no interior da qual os principais dignitários passam agora a viajar frequentemente para e a partir de Roma.

Assente num modelo ensaístico e de síntese, este livro é relevante pela forma como analisa os efeitos das transformações implementadas pela Reforma Gregoriana em diferentes espaços da Cristandade e pelo detalhe com que os diversos temas são abordados, numa cronologia de longa duração. Ao enfatizar o papel do conhecimento e dos homens da Igreja junto das instituições do governo civil e dos monarcas, esclarece-nos globalmente sobre a construção dos Estados europeus – tema que tem merecido o olhar atento da historiografia portuguesa contemporânea e de projetos de investigação recentes.

Deste modo, a obra de que sumariamente se dá conta nesta recensão impõe-se como obrigatória para a compreensão da Europa medieval. No entanto, é de lamentar a pouca atenção dada à Igreja da Península Ibérica, uma vez que esta não é invocada senão para ilustrar a dificuldade de delimitação das dioceses (e os conflitos daí decorrentes), no processo da conquista cristã dos séculos XI e XII. Da numerosa bibliografia sobre as especificidades da Península, reconquistada num período em grande medida coincidente com o processo desta Reforma, não é citado mais do que um único estudo de Reglero de La Fuente. Com efeito, se é compreensível que a investigação enfoque principalmente o espaço da Europa central, isso não deixa de ser uma limitação para uma obra que, na introdução, apresenta pistas de leitura para o território correspondente ao antigo Império Romano do Ocidente.

Em todo o caso, esta circunstância deixa em suspenso linhas de investigação que, a aplicar de futuro numa escala geográfica e cronológica mais restrita, permitirão aprofundar o estudo das Igrejas nacionais, transformando-se assim – também ela – numa mais-valia.

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS
CHSC – UC; CIDEHUS – UÉ
melicampos@gmail.com

Oliveira, Ricardo Pessa de (2016). *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)*. Pombal: Santa Casa da Misericórdia de Pombal, 464 pp., ISBN 978-989-20-6499-4.

Nas últimas décadas as temáticas assistenciais têm suscitado atenção nos meios académicos nacionais, permitindo a realização de teses de mestrado e de doutoramento, bem como de artigos publicados em revistas da especialidade a par de conferências e de comunicações apresentadas a congressos realizados no país e no estrangeiro. É por isso que na atualidade se sabe bastante mais do que no passado recente acerca das instituições assistenciais, designadamente Misericórdias, hospitais, rodas de expostos, colégios de órfãos, dotes de casamento, recolhimentos, confrarias ou irmandades, ordens terceiras e Igreja, tal como, naturalmente, sobre os assistidos, a saber, expostos, doentes, viajantes, dotadas, pobres, órfãos e cativos, bem assim como os que permitiram ou facultaram as práticas assistenciais, desde os responsáveis aos assalariados, neste caso, com destaque para médicos, cirurgiões, boticários, pessoal de enfermagem, amas e religiosos trinitários que em terras do Islão resgatavam cativos.

No âmbito que no momento nos ocupa, não cabe proceder ao exame crítico do estado da questão, até porque o mesmo já foi feito em 2010¹. Cabe, contudo, realçar que, no concreto da história das Misericórdias, apesar de diversas obras terem sido produzidas – recorde, sem carácter de exaustividade e sem análise de conteúdos, as de Arcos de Valdevez, Aveiro, Braga, Coimbra, Funchal, Guimarães, Lisboa, Mértola, Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Porto, Santa Maria da Feira, Setúbal, Viana da Foz do Lima e Vila Viçosa, sem esquecer a obra colectiva *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*² –, ainda muitas localidades carecem de monografias produzidas segundo questionários pertinentes, a partir da documentação das próprias instituições e de outra de proveniência diversa, depositada nos arquivos e nas bibliotecas nacionais e locais.

A *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)*, da autoria de Ricardo Pessa de Oliveira, colmatou uma lacuna e constituiu um exemplo da colaboração feliz entre uma instituição local e o meio académico, através da escolha de alguém com as necessárias e imprescindíveis

¹ Cf. Maria Antónia Lopes (2010). *Proteção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

² *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (2002-2010). Dir José Pedro Paiva. 9 vols. Lisboa: Universidade Católica, União das Misericórdias Portuguesas.

competências para elaborar a obra. Como se pode ler no prefácio, a decisão de proceder ao estudo da Misericórdia de Pombal datou de 2013, quando a Mesa Administrativa assim o deliberou. Seguiu-se o contacto com o Autor, a realização da investigação e a escrita do texto.

Trata-se de uma monografia produzida por alguém que, não obstante a juventude, já deu provas das suas qualidades enquanto investigador, devidamente valorizadas, quer no mestrado quer no doutoramento, ambos realizados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; quer ainda em obras coletivas, artigos de revistas e congressos nacionais e internacionais. Estamos perante um Autor que domina com destreza as metodologias e as conceptualizações da História, e neste caso da história da assistência, que sabe escolher problemas, fazer perguntas pertinentes, analisar e interpretar. Logo, o resultado é o que o leitor poderá comprovar pela leitura da obra: um livro recheado de informações devidamente contextualizadas, analisadas e interpretadas, apresentado de forma clara, através de uma linguagem rigorosa e escoreita a todos compreensível.

Escrever a *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)* implicou percorrer diversos fundos documentais manuscritos, depositados em diferentes espaços: em Coimbra, o Arquivo da Universidade de Coimbra e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; em Lisboa, o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo; em Leiria, o Arquivo Municipal de Leiria; em Setúbal, o Arquivo Distrital de Setúbal; e, naturalmente, em Pombal, o Arquivo Municipal e o Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, sem esquecer, em Roma, uma rápida passagem pelo Archivium Romanum Societatis Iesu. A estes coube acrescentar a consulta de muitas fontes impressas, com destaque para leis, compromissos, constituições sinodais e o vasto e multifacetado conjunto de jornais locais, bem assim como bibliografia nacional e estrangeira sobre assistência. E, não obstante a quantidade e a variedade, é certo que para os primórdios da Santa Casa da Misericórdia de Pombal faltam muitas informações, uma vez que a documentação do arquivo da casa se perdeu em 1811, em resultado da terceira Invasão Francesa. Ou seja, não obstante os esforços do Autor, sabe-se que em 1628 já existia, mas desconhece-se o ano da fundação.

A obra foi dividida em seis capítulos. Começou-se pela apresentação do quadro normativo, isto é, os vários compromissos da Misericórdia; passou-se para os homens que nela atuaram, designadamente os provedores, os escrivães e os irmãos, analisaram-se os seus estatutos sociais e percorreram-se os conflitos e as tensões eleitorais que alguns viveram e, no capítulo três, entrou-se nas receitas e despesas da instituição, as quais passaram, como

em outras casas congêneres, pelo empréstimo de capitais a juro e pelo recebimento dos foros de propriedades, sem descurar o modo como a casa foi administrada. Seguiram-se abordagens sobre celebrações e locais de culto, com particular atenção para a semana santa e para a visitação de Santa Isabel. O capítulo cinco é, compreensivelmente, o maior, dedicado ao vasto mundo dos assistidos, no qual se contaram os doentes hospitalizados, os pobres que permaneceram em casa, os pobres em trânsito, os presos e os mortos, sem esquecer as crianças e os jovens e o papel das mercearias. Finalmente, foram objeto de atenção os assalariados da instituição: capelães, assistentes de capelães, médicos, hospitaleiros e enfermeiros, procuradores, irmãos da caridade, cartorários, advogados e andadores. Em todos os momentos, foi visível uma preocupação bem conseguida de comparar o caso da Misericórdia de Pombal com o de outras casas de localidades já estudadas.

Vejamos o que se pode encontrar nesta obra de mais de 400 páginas. Como outras instituições da Época Moderna, tais como ordens religiosas, confrarias, colégios, ordens militares, Universidade (lentes), cabidos, colegiadas, tribunais do Reino e cargos municipais, as Misericórdias puseram em prática os estatutos de limpeza de sangue, os quais deixaram de funcionar a partir de 1773, quando foi abolida a distinção entre cristão-velho e cristão-novo. Naturalmente que esta prática excluiu alguns homens de pertencerem à Misericórdia de Pombal, não obstante ter existido quem tenha conseguido contornar o problema. Excluídas estiveram também as mulheres, mesmo pelo compromisso de 1873. Efetivamente, a instituição só as contemplou nas condições de assistidas e de assalariadas. Em 1872, quando uma portaria determinou a liberdade de acesso das mulheres às Misericórdias, ainda que com obrigação de exibirem autorizações dos seus maridos, na de Pombal não teve efeito prático, pois o governador distrital de Leiria ignorou-a, não tendo sido incluída tal decisão no compromisso aprovado no ano seguinte. Rejeitados também deveriam ter sido os analfabetos, mas assim não aconteceu, pois a falta de irmãos determinou a adoção de uma medida de exceção ao arrepio do compromisso.

No século XIX, as eleições na Misericórdia de Pombal, tal como em outras Casas, foram momentos de enorme tensão. Em alguns anos, a conflituosidade exacerbou-se e as irregularidades sucederam-se. De boicotes eleitorais a ameaças e subornos, de intimações para apoiar determinada lista a impedir alguém de votar, até à expulsão de irmãos e admissão de outros afetos a certo grupo, tudo ficou documentado. Os altos cargos, em especial o de provedor, não raras vezes foram ocupados por gente unida por laços familiares, alguns participando na governação da vila e estando presentes igualmente em confrarias paroquiais e nas ordens terceiras, com destaque para os Mancelos. Foram, aliás, as rela-

ções familiares que levaram uma mulher, entre julho de 1750 e julho de 1752, a governar a Misericórdia de Pombal: D. Brízida Teresa Pereira de Lacerda e Melo, neta, filha, sobrinha e prima de antigos provedores. Não sendo comum, também não constituiu uma excentricidade pombalense. No século XIX, o peso dos partidos políticos na escolha dos provedores fez-se sentir, ao mesmo tempo que os fidalgos foram sendo substituídos por negociantes abastados.

Nem todos os provedores tiveram condutas impolutas. Quer as visitas pastorais quer o Santo Ofício foram mecanismos que atuaram sobre indivíduos que em dado momento ascenderam ao mais relevante cargo da Misericórdia. As acusações foram de amancebamento, concubinato, filhos ilegítimos e sodomia, envolvendo, em especial, mulheres de grupos sociais mais desfavorecidos. Este tipo de problemas também esteve presente em alguns assalariados da Casa, tais como os capelães e os hospitaleiros. Nestes casos, aos referidos desvios de conduta juntavam-se conflitos com a Mesa e, no particular do pessoal de enfermagem, corrupção e incúria, uma vez que foram detetadas situações de ausência sem autorização, descaso com a assistência, maus tratos verbais aos doentes e desvio de bens aos mesmos destinados.

Em Pombal, as fontes de rendimento da Misericórdia foram majoritariamente os empréstimos a juros, a cinco por cento, implicando a hipoteca de certos bens e a apresentação de um fiador por parte dos solicitantes de crédito. Isto significou que a instituição se afirmou não apenas no plano assistencial mas inclusivamente como instituição de crédito local, embora não tenha monopolizado esta função. O recebimento dos foros de propriedades rústicas e urbanas completava o quadro, bastante agitado após a destruição do cartório da casa, em 1811, com a eliminação de todos os contratos, havendo ainda a referir alguns legados, uma parte deles encapelados.

Em matérias assistenciais propriamente ditas, destaque para as informações relativas ao hospital, quer ao edifício quer ao seu recheio, uma vez que os inventários de bens daquela instituição revelam mobiliário, têxteis, utensílios de cozinha e, naturalmente, material médico. Sobre os assistidos, os pobres em trânsito e os doentes, a documentação estudada permite verificar entradas irregulares de doentes no hospital, que entre junho de 1867 e dezembro de 1910 totalizaram 1622, um predomínio de homens (56,8%) e de solteiros (56%), sendo de registar gente de todas as idades, tendo bastante significado a faixa de 50 ou mais anos. Os doentes padeceram majoritariamente de problemas infecciosos e de ferimentos, passando as terapias, entre outras, pela aplicação de sanguessugas e pela prática de cirurgias, sem descurar uma alimentação que se pretendia reforçada. Entre os assistidos civis contam-se majoritariamente pessoas do setor agro-pastoril (25,5%) e da criadagem (21,8%), merecendo os

militares um tratamento à parte, uma vez que o seu ingresso esteve dependente de conjunturas políticas adversas. Refiram-se ainda as esmolas concedidas a mulheres pobres e aos pobres em trânsito munidos de carta de guia, aos quais a Misericórdia dava esmola e pagava transporte.

Os presos foram objeto de ajuda através do fornecimento de comida, assistência hospitalar e até transporte, sem esquecer questões de âmbito processual. O universo dos assistidos foi esmagadoramente masculino. Já os mortos, quer os pobres quer os irmãos da Misericórdia e suas famílias, tiveram direito à condução do féretro, ao sepultamento e aos ofícios divinos. No que se refere às crianças e jovens, as fontes não foram particularmente ricas. Mesmo assim, perpassam algumas informações acerca do apoio a expostos e órfãos, traduzido na criação, em esmolas, acompanhamento em caso de doença e até apoio educacional, através de um legado específico para o efeito. Igualmente pouco relevante terá sido a concessão de dotes para casamento.

O trabalho de Ricardo Pessa de Oliveira dá-nos a conhecer a ação da Misericórdia de Pombal, cuja atuação não foi monolítica. E se a Casa viveu um claro declínio na última década do século XVIII, devido à desordem e delapidação resultante da incúria de mesários e tesoureiros de capelas, ainda agravada com os nefastos efeitos da terceira invasão francesa, também não deixou de ser relevante que ao longo do período em estudo foi uma das principais instituições da vila, contando com a elite na sua governação, acumulando e gerindo um património considerável, que lhe permitiu satisfazer diversas necessidades da população ao nível do acompanhamento dos defuntos mas também da administração do hospital, da concessão de crédito e da assistência nas suas várias vertentes.

A *História da Santa Casa da Misericórdia de Pombal (1628-1910)* veio demonstrar afinidades e particularidades específicas em relação a outros estudos congêneres. Reforçou o que se conhece acerca do papel de uma instituição leiga, criada pelo rei no final do século XV, administrada por seculares e regida pelos princípios católicos, cuja atuação visava assistir não apenas os irmãos mas todos os carenciados, em épocas em que a ideia de proteção social enquanto obrigação da Coroa era uma miragem. De parabéns estão a Misericórdia de Pombal, através da sua Mesa Administrativa e, naturalmente, o Autor que, com esta monografia, vem, de novo, tornar evidentes as suas inequívocas qualidades de historiador.

ISABEL DRUMOND BRAGA

FLUL e CIDEHUS-UÉ
isabeldrumondbraga@hotmail.com

Santos, Maria José Azevedo (2015). *As regras da Regra: Santa Clara: códice do século XVI*. Pref. José Pedro Paiva. Colaboração especial de Francisco Pato de Macedo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 149 pp. + facsimile [38 pp.], ISBN 978-989-26-1073-3.

Com a transcrição integral (121-148) deste códice quinhentista pergamináceo ricamente iluminado, e com a anteposição de quatro estudos (11-96) mais um em colaboração (99-118), Maria José Azevedo Santos – investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura, e também coordenadora da linha *Estudo e Edição de Fontes* – resgata de injusto oblivio no acervo bibliográfico da sua Faculdade de Letras de Coimbra este exemplar das Regras das Clarissas (na BNP preservam-se outros seis, 104). Ao Padre Avelino de Jesus da Costa reconhece-se, na *Introdução* (11-16), a primeira recepção do códice em sede científica, e revela-se como este se foi convertendo em objecto obrigatório de estudo académico, sem que também lhe tenha faltado reconhecimento nacional e internacional em exposições e catálogos sobre a arte gráfica portuguesa. Infalivelmente, os primeiros estudos introdutórios são codicológicos e diplomáticos (*I. A construção de um livro; II. Da escrita e da sua circunstância*, 19-34) e, para permitir que os leitores depreendam deste produto escrito as suas originais condições de possibilidade em pleno quadro da Expansão quinhentista, mostra-se como essas incluíam quer os materiais de produção do códice (pergaminho, penas e tintas) quer as sucessivas artesanias (pergaminheiros, encadernadores, iluminadores, copistas) na oficina do livro manual – aqui, provavelmente, *a oficina régia* (108). Mau grado se assistir na voragem de Quinhentos à “destruição de códices dos séculos IX-XIII, sobretudo de natureza litúrgico-musical” (25), e ao “progresso da difusão social activa da escrita” (29), conclui-se que para esta *Regra* ainda foi usado material de suporte original com qualidade *média* (20) e mesmo *superior* (tintas, p.e., 23), sendo de *alto grau* a encadernação (25). Tudo isso espelhado na opção estética de uma escrita *gótica librária* permeada de “tendências gráficas elegantes, harmoniosas e padronizadas” (30), reveladora de profundo “respeito pelo leitor” (29-30), quer da parte do presumível tradutor-escrevente – Frei Diogo de Leiria, confessor de monjas dominicano (31-32) –, quer da parte da entidade interessada, o mosteiro das Clarissas de Coimbra (33).

Sobre o miolo do códice ora editado, seu enquadramento histórico e matizes específicos, cura o estudo *III. As regras da Regra* (37-96). A ordem das Clarissas, presente no reino já em 1258, só em 1263 veria aprovado pelo Papa Urbano IV o original latino desta Regra, de que o presente códice é manifestação vernácula já tardia. Em Portugal, terá esta ou outra sua tradução sido reiteradamente reproduzida para, nos mosteiros do reino, disciplinar a vida individual e comunitária: desde o vestir ao comer, do trabalho à oração, do silêncio aos contactos com o mundo exterior. Reconhecendo embora a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que, além da História, incluiria principalmente “a Teologia, o Direito Canónico e a Filologia” (39), a Autora escolhe abordar esta Regra particular desde ângulos congeniais ao seu magistério, o qual, a par da Paleografia e da Diplomática, inclui também saberes sócio-culturais, como são a história da “escrita/iliteracia” (41-44) e a da “alimentação/jejum” (46-91). Parte-se do quadro comunitário de ação, oração e muito recolhimento, que transparecem na Regra, e observa-se em que medida o “valor da escrita e da leitura apartava, noviças, freiras e serviços, desde logo, no exercício dos ofícios divinos” e também na própria gestão do mosteiro. Infere-se, depois, que a preservação diária do voto de silêncio não impedia as monjas de o quebrarem mediante um código caseiro de sinais “religiosos e honestos”, no fundo para mais profundamente se irmanarem entre si, conforme indicam os casos de locução previstos na Regra (44-46). Entre as páginas 51-70 encontra o leitor registo dessa *mímica especial* (em desenhos de Tiago Vale), que inexplicitamente lá estará nesta Regra, como indica o manuscrito de 1547 intitulado *Methodo de explicar, por sinaes inventado pelos monges beneditinos para maior observancia do silencio*, em boa hora profusamente convocado pela Autora. Finalmente, a Regra da alimentação e do jejum permite dissertar, em registo ora áulico ora etnográfico, sobre as práticas de confeção e consumo de viandas, pescados, frutas, legumes e bebidas, quer entre religiosos quer entre seculares. Na paleta introdutória cabe ainda o estudo intitulado *A iluminura da Regra*, com que o especialista em história da arte medieval, Pato de Macedo, também da Universidade de Coimbra, vem incorporar na bibliofilia reinante de Quinhentos mais este “exercício de mecenato artístico” (100), destinado alegadamente a “prestigiar a Regra” junto das destinatárias clarissas.

Vencidas as 118 páginas introdutórias, ao leitor informado falta disfrutar, no resto da monografia, a Regra ora transcrita e facsimilada. Pela nossa parte, afoitamo-nos a notar que a vertebração do discurso só didacticamente se pode reconduzir aos seus 25 títulos. Em nosso entender, a Regra discorre fundamentalmente sobre os três votos religiosos da pobreza, castidade e

obediência – e por essa ordem sequencial. Cada voto acolhe por sua vez o código genético franciscano, transfinalizado aqui para o ramo contemplativo das filhas de Santa Clara. A tónica no esplendor ascético da clausura não deveria obnubilar páginas de sublime conteúdo, como é sobremaneira aquela acerca *Da Abadessa e de seu officio* (142-143). Tal é, *et pour cause*, o tópico mais extenso da Regra, porquanto na própria Abadessa – figura caracterizadamente culta, prudente, caridosa e, por tudo isso, poderosamente congregadora de todo um convento e, porventura, de uma circunscrição eclesiástica – é que encontra sentido a revolucionária contracultura – precursoramente sensível à literacia feminina (cf. *Do exercicio das freyras*, 130) – do franciscanismo de Clara. Concluindo, ressalte-se o que diz o mais breve capítulo, colocado no coração da Regra, e intitulado *Das Freyras enfermas*: acerca delas se “aja muy diligente cuidado e [...] sejam servidas em fervor de caridade benina e solicitamente assi em os manjares que a emfirmidade demandar como em outras” (133). Note-se bem: as enfermas – i.e., as incapacitadas e, porventura, em trânsito desta vida – sejam “servidas em fervor de caridade”. Nesse gesto de evangélico *cum patere* a vulnerável condição do próximo, não radicará o segredo mais bem guardado nos claustros das Clarissas ao longo de mais de oito séculos?

Em novas e expectáveis edições, o já público e justíssimo reconhecimento que esta monografia recebeu, logo em 2015, com a atribuição pela Academia Portuguesa da História do *Prémio Joaquim Veríssimo Serrão*, vai certamente comprometer a Autora a alargar a outros campos do saber (7) esta obra que, já na sua origem, era “colectiva” (99).

ISAÍAS HIPÓLITO

Doutor em Teologia Bíblica
ihipolito65@gmail.com



NOTÍCIAS

International Medieval Congress 2016, Universidade de Leeds, 4 a 7 de julho de 2016

Entre os dias 4 e 7 de julho de 2016, realizou-se na Universidade de Leeds, no Reino Unido, o International Medieval Congress. De periodicidade anual, o congresso deste ano subordinou-se ao tema geral *Food, Feast & Famine*, embora tenha contemplado inúmeros assuntos dentro do espectro temporal da Idade Média. O evento contou com cerca de 180 sessões dedicadas à temática da alimentação e com mais de quatro centenas de sessões sobre uma grande variedade de outros temas dos estudos medievais.

De entre estas últimas sessões destaco três que se focaram nas questões da lepra e dos leprosos, às quais foi dado o título geral de *Leprosy and Identity*. Organizadas por Anna Peterson (St. Andrews Institute of Medieval Studies, Universidade de St. Andrews) e Elma Brenner (Wellcome Library, Londres), estas sessões reuniram comunicantes de várias universidades e países, com o objetivo comum de apresentar uma perspectiva dos leprosos no contexto religioso e social.

A primeira sessão, intitulada “Leprosy and Identity, I: Social and Religious Identity”, contemplou exemplos de Itália, França e Alemanha, centrados nas problemáticas da identidade dos leprosos em relação com a restante população e no seio das suas próprias comunidades, mas também com a hagiografia, abordando o papel destes doentes nas “dinâmicas” de santidade.

Por seu turno, a segunda sessão, “Leprosy and Identity, II: Lifestyle and Environment”, dedicou a sua atenção ao modo de vida dos leprosos, individualmente e no contexto das leprosarias, onde eram acolhidos e permaneciam ao longo da sua vida. Demonstrou-se como a dieta, o vestuário e as condições físicas oferecidas pelas gafarias constituíam marcos diferenciadores, por um lado, entre leprosos e, por outro, entre leprosos e restante sociedade. Além disso, também se concedeu especial atenção aos cuidados do corpo e da alma prestados por estes hospitais aos seus doentes e à importância dos vestígios osteoarqueológicos para o conhecimento das origens e difusão da doença. Nesta sessão, apresentei uma comunicação intitulada “Being a leper in Medieval Portugal: the lepers and the leper house of Coimbra, 12th-15th centuries”, através da qual pude dar o exemplo de Portugal e inseri-lo no contexto europeu, respondendo a questões como quem eram os doentes de lepra que habitavam a Gafaria de Coimbra, a que normas estavam sujeitos, como é que a sociedade conimbricense encarava os leprosos e qual o papel e, mesmo,

o poder e a influência dos pacientes de S. Lázaro de Coimbra na resolução dos problemas de gestão que se lhes colocavam.

Estas sessões dedicadas ao tema da lepra e identidade terminaram com uma mesa-redonda que reuniu os oradores e mais alguns especialistas na área. O objetivo passou por discutir os assuntos abordados ao longo das sessões anteriores e, sobretudo, reforçar a pertinência destes estudos para o conhecimento da lepra medieval, mas também o contributo que dão aos temas mais gerais da assistência, doença, saúde e bem-estar na Idade Média.

ANA RITA ROCHA

CHSC – Universidade de Coimbra
anarita.srocha@gmail.com

El congreso AHLiST y los BoF celebrados en la Universidade de Coimbra en 2015, coorganizados por el CHSC.

El *Centro de História da Sociedade e da Cultura* (CHSC)¹ de la Facultad de Letras de la Universidade de Coimbra (FLUC) fue el elegido para acoger el congreso internacional AHLiST 2015, acrónimo de la *Association of History, Literature, Science and Technology*, tan interdisciplinar como describe el desarrollo de su acrónimo². El tema principal llevaba por título *Consilience and Inclusion: Scientific and Cultural Encounters*. Por tanto, el argumento medular giraba en torno al intento de conciliar conocimientos de diversas disciplinas para establecer un marco común de diálogo, en un contexto científico y cultural. El encuentro tuvo lugar del 19 al 21 de noviembre; después, del 23 al 24 se celebraron los *Birds of a Feather* (BoF), tratados al final de estas páginas.

La organización del congreso AHLiST 2015 tuvo su sede en el CHSC de la Universidade de Coimbra (UC), bajo la laboriosa codirección de la cate-

¹ El CHSC es de sobra conocido en esta revista departamental donde se publican estas páginas. Por tanto, para ampliar información sobre centro, remito directamente a Irene Vaquinhas (2016): “A Focus on History”, *Horizon2020 Projects: portal*, 10, p. 94, <http://www.horizon2020publications.com/H10/#94>.

² AHLiST, cuya traducción sería Asociación de Historia, Literatura, Ciencia y Tecnología, es una asociación académica internacional sin fines lucrativos que tiene sede en Purdue University. Purdue está considerada entre las sesenta primeras universidades del mundo según baremos internacionales como el ARWU (Shangai). Desde el año 2009 ha celebrado congresos anuales en Houston University (Texas, EE. UU.), Tsinhua University (China); Universidad Complutense de Madrid (España) y Universidad de Cartagena (Cartagena de Indias, Colombia). Para más detalles remito a <http://www.ahlist.org/>.

drática Irene Vaquinhas, a su vez coordinadora científica del citado CHSC. También participó en la coordinación del evento el profesor Saúl Gómez (CHSC). Además, intervinieron arduamente dos miembros del comité ejecutivo de AHLiST: las doctoras Yonsoo Kim, profesora en Purdue University (Estados Unidos), y Leonor Zozaya, becaria postdoctoral de la Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) en el CHSC. La organización del congreso contó tanto con el respaldo como con la colaboración activa de diversos miembros del personal del centro, donde destacaron las labores realizadas por la licenciada Sónia Nobre (CHSC). A todo ello se sumó un equipo eficiente de más de diez voluntarios, entre doctorandos y estudiantes de la FLUC³.

El congreso contó con el apoyo de los órganos rectores de la Universidade de Coimbra, entre los cuales destaca el soporte dado por el Excmo. Señor Vicerrector Joaquim Ramos de Carvalho. Asimismo, el evento estuvo respaldado por entidades colaboradoras con el CHSC, como la FCT. Paralelamente, el encuentro gozaba del favor de instituciones vinculadas a AHLiST, principalmente, Saint Louis University (Madrid Campus) y el Institute for Mediterranean Studies (Busan University of Foreign Studies, Corea del Sur).

De esa forma, un congreso liderado por dos cabezas visibles de prestigio internacional, la AHLiST y el CHSC (citados siguiendo un criterio alfabético), colaboraron para reunir a más de ochenta científicos ponentes y conferenciantes de universidades y centros de investigación de casi una veintena de naciones. Su procedencia era bien heterogénea: Arabia Saudita, Argentina, Australia, Austria, Brasil, Canadá, Colombia, Corea del Sur, Costa Rica, España, Estados Unidos, Georgia, Inglaterra, Irán, Letonia, México, Portugal, Republica Checa y Turquía.

Esa rica pluralidad humana pronunciaba un patrimonio lingüístico ora variado ora exótico, lo que exigía que el inglés fuese la lengua franca para las presentaciones oficiales y las conferencias magistrales. No obstante, el diálogo pluridisciplinar también se fomentó en un contexto multilingüe, por lo que los idiomas oficiales de presentación de paneles y ponencias, además del inglés, fueron español y portugués.

El evento se inauguró el 19 de noviembre con las palabras solemnes de apertura de la catedrática Irene Vaquinhas, seguidas del mensaje de agradecimiento de la doctora Leonor Zozaya. Las altas dignidades rectoras de la Universidade de Coimbra habían tenido la cortesía de ceder el puesto preliminar a

³ La coordinación del voluntariado se encargó al licenciado Paulo Reis (FLUC). Para consultar los demás nombres, así como los miembros del centro ponentes y moderadores, véase <http://www.ahlist.org/>.

las damas. Por ello, después –y tras excusar la ausencia eventual del Magnífico Señor Rector João Gabriel Silva–, siguieron los discursos excelso tanto del Excmo. Señor Vicerrector Joaquim Ramos de Carvalho, como del Excmo. Señor Director de la Facultad de Letras, José Pedro Paiva. Cerraron el acto de apertura las gratas palabras del profesor Song No (Purdue University), miembro del comité ejecutivo de AHLiST y fundador de la misma organización.

La excelente conferencia inaugural corrió a cargo del profesor Manuel Portela (UC), pronunciada en inglés. Trató sobre un proyecto de investigación de digitalización que proponía recrear de forma original las diferentes versiones del *Libro del desasosiego* de Pessoa, incluyendo las infinitas posibilidades de participación activa de los lectores⁴.

Seguidamente, comenzaron los ciclos de tres sesiones paralelas consecutivas, que siguieron dándose continuamente hasta el final del congreso, dada la afluencia considerable de ponentes. La presentación de investigaciones se organizaba en paneles compuestos por tres ponentes y un moderador, cifras que excepcionalmente variaban.

Dada la riqueza y originalidad de las aportaciones presentadas, es imposible enumerarlas todas, pues ello convertiría en interminable este texto. Baste con citar que los paneles reunían a catedráticos, profesores, doctorandos e investigadores de diversas generaciones, con formaciones metodológicas y puntos de vista diversos, en parte influidos por las escuelas cultivadas en las instituciones de sus variadas procedencias geográficas, cuyos bagajes contribuyeron notablemente a enriquecer el evento. Se presentaron ponencias de gran calidad académica, y se entablaron ricos debates que permitieron andar los primeros pasos para proyectar la creación de grupos de investigación interdisciplinar⁵.

El día inaugural se cerró con una recepción de bienvenida muy exitosa, ofrecida generosamente por el rectorado de la Universidade de Coimbra, en el Bar del Museo de la Ciencia. En mitad de la velada, por sorpresa aparentemente, apareció la Fanfarria Académica (UC), que amenizó el convite alegrando a los congresistas.

El 20 de noviembre continuaron las sesiones de conferencias paralelas, de calidad excelente y temática interdisciplinar. El almuerzo, que corrió a cargo de AHLiST (como el resto de los días), brindaban siempre la oportunidad de avivar el debate científico.

⁴ Manuel Portela: “From Representation to Simulation: Beyond the Bibliographical Horizon in the Book of Disquiet Archive”. Fue presentado por el profesor Song No (Purdue University), moderador del debate.

⁵ Consulte los títulos de las ponencias que conformaban cada panel en <http://www.ahlist.org/>.

Por la tarde se dio la siguiente conferencia magistral del catedrático emérito José de Encarnação⁶. Con un interesante discurso original a la par que erudito, el epigrafista reflexionó sobre cómo aproximarse desde el punto de vista pluridisciplinar al estudio de la Historia por medio de la Epigrafía, esa ciencia interdisciplinar por naturaleza.

Cerraron la jornada de trabajo las pertinentes sesiones paralelas, tras lo cual, la Universidade de Coimbra convidó a los congresistas a deleitarse con un recital dado en un marco incomparable: la Biblioteca Joanina, un tesoro libresco inolvidable. Los intérpretes fueron la soprano Filipa Lã y el pianista Nuno Santos Dias, quienes recorrieron un viaje musical ecléctico, interpretando piezas de compositores tan diversos como Debussy, Falla, Fauré, Montsalvatge, Poulenc o Schumann, entre otros.

El último día, sábado 21, continuó con las interesantes sesiones de ponencias paralelas. Al final de la tarde se dio la ceremonia de clausura, donde participaron el profesor Saúl Gomes (CHSC), junto con quienes han sido el Presidente y la vicepresidente de AHLIST durante el último trienio: el profesor Francisco García-Serrano (Saint Louis University, Madrid Campus), y la profesora Yonsoo Kim (Purdue University). Para acabar con el simposio, por un lado, fue anunciada la convocatoria del congreso AHLiST 2016 por el profesor Manuel Ramírez-Sánchez, quien codirige el simposio en la Universidad de las Palmas de Gran Canaria (ULPGC, España), donde es docente. Por otro lado, se anunció la nueva dirección de AHLiST, cambiante cada tres años. Los votos de los miembros de su comité eligieron como presidente al profesor Song No, y como vicepresidente, a la doctora Leonor Zozaya. La reunión científica se cerró con una visita guiada al Museu Nacional de Machado de Castro, que incluyó partes tan originales como el célebre cripto-pórtico; todo ello, por cortesía de la Universidade de Coimbra.

El congreso tenía un propósito que logró sobradamente: contribuir al debate científico en el seno de la comunidad académica internacional. Diversas cuestiones originales planteadas tanto en las ponencias como en las conferencias magistrales enriquecieron el diálogo interdisciplinar entre especialistas de centros académicos de renombre mundial. Por todo lo relatado, la evaluación del congreso suma un balance altamente positivo.

Sería de esperar que en el futuro se entablasen colaboraciones entre las Universidades de Coimbra y Purdue, cuyos frutos esperemos vislum-

⁶ José de Encarnação: "Epigrafía, uma aproximação interdisciplinar à História / Epigraphy an Interdisciplinary Approach to History". Fue presentado por el epigrafista Manuel Ramírez-Sánchez (Universidad de las Palmas de Gran Canaria, ULPGC), moderador del debate.

brar próximamente. Aguardemos además a que las iniciativas comunes se retomen en el congreso AHLiST 2016, en la recién citada ULPGC, y sigan desarrollándose en AHLiST 2017, que se celebrará en Busan University of Foreign Studies (Corea del Sur).

Los “Birds of a Feather” (BoF), del 23 al 24 de noviembre de 2015.

Las sesiones de los *Birds of a Feather* (BoF) destacan por ser totalmente novedosas. Podrían tener tanto diversas definiciones como distintas puestas en práctica. Con la alusión metafórica a las bandadas de aves, definen la reunión medianamente informal de quienes se congregan en grupos de trabajo con algún interés común; en este caso, el de entablar un diálogo científico para proponer lazos académicos. Los BoF son una especie de mesas redondas donde se puede intercambiar ideas, compartir conocimientos y difundirlos, procurando colaboraciones venideras en proyectos comunes. Este formato flexible, relativamente relajado, permite desarrollar las sesiones en diversos contextos.

Para organizar la primera convocatoria de BoF, la que suscribe estas líneas diseñó el modelo siguiente. Quien deseara participar debía enviarme, por correo electrónico, una breve biografía curricular, que sumase un máximo de 400 palabras en inglés, incluyendo trayectoria académica, proyectos y líneas de investigación, más cinco palabras clave.

Los profesores, doctorandos e investigadores interesados en participar en los BoF de 2015 eran de procedencias natales dispares: Austria (Eva Sommer, Thomas Kronschlager), España (María Zozaya, Leonor Zozaya), Letonia (Valters Ščerbinskis), México (Rodrigo Meiners), Portugal (Mónica dos Santos, Kevin Soares), República Checa (Ivan Čipkár), y Turquía (Alaattin Parlakiliç). Sus especialidades científicas eran asimismo diversas, aunque preponderaba la Historia, dados los cuatro participantes de la Península Ibérica.

El día 23 nos reunimos en el Anfiteatro IV de la FLUC. Cada ponente contaba con ocho minutos para desarrollar concisamente su biografía académica, sus líneas de interés y sus proyectos de investigación (ejecutados, en curso, o ideados). Además, debía ofrecer cinco palabras clave, que yo escribía en una de las pizarras para luego establecer vínculos gráficamente mediante flechas, señalando posibles lazos temáticos comunes.

Acto seguido, los oyentes preguntaban al ponente y dialogaban con él sobre un sinfín de materias. Por ejemplo, se plantearon sugerencias metodológicas y temáticas; se intercambiaron noticias sobre la publicación científica,

principalmente, revistas y monográficos internacionales; se trocaron información sobre vías alternativas para difundir estudios en contextos digitales, como blogs científicos; se ofrecieron datos sobre simposios donde tenían cabida las especialidades mencionadas; se propusieron líneas de investigación conjuntas para formar paneles para el congreso AHLiST 2016 sobre literatura (Čipkár, Kronschräger, Sommer) e historia social (Santos, Soares, M. Zozaya; ésta última, por cierto, colaboró en la secretaría técnica de los BoF⁷).

Tras las presentaciones, de forma paulatina y natural, todos los participantes acabamos subidos en el púlpito del aula, usando la segunda pizarra como apoyo a las explicaciones planteadas, en un debate distendido, altamente productivo. Tras tres arduas horas de trabajo, se decidió continuar la reunión fuera del aula, ya en un marco turístico relajado, dedicado a explorar partes históricas poco conocidas de la Universidad conimbricense. En ese contexto informal, algunos participantes retomaron el diálogo al día siguiente. En definitiva, los BoF promovieron un debate tan rico como original, repleto de información fructífera, por lo que se convirtieron en una experiencia notablemente satisfactoria.

LEONOR ZOZAYA

Bolseira de pós-doutoramento da FCT no CHSC-UC
leonorzozaya@gmail.com

Workshop *A receção das mensagens políticas na Idade Média* (5 de maio de 2016, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Um dos aspectos mais mal conhecidos dentro dos estudos sobre a comunicação política no período medieval é o relacionado com a receção das mensagens. Isto é devido, em parte, ao facto das fontes a partir das quais estes processos costumam ser analisados nem sempre identificarem os destinatários, e raramente registarem as reações. Em consequência, é bastante frequente estudar as mensagens políticas sem saber quem as recebia ou como as interpretava. Tendo em conta a importância dessa receção, quer para calibrar a eficácia da comunicação, quer para ter uma percepção completa dos processos, no passado dia 5 de maio teve lugar um *workshop* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, organizado pelo Centro de História, com

⁷ María Zozaya es becaria postdoctoral de la FCT en el CIDEHUS (Universidade de Évora, Portugal).

o objectivo de debater os problemas relacionados com o estudo da receção das mensagens políticas no período medieval. No encontro participaram oito investigadores: Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Luís Miguel Duarte (U. Porto), Adelaide Millán da Costa (U. Aberta), Hermenegildo Fernandes (U. Lisboa), Alicia Miguélez (U. Nova de Lisboa), Elsa Cardoso (U. Lisboa), Bruno Marconi (U. Federal do Rio de Janeiro) e Jorge Lebrero (U. Valladolid). A organização foi coordenada por Covadonga Valdaliso (U. Coimbra – U. Lisboa), com o apoio de Armando Norte (U. Lisboa). Assis-tiram outros oito investigadores, a maior parte dos quais também participou no debate. O ponto de partida foi um breve questionário que cresceu com as apor-tações dos membros da mesa. Sintetizam-se neste texto algumas das conclusões atingidas ao longo da jornada.

Provavelmente a principal das questões que se coloca quando se fala de receção de mensagens políticas é a relacionada com a identificação dos recetores. No encontro sublinhou-se que esta identificação deve ser feita tendo em conta que os recetores nem sempre eram os destinatários das mensagens; e que, mesmo se eram os recetores escolhidos pelo emissor ou emissores, nem sempre partilhavam os mesmos códigos. Este último teria sido o caso dos diálogos entre personagens de diferentes culturas e religiões, ou entre indivíduos que faziam parte de diferentes camadas dentro da mesma sociedade. São muitos os exemplos que podem ilustrar estas ideias: gestos que faziam parte de cerimónias cristãs (o beija-mão, a *proskynesis* ou prostração, o juramento de joelhos, a imposição da espada) com significados diferentes no mundo muçulmano e que, mesmo assim, se repetiam nos encontros entre muçulmanos e cristãos; mensagens escritas, às quais não podiam aceder aqueles que não sabiam ler, ou aqueles que não conheciam a língua; registos iconográficos heráldicos, decifráveis só para alguns e condicionados por diferenças regionais. Por outras palavras, os canais e os códigos utilizados para emitir as mensagens políticas condicionavam, e até determinavam, a sua receção.

A possibilidade de as mensagens políticas medievais terem sido lidas de maneiras variadas por distintos recetores leva a refletir sobre como hoje devem ser descodificadas. Deve ser tido em conta, neste sentido, que é bastante comum entre os historiadores utilizarmos fontes para o estudo da comunicação política que na altura eram mensagens. Devemos também contemplar a possibilidade de não estarmos a detetar nas fontes determinados processos de comunicação; acresce o facto de muitas das vezes as nossas limitações, e as interpretações erradas, fazerem com que não se compreenda a partir do presente como funcionava a comunicação política na Idade Média

no seu conjunto. Em relação com estas ideias colocaram-se na mesa muitos exemplos: sons como os sinos, que a maior parte dos habitantes das cidades e vilas medievais interpretavam de maneira instantânea, mas hoje não reconhecemos, e raramente são registados nas fontes; símbolos relacionados com objetos e cores, como os vestidos, as varas ou os panos de mesa; imagens e episódios que hoje provocam riso, mas na altura quiçá não.

Esta problemática da descodificação das mensagens – quer no período medieval quer na atualidade – conduz a discutir temáticas relacionadas, como o papel que jogava e joga nos contextos políticos a empatia – estudada hoje na História da Arte em relação com os chamados neurónios-espelho –, o significado dos espaços – os códigos ligados à sua utilização e a simbologia associada a eles –, e a importância dada na comunicação política medieval à partilha das emoções – questionando como, onde, quando e por quem eram partilhadas. Isto tudo leva a pensar que para a nossa compreensão da comunicação no período medieval são tão importantes os processos de comunicação bem-sucedidos como os desencontros. Aliás, tal leva a questionar não só as capacidades dos coetâneos para descodificar as mensagens políticas, mas também as nossas interpretações atuais, quer das mensagens quer dos processos. Por outras palavras, obriga a colocar dois filtros: o da nossa percepção e o da percepção coetânea.

O tipo de contexto do qual as mensagens faziam parte também condiciona os estudos; e condicionava na altura a receção. Assim, quando a comunicação era unidirecional – como acontecia em muitos dos processos de propaganda política – e não se estava à espera de iniciar um diálogo, a escolha dos recetores em princípio devia implicar uma certa passividade na receção. Nos processos de comunicação política entre instituições, pelo contrário, normalmente esperava-se uma resposta que gerava diálogos institucionais. Falou-se da importância de considerar até que ponto esses diálogos estavam regulamentados, de estudar como eram escolhidos os participantes, de discutir se existia a possibilidade de integrar esses diálogos para assim obter um reconhecimento institucional – como parece ter sido o caso dos mesterais de Lisboa. De maneira similar, este tipo de questões pode ser aplicado a atos cerimoniais delimitados por protocolos, celebrados em espaços públicos e privados, registados ou não pelas fontes.

A jornada foi concebida como um âmbito de reflexão conjunta, e não como um encontro destinado à exposição de ideias conclusivas. Por outras palavras, a partilha de ideias e a criação de espaços para o diálogo constituíram as bases do *workshop*. Consequentemente, o objetivo foi antes o estabelecimento de premissas – e a identificação de variáveis –, e não tanto

a apresentação de resultados, ou a procura de respostas muito definidas. Destacou-se, nesse sentido, a necessidade de criar um elenco de questões que possa depois ser aplicado nos trabalhos sobre estas temáticas. Sublinhou-se assim a ideia de que este encontro, e outros similares, possam ser o ponto de partida simultaneamente para projetos coletivos e estudos individuais. Surgiram propostas de temáticas para novos encontros e iniciativas encaminhadas com vista a materializar algumas das ideias discutidas ao longo do dia.

COVADONGA VALDALISO
CHSC-UC; CH-UL
covaldaliso@gmail.com

68ª Conferência da Comissão Internacional para o Estudo da História das Instituições Representativas e Parlamentares

A 68ª Conferência da Comissão Internacional para o Estudo da História das Instituições Representativas e Parlamentares, “80º Aniversário da Fundação da ICHRPI”, teve lugar, nos dias 6 a 9 de setembro de 2016, em Palma de Maiorca. Foi organizada pelo Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts, com o patrocínio do Parlament de les Illes Balears, do Govern de les Illes Balears, do Ajuntament de Palma e do Consell de Mallorca. Decorreu com três sessões simultâneas, de manhã e à tarde, no Parlament de les Illes Balears, na Fundació Bartolomé March e no Arxiu del Regne de Mallorca.

Nela estiveram presentes mais de duzentos participantes e apresentaram comunicações mais de uma centena de investigadores de trinta universidades e centros de investigação, muitos deles membros do ICHRPI, provenientes de Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Polónia, Portugal, Reino Unido e Roménia. As comunicações analisaram múltiplas vertentes das quatro grandes temáticas em que se estruturava o Encontro Científico: *Multilevel parliaments; Sources for the parliamentary history; The representative assemblies of the Crown of Aragon; Political representation forms from the Middle Ages to the present.*

Como membros da ICHRPI, Maria Helena da Cruz Coelho proferiu, no dia 8 à tarde, no Arxiu del Regne de Mallorca, a comunicação *The border: a matter of debate in the Portuguese Medieval Cortes* e, nesse mesmo dia, de manhã, presidiu a uma sessão; e Maria Manuela Tavares Ribeiro apresentou,

no dia 7, na Fundació Bartolomé March, uma comunicação sobre *War and peace in the Portuguese representation parliamentary speeches (1870-1939)* e, no dia seguinte, presidiu a um painel.

Na sessão de abertura do congresso, que teve lugar no Parlamento, no dia 6, e que foi presidida pela Presidente do Parlamento das Ilhas Baleares, o Presidente da ICHRPI, na lição inaugural, apresentou um balanço sobre os 80 anos da fundação da ICHRPI (1936-2016).

No dia 9, no Museu de Arte Moderna e Contemporânea, ocorreu a sessão de encerramento, presidida pelo Vice-Presidente do Governo das Ilhas Baleares e com a presença do Magnífico Reitor da Universidade das Ilhas Baleares. O Presidente da ICHRPI exprimiu a sua satisfação pelo alto nível científico do evento, pela presença significativa de jovens investigadores e pelo grande número de participantes, agradeceu ao organizador desta 68ª conferência, o Professor Sebastià Serra Busquets, catedrático de História Contemporânea da Universidade das Ilhas Baleares, e às diversas autoridades que a apoiaram.

Teve lugar a reunião da Direção da ICHRPI, no dia 7, e a Assembleia Geral da mesma, no dia 9. No âmbito da 68ª Conferência, os seus participantes tiveram ainda a oportunidade de visitar o Parlamento; de conhecer o Arquivo do Reino de Maiorca e ver espécimes da documentação mais antiga que nele se guardam, entre pergaminhos com as franquias do rei Jaime I e o seu testamento, códices com a compilação dos usos e costumes de Maiorca e um outro com as atas das reuniões de Cortes do século XV; de percorrer a catedral, acompanhados pelas explicações do arquivista da mesma; de contactar com a Fundação Bartolomé March e o Museu de Arte Moderna e Contemporânea e tomar conhecimento do seu espólio; de apreciar os traços do passado, modelados no urbanismo e arquitetura de Palma, o que permitiu aos congressistas apreender a história local, entrosada com muitos dos temas específicos que se abordaram no encontro.

Esta reunião científica terminou com o anúncio da publicação dos trabalhos apresentados, o que constituirá a memória durável desta 68ª Conferência da Comissão Internacional para o Estudo da História das Instituições Representativas e Parlamentares.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO
CHSC-UC
coelhomh@gmail.com

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO
CEIS20-UC
mtribeiro7@gmail.com

Medieval Europe in Motion 3 – Circulations juridiques et pratiques artistiques, intellectuelles et culturelles dans l'Europe au Moyen Âge (XIII^e-XV^e siècles). Congresso internacional.

Teve lugar entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 2016 a terceira edição do congresso *Medieval Europe in Motion*, iniciativa em boa hora organizada pelo Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O primeiro encontro sobre este tema foi realizado em 2013, por iniciativa de Maria Alessandra Bilotta, em associação com Alicia Miguélez Caveró, ambas investigadoras do referido Instituto; a principal mentora do segundo, em 2015, foi Alicia Miguélez Caveró; o terceiro, em 2016, teve como coordenadora Maria Alessandra Bilotta, assessorada por Francisco José Díaz Marcilla e Mário Fareló, também investigadores do mesmo Instituto.

Esta terceira edição abordou a questão das circulações jurídicas e das práticas artísticas, intelectuais e culturais na Europa da Idade Média, em especial durante os séculos XIII a XV, questão essa diretamente relacionada com o projeto de pós-doutoramento de Maria Alessandra Bilotta. Trata-se de uma temática vasta e abrangente, como mostraram as mais de 50 comunicações apresentadas durante estes três dias de trabalho, divididos em várias sessões plenárias que alternaram com outras realizadas em simultâneo, e nas quais participaram conferencistas de múltiplas nacionalidades: portugueses, franceses, espanhóis, italianos, na sua maioria, mas também investigadores provenientes de universidades alemãs, americanas, brasileiras, do Reino Unido, da Rússia, de Israel, da Polónia e da Eslovénia. Seja-nos permitido destacar a participação de diversos membros do CHSC: Maria Helena da Cruz Coelho, que presidiu a uma das sessões; Maria do Rosário Morujão, com uma comunicação sobre os selos enquanto objetos e modelos em circulação no Ocidente medieval, e Saul António Gomes, que falou acerca de alguns fragmentos de manuscritos jurídicos em Portugal.

Os títulos das sessões demonstram bem a variedade de temas tratados: os contextos sociais, económicos e culturais ligados à prática do Direito; pessoas, ideias e obras ligadas à prática do Direito na Europa medieval; a produção de manuscritos jurídicos (iluminura, paleografia, codicologia); a circulação no contexto da cultura jurídica; a produção manuscrita e as modalidades da prática do Direito na Europa.

No final do dia 26, foi inaugurada na Biblioteca Nacional de Portugal, onde nesse dia e no seguinte decorreram os trabalhos do congresso, uma

exposição subordinada ao tema *A circulação do Direito na Europa Medieval. Manuscritos jurídicos europeus em bibliotecas portuguesas*, que, pela sua importância, será objeto de notícia individualizada.

MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO

CHSC-UC; CEHR-UCP
rmorujao@gmail.com

A circulação do Direito na Europa Medieval. Manuscritos jurídicos europeus em bibliotecas portuguesas. Exposição.

Entre 26 de fevereiro e 31 de maio de 2016, teve lugar na Biblioteca Nacional de Portugal uma importante e pioneira exposição de manuscritos jurídicos iluminados conservados em bibliotecas portuguesas, mas produzidos fora do nosso país. Organizada pela Biblioteca Nacional em colaboração com o Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, teve como comissária geral e coordenadora científica a investigadora Maria Alessandra Bilotta, que leva a cabo o seu projeto de pós-doutoramento naquele Instituto, projeto esse, aliás, que se encontra na base desta mostra. Foram comissários outros dois investigadores do IEM: Francisco José Diaz Marcilla e Mário Farelo.

Doutorada em História da Arte, especialista em Codicologia, Maria Alessandra Bilotta estuda, no seu pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia, a circulação dos manuscritos jurídicos na Europa meridional. Muito especialmente, o seu trabalho incide sobre livros de Direito produzidos no sul de França e existentes em Portugal, e procura elucidar os circuitos que permitiram a sua difusão numa Europa medieval em que estudantes, clérigos, artistas e ideias circulavam, criando-se assim uma identidade comum a todo o Ocidente cristão. Que Portugal não ficava à margem desse movimento fica bem ilustrado nesta exposição, que apresentou manuscritos não apenas da Biblioteca Nacional, mas também da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da Biblioteca Municipal de Elvas, do Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do Museu Nacional de Arqueologia, e ainda de instituições estrangeiras como a Biblioteca Municipal de Avinhão, os Arquivos Municipais e a Biblioteca Municipal de Toulouse e a Biblioteca Comunale degli Intronati de Siena.

Esta exposição, cujo catálogo esperamos que seja rapidamente publicado, mostra alguns dos resultados da investigação levada a cabo no âmbito do referido projeto, que permitiu já, por exemplo, contrariar a ideia durante longo tempo aceite de não existência de exemplares do Decreto de Graciano em Portugal. O trabalho de Maria Alessandra Bilotta inscreve-se na vaga de renovação dos estudos de codicologia que ocorre atualmente (podemos também dizer finalmente) no nosso país; e está a modificar por completo o conhecimento acerca dos manuscritos jurídicos conservados em Portugal, graças à datação e identificação corretas e à atribuição da origem não apenas daqueles que chegaram até nós na íntegra, mas também dos que apenas sobreviveram sob a forma de fragmentos. O seu alcance é, porém, muito mais alargado: para além dos aspetos codicológicos propriamente ditos, o estudo feito é essencial para o conhecimento dos circuitos de produção, aquisição e circulação desses manuscritos e, logicamente, de quem os fez chegar a Portugal, dando assim um precioso contributo para o estudo da cultura jurídica medieval do nosso país.

MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO

CHSC-UC; CEHR-UCP

rmorujao@gmail.com

Centro de História da Sociedade e da Cultura – 2015

Breve descrição das atividades desenvolvidas

A atividade do CHSC integrou-se, a partir do ano de 2015, no âmbito do projeto *O Saber Histórico na Construção dos Dinamismos Económicos, Sociais e Culturais no Mundo Contemporâneo*, cujos objetivos foram definidos e justificados quando da sua apresentação à Fundação para a Ciência e Tecnologia.

A história local desenvolve-se através do grupo de investigação *Heranças e Identidades Locais e Regionais*, coordenado pela Doutora Margarida Sobral Neto. Os temas de âmbito nacional e transnacional, sobretudo com países que a história relacionou mais de perto com Portugal, aparecem associados ao grupo de investigação *Encontros e Desencontros de Culturas*, coordenado pela Doutora Maria Helena da Cruz Coelho. A necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a historiografia portuguesa foi acolhida no grupo de investigação *Repensar o Ofício de Historiador*, coordenado pelo Doutor Fernando Catroga, que visa “investigar de uma forma mais sistemática a própria comunidade dos historiadores e as condições da produção/receção do conhecimento histórico”. A linha de investigação coordenada pela Doutora Maria José Azevedo Santos, *Estudo e Edição de Fontes*, propõe-se acompanhar a investigação produzida com a edição de fontes, disponibilizando-as para a comunidade científica e público em geral.

A atividade de pesquisa dos grupos e da linha de investigação obedeceu a princípios que balizam as opções estratégicas da I&D: manutenção do compromisso com o ensino, investigação e formação de mestres, doutores e pós-doutorados; reforço da internacionalização da pesquisa dos seus membros, individualmente ou através de projetos transnacionais, bem como da promoção do trabalho em rede, através da realização de iniciativas científicas em parceria com instituições nacionais ou estrangeiras, de que são exemplos representativos o nº 15 (de 2015) da *Revista de História da Sociedade e da Cultura* (RHSC), feito em parceria com o Grupo de Investigação *O Século de Ouro / El Siglo de Oro* (GRISO), da Universidade de Navarra (Espanha), ou a coordenação, em parceria com a Universidade de Purdue (EUA), da *AHLiST 2015 International Interdisciplinary Conference Consilience and inclusion: scientific and cultural encounters* (<http://www.ahlist.org/>), entre outros; reforço da visibilidade da produção científica e das iniciativas do CHSC através da renovação do site *web* (<http://chsc.uc.pt/>); prossecução de uma política de descentralização cultural, de disseminação e de intensificação da aproximação do conhecimento à sociedade civil por meios diversos, entre

os quais a inclusão da RHSC na *Impactum*, plataforma *web* da UC (que permite integrar bases de indexação internacionais); promoção de investigação com incidência teórico-prática; responsabilização de jovens investigadores na organização / dinamização de iniciativas científicas e envolvimento de estudantes de doutoramento na dinâmica da investigação.

O conjunto da produção historiográfica presente no quadro que acompanha esta síntese sumária é o resultado quantitativo das atividades em que os membros do CHSC participaram. Esta manteve-se associada (a título individual ou no contexto de parcerias que incluem o CHSC) a projetos nacionais ou internacionais em curso ou a outros que entretanto se iniciaram, a que se junta, entre outros, a organização / coordenação ou a integração de comissões científicas de Congressos / Colóquios / Conferências ou Ciclos de conferências ou outras Jornadas de estudo, internacionais ou nacionais. O número significativo de comunicações apresentadas em encontros científicos (nacionais e internacionais), de artigos publicados em revistas portuguesas e estrangeiras ou a edição de livros, alguns em parceria com outras unidades I&D ou instituições da sociedade civil, espelha bem o seu dinamismo. Neste último aspecto convém destacar a atribuição de prémios, pela Academia Portuguesa da História, no decurso deste ano, a obras de membros do CHSC: Prémio História da Europa Fundação Calouste Gulbenkian ao livro *Guerra e Poder na Europa Medieval. Das Cruzadas à Guerra dos 100 Anos* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015), obra coordenada pelo Prof. Doutor João Gouveia Monteiro; Prémio Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão ao livro *As regras da regra. Santa Clara. Códice do século XVI* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015), coordenado pela Doutora Maria José Azevedo Santos; e Prémio Fundação Calouste Gulbenkian, História Moderna e Contemporânea de Portugal ao Doutor Jaime Ricardo Teixeira Gouveia pelo livro *A Quarta Porta do Inferno. A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano, 1640-1750* (Lisboa, Chiado Editora, 2015). De igual forma, o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 2015 foi atribuído ao Doutor Duarte Manuel Roque de Freitas, pelo seu estudo *Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)* (Coimbra, FLUC, 2015).

Indicadores de execução	
Publicações	
Livros	17
Capítulos de livros	34
Artigos em revistas internacionais	18
Artigos em revistas nacionais	14
Entradas de dicionários / enciclopédias	2
Prefácios / resenhas / apresentação de livros	29
Comunicações	
Comunicações em encontros científicos internacionais	88
Comunicações em encontros científicos nacionais	94
Relatórios	7
Organização de seminários e conferências	52
Projectos / Redes de investigação	26
Formação Avançada	
Teses de doutoramento / 3º Ciclo	5
Dissertações / Relatórios / Projectos de Mestrado ou de 2º Ciclo	17
Coordenação Editorial	12
Corpo editorial de publicações científicas	14
Pareceres / revisão científica	25
Avaliação	5
Outros	12

Teses de Doutoramento e/ou 3º Ciclo e Dissertações /Relatórios de Mestrado e/ou 2º Ciclo orientadas ou co-orientadas por investigadores integrados do CHSC em 2015-2016

Esta rubrica tem por objetivo disponibilizar informação relativa a Teses de Doutoramento e/ou de 3º Ciclo e Dissertações/Relatórios de Mestrado e/ou de 2º Ciclo orientadas ou co-orientadas por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura, apresentadas e aprovadas no período compreendido entre 1 de Setembro de 2015 e 31 de Julho de 2016. As referências vão ordenadas, dentro de cada tipo de prova, pela data da sua realização.

Doutoramento (3º Ciclo)

Doutoramento (3º Ciclo) – Letras

Autor: José Maria dos Santos Coelho

Título: *Adriano Moreira e o Império Português*

Data das provas: 2 de novembro de 2015

Instituição: Universidade da Beira Interior

Orientador: António dos Santos Pereira

Co-orientador: Alexandre António da Costa Luís

URL: <http://hdl.handle.net/10400.6/3962>

Doutoramento (3º Ciclo) – História

Autor: Josival Nascimento dos Santos

Título: *D. João de Melo bispo de Elvas, Viseu e Coimbra (1670-1704)*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 28 de dezembro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: José Pedro de Matos Paiva

URL: <http://hdl.handle.net/10316/29541>

Doutoramento (3º Ciclo) – Altos Estudos em História

Autor: João de Castro Maia Veiga de Figueiredo

Título: *Política, escravatura, feitiçaria em Angola (séculos XVIII e XIX)*

Especialidade: Império, Política e Pós-Colonialismo

Data das provas: 11 de julho de 2016

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Fernando Catroga

URL: <http://hdl.handle.net/10316/29906>

Mestrado (2º Ciclo)

Mestrado (2º Ciclo) – Alimentação. Fontes, Cultura e Sociedade

Autor: Carolina Gheller Miguens

Título: *Valorização de produtos gastronômicos: estudo de caso do pastel de Tentúgal e dos doces de Pelotas*

Data das provas: 8 de outubro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientadora: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientadora: Carmen Soares

URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/29836>

Mestrado (2º Ciclo) – Mestrado Interuniversitário de História Militar

Autor: Vítor Manuel da Silva Viana Pinto

Título: *De olhar atento e ouvidos à escuta... A espionagem militar na crónica de Quatrocentos: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara*

Especialidade: História Militar Medieval

Data das provas: 14 de outubro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Gouveia Monteiro

URL: <http://hdl.handle.net/10316/29815>

Mestrado (2º Ciclo) – Alimentação. Fontes, Cultura e Sociedade

Autor: Camila Moreira Bácsfalusi

Título: *Fome de quê? A alimentação dos estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra (2014-2015)*

Data das provas: 22 de outubro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientador: Carmen Soares

URL: <http://hdl.handle.net/10316/29850>

Mestrado (2º Ciclo) – História

Autor: Mónica da Conceição Rodrigues dos Santos

Título: *“Ingratos” e “desumanos”: acidentes laborais em Coimbra (1930-1935)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 26 de outubro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Vaquinhas

URL: <http://hdl.handle.net/10316/29879>

Mestrado (2º Ciclo) – Alimentação. Fontes, Cultura e Sociedade

Autor: Carolina Figueira da Costa

Título: *A boa comida no início do século XXI. Entre Carlo Petrini e Michael Pollan*

Data das provas: 26 de outubro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

URL: <http://hdl.handle.net/10316/29902>

Mestrado (2º Ciclo) – Mestrado Interuniversitário de História Militar

Autor: Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida

Título: *Ricardo Coração de Leão e Saladino. Ascensão e confronto entre os dois maiores chefes militares da época das Cruzadas*

Especialidade: História Militar Medieval

Data das provas: 27 de outubro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Gouveia Monteiro

URL: <http://hdl.handle.net/10316/29865>

Mestrado (2º Ciclo) – Mestrado Interuniversitário de História Militar

Autor: Elise Cardoso

Título: *A logística militar na cronística portuguesa de Quatrocentos*

Especialidade: História Militar Medieval

Data das provas: 29 de outubro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Gouveia Monteiro

URL: <http://hdl.handle.net/10316/29900>

Mestrado (2º Ciclo) – História

Autor: Kevin Carreira Soares

Título: *Os bispos de Macau (1576-1782)*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 29 de outubro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: José Pedro Paiva

URL: <http://hdl.handle.net/10316/29890>

Mestrado (2º Ciclo) – História

Autor: Pedro José Barbosa da Silva

Título: *António de Sousa Macedo. Diplomata, conselheiro da fazenda, secretário de Estado*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 30 de outubro de 2015

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Fernando Taveira da Fonseca

URL: <http://hdl.handle.net/10316/30132>

Mestrado (2º Ciclo) – Educação de Adultos e Desenvolvimento Local

Autor: Paula Isabel Fernandes Lopes

Título: *Património, comunidade e identidade: análise de dinâmicas ocorridas no Espinhal a nível do património cultural*

Data das provas: 15 de janeiro de 2016

Instituição: Escola Superior de Educação de Coimbra

Orientador: Maria do Rosário Castiço de Campos

URI: <http://hdl.handle.net/10400.26/11609>

Mestrado (2º Ciclo) – História

Autor: Petrucio Ladiano Araújo Pessoa

Título: *Ubi corpus meum sepelire iubeo: o culto dos mortos nos mosteiros cistercienses (1185-1367)*

Especialidade: História da Idade Média

Data das provas: 27 de janeiro de 2016

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Alegria Fernandes Marques

URL: <http://hdl.handle.net/10316/30877>

Mestrado (2º Ciclo) – História

Autor: Liliana Vicente Machado

Título: *Pobreza comum, vala partilhada. A pobreza coimbrã através dos registos de enterramento na vala geral do cemitério da Conchada (1871-1890)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 3 de fevereiro de 2016

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia Lopes

URL: <http://hdl.handle.net/10316/30550>

Mestrado (2º Ciclo) – História

Autor: Paulo David dos Santos Coutinho

Título: *Um outro Eça. Alguns aspectos do pensamento político, social e religioso de Eça de Queirós*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 12 de fevereiro de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão
URI: <http://hdl.handle.net/10316/31251>

Mestrado (2º Ciclo) – Alimentação. Fontes, Cultura e Sociedade

Autor: Arnaldo Conceição Baptista
Título: *Contributo para o desenvolvimento de uma bebida fermentada inovadora*
Data das provas: 26 de fevereiro de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho
Co-orientador: Goreti Maria dos Anjos
Instituição: Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária de Coimbra

Mestrado (2º Ciclo) – História

Autor: Carlos F. T. Alves
Título: *D. Francisco de Lemos. Perfil de um reitor reformador*
Especialidade: História Moderna
Data das provas: 16 de março de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Fernando Taveira da Fonseca
URL: <http://hdl.handle.net/10316/30850>

Mestrado (2º Ciclo) – Comunicação Organizacional: Cidadania, Confiança e Responsabilidade Social

Autor: Isabel Maria Correia da Costa César
Título: *A perceção da qualidade dos serviços no Centro Interpretativo de Santa Clara-a-Velha. Mosteiro de Santa Clara-a-Velha pelos olhos e palavras dos seus visitantes*
Data das provas: 28 de junho de 2016
Instituição: Escola Superior de Educação de Coimbra
Orientador: José Pedro Cerdeira Coelho e Silva
Co-orientador: Maria do Rosário Castiço de Campos

Mestrado (2º Ciclo) – História

Autor: Eduardo Vieira Gonçalves
Título: *Museu Judaico de Belmonte. Memória e identidade criptojudáica*
Especialidade: Museologia
Data das provas: 19 de julho de 2016
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Irene Vaquinhas
URL: <http://hdl.handle.net/10316/31772>

Mestrado (2º Ciclo) – Política Cultural Autárquica

Autor: Sérgio Rui Duarte Mendes

Título: *Penela e o seu castelo: memória e valorização*

Data das provas: 25 de julho de 2016

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Saul António Gomes

Mestrado (2º Ciclo) – Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade

Autor: Sílvia Isabel Tapadinhas Gomes do Amaral Cunha

Título: *O pastel de Tentúgal e a Confraria da Doçaria Conventual de Tentúgal: contributos para o estudo do turismo de culinária em Portugal*

Data das provas: 25 de julho de 2016

Instituição: Escola Superior de Educação de Coimbra

Orientador: Maria do Rosário Castiço de Campos

Mestrado (2º Ciclo) – Mestrado Interuniversitário de História Militar

Autor: João Rafael Gorgulho Nisa

Título: *A arte militar bizantina: o tratado De Velitatione Bellica (séc. X)*

Especialidade: História Militar Medieval

Data das provas: 26 de julho de 2016

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Gouveia Monteiro

URL: <http://hdl.handle.net/10316/31777>

Artigos

Guilherme de Poitiers e o relato da batalha de Hastings, 950 anos depois

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

Questões em torno da unanimidade litúrgica no mosteiro de Alcobaça – séculos XIII a XV

CATARINA FERNANDES BARREIRA

A dieta dos leprosos numa gafaria medieval: o caso de Coimbra

ANA RITA ROCHA

A lógica do poder no *Livro de vertuosa benefeytoria*

JORGE MANUEL DE MATOS PINA MARTINS PRATA

Paulmier de Gonneville et le Portugal: un navigateur normand dans la première mondialisation

CHRISTOPHE MANEUVRIER

"Dominará de mar a mar, desde o rio até às extremidades da terra". Tópicos da comunicação do poder religioso nos testemunhos escritos e visuais luso-brasileiros (séc. XVI-XVIII)

PAOLA NESTOLA

Nascimento, vida e morte admiráveis do grande servo de Deus Gregório Lopes, português, natural da antiga Villa de Linhares: reler a estória de um homem do século XVI na História Moderna de Portugal

LIA F. A. NUNES

O império de um profeta sereno: ensaio de decifração do pensamento do padre António Vieira

ANTÓNIO VÍTOR SANCHES FERREIRA RIBEIRO

As contas da Inquisição portuguesa: o exemplo dos tribunais de Évora e Lisboa (1701-1755)

BRUNO LOPES

Beati mortui qui in Domino moriuntur. Atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA

Cozinhar "à Portuguesa" com Lucas Rigaud. Identidade alimentar portuguesa no *Cozinheiro Moderno*

JOÃO PEDRO GOMES

O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais

FÁBIO ALEXANDRE FARIA

Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, conde de Valbom: um homem da Regeneração

HUGO SILVEIRA PEREIRA

La propagation du béton armé au Portugal: les bâtiments industriels comme moyens de divulgation de la technique

MARIANGELA LICORDARI

O Couto Mineiro do Cabo Mondego e o contributo técnico de Ernest Fleury (1878-1958) na indústria extrativa e cimenteira locais. Um relatório geológico inédito de 1923

JOSÉ M. BRANDÃO, PEDRO M. CALLAPEZ, JOSÉ M. SOARES PINTO

A organização interna do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)

MANUEL BAIÓIA

João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) na construção do modelo económico do Estado Novo: pensamento e ação política

LEONARDO ABOIM PIRES

Acidentes laborais em Coimbra de 1930 a 1935

MÓNICA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DOS SANTOS

O(s) discurso(s) sobre a organização científica do trabalho: do *Diário das Sessões* ao *Diário do Governo* (1945-1974)

ANA CARINA AZEVEDO

«Um editor já desmascarado ou marcado»: a Livraria Moraes Editora e a censura

SARA LUDOVICO

A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência

DANIEL MELO

Contos e prantos da memória sertaneja sobre os rituais fúnebres nas décadas de 30 a 60 do século XX

VÍCTOR RAFAEL LIMEIRA DA SILVA, LUCAS GOMES DE MEDEIROS



CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE LISBOA



República
Portuguesa

